DIÁRIO DO LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais Terça-feira - 13 de dezembro de 2016

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarqüínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – PROPOSIÇÕES DE LEI
2 – RESOLUÇÃO
3 – ATAS
3.1 – 74ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
3.2 – 29ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
3.3 – Reuniões de Comissões
4 – ORDENS DO DIA
4.1 – Plenário
4.2 – Comissões
5 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
5.1 – Comissões
6 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
8 – ERRATAS

PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 148

Autoriza a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais a criar entidade de previdência complementar, dispõe sobre o processo de extinção do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Iplemg – e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

CAPÍTULO I

DA ENTIDADE E SEUS FINS

Art. 1º – Fica a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais autorizada a criar entidade fechada de previdência complementar, sob a forma de fundação pública de direito privado, dotada de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de gestão de recursos humanos, com sede e foro no Município de Belo Horizonte, nos termos das Leis Complementares federais nos 108 e 109, de 29 de maio de 2001.

Parágrafo único – A entidade fechada de previdência complementar a que se refere o *caput* tem por finalidade administrar e executar planos de benefícios para os deputados estaduais.

CAPÍTULO II

DO OBJETO

Art. 2º – A entidade fechada de previdência complementar tem por objeto a implantação, a concessão e a manutenção dos benefícios previstos no art. 8º desta lei complementar, mediante contribuição de seu patrocinador e de seus participantes, a que se referem, respectivamente, os incisos I e II do art. 3º.

Parágrafo único – O plano de benefícios terá caráter facultativo, contributivo e suplementar aos benefícios assegurados pelo regime de previdência ao qual o deputado estadual esteja obrigatoriamente vinculado.

CAPÍTULO III

DOS MEMBROS DA ENTIDADE

Art. 3º – A entidade fechada de previdência complementar tem como membros:

I – o Estado, seu patrocinador, por meio da Assembleia Legislativa;

II – os deputados estaduais, seus participantes, conforme definido no art. 4º desta lei complementar;

III – os dependentes, conforme definido no art. 6º desta lei complementar.

Parágrafo único – Para os efeitos desta lei complementar, são considerados assistidos os participantes e seus dependentes em gozo do benefício.

Seção I

Dos Participantes

Art. 4º – Serão participantes do plano de benefícios:

I – o deputado estadual inscrito no plano, no exercício do mandato;

II – o deputado estadual inscrito no plano que se licenciar para exercer cargo, emprego ou função públicos;

III – o ex-deputado estadual inscrito no plano.

§ 1º – Na hipótese do inciso II, o patrocinador arcará com a sua contribuição quando a licença se der com ônus para órgão ou entidade da administração direta ou indireta do Estado.

§ 2º – Se a licença a que se refere o inciso II se der com ônus para órgão ou entidade de outro ente da federação, poderá o referido órgão ou entidade arcar com a contribuição ao plano de benefícios que seria devida pelo patrocinador, na forma definida no regulamento do referido plano.

§ 3º – O participante a que se refere o inciso III poderá manter-se inscrito no plano de benefícios, na forma e nas condições definidas no regulamento do referido plano.

§ 4º – Nos demais casos de licença ou afastamento do participante, poderá ele permanecer filiado ao plano de benefícios, na forma e nas condições definidas no regulamento do referido plano.

Art. 5º – Para se tornar participante, o deputado estadual deverá formalizar a sua adesão ao plano de benefícios mediante o pagamento da contribuição devida.

Parágrafo único – O participante de que trata o inciso III do *caput* do art. 4º poderá efetuar contribuição extraordinária, nos valores que ficariam a cargo do patrocinador.

Seção II

Dos Dependentes

Art. 6º – Serão dependentes do participante do plano de benefícios:

I – o cônjuge ou companheiro e o filho não emancipado menor de vinte e um anos;

II – o filho inválido ou incapaz civilmente, desde que dependente do participante;

III – o pai e a mãe, desde que dependentes do participante.

§ 1º – Equiparam-se aos filhos, nas condições dos incisos I e II do *caput*, desde que comprovada a situação de dependência econômica e a ausência de bens suficientes para o próprio sustento e educação:

I – o enteado, mediante declaração escrita do participante;

II – o menor sob tutela judicial do participante, mediante apresentação de termo judicial de tutela.

§ 2º – Para fins do disposto no inciso I do *caput,* considera-se companheiro a pessoa que mantenha união estável com o participante, na forma da lei civil.

§ 3º – A dependência econômica das pessoas de que tratam os incisos I e II do *caput* é presumida e a das demais será comprovada.

§ 4º – A perda da qualidade de dependente ocorre:

I – para o cônjuge:

a) por separação judicial ou pelo divórcio, enquanto não for assegurado ao cônjuge recebimento de pensão alimentícia;

b) por anulação judicial do casamento;

c) por sentença judicial transitada em julgado;

d) por constituição de novo vínculo familiar;

II – para o companheiro:

a) por cessação da união estável com o participante, enquanto não for assegurado ao companheiro o recebimento de pensão alimentícia;

b) por sentença judicial transitada em julgado;

c) por constituição de novo vínculo familiar;

III – para o filho, ao completar vinte e um anos de idade ou pela emancipação, salvo nos casos previstos no inciso II do *caput*;

IV – para os dependentes em geral:

a) por cessação da invalidez;

b) por óbito.

Art. 7º – Somente terá direito ao benefício o dependente previamente inscrito no plano de benefícios.

CAPÍTULO IV

DOS BENEFÍCIOS

Art. 8º – Serão assegurados os seguintes benefícios aos participantes e seus dependentes:

I – renda mensal de aposentadoria voluntária;

II – renda mensal de aposentadoria por invalidez permanente;

III – renda mensal de pensão por morte.

Art. 9º – A Assembleia Legislativa aprovará os planos de custeio e de benefícios e o estatuto da entidade fechada de previdência complementar de que trata esta lei complementar, nos termos de regulamento.

Parágrafo único – Os planos de benefícios serão elaborados por consultoria atuarial especializada.

Art. 10 – A renda mensal de aposentadoria voluntária de que trata o inciso I do art. 8º será devida ao participante que requeira o benefício e cumpra os seguintes requisitos de elegibilidade:

I – estar em gozo de benefício concedido pelo regime de previdência ao qual esteja obrigatoriamente vinculado;

II – haver cessado o vínculo com o patrocinador;

III – estar em dia com as contribuições para o plano de benefícios;

IV – ter, no mínimo, noventa e seis meses de contribuição, observadas as disposições do plano de benefícios;

V – atender aos requisitos exigidos pelo regulamento do plano de benefícios.

Parágrafo único – Fará jus aos benefícios de renda mensal de aposentadoria por invalidez e de pensão por morte o participante que requerer o benefício e cumprir os requisitos de elegibilidade previstos nos incisos I, III e V do *caput*.

Art. 11 – Para os benefícios decorrentes de invalidez permanente e de morte, o regulamento do plano de benefícios assegurará a contratação, por meio de sociedade seguradora autorizada a funcionar no país, de capital destinado a cobrir os riscos atuariais.

§ 1º – O capital segurado será limitado ao montante das contribuições vincendas do participante e do patrocinador previstas nos incisos I e II do *caput* do art. 15, vigentes na data de contratação do seguro e atualizadas pela rentabilidade dos investimentos obtida no período de doze meses imediatamente anterior à referida data.

§ 2º – No início da vigência do plano de benefícios, as contribuições a que se refere o § 1º serão atualizadas conforme regulamento.

§ 3º – O capital contratado comporá as rendas mensais de aposentadoria por invalidez permanente e de pensão por morte na forma estabelecida no regulamento do plano de benefícios.

Art. 12 – O valor da renda mensal relativa aos benefícios previstos no art. 8º será calculado observado o montante das contribuições pagas pelo participante e pelo patrocinador acrescido do resultado de investimentos e, do capital destinado a cobrir os riscos atuariais, nos casos previstos no art. 11.

§ 1º – A base de contribuição dos benefícios corresponderá à diferença entre o subsídio do deputado estadual e o valor máximo estabelecido para o benefício do regime de previdência ao qual ele esteja obrigatoriamente vinculado, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição da República.

§ 2º – Não se incluem na base de contribuição as parcelas de caráter indenizatório e a parcela de que trata o § 1º do art. 1º da Resolução nº 5.459, de 2 de janeiro de 2014.

Art. 13 – A condição de dependente deverá subsistir quando do evento gerador do benefício de renda mensal de pensão por morte, não se admitindo inscrição em face de condição superveniente.

Art. 14 – Os reajustes dos benefícios em manutenção serão efetuados de acordo com critérios estabelecidos no regulamento do plano de benefícios.

CAPÍTULO V

DAS FONTES DE RECEITA

Art. 15 – São fontes de receita para a cobertura da renda mensal de aposentadoria voluntária:

I – a contribuição mensal do participante em percentual previsto anualmente no plano de custeio, calculada nos termos previstos no § 1º do art. 12;

II – a contribuição mensal do patrocinador, efetuada paritariamente com a do participante que mantém vínculo com o patrocinador;

III – as contribuições facultativas dos participantes, a título de aporte, sem contrapartida do patrocinador;

IV – a contribuição mensal do participante que cessar o vínculo com o patrocinador e optar por manter a sua inscrição no plano de benefícios;

V – a contribuição dos aposentados e pensionistas, quando for o caso, sobre o seu benefício mensal;

VI – os recursos financeiros e patrimoniais, de qualquer natureza e origem, que forem destinados ao plano de benefícios ou que por direito lhe pertencerem;

VII – as receitas patrimoniais e financeiras.

Parágrafo único – No caso previsto no inciso IV do *caput*, o participante arcará com a sua contribuição, calculada nos termos previstos no § 1º do art. 12, e com a contribuição que ficaria a cargo do patrocinador.

Art. 16 – São fontes de receita para a cobertura da renda mensal de aposentadoria por invalidez e da renda mensal de pensão por morte:

I – a contribuição do participante correspondente ao prêmio pago para cobertura do capital segurado na forma prevista no § 1º do art. 11;

II – a contribuição do patrocinador correspondente a 50% (cinquenta por cento) do prêmio pago para cobertura do capital segurado na forma prevista no § 1º do art. 11.

Parágrafo único – A contribuição prevista no inciso I do *caput* corresponde ao prêmio pago pela cobertura do capital segurado na forma prevista no § 1º do art. 11 e será anualmente revista em função do valor ajustado do capital, da idade do participante ou dependente e do tempo restante para a concessão do benefício de renda mensal de aposentadoria voluntária.

Art. 17 – O valor da contribuição do patrocinador será igual à do participante, observado o disposto no regulamento do plano de benefícios.

Art. 18 – Os percentuais de contribuição a que se refere o art. 15 serão anualmente revistos, mediante avaliação atuarial.

Art. 19 – As despesas administrativas da entidade fechada de previdência complementar serão custeadas na forma do regulamento do plano de benefícios, observado o disposto no *caput* do art. 7º da Lei Complementar federal nº 108, de 2001, e ficarão limitadas aos valores necessários ao funcionamento da entidade.

Parágrafo único – O montante de recursos destinados à cobertura das despesas administrativas será revisto ao final de cada ano, com vistas ao atendimento do disposto no *caput*.

CAPÍTULO VI

DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 20 – As reservas e disponibilidades do plano de benefícios serão aplicadas tendo em vista o interesse social, a segurança, a manutenção do valor real do patrimônio e a obtenção de rentabilidade satisfatória para o cumprimento das finalidades do plano.

Parágrafo único – Os recursos disponíveis serão aplicados em inversões rentáveis, na forma da política de investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo a que se refere o inciso I do art. 22.

CAPÍTULO VII

DO PATRIMÔNIO

Art. 21 – Constituem patrimônio da entidade fechada de previdência complementar:

I – os bens móveis e imóveis, os direitos e outros valores que lhe pertencerem, além de outros que ao seu patrimônio se incorporarem;

II – doações, legados e outros bens provenientes de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Parágrafo único – O patrimônio da entidade fechada de previdência complementar é desvinculado de quaisquer obrigações assumidas por órgãos e entidades do Estado.

CAPÍTULO VIII

DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Art. 22 – São órgãos da entidade fechada de previdência complementar:

I – o Conselho Deliberativo;

II – o Conselho Fiscal;

III – a Diretoria Executiva.

Art. 23 – Os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal não receberão remuneração pelo exercício de suas funções.

Art. 24 – As reuniões dos Conselhos Deliberativo e Fiscal serão realizadas na sede da entidade.

Seção I

Do Conselho Deliberativo

Art. 25 – O Conselho Deliberativo da entidade fechada de previdência complementar será constituído por seis membros titulares e seus respectivos suplentes, escolhidos na forma do art. 11 da Lei Complementar federal no 108, de 2001, sendo:

I – três membros e seus respectivos suplentes, indicados pelo patrocinador entre seus representantes;

II – três membros e seus respectivos suplentes, eleitos diretamente e pelos participantes e assistidos.

§ 1º – Os membros do Conselho Deliberativo serão eleitos para mandato de quatro anos, com garantia de estabilidade, permitida uma recondução.

§ 2º – O membro do Conselho Deliberativo somente perderá o mandato em virtude de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar.

§ 3º – A instauração de processo administrativo disciplinar, para apuração de irregularidades no âmbito do conselho, poderá determinar o afastamento do conselheiro até a conclusão do processo.

§ 4º – O afastamento de que trata o § 3º não implica prorrogação ou permanência no cargo além da data inicialmente prevista para o término do mandato.

Art. 26 – O Conselho Deliberativo terá um presidente e um vice-presidente, indicados pelo patrocinador entre os membros de que trata o inciso I do art. 25.

§ 1º – O vice-presidente substituirá o presidente do Conselho Deliberativo em sua ausência ou impedimento.

§ 2º – Caberá ao presidente do Conselho Deliberativo, além do seu voto, o voto de qualidade.

§ 3º – Compete ao presidente do Conselho Deliberativo convocar e presidir as reuniões.

Art. 27 – O Conselho Deliberativo reunir-se-á:

I – ordinariamente, no mínimo uma vez por mês, por convocação de seu presidente;

II – extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, por convocação do seu presidente, do Conselho Fiscal ou de um terço dos componentes do Conselho Deliberativo.

Parágrafo único – A convocação do Conselho Deliberativo far-se-á mediante comunicação a seus membros.

Art. 28 – Ao Conselho Deliberativo compete a definição das seguintes matérias:

I – política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios;

II – alteração, implantação e extinção do estatuto e do regulamento do plano de benefícios;

III – gestão de investimentos e plano de aplicação de recursos;

IV – autorização para investimentos que envolvam valores iguais ou superiores a 5% (cinco por cento) dos recursos garantidores;

V – contratação de auditor independente atuário e avaliador de gestão, observadas as disposições regulamentares aplicáveis;

VI – nomeação e exoneração dos membros da Diretoria Executiva;

VII – exame, em grau de recurso, das decisões da Diretoria Executiva.

Parágrafo único – A definição das matérias previstas no inciso II do *caput* ficará condicionada à aprovação da Assembleia Legislativa.

Seção II

Do Conselho Fiscal

Art. 29 – O Conselho Fiscal da entidade fechada de previdência complementar é constituído por quatro membros efetivos e seus respectivos suplentes, escolhidos na forma do art. 15 da Lei Complementar federal no 108, de 2001, para mandato de quatro anos, vedada sua recondução, sendo:

I – dois membros, e seus respectivos suplentes, indicados pelo patrocinador entre seus representantes;

II – dois membros, e seus respectivos suplentes, eleitos diretamente pelos participantes e assistidos.

§ 1º – O presidente do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente serão eleitos pelos participantes e assistidos.

§ 2º – Caberá ao presidente do Conselho Fiscal, além do seu voto, o voto de qualidade.

§ 3º – Em caso de empate, assumirá o cargo o membro mais idoso.

Art. 30 – Competem ao Conselho Fiscal, especialmente, as seguintes atribuições:

I – examinar e emitir parecer sobre os balancetes;

II – emitir parecer sobre o Balanço Patrimonial do plano de benefícios, bem como sobre o relatório anual e a prestação de contas da Diretoria Executiva;

III – apontar irregularidades verificadas, sugerindo medidas saneadoras;

IV – examinar, a qualquer época, os livros e documentos fiscais do plano de benefícios administrado pela entidade.

Seção III

Da Diretoria Executiva

Art. 31 – A Diretoria Executiva é o órgão responsável pela administração da entidade fechada de previdência complementar, em conformidade com a política de administração definida pelo Conselho Deliberativo.

§ 1º – A Diretoria Executiva será composta, no máximo, por seis membros, definidos em função do patrimônio da entidade e do seu número de participantes e assistidos.

§ 2º – O estatuto da entidade fechada de previdência complementar, respeitado o número máximo de diretores de que trata o § 1º, preverá a forma de composição e o mandato da Diretoria Executiva, observadas as demais disposições desta lei complementar.

§ 3º – Os membros da Diretoria Executiva atenderão aos seguintes requisitos mínimos:

I – ter experiência comprovada no exercício de atividade na área financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

II – não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;

III – não ter sofrido penalidade administrativa como servidor público ou por infração da legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar;

IV – ter formação de nível superior.

Art. 32 – Aos membros da Diretoria Executiva é vedado:

I – exercer simultaneamente atividade no patrocinador;

II – integrar concomitantemente o Conselho Deliberativo ou o Conselho Fiscal;

III – prestar serviços a instituições integrantes do sistema financeiro ao longo do exercício do mandato.

Parágrafo único – O ex-membro da Diretoria Executiva só poderá exercer mandato no Conselho Deliberativo ou no Conselho Fiscal após a aprovação de suas contas relativas ao mandato na diretoria.

Art. 33 – Nos doze meses seguintes ao término do exercício do cargo, o ex-membro da Diretoria Executiva estará impedido de prestar, direta ou indiretamente, independentemente da forma ou natureza do contrato, qualquer tipo de serviço às empresas do sistema financeiro que impliquem a utilização das informações a que teve acesso em decorrência do cargo exercido, sob pena de responsabilização civil e penal.

§ 1º – Durante o impedimento, ao ex-membro da Diretoria Executiva que não tiver sido destituído ou que pedir afastamento será assegurada a possibilidade de prestar serviço à entidade fechada de previdência complementar de que trata esta lei complementar, mediante remuneração equivalente à do cargo de direção que exerceu, ou a outro órgão da administração pública.

§ 2º – Incorre na prática de advocacia administrativa, sujeitando-se às penas da lei, o ex-membro da Diretoria Executiva que violar o impedimento previsto neste artigo, exceto se retornar ao exercício de cargo ou emprego que ocupava junto ao

patrocinador anteriormente à indicação para a Diretoria Executiva, ou se for nomeado para exercício em órgão da administração pública.

Art. 34 – A entidade fechada de previdência complementar informará ao órgão regulador e fiscalizador o dirigente responsável pelas aplicações dos recursos da entidade.

§ 1º – O dirigente a que se refere o *caput* será escolhido entre os membros da Diretoria Executiva.

§ 2º – Os demais membros da Diretoria Executiva responderão solidariamente com o dirigente a que se refere o *caput* pelos danos e prejuízos causados à entidade para os quais tenham concorrido.

Art. 35 – Competem à Diretoria Executiva, especialmente, as seguintes atribuições:

I – executar os procedimentos necessários ao atendimento da finalidade do plano de benefícios, de acordo com as diretrizes do Conselho Deliberativo, das demais normas internas e da legislação aplicável;

II – elaborar estudos, pareceres, processos, documentos, relatórios e afins solicitados pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal, podendo valer-se de consultorias externas e de outros serviços que se fizerem necessários;

III – elaborar e assinar o Balanço Patrimonial, balancetes e demonstrativos de resultados relativos ao plano de benefícios administrado pela entidade fechada de previdência complementar;

IV – fornecer às autoridades competentes, sempre que solicitadas, as informações previstas na legislação aplicável sobre o plano de benefícios e a entidade fechada de previdência complementar;

V – submeter à aprovação do Conselho Deliberativo o plano anual de operações e proposta orçamentária para a entidade fechada de previdência complementar e para o plano de benefícios;

VI – submeter à aprovação do Conselho Deliberativo os planos de custeio, a política de investimentos e os planos de alocação dos recursos do plano de benefícios, inclusive eventuais alterações;

VII – submeter à aprovação do Conselho Deliberativo as alterações no estatuto da entidade fechada de previdência complementar e no plano de benefícios;

VIII – aprovar os quadros e as lotações do pessoal da entidade fechada de previdência complementar, bem como o respectivo plano de cargos e salários;

IX – aprovar o plano de contas do plano de benefícios e suas alterações;

X – apreciar recurso dos atos dos prepostos ou empregados da entidade fechada de previdência complementar;

XI – elaborar o regimento eleitoral e organizar e executar o processo para a eleição dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36 – É facultada à Assembleia Legislativa a cessão de pessoal à entidade fechada de previdência complementar, desde que ressarcidos os custos correspondentes.

Art. 37 – O Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Iplemg –, criado pela Lei nº 6.258, de 13 de dezembro de 1973, e regido pela Lei nº 13.163, de 20 de janeiro de 1999, entrará em processo de extinção a partir da data de publicação desta lei complementar e terá as suas atividades encerradas quando não mais houver segurados, beneficiários vinculados e respectivos dependentes, respeitados os direitos adquiridos em relação aos benefícios concedidos e a conceder, nos termos estabelecidos na legislação vigente até a data de publicação desta lei complementar.

§ 1º – Ficam mantidas para os segurados vinculados que tenham ingressado no Iplemg até a data de publicação desta lei complementar e para os seus dependentes as regras do conjunto de benefícios desse instituto com base nos critérios da legislação vigente até data de publicação desta lei complementar, ainda que haja descontinuidade do exercício de mandato eletivo.

§ 2º – Para efeito de cálculo dos benefícios previdenciários e assistenciais serão consideradas as contribuições dos regimes do Iplemg de que tenha participado o segurado, incluídas as parcelas de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 1º e o art. 2º da Resolução nº 5.459, de 2014, bem como outras parcelas sobre as quais incidam ou incidiram contribuição previdenciária.

§ 3º – Ficam mantidas as autonomias administrativa e financeira do Iplemg, personalidade jurídica autárquica, sua estrutura organizacional e administrativa, seus regulamentos e seus ativos financeiros e patrimoniais, para cumprimento de suas obrigações, até o encerramento da entidade, que se dará após pagamento do último benefício previdenciário ou assistencial devido ao último beneficiário.

§ 4º – Fica facultado aos segurados de que trata o *caput* optarem pelos planos de benefícios da entidade fechada de previdência complementar criada por esta lei complementar no prazo de trinta dias contados da data de aprovação, nos termos do inciso I do art. 33 da Lei Complementar federal nº 109, de 2001, do regulamento dos planos de benefícios pelo órgão regulador e fiscalizador.

§ 5º – Na hipótese de que trata o § 4º, o valor das contribuições patronais, bem como aquelas pagas pelo segurado nos termos do § 2º serão computadas para fins de cálculo dos benefícios do plano da entidade fechada de previdência complementar de que trata esta lei complementar, nos termos de regulamento.

Art. 38 – O deputado estadual que for investido em novo mandato no cargo e que esteja em gozo de renda mensal de aposentadoria voluntária instituída pelo plano de benefícios da entidade fechada de previdência complementar de que trata esta lei complementar poderá vincular-se novamente à entidade.

Parágrafo único – Na hipótese do *caput*, o deputado estadual terá recalculado, ao final do mandato, o valor do seu benefício em função das contribuições feitas por ele e pelo patrocinador, respeitadas as normas estabelecidas nesta lei complementar.

Art. 39 – As despesas para a implementação da entidade fechada de previdência complementar e do plano de benefícios de que trata esta lei complementar serão custeadas por dotações consignadas ao orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 40 – Regulamento da Assembleia Legislativa estabelecerá normas complementares para a execução desta lei complementar.

Art. 41 – Ficam revogados:

I – a Lei nº 6.258, de 1973;

II – a Lei nº 6.975, de 11 de janeiro de 1977;

III – a Lei nº 7.855, de 17 de novembro de 1980;

IV – a Lei nº 8.307, de 21 de outubro de 1982;

V – a Lei nº 8.393, de 6 de maio de 1983;

VI – a Lei nº 9.379, de 18 de dezembro de 1986;

VII – o art. 6º da Lei nº 10.433, de 16 de janeiro de 1991;

VIII – a Lei nº 13.163, de 20 de janeiro de 1999;

IX – a Lei nº 13.440, de 4 de janeiro de 2000;

X – a Lei nº 13.824, de 18 de janeiro de 2001.

Art. 42 – Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 12 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.324

Dispõe sobre a inserção, nos editais de licitação, de disposições voltadas para a proteção do meio ambiente na aquisição de bens e serviços.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Nos editais de licitação a cargo de órgãos e entidades da administração direta e indireta dos Poderes do Estado, poderão ser inseridas disposições voltadas para a proteção do meio ambiente na aquisição de bens e serviços.

Art. 2º – A administração pública poderá definir o objeto pretendido no instrumento convocatório, mediante a utilização de variantes que considere ambiental e socialmente sustentáveis, desde que a escolha não comprometa a natureza competitiva do procedimento e a economicidade da contratação.

Parágrafo único – As variantes referem-se à descrição do objeto pretendido que inclua, além dos requisitos mínimos, elementos que lhe atribuam sustentabilidade socioambiental, entre eles:

I – utilização de produtos de origem ambientalmente certificada;

II – racionalização do uso de matérias-primas;

III – utilização de produtos recicláveis;

IV – utilização de técnicas que resultem em redução de emissão de poluentes e de gases de efeito estufa;

V – adoção de mecanismos que promovam a eficiência energética e a redução de consumo de água;

VI – adoção de políticas sociais inclusivas e compensatórias.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.325

Dispõe sobre a criação do selo “Minas sem Maus-Tratos: produto não testado em animais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – O Estado, por meio do órgão competente, certificará, com o selo “Minas sem Maus-Tratos: produto não testado em animais”, empresas e instituições privadas e órgãos e entidades da administração pública situados no Estado que se destacarem pela não utilização de animais em experimentos científicos.

Parágrafo único – Os critérios relativos à certificação de que trata o *caput* serão estabelecidos em regulamento.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.326

Institui a Semana Estadual de Conscientização sobre os Transtornos do Espectro do Autismo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a Semana Estadual de Conscientização sobre os Transtornos do Espectro do Autismo, a ser realizada anualmente na semana em que recair o dia 2 de abril.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.327

Institui a Semana Estadual de Conscientização, Prevenção e Combate às Condutas Antissindicais no Âmbito do Poder Público.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a Semana Estadual de Conscientização, Prevenção e Combate às Condutas Antissindicais no Âmbito do Poder Público, a ser realizada anualmente na última semana do mês de março.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.328

Institui a Semana Estadual de Conscientização, Prevenção e Combate à Prática de Assédio Moral no Âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – Fica instituída a Semana Estadual de Conscientização, Prevenção e Combate à Prática de Assédio Moral no Âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes do Estado, a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de março.

Parágrafo único – Na semana de que trata o *caput*, poderão ser promovidos debates e palestras, entre outras atividades, e produzidas cartilhas e material gráfico, para ampla divulgação do tema.

Art. 2° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.329

Acrescenta inciso ao art. 2° da Lei n° 16.683, de 10 de janeiro de 2007, que autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações de acompanhamento social nas escolas da rede pública de ensino do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado ao art. 2° da Lei n° 16.683, de 10 de janeiro de 2007, o seguinte inciso VI:

"Art. 2º – (...)

VI – obtenção de informações de saúde do aluno que possam facilitar seu encaminhamento aos serviços de saúde em caso de emergência.".

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.330

Acrescenta o § 4º ao art. 15 da Lei nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado ao art. 15 da Lei nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003, o seguinte § 4º:

"Art. 15 – (…)

§ 4º – Para efeito do disposto no § 1º, a cobrança de tarifa relativa a contrato de parceria público-privada de concessão de rodovia estadual se dará a partir do momento em que a rodovia apresente condições adequadas de funcionamento, conforme avaliação do órgão técnico competente, contendo, no mínimo, acostamento, sinalização horizontal e vertical e pavimentação, bem como, a critério do mesmo órgão técnico, um ou mais dos seguintes elementos:

I – pista dupla ou terceira pista nos aclives;

II – reboque;

III – ambulância e atendimento médico;

IV – telefones de emergência ao longo da rodovia.”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.331

Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 6º da Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, fica acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 6º – (...)

Parágrafo único – Antes do início de evento que reúna público em ambiente fechado, serão fornecidas orientações sobre os procedimentos de emergência, as normas de segurança do local e a localização dos extintores de incêndio e das saídas de emergência, além de outras informações destinadas à prevenção de acidentes e de pânico.”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.332

Estabelece objetivos e diretrizes para a adoção de medidas de atenção à saúde materna e infantil no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – Na adoção de medidas de atenção à saúde materna e infantil no Estado, serão observados os objetivos e as diretrizes estabelecidos nesta lei.

Art. 2° – As medidas de atenção à saúde materna e infantil no Estado têm como objetivos:

I – contribuir para a organização da rede de atenção à saúde materna e infantil;

II – contribuir para a regulação da atenção à saúde materna e infantil no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS –, em conformidade com o disposto no Capítulo VIII-A do Título III da Lei nº 13.317, de 24 de setembro de 1999;

III – realizar a vigilância do óbito materno e infantil;

IV – estimular a mobilização social dos setores afetos à questão da saúde materna e infantil e a participação nas comunidades nas quais a gestante está inserida, por meio de ações presenciais ou em redes sociais.

Art. 3° – As medidas de atenção à saúde materna e infantil no Estado obedecerão as seguintes diretrizes:

I – no tocante à organização da rede de atenção à saúde materna e infantil:

a) garantia, em cada região de saúde, de serviço de atendimento secundário de referência para gestantes e crianças em condições de alto risco;

b) garantia de acesso para a gestante de risco a casas de apoio vinculadas às unidades hospitalares de referência;

c) garantia de acesso a bancos de leite humano e a postos de coleta de leite humano;

d) mapeamento das unidades hospitalares que realizam parto de risco habitual e de alto risco para organização dos fluxos assistenciais, observando o perfil das unidades e o número de leitos;

e) garantia, em cada região de saúde, de acesso a unidade de terapia intensiva de cuidados progressivos neonatais vinculada a maternidade credenciada, para realização de partos de alto risco;

f) garantia de transporte inter-hospitalar de gestantes e neonatos caso a assistência na unidade hospitalar de origem não seja possível;

g) manutenção de sistema informatizado de identificação de gestantes e acompanhamento individualizado das gestações classificadas como de alto risco;

II – no tocante à vigilância dos óbitos maternos e infantis:

a) notificação compulsória dos óbitos maternos e infantis pelo Sistema Nacional de Agravos de Notificação – Sinan;

b) monitoramento da mortalidade materna e infantil e investigação das causas dos óbitos maternos e infantis;

III – no tocante à qualificação dos profissionais que atuam na vigilância em saúde e dos serviços que eles realizam:

a) capacitação dos profissionais que atuam na assistência à gestante e ao neonato e nas unidades de transporte terrestre e aéreo de urgência para atendimento de neonatos;

b) incentivo ao cadastramento precoce de gestantes;

c) garantia da classificação estratificada do risco gestacional para orientar a assistência a ser prestada;

d) atualização periódica dos protocolos clínicos de atendimento materno e infantil;

e) garantia da realização dos exames diagnósticos estabelecidos nos protocolos clínicos.

Art. 4° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.333

Acrescenta os arts. 1º-A e 1º-B à Lei nº 17.591, de 23 de junho de 2008, que institui a Semana de Prevenção de Distúrbios Alimentares.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam acrescentados à Lei nº 17.591, de 23 de junho de 2008, os seguintes arts. 1º-A e 1º-B:

"Art. 1º-A – São objetivos da semana de que trata esta lei:

I – esclarecer os riscos dos distúrbios alimentares;

II – divulgar a multiplicidade de padrões estéticos existentes, valorizando as diferenças étnicas e raciais;

III – estimular a identificação dos distúrbios alimentares e da população de risco;

IV – incentivar estudos sobre a situação nutricional dos alunos da rede pública estadual.

Art. 1º-B – Na realização de atividades da Semana de Prevenção de Distúrbios Alimentares serão observadas as seguintes diretrizes:

I – integração das ações públicas e privadas voltadas à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento das doenças associadas a distúrbios alimentares;

II – estímulo à superação do conceito de um padrão de beleza único;

III – busca da redução do número de pessoas acometidas por patologias decorrentes do excesso ou da insuficiência alimentar.".

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.334

Institui a Semana de Conscientização sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a Semana de Conscientização sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH –, a ser realizada anualmente na semana em que recair o dia 1º de agosto.

Art. 2º – A semana instituída por esta lei tem como objetivo informar a população sobre a necessidade do diagnóstico precoce do TDAH, bem como sobre as possibilidades de tratamento.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.335

Autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – a alienar, por meio de venda, os bens que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – autorizada a alienar, por meio de venda, os bens imóveis descritos no Anexo desta lei.

Art. 2º – As alienações de que trata esta lei serão precedidas de avaliação e licitação, na modalidade de concorrência, a cargo de comissão a ser designada pelo presidente da Fapemig.

Art. 3º – O produto da alienação dos bens a que se refere o art. 1º desta lei será destinado ao atendimento dos fins institucionais da Fapemig, observado o disposto no art. 44 da Lei Complementar Federal n° 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

ANEXO

(a que se refere o *caput* do art. 1º da Lei nº , de de de 2016)

Os bens imóveis a que se refere o art. 1º desta lei compreendem os andares 1º, 2º, 3º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º e 12º do Edifício 101 Oxford, localizado na Rua Raul Pompéia, nº 101, Bairro São Pedro, no Município de Belo Horizonte, sendo quatro salas por andar, um auditório, agregado ao 12º pavimento e 21 vagas de garagem, construídos no Lote nº 12 da Quadra 3 da 2ª Seção Suburbana de Belo Horizonte, de área total de 510,20m² (quinhentos e dez vírgula vinte metros quadrados), registrados no Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte-MG, com as seguintes especificações:

– Sala 101: fração ideal de 0,019118, matrícula nº 39.890;

– Sala 102: fração ideal de 0,019118, matrícula nº 39.891;

– Sala 103: fração ideal de 0,015745, matrícula nº 39.896;

– Sala 104: fração ideal de 0,015745, matrícula nº 39.897;

– Sala 201: fração ideal de 0,019118, matrícula nº 39.892;

– Sala 202: fração ideal de 0,019118, matrícula nº 39.893;

– Sala 203: fração ideal de 0,015745, matrícula nº 39.898;

– Sala 204: fração ideal de 0,015745, matrícula nº 39.899;

– Sala 301: fração ideal de 0,019118, matrícula nº 39.894;

– Sala 302: fração ideal de 0,019118, matrícula nº 39.895;

– Sala 303: fração ideal de 0,015745, matrícula nº 39.900;

– Sala 304: fração ideal de 0,015745, matrícula nº 39.901;

– Sala 501: fração ideal de 0,019118, matrícula nº 39.908;

– Sala 502: fração ideal de 0,019118, matrícula nº 39.909;

– Sala 503: fração ideal de 0,015745, matrícula nº 39.918;

– Sala 504: fração ideal de 0,015745, matrícula nº 39.919;

– Sala 601: fração ideal de 0,019118, matrícula nº 39.910;

– Sala 602: fração ideal de 0,019118, matrícula nº 39.911;

– Sala 603: fração ideal de 0,015745, matrícula nº 39.920;

– Sala 604: fração ideal de 0,015745, matrícula nº 39.921;

– Sala 701: fração ideal de 0,019118, matrícula nº 39.912;

– Sala 702: fração ideal de 0,019118, matrícula nº 39.913;

– Sala 703: fração ideal de 0,015745, matrícula nº 39.922;

– Sala 704: fração ideal de 0,015745, matrícula nº 39.923;

– Sala 801: fração ideal de 0,019118, matrícula nº 39.914;

– Sala 802: fração ideal de 0,019118, matrícula nº 39.915;

– Sala 803: fração ideal de 0,015745, matrícula nº 39.924;

– Sala 804: fração ideal de 0,015745, matrícula nº 39.925;

– Sala 901: fração ideal de 0,019118, matrícula nº 39.916;

– Sala 902: fração ideal de 0,019118, matrícula nº 39.917;

– Sala 903: fração ideal de 0,015745, matrícula nº 39.926;

– Sala 904: fração ideal de 0,015745, matrícula nº 39.927;

– Sala 1001: fração ideal de 0,019118, matrícula nº 39.884;

– Sala 1002: fração ideal de 0,019118, matrícula nº 39.885;

– Sala 1003: fração ideal de 0,015745, matrícula nº 39.886;

– Sala 1004: fração ideal de 0,015745, matrícula nº 39.887;

– Sala 1201: fração ideal de 0,023799, matrícula nº 40.225;

– Sala 1202: fração ideal de 0,023799, matrícula nº 40.226;

– Sala 1203: fração ideal de 0,019604, matrícula nº 40.227;

– Sala 1204: fração ideal de 0,019604, matrícula nº 40.228.

– Vaga de garagem nº 3: fração ideal de 0,006528, matrícula nº 39.932;

– Vaga de garagem nº 4: fração ideal de 0,006528, matrícula nº 39.933;

– Vaga de garagem nº 7: fração ideal de 0,006528, matrícula nº 39.888;

– Vaga de garagem nº 8: fração ideal de 0,006528, matrícula nº 39.889;

– Vaga de garagem nº 9: fração ideal de 0,006528, matrícula nº 39.902;

– Vaga de garagem nº 10: fração ideal de 0,006528, matrícula nº 39.934;

– Vaga de garagem nº 11: fração ideal de 0,006528, matrícula nº 39.935;

– Vaga de garagem nº 12: fração ideal de 0,006528, matrícula nº 39.936;

– Vaga de garagem nº 13: fração ideal de 0,006528, matrícula nº 39.937;

– Vaga de garagem nº 14: fração ideal de 0,006528, matrícula nº 40.231;

– Vaga de garagem nº 15: fração ideal de 0,006528, matrícula nº 40.232;

– Vaga de garagem nº 16: fração ideal de 0,006528, matrícula nº 40.233;

– Vaga de garagem nº 17: fração ideal de 0,004640, matrícula nº 39.903;

– Vaga de garagem nº 18: fração ideal de 0,004640, matrícula nº 39.904;

– Vaga de garagem nº 19: fração ideal de 0,004640,matrícula nº 39.905;

– Vaga de garagem nº 20: fração ideal de 0,004640, matrícula nº 39.906;

– Vaga de garagem nº 21: fração ideal de 0,004640, matrícula nº 39.907;

– Vaga de garagem nº 22: fração ideal de 0,004640, matrícula nº 39.928;

– Vaga de garagem nº 23: fração ideal de 0,004640, matrícula nº 39.929;

– Vaga de garagem nº 24: fração ideal de 0,004640, matrícula nº 39.930;

– Vaga de garagem nº 25: fração ideal de 0,004640, matrícula nº 39.931.

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.336

Cria a Área de Proteção Ambiental – APA – Parque Fernão Dias.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – Fica criada a Área de Proteção Ambiental – APA – Parque Fernão Dias, localizada nos Municípios de Betim e Contagem, com área de 984.516,20m² (novecentos e oitenta e quatro mil quinhentos e dezesseis vírgula vinte metros quadrados), conforme descrição do perímetro constante no Anexo desta lei.

Art. 2° – São objetivos da APA Parque Fernão Dias:

I – proteger o ecossistema natural;

II – proteger os remanescentes de mata atlântica e a diversidade biológica;

III – pesquisar, promover e estimular a recuperação, a reabilitação, a proteção e o desenvolvimento da fauna e da flora silvestres;

IV – proteger os mananciais e o patrimônio paisagístico;

V – promover as ciências naturais, incentivando a pesquisa científica relacionada com a fauna e a flora;

VI – promover a educação ambiental, a cultura, o lazer, o desporto e a recreação da população de forma sustentável e em harmonia com o meio ambiente.

§ 1° – É vedada na APA Parque Fernão Dias a realização de qualquer tipo de atividade ou a construção de edificação em desacordo com os objetivos de que trata o *caput*.

§ 2° – A vedação a que se refere o § 1º não se aplica à atividade desenvolvida pelo Instituto Educacional da Criança e do Adolescente de Contagem – Inecac – na APA Parque Fernão Dias, sendo vedada a ampliação de suas instalações, bem como a substituição da finalidade educacional dessa atividade por outra que não se enquadre entre os objetivos de que trata o *caput*.

Art. 3° – A APA Parque Fernão Dias será administrada pelo órgão ou entidade responsável pela gestão das unidades de conservação estaduais.

Parágrafo único – O órgão ou entidade responsável pela gestão das unidades de conservação estaduais elaborará o Plano de Manejo da APA Parque Fernão Dias, com participação da sociedade civil e acompanhamento do conselho gestor a que se refere o art. 4º, atendendo aos objetivos definidos no art. 2° desta lei.

Art. 4° – A administração da APA Parque Fernão Dias será supervisionada por um conselho gestor, composto por representantes do poder público e da sociedade civil, com a seguinte composição mínima:

I – dois representantes do Estado, sendo um indicado pelo Poder Executivo e outro pelo Poder Legislativo;

II – dois representantes do Município de Betim, sendo um indicado pelo Poder Executivo e outro pelo Poder Legislativo;

III – dois representantes do Município de Contagem, sendo um indicado pelo Poder Executivo e outro pelo Poder Legislativo;

IV – um representante do Ministério Público do Estado de Minas Gerais;

V – dois representantes de movimentos populares ou de associações de moradores, sendo um de entidade sediada no Município de Betim e outro de entidade sediada no Município de Contagem;

VI – dois representantes de instituições acadêmicas;

VII – um representante de entidades legalmente constituídas de defesa do meio ambiente com atuação metropolitana ou estadual;

VIII – um representante de entidades representativas de trabalhadores com atuação metropolitana ou estadual.

§ 1° – O conselho gestor da APA Parque Fernão Dias será presidido por representante do órgão ou entidade responsável pela gestão das unidades de conservação estaduais.

§ 2° – Os órgãos e as entidades representados no conselho gestor ###colaborarão na administração da APA Parque Fernão Dias.

§ 3° – Os membros do conselho gestor da APA Parque Fernão Dias terão mandato de dois anos, permitida a recondução, sendo sua participação considerada de relevante interesse público e exercida sem remuneração.

§ 4° – O conselho gestor da APA Parque Fernão Dias não terá o seu funcionamento obstado ou prejudicado pela recusa de participação na composição do conselho ou de comparecimento nas reuniões de membros representantes do Poder Legislativo e do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, dos Municípios de Betim e Contagem e da sociedade civil.

Art. 5° – Compete ao conselho gestor da APA Parque Fernão Dias:

I – aprovar seu regimento interno;

II – apreciar previamente o Plano de Manejo da APA Parque Fernão Dias, a ser submetido à aprovação do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam;

III – supervisionar os serviços de administração da APA Parque Fernão Dias, visando à implementação do Plano de Manejo;

IV – apoiar a administração da APA Parque Fernão Dias na implementação de ações que visem aos objetivos definidos no art. 2° desta lei.

Art. 6° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

ANEXO

(a que se refere o art. 1º da Lei nº....., de ….. de..... de ….)

Descrição do perímetro da área da APA Parque Fernão Dias

Memorial Descritivo

Imóvel: Apa Parque Fernão Dias

Área: 984.516,20 m²

Perímetro: 4.668,9149m

Estado: Minas Gerais

Município: Betim

Limites e Confrontações

Norte: com Faixa de Domínio da RFFSA, Gerdau SA, Siderúrgica Barra Mansa SA, Newton Cardoso, GR Química Indústria e Comércio Ltda. e Rua Rio Comprido.

Leste: com Faixa de Domínio da RFFSA, Siderúrgica Barra Mansa SA, Newton Cardoso, Rua Rio Comprido, Rua Doze e Fazenda Barreiro de Cima.

Sul: com Rua Rio Comprido, Rua Doze e Fazenda Barreiro de Cima, Fayal SA e Bairro Alvorada.

Oeste: com Faixa de Domínio da RFFSA e Bairro Alvorada.

Descrição do Perímetro

Partindo do ponto 48, coordenada plana 7.794.901,1661m Norte e 595.213,6836m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 19,0794m e azimute plano de 97°36'57", chega-se ao ponto 47, coordenada plana 7.794.898,6375m Norte e 595.232,5946m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 44,0346m e azimute plano de 103°35'47", chega-se ao ponto 46, coordenada plana 7.794.888,2859m Norte e 595.275,3952m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 49,7515m e azimute plano de 88°17'32", chega-se ao ponto 45, coordenada plana 7.794.889,7686m Norte e 595.325,1247m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 38,8712m e azimute plano de 71°42'53", chega-se ao ponto 44, coordenada plana 7.794.901,9644m Norte e 595.362,0332m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 50,5737m e azimute plano de 58°44'37", chega-se ao ponto 43, coordenada plana 7.794.928,2055m Norte e 595.405,2663m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 55,9999m e azimute plano de 43º33’29", chega-se ao ponto 42, coordenada plana 7.794.968,7873m Norte e 595.443,8553m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 66,6006m e azimute plano de 22°53'54", chega-se ao ponto 41, coordenada plana 7.795.030,1396m Norte e 595.469,7694m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 48,4416m e azimute plano de 3°45'46", chega-se ao ponto 40, coordenada plana 7.795.078,4767m Norte e 595.472,9484m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA no quadrante Sudoeste, seguindo com distância de 218,4672m e azimute plano de 356°05'12", chega-se ao ponto 39, coordenada plana 7.795.296,4346m Norte e 595.458,0390m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 24,5236m e azimute plano de 10°59'08", chega-se ao ponto 38, coordenada plana 7.795.320,5089m Norte e 595.462,7123m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 35,7634m e azimute plano de 21°51'59", chega-se ao ponto 37, coordenada plana 7.795.353,6992m Norte e 595.476,0322m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 23,4748m e azimute plano de 31°40'21", chega-se ao ponto 36, coordenada plana 7.795.373,6778m Norte e 595.488,3579m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 24,6618m e azimute plano de 41°08'10", chega-se ao ponto 35, coordenada plana 7.795.392,2518m Norte e 595.504,5817m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 36,3971m e azimute plano de 52°16'37", chega-se ao ponto 34, coordenada plana 7.795.414,5213m Norte e 595.533,3709m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 37,3417m e azimute plano de 65°56'37", chega-se ao ponto 33, coordenada plana 7.795.429,7431m Norte e 595.567,4693m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 103,1674m e azimute plano de 76°29'24", chega-se ao ponto 32, coordenada plana 7.795.453,8444m Norte e 595.667,7820m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante

Noroeste, seguindo com distância de 44,0327m e azimute plano de 77º35'49" chega-se ao ponto 31, coordenada plana 7.795.463,3020m Norte e 595.710,7870m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 24,8688m e azimute plano de 85°33'52", chega-se ao ponto 30, coordenada plana 7.795.465,2253m Norte e 595.735,5813m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 28,4099m e azimute plano de 99°28'18", chega-se ao ponto 29, coordenada plana 7.795.460,5502m Norte e 595.763,6039m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 35,7835m e azimute plano de 111°53'45", chega-se ao ponto 28, coordenada plana 7.795.447,2058m Norte e 595.796,8061m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 19,1273m e azimute plano de 111°53'45", chega-se ao ponto 27, coordenada plana 7.795.440,0728m Norte e 595.814,5536m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 26,3963m e azimute plano de 116°16'34", chega-se ao ponto 26, coordenada plana 7.795.428,3872m Norte e 595.838,2224m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 24,7102m e azimute plano de 104°15'36", chega-se ao ponto 25, coordenada plana 7.795.422,3005m Norte e 595.862,1712m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 16,2886m e azimute plano de 118°54'54", chega-se ao ponto 24, coordenada plana 7.795.414,4248m Norte e 595.876,4293m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 31,2773m e azimute plano de 130°57'01", chega-se ao ponto 23, coordenada plana 7.795.393,9257m Norte e 595.900,0523m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 7,2336m e azimute plano de 118°22'31", chega-se ao ponto 22, coordenada plana 7.795.390,4879m Norte e 595.906,4169m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 9,5166m e azimute plano de 106°05'50", chega-se ao ponto 21, coordenada plana 7.795.387,8493m Norte e 595.915,5604m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 4,6674m e azimute plano de 100°39'13", chega-se ao ponto 20, coordenada plana 7.795.386,9864m Norte e 595.920,1473m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 54,3971m e azimute plano de 99°24'04", chega-se ao ponto 19, coordenada plana 7.795.378,1008m Norte e 595.973,8137m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 39,9105m e azimute plano de 104°45'27", chega-se ao ponto 18, coordenada plana 7.795.367,9345m Norte e 596.012,4076m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 20,1091m e azimute plano de 101°32'49", chega-se ao ponto 17, coordenada plana 7.795.363,9093m Norte e 596.032,1097m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 27,9856m e azimute plano de 84°33'43", chega-se ao ponto 16, coordenada plana 7.795.366,5615m Norte e 596.059,9694m Leste, deste, confrontando neste trecho com Faixa de Domínio da RFFSA, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 35,4361m e azimute plano de 84°33'43", chega-se ao ponto 14, coordenada plana 7.795.369,9198m Norte e 596.095,2460m Leste, deste, confrontando neste trecho com Gerdau SA, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 169,4601m e azimute plano de 127°00'44", chega-se ao ponto 13, coordenada plana 7.795.267,9076m Norte e 596.230,5613m Leste, deste, confrontando neste trecho com Gerdau SA, no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 47,8289m e azimute plano de 85°46'25", chega-se ao ponto 12, coordenada plana 7.795.271,4324m Norte e 596.278,2602m Leste, deste, confrontando neste trecho com Siderúrgica Barra Mansa S.A., no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 65,5937m e azimute plano de 85°46'25", chega-se ao ponto 10, coordenada plana 7.795.276, 2664m Norte e 596.343,6755m Leste, deste, confrontando neste trecho com Siderúrgica Barra Mansa S.A., no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 51,1891m e azimute plano de 92°12'45", chega-se ao ponto 9, coordenada plana 7.795.274,2902m Norte e 596.394,8265m Leste, deste, confrontando neste trecho

com Siderúrgica Barra Mansa S.A., no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 23,1500m e azimute plano de 103°48'21", chega-se ao ponto 87, coordenada plana 7.795.268,7659m Norte e 596.417,3077m Leste, deste, confrontando neste trecho com Siderúrgica Barra Mansa S.A., no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 56,3302m e azimute plano de 120°25'10", chega-se ao ponto 7, coordenada plana 7.795.240,2445m Norte e 596.465,8836m Leste, deste, confrontando neste trecho com Weir do Brasil S.A., no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 46,1026m e azimute plano de 120°31'26", chega-se ao ponto 99, coordenada plana 7.795.216,8291m Norte e 596.505,5972m Leste, deste, confrontando neste trecho com Weir do Brasil S.A., no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 26,4512m e azimute plano de 151°54'26", chega-se ao ponto 98, coordenada plana 7.795.193,4942m Norte e 596.518,0531m Leste, deste, confrontando neste trecho com Newton Cardoso, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 51,7115m e azimute plano de 151°55'46", chega-se ao ponto 97, coordenada plana 7.795.147,8656m Norte e 596.542,3864m Leste, deste, confrontando neste trecho com GR Química Indústria e Comércio LTDA., no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 135,9774m e azimute plano de 151°55'09", chega-se ao ponto 5, coordenada plana 7.795.027,8950m Norte e 596.606,3934m Leste deste, confrontando neste trecho com GR Química Indústria e Comércio LTDA., no quadrante Noroeste, seguindo com distância de 10,5564m e azimute plano de 70°40'46", chega-se ao ponto 93, coordenada plana 7.795.031,3876m Norte e 596.616,3553m Leste, deste, confrontando neste trecho com Rua Rio Comprido, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 54,7403m e azimute plano de 177°29'09", chega-se ao ponto 3, coordenada plana 7.794.976,7000m Norte e 596.618,7566m Leste, deste, confrontando neste trecho com Rua Rio Comprido, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 184,1745m e azimute plano de 158°58'25", chega-se ao ponto 78, coordenada plana 7.794.804,7888m Norte e 596.684,8380m Leste, deste, confrontando neste trecho com Rua Rio Comprido, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 10,7669m e azimute plano de 157°48'18", chega-se ao ponto 77, coordenada plana 7.794.794,8197m Norte e 596.688,9053m Leste, deste, confrontando neste trecho com Rua Rio Comprido, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 20,8978m e azimute plano de 174°58'08", chega-se ao ponto 76, coordenada plana 7.794.774,0024m Norte e 596.690,7380m Leste, deste, confrontando neste trecho com Rua Rio Comprido, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 36,8499m e azimute plano de 183°09'47", chega-se ao ponto 75, coordenada plana 7.794.737,2086m Norte e 596.688,7046m Leste, deste, confrontando neste trecho com Rua Rio Comprido, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 82,4593m e azimute plano de 199°49'47", chega-se ao ponto 74, coordenada plana 7.794.659,6387m Norte e 596.660,7321m Leste, deste, confrontando neste trecho com Rua Rio Comprido, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 19,0171m e azimute plano de 203°47'07", chega-se ao ponto 73, coordenada plana 7.794.642,2369m Norte e 596.653,0623m Leste, deste, confrontando neste trecho com Rua Rio Comprido, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 14,3475m e azimute plano de 190°53'11", chega-se ao ponto 72, coordenada plana 7.794.628,1476m Norte e 596.650,3526m Leste, deste, confrontando neste trecho com Rua Rio Comprido, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 26,7347m e azimute plano de 173°29'26", chega-se ao ponto 71, coordenada plana 7.794.601,5853m Norte e 596.653,3834m Leste, deste, confrontando neste trecho com Rua Rio Comprido, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 16,5996m e azimute plano de 167°57'57", chega-se ao ponto 70, coordenada plana 7.794.585,3505m Norte e 596.656,8444m Leste, deste, confrontando neste trecho com Rua Rio Comprido, no quadrante Nordeste, seguindo com distância de 10,7645m e azimute plano de 162°20'04", chega-se ao ponto 69, coordenada plana 7.794.575,0937m Norte e 596.660,1109m Leste, deste, confrontando neste trecho com Rua Doze, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 5,6802m e azimute plano de 210°13'20", chega-se ao ponto 68, coordenada plana 7.794.570,1855m Norte e 596.657,2518m Leste, deste, confrontando neste trecho com Rua Doze, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 2,6894m e azimute plano de 239°05'40", chega-se ao ponto 67, coordenada plana 7.794.568,8041m Norte e 596.654,9442m Leste, deste, confrontando neste trecho com Rua Doze, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 16,3003m e azimute plano de 249°20'25", chega-se ao ponto 66, coordenada plana 7.794.563,0531m Norte e 596.639,6921m Leste, deste, confrontando neste trecho com Rua Doze, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 13,3558m e azimute plano de 255°31'19", chega-se ao ponto 65, coordenada plana 7.794.559,7141m Norte e 596.626,7605m Leste, deste, confrontando neste trecho com Rua Doze, no quadrante Sudeste,

seguindo com distância de 75,5170m e azimute plano de 264°48'08", chega-se ao ponto 64, coordenada plana 7.794.552,8727m Norte e 596.551,5540m Leste, deste, confrontando neste trecho com Rua Doze, no quadrante Sudoeste, seguindo com distância de 26,5561m e azimute plano de 272°00'23", chega-se ao ponto 63, coordenada plana 7.794.553,8024m Norte e 596.525,0142m Leste, deste, confrontando neste trecho com Rua Doze, no quadrante Sudoeste, seguindo com distância de 27,7157m e azimute plano de 275°02'57", chega-se ao ponto 62, coordenada plana 7.794.556,2416m Norte e 596.497,4061m Leste, deste, confrontando neste trecho com Rua Doze, no quadrante Sudoeste, seguindo com distância de 55,2056m e azimute plano de 280°48'11", chega-se ao ponto 61, coordenada plana 7.794.566,5889m Norte e 596.443,1788m Leste, deste, confrontando neste trecho com Rua Doze, no quadrante Sudoeste, seguindo com distância de 107,6742m e azimute plano de 291°49'40", chega-se ao ponto 79, coordenada plana 7.794.606,6239m Norte e 596.343,2242m Leste, deste, confrontando neste trecho com Fazenda Barreiro de Cima, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 65,2750m e azimute plano de 266°47'03", chega-se ao ponto 84, coordenada plana 7.794.602,9621m Norte e 596.278,0520m Leste, deste, confrontando neste trecho com Fazenda Barreiro de Cima, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 56,3999m e azimute plano de 259°01'27", chega-se ao ponto 82 coordenada plana 7.794.592,2239m Norte e 596.222,6837m Leste, deste, confrontando neste trecho com Fazenda Barreiro de Cima, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 57,9615m e azimute plano de 251°04'56", chega-se ao ponto 80, coordenada plana 7.794.573,4320m Norte e 596.167,8531m Leste, deste, confrontando neste trecho com Fazenda Barreiro de Cima, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 68,1920m e azimute plano de 249°43'50", chega-se ao ponto 60, coordenada plana 7.794.549,8079m Norte e 596.103,8839m Leste, deste, confrontando neste trecho com Fazenda Barreiro de Cima, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 58,1965m e azimute plano de 244°34'03", chega-se ao ponto 59, coordenada plana 7.794.524,8155m Norte e 596.051,3272m Leste, deste, confrontando neste trecho com Fazenda Barreiro de Cima, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 25,3526m e azimute plano de 225°41'27", chega-se ao ponto 58, coordenada plana 7.794.507,1059m Norte e 596.033,1855m Leste deste, confrontando neste trecho com Fazenda Barreiro de Cima, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 44,7106m e azimute plano de 215°08'37", chega-se ao ponto 57, coordenada plana 7.794.470,5456m Norte e 596.007,4487m Leste, deste, confrontando neste trecho com Fazenda Barreiro de Cima, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 40,1816m e azimute plano de 208°43'26", chega-se ao ponto 56, coordenada plana 7.794.435,3085m Norte e 595.988,1379m Leste, deste, confrontando neste trecho com Fazenda Barreiro de Cima, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 68,2168m e azimute plano de 195°45'56", chega-se ao ponto 55, coordenada plana 7.794.369,6578m Norte e 595.969,6032m Leste, deste, confrontando neste trecho com Fazenda Barreiro de Cima, quadrante Sudeste, seguindo com distância de 32,4295m e azimute plano de 203º50'57", chega-se ao ponto 54, coordenada plana 7.794.339,9974m Norte e 595.956,4910m Leste, deste, confrontando neste trecho com Fazenda Barreiro de Cima, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 24,8557m e azimute plano de 210°29'13", chega-se ao ponto 53, coordenada plana 7.794.318,5781m Norte e 595.943,8801m Leste, deste, confrontando neste trecho com Fazenda Barreiro de Cima, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 56,5256m e azimute plano de 228°36'09", chega-se ao ponto 52, coordenada plana 7.794.281,1990m Norte e 595.901,4785m Leste, deste, confrontando neste trecho com Fazenda Barreiro de Cima, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 21,9048m e azimute plano de 255°50'17", chega-se ao ponto 81, coordenada plana 7.794.275,8397m Norte e 595.880,2395m Leste, deste, confrontando neste trecho com Fayal SA, no quadrante Sudoeste, seguindo com distância de 460,1389m e azimute plano de 340°27'11", chega-se ao ponto 50, coordenada plana 7.794.709,4599m Norte e 595.726,2871m Leste, deste, confrontando neste trecho com Fayal SA, no quadrante Sudeste, seguindo com distância de 421,8313m e azimute plano de 251°09'00", chega-se ao ponto 83, coordenada plana 7.794.573,1698m Norte e 595.327,0796m Leste, deste, confrontando neste trecho com Bairro Alvorada, no quadrante Sudoeste, seguindo com distância de 347,0450m e azimute plano de 340°55'43", chega-se ao ponto 48, coordenada plana 7.794.901,1661m Norte e 595.213,6836m Leste, ponto inicial da descrição deste perímetro.

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.337

Dispõe sobre a desafetação do trecho rodoviário que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Limeira do Oeste.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica desafetado o trecho da Rodovia AMG-3120 localizado entre o Km zero, no Município de Limeira do Oeste, e o Km 1,180, no entroncamento com a LMG-865, com a extensão de 1,180km (um vírgula cento e oitenta quilômetro).

Art. 2º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Limeira do Oeste a área correspondente ao trecho rodoviário de que trata o art. 1º.

Parágrafo único – A área a que se refere o *caput* integrará o perímetro urbano do Município de Limeira do Oeste e destina-se à instalação de vias urbanas.

Art. 3º – O trecho objeto da doação de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da publicação desta lei, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 2º.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.338

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dom Cavati o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Dom Cavati imóvel com área de 4.200m² (quatro mil e duzentos metros quadrados), situado no lugar denominado Areia Preta, naquele município, registrado sob o nº 11.559, a fls.79 do Livro 3-D, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Inhapim.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* destina-se à ampliação da Escola Municipal Alverino Moreira Chaves.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – A autorização de que trata esta lei ficará sem efeito se, findo o prazo de cento e oitenta dias contados da lavratura da escritura pública de doação, o Município de Dom Cavati não houver procedido ao registro do imóvel.

Art. 4º – O Município de Dom Cavati encaminhará à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão documento que comprove a destinação do imóvel prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.339

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça e autoriza o remanejamento de dotações orçamentárias do Tribunal de Justiça para o Fundo Financeiro de Previdência.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, até o limite de R$12.000.000,00 (doze milhões de reais), para atender a despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

Art. 2º – Para atender ao disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação das receitas de:

I – Contribuição Patronal para o Fundo Financeiro de Previdência – Funfip –, no valor de R$3.000.000,00 (três milhões de reais);

II – Contribuição do Servidor para o Funfip, no valor de R$9.000.000,00 (nove milhões de reais).

Art. 3° – Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar dotações orçamentárias do Tribunal de Justiça do Estado, do grupo de despesas de Pessoal e Encargos Sociais, da fonte de Recursos para Cobertura do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS –, em favor do Funfip, até o limite de R$12.000.000,00 (doze milhões de reais).

Art. 4º – A aplicação desta lei observará o disposto no art. 169 da Constituição da República e as normas pertinentes da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.340

Declara de utilidade pública a Associação Cultural, Artística e Talentos de Araxá – Acata –, com sede no Município de Araxá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural, Artística e Talentos de Araxá – Acata –, com sede no Município de Araxá.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.341

Declara de utilidade pública o Instituto Superação, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Superação, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.342

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores dos Bairros Morada do Sol I & II – ACBMS –, com sede no Município de Lavras.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores dos Bairros Morada do Sol I & II – ACBMS –, com sede no Município de Lavras.

Art. 2° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.343

Declara de utilidade pública o Lar Beneficente Santo Antônio, com sede no Município de Cláudio.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Lar Beneficente Santo Antônio, com sede no Município de Cláudio.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.344

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Santa Eulália – Projeto de Assentamento Grota do Espinho, com sede no Município de Montalvânia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Santa Eulália – Projeto de Assentamento Grota do Espinho, com sede no Município de Montalvânia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.345

Declara de utilidade pública a Associação Humanitária de Assistência Social – Ahas –, com sede no Município de Piranga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – Fica declarada de utilidade pública a Associação Humanitária de Assistência Social – Ahas –, com sede no Município de Piranga.

Art. 2° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.346

Declara de utilidade pública o Núcleo de Assistência Social Cafarnaum – Nasc –, com sede no Município de Juiz de Fora.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – Fica declarado de utilidade pública o Núcleo de Assistência Social Cafarnaum – Nasc –, com sede no Município de Juiz de Fora.

Art. 2° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.347

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Amigos do Bairro Concórdia, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Amigos do Bairro Concórdia, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.348

Declara de utilidade pública a Associação Casa do Caminho – Acasa –, com sede no Município de Ibirité.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – Fica declarada de utilidade pública a Associação Casa do Caminho – Acasa –, com sede no Município de Ibirité.

Art. 2° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.349

Declara de utilidade pública o Centro de Apoio Batista Bereia, com sede no Município de Contagem.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – Fica declarado de utilidade pública o Centro de Apoio Batista Bereia, com sede no Município de Contagem.

Art. 2° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.350

Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento Cultural – Adesc –, com sede no Município de Passos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento Cultural – Adesc –, com sede no Município de Passos.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.351

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Contrato, com sede no Município de Itamarandiba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Contrato, com sede no Município de Itamarandiba.

Art. 2° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.352

Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Agricultores Familiar de Taboca e Região, com sede no Município de Presidente Olegário.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Agricultores Familiar de Taboca e Região, com sede no Município de Presidente Olegário.

Art. 2° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.353

Declara de utilidade pública a Banda de Música Lira Mantenense – Bamliman –, com sede no Município de Mantena.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – Fica declarada de utilidade pública a Banda de Música Lira Mantenense – Bamliman –, com sede no Município de Mantena.

Art. 2° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.354

Declara de utilidade pública o Centro de Cultura Letícia Soares, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – Fica declarado de utilidade pública o Centro de Cultura Letícia Soares, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.355

Declara de utilidade pública o Instituto Asas, com sede no Município de Viçosa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Asas, com sede no Município de Viçosa.

Art. 2° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.356

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Santanense, com sede no Município de Santana do Deserto.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Santanense, com sede no Município de Santana do Deserto.

Art. 2° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.357

Dá a denominação de Deputado José Pires da Luz ao trecho da Rodovia MGT-265 que liga os Municípios de Ubá e Tocantins.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – Fica denominado Deputado José Pires da Luz o trecho da Rodovia MGT-265 que liga os Municípios de Ubá e Tocantins.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.358

Declara de utilidade pública o Instituto Anjos do Asfalto Resgate Rodoviário, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Anjos do Asfalto Resgate Rodoviário, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de dezembro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 5.513, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

Reconhece o estado de calamidade pública de ordem financeira no Estado de Minas Gerais, nos termos do Decreto nº 47.101, de 5 de dezembro de 2016.

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º – Fica reconhecido o estado de calamidade pública de ordem financeira no Estado de Minas Gerais, nos termos do Decreto nº 47.101, de 5 de dezembro de 2016.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 12 de dezembro de 2016; 227º da Inconfidência Mineira e 194º da Independência do Brasil.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

ATAS

ATA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/12/2016

Presidência dos Deputados Adalclever Lopes e Hely Tarqüínio

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.946 e 3.947/2016 – Requerimentos nºs 6.179 a 6.211/2016 – Requerimentos Ordinários nºs 2.701 a 2.708 e 2.710/2016 – Comunicações: Comunicações das Comissões da Pessoa com Deficiência, de Segurança Pública, de Desenvolvimento Econômico (2), de Cultura, de Direitos Humanos, de Minas e Energia, do Trabalho, de Meio Ambiente e de Transporte e das Comissões Extraordinárias do Idoso, das Águas, de Proteção dos Animais e das Mulheres – Questão de Ordem; chamada para recomposição de número regimental; existência de quórum para a continuação dos trabalhos – Questões de Ordem; Suspensão e Reabertura da Reunião – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos Ordinários nºs 2.701 a 2.708 e 2.710/2016; deferimento – Chamada para recomposição de número regimental; existência de quórum para votação – Discussão e Votação de Indicações: Discussão, em turno único, da Indicação nº 26/2016; aprovação – Discussão, em turno único, da Indicação nº 27/2016; aprovação – Discussão, em turno único, da Indicação nº 28/2016; aprovação – Discussão, em turno único, da Indicação nº 29/2016; aprovação – Discussão, em turno único, da Indicação nº 30/2016; aprovação – Discussão, em turno único, da Indicação nº 31/2016; aprovação – Discussão, em turno único, da Indicação nº 32/2016; aprovação – Discussão, em turno único, da Indicação nº 33/2016; aprovação – Discussão, em turno único, da Indicação nº 34/2016; aprovação – Discussão, em turno único, da Indicação nº 35/2016; aprovação – Discussão, em turno único, da Indicação nº 36/2016; aprovação – 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do deputado Rogério Correia; aprovação; prejudicialidade de requerimento do deputado Fred Costa – Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2015; inexistência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição – Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 838/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.467/2016; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.834/2015; não apreciação da proposição – Questão de Ordem – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.962/2015; não apreciação da proposição – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.613/2016; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 61/2016; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.846/2016; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 40/2016; apresentação das Emendas nºs 1 e 2; encerramento da discussão; discursos dos deputados Felipe Attiê, Bonifácio Mourão, Dalmo Ribeiro Silva e Léo Portela; Questão de Ordem; discursos dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Dilzon Melo – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarqüínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antônio Lerin – Arlen Santiago – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Fred Costa – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Hely Tarqüínio) – Às 14h4min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Doutor Wilson Batista, 3º-secretário, nas funções de 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.946/2016

Declara de utilidade pública a Associação dos Autônomos em Alimentação de Santa Luzia, com sede no Município de Santa Luzia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Autônomos em Alimentação de Santa Luzia, com sede no Município de Santa Luzia.

Art. 2° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 7 de dezembro de 2016.

Deputado Iran Barbosa (PMDB)

Justificação: A Associação dos Autônomos em Alimentação de Santa Luzia é uma associação sem fins lucrativos com sede nesse município, tendo por finalidade defender os direitos e legítimos interesses de seus associados e colaborar com entidades públicas no desenvolvimento de projetos e normas referentes ao trabalho dos associados.

A entidade atende aos requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual rogo aos nobres pares desta eminente Casa Legislativa a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.947/2016

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Santa Rita e Adjacências – Acobastara –, com sede no Município de Santa Luzia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Santa Rita e Adjacências – Acobastara –, com sede no Município de Santa Luzia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 7 de dezembro de 2016.

Deputado Iran Barbosa (PMDB)

Justificação: A Associação Comunitária do Bairro Santa Rita e Adjacências – Acobastara – é uma associação sem fins lucrativos, com sede no Município de Santa Luzia, que tem por finalidade promover o bem-estar social dos moradores da área de sua abrangência, de forma a conferir-lhes melhores condições de vida.

A entidade atende aos requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual rogo aos nobres pares desta eminente Casa Legislativa que aprovem este projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTO Nº 6.180/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, "c", do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com a Faculdade Pitágoras – Unidade Betim pelo envolvimento no debate sobre a importância da preservação e revitalização do Parque Fernão Dias.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação às Sras. Soraia Fernandes da Costa, coordenadora do Curso de Engenharia Ambiental, e Amábile Amaral Marques, professora, na Faculdade Pitágoras – Unidade Betim, na Av. Juscelino Kubitschek, 229, Centro, Betim, CEP 32600-225.

Sala das Reuniões, 7 de dezembro de 2016.

Deputada Marília Campos (PT)

– À Comissão de Meio Ambiente.

REQUERIMENTO Nº 6.182/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja acatada a reivindicação da Associação dos Efetivados de Minas Gerais e da Associação do Movimento dos Atingidos pela Lei nº 100, de inclusão do tempo de serviço dos ex-efetivados da Lei nº 100, na resolução da SEE que estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais, como parâmetro na designação para o exercício da função pública na Rede Estadual de Educação Básica no ano de 2017.

Sala das Reuniões, 7 de dezembro de 2016.

Deputado Anselmo José Domingos (PTC)

Justificação: A solicitação é justa e necessária, uma vez que a experiência e o tempo de serviço são fatores determinantes para o bom desempenho dos profissionais da área e devem ser observados para designações e promoções.

Muitos servidores foram desligados e agora reivindicam o direito de voltar às atividades por meio das novas designações.

Nesses termos, conto com a aprovação deste requerimento.

– À Comissão de Educação.

REQUERIMENTO Nº 6.183/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, "c", do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com os Srs. Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais – OAB-MG –, e Lucas Lage de Oliveira Andrade, presidente da Comissão OAB Vai à Escola, pela criação do projeto Direito na Escola.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação à OAB-MG, na Rua Albita, 260, Bairro Cruzeiro, Belo Horizonte.

Sala das Reuniões, 7 de dezembro de 2016.

Deputado Duarte Bechir (PSD)

Justificação: Este requerimento visa parabenizar a OAB-MG pela criação do projeto Direito na Escola, que tem o intuito de implementar o ensino de uma disciplina de direito nos ensinos fundamental e médio, fomentando a meta de formar bons cidadãos através do conhecimento.

O trabalho desenvolvido compreende a realização de palestras, cursos completos de introdução ao direito, além de visitas dos alunos a órgãos públicos parceiros. Nessas oportunidades são ministradas noções de direito constitucional, penal, civil, do trabalho e ambiental.

Seguramente, levar esse conhecimento aos nossos alunos ainda em formação é medida salutar para enriquecer o aspecto da cidadania, tão necessário na construção de uma sociedade harmônica, laboriosa e equilibrada.

Por tais razões, solicito dos nobres pares a aprovação desta proposição.

– À Comissão de Educação.

REQUERIMENTO Nº 6.195/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, "c", do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Perdizes pelo seu 78º aniversário, celebrado em 17 de dezembro.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação aos Srs. Fernando Marangoni, prefeito do município, na Av. Gercino Coutinho, 20, Centro, CEP 38170-000; Joel José dos Santos, presidente da Câmara Municipal de Perdizes, na Rua João Luciano Barbosa, 322, Centro, CEP 38170-000; Gil Humberto Borges, presidente do Lions Club de Perdizes, na Rua Dr. Fausto Alvim, 230, Centro, CEP 38170-000; Eliano Antônio Alves, presidente do Rotary Club de Perdizes, na Rua Augusto Luis Coelho, 468, Bairro Divineia, CEP 38170-000; e à Sra. Eveline Drummond de Araujo, da Rádio Planalto de Perdizes Ltda., na Rua Antônio Tomé de Rezende, 288, Bairro Divineia, CEP 38170-000.

Sala das Reuniões, 7 de dezembro de 2016.

Deputado Bosco (PT DO B), vice-líder do Governo.

Justificação: Nos primeiros anos do século passado, o Sr. Francisco Pereira Xavier, abastado proprietário local, deliberou doar, para patrimônio de uma capela em honra a Nossa Senhora da Conceição, algumas terras que lhe pertenciam. A capela foi edificada, e começou a crescer ao seu redor um pequeno núcleo populacional que de início era conhecido por Nossa Senhora da Conceição.

O povoado passou a distrito pela Lei Provincial nº 2.594, de 3/1/1880, confirmada pela Lei nº 2, de 14/9/1891, integrando o Município de Araxá. Em 1920, em publicação do Serviço Nacional de Recenseamento, o distrito aparece com o nome de Conceição do Araxá. A Lei nº 148, de 17/12/1938, elevou o distrito à categoria de município com o nome atual de Perdizes. O município está subordinado judicialmente à comarca de Araxá.

O município hospitaleiro do Alto Paranaíba atrai turistas de todas as partes em busca de belas passagens, boas festas e praças aconchegantes. Seu conhecido carnaval de rua, a festa junina na praça e seu principal evento agropecuário, a Exposição Agropecuária, Comercial e Industrial de Perdizes, conhecida como ExpoPer, chamam a atenção de visitantes do Brasil. Sem esquecer da Festa em Louvor a Nossa Senhora da Cabeça, um forte roteiro turístico religioso da cidade, destacando seu ar interiorano e calmo.

Perdizes constitui importante sítio arqueológico que possibilitou, por meio dos vestígios encontrados, como cerâmica, pedra polida e lascada, ossadas e urnas mortuárias, a ampliação do campo de pesquisa do povoamento da região em época bastante remota. Dentre as áreas naturais, o lago da Represa de Nova Ponte merece atenção. Os recursos que a região oferece para a implantação de parques aquáticos, destinados ao lazer, são de grande relevância para a atividade turística.

Por esses motivos o município merece ser homenageado em data tão significativa.

– À Comissão de Assuntos Municipais.

REQUERIMENTO Nº 6.197/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, "c", do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Vazante pelo 63º aniversário desse município, a ser celebrado no dia 12 de dezembro.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação à Prefeitura Municipal de Vazante e ao Sr. José Benedito dos Reis Calçado, prefeito, na Rua Osório Soares, 600, Bairro Independência, CEP 38780-000, Vazante; e à Câmara Municipal e ao Sr. Belchior Alves de Araújo, presidente da Câmara, na Rua Machado Diniz, 700, Centro, CEP 38780-000, Vazante.

Sala das Reuniões, 7 de dezembro de 2016.

Deputado Bosco (PTdoB), vice-líder do Governo.

Justificação: Vazante não surgiu com tropeiros em busca do ouro e muito menos por possuir prados amenos. Nasceu de uma visão da imagem de Nossa Senhora da Lapa em uma de suas grutas por um casal de viajantes, vindo em seguida uma capela e em torno dela o casario.

A região já fora planilhada pelos civilizados em inícios do século XIX.

Primitivamente seu primeiro nome foi Lapa, cujo território era constituído da Fazenda Vazante – durante os períodos das chuvas os dois rios da região transbordavam provocando as cheias, também chamadas vazantes dos rios. O povoamento de Vazante surge, propriamente, em virtude da visão da Lapa, que ocasionou uma grande romaria ao local.

O início do povoado, onde se formaria a futura cidade, se deu, realmente, por volta do ano de 1920. Foi justamente quando se procedeu a divisão da fazenda Vazante, com a separação do patrimônio de Nossa Senhora da Lapa.

Em torno da capela surgiram as primeiras casas. Além das residências veio a casa comercial, onde se vendia de tudo. Depois apareceu a escola. Estruturou-se a primeira rua, a atual Rua Salatiel Corrêa. Outras iam surgindo, com casas bem construídas. Era o arraial de Vazante que nascia do Distrito de Guarda-Mor, no Município de Paracatu.

Com o desenvolvimento do povoado em torno da capela, pleiteou-se a criação do Distrito de Vazante. Acredita-se que quem esteve à frente desse movimento foi a Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, também conhecida como o Grupo dos Doze. O distrito foi criado pelo governador Benedito Valadares, através do Decreto-Lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938.

Todo o seu território foi desmembrado do Distrito de Guarda-Mor, criado em junho de 1858, no Município de Paracatu.

Essa bela cidade, cercada pelas montanhas da Serra da Lapa com inúmeras cavernas, vive hoje momento de grande desenvolvimento. Conhecida como a capital do zinco, possui grandes reservas desse metal, exploradas e comercializadas pela Votorantim.

Por esses motivos o município merece ser homenageado em data tão significativa.

– À Comissão de Assuntos Municipais.

REQUERIMENTO Nº 6.198/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, "c", do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com o Município de Estrela do Indaiá pelo seu 68º aniversário, a ser celebrado dia 27 de dezembro.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação à Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá, na pessoa do prefeito, Sr. Tibúrcio Délbis, na Praça São Sebastião, 219, Centro, e à Câmara Municipal de Estrela do Indaiá, na pessoa do presidente, Sr. João Ronaldo Tadeu Lourenço, na Rua Padre Luís, 205, Centro, CEP 35613-000.

Sala das Reuniões, 7 de dezembro de 2016.

Deputado Bosco (PT DO B), vice-líder do Governo.

Justificação: O Povoado de Estrela do Indaiá foi elevado à categoria de distrito em 30 de agosto de 1911, pela Lei nº 536, e sua instalação festiva se deu em 30 de maio de 1913. O distrito era, então, subordinado ao Município de Dores do Indaiá, assim continuando a divisão administrativa de 1948, sendo elevado à categoria de município em 27 de dezembro de 1948, pela Lei nº 336, com dois distritos, o da sede e o de Baú de Estrela. Deu-se essa instalação a 1º de janeiro de 1949.

O povoamento das terras onde hoje se encontra o município ocorre simultaneamente ao desenvolvimento e ocupação da Vila de Nossa Senhora das Dores do Rio Indaiá (hoje Dores do Indaiá), uma vez que o município desmembrou-se deste. No local onde hoje se inicia a Avenida Francisco Campos, próximo à praça da Igreja Matriz de Estrela do Indaiá, em seus primórdios havia um casarão (ainda existente e passado por muitas reformas), sede de uma fazenda que, com o passar dos anos, passou a ser designada por

seu proprietário e pelos habitantes do seu redor como Fazenda Estrela, devido à grande quantidade de objetos não identificados e estrelas cadentes que atravessam o céu claro e ostensivo da região.

Terra de gente festiva, honesta e alegre. De belas moças, de festas frequentes com muita música e diversão saudável. Terra da geleia de mocotó, do doce de leite em pedaço, do queijo mineiro bem prensado, do biscoito de peta farto com café quente. Terra das empadinhas saborosas e inigualáveis.

O estrelense é um ser do mundo, sempre a buscar o seu lugar onde quer que seja. Porém, sempre traz consigo a imensa saudade da terra que deixou no oeste mineiro. Ele se distancia, mas leva junto a mesma ideia fixa de envelhecer contemplando o Morro do Palhano, jogando conversa fora com seus conterrâneos.

Por esses motivos o município merece ser homenageado em data tão significativa.

– À Comissão de Assuntos Municipais.

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.701/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos art. 232, VIII, do Regimento Interno, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 3.429/2012, deste deputado, que aguarda designação de relator em comissão.

Sala das Reuniões, 7 de dezembro de 2016.

Deputado Antônio Lerin (PSB)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.702/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos art. 232, VIII, do Regimento Interno, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 3.448/2012, deste deputado, que aguarda designação de relator em comissão.

Sala das Reuniões, 7 de dezembro de 2016.

Deputado Antonio Lerin (PSB)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.703/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos art. 232, VIII, do Regimento Interno, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.972/2015, de sua autoria, que se encontra aguardando parecer em comissão.

Sala das Reuniões, 7 de dezembro de 2016.

Deputado Antonio Lerin (PSB)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.704/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos art. 232, VIII, do Regimento Interno, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.269/2015, de sua autoria, que se encontra aguardando parecer em comissão.

Sala das Reuniões, 7 de dezembro de 2016.

Deputado Antonio Lerin (PSB)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.705/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos art. 232, VIII, do Regimento Interno, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.458/2011, deste deputado, que aguarda designação de relator em comissão.

Sala das Reuniões, 7 de dezembro de 2016.

Deputado Antonio Lerin (PSB)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.706/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos art. 232, VIII, do Regimento Interno, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.619/2011, de sua autoria, que aguarda designação de relator em comissão.

Sala das Reuniões, 7 de dezembro de 2016.

Deputado Antonio Lerin (PSB)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.707/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos art. 232, VIII, do Regimento Interno, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.778/2011, de sua autoria, que aguarda designação de relator em comissão.

Sala das Reuniões, 7 de dezembro de 2016.

Deputado Antonio Lerin (PSB)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.708/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos art. 232, VIII, do Regimento Interno, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 3.352/2012, de sua autoria, que aguarda designação de relator em comissão.

Sala das Reuniões, 7 de dezembro de 2016.

Deputado Antonio Lerin (PSB)

REQUERIMENTOS

Nº 6.179/2016, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 6º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 3/12//2016, em Governador Valadares, que resultou na apreensão de 16 barras de maconha e na detenção de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.181/2016, do deputado Braulio Braz, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Boris Feldman pelos seus 50 anos de profissão. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 6.184/2016, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre possível descumprimento de carga horária por delegados de polícia designados para o exercício de suas funções nos plantões regionais, bem como sobre as providências porventura adotadas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.185/2016, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre eventuais iniciativas para transferir à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – a competência pela execução e pela gestão de medidas socioeducativas, bem como sobre o suposto favorecimento de ONGs e fundações que acolheriam os menores infratores e onde a segurança e a ordem seriam mantidas por monitores educacionais, e não por agentes socioeducativos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.186/2016, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Segurança Pública pedido de informações sobre o pagamento e o reajuste de pensão vitalícia assegurada ao Sr. Ednaldo Fernandes, ex-agente de segurança penitenciária, baleado em 2003, durante rebelião na Penitenciária Nelson Hungria. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.187/2016, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar pedido de informações sobre a motivação do descumprimento do disposto na Lei Complementar nº 127, de 2013, que limita a carga horária de trabalho dos militares estaduais a 40 horas semanais, haja vista o Ofício nº 3.151/16 BM-3, do chefe do Estado-Maior dessa corporação. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.188/2016, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para suspender a substituição de agentes socioeducativos e agentes prisionais contratados, prevista na Lei nº 18.185, de 2009, a fim de prevenir a defasagem do número de servidores dos sistemas prisional e socioeducativo.

Nº 6.189/2016, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Segurança Pública e à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para a permanência do Sr. Leonardo Diniz, delegado de polícia, na Comarca de Bocaiuva, onde realiza excelente trabalho e tem o apoio da maioria da população.

Nº 6.190/2016, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja destinada uma viatura para o destacamento de Olaria.

Nº 6.191/2016, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja destinada uma viatura para o destacamento de Santa Rita do Ibitipoca.

Nº 6.192/2016, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para aumentar os efetivos policial e administrativo da 48ª Delegacia Regional, no Município de São Sebastião do Paraíso.

Nº 6.193/2016, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à 4ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal pedido de providências para viabilizar a melhoria da segurança na BR-040, desde o Anel Rodoviário até o entorno do Ceasa, tendo em vista os altos índices de assalto verificados nesse trecho.

Nº 6.194/2016, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para elevar a delegacia com sede em Viçosa a delegacia regional de Polícia Civil, tendo em vista a falta de efetivo e infraestrutura para atender ao referido município, que possui população aproximada de 100 mil habitantes.

Nº 6.196/2016, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Araxá pelo aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 6.199/2016, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Juiz de Fora pedido de providências para a construção de um centro de controle de zoonoses que terá como objetivos o desenvolvimento de políticas para o combate de doenças transmitidas por animais, a promoção de campanhas de adoção, o incentivo à posse responsável, a realização de programas de esterilização e o recolhimento de animais em situação de rua. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 6.200/2016, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Juiz de Fora pedido de providências para a construção de novos parques para cães – Parcães –, tendo em vista o aumento da demanda por espaços públicos como esses nos centros urbanos. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 6.201/2016, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Anelisa Cardoso Ribeiro, promotora de justiça, por seu notável desempenho como coordenadora do Grupo Especial de Defesa de Fauna – Gedef – atuando na defesa, preservação e conservação da fauna. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 6.202/2016, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia, senador, por seu brilhante trabalho no Congresso Nacional com a apresentação de proposições legislativas, votos, relatórios e discursos em defesa e proteção dos animais. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 6.203/2016, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Dimitri Fernandes Veras, maquinista, por parar um trem com passageiros a bordo e salvar a vida de um cachorro que estava amarrado aos trilhos no dia 20/10/2016, em Recife (PE). (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 6.204/2016, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Gilson Dias Rodrigues, veterinário, pelo trabalho que desenvolve na Associação Bichos Gerais e por sua atuação na defesa, preservação e conservação do meio ambiente. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 6.205/2016, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Juiz de Fora pedido de providências para dar apoio a entidades, ONGs e protetores de animais independentes e uma estrutura mínima para o atendimento aos animais em situação de vulnerabilidade no município. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 6.206/2016, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Rinaldo Kennedy Silva, juiz de direito, pela decisão que, em caráter liminar, determinou a suspensão das autorizações de comércio de animais vivos no Mercado Central de Belo Horizonte, bem como a proibição da entrada de novos animais para serem comercializados e a retirada planejada, em até dez dias, dos que se encontram alojados no local. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 6.207/2016, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Tarcízio Antônio Rego de Paula, professor de medicina veterinária da Universidade Federal de Viçosa, pela elaboração do plano de manejo de capivaras de vida livre no câmpus universitário, o qual se tornou um modelo a ser seguido diante do êxito obtido no combate à infestação de carrapato-estrela e por não causar danos à saúde das capivaras que habitam o referido local. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 6.208/2016, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Lilian Marotta Moreira, promotora de justiça, por sua notável atuação à frente da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico e Cultural de Belo Horizonte na defesa, preservação e conservação do meio ambiente. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 6.209/2016, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Daniel Ambrósio de Rocha Vilela, analista ambiental, pelo trabalho que tem desenvolvido no Centro de Triagem de Animais Silvestres do Ibama e por colaborar com os estudos e debates que visam solucionar a polêmica situação das capivaras que habitam a orla da Lagoa da Pampulha. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 6.210/2016, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Ângela Eulália dos Santos pelo trabalho que tem desenvolvido à frente do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 6.211/2016, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Fundação Ezequiel Dias pelas pesquisas desenvolvidas em prol do avanço científico e tecnológico no campo da saúde pública, principalmente em relação à febre maculosa. (– À Comissão de Saúde.)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO

Nº 2.710/2016, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja inserido nos anais da Casa o balanço de atividades da comissão no biênio 2015-2016.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões da Pessoa com Deficiência, de Segurança Pública, de Desenvolvimento Econômico (2), de Cultura, de Direitos Humanos, de Minas e Energia, do Trabalho, de Meio Ambiente e de Transporte e das Comissões Extraordinárias do Idoso, das Águas, de Proteção dos Animais e das Mulheres.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, V. Exa. pode perceber que há apenas 19 deputados no Plenário. Portanto peço o encerramento de plano da reunião, pois não há quórum para dar continuação aos trabalhos. Segundo o Regimento, necessitamos de 26 deputados presentes.

O presidente – A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Ulysses Gomes) – (– Faz a chamada.).

O presidente – Responderam à chamada 36 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

Questões de Ordem

O deputado Doutor Wilson Batista – Presidente, gostaria de transmitir, mais uma vez, aos caros colegas deputados e deputadas a importância desse projeto de nossa autoria, que foi aprovado ontem por esta Casa, o Projeto de Lei nº 367/2015. Esse projeto dispõe do acesso aos principais exames aliados ao diagnóstico do câncer, a partir dos sinais e sintomas apresentados por essa doença, e que os pacientes tenham acesso a esses exames em até 30 dias. Hoje convivemos com uma lei federal que determina que, após o diagnóstico, os pacientes iniciem o tratamento em até 60 dias, mas, quando o diagnóstico é feito tardiamente, esse paciente, iniciando ou não qualquer tipo de tratamento, não alcançará mais a cura. Hoje, o principal desafio da oncologia, do enfrentamento ao câncer, é reduzir a mortalidade, é garantir a cura aos pacientes. Mas, quando o diagnóstico é tardio, não garantimos cura a mais ninguém. A única ferramenta para garantir a cura, e o mundo todo é convicto disso, é o diagnóstico inicial, é ter acesso a um exame que permite o diagnóstico de uma doença inicial, porque muitos tratamentos garantem a cura. Às vezes só a cirurgia já garante a cura para esse paciente. No Brasil, a nossa realidade é totalmente o contrário, a maioria dos nossos pacientes já tem doenças avançadas. O câncer é uma doença traiçoeira, que evolui silenciosamente. Então, quando o paciente percebe o início daqueles sintomas, se não tem a facilidade de fazer um exame, ele convive com esses sinais e sintomas e só volta a procurar o médico quando a doença já está numa fase avançada. O nosso projeto é exatamente para dar a todos os pacientes que viram o início de algum sinal ou sintoma e suspeitam de uma doença maligna a garantia de que, em até 30 dias, o exame vai comprovar ou não a doença. Isso vai permitir a cura de milhares de pacientes e, ainda mais, vai garantir economia para o Estado e para os municípios, porque tratar a doença no início é infinitamente mais barato do que tratar a doença avançada. Hoje usamos drogas caríssimas que, infelizmente, não beneficiam em nada o paciente, que sobrevive às custas do seu próprio sofrimento. Tenho certeza de que a Sociedade Brasileira de Cancerologia já apoia esse projeto. Quando determinei colocar esse projeto nesta Casa, discuti inicialmente com ela, e tenho absoluta convicção de que o Brasil todo vai adotar esse procedimento, porque vai reduzir a mortalidade por câncer no nosso país e vai economizar recursos para outros investimentos. Então, quero destacar, mais uma vez, a importância desse projeto em Minas Gerais. Tenho certeza de que a

oncologia e os nossos pacientes vão se beneficiar futuramente com essa lei. Muito obrigado, presidente. Era essa a minha questão de ordem.

O deputado Carlos Pimenta – Muito obrigado, Dr. Hely Tarqüínio. Queria pedir a atenção do deputado Vanderlei Miranda, pois, na parte da amanhã, pediu a palavra, pela ordem, e falou sobre o polêmico, mas importante assunto da discussão de gênero masculino ou feminino. Vanderlei, recebi alguns telefonemas da classe médica, de familiares, mães e pais de família a respeito de outro assunto – não quero desviar a atenção nem polemizar –, a decisão do ministro Cardoso sobre o aborto. O STF, presidente, atendendo a uma ação impetrada no Rio de Janeiro por uma clínica de aborto, quando as pessoas estavam sendo condenadas por terem praticado aborto, decidiu que a interrupção da gravidez até 90 dias não era crime. Isso é um absurdo. Gostaria de ter a atenção de V. Exa. e do deputado Vanderlei Miranda para o áudio da ausculta cardíaca de um feto de 80 dias, vivo, para que possam ter uma ideia.

– Aproxima o celular do microfone.

O deputado Carlos Pimenta – Esse é o áudio de um feto de 80 dias no útero da mãe, mostrando toda a sua vitalidade. Um feto de 90 dias tem de 10 a 15cm, tem praticamente todo o componente físico pronto, os bracinhos, as perninhas, o coração batendo com vitalidade, o formato de um ser humano indefeso no útero da mãe. E chega esse ministro do STF descriminalizando o aborto. É um absurdo. Foram dois temas que não têm nada a ver com o que estamos discutindo na Casa. O tema do deputado Vanderlei Miranda, com o qual concordo em gênero, número e grau; e esse tema, que me foi provocado por pessoas que me passaram esse áudio pelo WhatsApp, com o cuidado de mostrar que temas como esse não podem ser simplesmente analisados à luz da legislação e das questões jurídicas. Queria também colocar a minha indignação com o que foi decidido no STF, tornando simples: a mulher tem direito ao corpo, a mulher tem direito às suas preferências sexuais, a mulher é a única pessoa que sofre com uma gravidez. Mas, no momento em que ela estava tendo seus relacionamentos sexuais, não pensou em nada disso. Então, queria deixar claro que, como médico, pai de família, ser humano, avô, enfim, como uma pessoa preocupada com o tema, quero também demonstrar a minha indignação, e certamente da maioria desta Casa, com essa decisão do ministro Cardoso, descriminalizando o aborto e praticamente aceitando a interrupção, o assassinato de um pequeno ser humano indefeso de 10cm, que tem toda vitalidade, como aconteceu no STF. Obrigado.

O presidente – Nós também concordamos com o deputado Carlos Pimenta. Com a palavra, pela ordem, o deputado Vanderlei Miranda.

O deputado Vanderlei Miranda – Obrigado. Queria apenas fazer uma complementação à fala do colega Carlos Pimenta, que também é médico. Creio que muita gente ficou, como eu, indignada com essa decisão do Supremo, que, para livrar a cara de dois abortadores, entendeu que até o terceiro mês não é crime. Então, lembrando que o presidente também é médico, gostaria de ler um texto que mandei em resposta a um áudio que me foi enviado pelo deputado Sávio Souza Cruz, que me questionou: e agora, como fica? Minha resposta está nesse texto que trata de uma senhora, mãe de um filho e grávida de outro, que procurou um médico para fazer um aborto. O texto diz o seguinte: “Preocupada, uma mulher procurou seu ginecologista. 'Doutor, estou com um problema muito sério e preciso da sua ajuda desesperadamente. Meu bebê não tem 1 ano e estou grávida novamente. Eu não quero outro filho.' Então, o médico disse: 'Em quê, exatamente, você quer que eu a ajude?'. 'Eu quero fazer um aborto.' Depois de pensar por alguns instantes, o médico falou: 'Olha, eu tive uma ideia que me parece melhor e menos arriscada'. A mulher sorriu, satisfeita. Então, o médico continuou: 'Veja bem, para que você não tenha que tomar conta de dois bebês, vamos matar esse que está nos seus braços. Assim, você poderá descansar até que o outro nasça. Já que vamos matar um de seus filhos, não importa qual deles. Dizem que os filhos são todos iguais para as mães, não é mesmo? Além do mais, sua vida não correrá risco com o procedimento cirúrgico se você escolher esse aí para matarmos'. A mulher ficou horrorizada com as palavras do médico e lhe disse: 'Que monstruosidade! O senhor está me propondo matar uma criança. É um crime'. O médico respondeu: 'Eu concordo, mas pensei que isso não fosse problema para você. Só estou sugerindo que você troque o filho que será morto'. Pelo semblante da mulher, o médico viu que tinha conseguido esclarecer o seu ponto de vista. Ele a convenceu de que não há diferença entre matar uma criança que está nos braços ou uma que está no ventre. O

crime é o mesmo". Está aqui. Se o fato é verdadeiro ou não, ele tem um revestimento de moral e ética fabuloso e é o que eu poderia chamar de solução salomônica. V. Exa. conhece bem a história das duas mães que disputavam um filho e levaram a questão ao rei Salomão, que disse que iria resolver o problema naquele instante, pois partiria a criança ao meio e cada mãe ficaria com a metade. Aí, uma delas, desesperada, pediu-lhe que não fizesse isso e que deixasse a criança com a outra mulher. Então, Salomão entendeu que aquela era a verdadeira mãe e entregou o filho a ela. Da mesma forma, creio que na estória que contei, ainda que seja uma estória e não uma história, a saída foi salomônica. Portanto, quero e vou mandar esse texto para todos os ministros do Supremo Tribunal Federal, e gostaria que ao menos um deles se manifestasse a respeito desse texto.

O presidente – Registrem-se as palavras do deputado Vanderlei Miranda, que nos fez uma ilustração muito importante. Com a palavra, pela ordem, o grande comunicador dos corações e mentes, deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier – Sr. Presidente, gostaria apenas de solicitar a V. Exa., com base em entendimentos das lideranças, a suspensão da reunião, para que possamos chegar a entendimentos de questões controversas na pauta e possamos, de maneira harmônica, voltar aos trabalhos dentro de algum tempo e encerrar a pauta e os trabalhos do dia de hoje. São questões importantes, mas que ainda não estão harmonizadas. Gostaria de solicitar a V. Exa. a suspensão da reunião.

O presidente – Atendendo ao paciente deputado João Vítor Xavier, que nos dedicou sua compreensão, vamos suspender a reunião, para que tenhamos entendimento e paz.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 1 hora para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Estão reabertos os nossos trabalhos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 6.188 a 6.194/2016, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões:

da Pessoa com Deficiência – aprovação, na 10ª Reunião Ordinária, em 6/12/2016, do Projeto de Lei nº 3.711/2016, do deputado Missionário Marcio Santiago, e dos Requerimentos nºs 5.826/2016, do deputado Gilberto Abramo, e 6.010, 6.042 e 6.043/2016, da Comissão de Participação Popular;

de Segurança Pública – aprovação, na 30ª Reunião Extraordinária, em 6/12/2016, dos Requerimentos nºs 5.887/2016, do deputado Douglas Melo, 5.957, 5.960 a 5.962, 5.965 a 5.973, 5.976, 6.012, 6.013, 6.022 a 6.035, 6.149, 6.151, 6.153 e 6.154/2016, da Comissão de Participação Popular, 6.036/2016, do deputado Cabo Júlio, e 6.147/2016, do deputado Ivair Nogueira;

de Desenvolvimento Econômico (2) – aprovação, na 21ª Reunião Ordinária, em 6/12/2016, dos Requerimentos nºs 5.980 a 5.984/2016, da Comissão de Participação Popular, e 6.037/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e aprovação, na 10ª Reunião Extraordinária, em 7/12/2016, do Projeto de Lei nº 3.691/2016, do deputado Wander Borges, e dos Requerimentos nºs 6.044 a 6.046, 6.103 e 6.108/2016, da Comissão de Participação Popular;

de Cultura – aprovação, na 12ª Reunião Extraordinária, em 6/12/2016, dos Projetos de Lei nºs 3.202/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 3.630/2016, do deputado Ulysses Gomes, e 3.572/2016, do deputado Léo Portela, e dos Requerimentos nºs 5.986, 5.995, 6.064 a 6.066, 6.068, 6.074, 6.075, 6.095, 6.097, 6.109, 6.112 e 6.116/2016, da Comissão de Participação Popular;

de Direitos Humanos – aprovação, na 31ª Reunião Extraordinária, em 6/12/2016, dos Requerimentos nºs 5.793 e 5.856/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, e 5.849 a 5.854, 6.011, 6.059 a 6.063, 6.067, 6.082 a 6.084, 6.087, 6.091, 6.093, 6.150, 6.152, 6.157, 6.158 e 6.163/2016, da Comissão de Participação Popular;

de Minas e Energia – aprovação, na 18ª Reunião Ordinária, em 7/12/2016, dos Requerimentos nºs 6.101 e 6.105/2016, da Comissão de Participação Popular;

do Trabalho – aprovação, na 10ª Reunião Extraordinária, em 6/12/2016, dos Projetos de Lei nºs 731/2015, da deputada Rosângela Reis, com a emenda nº 1, 1.257/2015, do deputado Antônio Jorge, 2.561/2015, do deputado Duarte Bechir, 2.909/2015, do deputado Dilzon Melo, 3.165/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes, e 3.579 e 3.612/2016, da deputada Ione Pinheiro, e dos Requerimentos nºs 5.939 a 5.943, 5.946 a 5.948 e 5.951/2016, da Comissão Extraordinária do Idoso, e 5.991, 6.076, 6.111 e 6.162/2016, da Comissão de Participação Popular;

de Meio Ambiente – aprovação, na 22ª Reunião Ordinária, em 7/12/2016, do Relatório de Evento Institucional nº 1/2016, do Comitê de Representação, do Projeto de Lei nº 3.315/2016, do deputado Cássio Soares, e dos Requerimentos nºs 5.953, 5.954 e 6.009/2016, da Comissão de Assuntos Municipais, e 6.047, 6.048, 6.052 a 6.054, 6.069, 6.073, 6.077, 6.118, 6.120, 6.125, 6.126, 6.155 e 6.156/2016, da Comissão de Participação Popular (Ciente. Publique-se.);

e de Transporte, cujo teor foi publicado na edição do dia 8/12/2016;

e das Comissões Extraordinárias do Idoso, das Águas, de Proteção dos Animais e das Mulheres – informando a conclusão dos seus trabalhos (Ciente. Publique-se para os fins do § 5º do art. 115-A do Regimento Interno.) e encaminhando os seguintes relatórios finais:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IDOSO

RELATÓRIO FINAL

BELO HORIZONTE

2015 – 2016

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

2. OBJETIVOS, COMPOSIÇÃO E PRAZO DE FUNCIONAMENTO

3 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A POPULAÇÃO IDOSA NO PAÍS E NO ESTADO

3.1 Perfil da população idosa

3.2 Marcos normativos das políticas de proteção social do idoso

3.3 A proteção ao idoso nas políticas sociais

3.3.1 Assistência social

3.3.2 Saúde

3.3.3 Trabalho e previdência

3.3.4 Habitação e transporte

3.3.5 Violência contra o idoso

4 TRABALHOS REALIZADOS

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6 ANEXO

1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população é um fenômeno mundial, caracterizado pelo crescimento mais elevado do grupo de idosos em relação aos demais grupos etários. No Brasil, estima-se que em 2013 havia aproximadamente 26,2 milhões de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, o que correspondia a 13% do total da população[1]. O aumento foi considerável, pois essa proporção era de 4% em 1940 e de 8,6% em 2000. A projeção é de que em 2040 serão 55 milhões de idosos no País, o que corresponderá a 26,8% da população. Observa-se, ainda, o aumento acentuado da população muito idosa no País, com 80 anos ou mais, que em 2000 era de 1,8 milhão de pessoas e, em 2040 serão, de acordo com estimativas, 13 milhões de pessoas.

Mantidas as tendências dos parâmetros demográficos implícitas nessas estimativas, o Brasil percorrerá velozmente um caminho rumo a um perfil demográfico cada vez mais envelhecido, fenômeno que, sem sombra de dúvida, exigirá adequações nas políticas sociais, particularmente aquelas das áreas da saúde, previdência e assistência social.

Minas Gerais segue a tendência nacional. Em 2013, havia 13,6% de idosos no conjunto de sua população, o que corresponde a mais de 2,79 milhões de pessoas. Entretanto, essa estatística não é uniforme entre os municípios e o percentual da população idosa por município varia conforme as regiões do Estado.

Acrescente-se a esses dados a heterogeneidade da população idosa, fato importante a ser considerado. Há uma grande diversidade de trajetórias de vida nesse grupo, determinada pelas desigualdades sociais, econômicas, regionais, bem como por diferenças em relação a sexo, cor, educação, renda, que afetarão a saúde de cada indivíduo de uma forma particular.

Diante da complexidade do perfil dessa população no Estado, constatou-se nesta Casa a necessidade de identificar que contribuições o Poder Legislativo Estadual pode oferecer para aumentar a efetividade das políticas nacionais e estaduais relacionadas a esse segmento. Foi então constituída a Comissão Extraordinária do Idoso, que iniciou seus trabalhos em 11/11/2015.

Constam, neste relatório das atividades da comissão, alguns dados sobre os aspectos demográficos, sociais e econômicos dos idosos, com o fim de desenhar um perfil dessa população no Estado e, em alguns casos, compará-lo com dados relativos à população idosa no País. Além disso, buscou-se listar as sugestões e recomendações advindas dos debates nela ocorridos.

Tendo em vista a concisão e a clareza deste texto, optou-se por apresentar uma síntese das exposições dos convidados e das discussões, elaborada a partir dos registros das reuniões em notas taquigráficas.

2. OBJETIVOS, COMPOSIÇÃO E PRAZO DE FUNCIONAMENTO

Em face do ritmo de crescimento elevado do número de idosos no Estado, é necessário que os poderes públicos **unam** esforços com a sociedade civil para a implantação de políticas públicas direcionadas a esse segmento da população. Assim, no uso da atribuição que lhe confere o art. 74 do Regimento Interno, a Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais criou a Comissão Extraordinária do Idoso.

Instalada em 11/11/2015, a comissão foi composta pelos deputados Isauro Calais – Presidente –, Glaycon Franco – Vice-Presidente –, Geisa Teixeira, Antônio Carlos Arantes e Cristiano Silveira. Os trabalhos foram concluídos em 07/12/2016.

O art. 1º da Decisão da Mesa que criou a Comissão Extraordinária estipulou-lhe os seguintes objetivos:

. realizar estudos e debates sobre os direitos e as necessidades da pessoa idosa;.

. propor medidas para ampliar as oportunidades de saúde, participação e segurança e de cuidados adequados à terceira idade;

. promover a qualidade de vida durante o processo de envelhecimento.

Dessa forma, a Comissão Extraordinária do Idoso teve por finalidade apresentar sugestões para aumentar a efetividade do conjunto das políticas sociais dirigidas ao idoso. Procurou também colaborar para a garantia dos direitos desse segmento da população. Por fim, a comissão, no exercício do papel fiscalizador que cabe ao Poder Legislativo desempenhar, buscou cobrar maior empenho por parte do poder público na organização, ampliação e melhoria das políticas públicas relacionadas aos temas da saúde, assistência social e direitos humanos.

A comissão promoveu 11 audiências públicas com convidados para debater a situação do idoso no Estado, com representantes do Poder Executivo e da sociedade civil, bem como do Conselho Estadual do Idoso, da Delegacia Especializada em Atendimento ao Idoso e ao Deficiente de Belo Horizonte, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, da Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais, além de professores da Universidade Federal de Minas Gerais – Ufmg – e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Puc Minas.

Embora as questões debatidas sejam complexas e de difícil encaminhamento, as discussões levaram a uma compreensão mais abrangente dos problemas, que resultou nas recomendações e sugestões propostas ao final deste relatório.

3 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A POPULAÇÃO IDOSA NO PAÍS E NO ESTADO

3.1 Perfil da população idosa

O perfil da população idosa é extremamente heterogêneo. Conhecer as características que marcam esse grupo, bem como sua distribuição territorial, é de fundamental importância para a formulação de políticas públicas que visam a atender seus direitos e necessidades.

Juntamente com o fenômeno de envelhecimento da população, ocorre o de feminização da população idosa, ou seja, quanto mais avança a faixa etária, maior o número de mulheres em relação ao de homens. Em 2011, segundo a *Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais* – PAD-MG –[2], 50,2% das pessoas com 0 a 59 anos de idade eram mulheres. Esse percentual aumenta para 55% na faixa etária de 60 a 79 anos e para 58,5% nas idades mais avançadas (acima de 80 anos). Os dados indicam, ainda, que as mulheres de idade avançada estão mais expostas à pobreza, à solidão, à institucionalização e riscos de morbidade.

Tabela 1 – População por grupo etário em Minas Gerais, em 2011

Grupo etário	População	
	Números absolutos	Percentual
0 a 59 anos	17.282.316	88,2
60 anos ou mais	2.302.341	11,8

60 a 64 anos	715.244	3,7
65 a 69 anos	541.555	2,8
70 a 74 anos	425.212	2,2
75 a 79 anos	288.178	1,5
80 anos ou mais	332.152	1,7
80 a 84 anos	187.018	1,0
85 anos ou mais	145.134	0,7
População total	**19.584.657**	**100**

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais.* Boletim PAD-MG, Belo Horizonte, ano 3, n. 6, p. 11, mar. 2014.

No que se refere à escolaridade, dados da PAD-MG 2013 mostram que em 2013 havia uma alta proporção de idosos analfabetos em Minas Gerais (26,6%), quando comparada à proporção de analfabetos em outras faixas etárias. No grupo de 15 a 19 anos, a taxa de analfabetismo é de apenas 0,9%, enquanto que entre as pessoas com idade acima de 80 anos é de cerca de 40%. A razão para a taxa elevada de analfabetismo na população mais idosa é a deficiência do sistema de ensino nas décadas passadas, momento em que grande parte da população, principalmente a mais pobre, não teve acesso à educação. O mesmo estudo mostra que há uma grande disparidade na taxa de analfabetismo entre as regiões do Estado: na RMBH é de 20,5% e nas regiões do Jequitinhonha/Mucuri e Norte é de 53,7%. Com relação ao nível de instrução, a pesquisa da Fundação João Pinheiro mostra que o nível educacional da população idosa no Estado é baixo, com 3,6 anos médios de estudo. Nas regiões situadas ao norte de Minas Gerais a média de escolaridade é a mais baixa.

Há, ainda, diferenças relacionadas à cor dos indivíduos. No País, a proporção de pessoas brancas com 60 anos ou mais era, em 2013, de 53,4%, enquanto a de pretos e pardos era 45,6%. No conjunto da população brasileira, no entanto, os pretos e pardos representam 53% e os brancos 46,3%. Essa situação reflete as condições de vida mais precárias das populações preta e parda do ponto de vista socioeconômico, evidenciadas por taxas de mortalidade mais elevadas nos diversos grupos etários, nível educacional mais baixo e menor mobilidade social.

Quanto à renda, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2013 – Pnad/2013 –, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, mostram que, no conjunto do País, 9,7% dos idosos residiam em domicílios particulares com rendimento *per capita* inferior a meio salário-mínimo. Em Minas Gerais, 13% dos idosos encontravam-se, em 2010, nessa condição. Somados aos que residem em domicílios com renda entre meio e um salário-mínimo, são 50,5% de idosos do Estado vivendo em famílias com rendimento *per capita* de até um salário-mínimo.

Dados do IBGE[3] informam que no País a proporção de pessoas entre 60 e 64 anos ocupadas (pessoas que trabalham ou têm trabalho) é de 29,1%; entre 65 e 69, de 21,9%; e com 70 anos ou mais, esse percentual é de 16,1%. Em todas essas faixas etárias, os homens são maioria. Muitas pessoas que se aposentam continuam no mercado de trabalho para complementar sua renda. Observa-se, dessa forma, que o percentual de pessoas entre 60 e 64 anos aposentadas e ocupadas é de 17,9%; de 65 a 69 anos, de 17%; e de 70 anos ou mais, é de 13,4%.

Outro aspecto importante é a razão de dependência que, segundo o IBGE, significa o peso da população considerada inativa (de 0 a 14 anos de idade e de 65 anos ou mais) sobre a população potencialmente ativa (de 15 a 64 anos de idade). Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma proporção maior de dependentes. Tal razão tem decrescido nos últimos anos em Minas Gerais, passando de 70,8% em 1991 (dos quais 12,9% era de idosos) para 57,9% em 2010 (dos quais 17,9% era de idosos). Segundo o relatório da PAD-MG 2013, essa razão de dependência dos idosos tende a aumentar no futuro e,

consequentemente, novas demandas de serviços públicos surgirão como, por exemplo, serviços de abrigo e de atenção à saúde de idosos.

O envelhecimento populacional acarreta mudanças também nos arranjos familiares, e o idoso pode desempenhar diferentes papéis no domicílio: chefe, cônjuge, outro parente ou agregado. Esse dado pode informar sua independência (financeira ou física) no domicílio. Sob esse aspecto, a proporção de famílias de idosos (que têm idosos como responsáveis pelo domicílio) vem crescendo ao longo do tempo.

Segundo o IBGE, em 2011, 23,41% das famílias tinham pessoas com 60 anos ou mais como referência. No Estado, os dados da PAD-MG de 2011 mostraram que quase a totalidade de idosos (88,7%) era responsável pelo domicílio, assumindo o papel de chefe ou cônjuge. Percebe-se, pelos dados apresentados, que o papel do idoso é central nos domicílios. Nos idosos com idade mais avançada é maior o percentual da condição de pai/mãe/sogro/sogra (18,8%).

Quanto à distribuição percentual da população acima de 60 anos por grupo etário e arranjo domiciliar 35,7% dos idosos residem em domicílios sem a presença de pessoas de outras idades, ou seja, moram sozinhos ou apenas com outros idosos.

3.2 Marcos normativos das políticas de proteção social do idoso

A Constituição Federal de 1988 inaugurou uma nova institucionalidade da proteção ao idoso no Brasil ao explicitar, em seu art. 230, que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. A Constituição determina, ainda, que a atenção aos idosos deve ser prestada, preferencialmente, em seus lares, de modo a evitar sua institucionalização (art. 230, § 1º).

A Constituição prevê, nos artigos 195, 196, 201 e 203 iniciativas para atendimento à pessoa idosa no sistema de seguridade social, o qual abrange as políticas de previdência, saúde e assistência social.

Com vistas a regular a política de assistência social prevista na Constituição Federal, em 2003 foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social – Loas –, Lei Federal nº 8.742, de 7/12/1993, que, em seu art. 2º, I, define como um dos seus objetivos a proteção à velhice. Em 2011 a referida norma foi modificada pela Lei Federal nº 12.435, que dispôs também sobre a organização da assistência social, instituindo o Sistema Único de Assistência Social – Suas –, sob a forma de sistema descentralizado e participativo.

A Política Nacional do Idoso – PNI –, instituída pela Lei Federal nº 8.842, de 4/1/1994, foi o marco regulatório que orientou o conjunto das políticas sociais dirigidas ao idoso e apresenta uma abordagem intersetorial e interdisciplinar, visando à atenção integral ao idoso e à promoção de sua autonomia e plena participação na sociedade.

Para acompanhar e avaliar a implementação da política nacional na área dos idosos, foi instituído, em 2002, o Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos – CNDI –, com composição paritária de representantes do governo e da sociedade civil. Nos níveis subnacionais de governo, conselhos de direitos dos idosos foram instalados em todos os estados brasileiros.

Em 2003, a Lei Federal nº 10.741 institui o Estatuto do Idoso, que regulamenta os direitos das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, reafirmando o dever da família, da sociedade e do Estado em garantir, com absoluta prioridade, que as pessoas idosas tenham uma vida plena e saudável, segura e digna, junto de sua família e em sua comunidade.

A Lei Federal nº 12.213, de 20/1/2010, instituiu o Fundo Nacional do Idoso, destinado a financiar os programas e ações relativas aos idosos, com vistas a criar as condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Em Minas Gerais, a Constituição Estadual estabelece, em seu art. 225, que "o Estado promoverá condições que assegurem amparo à pessoa idosa, no que respeite à sua dignidade e ao seu bem-estar", e prevê, no art. 226, a criação do Conselho Estadual do Idoso.

A Lei nº 13.176, de 1999, criou o Conselho Estadual do Idoso, como órgão deliberativo e controlador das políticas e das ações voltadas para o idoso. Conforme dados da Fundação João Pinheiro, até 2011, 359 municípios no Estado haviam implantado os respectivos conselhos municipais dos direitos dos idosos[4]. Mas nem todos eles estão ativos.

Além disso, foi instituída, por meio da Lei nº 12.666, de 1997, a política estadual de amparo ao idoso, com o objetivo de assegurar-lhe os direitos sociais e promover sua participação efetiva na sociedade.

Um dos principais instrumentos de participação social e de garantia de direitos desse segmento são as Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa Idosa, realizadas após as municipais e/ou regionais e respectivas estaduais. A 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa aconteceu em abril de 2016, com a temática "Protagonismo e empoderamento da pessoa idosa – por um Brasil de todas as idades".

3.3 A proteção ao idoso nas políticas sociais

3.3.1 Assistência social

O Sistema Único de Assistência Social – Suas – pressupõe a gestão compartilhada e o cofinanciamento da política de assistência social pelas três esferas de governo, com clara definição das competências técnico-políticas de cada uma delas. Entre outras prerrogativas, o sistema define e organiza a nomenclatura e a estratificação dos serviços e da rede socioassistencial.

Assim, os serviços socioassistenciais são classificados em três áreas de atuação: a vigilância social, a proteção social e a defesa social e institucional. Importa-nos, aqui, a compreensão dos serviços de proteção social, aqueles destinados à segurança de sobrevivência, de acolhida e de convívio familiar.

A proteção social é subdividida em proteção social básica e proteção social especial. Os serviços de proteção social básica visam a prevenir situações de risco e se destinam a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social em razão de pobreza monetária, exclusão no acesso a bens e serviços de cidadania, fragilidade de vínculos familiares e comunitários, privações e desvantagens resultantes do ciclo de vida ou de alguma deficiência, entre outros. Trata-se, pois, da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios- continuados e eventuais de acolhimento, convivência e socialização, além de ações relativas ao desenvolvimento de potencialidades, à aquisição de competências e ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Entre os serviços da proteção social básica, há aqueles que atendem também ao idoso:

a) Proteção e Atendimento Integral à Família – Paif –, desenvolvido em todos os municípios por meio dos Centros de Referência de Assistência Social – Cras. Em julho de 2015, Minas Gerais contava com 1.142 Cras distribuídos pelos seus 853 municípios.

b) Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, que se destina a prevenir possíveis situações de risco e à melhoria da qualidade de vida. De acordo com as normativas, esse serviço deve garantir ações específicas direcionadas a públicos determinados, conforme ciclo de vida, considerando, inclusive, o idoso. Esse serviço é oferecido com cofinanciamento federal em 678 municípios mineiros.

c) Proteção social no domicílio, dirigido ao idoso e à pessoa com deficiência, tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais. Visa ao desenvolvimento da autonomia a partir das necessidades do público atendido, prevenindo situações de risco, exclusão e isolamento.

d) Benefício de Prestação Continuada – BPC –, integrante da política de assistência social definido diretamente pela Constituição Federal e regulamentado pela Loas, que consiste na garantia de transferência mensal de um salário-mínimo ao idoso, com idade de 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, os beneficiários devem comprovar não ter sua

manutenção provida pela família nem dispor de meios de provê-la. Em julho de 2015, 179.461 idosos receberam o BPC em Minas Gerais.

A proteção social especial, por sua vez, destina-se a pessoas e grupos em situação de risco pessoal e social, que já tiveram seus direitos violados, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas por adolescentes, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. Trata-se, portanto, da oferta de serviços, programas e projetos de caráter protetivo e de promoção social, com ações de média e de alta complexidade.

Entre os serviços da proteção social especial de média complexidade, destinados às pessoas e grupos que tiveram seus direitos violados mas que ainda mantêm vínculos familiares e comunitários, dois são direcionados também aos idosos:

a) Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos – Paefi –, voltado para o apoio, a orientação e o acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameça ou de violação de direitos. Esse serviço é ofertado pelos centros de referência especializados de assistência social – Creas. Minas Gerais conta com 243 Creas implantados.

b) Serviço de proteção especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias, cujo objetivo é promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de pessoas idosas com dependência, seus cuidadores e suas famílias; viabilizar a superação das situações de violação de direitos que intensificam a dependência; possibilitar acesso a benefícios, programas de transferência de renda e outros serviços socioassistenciais; e prevenir o abrigamento e a segregação dos usuários, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária.

Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são destinados àqueles com direitos violados e com vínculos familiares e comunitários rompidos ou na iminência de se romperem. Busca-se promover proteção integral a esses indivíduos e grupos, por meio da garantia institucionalizada de moradia, alimentação, trabalho e abrigo, em face de situações de ameaça e de violação de direitos. Trata-se, portanto, de serviços de acolhimento institucional, anteriormente conhecidos como asilos.

A proteção social ao idoso se apresenta mais frágil nos serviços de proteção social especial, notadamente nos casos de violação de direitos e nas demandas por acolhimento institucional. Por essa razão, é ainda extremamente necessário fortalecer esses serviços.

3.3.2 Saúde

O envelhecimento da população é um desafio para a saúde coletiva, uma vez que a mudança demográfica implica transição epidemiológica. Com o aumento da população idosa, há o crescimento de doenças crônicas não transmissíveis, com consequente aumento da demanda por serviços de saúde como, por exemplo, aumento de internações hospitalares e do tempo de ocupação dos leitos. A saúde dos idosos, portanto, tem relação direta com a demanda por cuidado.

O módulo de saúde da PAD–MG 2013 constatou dez doenças crônicas muito associadas à idade: cardiopatias, diabetes, hipertensão arterial, tuberculose, depressão, insuficiência renal crônica, bronquite ou asma, câncer, artrite ou reumatismo e doença da coluna ou costas. Quanto mais idosa for a pessoa, maior a probabilidade do aparecimento de morbidades crônicas: 77,2% da população acima de 60 anos tem ao menos uma doença crônica.

De acordo com a PAD de 2011, a autopercepção das condições de saúde por idade é a seguinte em Minas Gerais:

Tabela 2: Autopercepção do estado de saúde em pessoas acima de 60 anos de acordo com a presença ou não de doenças crônicas, em Minas Gerais, em 2011 (%)

Categorias de idosos	Autopercepção do estado de saúde (%)		
	muito bom/bom	regular	ruim/muito ruim
Todos os idosos	49,6	40,8	9,6

Idosos livres de doenças crônicas	84,1	13,7	2,2
Idosos com pelo menos uma doença crônica	39,5	48,8	11,8

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais.* Boletim PAD-MG, Belo Horizonte, ano 3, n. 6, p. 63, mar. 2014.

Observou-se, também, que as enfermidades crônicas são mais prevalentes na população idosa feminina e que, entre os maiores de 60 anos de idade, apenas 24,1% estavam livres de alguma morbidade. Já em relação aos comportamentos de risco, 72% da população idosa entrevistada declarou que nunca havia fumado, e 13,7% disse consumir bebidas alcoólicas.

Importa destacar o gasto dos idosos na compra de medicamentos: a média de gastos dos idosos nos últimos 30 dias com medicamentos de uso contínuo (R$142,88) representava aproximadamente 25% do salário-mínimo em agosto de 2011. Já com medicamentos de uso ocasional (R$62,82) cerca de 12% do salário-mínimo.

Outro aspecto importante apresentado refere-se à prevalência de doenças crônicas por região de planejamento, como segue:

Tabela 3 – Prevalência de doenças crônicas na população acima de 60 anos segundo região de planejamento de Minas Gerais e na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em 2011 (%)

Especificação	Pelo menos 1 doença	Hipertensão arterial	Doenças de coluna	Doenças cardíacas	Diabetes	Artrite ou reumatismo
Norte	75,5	55,4	31,6	13,9	12,3	17,6
Rio Doce	76,3	60,3	30,4	19,5	20,3	15,2
Zona da Mata	74,5	54,9	27,3	17,4	18,7	14,4
Noroeste	79,7	55,7	49,5	26,2	17,4	26,5
Central	79,9	62,0	31,7	21,6	20,1	21,3
Sul	76,6	56,9	28,4	21,7	21,8	19,6
Triângulo	82,2	59,4	39,7	24,0	19,1	25,3
Alto Paranaíba	79,2	55,5	38,3	23,8	16,7	24,0
Centro-Oeste	75,7	55,7	28,7	21,5	17,3	19,5
Jequitinhonha/ Mucuri	76,0	60,0	29,6	15,5	13,7	16,3
RMBH	77,8	60,0	26,0	21,0	18,3	16,8
Minas Gerais	77,2	58,3	30,0	20,0	18,3	18,3

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais.* Boletim PAD-MG, Belo Horizonte, ano 3, n. 6, p. 59, mar. 2014.

Por meio do Sistema Único de Saúde, garante-se o princípio constitucional do direito universal à saúde. Entre suas diretrizes, também constitucionalmente estabelecidas, estão a descentralização dos serviços, a atenção integral, prioritariamente preventiva, e a participação da comunidade. O SUS é regulamentado pela Lei Federal nº 8.080, de 1990, chamada Lei Orgânica da Saúde, que dispõe sobre as condições para a promoção da saúde e sobre a organização e o funcionamento de seus serviços. No que diz respeito à descentralização político-administrativa, a Lei Orgânica da Saúde estabelece direção única em cada esfera de governo e ênfase na execução dos serviços pelos municípios, com o estabelecimento de uma rede regionalizada e hierarquizada. A partir dessa regulamentação, a rede de serviços passa a se organizar pela hierarquia dos níveis de atenção (primária, secundária e terciária) e de complexidade dos serviços (baixa, média e alta complexidade) e por regiões de saúde, nas quais um município polo funciona como referência para os demais.

Em 1996, foi publicada a Norma Operacional Básica – NOB/96 –, com o objetivo de promover e consolidar o pleno exercício, por parte do poder público municipal, da função de gestor da atenção à saúde de seus habitantes e a respectiva redefinição das responsabilidades dos estados e da União. A partir de então, o poder público estadual passou a se responsabilizar, entre outras

atribuições, pela mediação da relação entre os sistemas municipais; o poder público federal ficou responsável pela mediação entre os sistemas estaduais.

Em 2002 o Ministério da Saúde lançou a Norma Operacional de Assistência à Saúde – Noas 01/02 –, com o fim de orientar a distribuição regional de serviços de saúde nos estados para criar um sistema de referência e contrarreferência eficiente. Para tanto, a norma estabeleceu que o estado deve instituir o Plano Diretor de Regionalização – PDR –, como instrumento de ordenamento da regionalização da assistência, para definir prioridades de intervenção coerentes com as necessidades de saúde da população e de garantia de acesso dos cidadãos a todos os níveis de atenção.

Em 2006 o Ministério da Saúde editou a Portaria GM nº 399, de 22/2/2006, que divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS – e aprova as diretrizes operacionais do referido pacto. Trata-se de um conjunto de reformas institucionais do SUS pactuado entre as três esferas (União, estados e municípios) com o objetivo de promover inovações nos processos e instrumentos de gestão, visando alcançar maior eficiência e qualidade das respostas do SUS. As formas de transferência dos recursos federais para estados e municípios foram modificadas e passaram a ser integradas em seis grandes blocos de financiamento – Atenção Básica; Atenção de Média e Alta Complexidade; Vigilância em Saúde; Assistência Farmacêutica; Gestão do SUS; e Investimentos na Rede de Serviços de Saúde. Ao mesmo tempo, o Pacto pela Saúde redefine as responsabilidades de cada gestor em função das necessidades de saúde da população e na busca da equidade social.

O Pacto pela Saúde tem três dimensões – Pacto pela Vida, Pacto em Defesa do SUS e de Gestão. Para implementá-lo, municípios, estados e União devem aderir ao Termo de Compromisso de Gestão – TCG – que, renovado anualmente, substitui os anteriores processos de habilitação e estabelece metas e compromissos para cada ente da federação.

Uma das dimensões do Pacto pela Saúde, o Pacto pela Vida estabelece seis prioridades: saúde do idoso; controle do câncer do colo do útero e da mama; redução da mortalidade infantil e materna; fortalecimento da capacidade de resposta às doenças emergentes e endemias, com ênfase na dengue, hanseníase, tuberculose, malária e *influenza* (gripe); promoção da saúde, com ênfase na atividade física regular e alimentação saudável; fortalecimento da Atenção Básica.

No que diz respeito à saúde do idoso, o Pacto pela Vida discrimina as diretrizes que devem pautar a política específica para a atenção à saúde dessa parcela da população, formada por pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, além de estabelecer ações estratégicas que deverão ser executadas no âmbito do SUS. O Ministério da Saúde instituiu, por meio da Portaria nº 2.528, de 19/10/2006, a Política de Saúde do Idoso, com vistas a operacionalizar a prioridade de atenção à saúde estabelecida no Pacto pela Saúde. Ressalte-se ainda que o Capítulo IV do Estatuto do Idoso, que trata do direito à saúde, reconhece os princípios do SUS na atenção à saúde do idoso.

A Saúde do Idoso é uma política que objetiva, no âmbito da rede pública de saúde, garantir atenção integral à saúde da população idosa, enfatizando o envelhecimento saudável e ativo e fortalecendo o protagonismo das pessoas idosas no Brasil. São diretrizes importantes para a atenção integral à saúde do idoso: promoção do envelhecimento ativo e saudável; manutenção e reabilitação da capacidade funcional; e apoio ao desenvolvimento de cuidados informais.

O envelhecimento ativo e saudável compreende ações que promovem modos de viver favoráveis à saúde e à qualidade de vida, orientados pelo desenvolvimento de hábitos como: alimentação adequada e balanceada, prática regular de exercícios físicos, convivência social estimulante, busca de atividades prazerosas e/ou que atenuem o estresse, redução dos danos decorrentes do consumo de álcool e tabaco e diminuição significativa da automedicação. Promover o envelhecimento ativo e saudável significa, entre outros fatores, valorizar a autonomia e preservar a independência física e psíquica da população idosa, prevenindo a perda de capacidade funcional ou reduzindo os efeitos negativos de eventos que a ocasionem, bem como garantir acesso a instrumentos diagnósticos adequados, a medicação e a reabilitação funcional.

Para trabalhar com aspectos específicos da saúde da pessoa idosa, como a identificação de situações de vulnerabilidade social, a realização de diagnóstico precoce de processos demenciais, a avaliação da capacidade funcional, seria essencial qualificar os serviços de saúde, cujos profissionais devem ser sensibilizados e capacitados para identificar e atender às necessidades de saúde dessa população. No âmbito municipal, seria fundamental considerar a população idosa ao planejar ações a serem desenvolvidas pelas equipes de Saúde da Família e atenção básica, e incluir, por exemplo, atividades de grupo, promoção da saúde, atenção à hipertensão arterial e diabetes, sexualidade, DST/aids.

As equipes de Saúde da Família acompanham em domicílio as famílias referenciadas territorialmente em cada Unidade Básica da estratégia de Saúde da Família. Dessa forma, podem identificar e diagnosticar a situação de saúde da população idosa, com base territorial, e estabelecer os encaminhamentos necessários no campo dos demais níveis de atenção à saúde. A assistência ao idoso é prestada, portanto, dentro da rede e envolve a atuação dos vários níveis de complexidade.

3.3.3 Trabalho e previdência

A pesquisa por amostra em domicílios realizada pela Fundação João Pinheiro em 2011 traz informações sobre a situação laboral dos idosos no Estado: 16,6% da população mineira com idade superior a 60 anos exerceram alguma atividade de trabalho na semana anterior à pesquisa. Entre os idosos que exerceram alguma atividade laboral, quase a totalidade (97,7%) afirmou ter uma única vinculação de trabalho, padrão similar àquele relativo à população não idosa. No que se refere ao tipo de vínculo, 49,3% eram trabalhadores por conta própria.

O Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741, de 2003) estabelece que ele tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas. O poder público deve criar e estimular programas de profissionalização especializada para os idosos, estimulando as empresas privadas a admiti-los. Em concursos públicos, são vedadas a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, a não ser que a natureza do cargo o exija; entretanto, a idade mais elevada será critério de desempate. O poder público também deve estimular projetos sociais que preparem os trabalhadores para a aposentadoria, com antecedência mínima de um ano.

Os aposentados fazem jus aos benefícios de aposentadoria e pensão da Previdência Social, sendo reajustados na mesma data de reajuste do salário-mínimo. A Lei Federal nº 8.842, de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, impõe o dever dos órgãos e entidades públicos de priorizar o seu atendimento nos benefícios previdenciários. Essa lei também assegura ao idoso o direito de dispor de seus bens, proventos, pensões e benefícios, salvo nos casos de incapacidade judicialmente comprovada, situação em que será nomeado em juízo um curador especial.

A Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, tem por finalidade assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares, prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente. A previdência rege-se pelo princípio da universalidade de participação nos planos previdenciários, o que significa que todos podem contribuir e se beneficiar como segurados ou dependentes.

De acordo com a Pnad/2011, 82,1% dos idosos brasileiros estão protegidos pela Previdência Social. Essa cobertura previdenciária tem impacto significativo na redução da pobreza, especialmente entre a população idosa. Estudos revelam que, caso não houvesse esse mecanismo de proteção social, o percentual de pessoas pobres, aos 50 anos, chegaria a 30% e, no caso das pessoas com 70 anos de idade ou mais, superaria a 65%. Como resultado do pagamento de benefícios previdenciários, a taxa de pobreza entre os idosos é cerca de três vezes inferior à taxa média da população e, além disso, há indicadores de que a presença de idosos reduz o risco de pobreza na família.

3.3.4 Habitação e transporte

O direito à habitação diz respeito, no âmbito do Estado, a políticas públicas de diversos setores, principalmente políticas urbanas, pois essas abrangem saneamento, transporte público, educação e geração de emprego e renda. As políticas de habitação não se restringem, portanto, ao acesso à propriedade de imóveis e incluem ações capazes de melhorar a qualidade da infraestrutura de unidades domiciliares, bem como de regiões.

A Lei Federal nº 8.842, de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, estipula para os órgãos e entidades públicos a competência, na área de habitação e urbanismo, de destinar, nos programas habitacionais, unidades em regime de comodato ao idoso, na modalidade de casas-lares; incluir nos programas de assistência ao idoso formas de melhoria de condições de habitação e adaptação de moradia, considerando seu estado físico e independência de locomoção; elaborar critérios que garantam o acesso da pessoa idosa à habitação popular e diminuir barreiras arquitetônicas e urbanas.

A habitação e o transporte são direitos fundamentais garantidos aos idosos pela Lei Federal nº 10.741, de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso. O direito à moradia digna deve ser garantido seja no seio de família natural ou substituta, seja em instituição pública ou privada. O idoso também tem o direito de não ser acompanhado pelos seus familiares, quando assim o desejar. O acolhimento em instituições de longa permanência será prestado quando verificada inexistência de grupo familiar ou casa-lar ou no caso de abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família. Estas instituições são obrigadas a manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades dos idosos, bem como provê-los com alimentação regular e higiene indispensáveis às normas sanitárias.

O idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, e são reservadas pelo menos 3% das unidades habitacionais residenciais para atendimento aos idosos, com financiamento compatível com os rendimentos de aposentadoria e pensão. Os programas habitacionais devem conter também equipamentos urbanos comunitários voltados para o idoso e cuidar da eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade.

No âmbito do Estado, a Lei nº 18.315, de 2009, que estabelece diretrizes para a formulação da política estadual habitacional de interesse social – Pehis – destina um percentual mínimo de 5% do número de unidades a pessoas idosas ou com deficiência.

Em 2011, por meio do Decreto nº 7.612, foi lançado o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite – que tem, entre seus eixos, o da acessibilidade. O plano estabeleceu ações relativas à construção de casas adaptáveis no programa Minha Casa, Minha Vida. Dessa forma, o idoso com deficiência poderá usufruir desse plano para aquisição de moradia adaptável e instalação de *kit* de adaptação, visando garantir uma moradia adequada à sua condição física, intelectual ou sensorial.

No que se refere ao transporte, o Estatuto do Idoso prevê, aos maiores de 65 anos, a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, mediante apresentação de qualquer documento pessoal. Um percentual de 10% dos assentos, identificados com placas, devem ser reservados para os idosos. A legislação local poderá dispor sobre a gratuidade para os idosos entre 60 e 65 anos. No sistema de transporte coletivo interestadual, mediante regulamentação específica, serão reservadas duas vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos ou, caso as vagas gratuitas já tenham sido ocupadas, a companhia deverá conceder um desconto de 50% do valor das passagens aos idosos com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos. Além disso, o idoso tem prioridade de embarque no sistema de transporte coletivo.

Quanto ao sistema de transporte coletivo interestadual, o Decreto Federal nº 5.934, de 2006, estabelece que, em cada veículo, comboio ferroviário ou embarcação do serviço convencional de transporte interestadual de passageiro, deverão ser reservadas duas vagas gratuitas para pessoas com 60 anos ou mais, com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos. Para fazer uso dessa reserva, o interessado deverá solicitar um único "Bilhete de Viagem do Idoso", nos pontos de venda próprios da transportadora, com antecedência de, pelo menos, três horas em relação ao horário de partida do ponto inicial da linha do serviço de transporte, podendo

solicitar a emissão do bilhete de viagem de retorno. O idoso com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos terá direito ao desconto mínimo de 50% do valor da passagem para os demais assentos do veículo.

Além disso, 5% das vagas nos estacionamentos públicos e privados devem ser reservadas para os idosos. A Resolução do Conselho Nacional de Trânsito – Contran – nº 303, de 2008, uniformiza, em âmbito nacional, os procedimentos para sinalização e fiscalização do uso de vagas regulamentadas para estacionamento exclusivo de veículos utilizados por idosos. A vaga deve ter o sinal de "Estacionamento regulamentado" e credencial emitida pelo órgão ou entidade executiva de trânsito do município de domicílio da pessoa.

No âmbito do Estado, em 2014 foi editada a Lei nº 21.121, que assegura ao idoso e à pessoa com deficiência gratuidade no serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros. Nos termos da norma citada, é assegurada à pessoa com mais de 65 anos com renda individual inferior a dois salários-mínimos a gratuidade no serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros, convencional, simples e comercial. O benefício limita-se a dois assentos por viagem, que são disponibilizados pelo critério exclusivo de precedência na solicitação da reserva. Para usufruir da gratuidade, o beneficiário deve solicitar à empresa a reserva de assento com, no mínimo, 12 horas de antecedência do horário previsto de partida do veículo.

3.3.5 Violência contra o idoso

A Organização Mundial de Saúde define a violência contra a pessoa idosa como ações ou omissões que prejudicam sua integridade física e emocional e impedem o desempenho de seu papel social. Por sua vez, o Estatuto do Idoso define, em seu art. 19, § 1º, violência contra o idoso como qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico.

Em âmbito federal, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR – está a cargo da abordagem ampla a situações de violência praticada contra a pessoa idosa, bem como das políticas voltadas para a promoção e defesa dos direitos desse segmento populacional. Em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI – e com alguns setores da sociedade civil organizada, a SDR/PR elaborou o Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa, que prevê, entre outros, a criação de Centros de Apoio à Prevenção e ao Enfrentamento da Violência contra Idosos, a capacitação de gestores públicos e a realização de estudos a fim de aperfeiçoar as políticas públicas focadas nesse grupo populacional.

Um dos estudos produzidos pela SDH/PR, em 2014, é o Manual de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa[5]. Segundo esse documento, embora em todas as classes sociais haja discriminação por idade, as expressões de violência contra os idosos afetam, sobretudo, os mais frágeis e dependentes, frequentemente combinando abusos físicos, psicológicos, econômico-financeiros, negligências e autonegligências, que podem provocar lesões, traumas ou até a morte.

Esse manual apresenta um levantamento dos tipos de denúncias de violências contra idosos recebidas pelo módulo Disque Idoso, do Disque 100 Direitos Humanos, de 2010 a 2012. De acordo com os dados apresentados, 68,7% dos casos denunciados foram de negligência, que ocorre principalmente no âmbito das famílias e dos serviços públicos; 59,3% das denúncias se referem a maus-tratos psicológicos; 40,1%, a abusos econômico, financeiro e patrimonial; por último, estão as denúncias de agressões físicas, que correspondem a 34%. Percebe-se que a soma dos percentuais do Disque Idoso ultrapassa 100%, o que confirma que os abusos se superpõem.

O local onde a pessoa idosa sofre mais violência física é em sua própria casa ou na casa da sua família, mas também é vítima de violência nas ruas e em instituições de prestação de serviços de saúde, de assistência social e residências de longa permanência. Além disso, o abuso econômico e financeiro, combinado com discriminações e maus-tratos são praticados também por empresas, sobretudo por bancos e lojas. O maior número de queixas são contra os planos de saúde que aplicam aumentos abusivos e frequentemente se recusam a bancar determinados serviços essenciais à saúde dessas pessoas.

Frequentemente a desvalorização e a violência de que é vítima a pessoa idosa a leva a atitudes de autodestruição, que se manifestam, no primeiro estágio, como autonegligência, cujos sinais são isolamento, recusa a sair de casa, tomar banho, alimentar-se ou tomar medicamentos, comportamentos que manifestam direta ou indiretamente a vontade de morrer.

Um estágio mais grave desse quadro são as autoagressões, que podem levar a ideações e tentativas de suicídio ou a suicídio consumado. De acordo com o citado manual, os suicídios chegaram a mais de 8% do total das mortes violentas em 2011: na faixa etária de 60 a 69 anos, os suicídios de homens corresponderam a 9,2% do total dos óbitos por causas externas e de mulheres, 7,8%; na faixa de 70 a 79 anos, o percentual de suicídios foi de 8,8% de homens e 3,7% de mulheres; na faixa de 80 anos ou mais o percentual de suicídios de homens foi de 4,9% e de mulheres apenas de 0,7%.

Alguns fatores que contribuem para a ocorrência de autoagressões são: limitação da capacidade funcional, interrupção do trabalho ou falta de perspectiva depois da aposentadoria; doenças que afetam a sexualidade; transtornos físicos ou mentais incapacitantes; deficiências que levam à invalidez; perdas de familiares de referência e, sobretudo, a viuvez; sobrecargas financeiras por endividamento pessoal ou de membros da família; isolamento, aliado ao sentimento de perda de função social; outros casos de suicídio na família; e violências, sobretudo as conjugais. Já os fatores que mais protegem as pessoas idosas contra o suicídio são a manutenção de atividades funcionais, cultivo de ampla rede de relacionamentos, apoio da família e dos amigos, e frequência a encontros sociais e de lazer.

O Estatuto do Idoso determina que os profissionais de saúde de instituições públicas ou privadas notifiquem casos suspeitos ou confirmados de violência contra idosos. Essa notificação é compulsória e deve ser dirigida a autoridades sanitárias ou policiais, ou a quaisquer órgãos que defendam os direitos dos idosos, como Ministério Público, Conselho Municipal do Idoso, Conselho Estadual do Idoso, Conselho Nacional do Idoso (art. 19, com redação dada pela Lei Federal nº 12.461, de 2011).

Apesar de todos esses esforços, contudo, a violência contra os idosos é ainda subnotificada e subdiagnosticada e traçar os contornos do problema é um considerável desafio a ser vencido.

4 TRABALHOS REALIZADOS

A Comissão Extraordinária do Idoso promoveu 7 audiências públicas e 4 audiências de convidados, cujas sínteses apresentamos a seguir.

24/2/2016 – Audiência Pública

A 2ª Reunião Ordinária da Comissão Extraordinária do Idoso teve por objetivo debater as possíveis medidas para fomentar a implementação de Conselhos do Idoso em todos os municípios do Estado. Estiveram presentes os deputados Isauro Calais, Glaycon Franco, Cristiano Silveira e a deputada Geisa Teixeira, membros efetivos da comissão. Compareceram como convidados: Dilson José de Oliveira, coordenador Especial de Politicas para o Idoso, representando Nilmário Miranda, secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; André Quintão, secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese; Wagner Cândido Ferreira, secretário executivo do Conselho Estadual do Idoso – CEI –; Neusa de Araújo Fernandes, vice-presidente do Clube da Maturidade de Belo Horizonte; Maria Mazzarello Vieira Torres, assistente social do Conselho do Idoso de Nova Lima; Húlia Barbosa dos Santos, advogadas do Centro de Referência Especializado em Assistência Social – Creas – de Ibirité; Evanézio Fidêncio Miranda, técnico psicólogo da Coordenadoria Especial de Políticas para Idosos – Cepti; Romerito Costa Nascimento, coordenador estadual de apoio e assistência à pessoa com deficiência da Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Vicente dos Reis Vieira Lobo, presidente da Câmara Municipal de Pequeri; e Sandro Lopes Sevaroli, vereador do Município de Pequeri.

Inicialmente o presidente da comissão destacou a importância dos Conselhos do Idoso para a efetivação de políticas públicas para esse público. O deputado Glaycon Franco lembrou que os recursos destinados à área são escassos e que 70% dos

municípios mineiros não contam com conselho em atividade. A deputada Geisa Teixeira também discorreu sobre a importância de os municípios manterem aqueles conselhos, uma vez que há um número elevado de idosos no Estado.

O secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, André Quintão, iniciou sua participação lembrando a aprovação da Lei nº 21.966, de 2016, que institui os serviços regionalizados de proteção social especial – PSE – de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social – Suas –, por meio da qual será possível captar recursos da União de forma mais célere. Em seguida o secretário tratou de questões do idoso no âmbito da assistência social, lembrando que a política pública do idoso é transversal e envolve também outras áreas, como saúde, educação, cultura, lazer, mobilidade e acessibilidade. O secretário acrescentou que o conselho do idoso é o espaço de formulação dessas políticas públicas, além de ser um local de convergência do governo e dos próprios idosos. André Quintão destacou a importância de o idoso ser ouvido na formulação dessas políticas e ponderou que na nossa cultura a participação desse público não é valorizada. Acrescentou que o Conselho Estadual do Idoso e todo o sistema de participação dos idosos nas políticas públicas estão vinculados à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac.

Em relação à assistência social, o secretário destacou a importância dos benefícios e explicou que os estados têm três responsabilidades básicas: cofinanciar a política; capacitar e assessorar os municípios por meio do Programa Qualifica Suas; prestar os serviços de assistência da PSE, nos termos do Plano Estadual de Regionalização da PSE e da Lei nº 21.966, de 2016, anteriormente mencionada.

Conforme esclarecido durante a reunião, a Lei Orgânica da Assistência Social – Loas – definiu a distribuição de competências entre os entes federados e estabeleceu níveis de proteção social. Assim sendo, a proteção social básica refere-se ao conjunto de serviços, programas e projetos que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, como serviços de convivência, fortalecimento de vínculos, serviços para crianças e adolescentes, bem como gestão do Programa Bolsa Família. Os centros de convivência são um dos equipamentos utilizados pela proteção social básica.

No que se refere ao cofinanciamento da proteção básica, o Estado contribui por meio do Piso Mineiro de Assistência Social, cujo valor é R$2,20 por família inscrita no Cadastro Único dos Programas do Governo Federal – CadÚnico – que, segundo o secretário, não era pago a todos os municípios de forma regular e automática desde 2011.

André Quintão informou que o piso mencionado financia os programas de convivência sociofamiliar, direcionados à população idosa, bem como garante a busca ativa de idoso e sua inclusão no benefício de prestação continuada – BPC – ou no programa Bolsa Família. Acrescentou que muitos idosos nunca requereram o BPC, apesar de fazerem jus ao benefício.

Proteção social especial, segundo o secretário, é o conjunto de serviços, programas e projetos que atua nas situações de violação de direitos, como unidades de atendimento, os Creas e as unidades de acolhimento. Ele enfatizou a importância de os conselhos do idoso dos municípios buscarem informações nos Centros de Referência de Assistência Social – Cras – sobre os trabalhos realizados com os idosos.

O secretário informou que em 2015 a Sedese lançou o programa Qualifica Suas para qualificação e assessoramento dos municípios. Esse programa se organiza nos seguintes eixos: indução de gastos, capacitação, supervisão técnica. De acordo com André Quintão, a indução de gastos é necessária porque muitas vezes os recursos repassados pela União ficam parados nas contas dos municípios. Por essa razão, o secretário sugeriu que os conselhos de idosos apresentem propostas aos conselhos de assistência social com vistas a utilizar esse recurso. André Quintão acrescentou que em 2016 terá início outra etapa do programa de qualificação do Suas, que tem o fim de capacitar gestores e trabalhadores da rede.

O serviço de proteção social especial nos municípios com menos de 20 mil habitantes é de responsabilidade do Estado. Segundo André Quintão, o Estado pactuou com o Ministério do Desenvolvimento Social a implantação de 17 Creas regionais, um por território de desenvolvimento, até o fim do governo, já que naqueles municípios não existiam Creas locais. O secretário acrescentou

que o Creas regional vai elaborar diagnóstico, bem como mapa de notificação para, por exemplo, saber quantos idosos precisam de abrigamento institucional, além de se responsabilizar pela organização da oferta de serviços.. André Quintão informou que, para o atendimento da demanda, uma das metas da Sedese será identificar as entidades de abrigamento particulares e habilitá-las a receber recurso público.

Para o secretário, é necessário fortalecer a rede socioassistencial nas unidades de acolhimento. Segundo informou, atualmente há aproximadamente 3.300 entidades socioassistenciais em Minas, das quais cerca de 850 prestam acolhimento institucional no âmbito do Suas sem, contudo, receber repasse regular de recursos de nenhum nível de governo. O secretário pontuou que em alguns casos os recursos estão disponíveis no município, e que a questão seria resolvida apenas por meio do direcionamento dos recursos às entidades. Por fim, André Quintão considerou que a Sedese pode colaborar com os trabalhos da comissão nas frentes por ele apresentadas.

Dilson José de Oliveira, coordenador Especial de Politicas para o Idoso da Sedpac, relatou que é baixo o número de Conselhos do Idoso em Minas Gerais – apenas 290 municípios contam com conselhos ativos; em 71 municípios há conselhos inativos e há 492 municípios sem conselhos. Tendo em vista o papel fundamental que os conselhos desempenham na discussão da política pública para o idoso, esses dados são preocupantes. Dilson acrescentou que é fundamental que a criação do conselho venha acompanhada da constituição do fundo municipal do idoso.

Dilson de Oliveira pontuou que a previsão é de que em 20 anos teremos cerca de 30 milhões de idosos no País, e em 2050 haverá mais idosos do que jovens. Segundo ele, a institucionalização só deveria ocorrer em último caso, cabendo à família o cuidado do idoso. Acrescentou que participou da 4ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa, oportunidade em que foi discutido o tema "Protagonismo do Idoso" em 136 conferências municipais, 14 regionais, além de 9 conferências livres, com a participação de aproximadamente 195 municípios e 19 mil pessoas.

O representante da Sedpac reforçou a importância da qualificação e capacitação dos municípios para promover a criação dos conselhos do idoso, e informou que a pasta levantou recursos para essa capacitação em 2016 que, inicialmente, seria oferecida 90 conselheiros de 30 conselhos estaduais, e mais tarde tem a previsão de oferta de aulas presenciais e à distânciaa outros 600 conselheiros. Dilson reconheceu que o assistente social é o profissional que trabalha de forma mais intensa com os idosos e destacou a importância das atividades desenvolvidas nos Cras e Creas.

Por fim, Oliveira lembrou que em 2015 o governo do Estado aderiu ao Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo, com o objetivo de abrir espaço para discutir as políticas destinadas ao idoso.

O presidente da comissão pontuou que, nos municípios mineiros com menor percentual de idosos, 12% da população já está com mais de 60 anos, e que a previsão para 2050 é de haver cerca de 50 milhões de idosos no Estado, situação que exige a implementação de políticas públicas específicas para evitar a segregação dessa população.

O deputado Cristiano Silveira ponderou que é fundamental sensibilizar e motivar os municípios para criar os conselhos dos idosos, bem como para elaborar o planejamento de atendimento, acolhimento e inserção do idoso em todas as áreas. Segundo o parlamentar, seria importante inserir a discussão sobre a permanência do idoso no mercado de trabalho na pauta da comissão.

Em seguida, Wagner Cândido Ferreira, secretário executivo do Conselho Estadual do Idoso, relatou que há 116 conselhos cadastrados no Conselho Estadual do Idoso, número considerado pequeno em relação número de municípios de Minas Gerais. Wagner informou que uma das principais funções do conselho é incentivar os municípios sem conselhos instituídos a criá-los e os municípios com conselhos inativos a colocá-los em funcionamento.

Neusa de Araújo Fernandes, vice-presidente do Clube da Maturidade de Belo Horizonte, relatou como o clube tem atuado para melhorar a qualidade de vida dos idosos que participam dele, e reforçou a importância de seus membros discutirem as políticas públicas destinadas ao idoso.

Para Maria Mazzarello Vieira Torres, assistente social do Conselho do Idoso de Nova Lima, a capacitação dos conselheiros e o funcionamento diário do conselho são fundamentais para que o conselho cumpra a sua função. Ela sugeriu que se continuasse a parceria entre ALMG e PUC por meio do Observatório do Idoso.

Húlia Barbosa dos Santos, que atua como advogada do Creas de Ibirité, relatou que os idosos do município, em razão da atuação do conselho municipal do idoso, acessam o centro e buscam conhecer seus direitos. Acrescentou que o Creas oferece apoio técnico aos idosos, recebe denúncias do conselho e faz encaminhamentos, o que viabiliza o trabalho na rede socioassistencial. Para a convidada, é de suma importância haver diálogo entre a rede socioassistencial e os conselhos para que estes possam aprimorar seu funcionamento. Húlia apresentou, ainda, uma relação dos problemas mais comuns que têm chegado no Creas, mencionando, entre outros, a violação financeira e os empréstimos consignados.

Evanézio Fidêncio Miranda, psicólogo da Coordenadoria Especial de Políticas para Idosos – Cepti –, destacou que a maior dificuldade para um tratamento mais adequado do idoso é a falta de interlocução entre os setores públicos que cuidam dos seus interesses O convidado concordou com Maria Mazzarello a respeito da importância da capacitação dos conselheiros para que a atuação dos conselhos seja efetiva.

Vicente dos Reis Vieira Lobo, presidente da Câmara Municipal de Pequeri, afirmou que em seu município não há conselho do idoso e considerou de suma importância sua instituição.

Em suas considerações finais, o deputado Glaycon Franco sugeriu que a comissão agendasse uma reunião com o presidente da Associação Mineira de Municípios para discutir formas de incentivar a criação de conselhos de idosos nos municípios mineiros.

Dilson José de Oliveira entregou ao presidente da comissão as propostas apresentadas na 4ª Conferência Estadual da Pessoa Idosa e se comprometeu a enviar à comissão a relação dos municípios que não têm conselho do idoso instituído.

16/3/2016 – Audiência de Convidados

A finalidade da 4ª Reunião Ordinária da comissão foi ouvir o representante da diretoria da Federação das Entidades dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais e o representante da BHTrans.

Compareceram os deputados Isauro Calais, Glaycon Franco, Cristiano Silveira e a Deputada Cristina Corrêa. Como convidados, estiveram presentes: Alencar Linhares de Andrade, assessor da diretoria da Federação das Entidades dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais, e Marcos Fontoura de Oliveira, representante da BHTrans.

O presidente da comissão informou que tem recebido no seu gabinete muitas críticas relacionadas ao transporte público, tanto em Belo Horizonte, como em outros municípios de porte médio e grande do Estado, justificando, assim, a escolha do tema da audiência.

Alencar Linhares de Andrade, da Federação das Entidades dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais, esclareceu que a federação é uma entidade vinculada a outras pessoas jurídicas, como associações de aposentados de todo o Estado, e que o objetivo da instituição é a defesa dos direitos de aposentados e pensionistas. Destacou que as principais críticas da federação no que se refere ao transporte público são a conduta dos motoristas de não parar em pontos de ônibus onde haja apenas idosos, a falta de atenção dos condutores no momento de embarque e desembarque dos passageiros, sobretudo idosos, e a altura elevada dos degraus dos ônibus, que são montados sobre chassis de caminhão. Essas queixas são antigas e os problemas permanecem sem solução, ocasionando acidentes de graves consequências com pessoas idosas. Alencar sugeriu as seguintes medidas para resolvê-los: melhor qualificação dos trabalhadores do transporte coletivo; fiscalização das empresas de transporte e instituição de sanções à empresa e ao funcionário em caso de condutas inadequadas; utilização de veículos mais apropriados a usuários de todas as faixas etárias; mudança do modelo de gestão do transporte, que não deveria ser administrado pelo poder concedente nem pela concessionária. Alencar ponderou que, segundo o observatório da mobilidade, desde 2002 o sistema de transporte coletivo tem piorado e que deslocar-se de ônibus atualmente demora três vezes mais do que de carro.

De acordo com Alencar, para que os direitos dos idosos sejam respeitados, é necessário acompanhar os institutos municipais de previdência do interior e fortalecer os conselhos municipais do idoso. Lembrou também a importância de que o art. 24 do Estatuto do Idoso seja cumprido. O dispositivo determina que os meios de comunicação mantenham espaços ou horários especiais voltados aos idosos, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, além de espaços voltados ao público em geral que informem sobre o processo de envelhecimento.

Marcos Fontoura, pesquisador e representante da BHTrans, afirmou que setorizar o público no transporte aumenta o número de regras e, consequentemente, dificulta a execução das políticas públicas. A reserva de assentos, segundo ele, deveria ser genérica, "para quem precisa", e não especificada para idosos, pessoas com deficiência e gestantes. Idealmente todos os assentos deveriam ser preferenciais segundo a lógica da necessidade, como já está em prática no metrô de São Paulo. Fontoura mencionou ainda que as vagas reservadas nos estacionamentos públicos para pessoas com deficiência e para idosos são diferentes e não podem ser compartilhadas, o que considera um equívoco. Ele ponderou que a reserva de vagas nos estacionamentos e a instituição de assentos reservados no transporte público não atingem a causa do problema, que é a deficiência de lugares no transporte público. O pesquisador discorreu ainda sobre o "Shared Spaces" – espaço compartilhado –, conceito de mobilidade urbana idealizado pelo engenheiro de transporte europeu, Hans Monderman, segundo o qual o número excessivo de regras nos afastaria dos princípios. Fontoura relatou uma experiência realizada em uma pequena cidade da Holanda: foram removidas placas e sinais de trânsito e passaram a valer apenas os princípios de prioridade (pedestre, bicicleta e automóvel, nessa ordem), o que resultou na redução do número de mortes no trânsito. Marcos concordou com as sugestões apresentadas pelo representante da Federação das Entidades dos Aposentados e Pensionistas relativas ao transporte coletivo e afirmou que em geral os municípios brasileiros descumprem as regras previstas nas normas, em especial a referente ao direito à acessibilidade no transporte coletivo. Indagado sobre a qualificação dos funcionários das empresas de ônibus, o convidado esclareceu que tanto a qualificação como a reciclagem permanente do pessoal de operação são uma exigência contratual e são prestadas de forma permanente por meio do Serviço Social do Transporte/ Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – Sest-Senat –, mas reconheceu que muitas vezes o condutor deixa de atender o usuário de forma adequada por causa da pressão de horário em desenvolve sua atividade. Acrescentou que, quando há preferência do transporte coletivo no trânsito, como é o caso do BRT-Move, a pressão de horário é bem menor e, consequentemente, o condutor atende melhor a população. Em seguida, Fontoura elogiou o funcionamento do metrô, destacando que o sistema é totalmente operado pela União, sem a participação da iniciativa privada, e observou que tanto o atendimento dos funcionários como o comportamento dos usuários é bastante diferente dos observados nas empresas de ônibus no mesmo município.

O deputado Cristiano Silveira lembrou que o transporte público deve ser inclusivo e pontuou que os espaços preferenciais podem ser compartilhados, mas não extintos. O parlamentar sugeriu que talvez o melhor seria priorizar o metrô, uma vez que parece ser o meio de transporte mais eficiente.

Já o deputado Geraldo Pimenta discordou da premissa de que todos os assentos deveriam ser preferenciais, argumentando que no Brasil as pessoas não têm ainda essa consciência coletiva.

Marcos Fontoura reafirmou seu entendimento de que a acessibilidade genérica se baseia em respeito e alegou que já ocorre em Medellín e São Paulo.

30/3/2016 – Audiência Pública

A 5ª Reunião Ordinária da comissão teve como finalidade estabelecer um diagnóstico da situação do idoso no Estado.

Estiveram presentes a deputada Geisa Teixeira e os deputados Isauro Calais, Antônio Carlos Arantes, Cristiano Silveira, membros efetivos da comissão, além dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Bosco e a deputada Cristina Corrêa. Como convidados, compareceram: Dilson José de Oliveira, coordenador de Politicas para o Idoso da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Mirela Castro Santos Camargos, doutora em Demografia e professora da Escola de Enfermagem da

UFMG; e Maíra Colares, superintendente de Políticas de Assistência Social da Subsecretaria de Assistência Social da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, representando André Quintão, titular da secretaria.

Inicialmente Maíra Colares apresentou a lógica de organização do Sistema Único de Assistência social – Suas –, no qual se inserem diversas ações direcionadas à população idosa. Relatou que o governo tem como objetivo fortalecer o Suas nos municípios por meio da transferência regular e automática do Piso Mineiro da Assistência Social – PMAS – e expandir e regionalizar a cobertura da proteção social especial (abrigos para crianças, casas de passagem, instituições de longa permanência para idosos, dentre outros).

Segundo a superintendente, compete ao Estado o cofinanciamento das ações de assistência social, por meio do Piso Mineiro de Assistência social, que vem sendo repassado regularmente aos municípios desde 2015, quando os municípios mineiros receberam cerca de 54 milhões de reais. Além disso, o governo está elaborando um plano de regionalização da política de assistência social no Estado e já desenvolve o programa Qualifica Suas, que visa a melhorar administração de gastos e capacitar os trabalhadores da assistência social. No que se refere à capacitação, a meta é que 10 mil trabalhadores da assistência tenham sido qualificados até o fim de 2017.

Maíra relatou que a proteção especial para os casos de violação de direitos era muito restrita, pois o Estado não cumpria seu papel, e que a meta atual é implantar 17 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – Creas – até 2017, um em cada território de desenvolvimento do Estado. A maior parte dos idosos acolhidos pela proteção especial, cerca de 10 mil, foi vítima de violência ou negligência.

De acordo com a superintendente, há atualmente 1.129 Centros de Referência em Assistência Social – Cras – no Estado, que disponibilizam serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, nos quais são atendidos cerca de 39 mil idosos, dos quais 8 mil estavam em situação de isolamento quando contatados. Informou que aproximadamente 40% dos 737 mil idosos cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal no Estado têm renda *per capita* entre meio e um salário-mínimo.

Ela destacou a importância do Benefício de Prestação Continuada – BPC –, direito dos cidadãos brasileiros que atendem aos critérios da lei e que dele necessitam. O valor do BPC é de um salário-mínimo pago por mês às pessoas idosas e/ou com deficiência que não podem garantir a sua sobrevivência por conta própria ou com o apoio da família. Podem receber o BPC idosos que não têm direito à previdência social e pessoas com deficiência que não podem trabalhar e levar uma vida independente. Outro requisito é que a renda familiar nos dois casos seja inferior a 1/4 do salário-mínimo.

Maíra mencionou o programa de apoio às entidades da rede socioassistencial destinado às instituições sem fins lucrativos em Minas Gerais que acolhem idosos. Segundo ela, atualmente há 299 instituições cadastradas no Conselho Estadual de Assistência Social, mas apenas 8 delas pertencem ao Estado.

Em seguida, a professora Mirela Camargos apresentou o perfil traçado pela Fundação João Pinheiro da população idosa em Minas Gerais, com base nos dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios – PAD –, de 2011, já apresentados na introdução deste relatório.

Após a elucidativa exposição da professora, Dilson José de Oliveira, coordenador de Politicas para o Idoso da Secretaria de Estado de Direitos Humanos apresentou o Plano Mineiro de Atenção Integral à Pessoa Idosa, elaborado pelo governo do Estado em parceria com outros órgãos públicos e organizações da sociedade civil. Esse plano estadual se fundamenta nas proposições do Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento, pactuado por ocasião da II Assembleia Mundial do Envelhecimento, realizado em 2002, em Madri, pela ONU. Dilson relatou que o Estado aderiu ao Decreto Federal nº 8.114, de 30/9/2013, que estabelece o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo.

O plano estadual apresenta 3 diretrizes para orientação das ações direcionadas à população idosa. A primeira diretriz, "Pessoas Idosas e o Desenvolvimento", busca sanar as repercussões negativas do desenvolvimento para o idoso, que pode acabar se isolando com os grandes movimentos migratórios, a urbanização, a transformação das famílias e a falta de acessibilidade às

tecnologias. Essa diretriz contém os seguintes eixos temáticos: participação ativa na sociedade e no desenvolvimento; emprego e envelhecimento da força de trabalho; desenvolvimento rural, migração e urbanização; acesso ao conhecimento, à educação e à capacitação; solidariedade intergeracional; e situações de emergência.

A segunda diretriz, "Promoção da Saúde e Bem-Estar na Velhice", trata dos atributos que tornam o indivíduo capaz de decisões e no domínio de suas ações, desempenhando suas atividades com autonomia e independência. As políticas públicas devem prezar pela saúde e bem-estar das pessoas idosas, desenvolvendo ações nos seguintes eixos temáticos: promoção da saúde e do bem-estar; acesso universal e equitativo aos serviços de assistência à saúde e de assistência social; prevenção de aids; capacitação de prestadores de serviços de saúde e de profissionais de saúde; e necessidades relacionadas com a saúde mental de idosos.

A terceira diretriz, "Criação de Ambiente Propício e Favorável", diz respeito à contribuição para a criação de uma sociedade de inclusão e coesão para todos, independentemente de gênero, idade, cor ou orientação sexual, em que todos tenham direito de viver num ambiente que realce suas capacidades e permita a realização de seus potenciais, com ações nos seguintes eixos temáticos: pessoas idosas e acessibilidade; moradia e condições de vida; cuidado e apoio aos cuidadores; violência contra a pessoa idosa; imagens do envelhecimento; e conselhos de controle social.

Segundo Oliveira, os próximos passos previstos para a implementação do Plano Mineiro de Atenção Integral à Pessoa Idosa são: a incorporação das proposições oriundas da IV Conferência Estadual de Direitos da Pessoa Idosa; a realização de consulta popular, por meio de plataforma digital; e a criação do Comitê Intersetorial Estadual da Pessoa Idosa para delimitar objetivos, metas e produtos a serem entregues em consonância com as propostas do plano. Terminou sua exposição dizendo ser fundamental a criação de conselhos do idoso em todos os municípios mineiros, pois atualmente, há apenas 290 conselhos municipais no Estado.

Ao finalizar a reunião, o deputado Isauro Calais destacou a necessidade de ampliar o número de instituições públicas de longa permanência no Estado e enfatizou a importância de conscientizar a população para a necessidade de prover adaptações nas residências onde morem idosos para evitar quedas e acidentes domésticos.

6/4/2016 – Audiência Pública

A 6ª Reunião Ordinária da Comissão teve como objetivo ouvir Marcelo Pinto Guimarães, arquiteto e professor da Universidade Federal de Minas Gerais, sobre as adaptações arquitetônicas necessárias para garantir a segurança dos idosos.

Estiveram presentes os deputados Isauro Calais, Glaycon Franco e Antônio Carlos Arantes, membros efetivos da comissão, além do deputado Antônio Jorge e o convidado Jorge Roberto Afonso de Souza Silva, presidente da Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais.

O professor Marcelo Guimarães iniciou sua exposição ressaltando a importância de criar uma sociedade inclusiva para todos os que estão envelhecendo. Afirmou que quanto mais cedo se investir em acessibilidade, menores os custos.

Lembrou que saúde não é apenas ausência de doenças, mas qualidade de vida e possibilidade de o indivíduo desenvolver suas atividades em um ambiente que desafie sem riscos – aspecto que, segundo o professor, caracteriza a acessibilidade.

O professor assinalou a importância das redes sociais presenciais para a vida do idoso. Observou que a falta de acessibilidade pode impedir a manutenção dessas redes, ocasionando isolamento, tristeza e depressão.

De acordo com Guimarães, há muitas normas que exigem que os prédios tenham acessibilidade a partir da rua, mas as próprias ruas são inacessíveis. Assim, não se pode discutir apenas como instalar as barras no banheiro, se a pessoa sequer consegue chegar ao equipamento onde se localiza o banheiro.

Pontuou que o Estado tem papel importante na garantia da acessibilidade, notadamente na fiscalização das instituições de longa permanência e na orientação aos municípios. Citou o exemplo do Cepam – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração

Municipal – de São Paulo, um órgão estadual criado para orientar e dar apoio aos municípios. Lamentou que muitos municípios mineiros, apesar de cientes da sua responsabilidade jurídica quanto à acessibilidade, não sabem o que fazer.

O professor afirmou que a Lei nº 11.666, de 1994, que estabelece normas para facilitar o acesso das pessoas com deficiência aos edifícios de uso público, não está sendo devidamente cumprida Além disso, considerou que o nosso mercado de equipamentos de reabilitação ainda é muito acanhado e que requer insumos fiscais e apoio institucional para se desenvolver.

Marcelo Guimarães também observou que existe uma política para que a pessoa com deficiência possa comprar seu veículo com isenção de impostos, mas que não há isenção de impostos para equipamentos eletroeletrônicos de circulação vertical, como os elevadores. Então, mesmo que a legislação exija que os novos edifícios tenham espaço para esses equipamentos, a indústria não dispõe de condições para suprir adequadamente a demanda.

Apontou que a acessibilidade nos municípios mineiros ainda é muito precária e questionou a validade de adaptar a casa do idoso se não se facilita o seu acesso à comunidade. Acrescentou que um plano estadual de acessibilidade deve ser abrangente e não se limitar a aspectos específicos.

O professor afirmou que considera distorcida a concepção da Lei nº 17.248, de 2007, que dispõe sobre a preferência na aquisição de unidades habitacionais dos programas de construção financiados pelo poder público. Segundo a norma, o Estado deve destinar 12% das referidas unidades às pessoas com deficiência. Para o professor, porém, é preciso partir do pressuposto de que a acessibilidade deve beneficiar a todos, segundo os preceitos do desenho universal. Ele julga falacioso determinar percentuais pois, se todas as fases da vida forem consideradas, o percentual de pessoas com deficiência pode chegar a 100%.

Para Marcelo Guimarães, é importante que haja reforço institucional para estimular e avaliar a acessibilidade. Diferentemente do que já existe para a defesa do patrimônio, tratada por institutos nos governos federal e estadual, no caso da acessibilidade, não há a quem recorrer. O Ministério Público até tem atuado nessa área, obrigando o comprometimento na aplicação da lei, mas não existe ainda controle de qualidade.

O professor julga necessário alterar códigos de obras municipais para adequá-las ao uso de pessoas com cadeiras de rodas ou obesas. Criticou uma alteração feita na Lei municipal nº 7.166, de 1996, de Belo Horizonte, que estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo, efetuada por meio da Lei municipal nº 9.959, de 2010. Segundo ele, a alteração eliminou um dispositivo (art. 46, XVI, da Lei nº 7.166/1996) que determinava que não seria computada, para efeito do cálculo do coeficiente de aproveitamento, a área equivalente a 120% da parte da instalação sanitária acessível, caso existente.

Para ele, o dispositivo diminuía o ônus do empreendedor e possibilitava o aumento dos espaços nas moradias. Acrescentou ainda que muitas garagens de edifícios não permitem a entrada de uma ambulância, por terem o pé direito muito baixo.

Relatou que muitas pessoas investem grande esforço ao longo da vida para ter a sua casa e, quando finalmente conseguem pagar por ela, não podem ir ao seu quarto em função da sua condição física, pois não se levou em conta a área necessária para o uso de equipamentos de mobilidade. Criticou o fato de que a legislação define requisitos de acessibilidade nas áreas comuns dos edifícios, mas não trata das áreas internas. Disse ainda que a informação técnica sobre acessibilidade teria de chegar ao consumidor, mas que isso não ocorre.

Guimarães afirmou que em muitos casos a própria estrutura das habitações impede que se façam adaptações visando à mobilidade. Apresentou dados segundo os quais uma reforma para ampliar a mobilidade custa 25% menos que uma reforma em que esse item não é considerado. Afirmou também que o aumento de custos na execução de um projeto arquitetônico com acessibilidade é irrisório em relação a outro que não tenha essa previsão.

O professor informou que a acessibilidade das calçadas deve ser definida em legislação municipal, mas que a Assembleia Legislativa poderia contribuir para que as prefeituras assumam nova postura e sensibilizem sua população. Considerou que o impulso

para a transformação é tão importante quanto a realização e que a construção de espaços 100% acessíveis permitirá às novas gerações envelhecer com dignidade.

O professor concluiu sua exposição afirmando que a deficiência não é um atributo de uma pessoa ou do ambiente, mas está na relação entre os dois elementos.

O deputado Glaycon Franco lembrou que todos estão no processo de envelhecimento e afirmou que gostaria de promover debate na Casa para a criação de um plano estadual de acessibilidade.

Jorge Roberto Afonso de Souza Silva, presidente da Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais, trouxe o problema das quedas dos idosos, que acarretam altos custos financeiros e levam ao isolamento social. Apresentou dados do Ministério da Saúde segundo os quais as quedas de idosos provocam um aumento de até 30% nos gastos com a saúde e afirmou que esse gasto poderia ser reduzido se se investisse em prevenção.

De acordo com Jorge Roberto, um em cada três idosos sofre uma queda no decorrer de um ano. Esclareceu que, por mais que sejam comuns, as quedas de idosos não devem ser consideradas normais e que envelhecer não quer dizer necessariamente adoecer.

Assinalou que 80% dos idosos são independentes para realizar suas atividades da vida diária, mas que uma queda pode torná-los dependentes. Informou que 60% das quedas acontecem dentro de casa, principalmente dentro do banheiro. As quedas no trajeto entre o quarto e o banheiro também são muito comuns, especialmente se a iluminação não for adequada. Escadas também apresentam sérios riscos.

Jorge Roberto relatou que muitos cuidadores e familiares adoecem quando cuidam de idosos dependentes em ambientes inadequados. Mencionou o Programa Maior Cuidado, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, lançado em 2011, prevê a distribuição do kit Casa Segura. Mas que a ação não teve o êxito esperado, pois muitas moradias não têm a infraestrutura necessária para as adaptações.

O presidente da Associação de Cuidadores de Idosos afirmou ainda que muitos apartamentos novos e modernos não têm espaço para uso de equipamentos de mobilidade e apoio e que é muito comum a inadequação das garagens para a entrada de ambulâncias. Além disso, a disposição da mobília nas casas muitas vezes dificulta ou impede a entrada de macas.

Jorge Roberto pontuou que é preciso criar ambientes acessíveis porém humanizados, que respeitem a história de vida e a cultura do idoso. Mencionou dispositivos tecnológicos que permitem a quem mora sozinho acionar central de pronto atendimento caso se sinta mal ou sofra uma queda. Reforçou o posicionamento de Marcelo Guimarães de que a acessibilidade não deve se limitar ao lar, mas ser estendida aos ambientes públicos, fora de casa, nas ruas e calçadas.

Segundo Jorge Roberto, a aprovação da PEC das empregadas domésticas levou a um aumento nos custos para a contratação de cuidadores e, em decorrência disso, cresceu o número de idosos institucionalizados. Diante dessa circunstância, ele alertou que o risco de um idoso cair em instituição de longa permanência é maior do que em sua própria casa.

Marcelo Guimarães levantou a questão do piso tátil que está sendo instalado nos passeios da cidade. Esse tipo de piso pode ser um obstáculo para a pessoa idosa que anda com dificuldade, aumentando o risco de quedas. Para ele, a solução encontrada para a pessoa com deficiência visual não considerou as dificuldades de outros grupos.

O professor também lembrou que as pessoas estão vivendo em famílias cada vez menores ou sozinhas e que serão necessárias políticas públicas que deem suporte a idosos que morem sozinhos. Citou o exemplo da Inglaterra, que conta com um sistema que mantém contato telefônico com o idoso apenas para saber como ele está. Entretanto, admitiu que, embora os recursos tecnológicos possam prestar grande auxílio, não suprem o idoso de contato humano, que talvez seja sua maior necessidade.

O deputado Glaycon Franco salientou que um investimento em acessibilidade custaria menos ao Estado do que o valor gasto atualmente em decorrência das complicações causadas por sua falta. E reforçou sua intenção de estudar a possibilidade de apresentação de um plano estadual de acessibilidade.

13/4/2016 – Audiência de Convidados

A 7ª Reunião Ordinária da Comissão teve por objetivo ouvir Ana Patrícia Ferreira França, titular da Delegacia Especializada em Atendimento ao Idoso e ao Deficiente, e Anna Cristina Pegoraro de Freitas, coordenadora do Projeto PUC Mais Idade. Estiveram presentes os deputados Isauro Calais, e Cristiano Silveira.

Anna Cristina Freitas, da PUC Minas, lembrou que o País passa por um acelerado processo de envelhecimento populacional: estima-se que em 2050 haverá 172 idosos para cada 100 crianças. Segundo a convidada, a universidade deveria apoiar os idosos prestando esclarecimentos sobre o direito à dignidade, às políticas específicas existentes, bem como fortalecer instituições e profissionais que atendem esse segmento da população. A PUC oferece pós-graduação em Gerontologia e em 2015 havia 13 projetos em andamento para integrar o idoso à sociedade, inclusive aqueles institucionalizados. Para Anna Cristina, o desenvolvimento humano deveria ocorrer em todas as faixas etárias, e esse princípio não é muito claro na sociedade atual em relação à idade madura, o que justifica trabalhar pela valorização do idoso.

A coordenadora do projeto da PUC informou que a instituição realiza a cada 2 anos o Fórum Mineiro sobre os Direitos do Idoso, em parceria com a Faculdade Mineira de Direito, onde são debatidos temas como saúde e violência. O último ocorreu em 2015 e, segundo Anna Cristina, os resultados e as propostas dos participantes foram apresentados na ALMG em audiência pública. A convidada concluiu sua exposição afirmando que as políticas para a população idosa devem ser pensadas para o curto prazo.

O deputado Isauro Calais lembrou o aumento dos casos de violência contra o idoso e enfatizou que, na maioria das vezes, a violência é praticada no ambiente familiar. O parlamentar sugeriu que esse tipo de violência fosse tipificado como crime hediondo no Código Penal.

O deputado Cristiano Silveira pontuou que, apesar de a expectativa de vida da população ter aumentado, a qualidade de vida não melhorou.

Ana Patrícia Ferreira França, titular da Delegacia Especializada em Atendimento ao Idoso e ao Deficiente, afirmou que, com o aumento da população de idosos, crescerá também o número de casos de violência contra eles. Segundo a delegada, o idoso normalmente não denuncia os casos de violência para proteger seus filhos, o que é preocupante. A polícia só atua quando algo já falhou, o que sugere que é necessário atuar preventivamente, com a valorização e o respeito ao idoso. A delegada afirmou que o Estado também pratica violência contra os idosos, ao negligenciar a acessibilidade dos ambientes ou não preparar funcionários adequadamente para atender esse público e que seria fundamental romper com o ciclo da violência. Indagada pelos parlamentares sobre a estrutura da delegacia, Ana Patrícia informou que atualmente o órgão conta com 8 servidores, além dela. O presidente da comissão, deputado Isauro Calais, observou a necessidade de haver mais delegacias especializadas em atendimento ao idoso no Estado e de se criar uma linha telefônica específica para receber as denúncias de violência contra o idoso.

O deputado Cristiano Silveira indagou quais os tipos de violência são praticados contra o idoso e o número de casos. A delegada esclareceu que em 2012 foram registradas 729 ocorrências e em 2015 esse número passou de 2000. Em média a delegacia registra 7 denúncias anônimas por dia. Ana Patrícia informou que o crime de maior prevalência é o de maus-tratos, como a negligência, o abandono e a apropriação de bens previdenciários, mas também são muito comuns as denúncias de injúria, ameaça e lesão corporal. A delegada esclareceu que os crimes contra os idosos são praticados em todas as classes sociais.

4/5/2016 – Audiência de Convidados

A 9ª Reunião Ordinária da Comissão teve por objetivo discutir a geriatria, a saúde do idoso e o envelhecimento saudável.

Compareceram os deputados Isauro Calais, Glaycon Franco e Antônio Carlos Arantes. Como convidados, estiveram presentes: Dilson José de Oliveira, coordenador especial de Politicas para Idosos do Estado de Minas Gerais, e Anna Cristina Pegoraro de Freitas, coordenadora do Projeto PUC Mais Idade.

De acordo com Anna Cristina Freitas, diante do fenômeno do envelhecimento populacional pelo qual passamos, é urgente a reorganização das políticas públicas de cuidado. A convidada relatou que trabalha há 12 anos no projeto Minas Mais Idade, direcionado aos idosos que vivem no entorno da universidade. O projeto visa informá-los sobre os direitos dos idosos e criar espaço para que desenvolvam diversas habilidades, melhorando sua autoestima e qualidade de vida.

Anna Cristina Freitas informou que a situação dos idosos é preocupante – tanto daqueles que vivem em Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI – como dos que vivem com as famílias e necessitam de cuidados especiais, pois muitas vezes não contam com o seu apoio. A convidada lembrou que a garantia do cuidado está prevista na Constituição Federal e é responsabilidade não só da família, mas também do Estado. Assim, é necessário cobrar mais investimentos do Estado nas políticas de cuidado, pois, em estágios avançados de determinadas doenças como, por exemplo, a de Alzheimer, o idoso requer atendimento integral. Freitas divulgou que o tema seria debatido no dia 20 de maio em um seminário da universidade em que trabalha.

O deputado Isauro Calais esclareceu que o abandono de idosos em ILPIs e instituições de saúde é considerado crime pelo Estatuto do Idoso. O parlamentar ressaltou que o cuidado com a pessoa idosa deveria começar em casa, mas que infelizmente cerca de 50% dos casos de violência contra idosos são praticados por familiares.

Para Dilson José de Oliveira, coordenador especial de Politicas para Idosos do Estado as pessoas evitam refletir sobre o tema da velhice e sequer preparam a acessibilidade de suas casas diante da perspectiva de envelhecerem. Oliveira considera que a institucionalização deveria ser a última opção para o cuidado dos idosos e apenas ser adotada em caso de falhas na família.

O convidado mencionou que durante as Conferências Nacionais de Direitos Humanos realizadas em Brasília em abril de 2016, foram discutidas ações como a criação de centros-dia e centros de referência para cuidar dos idosos e a prevenção de doenças crônicas. Destacou que a criação efetiva dos Conselhos do Idoso e a capacitação de conselheiros em todo o Estado são fundamentais para a efetivação das políticas públicas destinadas ao idoso. Informou aos presentes sobre a criação de um conselho intersetorial do idoso no Estado, que terá por finalidade implementar o plano estadual de atenção integral à pessoa idosa. Oliveira também informou que a Coordenadoria Especial de Politicas para Idosos está trabalhando em conjunto com e a área de defesa dos direitos da pessoa idosa do Ministério Público do Estado. Por fim, afirmou contar com o apoio da comissão para formular uma política pública para o idoso que disponha de recursos para execução.

O deputado Glaycon Franco lembrou a dificuldade por que passam os idosos na área rural para acessar os serviços de saúde. Para o deputado, a atuação do médico da família é fundamental nessas regiões remotas. O deputado relatou que deseja elaborar um plano estadual de acessibilidade e levar o debate sobre o tema para o interior do Estado, com o intuito de sensibilizar a população sobre as questões relativas ao envelhecimento.

O deputado Antônio Carlos Arantes pediu informações a Dilson Oliveira sobre as ILPIs. O convidado esclareceu que há cerca de 1.300 instituições no Estado, a maioria delas filantrópica. Segundo Oliveira, há poucas instituições públicas, mas o dever do cuidado do idoso é, em primeiro lugar, da família.

Indagado pelo deputado Glaycon Franco sobre a situação das ILPIs no interior do Estado, Dilson Oliveira relatou que muitas vezes o idoso é encaminhado para essas instituições por medida judicial. E acrescentou que muitas instituições estão fechando por não cumprirem as exigências previstas nas normas da vigilância sanitária.

11/5/2016 – Audiência Pública

A 10ª Reunião Ordinária da Comissão teve por finalidade debater a situação dos aposentados e pensionistas idosos no Estado.

Estiveram presentes os deputados Isauro Calais, Antônio Carlos Arantes e Glaycon Franco, membros efetivos da comissão. Compareceram os seguintes convidados: Dilson José de Oliveira, coordenador especial de Políticas para o Idoso da Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, representando Nilmário Miranda, secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais; Wagner Cândido Ferreira, secretário-executivo do Conselho Estadual do Idoso; Jorge Roberto Afonso de Souza Silva, presidente da Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais; Ana Maria Belo de Abreu, coordenadora do Fórum Permanente Cláudio Vilaça; Otto Lopes de Figueiredo, vice-coordenador do Fórum Permanente Cláudio Vilaça; Moisés de Oliveira Melo, representante da Associação dos Contribuintes e Aposentados da Previdência Geral e Estadual; Carlos Alberto dos Passos, presidente do Movimento de Luta Pró Idoso de Minas Gerais.

O presidente da comissão, deputado Isauro Calais, relatou estar preocupado com a situação dos idosos credores de precatórios, pois eles têm urgência em recebê-los.

Ana Maria Belo de Abreu afirmou que os aposentados estão sendo negligenciados e que muitas categorias não têm reajuste há vários anos. Esclareceu que o Fórum Permanente Cláudio Vilaça, do qual é coordenadora, luta pela defesa de idosos que têm sido excluídos de qualquer política pública e que não recebem benefícios. Relatou que solicitou informações ao governo estadual sobre o número de aposentados, seus cargos antes da aposentadoria e as respectivas remunerações, para delinear a real situação dos servidores idosos aposentados, mas que ainda não obteve resposta.

A convidada mencionou ter participado do Fórum Técnico do Ipsemg, realizado em 27/11/2015 na Assembleia Legislativa, e se queixou de não ter sido informada dos resultados dos encaminhamentos do evento. Segundo Ana Maria, não se pode mais contar com o Ipsemg e causa preocupação a forma como tem sido oferecida assistência à saúde dos aposentados.

Ana Maria Abreu ressaltou a necessidade de orientar os idosos sobre os seus direitos e sobre a importância de utilizarem um espaço como a Comissão Extraordinária do Idoso para discutirem seus problemas.

Em resposta à questão levantada pelo presidente da comissão a respeito dos precatórios, Otto Lopes de Figueiredo relatou que apenas o Poder Executivo federal paga os precatórios em dia. Afirmou que os Poderes Executivos estaduais e municipais se valem de subterfúgios na legislação – com base principalmente na Emenda à Constituição Federal nº 62, de 2009, que institui regime especial de pagamento de precatórios – para postergar os pagamentos. Segundo ele, desde 2010 apenas Mato Grosso e Rio de Janeiro quitaram suas dívidas. De acordo com Figueiredo, os outros estados basearam na legislação do Rio de Janeiro relativa à quitação dos precatórios para elaborar suas leis sobre o assunto.

Otto Figueiredo mencionou a Lei nº 21.720, de 2015, recém-aprovada no Estado, que autoriza a utilização de depósitos judiciais em dinheiro vinculados a processos do TJMG para o pagamento de precatórios e outras despesas. Disse que em 2015 o Estado utilizou R$4,5 bilhões provenientes desses depósitos, dos quais R$3,8 bilhões destinaram-se ao pagamento de despesas do governo. Esclareceu que no seu contracheque de aposentado consta a informação de que a fonte do pagamento é o dinheiro dos depósitos tributários. Questionou, então, por que o governo empregou apenas R$380 milhões para quitar precatórios em 2015, já que o valor restante era de R$700 milhões. Diante desse quadro, afirmou que não adianta a ALMG aprovar legislação, o Supremo Tribunal Federal julgar ou o Conselho Nacional de Justiça – CNJ – publicar suas resoluções, se o Poder Executivo estadual não prioriza pagar os precatórios.

De acordo com Figueiredo, durante a decisão do STF no julgamento sobre a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade da Emenda à Constituição nº 62, de 2009, em 25/3/2015, o presidente Ricardo Lewandowski afirmou que o problema estava resolvido e que o CNJ concluiria a atualização da Resolução nº 115/2010 – que dispõe sobre a gestão de precatórios no Poder Judiciário. Disse que até o momento o problema não foi resolvido. Acrescentou que o Fórum Nacional de Precatórios – Fonaprec – concluiu, em 2/6/2015, uma proposta de atualização da citada resolução, ainda não submetida ao Plenário do CNJ.

Figueiredo informou também que em 1º/2/2016 o presidente do STF recebeu governadores de 16 estados que reivindicavam a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 159/2015, também conhecida como PEC dos precatórios.

O convidado relatou que o STF promoveu em 21/9/2015 uma audiência pública para ouvir todos os que quisessem se manifestar sobre o uso de depósitos judiciais para pagamento de despesas públicas, pois já tramitava no Tribunal a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI – nº 5.072, questionando a legislação do Estado do Rio de Janeiro, que permite o uso de parte dos depósitos judiciais para quitação de precatórios. Otto lamentou que o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais – Sintder/Sinttop – tentou participar dessa audiência mas não conseguiu se inscrever.

Figueiredo disse ter elaborado um dossiê sobre o assunto e se dispôs a auxiliar a Comissão Extraordinária do Idoso a organizar as informações necessárias para que ela possa se manifestar sobre o problema dos precatórios, de forma a contribuir para solucioná-lo mais rapidamente.

Por fim, pontuou que Minas Gerais aplicou apenas 0,7% da sua receita corrente líquida para pagar as dívidas de precatórios, diferentemente do que determina a Emenda à Constituição nº 62, de 2009, segundo a qual os estados devem empregar pelo menos 1,5% da receita para essa finalidade.

Para o deputado Isauro Calais, o Estado não se preparou para a previdência e, por isso, deve a quem produziu. Observou que os deputados votaram para que a dívida fosse paga e que cobrarão do Poder Executivo a utilização dos recursos para esse fim. Afirmou ainda que o dinheiro não pertence aos estados e municípios, mas sim a quem trabalhou.

Wagner Ferreira, secretário-executivo do Conselho Estadual do Idoso, mostrou-se surpreso com os dados apresentados e solicitou as informações para divulgá-las no *site* do Conselho Estadual do Idoso, no intuito de que todas as entidades que trabalham com a pessoa idosa fiquem a par da real situação dos aposentados.

Jorge Roberto Afonso de Souza Silva, presidente da Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais, afirmou que não se pode chamar o idoso aposentado de inativo, pois ele muitas vezes é mais ativo que os jovens e mantém lares de trabalhadores que, com a crise, estão sem empregos. Além disso, é um consumidor em potencial, que movimenta a economia. Ressaltou que os idosos votantes representam 17% da população e que muitos idosos são o arrimo de suas famílias.

De acordo com Silva, há uma grande desigualdade entre os idosos aposentados, que reflete a desigualdade social: enquanto alguns se aposentam recebendo valores altíssimos, outros recebem valores muito baixos e não corrigidos. Além disso, ponderou que boa parte da renda dos idosos fica para os planos de saúde, que cobram valores exorbitantes.

Levantou o problema das políticas para os idosos aposentados que precisam de cuidados e disse que é necessária uma política de desoneração de impostos ou de concessão de subsídios nesses casos, para que eles possam permanecer em seus lares. Considerou que é importante priorizar a concessão dos precatórios para as pessoas mais idosas e dependentes, pois elas podem ter menos tempo para usufruir desse valor.

Dilson José de Oliveira, coordenador especial de Políticas para o Idoso da Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, lembrou que a aplicação do fator previdenciário vem diminuindo a renda dos idosos. Observou também que o tema da 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada no final de abril de 2016 em Brasília, foi o protagonismo e o empoderamento desse público. Afirmou que colheria as sugestões propostas pelos convidados da audiência pública para enriquecer o Plano Mineiro de Envelhecimento Ativo, em elaboração pelo governo estadual, que será brevemente disponibilizado para consulta pública na plataforma digital.

Carlos Alberto dos Passos, presidente do Movimento de Luta Pró Idoso de Minas Gerais, relatou que raramente o governo transmite informações fidedignas aos idosos aposentados. Passos lamentou que a maioria dos governadores estaduais utilizaram dinheiro do Ipsemg e não o restituíram. Relatou ter ouvido rumores de que o Benefício de Prestação Continuada – BPC – pode ser desvinculado do salário-mínimo e que é necessário, portanto, ficar atento a essa ameaça.

Moisés de Oliveira Melo, representante da Associação dos Contribuintes e Aposentados da Previdência Geral e Estadual, fez um retrospecto da situação dos servidores aposentados no Estado. Disse que a Assembleia Legislativa tem uma dívida com esse grupo, pois a reforma do regime previdenciário dos servidores estaduais (aprovada pela Lei Complementar nº 64, de 2002) foi efetuada sem a discussão necessária. Lembrou que o servidor público que ingressou no Estado até 2001, ao se aposentar, levava consigo todos os benefícios. Afirmou que não havia interesse na discussão porque na época os direitos e a paridade estavam garantidos.

De acordo com o representante da Associação, a criação do Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais – Funpemg – teve o objetivo de descomprimir a folha de pagamento de pessoal, para que a Lei de Responsabilidade Fiscal fosse cumprida. Lembrou que havia paridade para o aposentado que, na ocasião da aposentadoria, estivesse no exercício do cargo.

Moisés Melo afirmou ainda que, com a reforma, os aposentados deixaram de receber salários e passaram a receber benefícios, e que não havia nada na lei que garantisse o reajuste dos benefícios. Disse que a situação atual só será compreendida se analisada à luz da Lei Complementar nº 64.

Lembrou também que o governo posterior instituiu entre 2003 e 2004 um novo plano de carreira, eliminando todos os direitos à paridade. Moisés Melo considera que esse é o grande problema, pois reforça que o aposentado não recebe salário e sim benefício. Para ele, a Lei Complementar nº 64 "matou" o Ipsemg e criou os fundos, gestados pelo Tesouro, com uma pequena participação do Ipsemg para conceder, não a aposentadoria, mas a pensão por falecimento do servidor.

Observou que a Lei nº 9.380, de 1986, determinava que o Ipsemg poderia utilizar 40% da contribuição da pensão para o atendimento à saúde do servidor, pois era mais barato para o fundo garantir atendimento à saúde do que deixar de prestar essa assistência. Contudo, em 2010, substituíram o atendimento à saúde prestado pelo Ipsemg por um plano de saúde administrado por ele.

Moisés Melo afirmou ainda que é preciso recuperar o hospital do Ipsemg e melhorar a assistência no interior. Para o representante, seria necessário pensar em uma política de atenção à saúde do servidor pois, quando ele adoece, o fundo tem prejuízo, assim como o Estado, que precisa contratar outro servidor. Melo manifestou sua preocupação de que no futuro não existam mais recursos para o pagamento dos aposentados.

18/5/2016 – Audiência Pública

A 11ª Reunião Ordinária da Comissão teve por finalidade debater a feminização da população idosa no Brasil.

Estiveram presentes a deputada Geisa Teixeira e os deputados Isauro Calais, e Cristiano Silveira, membros efetivos da Comissão Extraordinária do Idoso. Compareceram como convidadas Sandra de Mendonça Mallet, analista de Políticas Públicas da Coordenadoria Municipal de Direitos da Pessoa Idosa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e Maria Fontana Cardoso Maia, titular da Coordenadoria da Pessoa Idosa da Prefeitura de Belo Horizonte.

O deputado Isauro Calais apresentou os fatores que levam à feminização da população idosa, como o alto índice de mortes entre homens adolescentes e jovens devido a acidentes ou à violência e as mortes de homens adultos por causa de falta de cuidado com a saúde. Informou que, segundo uma pesquisa efetuada pela Fundação João Pinheiro em 2011, a diferença entre o número de mulheres e de homens aumenta gradativamente com a idade, chegando a quase 60% de mulheres na população com 70 anos.

A deputada Geisa Teixeira discorreu sobre a violência contra a mulher idosa e destacou a necessidade de aprimorar as políticas de proteção a esse público. Lembrou que os principais agressores costumam ser os próprios familiares e ressaltou a importância da ampliação das delegacias especializadas no atendimento à mulher.

Sandra de Mendonça Mallet, analista de Políticas Públicas da Coordenadoria Municipal de Direitos da Pessoa Idosa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, afirmou que as mulheres vivem em média sete anos a mais do que os homens e levantou algumas hipóteses para essa sobrevida. Em primeiro lugar, a mulher, por desempenhar vários papéis sociais ao longo da vida, quando

se aposenta tem mais facilidade de preencher o espaço que antes dedicava à profissão do que o homem, que pode ficar mais propenso ao abuso de álcool e drogas. Além disso, os homens se previnem menos em relação a problemas de saúde.

Sandra Mallet prosseguiu comparando as diferenças de gênero nessa faixa etária: enquanto os homens ficam mais sujeitos à violência fora de casa, a mulher sofre mais violência no contexto familiar. Informou que 70% das denúncias de violência doméstica que chegam ao Conselho Municipal do Idoso de Belo Horizonte – CMI/BH – são perpetradas contra mulheres. Relatou os dados de uma pesquisa que realizou no CMI/BH sobre os casos de violência comunicados a esse conselho, que indicaram que em 26% dos casos os idosos faleceram por negligência.

Esclareceu que o papel da prefeitura é o de fortalecer os vínculos familiares, mas que muitas vezes assume funções de outros órgãos. Observando o que de fato vem ocorrendo, considerou necessário que a questão da violência seja abordada em rede.

Pontuou que o Estado deve enquadrar o problema a partir de dois eixos estruturantes: a prevenção, com o empoderamento da pessoa idosa para que seja capaz de dar limites à situação abusiva; e o suporte ao idoso com o direito já violado e às famílias com idosos. Como as famílias têm diminuído, é necessário pensar em políticas públicas para ajudá-las no cuidado ao idoso.

Para a analista, é necessário discutir com o Ministério Público a aplicação de medidas protetivas nos casos em que a prefeitura já tentou fortalecer o vínculo familiar mas não teve sucesso. Por fim, observou que a violência é subnotificada porque a idosa costuma proteger os filhos e netos agressores.

De acordo com Maria Fontana Cardoso, titular da Coordenadoria da Pessoa Idosa da Prefeitura de Belo Horizonte, as mulheres que atualmente estão se tornando idosas tiveram mais acesso à cultura e a outras oportunidades ao longo da vida do que as das gerações anteriores.

Cardoso observou que se o Estado implementar políticas públicas para preservar a capacidade, a autonomia e a independência do idoso, além de proporcionar mais qualidade de vida a essa população, reduzirá os custos com pessoas a serem cuidadas. Lembrou, ainda, que o Estatuto do Idoso determina que a responsabilidade pelo idoso não é apenas do Estado, mas também da sociedade civil.

A coordenadora apresentou os seguintes programas e ações de cuidado ao idoso desenvolvidos pela Prefeitura de Belo Horizonte:

- Programa Maior Cuidado: trata da contratação de cuidadores para o idoso na residência, evitando a institucionalização, e da oferta do *kit* Banheiro Seguro para os idosos de baixa renda, que inclui a instalação de piso antiderrapante, barras de segurança e maçaneta de alavanca;

- Projeto Alegria de Viver: promove passeios turísticos e culturais para moradores de 24 instituições de longa permanência conveniadas à prefeitura;

- Convênio com ILPIs para acolhimento institucional: no momento a prefeitura tem convênio com 24 instituições, que recebem o valor de R$562,00 mensais *per capita* para idosos independentes, R$ 1.190,00 para semidependentes e R$ 1.786,00 para idosos dependentes;

- Aporte de recursos para o Hospital Paulo de Tarso, via Fundo Municipal do Idoso, de deduções do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas para ampliação de vagas para idosos que requerem cuidados pós-alta hospitalar.

- Ambientação das ILPIs: realização de reformas em 22 instituições cadastradas na prefeitura com recursos do Fundo Municipal do Idoso, provenientes de deduções do imposto de renda.

Para a promoção do envelhecimento ativo, saudável e digno, Maria Fontana asseverou que é importante planejar espaços e políticas públicas que não fragmentem a população idosa por sexo. Entre os projetos e ações desenvolvidos pela prefeitura de Belo Horizonte nessa linha, destacou os seguintes:

- Apoio a 60 grupos de convivência por meio da transferência de valores *per capita*;

- Projeto Fundo do Idoso: apoio a pequenos grupos informais de convivência para idosos, com recursos do Banco Itaú no montante de R$1.125.000,00;

- Programa Vida Ativa, para promoção de atividades físicas, esportivas e de lazer entre a população idosa;

- Programa Academia da Cidade, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde, que também tem o objetivo de promover a prática de atividades físicas entre os idosos, em pontos instalados em todas as regionais;

- Educação de Jovens e Adultos – EJA –, para os idosos que não tiveram acesso à educação;

- Centro de Referência da Pessoa Idosa, que dispõe de um espaço de 18 mil metros quadrados em que são promovidas atividades culturais, cursos e orientações de saúde para cerca de 600 pessoas por dia;

- Inclusão digital, que consiste na promoção de cursos de informática para idosos, possibilitando o seu acesso à informação e o contato com membros distantes da família;

- Integração geracional: trabalho com crianças, jovens e idosos, em momentos pontuais, com a finalidade de superar os preconceitos de uma geração contra a outra e criar vínculos afetivos;

- Promoção do empreendedorismo do idoso: ainda não oficializado, tem o objetivo de compartilhar talentos, conhecimentos e experiências dos idosos com os mais jovens;

- Projeto Sênior: fruto de parceria da Coordenadoria do Idoso com a Rede Cidadã, o grupo Apoio Mineiro e Super Nosso, mapeia as habilidades e competências dos idosos que querem voltar ao mercado de trabalho, atuar em projetos de empreendedorismo ou realizar trabalho voluntário;

- Programa Sou 60, da Rede Minas: busca empoderar a pessoa idosa;

- Parceria com o Centro Universitário Una para a realização de oficinas em diversas áreas de interesse do idoso.

Por fim, Maria Fontana afirmou que as políticas em Belo Horizonte buscam oferecer o melhor para os idosos que conseguem alcançar, mas que no município há 308 mil idosos, número que torna difícil o atendimento a todos.

O deputado Isauro Calais questionou o que o poder público tem feito para prevenir as doenças crônicas que acometem os idosos: 81,4% das mulheres apresentam ao menos uma doença crônica, contra 72% dos homens. Afirmou que as ILPIs espalhadas pelo Estado vivem com poucos recursos e informou que a comissão enviou requerimento ao governo estadual para solicitar que instale IPLIs públicas em cidades-polo de Minas Gerais.

O deputado também apontou a necessidade de que os municípios disponham de cuidadores para os idosos semidependentes e dependentes e de centros de convivência diurnos para os independentes. Observou também que os centros de convivência são frequentados basicamente por mulheres e ressaltou que é preciso dar mais qualidade de vida a essas idosas..

Maria Fontana relatou que os grupos de convivência, devido à sua composição predominantemente feminina, realizam atividades de maior interesse das mulheres. Assim, cria-se um círculo vicioso, em que os homens que chegam aos equipamentos não se interessam pelas atividades desenvolvidas. Informou que o problema é menos grave nos grupos maiores, já que contam com hora dançante, turismo e cursos para inclusão digital. Considerou ainda que o projeto Empreendedorismo pode atender mais aos homens.

Sandra Mallet pontuou que outro problema diz respeito à aceitação da velhice. Argumentou que as mulheres costumam socializar mais, mas os homens têm maior resistência de participar de grupos de idosos.

A coordenadora concordou com o deputado Isaías Calais a respeito da necessidade de ampliação dos repasses para os projetos de contratação de cuidadores e de criação dos centros de cuidado diurnos, pois evitam que o idoso perca o seu vínculo com a família.

O deputado Cristiano Silveira lembrou que a diminuição da população jovem, em decorrência do processo de envelhecimento demográfico, levará ao aumento do custo assistencial no futuro. Acerca da feminização da população idosa, reafirmou que uma das causas é a negligência de muitos homens em relação ao cuidado com a saúde.

Em relação ao Programa Maior Cuidado, o deputado peguntou à coordenadora quais os critérios para selecionar os idosos beneficiados, se o cuidador pode atender mais de um idoso, como o tempo de atendimento é administrado, e, por fim, como o cuidador atua para não assumir o papel que seria da família?

Em resposta à primeira pergunta, Maria Fontana informou que os critérios foram definidos por um grupo de trabalho da prefeitura, composto por representantes de várias secretarias, que buscaram adotar instrumentos objetivos de caráter mais amplo. Esse grupo elaborou uma avaliação em que se consideram a saúde, a capacidade funcional e a situação socioeconômica do candidato.

Em relação à segunda e à terceira questões, Sandra Mallet esclareceu que, além das cinco principais síndromes geriátricas – isolamento social, iatrogenia, instabilidade postural, incapacidade cognitiva e incontinência urinária e fecal – há outro "gigante da geriatria": a insuficiência familiar, que ocasiona reflexos nas políticas públicas. Quando o problema é constatado, não se indica um cuidador, já que a proposta do programa não é disponibilizar esse profissional em tempo integral. Nesses casos, a única solução pode ser a institucionalização. Além disso, lembrou que no momento o programa conta com apenas 172 cuidadores para todo o município, e que cada um deles pode assumir até três idosos.

Sandra Mallet ainda informou que, entre os critérios para seleção do idoso a ser atendido, existe o da necessidade de apoio à família. Nesses casos, o cuidador da prefeitura contribui para aliviar o estresse do cuidador principal, que geralmente não tem tempo para cuidar de si próprio. Observou que o idoso totalmente dependente precisa de cuidados no domicílio, mas ponderou que um cuidador poderia atender vários idosos semidependentes em um centro-dia.

A deputada Geisa salientou a necessidade de organização de uma rede de proteção à pessoa idosa, pois não existe uma política pública que atue de forma isolada. Disse que deveria haver mais investimento em projetos na área de informática, pois podem auxiliar muitos idosos a saírem do isolamento. Observou ainda que o trabalho desenvolvido pelo Suas é muito importante para o fortalecimento da identidade do idoso e dos seus vínculos.

Maria Fontana pontuou que um dos grandes desafios da prefeitura é a questão dos idosos acamados. Disse que atualmente há 800 idosos cadastrados nessa condição na Secretaria Municipal de Saúde. Eles necessitam de fraldas geriátricas e de alimentos para nutrição enteral. Informou que, como o Ministério da Saúde não concede esses materiais, as demandas por eles foram encaminhadas para a 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (depois de aprovadas como propostas pela Conferência Municipal da Pessoa Idosa). Observou que não basta uma conferência indicar tais necessidades, já que outros municípios podem necessitar dos mesmos materiais.

Sandra Mallet lembrou da violência sexual contra a mulher idosa e que esse problema é mais silencioso nesses casos, já que a idosa tem vergonha de falar sobre o assunto. Também pontuou o aumento nos casos de doenças sexualmente transmissíveis e aids na população idosa devido ao preconceito em relação ao uso do preservativo.

1º/6/2016 – Audiência de Convidados

A 12ª Reunião Ordinária da Comissão teve por finalidade debater o Estatuto do Idoso e seu cumprimento, as demandas das políticas públicas e o acolhimento dos idosos no Estado.

Estiveram presentes os deputados Isauro Calais, Bosco, Ione Pinheiro e Tadeu Martins Leite. Compareceram como convidados: Dilson José de Oliveira, coordenador especial de Políticas para o Idoso da Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos; Nasta Hanna El Joukhadar e Eduardo Barbosa, advogados do Grupo Hanna Advogados Associados.

O presidente da Comissão Extraordinária do Idoso, deputado Isauro Calais, abriu a reunião afirmando que existem muitas garantias previstas em lei para a população idosa, como o Estatuto do Idoso, mas que tais garantias ainda não são efetivamente cumpridas.

A deputada Ione Pinheiro reforçou que os idosos não conhecem os direitos garantidos a eles por lei, e que a reunião poderia informá-los sobre tais direitos.

O deputado Bosco pontuou que os idosos não recebem o devido amparo do Estado, uma vez que a acessibilidade e as políticas públicas existentes não atendem a demanda desse público.

A convidada Nasta Hanna El Joukhadar, advogada, informou que a expectativa de vida atual do brasileiro é de 120 anos. Acrescentou que os idosos não conhecem seus direitos, como o da concessão de benefício no valor de um salário-mínimo para os idosos carentes, independentemente de contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS –, a gratuidade de transporte interestadual, a concessão de medicamentos e preferência de atendimento no SUS, entre outros. Nasta Hanna esclareceu que, para obter o Benefício de Prestação Continuada – BPC – previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – Loas –, é necessário o auxílio de um advogado, pois apenas por meio de ação judicial é possível obtê-lo.

Eduardo Barbosa, advogado, complementou que o número de idosos tem aumentado, gerando uma maior demanda por acolhimento, e concordou que a divulgação do Estatuto do Idoso seria fundamental para informar a população idosa sobre seus direitos. O convidado chamou a atenção para a divergência na definição de idoso, uma vez que o Estatuto define pessoa idosa como aquela com 60 anos ou mais, mas outras normas consideram que a pessoa é idosa a partir dos 65 anos de idade, como é o caso do Município de Belo Horizonte. Barbosa destacou ainda a importância de que os conselhos do idoso estejam em atividade nos municípios mineiros, pois são eles que orientam os idosos quanto a seus direitos.

Nasta Hanna fez uma exposição sobre o Estatuto do Idoso, abordando temas como: o conceito de idoso; significado jurídico do Estatuto; garantias fundamentais, como o direito à vida, e outras garantias (atendimento preferencial em órgãos públicos e no SUS; prioridade de tramitação em processos administrativos e judiciais; gratuidade no transporte coletivo municipal; e prioridade em programas habitacionais).

Além disso, a advogada apresentou dados referentes às medidas de proteção ao idoso, previstas no arts. 43 e 45 do Estatuto, e à política de atendimento ao idoso, esclarecendo que incorre em infração a entidade de atendimento ao idoso de caráter administrativo (governamental e não governamental) que deixar de cumprir qualquer determinação do art. 50 do Estatuto – será cobrada multa, se o fato não for caracterizado como crime, ou pode haver até interdição do estabelecimento para averiguação.

A convidada esclareceu ainda sobre os requisitos para a obtenção da gratuidade no transporte interestadual, bem como sobre o acesso à justiça, e informou que há um capítulo específico no estatuto sobre os crimes específicos praticados contra o idoso.

A advogada mencionou a proibição de os planos de saúde cobrarem valores mais altos dos idosos, e do direito desse público a medicamentos que, segundo ela, são obtidos via judicial. Por fim, a convidada informou que há norma que garante que 5% dos assentos rodoviários e aéreos sejam destinados a pessoas idosas com até 50% de desconto. Para que a passagem aérea seja concedida, o interessado deverá fazer o pedido com 72 horas de antecedência, mas acrescentou que as companhias aéreas não têm cumprido a lei.

Dilson José de Oliveira, coordenador especial de Políticas para o Idoso da Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, lembrou que a discussão do Estatuto do Idoso começou na década de 1990, mas que o texto ficou 10 anos arquivado e foi aprovado apenas em 2003. O convidado reforçou que o estatuto não é conhecido pela população e que sua divulgação de forma didática seria de suma importância para a garantia dos direitos a esse público.

Para Dilson Oliveira, o estatuto poderia ser divulgado e discutido por meio dos conselhos do idoso. Ele lembrou que em Minas há apenas 290 conselhos ativos (e 72 inativos), o que dificulta a discussão de políticas públicas destinadas aos idosos. Sobre o

Benefício da Prestação Continuada – BPC – da Lei Orgânica da Assistência Social, cujo valor é de meio salário-mínimo, o convidado afirmou que há muitos problemas para sua concessão, razão pela qual os idosos devem procurar os Centros de Referência de Assistência Social – Cras – ou os conselhos do idoso para se informar. Dilson acrescentou que o BPC é revisto a cada 2 anos, e que se o perito considerar que a pessoa está apta a trabalhar (desde que não seja uma pessoa com deficiência) ou se sua família já tiver ultrapassado o valor da renda familiar mínima, perde-se o benefício.

Segundo Oliveira, atualmente é mais fácil ter acesso ao BPC ou "Loas", como é chamado popularmente o benefício. O convidado esclareceu que em cada regional em Belo Horizonte há um setor da assistência social, o Plantão Social, onde pode ser requerido o BPC. Nos municípios do interior do Estado, as pessoas devem procurar os Cras para que o assistente social encaminhe o pedido.

Sobre a gratuidade no transporte coletivo, Dilson Oliveira esclareceu que compete aos municípios legislarem a respeito e que muitos não conseguem conceder a gratuidade a partir dos 60 anos, estabelecendo-a a partir dos 65 anos. Na Conferência Nacional do Idoso, realizada em abril deste ano, ficou claro que a idade para a gratuidade no transporte, segundo o Estatuto do Idoso, é de 60 anos, e que sobre esse aspecto o município não pode legislar, restando a discussão sobre quem custeia o benefício.

Oliveira relatou que em Belo Horizonte o idoso recebe a carteira – BHBus – que lhe dá acesso à roleta, tornando todo assento do ônibus acessível. O representante da Subsecretaria mencionou ainda a iniciativa parlamentar de tornar todos os assentos do ônibus preferenciais, de autoria do presidente da Comissão Extraordinária do Idoso.

Em seguida, o convidado informou que 15 de julho é o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Pessoa Idosa, data que tem o objetivo de estimular a denúncia de casos de violência, bem como divulgar o Disque 100, serviço de atendimento telefônico gratuito destinado a receber denúncias em geral e encaminhá-las aos órgãos responsáveis. Em virtude da data, o conselho faria à época um debate sobre o tema na Cidade Administrativa, com transmissão para as escolas do Estado, por meio do sistema Aitec.

Dilson Oliveira passou, então, a discorrer sobre vários outros temas relacionados à situação do idoso. Mencionou resultado de uma pesquisa segundo a qual mais de 50% dos domicílios são sustentados com recursos dos idosos, provenientes de pensão ou aposentadoria. A respeito da capacitação dos participantes dos conselhos municipais do idoso, informou que a subsecretaria de que é titular levantou recursos na Secretaria Nacional de Direitos Humanos para capacitar 90 conselheiros nas áreas da saúde, educação, assistência e cultura. Por fim, Oliveira ponderou que as questões relativas ao idoso devem ser resolvidas com certa urgência, pois em 2025 mais de um terço da população brasileira estará idosa.

O deputado Isauro Calais encerrou a reunião mencionando as "Blitz do Idoso", realizadas em Juiz de Fora, oportunidade em que foi fiscalizado o cumprimento das normas que garantem direitos aos idosos nos estabelecimentos, e sugeriu que algo semelhante fosse realizado no Estado.

22/6/2016 – Audiência Pública

A 13ª Reunião Ordinária da Comissão teve por finalidade debater o Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa, de 2005, elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República em parceria com o Conselho Nacional do Idoso, e avaliar sua implementação no Estado.

Estiveram presentes as deputadas Geisa Teixeira e Rosângela Reis e o deputado Isauro Calais. Compareceram como convidados: Dilson José de Oliveira, coordenador Especial de Politicas para o Idoso da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac; Sandra de Mendonça Mallet, analista de políticas públicas, representando Maria Fontana Cardoso Maia, coordenadora de Direitos da Pessoa Idosa da Prefeitura de Belo Horizonte; Larissa Maia Campos, titular da Delegacia Especializada de Atendimento ao Idoso e ao Deficiente; Pedro Aurélio Conde Baeta, assessor jurídico do Procon Assembleia, representando Marcelo Rodrigo Barbosa, gerente-geral do Procon Assembleia; Capitão Ricardo Luiz Amorim Gontijo Foureaux,

assessor de direitos humanos, representando Maj. PM Sandro Mansoldo de Souza, chefe do Centro de Jornalismo da Polícia Militar de Minas Gerais; Jorge Roberto Afonso de Souza Silva, presidente da Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais e vice-presidente do Conselho Estadual do Idoso; e Hamilton Lara Moreira, Secretário Municipal da Pessoa com Deficiência, Mobilidade Reduzida e Atenção ao Idoso do Município de Contagem.

O deputado Isauro Calais afirmou a necessidade de combater a violência contra o idoso no Estado e discorreu sobre as várias formas de violência, entre as quais o abandono de idosos em hospitais e ILPIs. A deputada Rosângela Reis lembrou que a maioria dos casos de violência contra o idoso ocorre dentro do âmbito familiar.

Dilson José de Oliveira, da Sedpac, listou os tipos de violência contra o idoso na ordem de maior ocorrência:

. negligência;

. abandono;

. violência física;

. violência psicológica;

. violência sexual;

. violência econômica/financeira/patrimonial;

. violência institucional;

. autonegligência.

O convidado confirmou que a maior parte dos casos ocorrem dentro de casa. A insuficiência familiar ou o despreparo da família para o cuidado com o idoso levam a um ciclo de violência, representado a seguir:

Figura 1 – Ciclo de violência doméstica contra a pessoa idosa



Fonte: Conselho Estadual do Idoso de Minas Gerais

Diante desse cenário, quando tem condições financeiras para arcar com os custos, a família interna o idoso em uma instituição; se a família não tem recursos, o idoso permanece em casa e a situação de violência torna-se permanente. Os perpetradores de violência normalmente são o parceiro, companheiro ou cônjuge, filhos, parentes, amigos, vizinhos, trabalhadores voluntário, cuidadores, profissionais e pessoas presentes nos espaços públicos. Entre os fatores de risco para ocorrer violência estão a dependência funcional, a negligência familiar, o diagnóstico de sofrimento mental, e a insuficiência financeira da família.

Segundo Oliveira, é possível identificar a violência quando o idoso apresenta características como isolamento social, comprometimento da memória, vergonha, dependência do cuidador. Entretanto, o idoso normalmente nega a sua ocorrência devido a sentimento de culpa, medo de represália, chantagem ou dependência do agressor. Dilson Oliveira pontuou que a melhor forma de combater essa situação é por meio de denúncia, daí a importância de campanhas como a realizada em 15 de junho, intitulada "Rompendo o Silêncio", que divulga o serviço do Disque 100.

Nos quadros a seguir, apresentados pelo convidado, constam o número de denúncias mensais de violências praticadas contra o idoso, por estado, recebidas por meio da linha telefônica Disque 100, em 2015 e no 1º quadrimestre de 2016.

Tabela 4 – Número de denúncias de violência contra o idoso recebidas pelo Disque 100, por UF, por mês, em 2015

UF	MÊS												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
AC	9	16	16	15	13	14	8	10	10	7	17	11	146
AL	29	27	28	22	27	38	30	16	15	18	35	39	324
AM	43	36	66	61	77	84	90	59	64	62	175	122	939
AP	2	3	8	3	2	4	1	2	3	2	2	2	34
BA	141	160	158	130	148	142	131	91	105	96	187	217	1706
CE	81	112	111	85	73	131	114	84	90	63	134	140	1218
DF	72	77	75	70	74	78	77	55	56	51	60	86	831
ES	46	57	64	58	54	73	56	30	45	36	60	77	656
GO	64	62	81	93	82	94	80	61	95	70	85	106	973
MA	56	51	66	67	60	90	67	53	45	23	97	70	745
MG	**226**	**219**	**243**	**220**	**230**	**265**	**231**	**194**	**182**	**167**	**347**	**331**	**2855**
MS	36	49	46	49	33	46	49	55	44	33	60	68	568
MT	19	26	22	19	16	18	32	18	17	12	33	36	268
PA	42	44	64	44	56	70	66	40	47	37	114	73	697
PB	78	57	87	95	72	96	92	75	84	53	104	88	981
PE	68	75	84	96	112	156	143	91	75	75	174	129	1278
PI	41	49	63	59	70	54	48	34	33	37	76	62	626
PR	102	106	134	132	110	166	133	87	114	65	181	159	1489
RJ	342	313	339	364	300	380	300	270	261	195	499	520	4083
RN	56	25	38	92	119	131	76	68	71	53	118	117	964
RO	13	18	11	18	18	24	24	14	15	9	17	11	192
RR		1	8	2	3	2	2	1		2	4	7	32
RS	193	185	189	183	172	200	195	147	140	129	248	244	2225
SC	85	96	106	73	88	96	98	70	70	52	125	125	1084
SE	10	10	24	8	19	26	21	14	13	13	39	29	226
SP	542	587	646	573	576	597	516	471	471	390	767	719	6855
TO	3	3	10	7	6	6	11	6	3	4	8	10	77
NA	9	11	10	13	13	9	15	14	16	19	15	22	166

Fonte: Conselho Estadual do Idoso de Minas Gerais

Tabela 5 – Número de denúncias de violência contra o idoso recebidas pelo Disque 100, por UF, por mês, de janeiro a abril de 2016

UF	MÊS				TOTAL	%
	JAN	FEV	MAR	ABR		
AC	16	8	12	14	50	0,40%
AL	34	34	23	27	118	0,95%
AM	110	83	82	90	365	2,93%

AP	1	5	5	3	14	0.11%
BA	202	144	152	183	681	5.47%
CE	140	129	119	109	497	3.99%
DF	66	86	78	67	297	2.38%
ES	90	51	86	59	286	2.30%
GO	122	61	66	70	319	2.56%
MA	77	56	51	58	242	1.94%
MG	**284**	**275**	**258**	**299**	**1116**	**8.96%**
MS	42	55	67	44	208	1.67%
MT	29	18	13	21	81	0.65%
PA	81	50	55	45	231	1.85%
PB	86	64	95	80	325	2.61%
PE	140	86	120	107	453	3.64%
PI	38	44	45	47	174	1.40%
PR	167	129	145	127	568	4.56%
RJ	462	390	416	431	1699	13.64%
RN	106	82	99	93	380	3.05%
RO	11	22	17	21	71	0.57%
RR	3	2			5	0.04%
RS	241	232	194	196	863	6.93%
SC	119	119	122	103	463	3.72%
SE	29	14	28	31	102	0.82%
SP	737	694	691	698	2820	22.64%
TO	4	13	3	6	26	0.21%
NA					0	0.00%
TODOS	**3437**	**2946**	**3042**	**3029**	**12454**	**100.0010100**

Fonte: Conselho Estadual do Idoso de Minas Gerais

Além desses dados, Dilson Oliveira apresentou também o número de casos de cada tipo de violência e destacou que os casos de violência patrimonial ou abuso financeiro e econômico têm aumentado bastante, apesar de a negligência ainda ser prevalente.

Tabela 6 – Disque 100 – Tipo de violação contra o idoso por UF, por tipos de violação mais recorrentes, em 2015

UF	TIPO DE VIOLAÇÃO					TOTAL
	Negligência	Violência Psicológica	Abuso Financeiro e Econômico/Violência Patrimonial	Violência Física	Violência Sexual	
AC	113	60	83	23	2	281
AL	243	148	157	88	1	637
AM	734	477	416	234	7	1868
AP	28	15	15	5		63
BA	1327	834	778	465	12	3416
CE	939	637	581	348	8	2513
DF	604	474	276	224	3	1581
ES	507	328	241	155	2	1233
GO	740	466	384	216	4	1810
MA	567	399	395	206	4	1571
MG	**2124**	**1467**	**1095**	**805**	**25**	**5516**
MS	460	264	204	115	3	1046

MT	203	132	100	69		504
PA	513	351	316	214	4	1398
PB	754	506	488	253	5	2006
PE	977	629	578	314	7	2505
PI	456	350	299	161	6	1272
PR	1119	816	546	398	7	2886
RJ	3039	2077	1410	1087	15	7628
RN	723	521	453	252	8	1957
RO	156	95	89	52	2	394
RR	27	14	21	7		69
RS	1724	1086	814	632	12	4268
SC	830	546	369	281	6	2032
SE	169	125	101	66	3	464
SP	5263	3492	2280	1937	32	13004
TO	56	40	31	22	2	151
NA	2	1	2	1	1	7
TOTAL	24397	16350	12522	8630	181	62080
%	**75,68%**	**50,72%**	**38,84%**	**26,77%**	**0,56%**	

Fonte: Conselho Estadual do Idoso de Minas Gerais

No que se refere à legislação, o convidado mencionou o Compromisso Nacional pelo Envelhecimento Ativo, que foi assinado pelo Estado em fevereiro de 2016, com o fim de valorizar e promover a defesa dos direitos da pessoa idosa. Os fundamentos desse compromisso são: a emancipação e protagonismo; a promoção e defesa de direitos; e a informação e formação.

Para Dilson Oliveira, é essencial que haja interlocução entre todos os órgãos e instituições para garantir os direitos dos idosos, bem como para obter recursos nos orçamentos destinados ao atendimento das demandas desse segmento da população.

Larissa Maia Campos, titular da Delegacia Especializada de Atendimento ao Idoso e ao Deficiente, afirmou que seria importante implantar uma rede de atuação para atender o idoso. A delegada destacou que tem faltado investimentos na área da segurança pública, tanto na Polícia Civil como na Polícia Militar. De acordo com seus dados, o tipo mais frequente de violência contra o idoso é o patrimonial. Nesses casos, tem aplicado a medida protetiva prevista na Lei Maria da Penha, que é mais eficaz, mas só pode ser aplicada em favor das idosas. A convidada considerou que há uma falha na legislação, pois os idosos não estão cobertos por essa medida protetiva criminal, e que isso só pode ser corrigido em âmbito nacional.

Campos confirmou que normalmente nos casos de violência contra o idoso o agressor está no ambiente doméstico. Informou que até o momento da audiência, tinham sido registrados em 2016 quase mil boletins de ocorrência, e instaurados aproximadamente 400 procedimentos dentre inquéritos policiais e termos circunstanciados de ocorrência, que são procedimentos mais simples.

A delegada registrou que há apenas uma delegacia especializada de violência contra o idoso no Estado, que conta com poucos servidores, mas que existe um projeto para implantar uma outra delegacia em Juiz de Fora, e esclareceu que onde não houver delegacias especializadas de proteção aoidoso, as delegacias da mulher ou qualquer outra delegacia na área podem atender esses casos.

Sandra Mendonça Mallet, analista de políticas pública, afirmou ser necessário fortalecer e estreitar a rede de proteção ao idoso, tendo em vista que o número de casos de violência contra essa população é crescente. A convidada esclareceu que o papel da

prefeitura é fortalecer os vínculos familiares e somente depois disso solicitar medidas protetivas, como a retirada do agressor do âmbito familiar. Sandra afirmou que seria necessário haver centros para acolher os idosos nos casos de violência. Segundo a convidada, em 2008 foi criado um núcleo de defesa destinado aos idosos na Defensoria Pública, no âmbito do Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa, à época de responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

De acordo com a convidada, o referido núcleo prestava atendimento ao idoso vítima de violência que precisava de defensor público. A medida punitiva para o agressor normalmente era que frequentasse curso de cuidador de idosos, com vistas a inseri-lo nas questões relacionadas ao envelhecimento. A Defensoria Pública ofertava esse curso, além de um outro que se destinava aos familiares, denominado "Cuidar para Evitar a Violência".

Sandra Mallet informou, contudo, que os outros núcleos foram fechados em 2009 e 2010 e apenas o da Defensoria foi mantido, mas que os cursos foram encerrados. Defendeu a ampliação dos equipamentos públicos, inclusive de centros dia para o idoso, que poderão dar suporte às famílias nos cuidados, e mencionou o programa do Município de Belo Horizonte, Maior Cuidado, que mantém cuidadores sociais para atendimento de idosos. A convidada também ressalto a necessidade de tornar acessíveis as casas dos idosos, com vistas a garantir sua segurança.

O capitão Ricardo Luiz Amorim Gontijo Foureaux, assessor de direitos humanos da Polícia Militar, esclareceu que a violência praticada dentro do âmbito familiar é silenciosa e não chega ser registrada, razão pela qual defende iniciativas que façam a vítima romper o silêncio e, dessa forma, permitiriam a atuação protetiva da polícia. No que se refere à violência explícita, o capitão a atribuiu à fragilidade da pessoa idosa, que integra um grupo vulnerável, mais suscetível aos delitos. Por essa razão, o atendimento prestado pela polícia ao idoso foi humanizado.

Jorge Roberto Afonso de Souza Silva, presidente da Associação de Cuidadores de Idoso, relatou que um dos fatores responsáveis pela violência doméstica praticada contra o idoso é a desestruturação da família. Segundo o representante da associação, as famílias têm dificuldade em assumir os cuidados com o idoso, muitas vezes por falta de conhecimento. Além disso, o cuidado do idoso geralmente fica a cargo de um familiar, sobrecarregando-o. De acordo com o convidado, esse familiar geralmente tem as seguintes características: mulher, solteira, fora do mercado de trabalho. Silva acrescentou que esse familiar muitas vezes se afasta de seu círculo social ou deixa o emprego, e por isso enfrenta problemas psicológicos, o que leva a perpetrar violência contra o idoso.

Jorge Roberto Silva alertou para o fato de que também há casos de violência praticada por profissionais contratados como cuidadores, e que no projeto de lei que regulamenta a profissão prevê-se pena para esse crime. Silva destacou a importância de divulgar informações sobre o envelhecimento e sobre os cuidados requeridos pelos idosos. Argumentou que o tema da violência deveria ser tratado nas escolas, bem como em cursos direcionados a adultos, de forma a evitar a continuidade da cultura da violência contra o idoso. O convidado relatou que a associação tem colaborado com o conselho na campanha "Rompendo o Silêncio". E concluiu sua intervenção apresentando um dado curioso e preocupante: atualmente muitos idosos são cuidados por outros idosos.

Hamilton Lara Moreira, Secretário Municipal da Pessoa com Deficiência, Mobilidade Reduzida e Atenção ao Idoso do Município de Contagem, que também preside o Conselho do Idoso no município, informou que a assistência social cuida do fortalecimento dos vínculos com o idoso, mas é limitada no que se refere ao combate à violência, o que tem levado o município a articular a criação de uma delegacia especializada, local ou regional. O convidado sugeriu, então, que a Comissão Extraordinária do Idoso solicitasse ao governador a instalação de mais delegacias especializadas de atendimento ao idoso no Estado.

Hamilton Moreira sugeriu também a criação de conselhos tutelares de idosos, nos moldes dos existentes para as crianças, com a atribuição de identificar os casos de violência contra o idoso na sua área de abrangência. Moreira sugeriu ainda a concessão de isenção fiscal para que a iniciativa privada financie instituições de longa permanência para idosos.

Pedro Aurélio Conde Baeta, assessor jurídico do Procon Assembleia, informou que a violência patrimonial praticada contra o idoso é tratada no Procon, na medida em que ele é considerado vulnerável pelo Código de Defesa do Consumidor, nos termos do art. 39, IV. O convidado especificou os casos de fraude, golpes e abusos contra o idoso mais recorrentes no Procon Assembleia: correspondências com cobranças indevidas; ofertas de revisão de aposentadorias mediante associação em entidades de aposentados, com pagamento de mensalidade; oferta, pelos bancos, de empréstimos consignados, e empréstimos contraídos em seu nome para familiares.

6/7/2016 – Audiência Pública

A 1ª Reunião Extraordinária da Comissão teve por finalidade debater o envelhecimento da população.

Estiveram presentes os deputados Isauro Calais e Antônio Carlos Arantes. Compareceram como convidados: José Salvador Silva, médico Ginecologista/Obstetra e fundador do Hospital Mater Dei; João Carlos Barbosa Machado, professor de geriatria da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais; Leonardo Gomes Girundi, advogado com pós-graduação em Direito Público e Empresarial; Mauro Neves de Lima, aposentado.

O deputado Isauro Calais introduziu a reunião afirmando que as políticas públicas não têm acompanhado o fenômeno do envelhecimento e alertou para o fato de que 12,5% da população já tem mais de 60 anos, número que triplicará nas próximas décadas. Criticou a falta de Conselho do Idoso em atividade em cerca de 71% dos municípios mineiros, lembrando que essa seria uma arena apropriada para a discussão de políticas públicas eficazes dirigidas a esse segmento da população.

O deputado Antônio Carlos Arantes destacou a importância da discussão de políticas públicas para a população idosa, uma vez que em Minas Gerais 2,6 milhões de cidadãos são idosos e contam, em sua maioria, com a renda dos proventos de um salário-mínimo, valor insuficiente para o provimento de suas necessidades mais básicas. O deputado acrescentou que as instituições que acolhem idosos, especialmente os vinculados à Sociedade São Vicente de Paulo, só conseguem manter seus serviços porque contam com mão de obra voluntária.

José Salvador , médico ginecologista/obstetra e fundador do Hospital Mater Dei, lembrou que os problemas associados ao envelhecimento estão na agenda em virtude da maior expectativa de vida da população, e afirmou ser importante discutir questões que promovam o aumento da qualidade de vida dos idosos.

João Carlos Barbosa Machado, professor de geriatria da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, informou que atua há mais de 25 anos no serviço de geriatria do Hospital Mater Dei e destacou que o fenômeno do envelhecimento acentuou-se a partir de 2002 e se tornou um grande desafio para a sociedade.

Segundo o professor, em 2030 o número de idosos será maior do que o número de pessoas com idade entre 0 e 14 anos, o que tornará o topo da pirâmide etária mais largo que sua base. Machado acrescentou que em 15 anos a população idosa duplicará e em 34 anos esse número será três vezes maior. Em 2040 a proporção será de 1 idoso para cada 3 brasileiros, que terão expectativa de vida de 75,8 anos. No que se refere à concentração geográfica da população idosa, o especialista informou que em Minas Gerais um quarto dos idosos residem na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e que a Zona da Mata e as regiões Leste e Centro-Oeste também concentram mais idosos.

Para Machado, os formuladores de políticas públicas devem pensar sobre a qualidade de vida das pessoas que estão vivendo mais. O professor apresentou dados que apontam que 8% da renda dos mais velhos está comprometida com planos de saúde, apesar de a maioria dos idosos considerarem sua saúde ruim ou muito ruim, principalmente a partir dos 70 anos. Machado acrescentou que entre os idosos que chegam aos 75 anos de idade, 30% tem dificuldade de andar. Afirmou que essa população é objeto de preconceitos, vítima de agressões físicas e psicológicas e muitas vezes está inserida em arranjos familiares com vínculos frágeis.

O professor afirmou que as condições de vulnerabilidade inerentes ao envelhecimento levam ao aumento da demanda por cuidadores especializados. Contudo, alertou Machado, há também muitos familiares que abandonam empregos para cuidar dos idosos,

uma vez que o custo de um cuidador especializado pode ser inviável para algumas famílias. Machado também ponderou que o custo médio de internação em instituições de longa permanência aumenta de acordo com a idade do idoso. Acrescentou que tais instituições carecem de financiamento complementar para prestar seus serviços e que precisam ser fiscalizadas de forma mais efetiva pelos conselhos municipais.

No que se refere às normas relativas ao idoso, o professor lembrou que a Constituição de 1988 prevê que o amparo à velhice é solidário entre as gerações e de responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e Estado. Entretanto, as garantias e os equipamentos para atendimento à pessoa idosa previstos em normas como o Estatuto do Idoso e a lei que contém a Política Nacional da Pessoa Idosa têm financiamento público insuficiente tanto para implementá-los quanto para fiscalizá-los.

No que concerne às ações de assistência ao idoso, Machado considera que é necessário oferecer tratamento ao idoso como forma de promoção da saúde e da cidadania, mas também que é preciso aperfeiçoar as práticas de cuidado nos domicílios, com a qualificação dos cuidadores formais e maior integração desses com o Núcleo de Apoio à Saúde da Família no âmbito do sistema público de saúde.

O deputado Isauro Calais lembrou a importância da infraestrutura adequada para que os idosos tenham condições de vida apropriadas. Pontuou que a maioria das residências não são adaptadas às necessidades dos idosos, assim como a maioria das vias públicas não permitem locomoção adequada e segura a essa população.

Leonardo Girundi, advogado e especialista em direito público, avaliou que a sociedade europeia e americana oferecem melhores condições à população idosa, apesar de a legislação nesses locais ter sido tardia. Girundi reafirmou que os idosos constituem a porção da população que mais cresce, alcançando 25% da população total, e informou que 76% dos idosos recebem algum benefício da previdência social.

Girundi também mencionou o aumento da expectativa de vida e da redução da taxa de natalidade, e pontuou que atualmente a taxa de natalidade no Brasil é inferior à recomendada, que é de 2,1. O convidado alertou para o fato de que em quatro anos o número de mulheres acima de 70 anos será maior do que o número de mulheres com menos de 15 anos, e acrescentou que os homens vivem em média 8 anos a menos do que as mulheres.

No que se refere à renda dessa população, Girundi informou que há mais pessoas contribuindo para a Previdência Social do que recebendo benefícios, e que 56% dos idosos são provedores de suas famílias. Para o convidado, postergar a entrada dos jovens no mercado de trabalho, como prevê a legislação, é uma medida que sobrecarrega os idosos, uma vez que ao permanecerem no núcleo familiar, os jovens continuam a depender dos benefícios previdenciários recebidos pelos idosos.

Sobre a concentração de idosos na capital (Belo Horizonte é a 5ª capital em número de idosos), Girundi esclareceu que estudos demonstram que os idosos migram para as cidades por questões tributárias e climáticas. O convidado alertou para o fato de que a maior parte dos idosos não conhece seus direitos, especialmente o de prioridade de atendimento. Mencionou também o direito de ter um acréscimo de 25% no valor do benefício recebido, quando o idoso necessitar de cuidados especiais, e o de solicitar pensão alimentícia a qualquer um de seus filhos, quando não conseguirem se manter. Girundi criticou o princípio da isonomia insculpido na legislação que assegura os direitos dos idosos, e justificou que o ideal seria ter uma estratificação de prioridades segundo a necessidade.

Ao discorrer sobre cuidadores especializados, Leonardo Girundi ponderou que a lei que regulamentou o trabalho das domésticas dificultou a organização das famílias para o provimento do cuidado aos idosos, uma vez que os custos aumentaram em virtude da reorganização das jornadas de trabalho que, no cuidado prestado aos idosos requer um regime de 12 por 36 horas, modelo não contemplado na norma.

O advogado advertiu que é necessária uma intervenção para que haja sustentabilidade no sistema previdenciário, e informou que os modelos de reforma que estão sendo aventados passam pela elevação da idade mínima para aposentadoria e pela instituição de isonomia entre gêneros, uma vez que as mulheres têm maior expectativa de vida.

Por fim, Girundi apresentou algumas sugestões em relação à legislação sobre os direitos dos idosos: que sejam elevadas as penas para quem cometer crimes contra idosos; que sejam criadas linhas de financiamento para efetuar adaptação das casas em que residam pessoas acima dos 60 anos; e que sejam concedidos benefícios fiscais para as famílias com idosos que necessitem de cuidados.

O deputado Isauro Calais destacou que na Europa os países alcançaram um bom nível de desenvolvimento antes que a população envelhecesse, mas que no Brasil, a população está envelhecendo em ritmo acelerado antes de atingirmos um patamar mínimo de desenvolvimento. O presidente da comissão concluiu a reunião afirmando que esta Casa tem se empenhado para elaborar projetos de lei que sejam capazes de garantir uma melhor qualidade de vida aos idosos.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O trabalho da Comissão Extraordinária do Idoso possibilitou uma visão geral sobre os direitos e as necessidades da pessoa idosa, sobre as políticas nacional e estadual a ela direcionadas, e identificou as dificuldades enfrentadas pelos idosos e seus familiares.

Neste relatório apresentamos extensa pesquisa sobre a legislação pertinente à matéria e sobre os direitos do idoso, na esperança de que sirvam como subsídio para que o Poder Legislativo e a sociedade civil fiscalizem o seu cumprimento por parte do Poder Executivo. Como resultado dos trabalhos desta comissão, apresentamos ainda, no anexo deste relatório, os requerimentos enviados a diversos órgãos e entidades para obter informações ou pedir providências relativas à melhoria da qualidade de vida e à garantia dos direitos da pessoa idosa.

Os trabalhos da comissão não tiveram a pretensão de esgotar o tema, mas, sim, de convidar cidadãos, sociedade civil organizada e órgãos e entidades que atuam no setor a debater e refletir sobre o processo de envelhecimento e as necessidades das pessoas que passam por esse processo, com vistas a garantir que os direitos dos idosos previstos em lei sejam efetivados e que novos direitos sejam identificados e consagrados.

Os estudos realizados colocaram em evidência que a rede atualmente implantada para prestar assistência à saúde e acolhimento aos idosos não está sendo suficiente para atender à demanda, que aumentou muito e rapidamente nos últimos anos. Além disso, ficou clara a necessidade de propor medidas para ampliar as oportunidades de participação, de segurança e de cuidados adequados à terceira idade, visando a promover a qualidade de vida durante o processo de envelhecimento. Outra demanda expressa de maneira recorrente nas diversas reuniões da comissão foi o maior aporte de recursos públicos para a implementação das políticas.

Conforme apresentamos neste relatório, se a quantidade de idosos vai duplicar no mundo até o ano de 2050, ela quase triplicará no Brasil: atualmente a porcentagem de idosos na população brasileira é de 12,5%, mas deve alcançar os 30% até a metade do século. Entretanto, pelo que pudemos apreender ao longo dos trabalhos da Comissão Extraordinária do Idoso, o País não está preparado para atender às necessidades desse segmento da população. É verdade que houve avanços nos últimos 20 anos: a Política Nacional do Idoso, estabelecida pela Lei Federal nº 8.842, de 1994, teve por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade; o Estatuto do Idoso, editado em 2003, também representou grande progresso na compreensão dos direitos e das necessidades da terceira idade. Mas, apesar desse amadurecimento conceitual, observa-se que, na prática, os direitos e necessidades dos idosos ainda não são plenamente atendidos.

Na área da saúde, por exemplo, prevalecem nos idosos as doenças crônicas e suas complicações como hipertensão arterial, doença coronariana, sequelas de acidente vascular cerebral, limitações provocadas pela insuficiência cardíaca e doença pulmonar obstrutiva crônica, amputações e cegueira provocados pelo diabetes, além das demências. Nas unidades de atenção básica do SUS, em geral há deficiência na quantidade de profissionais, na estrutura física e na rede de exames complementares para atender às

necessidades de saúde dos idosos, gerando demora no atendimento, o que pode levar a piora do quadro clínico e a internações hospitalares. Em síntese, consideramos que a rede de atenção à saúde do idoso precisa melhorar significativamente.

Com relação à oportunidade de trabalho remunerado e ao acesso à educação e à formação, direitos preceituados pelos Princípios das Nações Unidas para as pessoas idosas, mesmo as que recebem o benefício previdenciário da aposentadoria, passam por privações econômicas em razão da perda de parte dos rendimentos que obtinham enquanto estavam em atividade profissional. Além disso, nem todas as pessoas reúnem as condições necessárias para se aposentar e, nesse caso, a pessoa idosa passa pelo risco social do desemprego, situação da qual é difícil sair na terceira idade, devido ao preconceito em relação à sua capacidade de produção.

Quanto aos aspectos psicológicos e emocionais associados ao envelhecimento, muitos foram os depoimentos e as situações relatadas nas audiências realizadas na comissão. Para sintetizar as diversas questões abordadas, citaremos o professor brasileiro José Roque Junges[6], que traz reflexões bastante consistentes sobre o assunto. Segundo o autor, um dos aspectos mais complexos com relação ao idoso na cultura atual é que, se por um lado é valorizado pela medicina que lhe fornece sempre maior longevidade, por outro lado é marginalizado, porque a sociedade não sabe o que fazer com os idosos sempre mais longevos. Isso muitas vezes provoca no idoso uma sensação de inutilidade e obsolescência, que gera isolamento e pode se agravar com a crescente falta de convivência intergeracional. Para evitar esse isolamento, é fundamental a presença afetiva das pessoas, principalmente familiares.

Outro aspecto complexo é a autonomia do idoso. Embora deva ser tratado pelos que o rodeiam como ser autônomo, nossa sociedade tende a infantilizá-lo, tratando-o como alguém que não sabe decidir o que é melhor para ele. Por outro lado, é inegável que a idade pode trazer limitações físicas ou cognitivas. Para que o idoso possa manter por mais tempo possível sua autonomia, sem ser negligenciado, nem infantilizado, é necessário que se disponha a uma reeducação constante, com terapias ocupacionais e outras práticas que o ajudem a assumir atividades adequadas à idade e úteis ao grupo ou à sociedade, e as atividades de autocuidado.

As negligências e os maus-tratos que o idoso pode sofrer em família são situações de violência que decorrem de relações desgastadas, conflitos geracionais e/ou problemas econômicos, que produzem estresse no ambiente familiar e acabam atingindo o idoso. Nas instituições, em geral os maus-tratos ocorrem quando os profissionais não estão preparados para o cuidado dos idosos abrigados e são em número insuficiente para a demanda. Para superar essa situação é necessário que o poder público dê suporte às famílias com idosos aos seus cuidados e que realize inspeções e avaliações periódicas nas instituições de longa permanência de idosos. Além disso, é necessário capacitar os cuidadores para exercer satisfatoriamente sua profissão e esclarecê-los sobre os direitos dos idosos.

Em linhas gerais, parece-nos necessário criar mecanismos de acompanhamento e avaliação do cumprimento do Estatuto do Idoso. Consideramos que, mais do que criar novas leis em defesa de seus direitos, para melhorar a qualidade de vida dos idosos, é preciso mudar a mentalidade e/ou cultura da nossa sociedade.

Esta comissão, ciente de seu papel na proposição de políticas públicas que garantam os direitos constitucionais dos cidadãos, sugere as seguintes medidas, a serem implantadas pelos poderes constituídos do Estado e pela sociedade, no que se refere à garantia dos direitos e à prestação de assistência adequada ao idoso:

- Ampliar e fortalecer a rede de atenção à pessoa idosa no âmbito da saúde pública, desde a atenção primária até a atenção hospitalar, com a inserção do idoso no convívio social e com maior alocação de recursos por parte do governo do Estado.
- Ampliar o número de instituições que compõem a rede de acolhimento ao idoso, tanto os centros dia como as ILPIs.
- Incentivar as instituições do terceiro setor que prestam assistência a idosos por meio de instrumentos estáveis de financiamento tais como a Lei de ICMS Social ou convênios.
- Qualificar os profissionais de saúde, tanto da rede ambulatorial quanto da rede hospitalar, para o adequado atendimento da pessoa idosa na rede, de forma a superar eventuais preconceitos ou estereótipos a ela relacionados.

- Sugerir a criação de Secretaria de Estado de Políticas para o Idoso como forma de integrar transversalmente os setores e estruturar frentes de trabalho intersetoriais nas diversas políticas públicas afetas ao tema.
- Estimular a implantação dos Conselhos Municipais do Idoso em todas as cidades mineiras.
- Sugerir à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania que desenvolva programas de capacitação de agentes locais para o atendimento ao idoso e capacitação de conselheiros, por meio de programas descentralizados que atinjam o maior número possível de municípios.
- Intensificar o controle e a fiscalização da implementação dos direitos do idoso nos âmbitos da saúde, transporte, educação, trabalho, e outros.
- Incentivar, por meio de campanha educativa, empresas e sindicatos a promoverem suas próprias campanhas educativas para conscientizar a população sobre o relevante papel da pessoa idosa em nossa sociedade e sobre os direitos que lhe cabem.
- Valorizar os grupos de mútua ajuda para idosos, franqueando a utilização dos espaços públicos para as suas reuniões.
- Sugerir à Polícia Civil de Minas Gerais a implantação de novas delegacias especializadas de atendimento ao idoso, com vistas a aprimorar em todas as regiões do Estado o combate à violência de que são vítimas.
- Sugerir ao Poder Executivo a ampliação do financiamento e do escopo da Ação 4072 – Apoio a Projetos Especiais de Promoção e Proteção dos Idosos – do Plano Plurianual de ação Governamental – PPAG 2016/2019 –, que tem como finalidade captar recursos e financiar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para a pessoa idosa.
- Sugerir ao Poder Executivo a ampliação das metas físicas e financeiras da Ação 1099 – Implantação de Núcleos de Assistência Jurídica Especializada – do Plano Plurianual de ação Governamental – PPAG 2016/2019 –, que tem como finalidade implantar núcleos de assistência jurídica especializada, em particular núcleos itinerantes, tendo em vista o atendimento aos públicos considerados prioritários por sua vulnerabilidade social, entre eles os idosos, a cargo da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.
- Fomentar, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig –, pesquisas sobre os impactos sociais e na saúde pública resultantes do processo de envelhecimento da população, de forma a incluir as universidades no debate e na produção de conhecimento sobre a pessoa idosa.
- Sugerir à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – a criação de Programa de Residência Médica na área de geriatria voltada para atenção ao idoso.
- Sugerir ao Poder Executivo a elaboração de projetos de lei de sua iniciativa que garantam percentual de vagas para idosos nos contratos de prestação de serviços e que reduzam o ICMS para empresas que financiem projetos ou instituições que atuem na assistência ou no acolhimento de idosos.
- Sugerir às Secretarias de Estado de Cultura e de Esportes que intensifiquem as políticas de promoção da prática de atividades culturais, físicas e de lazer para idosos.
- Sugerir à Secretaria de Estado de Educação a ampliação da educação para adultos e idosos, em atendimento ao disposto no art. 21 do Estatuto do Idoso, que dispõe que o poder público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.
- Sugerir à Secretaria de Estado de Educação a inserção, nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal, de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento e ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria, nos termos do art. 22 do Estatuto do Idoso.

- Inserir, nas escolas do sistema estadual de educação, estratégias que promovam o convívio intergeracional e a conscientização sobre a importância do idoso em nossa sociedade.
- Capacitar as entidades e instituições de longa permanência para idosos para que possam se adequar aos critérios estabelecidos nos artigos 48 a 50 do Estatuto do Idoso e garantir atendimento de qualidade a esse público.
- Sugerir ao Poder Executivo do Estado que auxilie os municípios na criação de conselhos tutelares de idosos, com a atribuição de identificar os casos de violência contra essa população na sua área de abrangência, bem como tomar as providências cabíveis.
- Intensificar a fiscalização, pelos pelos Conselhos do Idoso, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros, das entidades governamentais e não governamentais de atendimento ao idoso, conforme previsto no art. 52 do Estatuto do Idoso.
- Realizar concurso de redação promovido pela ALMG com o tema "Envelhecimento ativo e convívio intergeracional", de que participem estudantes de escolas estaduais e municipais, para estimular o debate sobre o tema na sociedade.

Recomendamos o envio deste relatório final às seguintes instituições, para que sejam informadas das atividades desenvolvidas pela Comissão Extraordinária do Idoso e dos dados levantados ao longo do trabalho por ela realizado:

– Secretaria de Estado de Governo – Segov;

– Secretaria de Estado de Saúde – SES-MG;

– Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp;

– Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac;

– Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese;

– Secretaria de Estado da Educação – SEE;

– Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte;

– Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG;

– Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG;

– Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG;

– Colegiado de Secretários Municipais de Saúde de Minas Gerais – Cosems-MG;

– Conselho Estadual do Idoso – CEI;

– Conselho Municipal do Idoso de Belo Horizonte;

– Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais;

– Polícia Civil de Minas Gerais.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2016

Isauro Calais, presidente – Glaycon Franco, relator – Antonio Carlos Arantes.

6 ANEXO

A seguir, listamos os requerimentos aprovados na Comissão Extraordinária do Idoso.

Requerimento	Assunto
RQC 4.377/2015	Requer seja realizada audiência pública para debater o desrespeito ao Decreto Federal nº 5.934, de 2006, que dispõe sobre a passagem interestadual gratuita para idoso.
RQC 4.379/2015	Requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac – pedido de providências para que seja avaliada a possibilidade de implementação da política pública de acolhimento ao idoso, acompanhado de cópia de projeto sugerido por este deputado.

RQC 4.380/2015	Requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos aposentados e pensionistas idosos no Estado.
RQC 4.381/2015	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a implantação de programa de capacitação e reciclagem visando à melhoria do serviço de atendimento ao idoso nos setores público e privado, disponibilizando cursos e posteriormente certificados para aqueles que aderirem ao programa.
RQC 4.382/2015	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a destinação de recursos para o projeto desenvolvido pela Associação Casa de Apoio da Divina Providência, com sede no Município de Almenara.
RQC 4.383/2015	Requer seja encaminhada à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para a implementação de medidas de segurança para os idosos nos hospitais públicos e privados, unidades básicas de saúde e postos de atendimento, como piso antiaderente, corrimãos, banheiros adaptados, cadeiras de rodas motorizadas, camas e macas com suporte e motores para redução de quedas, portas de correr e quartos com lugares para acompanhantes, entre outras.
RQC 4.384/2015	Requer seja realizado debate público para discutir a situação do idoso no Estado, com a presença de especialistas da área e dos movimentos sociais ligados a sua proteção.
RQC 4.387/2015	Requer seja realizada visita às casas de acolhimento de idosos da Região Metropolitana de Belo Horizonte com a finalidade de colher informações sobre o tratamento dispensado aos idosos, bem como sobre as dificuldades e necessidades dessas casas de acolhimento.
RQC 4.388/2015	Requer seja realizada audiência pública para estabelecer um diagnóstico da situação do idoso no Estado.
RQC 4.390/2015	Requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre os casos de violência contra idosos registrados nos últimos quatro anos no Estado.
RQC 4.396/2015	Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania pedido de informações sobre os resultados da 4ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em 7 e 8/10/2015, no Município de Caeté.
RQC 4.538/2015	Solicita seja realizada visita ao Hospital Ana Nery e à Associação dos Cegos de Juiz de Fora, para verificar a situação dos idosos abandonados pelas famílias em unidades de saúde no Estado.
RQC 4.539/2015	Solicita seja realizada audiência pública para debater o problema dos idosos abandonados pelas famílias em unidades de saúde do Estado.
RQC 4.540/2015	Solicita seja realizada audiência pública para debater as possíveis medidas para fomentar a implementação de conselhos do idoso em todos os municípios do Estado.
RQC 4.809/2015	Requer seja encaminhado ao Ministério Público de Mariana pedido de informações acerca das condições em que se encontram cerca de 80 idosos que estão desabrigados após o rompimento da barragem de rejeitos, bem como se eles estão recebendo os devidos cuidados, acompanhamento médico e medicações.
RQC 4.810/2015	Requer seja realizada visita ao Município de Mariana para verificar as condições em que se encontram cerca de 80 idosos que estão desabrigados.
RQC 4.811/2015	Requer seja realizada audiência pública para debater questões relativas a trabalho e renda da população idosa e seus principais desafios.
RQC 4.812/2015	Requer seja realizada audiência pública para debater a atenção à saúde da população idosa, especialmente no que se refere às doenças prevalentes, ao uso abusivo de álcool e outras drogas e às DSTs.
RQC 4.813/2015	Requer seja realizada audiência pública para debater os abusos relacionados à concessão de crédito consignado aos aposentados e seu consequente endividamento.
RQC 4.814/2015	Requer seja realizada audiência pública para avaliar o Estatuto do Idoso, instituído pela Lei Federal nº 10.741, de 2003.
RQC 4.815/2015	Requer seja realizada audiência pública para debater as condições de funcionamento das atuais instituições de longa permanência de idosos - ILPIs -, bem como a importância da ampliação dessas instituições para todos os municípios do Estado e as medidas necessárias para que isso ocorra.
RQC 4.816/2015	Requer seja realizada audiência pública para debater a necessidade de qualificação dos profissionais de saúde e de assistência social para o adequado atendimento do idoso na rede pública.

RQC 4.817/2015	Requer seja realizada audiência pública para debater os obstáculos enfrentados pelo idoso em seu dia a dia devido à falta de acessibilidade urbana, arquitetônica e nos transportes.
RQC 4.818/2015	Requer seja realizada audiência pública para debater a concessão do Benefício de Prestação Continuada – BPC –, bem como a legislação relacionada, as formas de obtenção e a comparação entre o número de beneficiários e o número de idosos em situação de vulnerabilidade no Estado.
RQC 4.819/2015	Requer seja realizada audiência pública para debater aspectos da profissão de cuidador de pessoa idosa, como regulamentação (Projeto de Lei nº 4.702/2012, em tramitação na Câmara dos Deputados), atribuições, capacitação para o trabalho e direitos trabalhistas.
RQC 4.820/2015	Requer seja realizada audiência pública para debater a feminização da população idosa e a necessidade de políticas públicas que levem em conta as especificidades da mulher idosa.
RQC 4.821/2015	Requer seja realizada audiência pública para debater o documento final da IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em 2015, cujo eixo temático foi "Protagonismo e empoderamento da pessoa idosa – por um Brasil de todas as idades", bem como avaliar a implementação das propostas apresentadas.
RQC 4.822/2015	Requer seja realizada audiência pública para debater as ações de assistência social para a população idosa nos municípios, executadas pelos Centros de Referência em Assistência Social – Cras – e pelos Centros Especializados de Referência em Assistência Social - Creas.
RQC 4.823/2015	Requer seja realizada audiência pública para debater a implementação do Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo, estabelecido pelo Decreto Federal nº 8.114, de 2013.
RQC 4.825/2015	Requer seja realizada audiência pública para debater o fenômeno de envelhecimento da população e o consequente aumento da demanda por serviços públicos, principalmente de saúde e assistência.
RQC 4.826/2015	Requer seja realizada audiência pública para debater o funcionamento e a regulamentação do Fundo Nacional do Idoso, instituído pela Lei Federal nº 12.213, de 20/1/2010.
RQC 4.827/2015	Requer seja realizada audiência pública para debater o Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa, de 2005, elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República em parceria com o Conselho Nacional do Idoso, e avaliar sua implementação no Estado.
RQC 5.250/2016	Requer seja realizada audiência de convidados para ouvir Edgar Nunes de Moraes, professor adjunto do Departamento de Clínica Médica da UFMG, sobre o envelhecimento da população, os desafios das populações futuras, propostas para o melhor envelhecimento e políticas públicas relativas aos idosos.
RQC 5.251/2016	Requer seja realizada audiência de convidados para ouvir Flávia Lanna de Moraes, médica do Programa Saúde da Família da Prefeitura de Belo Horizonte, sobre geriatria, saúde do idoso e envelhecimento saudável.
RQC 5.252/2016	Requer seja realizada audiência de convidados para ouvir Marcelo Pinto Guimarães, arquiteto e professor da UFMG, sobre as adaptações necessárias em casas onde habitem idosos e as necessidades arquitetônicas para melhorar a vida e a segurança dessas pessoas.
RQC 5.253/2016	Requer seja realizada audiência de convidados para ouvir Ana Patrícia Ferreira França, delegada titular da Delegacia Especializada em Atendimento ao Idoso e ao Deficiente, sobre os crimes cometidos contra idosos no Estado.
RQC 5.254/2016	Requer seja realizada audiência de convidados para ouvir Luiz Tadeu Martins Leite, secretário de Desenvolvimento Regional e Urbano, sobre acessibilidade nas vias urbanas do Estado.
RQC 5.255/2016	Requer seja realizada audiência de convidados para ouvir a Berlindes Astrid Küchemann, professora associada do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, sobre a feminização da população idosa no Brasil.
RQC 5.256/2016	Requer seja realizada audiência de convidados para ouvir Ramon Victor César, diretor-presidente da BHTrans, sobre mobilidade urbana e respeito aos direitos do idoso no transporte público municipal.
RQC 5.257/2016	Requer seja realizada audiência de convidados para ouvir Dilson José de Oliveira, coordenador especial de políticas para o idoso do Governo do Estado de Minas Gerais, sobre o Estatuto do Idoso e seu cumprimento, as demandas das políticas públicas e o acolhimento dos idosos no Estado.
RQC 5.258/2016	Requer seja realizada audiência de convidados para ouvir José Salvador Silva, presidente do Conselho de Administração do Grupo Mater Dei, sobre o envelhecimento da população.

RQC 5.259/2016	Requer seja realizada audiência de convidados para ouvir Marcelo Barbosa, coordenador do Procon Assembleia, sobre a endividamento da população idosa.
RQC 5.320/2016	Requer sejam disponibilizadas as gravações de áudio das reuniões da comissão aos seus membros.
RQC 5.496/2016	Requer seja realizada audiência pública no Município de Itajubá para debater a situação da população idosa e as políticas públicas destinadas a esse grupo na região.
RQC 5.830/2016	Requer seja realizada audiência pública para debater a suspensão por período indeterminado da emissão de novas carteiras de transporte para idosos com mais de 65 anos.
RQC 5.831/2016	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social e à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para ampliar o número de delegacias de atendimento especializado ao idoso em todo o Estado e para designar, nos municípios em que a demanda não justificar a instalação desse equipamento, delegados para atendimento prioritário ao idoso vítima de violência.
RQC 5.832/2016	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social e à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para ampliar o quadro de servidores da Delegacia Especializada no Atendimento ao Idoso e à Pessoa com Deficiência de Belo Horizonte.
RQC 5.833/2016	Requer seja encaminhado aos deputados representantes de Minas Gerais na Câmara dos Deputados pedido de providências para apoiaream a aprovação do Projeto de Lei nº 6.430/2009, que altera o § 3º do art. 136 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 – Código Penal Brasileiro –, aumentando a pena para o crime de maus-tratos praticados contra idosos, crianças ou pessoas indefesas.
RQC 5.834/2016	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania pedido de providências para promoção de ações que facilitem à população idosa o acesso ao Disque Direitos Humanos, especialmente por meio da simplificação do número telefônico do serviço e de sua ampla divulgação.
RQC 6.000/2016	Requer seja realizada audiência de convidados para ouvir Bruno Cordeiro, prefeito de Sacramento, sobre as experiências de atenção ao idoso desenvolvidas nesse município.
RQC 6.083/2016	Requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Saúde e de Planejamento e Gestão pedido de providências para criar, no planejamento e orçamento estaduais, programa específico para financiar a contratação de cuidadores de idosos pelos municípios.
RQC 6.084/2016	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para orientar e estimular os municípios na implementação de programas de cuidado ao idoso dependente, por meio de apoio técnico e financeiro.
RQC 6.485/2016	Requer seja realizada audiência de convidados para debater as políticas de incentivo ao turismo e ao lazer para a população idosa.
RQC 6.486/2016	Requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para aumentar o número de delegacias especializadas no atendimento ao idoso no Município de Belo Horizonte e implantar essa modalidade de delegacia em todos os municípios mineiros com população acima de 30 mil habitantes.
RQC 6.487/2016	Requer seja realizada audiência de convidados para debater o Projeto de Lei 3.047/2015, que dispõe sobre a utilização prioritária de assentos dos transportes coletivos por idosos, gestantes e pessoas com limitações temporárias ou permanentes.
RQC 6.488/2016	Requer seja realizada audiência de convidados para debater a prática de atividades físicas por idosos e as medidas para que sejam estimuladas.
RQC 6.489/2016	Requer seja encaminhado aos representantes de Minas Gerais no Congresso Nacional pedido de providências para apresentar projeto de lei com vistas a modificar a Lei Federal nº 10.741, de 2003, Estatuto do Idoso, para incluir medidas protetivas, como as previstas na Lei Federal nº 11.340, de 2006, Lei Maria da Penha, nos casos de violência doméstica praticada contra idosos.
RQC 6.490/2016	Requer seja encaminhado ao Senado Federal pedido de providências para apoiar iniciativa de projeto de lei que proponha modificar a Lei Federal nº 10.741, de 2003, Estatuto do Idoso, para incluir medidas protetivas, como as previstas na Lei Federal nº 11.340, de 2006, Lei Maria da Penha, nos casos de violência doméstica praticada contra idosos.

RQC 6.491/2016	Requer seja encaminhado à Câmara dos Deputados pedido de providências para apoiar iniciativa de projeto de lei que proponha modificar a Lei Federal nº 10.741, de 2003, Estatuto do Idoso, para incluir medidas protetivas, como as previstas na Lei Federal nº 11.340, de 2006, Lei Maria da Penha, nos casos de violência doméstica praticada contra idosos.
RQC 6.492/2016	Requer seja encaminhado ao presidente interino da República pedido de providências para apoiar iniciativa do Congresso Nacional que proponha modificar a Lei Federal nº 10.741, de 2003, Estatuto do Idoso, para incluir medidas protetivas, como as previstas na Lei Federal nº 11.340, de 2006, Lei Maria da Penha, nos casos de violência doméstica praticada contra idosos.
RQC 7.025/2016	Requer seja realizada audiência pública para debater programas de preparação para a aposentadoria.
RQC 7.026/2016	Requer seja realizada visita à Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, para verificar a situação de idosos abandonados pelas famílias em unidades de saúde.
RQC 7.027/2016	Requer seja realizada audiência pública para debater atividades a serem desenvolvidas em prol dos idosos.
RQC 7.028/2016	Requer seja realizado debate público para discutir o envelhecimento da população.
RQC 7.303/2016	Requer seja realizada audiência pública para discutir a emissão da carteira Sindpasse para acesso do idoso ao transporte intermunicipal gratuito.
RQC 7.306/2016	Requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais pedido de informações sobre o número de processos em tramitação no Estado que aguardam sentença e tem como parte pessoa idosa.
RQC 7.307/2016	Requer seja realizada audiência pública para discutir e apurar a cobrança dos valores de pedágios das viagens intermunicipais para a emissão de passagens para idosos.
RQC 7.311/2016	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de informações sobre a situação de emissão da carteira Sindpasse para o acesso do idoso à gratuidade no transporte intermunicipal de passageiros.
RQC 7.312/2016	Requer seja realizada audiência pública para discutir o direito do idoso aposentado que necessite de assistência permanente de cuidador ao acréscimo de 25% no valor de sua aposentadoria, conforme disposto no artigo 45 da Lei Federal nº 8.213/1991.
RQC 7.316/2016	Requer seja encaminhado à BhTrans pedido de providência para realizar cursos de atualização para os motoristas e agentes de bordo sobre o adequado atendimento aos usuários idosos.
RQC 7.317/2016	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social - Sedese - pedido de providências para promoção de cursos técnicos de capacitação direcionados aos idosos para possibilitar a sua reinserção no mercado de trabalho.
RQC 7.321/2016	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social - Sedese - pedido de providências para criar um grupo de combate e assessoramento de idosos vítimas de crimes financeiros cometidos no âmbito familiar.
RQC 7.322/2016	Requer seja encaminhado à Fundação João Pinheiro - FJP - pedido de providências para desenvolver um novo estudo traçando o perfil demográfico da população idosa em Minas Gerais.
RQC 7.324/2016	Requer seja encaminhado ao Instituto Nacional do Seguro Social pedido de informações sobre as providências adotadas em relação à previdência face ao fenômeno do envelhecimento da população no Estado de Minas Gerais.
RQC 7.325/2016	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde - SES - pedido de providências para criação de um banco de dados para fornecimento de medicamentos e atendimento médico domiciliar para idosos com doenças crônicas no Estado de Minas Gerais.
RQC 7.326/2016	Requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que sejam criadas pelo Governo de Minas Gerais núcleos regionalizados de atendimento à população idosa no Estado.
RQC 7.327/2016	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o número de idosos moradores de rua em Minas Gerais.
RQC 7.328/2016	Requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de informações sobre o número de ocorrências envolvendo violência contra idosos no Estado, em especial violência familiar e cometimento de fraudes com o cartão de crédito.

RQC 7.329/2016	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o número de idosos abandonados em estabelecimento de saúde e instituições de longa permanência em Minas Gerais
RQC 7.330/2016	Requer seja encaminhado à Secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de providências para criação e promoção de curso específico para formação de cuidadores de idosos em cidades polos mesorregionais do Estado de Minas Gerais.
RQC 7.331/2016	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social - Sedese - pedido de providências para que sejam realizados cursos de capacitação e promoção de oficinas de tricô, crochê, costura e bordado para idosas e idosos nas cidades polos mesorregionais do Estado de Minas Gerais
RQC 7.332/2016	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os municípios de Minas Gerais que ainda não possuem Conselho Municipal do Idoso e quais medidas podem ser adotadas para sua implantação em todos os municípios do Estado.
RQC 7.333/2016	Requer seja encaminhado à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab – pedido de providências para que o Programa Minha Casa Minha Vida atenda ao mínimo de 20% de moradias adaptadas para pessoas com deficiências e pessoas idosas.
RQC 7.334/2016	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que o Governo instale em locais públicos barras de segurança, faixas sinalizadoras em vidros transparentes e piso antiderrapante para atendimento seguro aos idosos nas instituições públicas do Estado.
RQC 7.335/2016	Requer seja realizada audiência pública para debater os reflexos de uma eventual aprovação da PEC 241 para os idosos de Minas Gerais.

Notas:

1 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA ESTIMATIVAS. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. 2. ed. Rio de Janeiro, 2013. (atualizada em 2015)

2 FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais*. Boletim PAD-MG, Belo Horizonte, ano 3, n. 6, p. 1-85, mar. 2014.

3 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA ESTIMATIVAS. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro, 2009.

4 FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Índice Mineiro de Responsabilidade Social*. Belo Horizonte, 2011.

5 SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa*. Brasília, 2014.

6 JUNGES, José Roque. Uma leitura crítica da situação do idoso no atual contexto sociocultural. **Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 6, p. 123-144, 2004.

Comissão Extraordinária com a finalidade de realizar estudos e debates sobre a situação dos recursos hídricos do Estado; propor políticas públicas que possam promover o uso racional e sustentável, a proteção e a conservação dos recursos hídricos do Estado; propor a atualização dos instrumentos legais sobre a matéria; e propor ações e medidas para a resolução de conflitos relacionados ao uso e à proteção dos recursos hídricos.

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS

Relatório Final

Relator: Deputado Jean Freire

Belo Horizonte

2015-2016

SUMÁRIO

1 – Introdução

2 – Constituição e Objetivos

3 – A Gestão dos Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais

3.1 – Bacias Hidrográficas

3.2 – Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs

3.3 – Agências de Bacia e Entidades Equiparadas

3.4 – Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos em Minas Gerais

4 – Trabalhos Desenvolvidos

4.1 – Síntese das Audiências Públicas Realizadas

4.1.1 – Audiência Pública em Frutal/MG – 8/5/2015

4.1.2 – Audiência Pública na ALMG – 11/6/2015

4.1.3 – Audiência Pública na ALMG – 1º/7/2015

4.1.4 – Audiência Pública na ALMG – 27/10/2015

4.1.5 – Audiência Pública na ALMG – 29/10/2015

4.1.6 – Audiência Pública na ALMG – 26/11/2015

4.1.7 – Audiência Pública na ALMG – 3/12/2015

4.1.8 – Audiência Pública na ALMG – 10/12/2015

4.1.9 – Audiência Pública na ALMG – 10/12/2015

4.1.10 – Debate Público na ALMG – 21/3/2016

4.2 – Seminário Águas de Minas III – Desafios da Crise Hídrica e Construção da Sustentabilidade

4.2.1 – Introdução

4.2.2 – Trabalhos Desenvolvidos

4.2.3 – Comissões Técnicas Interestaduais – CTIs

4.2.4 – Regionalização

4.2.5 – Plenária Final

4.2.6 – Propostas Finais Priorizadas e Encaminhamentos

4.2.7 – Análise dos Encaminhamentos

5 – Recomendações

5.1 – Fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHS

5.2 – Fortalecimento Institucional do IGAM

5.3 – Redução a Vulnerabilidade na Segurança Hídrica do Estado

5.4 – Reflexão sobre Atividades que Demandam Uso Intensivo da Água

5.5 – Universalização e a Integralização do Saneamento Básico

5.6 – Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA –, como Instrumento de Revitalização de Bacias Hidrográficas

6 – Agradecimentos

7 – Assessoria Técnica

ANEXOS

Anexo I – Audiências Públicas Realizadas

Anexo II – Requerimentos Aprovados

1 – INTRODUÇÃO

A crise hídrica vivenciada pelo Brasil desde 2012 atinge significativamente a região Sudeste e expõe desafios para o aperfeiçoamento da gestão dos recursos hídricos no País, que consiste em assegurar a qualidade e a disponibilidade das águas para os seus diferentes usos.

Em Minas Gerais, a redução dos índices pluviométricos nos quatro últimos anos somada ao aumento da demanda e à poluição dos cursos d'água têm exigido ações integradas, envolvendo governos e sociedade, no enfrentamento das situações de escassez hídrica, que já reflete, sobretudo, no setor de abastecimento.

Nesse contexto, medidas para a segurança hídrica do Estado são essenciais e devem ser tomadas considerando a garantia da oferta de água para o abastecimento humano e para as atividades produtivas, principalmente em períodos de desequilíbrio entre demanda e oferta.

A gestão dos recursos hídricos é um fator inquestionável para a adoção de medidas que possam reverter os processos de poluição e degradação de corpos d'água e mananciais de abastecimento, a par da necessidade impostergável de revitalização das nossas bacias hidrográficas, já tão impactadas pela utilização intensiva de defensivos agrícolas e agrotóxicos, pelos desmatamentos e queimadas, pelos lançamentos de esgotos e depósitos de lixo a céu aberto e por inúmeras outras ações antrópicas.

2 – CONSTITUIÇÃO E OBJETIVOS

Em 18/3/2015, a Mesa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais reeditou a Comissão Extraordinária das Águas, que já havia funcionado no último biênio da 17ª Legislatura, para atuar ao longo do primeiro biênio da 18ª Legislatura (2015-2016), dando continuidade aos trabalhos e estudos já realizados.

A Comissão Extraordinária das Águas foi instituída com o objetivo de:

I – realizar estudos e debates sobre a situação dos recursos hídricos do Estado;

II – propor políticas públicas que possam promover o uso racional e sustentável, a proteção e a conservação dos recursos hídricos do Estado;

III – propor a atualização dos instrumentos legais sobre a matéria;

IV – propor ações e medidas para a resolução de conflitos relacionados ao uso e à proteção dos recursos hídricos.

Compuseram a comissão, como membros efetivos, os deputados Iran Barbosa (presidente), Leandro Genaro (vice-presidente), Arnaldo Silva, Dr. Jean Freire e João Vitor Xavier. Como suplentes, foram designados os deputados João Alberto, Douglas Melo, Celise Laviola, Elismar Prado e Gustavo Corrêa.

A comissão foi constituída formalmente em 18/3/2013, tendo iniciado suas atividades em 25/3/2013. Na reunião de 4/4/2013 foram eleitos o presidente e o vice-presidente.

3 – A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS

A gestão dos recursos hídricos vem se apresentando como um dos maiores desafios para a administração pública na atualidade, especialmente, diante do cenário de crise hídrica, reflexo do aumento da demanda, da poluição, da sua distribuição irregular no território, de variabilidades climáticas e das estratégias de gestão.

O gerenciamento das águas exige, portanto, um conhecimento mais aprofundado da sua situação e dos impactos das mudanças climáticas, bem como o fortalecimento da gestão integrada, descentralizada e participativa.

Em Minas Gerais, com o advento da Lei nº 9.433, de 1997, a Política Estadual de Recursos Hídricos foi adequada aos parâmetros da lei maior e resultou na promulgação da Lei nº 13.199, de 1999. Essa norma, além de estabelecer subsidiariamente os princípios e os instrumentos para a gestão de recursos hídricos, estruturou o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Minas Gerais – SEGRH-MG –, composto pelos seguintes órgãos:

1. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad;

2. Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG;

3. Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam;

4. Comitês de bacia hidrográfica;

5. Órgãos e entidades dos Poderes estadual e municipal cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos;

6. Agências de bacias hidrográficas.

O órgão gestor do Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos é o Igam, autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad.

Criado em 1997, Igam tem como funções planejar e promover ações direcionadas à preservação da quantidade e da qualidade dos recursos hídricos de Minas. O gerenciamento é feito com base nas diretrizes do Plano Estadual de Recursos Hídricos e dos Planos Diretores de Recursos Hídricos.

Além disso, o Igam é responsável pelas metodologias que orientam a concessão de outorga de direito de uso da água, pelo monitoramento da qualidade das águas superficiais e subterrâneas do Estado, por pesquisas, programas e projetos e por disseminar informações consistentes sobre recursos hídricos, bem como pela consolidação de Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs e Agências de Bacias, tendo em vista uma gestão compartilhada e descentralizada, envolvendo todos os segmentos sociais.

As atribuições do Igam sofreram alteração com a aprovação da Lei nº 21.972/2015,que dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema. A referida lei resgatou a competência do Igam para outorgar o direito de uso dos recursos hídricos de domínio do Estado, restaurou o seu poder de polícia, além de promover o seu fortalecimento institucional, por meio da criação de novas diretorias (Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos; Diretoria de Planejamento e Regulação; Diretoria de Operações e Eventos Críticos; Diretoria de Administração e Finanças.

No entanto, como vem ocorrendo com todos os órgãos e entidades de Sisema, é grande a necessidade de recomposição de quadros e ajustes na carreira dos servidores, sendo esses temas recorrentes quando se discute a qualidade da atuação do Executivo mineiro na gestão ambiental.

3.1 – BACIAS HIDROGRÁFICAS

O Estado de Minas Gerais apresenta grande diversidade biológica, física e socioeconômica, que reflete em dinâmicas diferenciadas na configuração do espaço. Abriga cinco grandes bacias hidrográficas que drenam cerca de 90% do seu território, a saber: bacias dos rios São Francisco, Grande, Paranaíba, Doce e Jequitinhonha.

As bacias mineiras estão divididas administrativamente em 36 Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH) (Ver Figura 1 e Tabela 1).

Para cada UPGRH existe um Comitê de Bacia Hidrográfica, que atua no gerenciamento das águas de forma descentralizada, integrada e participativa.

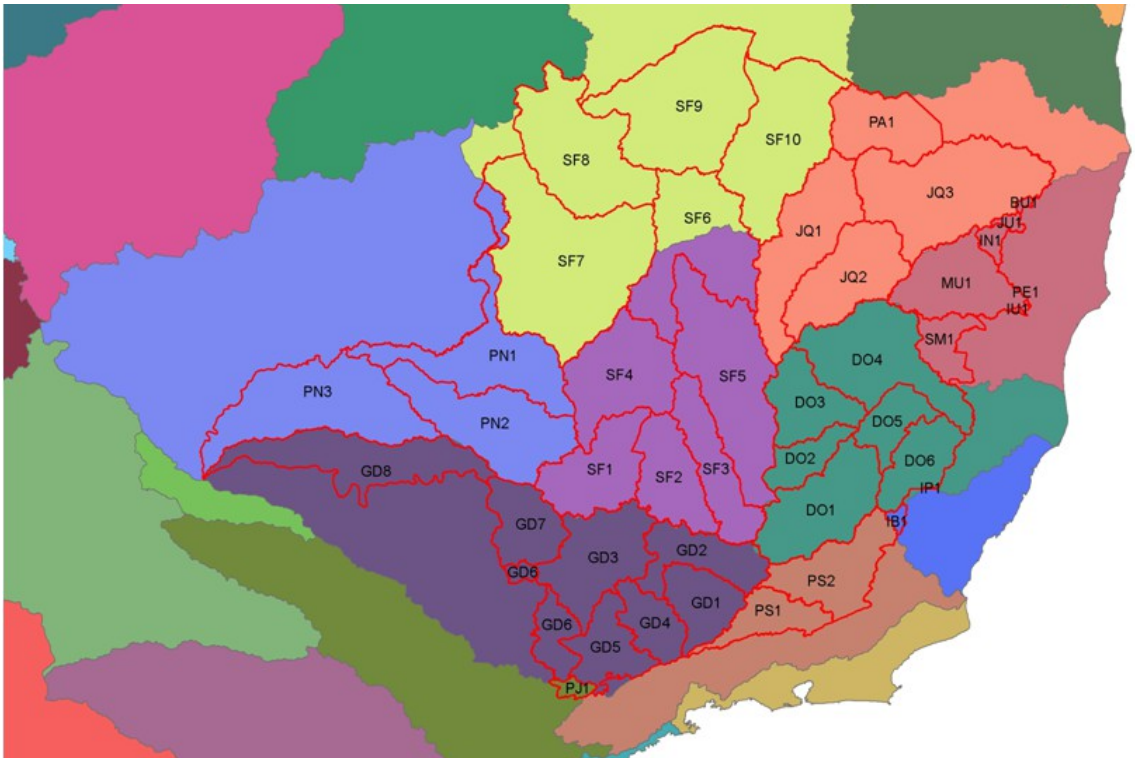


FIGURA 1: Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos – UPGRHs de Minas Gerais

Fonte: Resumo Executivo do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – PERH/MG - Vol I - Instituto de Gestão das Águas – Igam

TABELA 1: UPGRHs de Minas Gerais

Bacia	UPGH		Bacia	UPGH	
Doce	DO1	Rio Piranga	São Francisco	SF1	Alto Rio São Francisco
	DO2	Rio Piracicaba		SF2	Rio Pará
	DO3	Rio Santo Antônio		SF3	Rio Paraopeba
	DO4	Rio Suaçuí Grande		SF4	Entorno Três Marias
	DO5	Rio Caratinga		SF5	Rio das velhas
	DO6	Rio Manhuaçu		SF6	Rios Jequitaí-Pacuí
Paranaíba	PN1	Alto Paranaíba		SF7	Rio Paracatu

	PN2	Araguari
	PN3	Baixo Paranaíba
Rio Grande	GD1	Alto Rio Grande
	GD2	Rio das Mortes
	GD3	Entorno de Furnas
	GD4	Rio Verde
	GD5	Rio Sapucaí
	GD6	Mogi-Guaçu Pardo
	GD7	Médio Rio Grande
	GD8	Baixo Rio Grande
Paraíba do Sul	PS1	Preto e Paraibuna
	PS2	Pomba e Muriaé

	SF8	Rio Urucuia
	SF9	Médio São Francisco
	SF10	Rio Verde Grande
Jequitinhona	JQ1	Alto Jequitinhonha
	JQ2	Rio Araçuaí
	JQ3	Médio e Baixo Jequitin.
Rio Pardo	PA1	Rio Pardo
PJ	PJ1	Piracicaba e Jaguari
Rios do Leste	MU1	Rio Mucuri
	SM1	Rio São Mateus

3.2 – COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA – CBHS

Os comitês de bacia hidrográfica são organismos colegiados que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

São compostos por representantes do poder público, dos usuários de águas na bacia hidrográfica e das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia. Esses três segmentos devem buscar, no sistema de governança dos comitês de bacia, focar nas soluções dos conflitos sobre os usos múltiplos da água, sua qualidade e quantidade, arbitrando-os e planejando-os de forma compartilhada.

Os comitês de bacia têm como área de atuação a totalidade de uma bacia hidrográfica, uma sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia (ou de tributário desse tributário), ou um grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas.

No âmbito de sua área de atuação, compete a eles promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes; arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos; aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia, acompanhar sua execução e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas; estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados, entre outras atribuições.

Minas Gerais é o único estado do Brasil que traz para os comitês de bacias hidrográficas a competência de discutir, deliberar e aprovar as outorgas consideradas e classificadas como empreendimentos de grande porte com potencial poluidor.

A avaliação anual de desempenho dos CBHs foi instituída pelo CERH, por meio da Deliberação Normativa Nº 41/2012. Essa norma é direcionada especialmente aos CBHs que recebem o repasse anual de até 7,5% dos recursos oriundos do Fhidro, ou seja, aqueles que ainda não possuem a cobrança pelo uso da água. Esse recurso é destinado a estruturação física e operacional com vistas ao fortalecimento de sua atuação, como determina o Decreto nº 45.230 de 2009 que regulamenta a Lei nº 15.910/2005. De acordo com o art. 3º do referido Decreto, os recursos devem ser empregados nas despesas de custeio das atividades do comitê, inclusive, na manutenção de corpo técnico e administrativo para apoiar a realização de reuniões plenárias e de câmaras técnicas.

A avaliação de desempenho dos comitês definirá os recursos financeiros a serem aportados que poderão obter acréscimos ou supressões, de acordo com o desempenho comprovado. Para isso, os critérios de avaliação de desempenho definidos foram: atos formais (cumprimento de deliberações do CERH, regimento interno e autoavaliação) e protagonismo (elaboração de Plano Estratégico do Comitê para o mandato e estabelecimento de parcerias para a viabilização de programas e projetos na bacia).

3.3 – AGÊNCIAS DE BACIA E ENTIDADES EQUIPARADAS

As agências de bacias hidrográficas são unidades executivas descentralizadas de apoio aos seus respectivos comitês de bacia hidrográfica, destinadas a prestar-lhes suporte administrativo, técnico e econômico. As agências de bacias são instituídas pelo Estado de Minas Gerais por meio de decreto do Poder Executivo, mediante autorização legislativa.

Enquanto as agências de bacias não são criadas, a legislação estadual permite que as associações ou consórcios intermunicipais de bacias hidrográficas ou as associações regionais, locais ou multissetoriais de usuários de recursos hídricos, legalmente constituídas, sejam a elas equiparadas por ato do CERH-MG, para o exercício de suas funções, competências e atribuições relacionadas no art. 45 da Lei nº 13.199/1999.

A entidade equiparada é o modelo maciçamente utilizado em Minas, uma vez que nenhuma agência de bacia foi criada ainda. As entidades equiparadas existentes no Estado estão listadas a seguir:

. Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari – Abha

. Entidade Equiparada à Agência da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (PN2);

. Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo – AGB Peixe Vivo

. Entidade Equiparada à Agência das Bacias Hidrográficas do Rio das Velhas (SF5) e do Rio Pará (SF2), além do Comitê Federal da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;

. Instituto BioAtlântica – Ibio

. Entidade Equiparada à Agência da Bacia Hidrográfica dos Comitês dos Rios Piranga (DO1), Piracicaba (DO2), Santo Antônio (DO3), Suaçuí (DO4), Caratinga (DO5) e Manhuaçu (DO6);

. Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – Agevap

. Entidade Equiparada à Agência da Bacia Hidrográfica dos Comitês de Bacias dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna (PS1) e dos Rios Pomba e Muriaé (PS2).

3.4 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS EM MINAS GERAIS

A) Planos de Recursos Hídricos

Das 36 bacias hidrográficas do Estado, 27 possuem Planos de Bacias concluídos e aprovados, conforme apresentado na Figura 2.

Encontram-se em elaboração os Planos de Bacias dos Afluentes do Alto Paranaíba, dos Afluentes do Baixo Paranaíba, da Bacia do Rio Paraopeba e da Bacia do Entorno da Represa de Três Marias.

Já os Planos de Bacia dos Afluentes Mineiros do Baixo Rio Grande, do Médio Rio Grande, do Alto São Francisco, do Rio Mucuri, dos Afluentes Mineiros do Rio São Mateus encontram-se em fase de contratação.

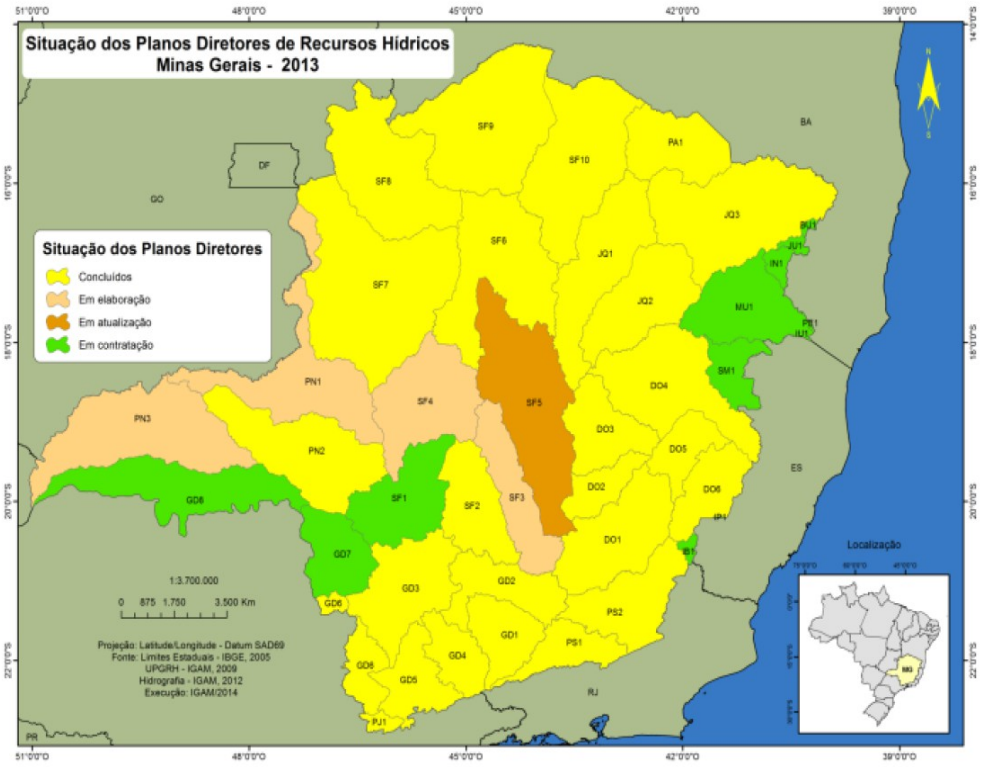
FIGURA 2: Planos Diretores de Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais

Fonte: 2° Relatório de Gestão e Situação dos Recursos Hídricos em Minas Gerais - Instituto de Gestão das Águas – Igam (2014)

Embora 27 planos já tenham sido elaborados, o grande desafio continua sendo a sua implementação. Para promover a efetivação dos planos, o Igam tem buscado estratégias como a elaboração de um Programa de Fortalecimento Institucional que visa à implementação dos Planos Estadual e Diretores a partir da pactuação de agendas estratégicas.

B) Sistema Estadual de Informação sobre Recursos Hídricos

O Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos de Minas Gerais – InfoHidro –, composto por subsistemas e



módulos, foi planejado de maneira abrangente para atender à gestão dos recursos hídricos no Estado e à integração com os sistemas de informação nacional e de bacias hidrográficas.

As informações produzidas no Igam e os módulos do InfoHidro estão disponíveis no Portal InfoHidro. No portal, é possível encontrar informações sobre cobrança, cadastro de usuários de recursos hídricos, enquadramento de corpos d'água, planos diretores e plano estadual, bases cartográficas e outras informações técnicas referentes a recursos hídricos no Estado.

C) Outorga

A outorga é um ato administrativo através do qual o órgão gestor assegura ao usuário o direito de utilizar os recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos, por prazo determinado. São passíveis de outorga todos os usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um curso de água, excetuando-se as captações, lançamentos e acumulações considerados insignificantes.

O CERH, órgão competente para estabelecer os critérios e normas gerais para a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos, definiu os usos insignificantes por meio da Deliberação Normativa CERH-MG nº 09, de 16 de junho de 2004, publicada no Minas Gerais em 28/6/2004.

A outorga é um instrumento da gestão que se encontra implementado em todo o Estado, com exceção da outorga de lançamento, realizada como projeto-piloto para a Bacia Hidrográfica do Ribeirão da Mata, pertencente à Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.

Como já citado, a competência para concessão de outorga de uso dos recursos hídricos que havia sido retirada do Igam, junto com a supressão do poder de polícia do órgão, foi restaurado pela Lei 21.972/2015, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema.

D) Enquadramento dos Corpos de Água em Classes, segundo seus Usos Preponderantes

Em 2013, foram concluídas e aprovadas, pelos respectivos comitês, as propostas de enquadramento contidas nos seguintes Planos de Bacias: Alto Rio Grande (GD1), Rio das Mortes (GD2), Entorno do Reservatório de Furnas (GD3), Afluentes Mineiros do Rio Urucuia (SF8), Afluentes do Médio São Francisco (SF9), Afluentes Mineiros do Rio Pardo (PA1), Afluentes do Alto Jequitinhonha (JQ1), Afluentes do Médio e Baixo Jequitinhonha (JQ3).

Atualmente, em relação ao enquadramento, o Estado apresenta o seguinte cenário: seis UPGRHs têm as águas das bacias enquadradas por Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Politica Ambiental – Copam –, dez têm propostas aprovadas nos Planos Diretores de Recursos Hídricos e quatro possuem diretrizes previstas nos respectivos planos de bacia já concluídos. As demais UPGRHs não têm propostas de enquadramento.

› dos Recursos Hídricos

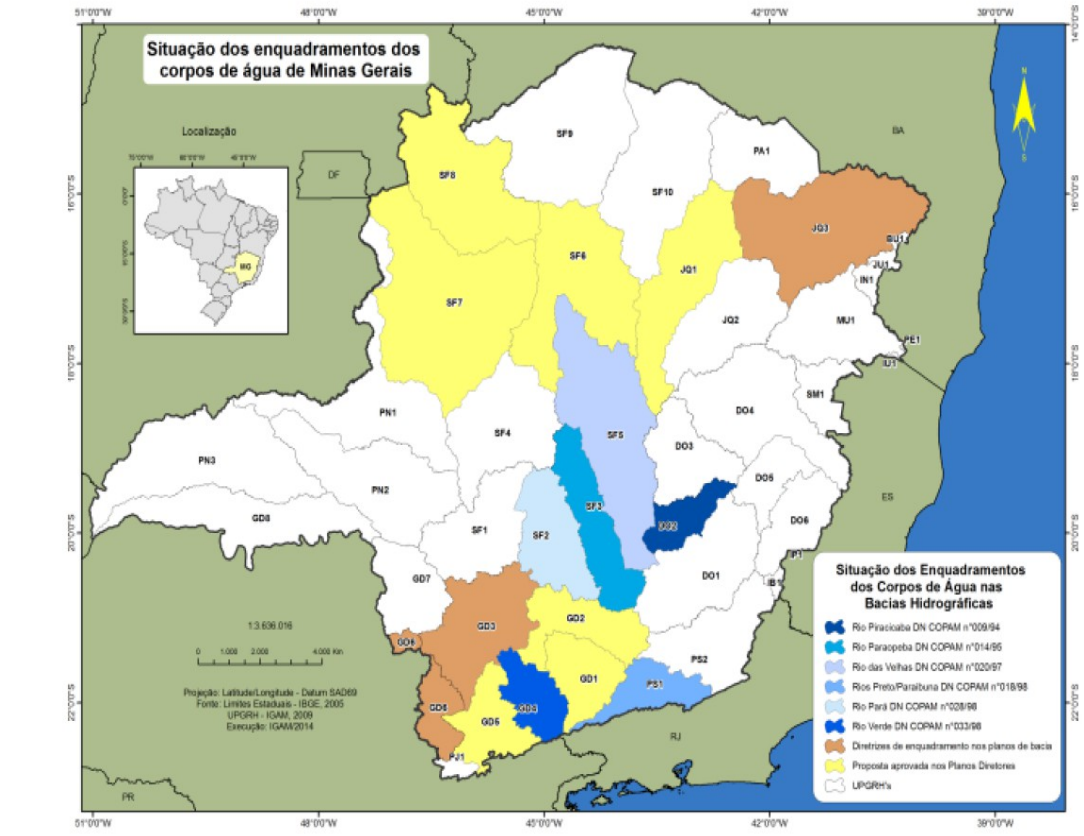


FIGURA 3: Enquadramento dos Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais

Fonte: 2° Relatório de Gestão e Situação dos Recursos Hídricos em Minas Gerais – Instituto de Gestão das Águas – Igam (2014)

E) Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos

A cobrança é instrumento econômico de gestão de recursos hídricos, cujos preços são fixados a partir de um pacto entre os usuários de água, as organizações civis e os poderes públicos presentes no comitê de bacia hidrográfica, visando reconhecer a água como bem econômico, estimular o seu uso racional e arrecadar recursos para a gestão e recuperação das águas na bacia.

Conforme determina a legislação estadual, 100% dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos deverão ser aplicados obrigatoriamente na bacia hidrográfica onde foram gerados, cabendo-lhes duas destinações:

. 7,5% desses recursos serão utilizados no pagamento das despesas com o custeio da agência de bacia hidrográfica ou da entidade a ela equiparada, que ficará responsável por prestar apoio administrativo, técnico e financeiro ao comitê de bacia hidrográfica;

. 92,5% dos recursos serão investidos em estudos, programas, projetos e obras indicados no Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica.

A cobrança é um indicador do estágio da implementação da política de recursos hídricos, na medida em que sua implantação decorre da concretização de outros instrumentos da política.

No Estado de Minas Gerais, a cobrança foi implantada nas bacias dos Rios das Velhas, Araguari e Piracicaba/Jaguari em 2010, nas seis bacias afluentes do Rio Doce (Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçui, Caratinga e Manhuaçu) em 2012 e nas bacias dos rios Preto/Paraibuna e Pomba/Muriaé no final de 2014.A Figura 4 apresenta a evolução da implantação da cobrança no Estado.

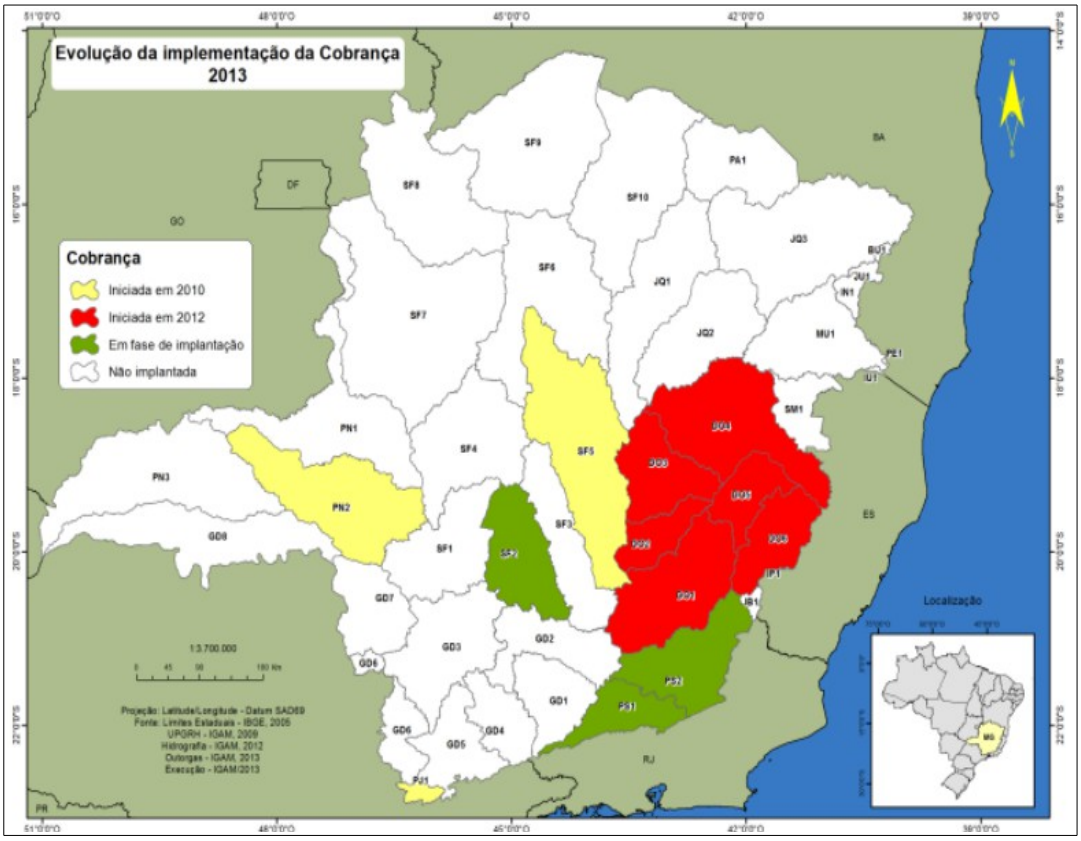


FIGURA 4: Evolução da implementação da cobrança

Fonte: 2° Relatório de Gestão e Situação dos Recursos Hídricos em Minas Gerais- Instituto de Gestão das Águas – Igam (2014)

Os recursos arrecadados com a cobrança em Minas Gerais até 2016 são apresentados na Tabela 2. A Tabela 3 apresenta esses mesmos valores, detalhados por usuários pagadores.

TABELA 2: Valores Cobrados e Arrecadados com a Cobrança pelos Usos dos Recursos Hídricos em Minas Gerais por Bacia Hidrográfica (Dados atualizados até 7/4/2016)

BACIA	COBRADO	CANCELADO	ARRECADADO
Velhas	66.453.785,52	3.406.747,09	55.997.322,85
Araguari	33.718.364,79	317.319,77	32.252.250,77
Piracicaba/Jaguari	568.866,13	2.595,41	561.393,93
Piranga	12.063.923,27	13.505,78	11.613.378,68
Piracicaba	32.275.392,15	339.619,52	31.514.867,68
Santo Antônio	8.127.239,53	27.867,60	7.789.112,09
Suaçui	2.633.365,00	60.360,00	2.377.939,99
Caratinga	3.177.427,10	15.326,48	2.773.548,50
Manhuaçu	2.925.042,15	-	2.608.476,03
Preto/Paraibuna	1.844.757,24	3.389,89	1.364.736,39
Pomba/Muriaé	2.218.824,85	28.020,07	1.499.436,65
Total	**166.006.987,72**	**4.214.751,61**	**150.352.463,56**

Fonte: IGAM - http://www.igam.mg.gov.br/gestao-das-aguas/cobranca-pelo-uso-de-recursos-hidricos

TABELA 3: Valores Cobrados e Arrecadados com a Cobrança pelos Usos dos Recursos Hídricos em Minas Gerais por Usuários (Dados atualizados até 07/4/2016)

SETOR	COBRADO	CANCELADO	ARRECADADO
Saneamento	97.607.461,47	2.961.807,03	86.095.723,66
Mineracao	32.377.165,15	384.508,41	31.524.033,44
Industria	23.782.782,94	356.103,81	22.675.048,89
AgroIndustria	1.649.289,39	1.806,92	1.552.709,71
Rural	6.749.180,30	369.210,78	5.379.703,76
Outros	3.841.108,48	141.314,66	3.125.244,10
Total	**166.006.987,72**	**4.214.751,61**	**150.352.463,56**

Fonte: IGAM - http://www.igam.mg.gov.br/gestao-das-aguas/cobranca-pelo-uso-de-recursos-hidricos

Os valores arrecadados ainda são baixos frente aos desafios estabelecidos nos planos de bacia, que guardam proporcionalidade com os problemas socioambientais relacionados às disponibilidades hídricas.

Vale comentar que são recorrentes os atrasos no repasse dos valores arrecadados pela cobrança pelo uso de recursos hídricos, no Estado aos Comités de Bacia. Tal fato dificulta da atuação dos comitês de bacia hidrográfica e de suas agências de águas, uma vez que são a fonte primária de recursos para sua gestão e desenvolvimento de ações executivas.

4 – TRABALHOS DESENVOLVIDOS

Nos anos de 2015 e 2016 os trabalhos da comissão se desenvolveram por meio de 24 reuniões, entre as quais 9 audiências públicas e 1 debate público, cuja síntese passamos a apresentar. Foram aprovados ao todo 94 requerimentos, apresentados no Anexo 2.

A Tabela 4 apresenta uma síntese das atividades desenvolvidas, cujo detalhamento é feito no Anexo 1.

TABELA 4 – Atividades da Comissão Extraordinária das Águas – Biênio 2015 - 2016

Reunião	Data	TIPO	Local	Finalidade
1	25/03/15	Reunião Extraordinária	ALMG	Designado relator do Relatório Final.
2	16/04/15	Reunião Ordinária	ALMG	Discussão e votação de proposições.
3	30/04/15	Reunião Ordinária	ALMG	Discussão e votação de proposições da comissão.
4	08/05/15	Reunião Extraordinária Audiência Pública	Frutal	Debater acerca da execução dos programas e ações de preservação promovidas pelo Projeto Cidade das Águas Unesco-Hidroex que visam contribuir para a melhoria da gestão dos recursos hídricos no Estado de Minas Gerais.
5	11/06/15	Reunião Conjunta	ALMG	Debater a proteção das áreas de recarga no Sinclinal Moeda, a

Reunião	Data	TIPO	Local	Finalidade
		Audiência Pública		preservação de suas nascentes, e em especial, a implantação de empreendimentos imobiliários no entorno da Lagoa dos Ingleses.
6	18/06/15	Reunião Ordinária	ALMG	Discussão e votação de proposições da comissão.
7	01/07/15	Reunião Conjunta Audiência Pública	ALMG	Debater a crise hídrica no Estado de Minas Gerais com foco na gestão dos recursos hídricos, na sua utilização pela indústria e para fins de abastecimento público.
8	11/08/15	Reunião Extraordinária	ALMG	Discussão e votação de proposições da comissão.
9	13/08/15	Reunião Ordinária	ALMG	Discussão e votação de proposições da comissão.
10	27/08/15	Reunião Ordinária	ALMG	Discussão e votação de proposições da comissão.
11	22/10/15	Reunião Ordinária	ALMG	Discussão e votação de proposições da comissão.
12	27/10/15	Reunião Conjunta Audiência Pública	ALMG	Debater as mudanças propostas pelo governo do Estado na estrutura orgânica do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sisema - por meio do Projeto de Lei nº 2.946/2015.
13	29/10/15	Reunião Ordinária	ALMG	Discutir sobre a necessidade de obras emergenciais no sistema de drenagem de Belo Horizonte.
14	05/11/15	Reunião Ordinária	ALMG	Discussão e votação de proposições da comissão.
15	12/11/15	Reunião Ordinária	ALMG	Discussão e votação de proposições da comissão.
16	26/11/15	Reunião Ordinária Audiência Pública	ALMG	Debater as medidas já tomadas e as ainda necessárias para a redução das perdas no sistema de abastecimento de água, a situação atual de demanda hídrica e do serviço prestado nos municípios atendidos pelas empresas Copasa e Copanor, bem como para esclarecer suposta prática de rodízio velado na manutenção do referido sistema.
17	03/12/15	Reunião Ordinária Audiência Pública	ALMG	Debater a crise hídrica e a situação preocupante do Rio Paraopeba que abastece parte da RMBH.
18	09/12/15	Reunião Extraordinária	ALMG	Discussão e votação de proposições da comissão.
19	10/12/15	Reunião Extraordinária Audiência Pública	ALMG	Debater a grave crise hídrica nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.
20	10/12/15	Reunião Ordinária	ALMG	Discussão e votação de proposições da comissão.
21	10/12/15	Reunião Conjunta	ALMG	Apresentação e entrega do relatório da audiência pública realizada pela Câmara Municipal de Brumadinho, em 25/11/2015, com a presença do Sr. Breno Carone, vice-prefeito de Brumadinho e presidente do Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba.
22	08/03/16	Reunião Extraordinária	ALMG	Discussão e votação de proposições da comissão.
23	21/03/16	Reunião Especial Debate Público	ALMG	Debate Público: Águas de Minas: Revitalização e Gestão dos Rios de Minas.
24	05/05/16	Reunião Ordinária	ALMG	Receber, discutir e votar proposições da comissão.

Foi relevante no ano de 2015 a realização, no âmbito da Comissão Extraordinária das Águas, do seminário Águas de Minas III – Desafios da Crise Hídrica e Construção da Sustentabilidade, que debateu a gestão dos recursos hídricos no Estado, de forma participativa, com o objetivo de subsidiar a elaboração de políticas públicas que promovam o uso racional e sustentável dos recursos hídricos do Estado, a sua proteção e conservação, além de propor a atualização dos instrumentos legais sobre a matéria.

A seguir é apresentada uma síntese das audiências públicas realizadas, bem como um detalhamento mais aprofundado do seminário.

4. 1 – SÍNTESE DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS

4.1.1 – AUDIÊNCIA PÚBLICA EM FRUTAL/MG – 8/5/2015

Debater a execução dos programas e ações de preservação promovidas pelo Projeto Cidade das Águas Unesco – Hidroex

Realizada a requerimento dos deputados Arnaldo Silva e João Alberto, a audiência pública contou com a presença dos deputados estaduais Iran Barbosa, presidente da Comissão, Arnaldo Silva, João Alberto, Elismar Prado e João Vítor Xavier. Compareceram, ainda, os deputados federais Adelmo Carneiro Leão e Caio Nárcio Rodrigues, o Sr. Mauri José Alves, prefeito Municipal de Frutal, o Sr. Marcelo Luís de Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Frutal, o Sr. Miguel Corrêa da Silva Júnior, secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais e presidente interino da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas – Hidroex, o Sr. Antônio Félix Domingues, gerente-geral de Articulação e Comunicação da Agência Nacional de Águas, representando Vicente Andreu Guillo, diretor-presidente da Agência Nacional de Águas, o Sr. Nárcio Rodrigues da Silveira, ex-deputado federal e ex-secretário de Estado de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, e o Sr. Octávio Elísio Alves de Brito, ex-presidente da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas – Hidroex.

A Cidade das Águas é um complexo que engloba a sede da Hidroex e uma infraestrutura voltada para a pesquisa e o estudo das águas. Mas as obras, que tiveram início em 2009, ainda não foram concluídas. De acordo com o vice-presidente da Hidroex, Toninho Heitor, ainda faltam cerca de 20% dos prédios para serem finalizados.

O complexo ocupa uma área superior a 1.000.000m^2, mas apenas o prédio administrativo está em funcionamento. São 17 laboratórios, sete blocos de apartamentos para alojar 548 pessoas, um condomínio temático com salas planejadas para acolher instituições interessadas em pesquisas sobre água, uma vila olímpica com um ginásio para 3 mil pessoas, um campo de futebol, duas quadras de tênis e um campo de grama sintética. Também faz parte do projeto uma floresta-escola com 3.000m², à beira do Rio Grande, com laboratórios, alojamentos e uma mata preservada de 50 hectares, para estudantes e pesquisadores de rios e florestas.

Toda a estrutura é destinada ao estudo dos recursos hídricos e à busca de requalificação no uso das águas. O local foi projetado para se tornar um centro internacional de pesquisa, com foco na conservação do patrimônio hidrológico da América Latina e das nações africanas de língua portuguesa. É uma iniciativa que envolveu os governos estadual e federal e conta com a chancela da Unesco.

Durante a reunião, foi aprovado requerimento do deputado Arnaldo Silva (PR) para criação de um grupo de trabalho, no âmbito da Comissão Extraordinária das Águas, para estudar formas de efetivar a implementação de toda a Cidade das Águas e estabelecer cronograma objetivo de término das obras, de funcionamento dos laboratórios, de contratação de pessoal e de financiamento e custeio permanente da Hidroex.

O grupo será formado por representantes da comissão, da Secretaria de Ciência e Tecnologia, da Hidroex, da Câmara dos Deputados, da Agência Nacional de Águas – ANA – , do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco – e da Fundação Jacques Cousteau.

Estima-se que, para terminar o complexo, são necessários entre R$80.000.000 e R$ 100.000.000.

A audiência pública permitiu uma visão geral sobre a importância estratégica nacional e internacional da Hidroex, sua situação atual e providências que estão sendo tomadas para reiniciar as obras daquele complexo. Restaram também esclarecidas as repercussões dos altos prejuízos para o Estado de Minas Gerais e para o Brasil da descontinuidade das obras e consequente rompimento dos acordos firmados com a ONU / Unesco. Ficou, por fim, patente a necessidade de concluir os 10% restantes de obras para integralizar a Fundação Hidroex, ante a informação de que essas obras foram licitadas e a verba necessária está disponível, e tendo em vista a importância para Minas Gerais e para o Brasil de ter um instituto para o estudo da água, em época de grande *stress* hídrico, com a chancela da ONU / Unesco e da Fundação Jacques Cousteau, cujo renome internacional agrega importância e, certamente, atrairá investimentos em pesquisa.

4.1.2 – AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ALMG – 11/6/2015

Debater a proteção das áreas de recarga no Sinclinal Moeda, a preservação de suas nascentes, e em especial, a implantação de empreendimentos imobiliários no entorno da Lagoa dos Ingleses.

Em audiência pública conjunta promovida pelas Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Extraordinária das Águas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ambientalistas e moradores do Sinclinal Moeda mostraram preocupação com os impactos que novos empreendimentos poderão trazer para os aquíferos e nascentes da região.

Os deputados Iran Barbosa (PMDB) e Fred Costa (PEN), que requereram a reunião, também se mostraram preocupados em relação ao consumo de água no sinclinal e ao abastecimento da RMBH, muito dependente da bacia do Rio das Velhas.

O Sinclinal Moeda é um sistema montanhoso com grandes reservas de água subterrânea que começa ao sul de Belo Horizonte, na divisa com Nova Lima e segue até a região de Congonhas. Nele estão instalados condomínios de luxo, mineradoras e, mais recentemente, uma fábrica da Coca-Cola, em Itabirito. Além disto, um grande empreendimento urbanístico está previsto para ser implantado na região, o Projeto Csul, que engloba área de 27.000.000m² entre Nova Lima e Itabirito e pretende atrair cerca de 145 mil moradores nos próximos 45 anos. O Projeto CSul tem como característica principal a concepção de espaços urbanos sustentáveis e dinâmicos, onde empreendimentos imobiliários convivem em harmonia com empreendimentos comerciais, de serviço e de lazer.

De acordo com a presidente da ONG Abrace a Serra da Moeda, as mais novas atividades empresárias no sinclinal, a fábrica de refrigerantes e o Condomínio da CSul, não realizaram previsões do impacto da captação de água necessária nos aquíferos subterrâneos. Segundo ela, a captação por meio de poços profundos, o mais usual nesses casos, causa cones de depressão no aquífero, os quais, conforme o volume extraído, podem impactar as nascentes da região.

O Projeto Csul prevê 11.000.000m² de áreas para recarga de aquíferos e, dentro dessa área, mais de 3.000.000m² de Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN. O empreendimento conta com projetos de drenagem e monitoramento da água superficial e subterrânea, um plano de recuperação de áreas degradadas e monitoramento dos indicadores de sustentabilidade. Além disto, o loteamento da área obrigatoriamente deverá contar com um sistema de tratamento de todo o esgoto que o condomínio vai gerar.

4.1.3 – AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ALMG – 1º/7/2015

Debater a crise hídrica no Estado de Minas Gerais com foco na gestão dos recursos hídricos, na sua utilização pela indústria e para fins de abastecimento público.

A audiência reuniu as Comissões de Minas e Energia, Extraordinária das Águas e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater a utilização dos recursos hídricos pela indústria e para fins de abastecimento público. Além do consenso sobre a união de forças, os participantes da reunião também defenderam a necessidade de se trabalhar por uma profunda mudança de postura da sociedade no que tange à utilização dos recursos naturais.

O secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Sávio Souza Cruz, destacou os desafios da pasta que, segundo ele, há anos vinha atuando apenas com "mecanismos de comando e controle". Para ele, o primeiro passo é reverter essa lógica, de modo a trabalhar de maneira integrada com outras secretarias e órgãos do governo. O secretário ressaltou sua preocupação em recompor a equipe da sua pasta e afirmou que enviará à a ALMG uma proposta de reestruturação do Sisema. Sávio Souza Cruz criticou, ainda, o modelo de gestão da Copasa e sua subsidiária Copanor.

Os representantes da Copasa e da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário – Arsae-MG – creditaram a atual crise hídrica à falta de planejamento em anos anteriores, destacando a necessidade de se investir em planos futuros e em transparência. Para ambos, é essencial que a população esteja ciente da realidade e seja convocada a participar do esforço pela economia de água.

A representante da Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente – Amda – afirmou que a crise é do modelo de utilização da água e que é necessária a transformação da proteção da água numa política de Estado que envolva todas as secretarias e também as empresas privadas.

O presidente da Comissão Extraordinária das Águas, deputado Iran Barbosa, também fez críticas à gestão da água e à distribuição de lucros para acionistas da Copasa. Ele disse também ser preciso mudar a cultura da utilização dos recursos hídricos. E ainda aventou a possibilidade de incentivos fiscais para que as empresas possam, por exemplo, viabilizar equipamentos para reúso da água.

O presidente da Comissão de Minas e Energia, deputado Gil Pereira, e o deputado Doutor Jean Freire destacaram a crônica falta de água no semiárido mineiro. Sobre a reutilização da água, o deputado Doutor Jean Freire ressaltou que é importante avaliar sobretudo a qualidade dessa água.

O presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Cássio Soares, e o deputado Celinho do Sinttrocel avaliaram a importância de manter esse tema em debate constante, a fim de contribuir para a mudança de hábito da sociedade. Segundo os parlamentares, essas discussões são momentos essenciais para ouvir a sociedade e aprofundar conhecimentos sobre educação ambiental e proteção dos recursos hídricos.

4.1.4 AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ALMG – 27/10/2015

Debater as mudanças propostas pelo governo do Estado na estrutura orgânica do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – por meio do Projeto de Lei nº 2.946/2015

A reunião foi promovida pelas Comissões de Administração Pública, Constituição e Justiça, Participação Popular, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e Comissão Extraordinária das Águas.

Na ocasião, criticou-se o regime de urgência na tramitação do projeto na Assembleia, considerado um meio de afastar a sociedade das discussões sobre a matéria.

O Sisema tem como órgão central, a Semad, além dos seguintes órgãos e entidades: Copam, CERH-MG, Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam –, Instituto Estadual de Florestas – IEF –, Igam, núcleos de gestão ambiental das demais secretarias de Estado, comitês de bacias hidrográficas, agências de bacias hidrográficas e entidades equiparadas de suas funções. De acordo com a justificativa encaminhada pelo Executivo, as mudanças propostas no Sisema têm o objetivo de aperfeiçoar seu funcionamento e garantir que as políticas de meio ambiente e de recursos hídricos ocorram de forma articulada, integrada, coordenada, transversal e eficiente.

O presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Cássio Soares, disse que a comissão tem "condição de discutir a fundo" o projeto de lei e que no parecer sobre o projeto levará em conta a participação da sociedade civil organizada.

A deputada Marília Campos também se mostrou contrária ao regime de urgência dado ao projeto, que, segundo ela, precisa ser discutido com toda a sociedade de forma democrática.

O deputado Rogério Correia defendeu o projeto por entender ser necessário promover mudanças no Sisema e sugeriu que a matéria seja aprovada até o fim deste ano.

Já o deputado Durval Ângelo considerou que, nos 12 anos de governo tucano, foi imposto um modelo que não garantiu a preservação ambiental e, ao mesmo tempo, setores do empresariado reclamavam da demora das licenças. O deputado defendeu a tramitação do projeto, com os aperfeiçoamentos necessários.

Para o deputado Iran Barbosa, o Sisema precisa de uma reforma que não signifique a flexibilização total da lei. Segundo ele, é preciso “criar um sistema no qual a responsabilização seja clara e objetiva. Não podemos também excluir a população do processo de licenciamento".

O promotor de Justiça e coordenador do Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais, Carlos Eduardo Ferreira Pinto, considerou o PL 2.946/15 "um projeto de lei em branco" já que, segundo ele, é impossível saber o que se quer com a matéria e quais serão os rumos da nossa política ambiental do Estado caso a proposição seja aprovada. Ele também criticou a exclusão, prevista no projeto, da Polícia Militar de Meio Ambiente do rol de integrantes do Sisema, o que poderia causar enorme prejuízo ao meio ambiente, pois a retirada de poder da polícia poderia fazer com que ela deixe de autuar. De acordo com o promotor, o projeto traz ainda, um esvaziamento do Copam, ao centralizar o processo de licenciamento ambiental na Semad, o que para ele é o ponto mais crítico, pois corre-se o risco de haver a judicialização do processo de licenciamento.

O titular da Semad, o deputado licenciado Luiz Sávio de Souza Cruz, rebateu algumas questões levantadas durante a reunião e ressaltou que alguns pontos criticados na audiência sequer constam do projeto de lei. Ao contrário do que foi dito por convidados da reunião, o secretário afirmou que o projeto fortalece o Copam, uma vez que a recriação das Câmaras Técnicas fortalece o Conselho ao dar a ele mais consistência técnica, sem perder pluralidade e transparência. Ele disse ainda não apoiar a exclusão da atuação da polícia ambiental, bem como a tramitação em regime de urgência. Ressaltou que o importante é que o projeto que vai sair da ALMG será a média das opiniões dos 77 deputados, além da opinião da sociedade, o que é muito mais democrático do que impor as mudanças via lei delegada, como foi feito na área ambiental durante os últimos 12 anos de gestão no governo do Estado.

4.1.5 – AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ALMG – 29/10/2015

Discutir sobre a necessidade de obras emergenciais no sistema de drenagem de Belo Horizonte

Convocada em caráter emergencial para debater a enchente que castigou a Avenida Vilarinho, no dia 27/10/2015, em Venda Nova, a reunião contou com a participação de representantes da Prefeitura de Belo Horizonte – PBH –, que admitiram que a situação em Venda Nova requer um projeto específico e complexo, com investimentos de alto custo (entre R$ 2,5 e R$ 3 milhões), cuja elaboração demandaria, no mínimo, um ano.

Os deputados presentes – o presidente da comissão, Iran Barbosa, João Vítor Xavier e Fred Costa, além do vereador Juninho Paim – cobraram ações efetivas da Prefeitura para prevenir situações como a que ocorreu na Avenida Vilarinho. Eles também apresentaram um conjunto de sugestões, entre elas a instituição de uma campanha educativa para conscientizar a população sobre a necessidade de não se sujar a cidade, bem como a isenção de pagamento de IPTU para os moradores da região de Venda Nova, atingidos pela enchente.

Os parlamentares exigiram também maior rigor por parte da Prefeitura na fiscalização e punição das pessoas que sujam a cidade, a exemplo do que ocorre, por exemplo, no Rio de Janeiro. E propuseram que 4% dos recursos arrecadados pela Copasa no município sejam destinados a obras para as regiões mais vulneráveis às chuvas, como Vilarinho. Os deputados defenderam, também, a utilização do Fundo Municipal de Saneamento para a execução de obras emergenciais. O gerente de Gestão das Águas Urbanas concordou com as propostas, mas ressaltou que o FMS é insuficiente para a realização das obras.

4.1.6 – AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ALMG – 26/11/2015

Debater as medidas já tomadas e as ainda necessárias para a redução das perdas no sistema de abastecimento de água, a situação atual de demanda hídrica e do serviço prestado nos municípios atendidos pelas empresas Copasa e Copanor, bem como para esclarecer suposta prática de rodízio velado na manutenção do referido sistema.

A ausência da diretora-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais –Copasa –, Sinara Inácio Meireles Chenna, e do presidente da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor –, Alonso Reis da Silva, foi bastante criticada pelos deputados que participaram da audiência da Comissão Extraordinária das Águas, na ALMG.

Os autores do requerimento, deputados Iran Barbosa, que preside a comissão, e João Vítor Xavier consideraram desrespeitosa a ausência dos dois administradores das empresas e se recusaram a ouvir o diretor de Operação Metropolitana da Copasa, Rômulo Thomaz Perilli, e o diretor de Operações Norte da Copanor, Gilson de Carvalho Queiroz Filho, enviados como representantes.

Sendo assim, a reunião foi encerrada sem ouvir os convidados presentes.

4.1.7 – AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ALMG – 3/12/2015

Debater a crise hídrica e a situação preocupante do Rio Paraopeba que abastece parte da RMBH.

Durante a audiência, o deputado Glaycon Franco (PTN), autor do requerimento que deu origem à reunião, demonstrou preocupação com o Rio Paraopeba, um dos principais afluentes do São Francisco, atualmente com pouco volume de água e muito poluído. Na sua opinião, o Estado precisa tomar medidas urgentes para aumentar o fornecimento de água e proteger as nascentes da bacia.

A Copasa apresentou dados sobre a nova adutora de 6,5km de extensão que entrou em operação em dezembro de 2015, com capacidade para captar 5 mil litros/segundo de água bruta do Rio Paraopeba, que serão bombeados para a Estação de Tratamento de Água –ETA – do Rio Manso. O sistema Paraopeba resulta da reunião de três sistemas produtores, com captações nas barragens dos Rios Vargem das Flores, Serra Azul e Manso, cujas estações de tratamento possuem capacidade nominal entre 1,5 e 4,2 m³/s. O sistema Rio das Velhas, principal manancial da cidade de Belo Horizonte, possui ETA com capacidade de 9,0 m³/s. Com a nova adutora, a Copasa poderá usar a água captada diretamente no Rio Paraopeba nos períodos chuvosos e, assim, poupar os reservatórios do Sistema Paraopeba. A expectativa da empresa é que, em três anos, as represas estejam totalmente recuperadas.

As elevadas perdas nos sistemas de abastecimento de água do Estado também foram discutidas durante a audiência. A Copasa informou que essas perdas são da ordem de 40%, sendo 12% devido a erros de medição e os outros 26% devido a vazamentos e a ligações clandestinas (gatos). A empresa relatou a ocorrência de 900 vazamentos por dia na RMBH pelo fato de algumas redes serem muito antigas, com quase 100 anos de idade. O deputado João Vítor Xavier (PSDB) criticou a Copasa por pedir que a população economize água sendo que ela é uma das que mais desperdiça.

O deputado Arnaldo Silva (PR) considerou que a atual crise hídrica poderia ter sido evitada se um planejamento correto tivesse sido feito no passado.

4.1.8 – AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ALMG – 10/12/2015

Debater a grave crise hídrica nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Respondendo às críticas feitas à atuação da Copanor durante a audiência pública, o diretor-presidente da empresa afirmou que a nova gestão ia “fazer de modo diferente” do que vinha sendo feito nos últimos tempos. Segundo ele, a Copanor, criada há sete anos e operando em 32 municípios do Vale do Jequitinhonha, tem obrigação de “amenizar o sofrimento do povo do Jequitinhonha e do Mucuri” com relação à falta d'água. Ele anunciou que, para 2016, haverá um orçamento de R$ 60 milhões para conclusão de obras e mais de R$ 50 milhões retirados do Fundo de Erradicação da Miséria, para melhorias dos atuais sistemas de água e esgoto existentes na região. Desde sua criação, a Copanor utiliza recursos transferidos do Fundo Estadual de Saúde, por meio da Secretaria de Estado de Saúde.

Relativamente à interrupção das obras da Copanor, o diretor-presidente explicou que, a partir de setembro de 2014, o repasse do governo do Estado para a empresa foi interrompido – apenas R$ 29 milhões, dos R$ 95 milhões previstos para o ano, foram entregues –, o que inviabilizou a continuidade das obras. Quando a nova gestão da Copanor assumiu em março de 2015, a empresa tinha, ainda, uma dívida de R$ 23 milhões com empreiteiras e todas as obras estavam paralisadas. O Estado liberou então R$ 25 milhões em abril de 2015 e todas as dívidas foram quitadas. As empreiteiras foram chamadas para retomar as obras e a Copanor

assumiu o compromisso de, até fevereiro de 2016, entregar 90 obras relacionadas a redes de água (48) e esgoto (42), que estavam paralisadas em 65 localidades da região.

A presidenta do CBH do Rio Araçuaí também fez críticas à atuação da Copanor e da Copasa na região, e exibiu, durante a reunião, várias imagens que mostram a desertificação do Vale do Jequitinhonha.

O deputado Doutor Jean Freire relacionou várias cidades que estão passando por problemas de abastecimento de água, devido à crise hídrica no Vale do Jequitinhonha.

Ao final da reunião, o deputado apresentou uma série de requerimentos relacionados ao assunto debatido, a maior parte deles referente a pedidos de providência e de informação, direcionados a órgãos responsáveis pelo fornecimento de água para a região do Vale do Jequitinhonha. Um dos pedidos será para que não haja mais contingenciamento de recursos para a Copanor, como ocorreu em 2014.

4.1.9 – AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ALMG – 10/12/2015

Apresentação e entrega do relatório da audiência pública realizada pela Câmara Municipal de Brumadinho, em 25/11/2015, com a presença do Sr. Breno Carone, vice-prefeito de Brumadinho e presidente do Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba.

Durante a audiência pública conjunta das Comissões Extraordinárias das Águas e das Barragens, na ALMG, o vice-prefeito de Brumadinho e presidente do Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Paraopeba – Cibapar –, Breno Carone, externou grande preocupação com as condições operacionais das barragens de rejeito de minério, localizadas na bacia do Rio Paraopeba.

Dirigentes do Cibapar sobrevoaram e visitaram nove barragens, nos Municípios de Brumadinho, Congonhas, Igarapé e Itatiaiuçu. A degradação da vegetação nativa, o assoreamento dos cursos d'água da bacia e o completo abandono de um dos empreendimentos, do grupo MMX, foram alguns dos problemas encontrados. No entanto, o foco de atenção está na situação estrutural das barragens e nas drásticas consequências que o rompimento de uma delas traria.

As barragens da região se encontram a montante das represas Rio Manso e Serra Azul, do Sistema Paraopeba, responsável pelo abastecimento de água da RMBH, e um possível rompimento afetaria mais de 5 milhões de pessoas. A barragem Casa de Pedra, por exemplo, da Companhia Siderúrgica Nacional, em Congonhas, é 20 vezes maior do que a barragem do Fundão, que se rompeu em Mariana e está em operação há mais de 100 anos.

Ao final da reunião, os parlamentares apresentaram requerimentos para que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e órgãos ambientais competentes façam um relatório sobre as condições das barragens da região. Eles também querem se informar sobre as licenças de operação concedidas às mineradoras e conhecer as providências que serão tomadas frente a eventuais irregularidades constatadas.

4.1.10 – DEBATE PÚBLICO NA ALMG – 21/3/2016

Águas de Minas: Revitalização e Gestão dos Rios de Minas

Realizado no dia que antecede o Dia Mundial da Água, por meio das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Extraordinária das Águas, o Debate Público teve como objetivo geral dar continuidade aos debates iniciados no seminário legislativo Águas de Minas III, fortalecendo os comitês de bacias e as parcerias com o Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas e o Projeto Manuelzão.

A exposição feita pelos comitês de bacia mineiros possibilitou o conhecimento mais preciso da atual realidade institucional dessas entidades e a identificação de suas fragilidades, potencialidades, bem como dos constrangimentos e limites à sua efetividade.

Os representantes dos Comitês de Bacia do Rio Doce, Rio Jequitinhonha, Rio Paraopeba, Rio São Francisco e do Rio Mucuri apresentaram as principais conquistas, bem como as demandas e fragilidades de sua região. Os diversos comitês de bacia

cobraram ações mais efetivas por parte do poder público para a revitalização das bacias, além de apresentarem questões específicas de suas regiões, principalmente voltadas para o envolvimento da sociedade na gestão dos recursos hídricos.

1. Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce – abordou o rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana (Região Central do Estado), que deixou um rastro de destruição e degradação ambiental por 650 quilômetros em cidades mineiras e capixabas, e a criação de um fundo para executar os programas para recuperação da bacia.

2. Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio e Baixo Rio Jequitinhonha – reivindicou a priorização do abastecimento humano sob responsabilidade do Executivo.

3. Comitê da Bacia do Rio Paraopeba – destacou a importância da bacia para o abastecimento público de Belo Horizonte, bem como a necessidade de conclusão do Plano Diretor da Bacia, considerando os aspectos ambiental, social e econômico. Também foram apresentados os problemas de qualidade da água da bacia, como turbidez elevada, presença de coliformes fecais, óleos e graxas e manganês.

4. Comitê da Bacia do Rio São Francisco – destacou a necessidade do comprometimento e de uma maior participação na gestão dos recursos hídricos e a importância dos subcomitês de bacia instalados.

5. Comitê da Bacia Hidrográfica do Mucuri – embora esse comitê tenha sido criado em 2008, até hoje não possui recursos, sede, plano diretor ou regimento interno. Reivindicou, portanto, a simplificação dos procedimentos para eficiência da gestão.

Com relação aos encaminhamentos das propostas priorizadas no seminário Águas de Minas III, foi destacado que é preciso fazer um acompanhamento dos desdobramentos por parte dos comitês de bacia, bem como monitorar a execução das ações resultantes dos encaminhamentos feitos pelo Comitê de Representação.

4.2 – SEMINÁRIO ÁGUAS DE MINAS III – DESAFIOS DA CRISE HÍDRICA E CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

4.2.1 – Introdução

Em 2015, sob a coordenação da Comissão Extraordinária das Águas, a ALMG realizou o seminário legislativo Águas de Minas III – Desafios da Crise Hídrica e Construção da Sustentabilidade, com objetivo de debater a gestão dos recursos hídricos no Estado, de forma participativa, contribuindo para subsidiar a elaboração de políticas públicas que possam promover o uso racional e sustentável dos recursos hídricos do Estado, a sua proteção e conservação, além de propor a atualização dos instrumentos legais sobre a matéria e estimular a educação ambiental.

O nome "Águas de Minas III" remete a seminários anteriores da ALMG, realizados em 1993 e 2002. O primeiro, realizado em 1993, subsidiou a elaboração da Política Estadual de Recursos Hídricos, a Lei 11.504 de 1994, substituída pela Lei 13.199 de 1999. As propostas do seminário também contribuíram para a Lei Federal 9.433, de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

No seminário realizado em 2002, foram recomendadas várias medidas e ações a serem realizadas pelo poder público para a efetiva implantação de instrumentos das políticas nacional e estadual de recursos hídricos, com especial atenção para o apoio e o fortalecimento dos comitês de bacia hidrográfica.

Ressalte-se, ainda, que a Comissão Extraordinária das Águas da legislatura de 2013 e 2014 sugeriu, em seu relatório final, a realização de um seminário legislativo sobre as águas.

Em parceria com órgãos do poder público, entidades sindicais, empresariais e movimentos sociais, o seminário abordou, nessa terceira edição, seis temas, definidos por sua Comissão Organizadora:

1 – Crise hídrica

2 – Gestão de recursos hídricos

3 – Fomento, custeio, receitas e destinação

4 – Saneamento e saúde

5 – Atividade minerária, indústria e energia

6 – Agricultura, pecuária e piscicultura

4.2.2 – Trabalhos Desenvolvidos

O seminário legislativo Águas de Minas III se desdobrou em várias etapas:

. Entre abril e julho de 2015, aconteceram 14 reuniões preparatórias do evento;

. Entre maio e junho de 2015, as seis Comissões Técnicas Interinstitucionais – CTIs – se reuniram e fizeram propostas relacionadas a cada tema, tendo sido priorizadas seis propostas por tema, resultando num total de 36 propostas;

. Entre junho e agosto de 2015, o seminário foi regionalizado, sendo que as 36 propostas apresentadas pelas seis CTIs foram levadas ao conhecimento dos participantes das cidades selecionadas e novas propostas foram aprovadas nesses encontros regionais;

. Em agosto de 2015, foi realizada uma consulta pública on-line, possibilitando que diversas pessoas apresentassem propostas relacionadas aos seis temas;

. A plenária final do evento foi realizada entre os dias 29 de setembro e 2 de outubro, no Plenário da ALMG;

. A instalação do Comitê de Representação ocorreu em 3 de novembro, marcando o início das reuniões de trabalho.

Algumas dessas etapas serão descritas mais detalhadamente a seguir:

4.2.3 – Comissões Técnicas Interestaduais – CTIs

Foram constituídas seis CTIs, uma para cada tema estabelecido, com objetivo de:

. Discutir e desenvolver propostas de abrangência estadual, relativas ao tema sob sua responsabilidade;

. Priorizar, entre as propostas aprovadas, até 6 propostas por tema, usadas como subsídio para os participantes de cada encontro regional e para os grupos de trabalho da etapa final.

As seis CTIs formularam 36 propostas, seis para cada uma das temáticas do evento, as quais foram apreciadas durante a etapa de regionalização do seminário.

4.2.4 – Regionalização

O seminário legislativo percorreu, entre junho e agosto de 2015, nove cidades do Estado de Minas Gerais (Ver Tabela 5 e Figura 5), nas quais as propostas elaboradas pelas seis CTIs foram apresentadas e puderam ser alteradas ou suprimidas. Além disso, em cada encontro, foram ainda aprovadas e priorizadas outras 16 novas propostas.

TABELA 5: Regionalização do Seminário Águas de Minas III

Município	Bacia Hidrográfica	UPGRH	Data
Montes Claros	Rio São Francisco	Rio Verde Grande, Rio Jequitaí -Pacuí, Médio São Francisco	30/6/2015
Divinópolis	Rio São Francisco	Alto São Francisco	2/7/2015
Governador Valadares	Rio Doce	Rio Piranga, Rio Santo Antônio, Rio Piracicaba, Rio Manhuaçu, Rio Caratinga, Rio Suaçuí Grande.	7/7/2015
Ubá	Paraíba do Sul	Rio Pomba e Muriaé e Preto e Paraibuna	4/8/2015
Poços de Caldas	Rio Grande	Alto e Médio Rio Grande e Rio Piracicaba e Jaguari	6/8/2015
Belo Horizonte	Rio São Francisco	Rio das Velhas e Rio Paraopeba	11/8/2015
Araçuaí	Rio Jequitinhonha e Rio Mucuri	Rio Araçuaí, Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, Rio Mucuri e Rio São Mateus	13/8/2015

Paracatu	Rio São Francisco	Rio Paracatu e Rio Urucuia	18/8/2015
Uberlândia	Rio Paranaíba e Rio Grande	Rio Paranaíba e Baixo Grande	20/8/2015

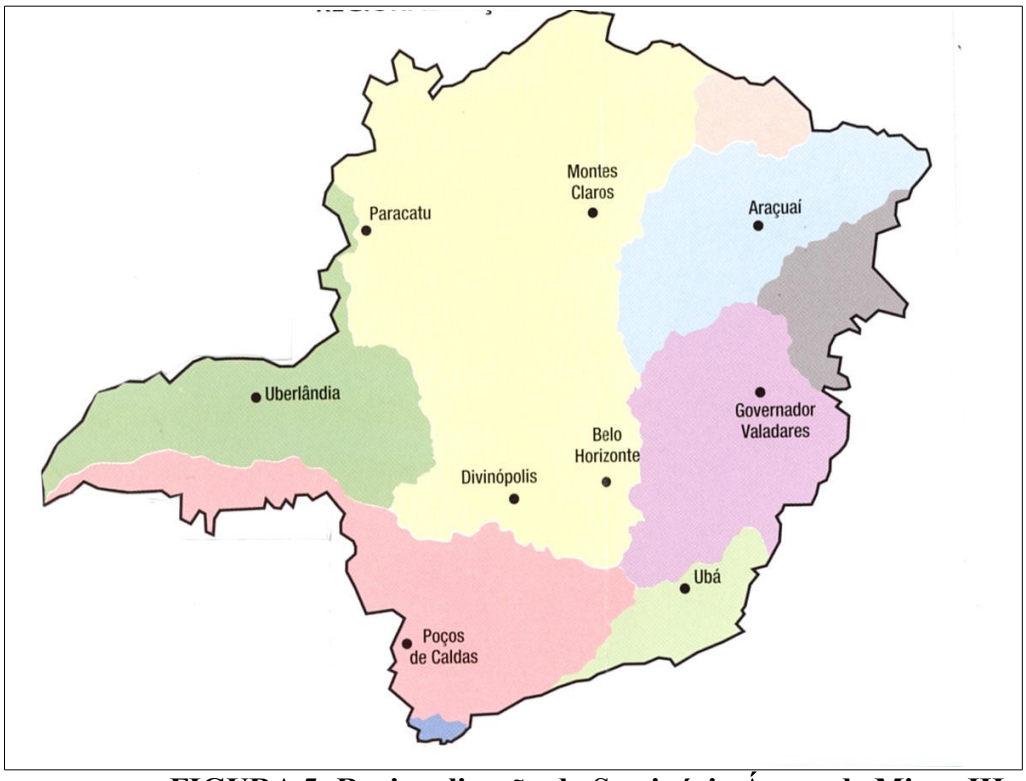


FIGURA 5: Regionalização do Seminário Águas de Minas III

Montes Claros – 30 de junho de 2015 – O encontro enfatizou o agravamento da crise hídrica nas bacias hidrográficas dos Rios Verde Grande, Jequitaí-Pacuí. Foram apresentadas 20 novas propostas. Uma delas solicitava o fim das atividades minerárias a céu aberto devido ao significativo consumo de água. Também foi solicitada a criação de um sistema estadual de cadastramento, proteção e monitoramento das nascentes e a reativação do Núcleo de Pesquisa de Tecnologia de Gestão e Convivência com a Seca do Semiárido Mineiro, com criação de linhas de fomento.

Divinópolis – 2 de julho de 2015 – Foram apresentadas 16 novas propostas que solicitaram entre outras demandas: a revisão dos procedimentos de licenciamento para implantar estações de tratamento de esgoto, a isenção fiscal como estímulo aos sistemas de energia limpa e o fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas a fim de promover, nos municípios, projetos de preservação e revitalização dos cursos d'água.

Governador Valadares – 7 de julho de 2015 – Nesse evento foram debatidas as demandas da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Também constam no documento final 16 novas propostas, que buscam, entre outras medidas: a criação de dotação orçamentária específica para o desenvolvimento de ações que possam reduzir o desmatamento; recuperação de áreas degradadas com espécies nativas; exigência de autorizações especiais para novos contratos de plantio de eucalipto; obrigatoriedade para os empreendedores de barragens hidroelétricas de garantir condições de infraestrutura econômica e social para todos os atingidos pelas obras.

Ubá – 4 de agosto de 2015 – A proibição da construção de novos minerodutos no Estado foi uma das 21 propostas apresentadas durante esse encontro regional. O documento final traz como prioridades a redução dos impactos da atividade minerária, a exigência de que a Copasa faça manutenção regular da rede de distribuição de água potável a fim de evitar o desperdício de 40% desses recursos, e o estabelecimento de monitoramento das outorgas já concedidas para controle da vazão dos rios da Bacia do Paraíba do Sul, visando à segurança hídrica e ao desenvolvimento econômico sustentável da região.

Poços de Caldas – 6 de agosto de 2015 – Foram apresentadas 16 novas propostas, sendo algumas delas: garantia de recursos para a universalização do saneamento básico; integração da concessão de licenças ambientais e de outorgas no âmbito dos

órgãos licenciadores: encaminhamento das autorizações de grande porte à análise dos comitês; repasse de 50% da Contribuição Financeira por Exploração Minerária – Cfem – para o Fhidro; universalização e integralização do saneamento, como política de compensação; e o fomento, por meio de lei, de financiamento de práticas da agricultura de precisão e tecnologias sociais de convivência com a seca.

Belo Horizonte – 11 de agosto de 2015 – os desafios relativos aos Rios das Velhas e Paraopeba receberam destaque nesse encontro regional, cujo documento contabiliza 20 novas propostas. Entre elas, destaca-se proposição que pretende assegurar a preservação integral dos aquíferos da Serra do Gandarela, acrescentando à área do Parque Nacional de mesmo nome todas as áreas de recarga e as cabeceiras das Bacias do Ribeirão da Prata e dos Rios São João e Conceição. Foram ainda propostas a definição de dotação orçamentária para desenvolvimento de ações de redução do desmatamento, recuperação de áreas degradadas e conservação de áreas naturais e a criação de câmara temática ou conselho consultivo para propor modelo de transposição de minério sem uso da água.

Araçuaí – 13 de agosto de 2015 – a regulamentação do plantio de eucalipto, com estabelecimento de limite de 250 metros de distância dos córregos e nascentes; a revisão tarifária das concessionárias de distribuição de água, com o objetivo de penalizar aquelas que apresentam ineficiências operacionais e administrativas e prevenir eventuais falhas e desperdícios por parte das empresas; a obrigatoriedade, por meio de lei estadual, do cercamento das nascentes pelos municípios e a revogação do decreto que declara a utilidade pública de terras para a implementação de mineroduto no vale do Jequitinhonha compõem a lista das 36 novas propostas formuladas ao longo do encontro.

Paracatu – 18 de agosto de 2015 – foram apresentadas 17 proposições. A recuperação de estradas rurais, a construção de barragens nas cabeceiras dos rios e o cercamento de nascentes são algumas das propostas priorizadas pela região. Os participantes desse encontro também solicitaram a proibição de instalação de mais minerodutos no Estado. Destaque ainda para a sugestão que prevê o estabelecimento de mecanismos, no processo de concessão de outorgas, para tratar como preferenciais projetos que contemplam a agricultura familiar e a produção sustentável de alimentos.

Uberlândia – 20 de agosto de 2015 – último encontro regional realizado, em que foi formulado documento com 19 novas propostas, entre as quais a criação de lei que torne obrigatório, tanto para edificações residenciais quanto industriais, um projeto para a instalação de um sistema de calhas, cisternas e manilhas, com brita e areia, para possibilitar a infiltração de água no solo, visando à recarga de água subterrânea.

4.2.5 – Plenária Final

Entre os dias 29 de setembro e 2 de outubro de 2015, ocorreu a plenária final do seminário Águas de Minas III, que contou com a participação de 472 pessoas.

As proposições apresentadas pelas CTIs, bem como as alteradas e as novas propostas oriundas dos encontros regionais, foram colocadas em discussão nos respectivos grupos de trabalho. Para facilitar a dinâmica dos procedimentos, foi apresentada pela GPI metodologia que aglutinou as propostas semelhantes, oferecendo aos participantes uma proposta de redação alternativa.

Na plenária final do seminário Águas de Minas III, foi produzido um documento com 72 propostas, 36 das quais foram priorizadas pelos participantes.

Também foi eleito o Comitê de Representação, para propor encaminhamentos a fim de atender as 36 propostas priorizadas.

O Comitê de Representação, foi formado por 11 membros, sendo dois representantes do setor técnico e de instituições de pesquisa, dois do setor produtivo, dois de sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais, três de comitês de bacias e dois do poder público:

1. Entidades representantes do setor técnico e instituições de pesquisa:

– Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Abes-MG;

– Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

2. Entidades representantes do setor produtivo (usuários):

– Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais – Sindiextra;

– Vale.

3. Entidades representantes de sindicatos de trabalhadores e movimentos socioambientais:

– Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais – Sindágua-MG;

– Movimento pelas Serras e Águas.

4. Entidades representantes de comitês de bacias:

– Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas – SF5;

– Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí – JQ2;

– Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari – PN2.

5. Entidades representantes do poder público estadual:

– Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam;

– Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater-MG.

Na reunião de instalação do Comitê de Representação, Antônio Giacomini Ribeiro, do Comitê da Bacia Hidrográfica Araguari, e Célia Regina Alves Rennó, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária Ambiental – Abes –, foram eleitos pelos membros do grupo como coordenador e relatora, respectivamente.

O Comitê de Representação se reuniu de 3/11/2015 a 18/2/2016. Foram oito encontros de trabalho, para discutir as 36 propostas priorizadas na plenária final do seminário e elaborar encaminhamentos e desdobramentos para viabilização do atendimento das mesmas.

4.2.6 – Propostas Finais Priorizadas e Encaminhamentos

O Comitê de Representação apresentou 108 encaminhamentos para atendimento das 36 propostas aprovadas e priorizadas na plenária final do seminário. A Tabela 6 apresenta a numeração das propostas e respectivos encaminhamentos, por tema analisado, detalhados nos itens a seguir.

TABELA 6– Encaminhamentos Sugeridos/ Tema Analisado

TEMA	PROPOSTAS PRIORIZADAS	ENCAMINHAMENTOS
1 – Crise hídrica	1 a 6	1 a 14
2 –Gestão de recursos hídricos	7 a 12	15 a 3
3 – Fomento, custeio, receitas e destinação	13 a 18	31a 44
4 - Saneamento e saúde	19 a 24	45 a 62
5 – Atividade minerária, indústria e energia	25 a 30	63 a 78
6 – Agricultura, pecuária e piscicultura	31 a 36	79 a 108

Os 108 encaminhamentos propostos pelo Comitê de Representação, para atendimento das 36 propostas priorizadas, são apresentados a seguir.

TEMA 1 – CRISE HÍDRICA
PROPOSTA 1: Garantia de que todos os planos diretores de bacias hidrográficas estabeleçam zonas de restrição de uso e ocupação,

para conservar mananciais (áreas de recarga, nascentes e aquíferos).	
ANÁLISE: A competência de elaboração dos Planos Diretores de Bacia Hidrográfica é dos Comitês de Bacia Hidrográfica. Sua aprovação é feita pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, após análise.	
ENCAMINHAMENTOS	
1	Aprovação de requerimento direcionado aos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs – e ao Fórum dos Comitês de Bacia com os termos da proposta.
2	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – solicitando que o Estado, no âmbito do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE – e do Zoneamento Ambiental e Produtivo – ZAP –, estabeleça estudos de mapeamento e coleta de dados das diversas regiões do Estado para definir zonas de restrição de uso e ocupação para conservação dos recursos hídricos.
3	Aprovação de requerimento solicitando à Associação Mineira de Municípios – AMM – providências para informar aos municípios que, na revisão ou elaboração dos Planos Municipais Diretores, seja feita a integração dos mesmos com os Planos Diretores de Bacia.

PROPOSTA 2: Estabelecimento de incentivos fiscais e de créditos para financiamento público a tecnologias de produção, beneficiamento e transporte sustentáveis e não intensivos em uso de água, respeitando o uso prioritário; e elaboração e regulamentação de lei que restrinja a concessão de licenças ambientais, outorgas e financiamentos públicos para projetos que demandem usos intensivos de água em situações de saturamento de usos e de níveis de poluição de recursos hídricos, enquanto persistirem essas situações (de crise hídrica).

ANÁLISE: O texto encerra duas propostas.
A primeira referente a produção de conhecimentos, tecnologias e inovações em torno do uso eficiente da água, objetivando que haja incentivo fiscal e financiamento público para fomento dessa atividade em instituições de pesquisa ou na iniciativa privada. O financiamento pode ser implementado pela Fapemig, por meio de editais públicos de pesquisa e o incentivo fiscal deve ensejar estudo técnico da Sede para identificar formas de viabilização e meios de verificação de beneficiários possíveis, com objetivo de encaminhamento, se necessário, de projeto de lei à ALMG.
A segunda proposta aponta para a necessidade de normatização restritiva de atividades ou empreendimentos que demandem uso intensivo de água.

ENCAMINHAMENTOS	
4	Aprovação de requerimento direcionado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – e à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sectes – solicitando providências para a elaboração de editais direcionados aos objetos da proposta.
5	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – solicitando estudos técnicos para o estabelecimento de incentivos fiscais para tecnologias de produção, beneficiamento e transporte sustentáveis e não intensivos em uso de água.
6	Aprovação de requerimento direcionado ao Hidroex solicitando o apoio dessa instituição no fomento de atividades de pesquisa e inovação tecnológica para a conservação dos recursos hídricos.

TEMA 1 – CRISE HÍDRICA

PROPOSTA 3: Elaboração de lei estadual obrigando todas as prestadoras de serviços de abastecimento público de água e de saneamento a conceberem, publicarem e cumprirem um "Plano de Redução de Perdas", que reduza de maneira sistemática as perdas e desperdícios de água, submetendo-o para validação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, após parecer técnico da agência reguladora, e obrigando as construtoras a implementarem hidrometração individualizada.

ANÁLISE: O texto contempla duas propostas.
A primeira prevê a elaboração de plano de redução de perdas, por força de lei, por cada uma das concessionárias ou entidades responsáveis pelo abastecimento público de água. Por similaridade a outras questões de interesse local, como resíduos sólidos e saneamento, o Estado pode exigir dos municípios a elaboração de planos e adoção de diretrizes de políticas estaduais, o que poderia se aplicar ao caso do plano de redução de perdas nos sistemas de abastecimento de água.
Esse tipo de exigência estadual deve vir vinculado à oferta de apoio ou financiamento para o setor ou à previsão de restrições de repasses voluntários do Estado aos municípios. A esse respeito, o Relatório Final da Comissão das Águas 2013/2014 traz o seguinte parecer: "Do ponto de vista legislativo, não estamos seguros da efetividade em estabelecer, nesse momento, um regime obrigatório de redução no índice de perdas, a exemplo do Projeto de Lei nº 6.402/2013, que tramita na Câmara dos Deputados e torna obrigatório o cumprimento de metas para o índice de perdas por ligação pelas concessionárias ou permissionárias dos serviços públicos de distribuição e abastecimento de água potável.

Os investimentos necessários em capacitação, tecnologia e gestão não são pequenos e é necessário dosar o horizonte temporal da implementação dessa medida com a oferta de recursos financeiros para realizá-la, para que não se criem expectativas impossíveis de serem concretizadas".
A segunda proposta sugere a obrigatoriedade de hidrometração individualizada, ação também dependente de atuação legislativa municipal.

ENCAMINHAMENTOS

7	Promoção de discussão do tema "redução de perdas", por meio de Debate Público, convidando as concessionárias e os serviços municipais de abastecimento de água do Estado, os Comitês de Bacia Hidrográfica, as Instituições Federais de Ensino – Ifes –, os institutos de pesquisa e assistência técnica e extensão rural, com o objetivo de obtenção de subsídios para a alteração da Política Estadual de Saneamento.
8	Promoção de campanha legislativa em parceria com a Associação Mineira de Municípios – AMM – no sentido de estimular os poderes locais a publicarem leis que tornem obrigatória a hidrometração individual.
9	Elaboração de projeto de lei que altere a Política Estadual de Recursos Hídricos, para estabelecer como condicionante da concessão da outorga a implementação de hidrometração na captação de água, num prazo a ser definido.

TEMA 1 – CRISE HÍDRICA

PROPOSTA 4: Transformação, por meio de lei, das práticas e tecnologias sociais de convivência com a seca em políticas de Estado, envolvendo incentivos fiscais e creditícios, com acesso a recursos financeiros e orçamentários dos municípios, do Estado e da União, e apoio a pequenos produtores que sofreram perdas relacionadas a secas ou cheias.

ANÁLISE: Encontra-se em tramitação na ALMG o Projeto de Lei nº 1.978/2015, do deputado Dirceu Ribeiro, que institui a implantação de barraginhas ou bacia de captação de águas pluviais em todo o Estado. Entretanto, o projeto possui pouca efetividade sendo mais representativa a destinação de recursos por meio do orçamento estadual para execução dessas ações.
O PPAG 2016/2018 previa a execução do Programa Água para Todos, de responsabilidade da Sedinor, com recursos totais de 126,8 milhões de reais em 2016. Esse programa possui as seguintes ações relacionadas com a proposta:

- Ação 1056 – Implantação de Barraginhas: Prevê a implantação de 525 barraginhas no Norte de Minas, em 2016, com recursos de 5 milhões de reais;
- Ação 1057 – Implantação de Cisternas de Consumo: Prevê a implantação de 1.470 cisternas no Norte e Médio e Baixo Jequitinhonha, com recursos de 5 milhões de reais;
- Ação 1060 – Implantação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água: Prevê a implantação de 200 sistemas no Norte e Jequitinhonha, com recursos de 30 milhões de reais.

ENCAMINHAMENTOS

10	Gestão junto aos relatores do PPAG visando ao aporte de recursos nas Ações 1056: Implantação de Barraginhas, 1057: Implantação de Cisternas de Consumo e 1060: Implantação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água, do Programa 122-Água para Todos, executado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Sedinor – uma vez que os recursos previstos são inferiores aos demandados.
11	Gestão junto aos relatores do PPAG visando ao aporte de recursos nas seguintes ações: Ação 4592: Ampliação das Áreas de Vegetação Nativa e Recuperação de Áreas Degradadas/ Cultivando Água Boa, executada pelo IEF; Ação 4593: Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga - Cultivando Água Boa, executada pelo IEF; Ação 4617: Implementação dos Planos Diretores de Recursos Hídricos - Cultivando Água Boa, executada pelo Fhidro; e Ação 2107: Coordenação da Política Estadual de Saneamento, que implementa o Plano Estadual de Segurança Hídrica, em âmbito estadual.

TEMA 1 – CRISE HÍDRICA

PROPOSTA 5: Criação e regulamentação de lei para a cultura de eucalipto, limitando a atividade nas áreas de recarga hídrica e de nascentes, mantendo a plantação a uma distância mínima de 500 metros de mananciais e córregos, aumentando as áreas de preservação permanente nessas regiões, estabelecendo nas bacias hidrográficas de Minas Gerais áreas livres de mineração e monocultura de eucalipto, e utilização, no Cerrado mineiro, das veredas e córregos como corredores ecológicos para proteção da fauna e da flora, fortalecendo esse bioma e as suas comunidades tradicionais.

ANÁLISE: O texto encerra duas propostas:
A primeira prevê a criação e regulamentação de lei que estabeleça parâmetros para o cultivo de eucalipto. Projeto de lei que tentou estabelecer limitações ao plantio de eucalipto tramitou na ALMG nas três últimas legislaturas, tendo recebido parecer pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade nas duas últimas.
Vários estudos analisados sobre o plantio de eucalipto, patrocinados por universidades brasileiras de renome ou pela Embrapa dão conta de que há pontos positivos e negativos no plantio. Os positivos se relacionam ao plantio em áreas degradadas, cujo manejo

pode permitir o surgimento de sub-bosques, aumentando a biodiversidade de fauna e flora. Os negativos seriam o plantio em áreas com pluviosidade anual abaixo de 400mm e a substituição de floresta nativa por eucalipto. Não encontramos dados técnicos que informassem a distância segura entre o plantio de eucalipto e mananciais.
Quanto à delimitação no Estado de áreas livres de mineração e de plantio de eucalipto entendemos que o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE – deveria demarcar essas áreas.
Da mesma forma, o ZEE deveria prever, no caso da segunda proposta, a utilização das veredas e córregos do Cerrado mineiro como corredores ecológicos para a proteção da fauna e flora.

ENCAMINHAMENTOS

12	Realização de Audiência Pública, convidando a Embrapa Florestas do Paraná para expor sobre o patamar tecnológico do cultivo do eucalipto e sua relação com a dinâmica hídrica do solo.
13	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – solicitando que o Estado, no âmbito do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE – e do ZAP Zoneamento Ambiental e Produtivo – ZAP – estabeleça estudos de mapeamento e coleta de dados das diversas regiões do Estado para definir zonas de restrição de uso para o plantio de eucalipto e mineração.

PROPOSTA 6: Inclusão, no art. 84 da Constituição de Minas Gerais, da Serra do Gandarela como monumento natural, assim como já estão incluídas as Serras da Piedade e do Caraça, entre outras.

ANÁLISE: A proposta prevê alteração no art. 84 da ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias) da Constituição Estadual, o que não é adequado tendo em vista se tratar de alteração nas disposições transitórias, já passados 27 anos. Quando a constituição foi elaborada, ainda não tinha sido promulgada a Lei do Snuc (Lei nº 9.985/200), que trata das unidades de conservação. O art. 84 tomba, para fins de conservação, e declara monumento natural alguns picos e serras do Estado. Tombar a Serra do Gandarela, por meio de apresentação de Proposta de Emenda à Constituição – PEC – é limitado, tanto que várias serras ali tombadas tiveram posteriormente leis e decretos de regulamentação, que definiram melhor o seu perímetro. Segundo o art. 12 da Lei do Snuc, o monumento natural tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica, podendo ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

ENCAMINHAMENTOS

14	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – solicitando avaliação da proposta para eventual elaboração de projeto de lei que crie o Monumento Natural da Serra do Gandarela, lembrando que a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

TEMA 2 – GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

PROPOSTA 7: Ampliação das dotações orçamentárias do Estado para o desenvolvimento de ações, com aporte financeiro suficiente, com estabelecimento de parcerias e/ou convênios e participação social, que tenham como objetivo a redução do desmatamento; a recuperação de áreas degradadas, prioritariamente com espécies nativas; a conservação de áreas naturais; a implantação de corredores ecológicos; a prevenção e o controle de queimadas e de incêndios florestais; a preservação e a revitalização ambiental dos mananciais superficiais e subterrâneos, das nascentes e das áreas de recarga; a criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação e o fortalecimento das já existentes; o controle de espécies exóticas e invasoras; e a retomada dos projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA –; com respeito aos usos e costumes dos povos e comunidades tradicionais.

ANÁLISE: A proposta solicita recursos suficientes para a efetiva gestão ambiental do Estado, com foco na recuperação e conservação dos recursos ambientais, não priorizando as atividades de fiscalização e regularização ambiental de empreendimentos ou atividades. Os diversos aspectos citados dependem de planejamento programático por meio do PPAG e da LOA.

ENCAMINHAMENTOS

15	Gestão junto aos relatores do PPAG visando ao aporte de recursos para o Programa 120 - Gestão de Recursos Hídricos, uma vez que os recursos disponibilizados são insuficientes para atendimento das demandas.
16	Aprovação de requerimento direcionado à Semad solicitando providências para que a atuação do poder público do Estado tenha como foco a preservação e conservação de recursos ambientais, visando à melhoria da qualidade e quantidade das águas.
17	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – solicitando providências para que, com base nos itens citados na proposta 7 do Seminário Legislativo Águas de Minas III, seja proposto Plano Plurianual de Investimentos necessários para a efetivação da proposta com consequente sugestão de fonte de recursos e estratégias para tal.

PROPOSTA 8: Fortalecimento orçamentário, profissional e estrutural do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema –, com especial atenção aos órgãos vinculados, mantendo integralmente seu caráter público e sua sustentação financeira, baseada em orçamento e verbas compatíveis com sua missão, que se apoia em mecanismos de controle público e social e fóruns regionais de governança.	
ANÁLISE: Em 22 de janeiro de 2015 foi sancionada a Lei nº 21. 972 (originada do Projeto de Lei nº 2.946/2015), que prevê a reestruturação administrativa do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema –, indo ao encontro da demanda aprovada. A lei, no entanto, não prevê a criação de cargos para a complementação do quadro de pessoal do Sisema nem a melhoria das condições de remuneração dos servidores de órgãos e entidades do Sisema. Nos Relatórios de Sustentabilidade está demonstrado que menos de 10% das receitas do Sisema são provenientes do Tesouro Estadual.	
ENCAMINHAMENTOS	
18	Aprovação de requerimento ao presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reforçando a solicitação de que sejam incorporadas ao PL 2.946/2015 as proposições contidas na Proposta 8. *(Foi enviado um ofício ao presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com cópia para o presidente da Comissão Extraordinária das Águas, solicitando uma reunião da Comissão de Meio Ambiente com o Comitê de Representação para apresentação e discussão das propostas do Seminário relativas ao PL 2.946, de 2015. Uma vez que o referido projeto de lei tramitou em regime de urgência, infelizmente o encaminhamento sugerido não pôde ser efetivado).*
19	Aprovação de requerimento com pedido de providência ao governador do Estado para que seja enviado projeto de lei à ALMG criando os cargos necessários para o funcionamento eficiente do Sisema.

TEMA 2 – GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	
PROPOSTA 9: Fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs – por meio de suporte financeiro às ações, estudos e planos necessários ao desenvolvimento da gestão de recursos hídricos.	
ANÁLISE: No PPAG 2016/2018, dentro do Programa 120 - Gestão e Desenvolvimento Sustentável dos Recursos Hídricos, executado pelo Igam, existe a Ação 4386 - Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas. Custeada com recursos do Fhidro, a ação prevê a promoção do fortalecimento institucional dos comitês de bacias, visando sua gestão descentralizada e participativa. Para o ano de 2016 é previsto o apoio a 27 CBHs com recursos de R$ 5.078.057,00. Encontra-se em tramitação o Projeto de Lei nº 652/2015, do deputado Fred Costa, que prevê o aumento, de 7,5% para 10%, do valor anual do Fhidro destinado ao custeio dos CBHs. A elevação do percentual destinado aos CBHs significará a adição de aproximadamente 2,6 milhões de reais para a sua estruturação.	
ENCAMINHAMENTOS	
20	Gestão junto aos relatores do PPAG visando ao aporte de recursos na Ação 4386 – Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas, uma vez que os recursos disponibilizados são insuficientes para atendimento das demandas dos comitês.
21	Aprovação de requerimento solicitando providências à Semad para que não sejam contingenciados os recursos no valor de 7,5% do Fhidro a serem repassados para custeio dos CBHs.
22	Promoção de um Fórum Técnico, com a participação do Fórum Mineiro de Comitês, para levantar propostas e discutir a alocação dos recursos do Fhidro e da cobrança destinados ao custeio dos 36 Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs do Estado.

PROPOSTA 10: Criação de lei que, em situações de saturamento de usos e de níveis de poluição de recursos hídricos, restrinja a concessão de licenças ambientais dos grandes empreendimentos, outorgas e financiamentos públicos para projetos que demandem uso intensivo de água e estabeleça justificativas fiscais e créditos para financiamento público a tecnologias de produção, beneficiamento e transporte sustentáveis e não intensivas em uso de água.	
ANÁLISE: A demanda da proposta já é atendida em diversas normas e legislações: No caso de saturação dos usos, a DN 49/2015 do CERH-MG, já estabelece critérios para definir situações de escassez hídrica no Estado, sendo um pré-requisito para que as concessionárias de abastecimento público adotem mecanismos de redução de consumo de água como rodízio, racionamento e sobretaxa. Está lastreada no art. 20 da Lei 13.1999, de 1999. A Lei 7.772,de 1980, já permite ao Estado atuar paralisando as operações de empreendimentos, conforme dispositivos citados a seguir: *Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a determinar medidas de emergência, a fim de evitar episódios críticos de poluição ambiental ou impedir sua continuidade, em caso de grave e iminente risco para vidas humanas ou recursos econômicos.* Parágrafo único - Para a execução das medidas de emergência de que trata este artigo poderá ser reduzida ou impedida, durante o	

período crítico, qualquer atividade em área atingida pela ocorrência, respeitada a competência do Poder Público Federal.
Art. 13. O Poder Executivo Estadual, para a concessão de incentivo e financiamento a projeto de desenvolvimento econômico ou a sua implementação, levará em consideração o cumprimento, pelo requerente, dos dispositivos constantes desta lei.
Art. 14. A aplicação de equipamento de controle da poluição, o tratamento de efluente industrial ou de qualquer tipo de material poluente despejado ou lançado, a adoção de medidas para a redução dos gases de efeito estufa e a conservação de recursos naturais constituem fatores relevantes a serem considerados pelo governo do Estado na concessão de estímulos em forma de financiamento, incentivo fiscal e ajuda técnica."

ENCAMINHAMENTOS

23	Aprovação de requerimento solicitando providências à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – para o cumprimento da legislação ambiental vigente (Deliberação Normativa CERH/MG N.º 49/ 2015 e Lei 7.772, de 1980), tendo em vista a necessidade de se restringir a outorga, a concessão de licenças ambientais e os financiamentos públicos para os grandes empreendimentos que demandem o uso intensivo de água, em situações de saturamento de usos e de níveis de poluição de recursos hídricos.

TEMA 2 – GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

PROPOSTA 11: Estabelecimento de políticas públicas prioritárias para a recuperação das áreas de recarga das águas subterrâneas, criando mecanismos de apoio técnico para orientação da utilização do solo, com a criação e o fortalecimento de estruturas governamentais de apoio para implementação de práticas agroecológicas

ANÁLISE: Ações e programas relacionados no PPAG 2016/2018:
Programa 143 – Proteção das Áreas Ambientalmente Conservadas:
– Ação: 4322 – Fomento Florestal – 6 milhões – IEF
– Ação: 4488 – Bolsa Verde 30 milhões – Fhidro
Programa 206 – Cultivando Água Boa:
– Ação: 4592 – Ampliação das Áreas de Vegetação Nativa e Recuperação de Áreas Degradadas, Cultivando Água Boa – 1 mil reais (janela) - IEF
Programa 68 – Ater:
– Ação 4158 – Assistência Técnica na Agroecologia R$250.000,00
Programa 58 – Cidadania no Campo:
– Ação 4136 – Apoio à Permanência do Jovem no Campo e à Continuidade da Agricultura Familiar – Sucessão Rural – R$159.100,00

ENCAMINHAMENTOS

24	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – solicitando providências para o imediato pagamento dos passivos relacionados ao Programa Bolsa Verde, solicitando ainda o lançamento de novos editais para dar continuidade ao programa.
25	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – solicitando providências para o não contingenciamento dos recursos do Fhidro, bem como solicitando o lançamento de novos editais direcionados para recuperação de áreas degradadas.
26	Aprovação de requerimento solicitando providências para gestão junto aos relatores do PPAG, visando ao aporte de recursos nas Ações 4158: Assistência Técnica na Agroecologia; 4136: Apoio à Permanência do Jovem no Campo e à Continuidade da Agricultura Familiar/ Sucessão Rural; e 4592: Ampliação das Áreas de Vegetação Nativa e Recuperação de Áreas Degradadas/ Cultivando Água Boa, uma vez que os recursos disponibilizados são insuficientes para atendimento das demandas.
27	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – solicitando providências para a elaboração de estudo hidrogeológico que possa subsidiar a avaliação de viabilidade do estabelecimento de uma política pública específica e prioritária de preservação e recuperação das áreas de recarga das águas subterrâneas. (Vide Proposta 36)

TEMA 2 – GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

PROPOSTA 12: Especificação, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado de Minas Gerais, de uma rubrica para o recebimento dos recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso da água, vinculada diretamente à agência de bacia ou entidade equiparada, caso exista, ou ao órgão gestor de recursos hídricos, nos demais casos ou quando se tratar de transferência de recursos de bacias

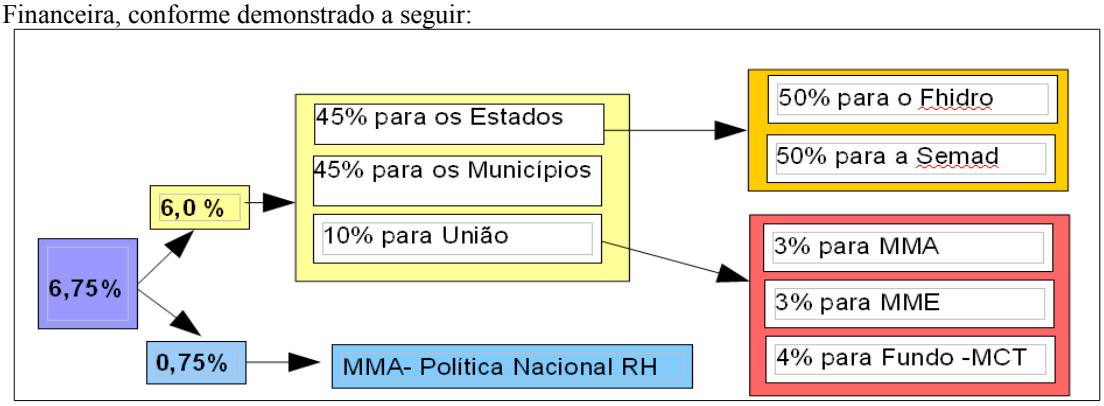
federais; e liberação dos recursos retidos nos anos anteriores
ANÁLISE: Segundo o Decreto nº 44.046, de 2005, que regulamenta a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado, o recurso da cobrança é arrecadado pelo Igam, por meio do Documento de Arrecadação Estadual – DAE –, instituído pela Secretaria de Estado de Fazenda – Sefaz –, e sua inclusão nas Leis Orçamentárias Anuais se dá na forma de Recursos Diretamente Arrecadados com Vinculação Específica. A Sefaz é a responsável pela disponibilização dos recursos financeiros arrecadados e pelo seu repasse ao Igam, que se encarrega das destinações previstas na Lei n º 13.199, de 1999, e regulamentadas no decreto citado. No PPAG 2016/2018, dentro do Programa 120 - Gestão e Desenvolvimento Sustentável dos Recursos Hídricos - , executado pelo Igam, existe a Ação 4505 – Repasse da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, sendo o Igam a unidade responsável. Essa ação prevê 16 transferências financeiras a serem realizadas para as seguintes agências de bacia ou entidades equiparadas: Associação Executiva de Apoio a Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo; Associação. Executiva do Comité da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari – ABHA; Associação pro Gestão das Águas-Progestão Agevap; Instituto Bioatlântica – Ibio. Os recursos contemplam 4 transferências no valor total de 11,6 milhões para a região da Mata, 4 no valor total de 11,6 milhões para o Triângulo Mineiro Norte, 4 no valor total de 11,6 milhões para o Vale do Rio Doce e 4 no valor total de 11,6 milhões para a Metropolitana. Serão transferidos ao todo 46,5 milhões de reais a título de cobrança. A cobrança pelo uso de RH, portanto, já é diretamente vinculada ao Igam, que a repassará à agência de bacia ou entidade equiparada. A arrecadação e a gestão de recursos públicos por meio de caixa único são determinadas pela Lei Federal nº 4.320/1964, sob o princípio da "unicidade de caixa".
ENCAMINHAMENTOS

28	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Estado da Fazenda – Sefaz –, com pedido de providências para a efetiva disponibilização dos recursos orçamentários previstos para o ano de 2016 na Ação 4505 – Repasse da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, no total de R$ 46.542.233, devendo a Sefaz providenciar seu repasse ao Igam, que se encarregará das destinações previstas na Lei n º 13.199, de 1999.
29	Aprovação de requerimento solicitando informações ao Igam sobre o montante de recursos de cobrança pelo uso da água não repassados em anos anteriores.
30	Aprovação de requerimento direcionado ao Congresso Nacional solicitando a revisão da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997) a fim de viabilizar o recebimento de recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso da água diretamente pelas agências de bacia ou entidades equiparadas.

TEMA 3 – FOMENTO, CUSTEIO, RECEITAS E DESTINAÇÃO

PROPOSTA 13: Revisão da Lei n° 15.910 para que 100% da compensação financeira pelo uso de recursos hídricos paga pelas hidrelétricas ao Estado seja destinada ao Fhidro, garantindo a destinação de 25% aos atingidos por hidrelétricas e barragens, tanto a montante quanto a jusante das mesmas, sendo repassados 5% para as populações tradicionais, sem possibilidade de contingenciamento desses recursos financeiros, e para que, no mínimo, 20% dos recursos do Fhidro sejam aplicados na recuperação e conservação do meio ambiente em municípios com o IDH abaixo da média estadual e naqueles localizados em áreas suscetíveis aos avanços da desertificação.

ANÁLISE: Conforme estabelecido na Lei Federal nº 8.001, de 13 de março de 1990, com modificações feitas pelas Leis nº 9.433, de 1997, nº 9.984, de 2000, e nº 9.993, de 2000, as concessionárias pagam 6,75% do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira, conforme demonstrado a seguir:



O Fhidro possui destaque no financiamento da política ambiental do Estado, mas não vem sendo executado a contento nos últimos anos, tendo seus recursos sido contingenciados. Entre os recursos que compõem o Fhidro (Lei nº 15.910, de 2005) constam:

. 50% da cota destinada ao Estado a título de compensação financeira por áreas inundadas por reservatórios para a geração

de energia elétrica;

. Dotações orçamentárias;

. Retornos relativos a encargos concedidos com recursos do fundo;

. Transferências de fundos federais.

Destaque-se, contudo, que a fonte de recursos do Fhidro tem se resumido à citada compensação financeira por áreas inundadas, que representou aproximadamente 100% dos recursos do fundo nos últimos dez anos.

Os recursos contingenciados do Fhidro até 2014 somam R$169.271.208,00 conforme demonstrado abaixo.

Ano de Exercício	Receita arrecadada	Despesa Realizada
2010	148.925.956	109.291.855
2011	138.095.243	109.537.800
2012	170.377.942	113.072.027
2013	149.315.270	117.944.230
2014	104.643.482	92.240.773
TOTAL	**711.357.893**	**542.086.685**

Fonte: Armazém SIAFI. A execução do exercício de 2014 refere-se

Já os recursos previstos para serem executados pelo Fhidro no PPAG em 2016 somam R$ 91,61 milhões, conforme apresentado a seguir:

Recursos orçamentários previsto para serem executados pelo Fhidro- PPAG 2016

Unidade Responsável: Fhidro		**Metas Físicas**	**Metas Financeiras**
Ação 4617	Implementação dos Planos Diretores de RH	2 planos elaborados	R$ 10 milhões
Ação 4362	Apoio à gestão dos RH	19 projetos aprovados	R$ 17,3 milhões
Ação 4365	Apoio à gestão dos RH- recursos reembolsáveis	1 projeto aprovado	R$ 2,15 milhões
Ação 4386	Apoio aos comitês de bacia	27 comitês apoiados	R$ 5,08 milhões
Ação 4388	Monitoramento da Qualidade e Quantidade das Águas	1 rede de monitoramento implantada	R$ 8,24 milhões
Ação 4451	Elaboração dos Planos Diretores de RH e Enquadramento dos Corpos d'Água	2 planos diretores/ enquadramento elaborados	R$ 3,3 milhões
Ação 4454	Operação e Manutenção de radares meteorológicos	366 boletins meteorológicos emitidos	R$ 5,88 milhões
Ação 4550	Reabilitação de áreas contaminadas	1 área reabilitada	R$ 2,7 milhões
Ação 4588	Prêmio pelas práticas sustentáveis em RH pelos municípios mineiros	108 transferências financeiras realizadas	R$ 5,4 milhões
Ação 4488	Bolsa verde, ampliação e conservação da cobertura vegetal	94.436 hectares protegidos	R$ 30,22 milhões
Ação 4542	Implantação do mosaico de áreas protegidas	1 sistema implantado	R$ 1,34 milhão
		TOTAL	**R$ 91,61 milhões**

ENCAMINHAMENTOS

31	Promoção de um Fórum Técnico, com a participação do Fórum Mineiro de Comitês, para levantar propostas e discutir a alocação dos recursos do Fhidro e da cobrança destinada ao custeio dos 36 Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs – do Estado. (A demanda da Proposta 13 encontra-se contemplada no encaminhamento dado à Proposta 9/ Tema 2 – Gestão dos Recursos Hídricos).
32	Alteração da Lei nº 15.910, de 2005, para que 100% dos recursos da compensação financeira pelo uso de recursos hídricos paga pelas hidrelétricas ao Estado sejam destinados ao Fhidro, garantindo a execução das ações de gerenciamento dos recursos hídricos e recuperação ambiental necessárias.
33	Aprovação de requerimento solicitando providências para a efetiva aplicação dos recursos previstos para serem executados pelo Fhidro no PPAG 2016-2018, no total de R$91,61 milhões, bem como para a previsão de aplicações dos demais recursos

	contingenciados.

TEMA 3 – FOMENTO, CUSTEIO, RECEITAS E DESTINAÇÃO

PROPOSTA 14: Garantir orçamento para o Programa Bolsa Verde, instituído pela Lei Estadual n° 17.727, de 2008, e honrar o pagamento dos termos de cooperação já firmados, relativos aos editais de 2010 e 2011.

ANÁLISE: O Bolsa Verde tem como fontes financeiras:

- 10% do orçamento anual do Fhidro;
- 50% do valor arrecadado com a cobrança de multa administrativa por infrações à Lei nº 14.309, de 2002;
- Recursos ordinários do Tesouro Estadual, consignados na Lei Orçamentária Anual – LOA –, entre outras.

Foram lançados dois editais do Bolsa Verde (2010 e 2011). Atualmente, o *deficit* financeiro para o pagamento do Bolsa Verde é de aproximadamente R$ 54 milhões.

ANO	VALOR EXECUTADO	VALOR PREVISTO	DÉFICIT
2011	R$ 5.584.510,62	R$ 7.202.497,50	R$ 1.617.986,88
2012	R$ 1.288.768,68	R$ 19.715.366,50	R$ 20.044.584,70
2013	R$ 4.353.236,05	R$ 19.715.366,50	R$ 35.406.715,15
2014	R$ 266.463,37	R$ 19.715.366,50	R$ 55.064.055,09
Total geral	**R$ 11.492.978,72**	**R$ 66.348.597,00**	**R$ 54.797.591,72**

No PPAG 2016/2018, no âmbito do Programa 143 – Proteção das Áreas Ambientalmente Conservadas –, existe a Ação: 4488 – Bolsa Verde, a ser executada com recursos do Fhidro num total de 30 milhões de reais .

ENCAMINHAMENTOS

34	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – solicitando providências para honrar o pagamento dos termos de cooperação já firmados no âmbito do Programa Bolsa Verde, relativos aos editais de 2010 e 2011, que já têm um contingenciamento de recursos no valor de R$ 54.797.591,72.
35	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – solicitando o lançamento de novos editais para dar continuidade ao Programa Bolsa Verde, sendo precedido de uma avaliação financeira, social e ambiental do andamento dos editais 2010/2011, e de uma discussão de novos critérios, se necessário, para alocação dos recursos junto aos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs.

TEMA 3 – FOMENTO, CUSTEIO, RECEITAS E DESTINAÇÃO

PROPOSTA 15: Estabelecimento de regras e critérios para aplicação das verbas arrecadadas e geridas pelo Ministério Público, em Termos de Ajustamento de Conduta – TACs – e em compensações ambientais, como forma de financiar projetos especificados e priorizados nos Planos Diretores das Bacias, com a apreciação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica.

ANÁLISE: O TAC pode ser tomado por qualquer órgão público com legitimidade para propor ação civil pública, como o Ministério Público, a Defensoria Pública, a União, os estados-membros, os municípios, o Distrito Federal, as autarquias, as fundações públicas (Lei nº 7.347, de 1985, art. 5º; Lei nº 8.078, de 1990, art. 82). É um título executivo extrajudicial, que pode ser cobrado em juízo, em caso de descumprimento das obrigações nele contidas.

Os TACs antecipam a resolução dos problemas de forma muito mais rápida e eficaz do que se o caso fosse a juízo. A Lei nº 7.347, de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, em seu art. 12, diz que, havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.

A Lei Estadual nº 14.086, de 2001, cria o Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos, que tem por objetivo promover a reparação de danos causados ao meio ambiente, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e a outros bens ou interesses difusos e coletivos bem como ao consumidor, em decorrência de infração à ordem econômica. No entanto, as prioridades que o MP adota para aplicação dos recursos dos TACs não são claramente definidas.

ENCAMINHAMENTOS

36	Realização de Audiência Pública, convidando a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e o Ministério Público Estadual para debater e discutir os critérios e diretrizes utilizados para aplicação dos recursos oriundos dos Termos de Ajustamento de Condutas – TACs.

37	Alteração da Lei Estadual nº 14.086, de 2001, que cria o Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos, que tem por objetivo promover a reparação de danos causados ao meio ambiente, de modo a prever, em caso de danos aos recursos hídricos, a aplicação dos recursos oriundos dos Termos de Ajustamento de Condutas – TACs – preferencialmente para a implementação dos Planos Diretores de Bacia Hidrográficas do Estado.
38	Aprovação de requerimento direcionado à Procuradoria-Geral de Justiça solicitando a avaliação da viabilidade de se incluir entre os critérios utilizados pelo Ministério Público para aplicação dos recursos oriundos dos Termos de Ajustamento de Condutas – TACs – a possibilidade de utilização do recurso para a implementação dos Planos Diretores de Bacia Hidrográfica do Estado.

PROPOSTA 16: Desburocratização e agilização na aplicação dos recursos do Fhidro, abrangendo:
a) criação de câmara técnica do Conselho Estadual de Recursos Hídricos para intermediação do repasse do recurso do Fhidro aos CBHs enquanto não for regulamentado o repasse de 7,5%;
b) estruturação de comissões e câmaras setoriais para formulação de editais temáticos e análise de projetos; e implantação de uma única instância burocrática para avaliação legal, implementação de convênios e contratação de projetos.

ANÁLISE: A demanda da Proposta 16 encontra-se contemplada no encaminhamento dado para a Proposta 9, de Tema 2 – Gestão dos Recursos Hídricos.

ENCAMINHAMENTOS

39	Promoção de um Fórum Técnico, com a participação do Fórum Mineiro de Comitês, para levantar propostas e discutir a alocação dos recursos do Fhidro e da cobrança destinada ao custeio dos 36 Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs – do Estado.

TEMA 3 – FOMENTO, CUSTEIO, RECEITAS E DESTINAÇÃO

PROPOSTA 17: Incentivo à criação de cursos de engenharia com enfoque tecnológico – com cursos superiores de tecnologia (tecnólogos) e cursos técnicos – nas regiões do semiárido e Médio Rio Doce, a fim de atuar nas questões ambientais de saneamento, saúde, infraestrutura e desenvolvimento do conhecimento, para alavancar um parque tecnológico voltado para a população atingida pela seca, os povos indígenas e os agricultores atingidos pela degradação ambiental.

ANÁLISE: A proposta 17 objetiva promover o incentivo à ampliação da oferta de educação profissional, em especial, nas regiões do semiárido e Médio Rio Doce.
Os arts. 36-A a 36-D da Lei Federal nº 9.394, de 1996, – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB –, e a Resolução CNE-CEB nº 1, de 27/10/2005, tratam da educação profissional e tecnológica e das diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio.
No Estado, a Secretaria de Educação – SEE – desenvolve essa modalidade de ensino por meio do Programa "Desenvolvimento do Ensino Profissional", que tem por objetivo promover a implementação de uma política de Educação Profissional oferecendo cursos de formação para o trabalho e consolidando os Centros de Educação Profissional.

ENCAMINHAMENTOS

40	Aprovação de requerimento direcionado às Secretarias de Estado de Educação e de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solicitando providências no sentido de analisar a viabilidade e a necessidade da criação de cursos de engenharia com enfoque tecnológico – com cursos superiores de tecnologia (tecnólogos) e cursos técnicos – nas regiões do semiárido e Médio Rio Doce.

TEMA 3 – FOMENTO, CUSTEIO, RECEITAS E DESTINAÇÃO

PROPOSTA 18: Revisão da política tributária estadual para incentivar o desenvolvimento e a transferência de conhecimento e de novas tecnologias e equipamentos para o uso eficiente de água e a produção de energia limpa, com baixo impacto ambiental, com a participação prioritária de instituições públicas de ensino superior e de institutos de pesquisas científico-tecnológicas.

ANÁLISE: Já existem alguns benefícios tributários instituídos para incentivo do uso e da produção de energia limpa:
No âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz –, o Convênio ICMS nº 101/97 concedeu isenção do ICMS nas operações com equipamentos e componentes para o aproveitamento das energias solar e eólica.
A isenção de que trata o Convênio ICMS nº 101/97 foi recepcionada no Estado de Minas Gerais pelo item 98, Parte 1, c/c item 3, Parte 11, ambos do Anexo I do Regulamento do ICMS – RICMS/02. Recentemente, o Convênio do Confaz nº 10, de 2014, prorrogou até 2021 as disposições do Convênio nº 100/97. Tal convênio foi ratificado pela ALMG mediante a Resolução nº 5.485/2014.

Alguns benefícios fiscais relativos à energia elétrica também foram concedidos por meio da Lei nº 6.763, de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais.
Além disso, destaca-se que em 2014 foi editada a Lei Estadual nº 21.527, que, entre outras medidas, autorizou o Estado a conceder, na forma, no prazo e nas condições previstos em regulamento, crédito outorgado do ICMS a estabelecimento com atividade de geração, transmissão ou comercialização de energia elétrica situado no Estado, relativamente à aquisição de energia elétrica de fonte solar fotovoltaica produzida no Estado. Trata-se de incentivo à transferência de tecnologia para a fabricação, no Estado, de módulos e painéis fotovoltaicos, utilizados na geração de energia elétrica de fonte solar fotovoltaica.
É importante destacar que o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia – Conecit – tem como uma de suas atribuições a definição de diretrizes básicas para projetos de pesquisa e desenvolvimento em áreas consideradas essenciais ao desenvolvimento científico e tecnológico de Minas. O Conecit é um órgão colegiado consultivo e deliberativo que presta assessoramento ao secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
Recentemente, o Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz – publicou o convênio 16/2015, que autoriza os estados de Goiás, Pernambuco e São Paulo a concederem isenção do ICMS incidente sobre a energia elétrica para operações, microgeração e minigeração.

ENCAMINHAMENTOS

41	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solicitando providências para que o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia – Conecit – promova e fomente o desenvolvimento científico e tecnológico de equipamentos que visem ao uso eficiente de água e à produção de energia limpa.
42	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Planejamento e Gestão – Seplag –, solicitando providências para que o Estado de Minas Gerais manifeste sua adesão ao Convênio Confaz 16/2015, que concede isenção do ICMS incidente sobre a energia elétrica para as operações de microgeração e minigeração.
43	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solicitando providências para promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico de equipamentos que promovam o uso eficiente de água.
44	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Planejamento e Gestão – Seplag – solicitando providências para que os equipamentos de uso eficiente da água tenham isenção/redução de ICMS.

TEMA 4 – SANEAMENTO E SAÚDE

PROPOSTA 19: Garantia dos recursos necessários para a universalização e a integralização do saneamento básico no Estado de Minas Gerais, conforme bases estabelecidas no Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab –, de 2013, no Plano Estadual de Recursos Hídricos e nos planos diretores de bacias, priorizando o uso de recursos não onerosos (não reembolsáveis), o monitoramento e a fiscalização do funcionamento.

ANÁLISE: O Plansab estabelece a universalização dos serviços de saneamento em todo o país até 2033, com uma estimativa de gastos de R$ 508,4 bilhões, mas a meta não vem sendo cumprida, devido a uma lentidão no acesso aos recursos.
Os recursos previstos para serem executados no âmbito do tema Saneamento no PPAG 2016 somam R$ 742 milhões.
Observa-se uma redução significativa nos recursos orçamentários para o saneamento no ano 2016. Em 2015, o orçamento da Copasa era de R$ 1,12 bilhão; em 2016 foi reduzido para R$ 591 milhões.

ENCAMINHAMENTOS

45	Aprovação de requerimento direcionado ao governador do Estado, solicitando suplementação de recursos orçamentários para o saneamento em 2016, uma vez que os recursos, drasticamente reduzidos em relação aos de 2015, são insuficientes para atender à demanda, em especial de universalização do saneamento, conforme estabelecido no Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab –, de 2013.
46	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, solicitando providências para que os recursos previstos para serem executados em ações de saneamento no PPAG 2016-2018, no total de R$ 742 milhões de reais, sejam efetivamente aplicados.
47	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, solicitando providências para que, no âmbito do PPAG 2016-1018, especificamente na revisão a ser apresentada em 2016, sejam garantidos os recursos necessários para a universalização e a integralização do saneamento básico no Estado de Minas Gerais, conforme bases estabelecidas no Plansab.
48	Aprovação de requerimento direcionado ao Fórum Mineiro de Comitês, solicitando providências para que essa entidade cobre dos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs – a atualização das informações relacionadas aos planos municipais de saneamento e a outras demandas relativas à área, disponibilizando-as para a Comissão das Águas, para que a comissão faça um

	pleito dessas demandas junto às entidades financiadoras.
49	Elaboração de uma PEC para determinar que os recursos para universalização do saneamento, conforme estabelecido no Plansab, estejam legalmente contemplados no orçamento do Estado.

TEMA 4 – SANEAMENTO E SAÚDE

PROPOSTA 20: Implantação da Vigilância em Saúde Ambiental em todos os municípios mineiros, dentro do prazo de dois anos, com fiscalização e apoio da Secretaria de Estado de Saúde – SES –, nos moldes estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS: Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano; Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Contaminantes (solo, ar e químicos prioritários); e desastres naturais e acidentes com produtos perigosos; garantindo a divulgação dos resultados aos consumidores, conforme mecanismos e instrumentos definidos no Decreto n° 5.440/2005, avaliando os dados epidemiológicos das doenças de transmissão hídrica em conjunto com os dados de qualidade da água e fortalecendo o sistema.

ANÁLISE: Parte constituinte da Vigilância em Saúde, a Vigilância em Saúde Ambiental configura-se como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento e a detecção de qualquer mudança nos fatores ambientais que interferem na saúde humana.
A Instrução Normativa 01 da Secretaria de Vigilância em Saúde, de 7 de março de 2005, define as competências da União, estados, municípios e Distrito Federal nessa área.
Sua incorporação no campo das políticas públicas de saúde é uma demanda relativamente recente no País e engloba a diretriz Qualidade da Água para Consumo Humano, no âmbito da qual se desenvolveu o Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiagua). O programa consiste em ações adotadas continuamente pelas autoridades de saúde pública para garantir o atendimento do padrão e das normas estabelecidas na legislação vigente – Portaria 518/2004 – e para avaliar os riscos que a água de abastecimento, provinda de sistemas públicos e/ou soluções alternativas, pode representar para a saúde humana. Segundo o Ministério da Saúde, em Minas Gerais, o Vigiagua já foi implantado em 94% dos municípios.
O tratamento da água é uma exigência da legislação, por ser reconhecido como uma das ações de promoção da saúde e prevenção dos agravos transmitidos pela água. Em Minas Gerais, 20% dos Sistemas de Abastecimento de Água – SAA – não possuem tratamento, segundo informações do Sistema de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua).
Com relação à Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Contaminantes, no Estado de Minas Gerais foram identificadas 112 áreas no ano de 2010, representando 25% das áreas cadastradas na região Sudeste. Destacaram-se as áreas classificadas como Unidades de Postos de Abastecimento e Serviços – Upas – seguidas das Áreas de Disposição de Resíduos Urbanos – Adru. O Estado possui um total de 201 áreas cadastradas, com cerca de 497 mil pessoas potencialmente expostas a contaminantes químicos. A identificação dessas áreas subsidia o estabelecimento de ações de vigilância, de curto, médio e/ou longo prazo no âmbito do setor saúde.

ENCAMINHAMENTOS

50	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Estado de Saúde – SES –, solicitando providências para que seja implantada a Vigilância em Saúde Ambiental em todos os municípios mineiros, dentro do prazo de dois anos, com fiscalização e apoio da SES, nos moldes estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS.
51	Envio de cópia do requerimento à Associação Mineira de Municípios.

TEMA 4 – SANEAMENTO E SAÚDE

PROPOSTA 21: Garantia de transparência e clareza nas regras e nos valores cobrados pelo serviço de esgotamento sanitário, por meio da criação e implantação de um procedimento padrão para determinação dos volumes de esgoto coletado e tratado, com coordenação dos entes reguladores, estabelecendo metas de melhoria de eficiência que deverão ser consideradas nas revisões tarifárias.

ANÁLISE: O quadro atual da organização dos prestadores de serviços de saneamento no Brasil compreende as seguintes modalidades: serviço municipal vinculado à administração direta; administração autárquica; empresa pública; empresa de economia mista; empresa privada; modelos alternativos (cooperativas, consórcios, etc).
A política tarifária aplicada pela Copasa é regulamentada pela Arsae-MG. Os serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto são remunerados sob a forma de tarifas. Os reajustes tarifários são anuais e previamente aprovados e autorizados pela Arsae-MG.
A cobrança pelo serviço de esgotamento sanitário é graduada em razão da existência ou não de tratamento de esgoto coletado para cada um dos usuários. Ou seja, quando o esgoto é apenas coletado, por estar sendo projetado ou estar em construção o sistema de tratamento, a tarifa cobrada corresponde a 50% do valor do abastecimento de água; quando o esgoto é coletado e tratado, a tarifa equivale a 90% do valor do abastecimento de água.
O modelo tarifário aplicado pela Copasa insere-se no princípio de subsídio cruzado, no qual são cobradas tarifas únicas para todo o

estado com a finalidade de que serviços superavitários cubram os déficits daqueles cujos custos sejam superiores às tarifas médias A Lei nº 11.445, de 2007, estabelece que os serviços públicos de saneamento básico tenham a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços. A mesma lei indica ainda que podem ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.	
ENCAMINHAMENTOS	
52	Aprovação de requerimento direcionado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae – e à Secretaria de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana – Sedru –, solicitando providências para a garantia da transparência e clareza nas regras e nos valores cobrados pelo serviço de esgotamento sanitário.
53	Aprovação de requerimento direcionado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae –, à Secretaria de Ciências, Tecnologia e Ensino Superior – Sectes – e à Secretaria de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana – Sedru – solicitando providências para a avaliação da viabilidade da criação e implantação de um procedimento padrão para determinação dos volumes de esgoto coletado e tratado, com coordenação dos entes reguladores, estabelecendo metas de melhoria de eficiência que deverão ser consideradas nas revisões tarifárias. Escopo: encaminhar também para as agências reguladoras municipais.
54	Elaboração de projeto de lei que garanta a transparência e a publicidade das regras, bases de cálculo e dos valores cobrados pelos serviços de esgotamento sanitário, com as informações disponibilizadas em linguagem acessível.

TEMA 4 – SANEAMENTO E SAÚDE	
PROPOSTA 22: Criação e execução do projeto estadual Pacto pelo Saneamento, a partir de 2015, com envolvimento dos três Poderes e da sociedade civil, para atender às metas propostas pelo Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab –, de 2013, devendo o projeto ser coordenado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Politica Urbana – Conedru –, com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana – Sedru.	
ANÁLISE: Aprovado pelo Conselho das Cidades em 3/12/2008 por meio da Resolução Recomendada nº 62, após ampla discussão com todas as principais entidades representativas do setor, o "Pacto pelo Saneamento Básico: mais saúde, qualidade de vida e cidadania" foi um documento elaborado com o propósito de buscar a adesão e o compromisso da sociedade em relação aos eixos, estratégias e ao processo de elaboração do Plansab. O "Pacto pelo Saneamento" envolveu os diversos segmentos da sociedade – poder público, empresários, trabalhadores, movimentos sociais, ONGs, Academia e Pesquisa, bem como os prestadores de serviços e outros órgãos responsáveis pelo Saneamento Básico – em relação aos eixos e estratégias necessários para implementação do PLANSAB, no intuito de estabelecer um ambiente de confiança e compromisso, pautado pelo entendimento na construção de caminhos e soluções para o alcance dos objetivos e metas do plano.	
ENCAMINHAMENTOS	
55	Aprovação de requerimento direcionado ao governador do Estado solicitando providências para que no âmbito do PPAG 2016-1018, especificamente na revisão a ser apresentada em 2016, seja avaliada a viabilidade da criação e execução do projeto estadual "Pacto pelo Saneamento", para atender às metas propostas pelo Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab –, de 2013, devendo o projeto ser coordenado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Politica Urbana – Conedru –, com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana – Sedru.
56	Elaboração de projeto de lei que preveja a formulação e a regulamentação do "Pacto pelo Saneamento", contemplando a elaboração e a implementação do Plano Estadual de Saneamento, com a garantia de participação da sociedade civil; identificação de todos os agentes que trabalham com saneamento no Estado com a criação de mecanismos de articulação entre eles; definição de conselho paritário, contemplando governo e sociedade civil, para o monitoramento do processo de universalização do saneamento.
PROPOSTA 23: Destinação obrigatória de um percentual de, no mínimo, 0,5% dos investimentos em serviços de saneamento no Estado de Minas Gerais para capacitação, qualificação e treinamento de gestores e operadores, para o início da operação dos serviços.	
ANÁLISE: Segundo o "Relatório de Auditoria Operacional – Programa Saneamento Básico: Mais Saúde para Todos", elaborado em 2011 pelo Tribunal de Contas do Estado, foi observada uma baixa qualificação dos operadores de ETAs e ETEs sob gestão municipal aliada à insuficiência de treinamento oferecido. Os sistemas que operavam de forma deficiente nas pequenas localidades, em especial na zona rural, tinham entre os operadores pessoas que não receberam qualquer tipo de treinamento, muitos deles voluntários, sem remuneração, ou servidores contratados pela Prefeitura, que exerciam o trabalho sem suporte técnico.	

ENCAMINHAMENTOS	
57	Alteração da Política Estadual de Saneamento, Lei nº 11.720, de 1994, de modo a prever a destinação obrigatória de um percentual de, no mínimo, 0,5% da receita orçamentária prevista para os serviços de saneamento no Estado de Minas Gerais, para capacitação, qualificação e treinamento de gestores e operadores destes sistemas.

TEMA 4 – SANEAMENTO E SAÚDE

PROPOSTA 24: Garantia de que os serviços de água e esgoto ofertados à população de Minas Gerais tenham excelência na qualidade, sem diferença entre as regiões e os prestadores de serviço, a exemplo do que ocorre hoje com a população do Norte e Nordeste do Estado, que recebe água da Copanor com qualidade inferior à da Copasa; como ação imediata, extinção da Copanor e absorção dos serviços e dos recursos humanos pela Copasa.

ANÁLISE: A Copanor é uma empresa pública subsidiária da Copasa, criada pelo governo de Minas, para atender as regiões Norte e Nordeste do Estado com os serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários. Foi priorizado o atendimento a 465 localidades com população entre 200 e 5.000 habitantes com os mais baixos IDHs e maiores déficits em saneamento.

Em seu 6º ano de atuação, a Copanor opera serviços de esgotamento sanitário em apenas 32 ou 6,88% das 465 localidades de sua área de abrangência.

De acordo com os gestores, a limitação de recursos tem feito a Copanor priorizar o serviço de atendimento de água por ser a necessidade mais premente da população, embora o art. 4º do Estatuto Social da companhia determine que ela prestará serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário sempre de forma conjunta, sendo vedada a sua prestação em separado. Esse fato tem ensejado a apuração, pelo Ministério Público do Estado, por meio das Promotorias de Justiça de Meio Ambiente da Bacia dos Rios Jequitinhonha e Mucuri, de possíveis crimes de danos ambientais em diversos procedimentos envolvendo a Copanor.

O *Relatório de Auditoria Operacional Copasa-MG – Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de MG – Copanor-2014,* do Tribunal de Contas do Estado, atribui as diversas dificuldades enfrentadas na gestão da Copanor à inexistência de um planejamento estratégico nos moldes que exige a complexa atividade de saneamento: a empresa, em seus 6 anos de operação é deficitária, não dispõe de recursos humanos em número suficiente para o desempenho de suas funções e não há prestação de serviço de saneamento integrado. Segundo o relatório, o modelo adotado – o Estado aporta recursos, a concessionária (Copasa-MG) aporta tecnologia e a subsidiária (Copanor) implanta, opera e mantém o sistema – é, de fato, inovador, todavia, falhas na gestão desse modelo comprometem a sua continuidade e o alcance de seus objetivos. O TCE destaca que 42 municípios têm contrato de programa assinado com a Copanor sem nenhuma obra iniciada e 36 têm obras paralisadas. Esses números revelam que a população de tais municípios se encontra sem cobertura de serviços de água e esgoto, mesmo de forma precária como a prestada pelas prefeituras.

A ALMG tem recebido em suas diversas comissões, denúncias frequentes relativas ao desempenho e qualidade insatisfatória na prestação dos serviços executados pela Copanor.

ENCAMINHAMENTOS	
58	Aprovação de requerimento direcionado à Copanor, à Copasa e à Seplag, solicitando providências para elaboração de novo estudo de viabilidade de forma a reorientar o funcionamento da Copanor, com vistas a promover sua sustentabilidade econômico-financeira e a adequação entre a capacidade operacional e os recursos materiais, humanos e financeiros disponibilizados à empresa.
59	Aprovação de requerimento direcionado à Copanor e à Copasa, solicitando providências para que a Copanor elabore seu planejamento estratégico definindo os objetivos e metas a serem alcançados em curto, médio e longo prazos, de forma a reverter o resultado operacional negativo.
60	Aprovação de requerimento direcionado à Copanor e à Copasa, solicitando providências para que a Copanor proceda ao monitoramento das águas de abastecimento conforme determina a Portaria n.º 2.914/2011 do Ministério da Saúde e que ele seja realizado de forma articulada com as Secretarias Estadual e Municipais de Saúde.
61	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – solicitando providências para avaliação da atuação das Secretarias Municipais de Saúde quanto à vigilância da qualidade das águas de abastecimento, orientando e atuando de forma complementar nos municípios onde ainda não estejam atuando, em conformidade com as competências atribuídas pela Portaria n.º 2.914/2011, do Ministério da Saúde
62	Aprovação de requerimento com pedido de providências ao governador do Estado, solicitando a extinção da Copanor e a absorção de suas atividades pela Copasa.

TEMA 5 – ATIVIDADE MINERÁRIA, INDÚSTRIA E ENERGIA	
PROPOSTA 25: Disponibilização de um sistema de informação integrado, de acesso irrestrito e alimentado por organizações públicas e privadas (administração pública, empresas, instituições de pesquisa, agências de bacias hidrográficas, CBHs, ONGs, etc.), sob a gestão do Igam, com dados qualitativos e quantitativos sobre os recursos hídricos disponíveis em cada bacia hidrográfica e seus respectivos usos, além de acompanhamento de contaminação das águas, monitoramento de espécies de peixes e publicação de relatórios semestrais para subsidiar a sociedade em geral, os municípios e os órgãos colegiados de meio ambiente e recursos hídricos e as atividades de educação ambiental, comunicação e tomada de decisão.	
ANÁLISE: O sistema de informação já é previsto como instrumento das políticas estadual e nacional de recursos hídricos, mas necessita ser aprimorado e otimizado. Além disto, a proposta demanda a integração dos dados existentes, uma vez que várias instituições possuem dados qualitativos e quantitativos dos recursos hídricos em cada bacia hidrográfica.	
ENCAMINHAMENTOS	
63	Realização de uma Audiência Pública para conhecimento e discussão sobre sistemas de informação e observatório em recursos hídricos, convidando o Instituto de Geoinformação e Tecnologia – Igtec – e a organização WWF.
64	Criação de um grupo de trabalho para disponibilizar e sistematizar os estudos e dados existentes, qualitativos e quantitativos, sobre os recursos hídricos disponíveis em cada bacia hidrográfica, reunindo as instituições: Igam, Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, Feam, CPRM, UFMG, CDTN, ANA, UFV, DNPM, Igtec, Fórum dos Comitês, etc, de forma a contribuir para a formação do banco de dados.
65	Regulamentação do Sistema de Informação previsto nas políticas nacional e estadual de recursos hídricos, para que ele esteja disponível a toda a população em curto prazo
66	68 – Incluir a área de comunicação da ALMG no planejamento do Fórum das Águas, a ser realizado no dia 22/3/2016, de forma a debater o formato de uma campanha para participação da sociedade.

PROPOSTA 26: Proibição da instalação de novos minerodutos no Estado de Minas Gerais e das respectivas outorgas de uso da água, revisão das licenças para instalação e funcionamento de minerodutos já concedidas, e auditoria dos licenciamentos existentes.	
ANÁLISE: A utilização da água para fins de transporte de minério de ferro inviabiliza outros usos, uma vez que os recursos hídricos são transpostos para outras bacias e mesmo para o mar. A questão dos minerodutos é bastante polêmica e precisa ser melhor debatida e analisada.	
ENCAMINHAMENTOS	
67	Elaboração de um projeto de lei que proíba a instalação de novos minerodutos no Estado.
68	Criação de uma comissão mista, paritária, para demandar do Ibama, do Igam, da ANA e das demais organizações que licenciam minerodutos que sejam revistos os processos dos licenciamentos dos minerodutos existentes e dos que se encontram em licenciamento, frente à situação de escassez hídrica no Estado, com encaminhamento dos dados (localização, vazão, disponibilidade hídrica, etc.) para a Comissão das Águas, solicitando a elaboração de avaliação ambiental dos mesmos.
69	Realização de um Debate Público para avaliar e discutir os impactos ambientais dos minerodutos já licenciados no Estado de Minas Gerais.
70	Realização de um Debate Público para discussão dos impactos da atividade minerária nas bacias hidrográficas que estejam sofrendo escassez hídrica.

TEMA 5 – ATIVIDADE MINERÁRIA, INDÚSTRIA E ENERGIA
PROPOSTA 27: Estabelecimento de territórios livres da exploração minerária nas bacias hidrográficas do Estado, em especial em áreas de recarga, aquíferos e mananciais de água, dando prioridade às regiões e bacias mais ameaçadas e impactadas, destacando-se o quadrilátero aquífero-ferrífero, a bacia do Santo Antônio/Doce, o Alto Pardo e o Alto Jequitinhonha e outras que estejam em situação de escassez de água.
ANÁLISE: Sabe-se que a atividade minerária em Minas Gerais é responsável por uma parcela significativa da composição do PIB estadual. Gera divisas, gera tributos, gera um número considerável de empregos, enfim movimenta boa parte da economia mineira, além de ser uma importante fonte de receita para municípios mineradores, por meio da CFEM. Por outro lado, a atividade é considerada de médio a alto impacto ambiental, porque interfere em áreas de preservação permanente e no solo, em áreas de vegetação e fauna endêmicas, no lençol freático, na qualidade de vida da comunidade do seu entorno, na qualidade e quantidade de recursos hídricos.

No caso da atividade que se utiliza de mineroduto, o impacto se estende para além da comunidade do entorno direto, com reflexos até mesmo sobre comunidades que se encontram distantes. Diante de um quadro como esse, de uso intensivo da água para fins da atividade minerária, aliado aos diversos problemas relacionados aos inúmeros conflitos sociais e impactos ambientais decorrentes da implantação de mineroduto, justifica-se a realização de um evento específico na ALMG, com o objetivo de fazer uma reflexão sobre esse tipo de empreendimento e as alternativas existentes para minimizar os impactos por ele ocasionados.	
ENCAMINHAMENTOS	
71	Realização, no Estado de Minas Gerais, de uma avaliação ambiental integrada da atividade de mineração, coordenada pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – com posterior análise do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH –, com prioridade para as bacias dos rios Santo Antônio (Doce), Alto Pardo, Alto Jequitinhonha e outras que também estejam em situação de escassez hídrica, a qual subsidie o estabelecimento dos territórios livres de atividade minerária no Estado, e suspensão de novas outorgas e licenciamentos minerários no Estado até que a avaliação esteja concluída.
72	Elaboração de um projeto de lei que determine que, nas bacias hidrográficas do Estado de Minas Gerais em situação de escassez hídrica, deverão ser realizados estudos de avaliação de disponibilidade hídrica para identificação dos territórios livres da exploração minerária.
73	Elaboração de projeto de lei que estabeleça proibição de novos licenciamentos e outorgas de empreendimentos que usam e/ou impactam os recursos hídricos, a partir da declaração do estado de atenção de escassez hídrica nas bacias hidrográficas.
74	Realização de um Debate Público para discussão das atividades minerárias nas bacias hidrográficas que estejam sofrendo escassez hídrica.
Não houve consenso entre os participantes do Comitê de Representação, no que se refere à metodologia escolhida (avaliação ambiental integrada que considere também a questão econômica, e não apenas a temática dos recursos hídricos). Registro feito pela participante Teca.	

TEMA 5 – ATIVIDADE MINERÁRIA, INDÚSTRIA E ENERGIA

PROPOSTA 28: Vedação do licenciamento para ampliação ou instalação de novas minas de ouro a céu aberto em Minas Gerais, bem como do uso de cianeto nos processos de separação de ouro ou de quaisquer outros minerais no Estado.	
ANÁLISE: A mineração de ouro é importante do ponto de vista do desenvolvimento econômico, porém vários impactos ambientais negativos podem advir desta atividade. O material de rocha que contém o ouro geralmente está associado à presença do arsênio (As), um elemento tóxico e carcinogênico. Tal elemento, quando exposto à camada superficial do solo, sofre alterações na sua forma química e ou é transferido para outros meios (ar, água), podendo entrar na cadeia trófica. Na cidade de Paracatu está localizada a maior mina de ouro a céu aberto em atividade no Brasil, pertencente a Rio Paracatu Mineração S.A./ Kinross. Várias denúncias têm sido feitas sobre uma possível contaminação da população e do meio ambiente da cidade de Paracatu por arsênio. O processo de lixiviação do ouro com cianeto, assim como o uso de mercúrio nos garimpos, exige rigoroso controle para que não sejam contaminados os corpos d'água da região.	
ENCAMINHAMENTOS	
75	Realização de um Debate Público para discussão do impacto da mineração de ouro a céu aberto sobre os recursos hídricos.
76	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, solicitando que encaminhe à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável informações quanto ao uso de cianeto nos processos de separação de ouro ou de quaisquer outros minerais no Estado, especificando as minas em que se utiliza o cianeto e o nível de uso desse produto.
PROPOSTA 29: Criação de uma Política Estadual de Tratamento aos Atingidos e Ameaçados por Barragens e Obras de Infraestrutura, com a instituição de um órgão entre a sociedade civil e o governo do Estado, e criação de um fundo para o pagamento da dívida histórica com os atingidos.	
ANÁLISE: A proposta objetiva a criação de uma Política Estadual de Tratamento aos Atingidos e Ameaçados por Barragens e Obras de Infraestrutura. Com o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, reconheceu-se a necessidade de que a política alcance indivíduos e comunidades atingidas nos casos de desastres e garanta, também, a participação do poder público nos processos de negociação com as comunidades.	
ENCAMINHAMENTOS	

77	Elaboração de projeto de lei que disponha sobre a Política Estadual de Tratamento aos Atingidos e Ameaçados por Barragens, com consulta à Secretaria de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana – Sedru –, à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese.

Observação: Indo ao encontro da proposta, o governador do Estado, encaminhou à ALMG, no dia 10/3/2016, o Projeto de Lei nº 3.312, de 2016, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e outros Empreendimentos. O projeto de lei encontra-se em tramitação.
O PL nº 3.312/2016 objetiva solucionar uma demanda histórica, ao estabelecer diretrizes e mecanismos para balizar a ação dos empreendedores e do Estado nas tratativas de reparação e direitos das pessoas e populações que têm sua vida modificada devido à instalação de barragens ou outros empreendimentos. O PL, além de reforçar os direitos de reparação (como indenização, reassentamento) das pessoas atingidas, também é inovador por dispor de mecanismos claros para garantir a participação social em todas as etapas do empreendimento. Para tanto, prevê a criação de um Comitê Gestor, instância colegiada e paritária com a sociedade civil, responsável por homologar, para cada empreendimento, o Plano de Desenvolvimento Social e Econômico aos atingidos. Plano este que, vale ressaltar, será custeado integralmente pelo empreendedor.

TEMA 5 – ATIVIDADE MINERÁRIA, INDÚSTRIA E ENERGIA

PROPOSTA 30: Elaboração de Plano Ambiental Estratégico da matriz energética do Estado de Minas Gerais, visando sua diversificação e sua otimização, considerando critérios para manutenção de bacias, rios e trechos de rios livres de barramentos, priorizando o investimento em programas e ações governamentais de incentivo à geração de energia por meio de fontes alternativas renováveis, valorizando recursos locais e tecnologias populares (sociais), com o intuito de reduzir a geração de gases causadores do efeito estufa, preservar as bacias hidrográficas, reduzir o custo da energia, incentivar a racionalização do consumo e evitar o desperdício.

ANÁLISE: A produção de eletricidade no Brasil e particularmente em Minas Gerais é predominantemente derivada de Usinas Hidrelétricas de Energia – UHE. A disponibilidade dos recursos hídricos tem sido objeto de crescente preocupação no meio acadêmico e científico há alguns anos. Estudos específicos vêm demonstrando a fragilidade e os riscos a que estão submetidos os sistemas socioeconômico e energético: num primeiro momento, com a irregularidade da distribuição hídrica natural; num segundo momento, com a escassez insistente e comprovada. É absolutamente pertinente a investigação das consequências da falta de recursos hídricos para a escolha da composição das fontes energéticas capazes de suprir eventuais interrupções da geração hidroelétrica.
O 29º Balanço Energético do Estado de Minas Gerais – BEEMG –, ano-base 2013, elaborado pela Cemig, contempla, em detalhes, as informações técnicas mais relevantes sobre a matriz energética estadual. Em 2013, do total da demanda estadual de energia, 50,9% referiram-se às fontes renováveis de energia e o restante às fontes não renováveis.
O conhecimento das tecnologias solares é uma importante ferramenta para a difusão do uso dessa fonte com fins energéticos. Nesse sentido, em 2012 foi publicado pela Cemig o Atlas Solarimétrico do Estado de Minas Gerais. A edição de 2014 *Heat Worldwide: markets and contribution to the energy supply* – Ano base 2012 mostra que o Brasil ocupa a quinta posição mundial no *ranking* dos países com a maior área instalada de coletores solares para aquecimento de água.
Depois do "boom" na instalação de aquecedores solares, que utilizam placas para esquentar água, Belo Horizonte desponta agora na implementação dos sistemas fotovoltaicos. Em 2015, a cidade foi eleita por um júri internacional como a Capital Brasileira da Hora do Planeta, justamente por se destacar nacionalmente no reaproveitamento da energia solar. Segundo o Comitê sobre Mudanças Climáticas e Ecoeficiência de Belo Horizonte, a cidade tem 326 m² de placas solares instaladas por mil habitantes; Minas tem 98,6 e, o Brasil, 27,4.
A ALMG aprovou projetos que, transformados em leis, consolidaram o arcabouço legal necessário para o desenvolvimento do setor. A última das normas aprovadas foi a Lei 21.713, de 2015, oriunda do Projeto de Lei 1.350/2015, do deputado Gil Pereira (PP), presidente da Comissão de Minas e Energia. A legislação amplia o prazo para concessão de crédito de ICMS relativo à aquisição de energia solar no Estado.

ENCAMINHAMENTOS

78	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – solicitando providências para priorizar os investimentos em geração de energia por meio de fontes alternativas renováveis com redução da emissão de gases do efeito estufa.

TEMA 6 – AGRICULTURA, PECUÁRIA E PISCICULTURA

PROPOSTA 31: Apoio às Escolas Famílias Agrícolas de Minas Gerais, ao Pronatec Rural e às escolas de jovens e adultos – EJA – indígenas, para que se fortaleçam enquanto centros de referências em agroecologia em todo o Estado, contribuindo com o processo formativo de jovens, comunidades tradicionais, agricultores familiares e mulheres.

ANÁLISE: Os recursos previstos e ações focadas nas Escolas Família Agrícola ou em temas relacionados com a educação no campo e sucessão rural, segundo o PPAG, somam R$ 675.100,00 em 2016. A sucessão rural é tema frequente nos fóruns de agricultura familiar no Estado. O assunto também faz parte do Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar – PEDRS, aprovado em outubro de 2014, como instrumento de política pública instituída e formalizada pela Lei 21.156/2014, que dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar. A preocupação com a melhoria da assistência técnica e da extensão rural – Ater – e a adoção da agroecologia como modo de produção podem importar ao longo do tempo em ações significativas para a conservação da água, das áreas de recarga e da biodiversidade.	
ENCAMINHAMENTOS	
79	Aprovação de requerimento direcionado ao governador do Estado solicitando suplementação de recursos orçamentários para apoiar as Escolas Famílias Agrícolas de Minas Gerais, o Pronatec Rural e as escolas de jovens e adultos – EJA – indígenas, para que se fortaleçam enquanto centros de referências em agroecologia em todo o Estado, uma vez que os recursos previstos para o ano de 2016, no PPAG 2016-2018, são insuficientes diante da demanda.
80	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – solicitando providências para a efetiva aplicação dos recursos previstos no PPAG 2016-2018 para serem executados nas Ações 4136 – Apoio à Permanência do Jovem no Campo e à Continuidade da Agricultura Familiar, Ação 4158 – Assistência Técnica na Agroecologia, Ação 4171 – Capacitação de Jovens Rurais, Ação 4354 – Gerações no Campo, no total de R$ 675.100,00.
81	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – solicitando providências para que, no âmbito do PPAG 2016-1018, especificamente na revisão a ser apresentada em 2016, sejam garantidos os recursos necessários para apoiar as Escolas Famílias Agrícolas de Minas Gerais, o Pronatec Rural e as escolas de jovens e adultos – EJA – indígenas, para que se fortaleçam enquanto centros de referências em agroecologia em todo o Estado.
82	Recomendação às agências de águas para que seja dada preferência à contratação de jovens egressos de Escolas Família Agrícola para composição de equipes de mobilização social, Ater e educação ambiental.
83	Realização de uma Audiência Pública para discussão do desenvolvimento da agroecologia e da educação no campo, com ênfase nas questões hidroambientais.

TEMA 6 – AGRICULTURA, PECUÁRIA E PISCICULTURA

PROPOSTA 32: Concessão de financiamento e subsídio para a implantação de sistemas de irrigação de alta eficiência no uso de água, para pequenos e médios agricultores e pecuaristas, visando o uso mais racional e econômico da água e o aumento da produtividade, com a obrigatoriedade da assistência técnica e controle de uso, sendo que a dívida contraída pelo produtor rural para implantação do sistema poderá ser abatida por meio da execução de ações de recuperação ambiental em matas e florestas dentro das propriedades rurais, em áreas de preservação permanente – APPs – e áreas de Reserva Legal, ou, caso já as tenha, em outras áreas da propriedade.	
ANÁLISE: No PPAG 2016-2018, a Ação 4330 – Irriga Minas prevê o fomento e o apoio ao desenvolvimento da agricultura irrigada de acordo com o Plano Diretor de Agricultura Irrigada – PAI-MG --, bem como o respeito às condições territoriais, climáticas e socioambientais promovendo o uso adequado das águas para suas diversas finalidades, com meta física de 1 produtor beneficiado e meta financeira de R$ 1.000,00, a ser executada pela Seapa. O desenvolvimento da agricultura irrigada e, em especial, dos pequenos sistemas, de alta eficiência hídrica e ancorados em tecnologias de agricultura de precisão, compõe cenário desejável para aliar elevação da produção agrícola com uso racional dos recursos hídricos. Em tal cenário valorizam-se os cuidados com o manejo das áreas de recarga hídrica, com a reservação de águas fluviais e com a adoção de estratégias de promoção de infiltração, como as barraginhas. Além de mecanismos de financiamento para tais ações, deve-se esperar do poder público, em todas as suas esferas, apoio e regulamentação clara das possibilidades de implementação dessas estratégias, ai incluídas as regras para licenciamento e concessão de outorga com simplificação proporcional à qualidade ambiental dos empreendimentos, conforme sugerido na proposta em análise.	
ENCAMINHAMENTOS	
84	Aprovação de requerimento direcionado ao governador do Estado solicitando suplementação de recursos orçamentários para a Ação 4330 – Irriga Minas, uma vez que os recursos previstos no PPAG 2016-2018, no total de R$ 1.000,00, para o ano de 2016, são insuficientes frente à demanda.
85	Aprovação de requerimento direcionado aos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs – solicitando providências para a concessão de incentivos com redução de valores cobrados pelo uso da água aos agricultores irrigantes que utilizem boas práticas de conservação e preservação dos recursos ambientais e tecnologias poupadoras de água.
86	Aprovação de requerimento direcionado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do

	Desenvolvimento Agrário, e Ministério da Integração, solicitando providências para que as linhas de crédito agrícolas adotem mecanismos de rebates e taxas de juros diferenciadas para os agricultores que utilizem sistemas de irrigação poupadores de água e energia. (Encaminhar a proposta na íntegra)
87	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e ao BDMG solicitando providências para oferta de linhas de crédito que adotem mecanismos de rebates e taxas de juros diferenciadas para os agricultores que utilizem sistemas de irrigação poupadores de água e energia.
88	Aprovação de requerimento direcionado aos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs – solicitando providências para inclusão, nos planos de bacias, de programas que incentivem os produtores rurais que adotam sistemas de irrigação eficiente.

TEMA 6 – AGRICULTURA, PECUÁRIA E PISCICULTURA

PROPOSTA 33: Efetivação de um Sistema Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater – a partir do fortalecimento da Emater-MG, dos poderes públicos municipais e com o envolvimento de entidades não governamentais, para difundir e apoiar a adoção de tecnologias sustentáveis de produção agrossilvipastoril, de agricultura irrigada, de reservação de águas pluviais e de baixa emissão de carbono na agricultura.

ANÁLISE: A Ater é considerada um serviço de educação não formal, ou seja, adicional ao sistema de educação tradicional das escolas e universidades. Seu objetivo é promover processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização no meio rural, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

A Emater–MG conta hoje com aproximadamente 2 mil profissionais, tendo em sua estrutura operacional 32 Unidades Regionais e 1 Unidade Central (sede), além de 6 unidades específicas, com prioridade para trabalhos de educação e conservação ambiental (VerdeMinas). Em 2014, a Emater–MG prestou assistência técnica a aproximadamente 400 mil agricultores, estando presente em praticamente 93% dos municípios mineiros.

Os recursos previstos para serem executados no Programa 068 – Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais somam R$ 35,3 milhões

A Lei nº 11.405/1994, que institui a Política de Desenvolvimento Agrícola do Estado, garante atendimento gratuito do serviço de assistência técnica e extensão rural "aos pequenos produtores rurais, às suas famílias e associações, e também aos beneficiários de projetos de reforma agrária, inclusive nos campos socioeconômico e de preservação ambiental" (art. 24) e "prestação de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita e de qualidade, para a agricultura familiar e para os povos e comunidades tradicionais" (VIII, art. 3º).

O IBGE, no Censo Agropecuário de 2006, estimou em 437.000 os estabelecimentos rurais de agricultura familiar em Minas Gerais, entretanto os cadastros da Emater-MG utilizados para cálculo do critério Produção de Alimentos para a distribuição do ICMS aos municípios aponta cerca de 800.000 "pequenos produtores".

Considerado o nº do IBGE e o efetivo de extensionistas da Emater, cerca de 1110 técnicos, a empresa disponibiliza 1 técnico para cerca de 400 famílias, enquanto o índice recomendado pela ONU é de 80 famílias/técnico. Esses números demonstram a importância da proposta em foco.

Sabe-se porém, que a Emater-MG enfrenta sérios problemas para reposição de técnicos tanto pela não realização de concursos, quanto pela inexistência de um Plano de Cargos, Carreira e Salários – PCCS. Apesar dos esforços empreendidos pelo sindicato e pela ALMG não há notícias sobre a aprovação e implementação do PCCS da empresa.

Vale informar que o Governo Federal, desde a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA –, considerada a inviabilidade de manutenção de estrutura institucional estatal, vem desenvolvendo um sistema de assistência técnica com base em chamadas públicas que permite tanto a participação de entidades públicas quanto privadas.

ENCAMINHAMENTOS

89	Aprovação de requerimento de pedido de providência aos secretários de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Planejamento e Gestão, solicitando imediata realização de concurso público para recomposição de quadros da Emater-MG.
90	Aprovação de requerimento de pedido de providência aos secretários de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Desenvolvimento Agrário, para que seja instituído formalmente o Sistema Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater – a partir do fortalecimento da Emater-MG, dos poderes públicos municipais e com o envolvimento de entidades não governamentais, com capacidade operacional suficiente para atendimento efetivo dos produtores rurais com direito ao atendimento gratuito segundo a Lei de Desenvolvimento Agrícola do Estado.
91	Aprimorar o critério "produção de alimentos" na lei de distribuição do ICMS aos municípios, de maneira a privilegiar as prefeituras que executem despesas com Ater.
92	Propor instrumentos legais que possibilitem a transferência de recursos financeiros às prefeituras, para que essas possam manter e/ou ampliar os serviços de assistência técnica e extensão rural.
93	Aprovação de requerimento de pedido de providências à Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Anater

	–, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa – e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA –, solicitando a criação, ampliação e o provimento de recursos, dos programas de Ater direcionados à segurança hídrica e à sustentabilidade ambiental.
94	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, solicitando providências para suplementação de recursos na Ação 4163 – Segurança Hídrica e Sustentabilidade Ambiental –, executado pela Emater, no âmbito do Programa 068 - Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais, uma vez que os recursos propostos na revisão do PPAG 2016-2018 são insuficientes frente à demanda.

TEMA 6 – AGRICULTURA, PECUÁRIA E PISCICULTURA

PROPOSTA 34: Implementação de programas de adequação de infraestrutura rural para proteção dos recursos hídricos a partir de tecnologias como estradas ambientalmente corretas, incluída a capacitação de operadores de máquinas e normatização da construção e manutenção de estradas ambientalmente corretas, a construção de bacias de captação de águas pluviais (barraginhas) e de pequenas e médias barragens e demais práticas de conservação do solo e da água.

ANÁLISE: O objeto da proposta em análise ressalta a importância da infraestrutura rural na gestão de recursos hídricos. É fato conhecido que estradas rurais têm importante papel no assoreamento e carreamento de sólidos para cursos d'água, contribuindo largamente para a redução da quantidade e deterioração da qualidade da água superficial.
Grande parte do problema relacionado à infraestrutura rural tem sua chave na capacitação de operadores de máquinas das prefeituras e mesmo das propriedades rurais, responsáveis por dar manutenção nas estradas, barragens e aplicar práticas de conservação de solo e água nas áreas de cultivo ou pastagens.
No PPAG 2016/2019 pode-se observar que, apesar dos valores irrisórios alocados, ante o tamanho do território e do passivo do Estado nesse aspecto, o governo do Estado entende a necessidade de introdução de parâmetros ambientais na implantação e manutenção de infraestrutura. No programa Infraestrutura Rural, sob gestão da Fundação Rural Mineira – Ruralminas – , encontram-se previstas as seguintes ações:
– Ação: 2047 – Readequação de estradas vicinais com enfoque ambiental: R$ 5.000,00
– Ação: 4148 – Conservação de estradas vicinais – R$ 690.000,00
– Ação: 4149 – Conservação e revitalização de sub-bacias hidrográficas – R$ 6.500,00.

ENCAMINHAMENTOS

95	Aprovação de requerimento direcionado à Seapa e à Seplag solicitando providências para suplementação de recursos para as Ações 2047, 4148 e 4149, relativas a melhoria da infraestrutura rural com a aplicação de parâmetros ambientais, sob gestão da Ruralminas, em face da demanda dos diversos territórios de desenvolvimento do Estado, uma vez que os recursos propostos são inferiores à demanda.
96	Aprovação de requerimento direcionado à Seapa e à Ruralminas solicitando providências para implementação de ação de capacitação de operadores de máquinas rurais.
97	Recomendação aos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs – para atuarem na promoção de transferência de tecnologia relativa a infraestrutura rural de uso coletivo em seus territórios, tendo como indicador a redução de sólidos em suspensão nos cursos d'água no período chuvoso
98	Aprovação de requerimento direcionado à Associação Mineira de Municípios – AMM – sugerindo estímulo à formação de consórcios intermunicipais para manutenção de estradas vicinais, com tecnologia ambiental adequada.

TEMA 6 – AGRICULTURA, PECUÁRIA E PISCICULTURA

PROPOSTA 35: Criação, efetivação e incremento dos mecanismos para pagamento por serviços ambientais, como o Bolsa Verde mineiro, com prioridade para a agricultura familiar e considerada a necessidade de ações de educação ambiental segundo as condições socioambientais, por meio de recursos financeiros públicos ou privados, com remuneração equivalente à expectativa de renda com a atividade produtiva, segundo planejamento e necessidade técnica de cada sub-bacia hidrográfica, identificados em Planos de Proteção, de Recomposição de Nascentes, de Áreas Ciliares e de Áreas de Recarga Hídrica.

ANÁLISE: O Pagamento de Serviços Ambientais se caracteriza como um instrumento econômico de gestão ambiental.
Considerada a imposição da gestão de recursos hídricos se dar a partir da bacia, tomada como unidade geográfica, importa aos gestores o controle do uso da água nos aspectos quantitativo e qualitativo, assim como deveria importar a produção de água sem a qual não há o que regular. Assim, merecem atenção especial dos gestores a ocupação dada ao território, o manejo do solo, a proteção aos remanescentes de vegetação nativa, a proteção das áreas de recarga, que muitas vezes exigirá seu "não uso" ou sua restauração, quando degradadas, entre outras questões.

A experiência brasileira e a mineira de gestão ambiental dos territórios indica claramente a ineficácia das práticas de comando e controle para a regulação do uso de recursos naturais. Instrumentos como o Bolsa Verde, que têm como objeto o Pagamento por Serviços Ambientais – PSA –, vêm surgindo e sua principal limitação é o financiamento continuado. Limitar a aplicação desses instrumentos à alocação de recursos públicos orçamentários implicará sistematicamente em frustração dos pagamentos, em descontinuidade, como pode ser observado a seguir na descrição do caso do Bolsa Verde.

O Bolsa Verde tem como fontes financeiras: 10% do orçamento anual do Fhidro; 50% do valor arrecadado com a cobrança de multa administrativa por infrações à Lei nº 14.309, de 2002; Recursos ordinários do Tesouro Estadual, consignados na Lei Orçamentária Anual – LOA –, entre outras.

Foram lançados dois editais do Bolsa Verde (2010 e 2011). Atualmente, o deficit financeiro para o pagamento do benefício é de aproximadamente R$ 54 milhões .

No PPAG 2016/2019, no âmbito do Programa 143 – Proteção das Áreas Ambientalmente Conservadas –, existe a Ação: 4488 – Bolsa Verde, a ser executada com recursos do Fhidro, num total de R$ 30 milhões orçados.

O crescente déficit do programa já anuncia seu insucesso e as dificuldades financeiras do Estado anunciam a não execução dos valores previstos.

Entende-se, portanto, que enquanto os programas de PSA não tiverem fonte de recursos dedicada, de captação direta, ou não forem absorvidos pelos CBHs e financiados a partir dos valores econômicos gerados dentro de suas bacias hidrográficas, eles não cumprirão seu papel na produção de água e proteção aos recursos hídricos.

ENCAMINHAMENTOS

99	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, com pedido de providências para que sejam honrados os pagamentos dos termos de cooperação já firmados no âmbito do Programa Bolsa Verde, relativos aos editais de 2010 e 2011, que já acumulam déficit financeiro de R$ 54.797.591,72.
100	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – solicitando o lançamento de novos editais para dar continuidade ao programa Bolsa Verde, sendo precedido de uma avaliação financeira, social e ambiental do andamento dos editais 2010/2011, e de uma discussão de novos critérios, se necessários, para alocação dos recursos junto aos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs.
101	Aprovação de requerimento direcionado aos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs – solicitando providências para que revisem seus planos de bacia e o cálculo dos valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos, levando em consideração a manutenção, a longo prazo, de programas de pagamento por serviços ambientais.
102	Promoção de discussão (Audiência ou Debate Público) sobre fontes de financiamento para PSA com foco na produção de água

TEMA 6 – AGRICULTURA, PECUÁRIA E PISCICULTURA

PROPOSTA 36: Estabelecimento de áreas livres vedadas à mineração e à monocultura nas bacias hidrográficas, de forma a assegurar sua capacidade hidrológica, especialmente em áreas de recarga, aquíferos e mananciais de água, precedido por um estudo detalhado, com participação social, dos sistemas aquíferos do Estado de Minas Gerais, para que se definam todas as possibilidades de recarga e armazenamento de águas subterrâneas.

ANÁLISE: O Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais – ZEE-MG – consiste na elaboração de um diagnóstico dos meios geo-biofísico e sócio-econômico-jurídico-institucional, gerando respectivamente duas cartas principais, a Carta de Vulnerabilidade Ambiental e a Carta de Potencialidade Social, que, sobrepostas irão conceber áreas com características próprias, determinando o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado. O ZEE-MG tem a coordenação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, participação de todas as Secretarias de Estado de Minas, de outras entidades e da sociedade civil.

Além de compor uma grande base organizada e integrada de informações oficiais, esta ferramenta, sem caráter limitador, impositivo ou arbitrário, apoiará a gestão territorial fornecendo subsídios técnicos à definição de áreas prioritárias para a proteção e conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento, segundo critérios de sustentabilidade econômica, social, ecológica e ambiental. O ZEE/MG será de grande importância no planejamento e elaboração das políticas públicas e das ações em meio ambiente, orientando o governo e a sociedade civil na elaboração dos seus programas e em seus investimentos. Estes, aos serem planejados e implementados respeitando-se as características de cada zona de desenvolvimento, irão promover com maior assertividade a melhoria na qualidade dos serviços prestados e na qualidade de vida de toda a população de Minas Gerais.

O ZEE é, portanto, a ferramenta desenvolvida pelo Estado para orientar as tomadas de decisão quanto à ocupação do território e ao desenvolvimento econômico aliado à proteção ambiental e sustentabilidade.

No entanto, sua atualização e aprimoramento continuado são condições elementares para que essa ferramenta cumpra seu papel. Vale comentar que há cerca de 5 anos a Secretaria de Estado de Meio Ambiente não investe na manutenção dessa ferramenta.

Um dos casos mais críticos se refere às áreas prioritárias para conservação da biodiversidade e para a criação de unidades de conservação. O mapeamento atual dessas áreas não atende ao propósito a que se destina dada a inadequação de escala e falta de

sistematização de critérios técnicos. Tal condição se fez notar na tramitação da Lei Florestal Mineira, Lei nº 20.922/2013, em que os legisladores, reconhecendo a deficiência do mapeamento em vigor, estabeleceram condições legais para sua revisão: "Art. 53. Compete ao Copam definir as áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade e para a criação de Unidades de Conservação e regulamentar sua utilização, de forma integrada e coerente com o ZEE do Estado. Parágrafo único. O Copam definirá e tornará público, no prazo de dois anos, contados da data de publicação desta Lei, o Plano de Criação e Implantação de Unidades de Conservação, com a finalidade de proteção das áreas a que se refere o caput".	
ENCAMINHAMENTOS	
103	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – solicitando que o Estado, no âmbito do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE – e do Zoneamento Ambiental e Produtivo – ZAP –, estabeleça estudos de mapeamento e coleta de dados das diversas regiões do Estado para definir zonas de restrição de uso para a monocultura e a mineração.
104	Regulamentação da Lei nº 10.793, de 1992, que dispõe sobre a proteção de mananciais destinados ao abastecimento público no Estado de Minas Gerais, de forma a permitir a restrição de uso de solo em bacias de abastecimento público.
105	Realização de Debate Público para discussão da monocultura nas bacias hidrográficas que estejam sofrendo escassez hídrica.
106	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – solicitando providências para que sejam realizados estudos sobre a viabilidade de delimitação de áreas vedadas à mineração e à prática de monocultura no Estado, cada um por sua vez.
107	Aprovação de requerimento direcionado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – solicitando providências para que seja realizada a atualização do Zoneamento Econômico-Ecológico – ZEE – do Estado.
108	Recomendação aos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs – para que os Planos de Bacia estabeleçam áreas de restrição de uso do solo, bem como áreas prioritárias para conservação.

4.2.7 – Análise dos Encaminhamentos

É oportuno ressaltar que o Regimento Interno da ALMG determina o processo a que serão submetidas as propostas resultantes de eventos institucionais, como o Seminário Legislativo (art. 296 e 297). Inicialmente, determina que "será formado um comitê de representação, composto por representantes da sociedade civil e do poder público escolhidos dentre os participantes do evento" com o objetivo de acompanhar e intervir nos desdobramentos das propostas aprovadas no evento.

Uma vez formado, o comitê:

. nos prazos estabelecidos, apresentará à Mesa da Assembleia as propostas aprovadas e sugestões de desdobramentos, as quais serão distribuídas pela Mesa Diretora da ALMG à comissão cuja competência estiver relacionada ao tema;

. poderá participar da discussão das propostas e dos encaminhamentos sugeridos a partir delas.

Conforme já mencionado, no Seminário Legislativo Águas de Minas III, o comitê de representação elaborou um relatório que com 108 encaminhamentos necessários para atendimento das 36 propostas priorizadas na plenária final do seminário, já apresentados neste Relatório Final no item 4.2.6.

Cumprido o rito regimental, o relator da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, à qual foi distribuído o relatório do comitê de representação, emitirá parecer sobre os encaminhamentos contidos no relatório. O Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Deputado Cássio Soares, avocou a relatória do relatório.

5 – RECOMENDAÇÕES

A maioria das recomendações a seguir são fruto das discussões, reflexões e demandas apresentadas nas reuniões e audiências públicas realizadas pela Comissão Extraordinária das Águas, ao longo de seu trabalho nos anos de 2015 e 2016 e das discussões ocorridas ao longo do Seminário Legislativo Águas de Minas III.

Além dessas recomendações, tomamos a liberdade de apresentar outras extraídas das discussões sobre águas nas diversas abordagens que o tema recebe nesta Casa Legislativa e na sociedade mineira.

Todas as recomendações são tecnicamente justificadas, tendo em vista a sua correlação com os temas debatidos e a competência atribuída a esta comissão, de realização de estudos sobre recursos hídricos.

5.1 – FORTALECIMENTO DOS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA – CBHs

. Valorização da competência deliberativa dos CBHs;

. Regularização do repasse de recursos do Fhidro e da cobrança pelo uso da água aos CBHs;

. Apoio à elaboração dos Planos Diretores ainda não elaborados e à implementação dos já aprovados.

Justificativa:

A avaliação da atuação dos comitês de bacia mineiros, no período de funcionamento da Comissão Extraordinária das Águas, possibilitou o conhecimento mais preciso da atual realidade institucional dessas entidades, identificando suas fragilidades, potencialidades, bem como os constrangimentos e limites à sua efetividade. Assim sendo, foram diagnosticados os seguintes problemas:

. Dificuldade e burocracia no repasse aos comitês de recursos do Fhidro[1];

. Morosidade no repasse aos comitês, dos recursos da cobrança pelo uso da água, arrecadados pelo Estado;

. Dificuldade de implementação dos Planos Diretores já elaborados, bem como da integração destes com os Planos Diretores dos municípios que integram as bacias;

. Morosidade na implantação da cobrança pelo uso da água e da instalação de Agências de Bacia;

. Conflitos diversos pelo uso da água.

Os comitês de bacia, assim como qualquer instância participativa de caráter deliberativo, vêm enfrentando desafios e limites que constrangem a efetividade de sua atuação e do exercício de seu papel.

O entusiasmo com a gestão compartilhada e descentralizada não esconde as dificuldades existentes no exercício cotidiano dessa política. Vários representantes dos comitês de bacias queixam-se da falta de recursos para desempenhar funções que lhes cabem, entre elas, a realização de viagens e reuniões com o intuito de promover a mobilização social. Queixam-se ainda da falta de uma infraestrutura básica (fax, computador, telefone, móveis) para desenvolver projetos e fazer contatos.

Como 25 comitês de bacia ainda não possuem a cobrança pelos recursos hídricos (somente 11 comitês já efetuam a cobrança), grande parte das ações indicadas no Plano de Bacia ou previstas pelo próprio comitê é realizada por meio de projetos financiados pelo Fhidro. Esse fundo, regido pela Lei nº 15.910, de 2005, constitui importante fonte de divisas para a política de recursos hídricos e tem por objetivo dar suporte financeiro a programas e projetos que promovam a racionalização do uso e a melhoria dos recursos hídricos, quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos.

A despeito de sua relevância, grande parte dos comitês de bacia ouvidos em audiências públicas e durante as reuniões do seminário relatou que está havendo grande dificuldade e burocracia no repasse de recursos do Fhidro aos CBHs. Sem ajuda financeira do Estado, muitos CBHs passam a depender de trabalho voluntário e do apoio de entidades interessadas na gestão de recursos hídricos, operando de maneira muito precária e com a estrutura fragilizada. Além disso, os comitês reiteram sistematicamente a reivindicação de aumento do repasse – de 7,5% para 10% – dos recursos do Fhidro destinados ao custeio de suas atividades administrativas. Vale informar que do valor total anual do Fhidro até 7,5% podem ser utilizados para o custeio da estruturação e da manutenção dos CBHs.

Também foi relatada grande demora no repasse dos recursos da cobrança pelo Estado aos CBHs, tendo ocorrido inclusive uma audiência pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em junho de 2016, ocasião em que os presidentes dos comitês de bacia dos afluentes mineiros do Rio Doce reclamaram que o repasse de recursos da cobrança estava atrasado há nove meses. Essa demanda também foi identificada no Seminário das Águas, perfazendo o objeto da Proposta 12, priorizada pela plenária final, que demandava uma rubrica específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – do Estado de Minas

1*Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais*

Gerais, para o recebimento dos recursos financeiros oriundos da cobrança, vinculada diretamente à agência de bacia ou entidade equiparada. A proposta 12 também solicitava a liberação dos recursos da cobrança retidos nos anos anteriores.

A regularização no repasse da cobrança aos comitês precisa ser solucionada em curto prazo, uma vez que o impasse paralisa a atuação dos CBHs na execução dos seus programas ambientais e de gestão das águas.

5.2 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO IGAM

. Recomposição de quadros técnicos e funcionais do Igam;

. Ajuste no plano de carreira do Igam;

. Implementação efetiva da estrutura institucional e normativa aprovadas pela Lei do Sisema (Lei nº 21.972/2015).

Justificativa:

As atribuições do Igam sofreram alteração com a aprovação da Lei nº 21.972/2015, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema. A referida lei resgatou a competência do Igam para outorgar o direito de uso dos recursos hídricos de domínio do Estado, restaurou o seu poder de polícia, além de promover o seu fortalecimento institucional, por meio da criação de novas diretorias (Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos; Diretoria de Planejamento e Regulação; Diretoria de Operações e Eventos Críticos; Diretoria de Administração e Finanças).

No entanto, como vem ocorrendo com todos os órgãos e entidades de Sisema, é grande a necessidade de recomposição de quadros e ajustes na carreira dos servidores, sendo esses temas recorrentes quando se discute a qualidade da atuação do Executivo mineiro na gestão ambiental. É, portanto, fundamental promover o fortalecimento do Igam, por meio da reestruturação dos quadros de pessoal do instituto, de forma a fazer frente às demandas da política estadual de recursos hídricos, bem como a valorização de seus funcionários, de forma a garantir remuneração digna e estabilidade dos quadros funcionais.

Baixos vencimentos são apontados como um grande problema de manutenção do corpo técnico, que está sendo recrutado pela iniciativa privada em decorrência da oferta de salários mais atrativos e carreiras mais promissoras. Como resultado das perdas constantes de quadro funcional, não só do Igam mas de todas as entidades e órgãos do Sisema, perde o poder público, que investiu na formação de servidores, e perde a sociedade, que tem prejudicadas a celeridade e a qualidade dos serviços prestados.

Entendemos, portanto, que é preciso investir na estabilidade do quadro de servidores e isso passa necessariamente por uma carreira mais ajustada à realidade de mercado.

5.3 – REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE NA SEGURANÇA HÍDRICA DO ESTADO

. Apoio à implementação do Plano de Segurança Hídrica do Estado, recentemente concluído;

. Ampliação da rede de alerta em regiões críticas do Estado nos aspectos de escassez ou excesso de água;

. Apoio a ações de convivência com a seca, em especial nas regiões do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, em articulação com entidades da sociedade civil organizada (Caritas e Articulação do Semiárido – ASA);

. Promoção de estudos de viabilidade da implantação de uma rede de barragens de médio porte com vistas à segurança hídrica na bacia do rio Jequitinhonha.

Justificativa:

O Estado de Minas Gerais está sujeito a frequentes impactos relacionados com os extremos climáticos, pela falta ou excesso de água. Na estiagem recente de 2014- 2015, o Estado teve vários locais que chegaram ao limite da disponibilidade hídrica.

O Igam concluiu recentemente a elaboração do Plano de Estratégia de Segurança Hídrica do Estado, que contempla o diagnóstico geral das condições hidrológicas de risco de secas e inundações no Estado e um plano de ação que definiu medidas

emergenciais e o desenvolvimento das ações estruturadas, tendo sido previstas 25 ações distribuídas a curto, médio e longo prazos, visando atuar na redução dos impactos da sociedade a eventos críticos.

É importante agora garantir a implantação do Plano. Nesse sentido, o Igam vem instalando a rede de alerta em bacias prioritárias para eventos críticos de cheias e estiagem no Estado. O objetivo é monitorar os períodos de cheia e seca e, consequentemente, conhecer as condições hidrológicas dos principais sistemas hídricos do Estado.

A rede de alerta foi projetada para ser formada por 156 estações fluviométricas com transmissão de dados em tempo real (a cada 15 minutos) para possibilitar a gestão dos recursos hídricos em situações extremas de escassez e excesso de água. A rede atualmente conta com 30 estações, mas é necessária a ampliação da rede atual para contemplar outras regiões críticas.

Entendemos, portanto, que é preciso garantir as ações e os recursos necessários para a continuidade da implantação do Plano de Segurança Hídrica do Estado, de forma a reduzir a vulnerabilidade do Estado aos eventos das cheias e estiagens.

As principais vulnerabilidades em função da escassez hídrica ocorrem em regiões do Estado relacionadas com a baixa precipitação. São 168 municípios incluídos na área da Sudene, correspondente aos municípios do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, além do São Francisco. Estas regiões precisam de um olhar diferenciado do Estado voltado para a promoção de ações mais efetivas de convivência com a seca.

Sendo assim, é necessário que a ampliação da rede de alerta se dê prioritariamente nessas regiões críticas do Estado, de forma a possibilitar a adoção de medidas emergenciais, além de uma visão preventiva desses eventos e ações de convivência com a seca, inclusive em articulação com as entidades que já trabalham com o tema, no semiárido mineiro, como Cáritas e ASA.

5.4 – REFLEXÃO SOBRE ATIVIDADES QUE DEMANDAM USO INTENSIVO DA ÁGUA

. Reavaliação dos critérios para concessão de outorga para projetos agrícolas e florestais que demandem uso intensivo de água ou irrigação, incluída a priorização da disponibilidade hídrica para o abastecimento humano;

. Reflexão sobre o licenciamento e destinação das águas em empreendimentos minerários que demandem rebaixamento do lençol freático;

. Discussão sobre a utilização dos minerodutos, sua eficiência no uso de recursos hídricos e de outros modais alternativos para o transporte de minério, em especial em áreas com escassez hídrica;

Justificativa:

Sabe-se que a atividade minerária em Minas Gerais é responsável por uma parcela significativa da composição do PIB estadual. Gera divisas, tributos e um número considerável de empregos, movimentando parte significativa da economia mineira, além de ser uma importante fonte de receita para municípios mineradores, por meio da CFEM.

Por outro lado, a atividade é considerada de médio a alto impacto ambiental, porque interfere em áreas de preservação permanente e no solo, em áreas de vegetação e fauna endêmicas, no lençol freático, na qualidade de vida da comunidade do seu entorno, na qualidade e quantidade de recursos hídricos, bem como em áreas representativas de bens culturais e históricos, entre outros impactos.

Nos casos em que se utiliza de mineroduto para o transporte do minério, o impacto se estende para além da comunidade do entorno direto, com reflexos até mesmo sobre comunidades que se encontram distantes das tubulações usadas face a seu impacto na disponibilidade de água.

O desenvolvimento da agricultura irrigada e, em especial, dos pequenos sistemas, de alta eficiência hídrica e ancorados em tecnologias de agricultura de precisão, compõe cenário desejável para aliar elevação da produção agrícola com uso racional dos recursos hídricos. Em tal cenário valorizam-se os cuidados com o manejo das áreas de recarga hídrica, com a reservação de águas fluviais e com a adoção de estratégias de promoção de infiltração, como as barraginhas.

Num cenário de escassez hídrica e diante de um quadro uso intensivo da água para fins da atividade minerária e da irrigação, justifica-se a realização de um evento específico na ALMG, com o objetivo de fazer uma reflexão sobre esses tipos de empreendimentos e as alternativas existentes para minimizar os impactos por ele ocasionados.

5.5 – UNIVERSALIZAÇÃO E A INTEGRALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO

. Maior aporte de recursos orçamentários para a universalização e a integralização do saneamento básico no Estado de Minas Gerais, conforme bases estabelecidas no Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab;

. Apoio à implantação da Vigilância em Saúde Ambiental nos municípios mineiros, nos moldes estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS;

. Discussão sobre a vigilância da qualidade da água para consumo humano e sua influência na saúde de populações expostas a contaminantes (agrotóxicos e outros contaminantes químicos);

. Fiscalização da atuação da Copasa e da Copanor em quesitos relativos à quantidade e à qualidade dos serviços concedidos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos;

. Discussão sobre a fiscalização de cumprimento de retirada das vazões outorgadas por parte dos órgãos responsáveis pelo saneamento básico.

Justificativa:

O Plansab foi elaborado pelo governo federal em processo coordenado pelo Ministério das Cidades, que se iniciou em 2008 e se encerrou em 2013, com a edição do Decreto nº 8.141, de 2013, e da Portaria Interministerial nº 571, de 2013. O plano estabelece a universalização dos serviços de saneamento em todo o país até 2033, com uma estimativa de gastos de R$ 508,4 bilhões, mas a meta não vem sendo cumprida, devido a uma lentidão no acesso aos recursos.

Os recursos previstos para serem executados em saneamento no âmbito do PPAG 2016-2019 no Estado de Minas Gerais, para o ano de 2017, somam aproximadamente R$ 600 milhões. Diante da crise financeira em que o país e o Estado se encontram, observa-se uma redução significativa nos recursos orçamentários previstos para o saneamento em 2017. A despeito do *deficit* previsto para o Estado em 2017, é necessário haver um maior aporte de recursos a fim de se aproximar das metas de universalização e integralização do saneamento básico para o Estado de Minas Gerais.

Parte constituinte da Vigilância em Saúde, a Vigilância em Saúde Ambiental configura-se como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento e a detecção de qualquer mudança nos fatores ambientais que interferem na saúde humana. Sua incorporação no campo das políticas públicas de saúde é uma demanda relativamente recente no País e engloba a diretriz Qualidade da Água para Consumo Humano, no âmbito da qual se desenvolveu o Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – Vigiagua. O programa consiste em ações adotadas continuamente pelas autoridades de saúde pública para garantir o atendimento do padrão e das normas estabelecidas na legislação vigente – Portaria 518/2004 – e para avaliar os riscos que a água de abastecimento, provinda de sistemas públicos e/ou soluções alternativas, pode representar para a saúde humana.

A ALMG tem recebido, em suas diversas comissões, denúncias frequentes relativas ao desempenho e qualidade insatisfatória na prestação dos serviços executados pela Copasa e pela Copanor. A Copanor é uma empresa pública subsidiária da Copasa, criada pelo governo de Minas, para atender as regiões Norte e Nordeste do Estado com os serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários.

Foi priorizado o atendimento a 465 localidades com população entre 200 e 5.000 habitantes com os mais baixos IDHs e maiores déficits em saneamento. Em seu 6º ano de atuação, a Copanor opera serviços de esgotamento sanitário em apenas 32 ou 6,88% das 465 localidades de sua área de abrangência. De acordo com os gestores, a limitação de recursos tem feito a Copanor priorizar o serviço de atendimento de água por ser a necessidade mais premente da população, embora o art. 4º do Estatuto Social da

companhia determine que ela prestará serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário sempre de forma conjunta, sendo vedada a sua prestação em separado. Esse fato tem ensejado a apuração, pelo Ministério Público do Estado, por meio das Promotorias de Justiça de Meio Ambiente da Bacia dos Rios Jequitinhonha e Mucuri, de possíveis crimes de danos ambientais em diversos procedimentos envolvendo a Copanor.

5.6 – PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS – PSA –, COMO INSTRUMENTO DE REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

. Apoio à implantação do programa Cultivando Água Boa;

. Discussão dos passivos e de novas alternativas para aplicação do programa Bolsa Verde;

. Apoio à implementação do Programa de Recuperação Ambiental nas propriedades e posses rurais que aderiram ao programa no âmbito do Cadastro Ambiental Rural – CAR –, como forma de recuperação de áreas degradadas e de proteção de mananciais e aquíferos.

Justificativa:

Considerada a imposição de que a gestão dos recursos hídricos ocorra a partir da bacia, tomada como unidade geográfica, importa aos gestores o controle do uso da água nos aspectos quantitativo e qualitativo. Assim, merecem atenção especial dos gestores a ocupação dada ao território, o manejo do solo, a proteção aos remanescentes de vegetação nativa, a proteção das áreas de recarga, que muitas vezes exigirá seu "não uso" ou sua restauração, quando degradadas, entre outras questões.

A experiência brasileira e a mineira de gestão ambiental dos territórios indica claramente a ineficácia das práticas de comando e controle para a regulação do uso de recursos naturais. Instrumentos como o Bolsa Verde, que têm como objeto o Pagamento por Serviços Ambientais – PSA –, vêm surgindo e sua principal limitação é o financiamento continuado.

O Programa Cultivando Água Boa-MG é uma iniciativa do governo do Estado que visa à replicação adaptada das estratégias de gestão participativa das águas desenvolvidas pela empresa binacional de energia Itaipu. O programa pretende ser catalisador e indutor de ações e iniciativas voltadas para a proteção e recuperação de bacias, associado à conservação e uso das águas de maneira sustentável, tendo como elemento estratégico principal o protagonismo dos Comitês de Bacias na proposição e execução das ações do Programa.

Já com relação ao programa Bolsa Verde, foram lançados dois editais em 2010 e 2011, porém o *deficit* financeiro para o pagamento do Bolsa Verde é de aproximadamente R$ 61 milhões. É necessária uma discussão sobre possíveis novos critérios ou alternativas para dar continuidade ao programa.

Até novembro de 2015, já tinham sido elaborados 580.000 Cadastros Ambiental Rural – CARs –, contemplando 95% das propriedades rurais do Estado, sendo necessário agora prever a execução do Programa de Recuperação Ambiental – PRA. O PRA permitirá ao proprietário ou posseiro do imóvel que possui *deficit* ambiental (Área de Preservação Permanente – APP – a recuperar e/ou Reserva Legal a compensar ou recuperar) regularizar a situação do seu imóvel rural de acordo com as exigências legais.

6 – AGRADECIMENTOS

A Comissão Extraordinária das Águas gostaria de agradecer a todas as pessoas, autoridades, órgãos, entidades e instituições que participaram das audiências públicas, reuniões e visitas com reflexões, críticas e sugestões que tornaram possível o desenvolvimento dos trabalhos desta comissão nos anos de 2015 e 2016 e a elaboração deste relatório. Em especial, agradece o apoio da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, na pessoa do presidente do Parlamento Mineiro, deputado Adalclever Lopes, bem como aos seguintes órgãos e instituições: Igam, Comitês de Bacia Hidrográfica de Minas Gerais, Projeto Manuelzão, Cibapar, Fórum Mineiro dos Comitês de Bacia Hidrográfica, Fetaemg, Faemg, Assemae, Copasa, Emater, Abes, CRBIO, CREA/MG e Arsae.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2016.

Deputado Iran Barbosa, presidente – Deputado Doutor Jean Freire, relator – Ione Pinheiro.

7 – ASSESSORIA TÉCNICA

Consultores: Júlio Cadaval Bedê, Luciana Curi Mattos Mascarenhas, Rodrigo Conde Baêta da Costa, Said Pontes de Albuquerque, Patrícia Marchette Vitelli

Apoio: Priscila Avelino Ferreira, estagiária do curso de Gestão Pública da UFMG

Revisão de Texto: Maria Lina Soares Souza

Gerência-Geral de Consultoria Temática: Flávia Pessoa Santos

Assessoria da Comissão Extraordinária das Águas: Ana Paula Marques da Silva.

ANEXOS

ANEXO I – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 25/3/2015, 15h - PLENARINHO II

Deputados presentes:

Dep. Iran Barbosa / PMDB (presidente)

Dep. Arnaldo Silva / PR

Dep. Doutor Jean Freire / PT

Outras presenças: Dep. João Alberto / PMDB

Finalidade: Designação do relator.

Resultado: Designado relator do Relatório Final (deputado Doutor Jean Freire).

Fixadas reuniões ordinárias para as quintas-feiras, às 14h30min.

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 16/4/2015, 14h30min - AUDITÓRIO

Deputados presentes:

Dep. Leandro Genaro / PSB (vice-presidente)

Dep. Doutor Jean Freire / PT

Dep. João Alberto / PMDB (substituindo deputado Iran Barbosa / PMDB)

Finalidade: Discutir e votar proposições.

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 30/4/2015, 14h30min - AUDITÓRIO

Deputados presentes:

Dep. Iran Barbosa / PMDB (Presidente)

Dep. Arnaldo Silva / PR

Dep. Doutor Jean Freire / PT

Dep. João Vítor Xavier / PSDB

Finalidade: Discussão e votação de proposições da comissão.

2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 8/5/2015, 10h - FRUTAL, MG

Deputados presentes:

Dep. Iran Barbosa / PMDB (Presidente)

Dep. Arnaldo Silva/ PR

Dep. João Vítor Xavier / PSDB

Finalidade: Debater acerca da execução dos programas e ações de preservação promovidas pelo Projeto Cidade das Águas Unesco-Hidroex que visam contribuir para a melhoria da gestão dos recursos hídricos no Estado de Minas Gerais.

Resultado: Reunião realizada com as seguintes presenças:

- Mauri José Alves, prefeito municipal de Frutal;
- Marcelo Luis de Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Frutal;
- Miguel Corrêa da Silva Júnior, secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais e presidente interino da Hidroex;
- Adelmo Carneiro Leão, deputado federal;
- Caio Narcio Rodrigues, deputado federal;
- Antônio Félix Domingues, gerente-geral de Articulação e Comunicação da Agência Nacional de Águas, representando Vicente Andreu Guillo, diretor-presidente da Agência Nacional de Águas;
- Narcio Rodrigues da Silveira, ex-deputado federal e ex-secretário de Estado de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais; e
- Octávio Elísio Alves de Brito, ex-presidente da Hidroex.

1ª REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS - AUDIÊNCIA PÚBLICA – 11/6/2015, 14h15min – ALMG

Deputados presentes (Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável):

Dep. Inácio Franco / PV (Vice-Presidente)

Dep. Dilzon Melo / PTB

Dep. Iran Barbosa / PMDB

Deputados presentes (Comissão Extraordinária das Águas):

Dep. Iran Barbosa / PMDB (Presidente)

Dep. Arnaldo Silva / PR

Dep. João Vítor Xavier / PSDB

Finalidade: Debater a proteção das áreas de recarga no Sinclinal Moeda, a preservação de suas nascentes, e em especial, a implantação de empreendimentos imobiliários no entorno da Lagoa dos Ingleses.

Resultado: Reunião realizada com as seguintes presenças:

- Luciana Aguiar de Souza Lima, analista de Recursos Hídricos, representando Brunno do Carmo Silva, diretor de meio ambiente da Copasa;
- Simone Alvarenga Borja Bottrel, presidente da Arca Amaserra;
- Marcus Vinicius de Freitas, gerente do Parque Rola Moça, representando, Henri Dubois Collet, diretor de Áreas Protegidas do IEF;
- Waldir Silva Salvador de Oliveira, superintendente da CSul;
- Paulo Tarso Amorim Castro, professor da Escola de Minas - Universidade Federal de Ouro Preto;
- Beatriz Vignolo Silva - presidente da ONG Abrace a Serra da Moeda; e
- Christian Wagner, membro da Arca Ama Serra.

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 1º/6/2015, 14h30min - AUDITÓRIO

Deputados presentes:

Dep. Iran Barbosa / PMDB (Presidente)

Dep. Leandro Genaro / PSB (Vice-Presidente)

Dep. Arnaldo Silva / PR

Finalidade: Discussão e votação de proposições da comissão.

1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE MINAS E ENERGIA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS - AUDIÊNCIA PÚBLICA - 1°/7/2015, 9h, ALMG

Deputados presentes (Comissão de Minas e Energia):

Dep. Gil Pereira / PP (Presidente)

Dep. Glaycon Franco / PTN

Dep. Dilzon Melo / PTB (Substituindo Dep. João Vítor Xavier / PSDB)

Deputados presentes (Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável):

Dep. Cássio Soares / PSD (Presidente)

Dep. Inácio Franco / PV (Vice-Presidente)

Dep. Dilzon Melo / PTB

Dep. Iran Barbosa / PMDB

Deputados presentes (Comissão Extraordinária das Águas):

Dep. Iran Barbosa / PMDB (Presidente)

Dep. Doutor Jean Freire / PT

Dep. Gil Pereira / PP (Substituindo Dep. João Vítor Xavier / PSDB)

Outras presenças: Dep. Celinho do Sinttrocel / PC DO B

Finalidade: Debater a crise hídrica no Estado de Minas Gerais com foco na gestão dos recursos hídricos, na sua utilização pela indústria e para fins de abastecimento público.

Resultado: Reunião realizada com as seguintes presenças:

- Luiz Sávio de Souza Cruz, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- Wagner Soares Costa, gerente de Meio Ambiente da Fiemg, representando Olavo Machado Júnior, presidente da Fiemg;
- Márley Caetano de Mendonça, diretor, representando Maria de Fátima Chagas Dias Coelho, diretora-geral do Igam;
- Gilson de Carvalho Queiroz Filho, diretor de Operação Norte, representando Sinara Inácio Meireles Chenna, diretora-presidente da Copasa;
- Gustavo Gastão Corgosinho Cardoso, diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG –, representando Antônio Abrahão Caram Filho, diretor-geral da Arsae-MG;
- Maria Dalce Ricas, superintendente executiva da Amda;
- Ana Paula Mello, coordenadora da Assessoria de Meio Ambiente, representando Roberto Simões, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - Faemg; e
- Luis Márcio Ribeiro Vianna, relações institucionais, representando José Fernando Coura, presidente do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais - Sindiextra.

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 11/8/2015, 14h30min - PLENARINHO I

Deputados presentes:

Dep. Iran Barbosa / PMDB (Presidente)

Dep. Leandro Genaro / PSB (Vice-Presidente)

Dep. Douglas Melo / PSC (Substituindo Dep. Leandro Genaro / PSB)

Dep. Elismar Prado / PT (Substituindo Dep. Doutor Jean Freire / PT)

Outras presenças: Dep. Professor Neivaldo / PT

Finalidade: Discussão e votação de proposições da comissão.

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 13/8/2015, 14h30min – AUDITÓRIO

Deputados presentes:

Dep. Celinho do Sinttrocel / PC DO B (Substituindo Dep. Arnaldo Silva / PR)

Dep. Geraldo Pimenta / PC DO B (Substituindo Dep. Iran Barbosa / PMDB)

Dep. Ricardo Faria / PC DO B (Substituindo Dep. Doutor Jean Freire / PT)

Outras presenças: Dep. Anselmo José Domingos / PTC

Finalidade: Discussão e votação de proposições da comissão.

- Resultado: Reunião realizada com as seguintes presenças:
  Paulo César da Silva, presidente do Sindicato dos Lotéricos de Minas Gerais;
  Marco Vinício Martins de Sá, advogado do Sindicato dos Lotéricos de Minas Gerais;
  Carlos Roberto da Silva, proprietário de lotérica; e
  Maria Teresa Abrahão de Araújo, proprietária de lotérica.

5ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 27/8/2015, 14h30min – AUDITÓRIO

Deputados presentes:

Dep. Leandro Genaro / PSB (Vice-Presidente)

Dep. Doutor Jean Freire / PT

Dep. Sargento Rodrigues / PDT (Substituindo Dep. João Vítor Xavier / PSDB)

Finalidade: Discussão e votação de proposições da comissão.

6ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 22/10/2015, 14h30min – PLENARINHO IV

Deputados presentes:

Dep. Iran Barbosa / PMDB (Presidente)

Dep. Doutor Jean Freire / PT

Dep. João Vítor Xavier / PSDB

Finalidade: Discussão e votação de proposições da comissão.

1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PARTICIPAÇÃO POPULAR, TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS – 27/10/2015, 10h, ALMG

Deputados presentes (Comissão de Administração Pública):

Dep. João Magalhães / PMDB (Presidente)

Dep. Agostinho Patrus Filho / PV (Vice-Presidente)

Dep. Cabo Júlio / PMDB

Dep. Gustavo Valadares / PSDB

Dep. Cássio Soares / PSD (Substituindo Dep. Fábio Cherem / PSD)

Dep. Luiz Humberto Carneiro / PSDB (Substituindo Dep. Gustavo Corrêa / DEM)

Deputados presentes (Comissão de Constituição e Justiça):

Dep. Leonídio Bouças / PMDB (Presidente)

Dep. Antônio Jorge / PPS

Dep. Bonifácio Mourão / PSDB

Dep. Cristiano Silveira / PT

Dep. Luiz Humberto Carneiro / PSDB

Dep. Agostinho Patrus Filho / PV (Substituindo Dep. Isauro Calais / PMN)

Dep. Durval Ângelo / PT (Substituindo Dep. João Alberto / PMDB)

Deputados presentes (Comissão de Participação Popular):

Dep. Marília Campos / PT (Presidente)

Dep. João Leite / PSDB

Dep. Cássio Soares / PSD (Substituindo Dep. Fábio Cherem / PSD)

Dep. Rosângela Reis / PROS (Substituindo Dep. Doutor Jean Freire / PT)

Deputados presentes (Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo):

Dep. Antônio Carlos Arantes / PSDB (Presidente)

Dep. Neilando Pimenta / PP (Substituindo Dep. Felipe Attiê / PP)

Dep. Professor Neivaldo / PT (Substituindo Dep. Fábio Avelar Oliveira / PT DO B)

Deputados presentes (Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável):

Dep. Cássio Soares / PSD (Presidente)

Dep. Inácio Franco / PV (Vice-Presidente)

Dep. Dilzon Melo / PTB

Dep. Iran Barbosa / PMDB

Dep. Marília Campos / PT

Deputados presentes (Comissão Extraordinária das Águas):

Dep. Iran Barbosa / PMDB (Presidente)

Dep. Celise Laviola / PMDB (Substituindo Dep. Arnaldo Silva / PR)

Dep. Douglas Melo / PSC (Substituindo Dep. Leandro Genaro / PSB)

Dep. Elismar Prado / PT (Substituindo Dep. Doutor Jean Freire / PT)

Outras presenças:

Dep. Hely Tarqüínio / PV

Dep. Gil Pereira / PP

Dep. Ivair Nogueira / PMDB

Dep. Dalmo Ribeiro Silva / PSDB

Dep. Rogério Correia / PT

Dep. Sargento Rodrigues / PDT

Dep. Vanderlei Miranda / PMDB

Dep. João Alberto / PMDB

Dep. Duarte Bechir / PSD

Dep. Celinho do Sinttrocel / PC DO B

Dep. Fabiano Tolentino / PPS

Dep. Glaycon Franco / PTN

Dep. Noraldino Júnior / PSC

Dep. Geisa Teixeira / PT

Finalidade: Debater as mudanças propostas pelo governo do Estado na estrutura orgânica do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – por meio do Projeto de Lei nº 2.946/2015.

Resultado: Reunião realizada com as seguintes presenças:

- Carlos Eduardo Ferreira Pinto, promotor de justiça e coordenador do Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais, representando Carlos André Mariani Bittencourt, procurador-geral de Justiça do Estado de Minas Gerais;
- Cel. PM Idzel Mafra Fagundes, diretor de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais;
- Wagner Soares Costa, gerente de Meio Ambiente da Fiemg, representando Olavo Machado Júnior, presidente da Fiemg;
- Henri Dubois Collet, diretor de Áreas Protegidas do IEF, representando Adriana Araújo Ramos, diretora-geral do IEF;
- Maria de Fátima Chagas Dias Coelho, diretora-geral do Igam;
- Diogo Soares de Melo Franco, presidente da Feam;
- Marcos de Abreu e Silva, assessor especial da Presidência da Faemg, representando Roberto Simões, presidente da Faemg;
- Eduardo Nascimento, assessor da Presidência da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, representando Vilson Luiz da Silva, presidente;
- Luís Márcio Vianna, relações institucionais do Sindiextra, representando José Fernando Coura, diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração – Ibram – e presidente do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais – Sindiextra;
- Maria Dalce Ricas, superintendente executiva da Amda;
- Adriano Tostes de Macedo, presidente da Associação Sindical dos Servidores Estaduais do Meio Ambiente;
- Marcus Vinícius Polignano, coordenador do Projeto Manuelzão;
- Ronaldo Vasconcellos Novais, presidente da ONG Ponto Terra;
- Franco Cristiano da Silva Oliveira Alves, superintendente regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

7ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 29/10/2015, 14h30min – AUDITÓRIO

Deputados presentes:

Dep. Iran Barbosa / PMDB (Presidente)

Dep. Arnaldo Silva / PR

Dep. João Vítor Xavier / PSDB

Dep. Rogério Correia / PT (Substituindo Dep. Doutor Jean Freire / PT)

Outras presenças: Dep. Fred Costa / PEN

Finalidade: Discussão e votação de proposições da comissão.

Resultado: Reunião realizada com as seguintes presenças:

- Ricardo de Miranda Aroeira, gerente de gestão de Águas Urbanas da Prefeitura de Belo Horizonte;
- Cel. Alexandre Lucas, coordenador Municipal de Defesa Civil; e
- Vereador Juninho Paim, da Câmara Municipal de Belo horizonte.

8ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 5/11/2015, 14h30min – PLENARINHO III

Deputados presentes:

Dep. Leandro Genaro / PSB (Vice-Presidente)

Dep. Doutor Jean Freire / PT

Dep. Professor Neivaldo / PT (Substituindo Dep. Iran Barbosa / PMDB)

Outras presenças: Dep. Noraldino Júnior / PSC

Dep. Douglas Melo / PSC

Finalidade: Discussão e votação de proposições da comissão.

9ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 12/11/2015, 14h30min – PLENARINHO I

Deputados presentes:

Dep. Iran Barbosa / PMDB (Presidente)

Dep. Leandro Genaro / PSB (Vice-Presidente)

Dep. Arnaldo Silva / PR

Dep. Doutor Jean Freire / PT

Finalidade: Discussão e votação de proposições da comissão.

10ª REUNIÃO ORDINÁRIA – AUDIÊNCIA PÚBLICA – 26/11/2015, 14h30min – AUDITÓRIO

Deputados presentes:

Dep. Iran Barbosa / PMDB (Presidente)

Dep. Arnaldo Silva / PR

Dep. Doutor Jean Freire / PT

Dep. João Vítor Xavier / PSDB

Outras presenças: Dep. Duarte Bechir / PSD

Finalidade da audiência: Debater as medidas já tomadas e as ainda necessárias para a redução das perdas no sistema de abastecimento de água, a situação atual de demanda hídrica e do serviço prestado nos municípios atendidos pelas empresas Copasa e Copanor, bem como esclarecer suposta prática de rodízio velado na manutenção do referido sistema.

11ª REUNIÃO ORDINÁRIA –3/12/2015, 14h30min – ALMG

Deputados presentes (Comissão Extraordinária das Águas):

Dep. Iran Barbosa / PMDB (Presidente)

Dep. Arnaldo Silva / PR

Dep. João Vítor Xavier / PSDB

Dep. Glaycon Franco / PTN

Finalidade: Debater a crise hídrica e a situação preocupante do Rio Paraopeba que abastece parte da RMBH.

Resultado: Reunião ocorrida com as seguintes presenças:

- Márley Caetano de Mendonça, diretor de Pesquisa, Desenvolvimento e Monitoramento das Águas do Igam, representando Maria de Fátima Chagas Dias Coelho, diretora-geral, e representando, também, Luiz Sávio de Souza Cruz, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e presidente do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam;
- Cap. PM Juliano José Trant de Miranda, comandante da Companhia da Polícia Militar de Meio Ambiente, representando Cel.PM Idzel Mafra Fagundes, diretor de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais;

- Rômulo Thomaz Perilli, diretor de Operação Metropolitana da Copasa, representando Sinara Inácio Meireles Chenna, diretora-presidente;
- Ivana Carla Coelho, gerente de Monitoramento de Efluentes da Feam, representando Diogo Soares de Melo Franco, presidente;
- Rafael Batista Gontijo, analista ambiental da Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central - Metropolitana - Supram Central - Metropolitana - , representando Wagner da Silva Sales, superintendente; e
- Anderson Alves de Paula, diretor de capacitação e ensino da Fundação Unesco Hidroex.

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 9/12/2015, 14h30min – AUDITÓRIO
Deputados presentes:
Dep. Iran Barbosa / PMDB (Presidente)
Dep. Leandro Genaro / PSB (Vice-Presidente)
Dep. Doutor Jean Freire / PT
Dep. João Alberto / PMDB (Substituindo Dep. Arnaldo Silva / PR)
Finalidade: Discussão e votação de proposições da comissão.

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 10/12/2015, 9h30min – ALMG
Deputados presentes:
Dep. Doutor Jean Freire / PT
Dep. Carlos Pimenta / PDT (Substituindo Dep. João Vítor Xavier / PSDB)
Finalidade: Debater a grave crise hídrica nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.
Resultado: Reunião realizada com as seguintes presenças:

- Alonso Reis da Silva, diretor-presidente da Copanor;
- Nelson Cunha Guimarães, superintendente de Meio Ambiente da Copasa e Luiz Antônio Lobo de Abreu, assessor técnico da Diretoria Norte, representando, Gilson de Carvalho Queiroz, diretor de Operação Norte da Copasa;
- Cléa Amorim de Araújo, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí – Araçuaí/MG;
- Adhemar Marcos Filho, prefeito Municipal de Itinga;
- Ronaldo Lourenço Santana, prefeito Municipal de Chapada do Norte;
- Vereador José João Emetério, presidente da Câmara Municipal de Chapada do Norte;
- Vereador Francisco de Assis Souza Saraiva, presidente da Câmara Municipal de Jequitinhonha;
- Vereador Wanderley dos Reis Freitas, presidente da Câmara Municipal de Berilo;
- Vereador Noraldino Gonçalves de Macêdo, presidente da Câmara Municipal de Turmalina.

12ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 10/12/2015, 14h30min – PLENARINHO I
Deputados presentes:
Dep. Doutor Jean Freire / PT
Dep. João Vítor Xavier / PSDB
Dep. Cristina Corrêa / PT (Substituindo Dep. Arnaldo Silva / PR)
Outras presenças: Dep. Fábio Cherem / PSD
Finalidade: Discussão e votação de proposições da comissão.

1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES EXTRAORDINÁRIAS DAS ÁGUAS E DAS BARRAGENS – 10/12/2015, 16h - ALMG

Deputados presentes (Comissão Extraordinária das Barragens):

Dep. Agostinho Patrus Filho / PV (Presidente)

Dep. Rogério Correia / PT (Relator)

Deputados presentes (Comissão Extraordinária das Águas):

Dep. João Alberto / PMDB (Substituindo Dep. Iran Barbosa / PMDB)

Finalidade: Apresentação e entrega do relatório da audiência pública realizada pela Câmara Municipal de Brumadinho, em 25/11/2015, com a presença do Sr. Breno Carone, vice-prefeito de Brumadinho e presidente do Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba.

Resultado: Reunião realizada com as seguintes presenças:

- Breno de Castro Alves Carone, vice-prefeito Municipal de Brumadinho e presidente do Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba - Cibapar – Brumadinho/MG;
- Helder Freitas, consultor do Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba - Cibapar - Brumadinho/MG.

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 8/3/2016, 14h30min – PLENARINHO II

Deputados presentes:

Dep. Iran Barbosa / PMDB (Presidente)

Dep. Leandro Genaro / PSD (Vice-Presidente)

Dep. Doutor Jean Freire / PT

Dep. Cristiano Silveira / PT (Substituindo Dep. Doutor Jean Freire / PT)

Finalidade da reunião: Receber, discutir e votar proposições da comissão.

1ª REUNIÃO ESPECIAL – DEBATE PÚBLICO – 21/3/2016, 9h – PLENÁRIO - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS

Deputados presentes (Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável):

Dep. Cássio Soares / PSD (Presidente)

Dep. Iran Barbosa / PMDB

Deputados presentes:(Comissão Extraordinária das Águas):

Dep. Iran Barbosa / PMDB (Presidente)

Dep. Doutor Jean Freire / PT

Finalidade: Comemorar o Dia Mundial da Água e dar continuidade aos debates iniciados no seminário legislativo Águas de Minas III, fortalecendo-se os Comitês de Bacia e as parcerias com o Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas e o Projeto Manuelzão.

Resultado: Reunião realizada com as seguintes presenças:

- Breno Esteves Lasmar, diretor de Gestão das Águas e Apoio aos Comitês de Bacias, representando Luiz Sávio de Souza Cruz, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Maria de Fátima Chagas Dias Coelho, diretora-geral do Igam;
- Leonardo Ladeira, assessor do gabinete da Seplag, representando Helvécio Miranda Magalhães Júnior, secretário de Estado de Planejamento e Gestão;
- Carlos Eduardo Silva, presidente do CBH Piranga e vice- presidente do CBH do Rio Doce - Colatina/ES, representando o

prefeito Leonardo Deptulski, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce;

- Hideraldo Buch, coordenador-geral do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas e presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Rio Grande – Uberaba/MG;
- Antônio Eustáquio Vieira, presidente do Movimento Verde de Paracatu;
- Emanuele Mares Oliveira, vice-presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio e Baixo Rio Jequitinhonha-Almenara/MG;
- Alice Lorentz de Faria Godinho, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Mucuri-Teófilo Otoni/MG;
- Denes Martins da Costa Lott, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba -Brumadinho/MG;
- Antônio Giacomini Ribeiro, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari – Araguari/MG;
- Marcus Vinícius Polignano, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - Belo Horizonte.

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 5/5/2016, 14h30min – AUDITÓRIO

Deputados presentes:

Dep. Iran Barbosa / PMDB (Presidente)

Dep. Leandro Genaro / PSD (Vice-Presidente)

Dep. Doutor Jean Freire / PT

Finalidade da reunião: Receber, discutir e votar proposições da comissão.

ANEXO II – REQUERIMENTOS APROVADOS

Data	Autor	Requerimento
25/03/15	Deputado Fred Costa	1) Requer seja realizado debate público conjunto da Comissão Extraordinária das Águas com a de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável sobre os "Desafios do gerenciamento e da utilização dos recursos hídricos em Minas Gerais". **(RQN 779/2015)**
	Deputado Doutor Jean Freire	2) Requer seja realizada reunião da Comissão Extraordinária das Águas para debater, em audiência pública, no Município de Águas Vermelhas (Norte de Minas), o projeto de mineroduto "Vale do Rio Pardo" que destina a transportar minério de ferro por tubulação usando água. **(RQN 780/2015)**
	Deputado Doutor Jean Freire	3) Requer seja realizada reunião da Comissão Extraordinária das Águas para debater, em audiência pública, o panorama da atual crise hídrica no Estado de Minas Gerais, bem como soluções preventivas e corretivas que estão sendo implementadas pelas concessionarias de distribuição de água para garantir seu fornecimento. **(RQN 785/2015)**
	Deputados Arnaldo Silva, João Alberto	4) Requer seja realizada reunião da Comissão Extraordinária das Águas para debater, em audiência pública, no Município de Frutal, a execução de vários programas e ações de preservação promovidas pelo Projeto Cidade das Águas Unesco-Hidroex que visam contribuir para a melhoria da gestão dos recursos hídricos no Estado de Minas Gerais. **(RQN 788/2015)**
	Deputado Iran Barbosa	5) Requer seja realizada reunião da Comissão Extraordinária das Águas para debater, em audiência pública, a proteção das áreas de recarga no Sinclinal Moeda e, em especial, a implantação de empreendimentos imobiliários no entorno da Lagoa dos Ingleses. **(RQN 791/2015)**

16/04/15	Deputado João Alberto	6) Requer seja realizada reunião da Comissão Extraordinária das Águas para debater, em audiência pública, soluções e alternativas para o abastecimento de água na Região Metropolitana de Belo Horizonte uma vez que os reservatórios que abastecem a Grande BH estão em níveis críticos e as cidades da região metropolitana enfrentam dificuldades de abastecimento em função da crise hídrica. **(RQN 1.169/2015)**
30/04/15	Deputado Leandro Genaro	7) Requer seja realizada reunião da Comissão Extraordinária das Águas para debater, em audiência pública, a denúncia de contaminação por óleo diesel da água fornecida pela Copasa ao bairro Quarto Depósito, no Município de Santos Dumont, que tem causado problemas de saúde aos moradores daquela região. **(RQN 1.435/2015)**
	Deputados Iran Barbosa e João Vítor Xavier	8) Requer seja encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais pedido de informação contendo: 1) Certidão de Inteiro Teor e cópia integral de todos os inquéritos civis públicos em andamento ou arquivados que se relacionem com infração ou descumprimento de condicionantes ambientais em processo de licenciamento para empreendimentos de extração e/ou processamento mineral e minerodutos; 2) Certidão de Inteiro Teor e cópia integral de todas as ações por crimes ambientais em andamento, propostas pelo órgão contra empresas de extração mineral no Estado; e 3) Certidão de Inteiro Teor e cópia integral de todos os Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta – TACs – assinados com empresas de mineração no Estado, bem como as cópias integrais de todos os processos que os originaram. **(RQN 1.436/2015)**
	Deputado Iran Barbosa	9) Requer seja encaminhado ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informação contendo: 1) Certidão de Inteiro Teor e cópia integral de todos os processos de licenciamento ambiental para a atividade de extração mineral vigentes no Estado, vencidos ou encerrados nos últimos 5 anos; 2) Certidão de Inteiro Teor e cópia integral de todos os processos de licenciamento ambiental vigentes, arquivados, negados ou em tramitação que tenham como objeto a construção e operação de minerodutos no Estado; 3) Certidão de Inteiro Teor com todas as autuações e multas aplicadas a empreendimentos minerários no Estado por quaisquer dos órgãos de fiscalização ligados a esta secretaria, assim como as notificações de descumprimento de condicionantes e demais documentos de natureza similar; 4) Certidão de Inteiro Teor contendo todas as autorizações para intervenção em Áreas de Preservação Permanentes – APPs – emitidas pelos órgãos ligados a esta secretaria ou pela própria; e 5) Certidão de Inteiro Teor e cópia integral de todos os processos de emissão ou dispensa de outorga sobre uso ou intervenção em recursos hídricos assim como quaisquer outros direitos outorgados ou dispensados pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – para atividades de extração e processamento mineral e minerodutos. **(RQN 1.439/2015)**
05/08/15	João Alberto	10) Requer sejam enviadas as notas taquigráficas da 2º Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Águas, realizada no Município de Frutal, no dia 8/5/2015, à Fundação Jacques Cousteau, Unesco, Agência Nacional das Águas, Câmara Federal, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior – Sectes –, Fundação Centro Internacional de Capacitação e Pesquisa Aplicada em Água – Hidroex –, Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – Regional Frutal e ao Governador do Estado. **(RQN 1.596/2015)**
	Arnaldo Silva	11) Requer seja criado grupo de trabalho, no âmbito da Comissão Extraordinária das Águas, para estudar formas de efetivar a implementação de toda a Cidade das Águas e estabelecer cronograma objetivo de término das obras, de funcionamento dos laboratórios, de contratação de pessoal e de financiamento e custeio permanente da Fundação Centro Internacional de Capacitação e Pesquisa Aplicada em Água – Hidroex –, com a participação do Hidroex, da Fundação Jacques Cousteau, da Unesco, da Agência Nacional das Águas, da Câmara Federal, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior – Sectes, da Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg - Regional Frutal e do Governador do Estado. **(RQN 1.597/2015)**
18/06/15	Deputado Dirceu Ribeiro	12) Requer seja incluído o Município de Ubá como sede de uma das etapas regionais do seminário legislativo das Águas. **(RQN 2.295/ 15)**
	Deputado Iran Barbosa e Deputado Rogério Correia	13) Requer seja realizado debate público da Comissão Extraordinária das Águas acerca da adoção e implantação do programa Cultivando Água Boa, em Minas Gerais, pelo Governo Estadual, como política pública prioritária de gestão, produção e uso dos recursos hídricos mineiros em tempos de grave escassez desse recurso indispensável à vida. **(RQN 2.296/15)**
	Deputado Arnaldo Silva	14) Requer seja encaminhado ao Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil – CPRM – pedido de informação referente ao resultado do estudo completo acerca das águas minerais de São Lourenço requeridas por meio do Requerimento de Comissão nº 7.634/2013 (RQN nº 5.725/13; Ofício nº 2.858/13), aprovado em reunião da Comissão Extraordinária das Águas realizada dia 18/9/2013. **(RQN 2.297/15)**
	Deputado Arnaldo Silva	15) Requer seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária das Águas, no Município de São Lourenço, para debater medidas que possibilitem a extração de forma responsável e legal de água mineral, por parte de empresas exploradoras, a fim de evitar a extinção das principais fontes do município. **(RQN 2.298/15)**
	Deputado Glaycon Franco	16) Requer seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária das Águas para debater, no Município de Conselheiro Lafaiete, a crise hídrica e a situação preocupante do Rio Paraopeba que abastece parte da RMBH. **(RQN 2.299/15)**
	Deputado Noraldino Júnior	17) Requer seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária das Águas para debater, no Município de Juiz de Fora, a crise hídrica e seus reflexos na região. **(RQN 2.300/15)**

	Deputado Iran Barbosa	18) Requer seja encaminhado ofício à Mesa da Assembleia pedido para avaliar a conveniência e a oportunidade de realização, pela TV Assembleia, de programa informativo sobre o Sinclinal Moeda, tendo em vista seu potencial ambiental, cultural, científico, espeleológico, histórico e turístico e sua importância para as bacias dos Rios Paraopeba e das Velhas, responsáveis pelo abastecimento público da região metropolitana de Belo Horizonte. **(RQN 2.301/15)**
	Deputado Iran Barbosa	19) Requer seja encaminhado ofício à Mesa da Assembleia para avaliar a conveniência e a oportunidade de realização de evento institucional sobre o Sinclinal Moeda para debater a requalificação de suas áreas degradadas e a criação de unidades de conservação, tendo em vista seu potencial ambiental, cultural, científico, espeleológico, histórico e turístico e sua importância para as bacias dos Rios Paraopeba e das Velhas, responsáveis pelo abastecimento público da região metropolitana de Belo Horizonte. **(RQN 2.302/15)**
	Deputado Iran Barbosa	20) Requer seja encaminhado ofício à empresa CSul Lagoa dos Ingleses recomendando a disponibilização, no sítio da internet dessa instituição, do material apresentado por seus representantes na audiência pública realizada conjuntamente pelas Comissões Extraordinária das Águas e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável desta Casa, em 11 de junho de 2015, para fins de consulta dos interessados. **(RQN 2.303/15)**
	Deputado Iran Barbosa	21) Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Turismo pedido de providência para promover estudos de viabilidade para implantar um circuito turístico na área do Sinclinal Moeda, contemplando, entre outras medidas, a implementação de projeto de identificação e criação de trilhas para bicicletas e apoio às exposições nacionais e internacionais relacionados às artes, turismo, conservação e preservação de meio ambiente. **(RQN 2.304/15)**
	Deputado Iran Barbosa	22) Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providência para promover, em conjunto com a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, estudo de viabilidade para instituir um Museu de Recursos Hídricos na área do Sinclinal Moeda, tendo em vista seu potencial ambiental, cultural, científico, espeleológico, histórico e turístico e sua importância para as bacias dos Rios Paraopeba e das Velhas, responsáveis pelo abastecimento público da região metropolitana de Belo Horizonte. **(RQN 2.305/15)**
11/08/15	Deputado João Alberto	23) Requer seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária das Águas para debater, no Município de Brumadinho, soluções e alternativas para a escassez hídrica vivenciada por moradores de algumas regiões do município, bem como o contrato vigente com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa. **(RQN 2.956/15)**
	Deputado Iran Barbosa	24) Requer seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária das Águas para debater, no Município de Santa Luzia, a situação atual da coleta e tratamento de esgoto. **(RQN 2.957/15)**
	Deputado Iran Barbosa	25) Requer seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária das Águas para debater, no Município de Ribeirão das Neves, a situação atual da coleta e tratamento de esgoto. **(RQN 2.958/15)**
	Deputado Iran Barbosa	26) Requer seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária das Águas para debater o papel da Copasa como empresa de saneamento básico e sua atuação na coleta e no tratamento de resíduos sólidos. **(RQN 2.959/15)**
	Deputado Iran Barbosa	27) Requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM pedido de providências para realizar estudos e determinar o nível de deterioração do estoque de água do Estado devido a poluição dos mananciais criados pelo despejo indiscriminado de esgoto não tratado. **(RQN 2.960/15)**
	Deputado Iran Barbosa	28) Requer seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária das Águas para debater as ações da Copasa para garantir o abastecimento de água na Região Metropolitana de Belo Horizonte até o final do corrente ano, bem como para os anos seguintes. **(RQN 2.961/15)**
27/8/2015	Deputado Dalmo Ribeiro Silva	29) Requer seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária das Águas para debater o funcionamento e a estrutura dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais. **(RQN 3.233/15)**
	Deputado Fred Costa	30) Requer seja realizada audiência pública conjunta da Comissão Extraordinária das Águas e de Assuntos Municipais e Regionalização e para debater acerca do processo de despoluição e tratamento da Lagoa da Pampulha. **(RQN 3.234/15)**
22/10/15	Deputado Iran Barbosa	31) Requer seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária das Águas para debater o risco de supressão de nascentes na área do Município de Ribeirão das Neves em que possivelmente será implantado o aterro sanitário metropolitano. **(RQN 3.986/15)**
	Deputado Iran Barbosa	32) Requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei 2.946/2015, do governador do Estado, que dispõe sobre o Sistema Estadual do Meio Ambiente - Sisema - e dá outras providências. **(RQN 3.987/15)**

	Deputado João Vítor Xavier , Deputado Iran Barbosa	33) Requerem seja realizada visita ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto – Saae – de Caeté para discutir o problema da falta de água no município, que já dura 40 dias, e buscar soluções. **(RQN 3.988/15)**
	Deputado João Vítor Xavier , Deputado Iran Barbosa	34) Requerem seja realizada audiência pública, com a convocação dos presidentes da Copasa e da Copanor, para debater as medidas já tomadas e as ainda necessárias para a redução das perdas no sistema de abastecimento de água, a situação atual de demanda hídrica e do serviço prestado nos municípios atendidos pelas referidas empresas no Estado, bem como para esclarecer suposta prática de rodízio velado na manutenção do referido sistema. **(RQN 3.989/15)**
	Deputado João Vítor Xavier , Deputado Iran Barbosa	35) Requerem seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações, consubstanciado em relatório sobre todas as intervenções e interrupções no sistema de abastecimento de água da Região Metropolitana de Belo Horizonte ocorridas nos últimos 8 meses, especificando data, bairros atingidos pela suspensão do abastecimento por evento, duração e motivação da paralisação. **(RQN 3.990/15)**
29/10/15	Dep. Rogério Correia, Dep. Arnaldo Silva, Dep. João Vítor Xavier, Dep. Iran Barbosa	36) Requerem seja realizada audiência pública para discutir a crise hídrica em Caeté. **(RQN 4.047/15)**
	Dep. Rogério Correia, Dep. Arnaldo Silva, Dep. João Vítor Xavier, Dep. Iran Barbosa	37) Requerem seja realizada reunião, com os convidados presentes, para debater a necessidade de obras emergenciais no sistema de drenagem de Belo Horizonte. **(RQN 4.048/15)**
	Deputado Fred Costa	38) Requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater o plano de atendimento ao período chuvoso executado pela Prefeitura de Belo Horizonte. **(RQN 4.049/15)**
05/11/15	Deputado Doutor Jean Freire	39) Requer seja realizada audiência pública para debater a grave crise hídrica nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. **(RQN 4.130/15)**
12/11/15	Deputado João Vítor Xavier, Deputado Iran Barbosa	40) Requerem seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para isentar do pagamento do IPTU as vítimas – moradores e motoristas – das enchentes na Avenida Vilarinho, em Venda Nova, no dia 27/10/2015, como forma de ressarcimento dos prejuízos. **(RQN 4.131/15)**
	Deputado João Vítor Xavier, Deputado Iran Barbosa	41) Requerem seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para priorizar a elaboração de projeto que possibilite o aumento da capacidade de vazão da galeria de drenagem pluvial da Avenida Vilarinho, no Bairro Venda Nova, bem como para que custeie o referido projeto com recursos do Fundo Municipal de Saneamento de Belo Horizonte. **(RQN 4.132/15)**
	Deputado João Vítor Xavier, Deputado Iran Barbosa	42) Requerem seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que os recursos que estão sendo gastos com publicidade das obras relativas ao sistema de drenagem urbana de Belo Horizonte seja prioritariamente utilizado em propagandas educativas que busquem conscientizar a população para a importância de não se jogar lixo nas ruas, contribuindo para a diminuição de ocorrência de enchentes causadas por entupimento de bocas de lobo. **(RQN 4.133/15)**

	Deputado João Vítor Xavier, Deputado Iran Barbosa	43) Requerem seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para realizar fiscalização mais ostensiva, com aplicação de multa ao cidadão que descartar lixo em logradouros públicos de Belo Horizonte, conforme determina a Lei Municipal nº 10.534, de 2012. **(RQN 4.134/15)**
	Deputado João Alberto	44) Requer seja realizada audiência pública para debater as ações desenvolvidas no âmbito do Projeto Lagoa Viva, no Município de Brumadinho, que se destina à recuperação de pequenas acumulações de água em propriedades administradas em regime de agricultura familiar, mediante desassoreamento e remoção de ervas invasoras. **(RQN 4.229/15)**
	Deputado Jean Freire	45) Requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Minas e Energia para debater o uso da água na mineração com foco nas barragens de rejeitos de resíduos de mineração. **(RQN 4.230/15)**
	Deputado Leandro Genaro	46) Requer seja realizada audiência pública para debater as circunstâncias do rompimento das barragens da mineradora Samarco no Distrito de Bento Rodrigues, no Município de Mariana, e as providências tomadas para minimizar os impactos ambientais, principalmente quanto à qualidade da água do leito do Rio Doce. **(RQN 4.231/15)**
	Deputado Arnaldo Silva	47) Requer seja realizada audiência pública para debater a situação atual do Hidroex. **(RQN 4.232/15)**
30/12/99	Deputado João Alberto	48) Requer seja realizada reunião com convidados, conjuntamente com a Comissão Extraordinária das Barragens, para entrega e apresentação do relatório elaborado em audiência pública realizada no Município de Brumadinho, em 25/11/2015. **(RQN 4.704/15)**
	Deputado João Alberto	49) Requer seja realizada reunião com convidado para entrega e apresentação do relatório elaborado em audiência pública realizada no Município de Brumadinho, em 25/11/2015. **(RQN 4.705/15)**
	Deputado Glaycon Franco	50) Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de informações sobre a existência nesse órgão de mecanismos envolvendo políticas públicas ou ações de qualquer espécie para incentivo, fomento ou financiamento da construção de barraginhas para contenção de águas superficiais, pluviais ou não, no Estado, especialmente nas regiões do Alto, Médio e Baixo Paraopeba. **(RQN 4.706/15)**
	Deputado Glaycon Franco	51) Requer seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre a existência nessa empresa de mecanismos envolvendo políticas públicas ou ações de qualquer espécie para incentivo, fomento ou financiamento da construção de barraginhas para contenção de águas superficiais, pluviais ou não, no Estado, especialmente nas regiões do Alto, Médio e Baixo Paraopeba. **(RQN 4.707/15)**
	Deputado Glaycon Franco	52) Requer seja encaminhado à Copasa-MG pedido de informações sobre a existência nessa empresa de mecanismos envolvendo políticas públicas ou ações de qualquer espécie para incentivo, fomento ou financiamento da construção de barraginhas para contenção de águas superficiais, pluviais ou não, no Estado, especialmente nas regiões do Alto, Médio e Baixo Paraopeba. **(RQN 4.708/15)**
	Deputado Glaycon Franco	53) Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de informações sobre a existência nesse órgão de mecanismos envolvendo políticas públicas ou ações de qualquer espécie para incentivo, fomento ou financiamento da construção de barraginhas para contenção de águas superficiais, pluviais ou não, no Estado, especialmente nas regiões do Alto, Médio e Baixo Paraopeba. **(RQN 4.709/15)**

	Deputado Glaycon Franco	54) Requer seja encaminhado à Diretoria-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre a existência nesse órgão de mecanismos envolvendo políticas públicas ou ações de qualquer espécie para incentivo, fomento ou financiamento da construção de barraginhas para contenção de águas superficiais, pluviais ou não, no Estado, especialmente nas regiões do Alto, Médio e Baixo Paraopeba. **(RQN 4.710/15)**
	Deputado Glaycon Franco	55) Requer seja encaminhado à Diretoria-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre quais são os poços tubulares para exploração de água, por município, na região do Alto Paraopeba, na Bacia do Rio Paraopeba. **(RQN 4.711/15)**
	Deputado Glaycon Franco	56) Requer seja encaminhado à Diretoria-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre quais são os poços tubulares para exploração de água, por município, na região do Médio Paraopeba, na Bacia do Rio Paraopeba. **(RQN 4.712/15)**
	Deputado Glaycon Franco	57) Requer seja encaminhado à Diretoria-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre quais são os poços tubulares para exploração de água, por município, na região do Baixo Paraopeba, na Bacia do Rio Paraopeba. **(RQN 4.713/15)**
	Deputado Glaycon Franco	58) Requer seja encaminhado à Copasa-MG pedido de informações sobre o valor investido, desde 1997, no Programa Estadual de Conservação da Água, regido pela Lei nº 12.503, de 1997, por município, na região do Alto Paraopeba, na Bacia do Rio Paraopeba. **(RQN 4.714/15)**
	Deputado Glaycon Franco	59) Requer seja encaminhado à Copasa-MG pedido de informações sobre o valor investido, desde 1997, no Programa Estadual de Conservação da Água, regido pela Lei nº 12.503, de 1997, por município, na região do Médio Paraopeba, na Bacia do Rio Paraopeba. **(RQN 4.715/15)**
	Deputado Glaycon Franco	60) Requer seja encaminhado à Copasa-MG pedido de informações sobre o valor investido, desde 1997, no Programa Estadual de Conservação da Água, regido pela Lei nº 12.503, de 1997, por município, na região do Baixo Paraopeba, na Bacia do Rio Paraopeba. **(RQN 4.716/15)**
	Deputado Glaycon Franco	61) Requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre quais os mecanismos de monitoramento do volume e da qualidade das águas subterrâneas na região do Alto Paraopeba, na Bacia do Rio Paraopeba. **(RQN 4.717/15)**
	Deputado Glaycon Franco	62) Requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre quais os mecanismos de monitoramento do volume e da qualidade das águas subterrâneas na região do Médio Paraopeba, na Bacia do Rio Paraopeba. **(RQN 4.718/15)**
	Deputado Glaycon Franco	63) Requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre quais os mecanismos de monitoramento do volume e da qualidade das águas subterrâneas na região do Baixo Paraopeba, na Bacia do Rio Paraopeba. **(RQN 4.719/15)**
	Deputado Glaycon Franco	64) Requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre o valor investido, desde 1997, no Programa Estadual de Conservação da Água, regido pela Lei nº 12.503, de 1997, por município, na região do Alto Paraopeba, na Bacia do Rio Paraopeba. **(RQN 4.720/15)**

	Deputado Glaycon Franco	65) Requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre o valor investido, desde 1997, no Programa Estadual de Conservação da Água, regido pela Lei nº 12.503, de 1997, por município, na região do Médio Paraopeba, na Bacia do Rio Paraopeba. **(RQN 4.721/15)**
	Deputado Glaycon Franco	66) Requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre o valor investido, desde 1997, no Programa Estadual de Conservação da Água, regido pela Lei nº 12.503, de 1997, por município, na região do Baixo Paraopeba, na Bacia do Rio Paraopeba. **(RQN 4.722/15)**
	Deputado Glaycon Franco	67) Requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre o valor da receita operacional anual, desde 1996, apurada em cada município pertencente à Bacia do Rio Paraopeba. **(RQN 4.723/15)**
	Deputado Glaycon Franco	68) Requer seja encaminhado à presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de informações sobre o valor da receita operacional anual, desde 1996, apurada em cada município pertencente à Bacia do Rio Paraopeba. **(RQN 4.724/15)**
	Deputado Glaycon Franco	69) Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os valores aportados anualmente, desde sua criação, ao Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – Fhidro – esclarecendo qual a origem desses recursos e também qual o valor aplicado, por município, na Bacia do Alto Paraopeba. **(RQN 4.725/15)**
	Deputado Glaycon Franco	70) Requer seja encaminhado aodiretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre a existência de algum mecanismo de cadastramento de empresas que realizam perfuração de poços nos municípios da Bacia do Rio Paraopeba e, em caso afirmativo, quais são as empresas cadastradas. **(RQN 4.726/15)**
	Deputado Glaycon Franco	71) Requer seja realizada audiência pública para debater as soluções emergenciais e de curto prazo para resolver a crise hídrica na região do Alto Paraopeba. **(RQN 4.727/15)**
	Deputado Glaycon Franco	72) Requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas - IEF - pedido de providências para pagar os passivos do Programa Bolsa Verde, relativos aos anos de 2010 e 2011, bem como para abrir editais direcionados à conservação e à proteção das nascentes. **(RQN 4.731/15)**
	Deputado Glaycon Franco	73) Requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para melhoria dos mananciais de abastecimento do Município de Conselheiro Lafaiete, tendo em vista que os reservatórios da Jacuba e Água Preta se encontram assoreados e com baixa disponibilidade hídrica. **(RQN 4.734/15)**
	Deputado Glaycon Franco	74) Requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad -, ao Conselho de Política Ambiental – Copam –, às Superintendências Regionais de Regularização Ambiental – Suprams – e à Polícia Militar pedido de providências para resolução dos problemas diagnosticados no relatório anexo com informações sobre o Sistema de Abastecimento de Água do Município de Congonhas, uma vez que o relatório alerta para riscos quanto à disponibilidade hídrica no referido município **(RQN 4.741/15)**
10/12/15	Deputado Carlos Pimenta, Deputado Doutor Jean Freire	75) Requerem seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre o grau de assoreamento, a qualidade das águas da Barragem de Irapé e as atividades e o orçamento previstos para 2016 para o processo de revitalização dos afluentes do Rio Jequitinhonha. **(RQN 4.776/15)**

	Deputado Carlos Pimenta, Deputado Doutor Jean Freire	76) Requerem seja encaminhado ao diretor-geral do Idene pedido de informações sobre o planejamento (recursos, número de poços, critérios na definição de perfurações) e a atuação do instituto nas perfurações de poços tubulares profundos nos Vales dos Rios Jequitinhonha e Mucuri. **(RQN 4.777/15)**
	Deputado Carlos Pimenta, Deputado Doutor Jean Freire	77) Requerem seja encaminhado ao presidente do IEF pedido de informações sobre a disponibilidade e a distribuição de mudas de eucalipto e outras espécies na região do alto, do médio e do baixo Jequitinhonha e Mucuri. **(RQN 4.778/15)**
	Deputado Carlos Pimenta, Deputado Doutor Jean Freire	78) Requerem seja encaminhado à coordenadora da Secretaria Executiva do Fhidro pedido de informações sobre a natureza, a finalidade e os valores dos recursos investidos nas obras das bacias do Rio Doce e do Rio Jequitinhonha, no período crítico da crise hídrica atual. **(RQN 4.779/15)**
	Deputado Carlos Pimenta, Deputado Doutor Jean Freire	79) Requerem seja encaminhado ao presidente da Copasa pedido de informações sobre a situação de coleta e tratamento de esgoto em cada município atendido pela empresa nas bacias do Rio Jequitinhonha e do Rio Mucuri. **(RQN 4.780/15)**
	Deputado Carlos Pimenta, Deputado Doutor Jean Freire	80) Requerem seja encaminhado ao presidente da Copasa pedido de informações sobre os investimentos previstos e realizados até 2015, na coleta e no tratamento de esgoto, em cada município atendido pela empresa nas bacias do Rio Jequitinhonha e do Rio Mucuri. **(RQN 4.782/15)**
	Deputado Carlos Pimenta, Deputado Doutor Jean Freire	81) Requerem seja encaminhado ao presidente da Copanor pedido de informações sobre os investimentos previstos e realizados até 2015, na coleta e no tratamento de esgoto, em cada município atendido pela empresa nas bacias do Rio Jequitinhonha e do Rio Mucuri. **(RQN 4.784/15)**
	Deputado Carlos Pimenta, Deputado Doutor Jean Freire	82) Requerem seja encaminhado ao Superintendente Regional de Regularização Ambiental em Diamantina - Supram Jequitinhonha - pedido de informações sobre as licenças ambientais em vigor, solicitadas e em tramitação, para pesquisa e exploração de ouro no leito e entorno do Rio Araçuaí. **(RQN 4.787/15)**
	Deputado Carlos Pimenta, Deputado Doutor Jean Freire	83) Requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para promover, prioritariamente, a revitalização da bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha fundamentada no "Plano de Gestão da Bacia do Rio Jequitinhonha", elaborado em 2009 e ainda pouco realizado. **(RQN 4.790/15)**
	Deputado Carlos Pimenta, Deputado Doutor Jean Freire	84) Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente pedido de informações sobre o número de empresas que exercem atividade minerária na bacia do Rio Jequitinhonha, suas localizações e impactos ambientais, bem como sobre a qualidade da água do referido rio e sobre as ações dessa secretaria para a recuperação e a revitalização dos afluentes dele. **(RQN 4.791/15)**
	Deputado Carlos Pimenta, Deputado Doutor Jean Freire	85) Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente pedido de informações sobre o Fhidro, esclarecendo-se qual o montante de recursos que compõem o fundo, quais investimentos e em quais locais foram realizados até o momento, quanto foi repassado para os Comitês de Bacias e quanto foi repassado à Ruralminas para a construção de pequenas barragens. **(RQN 4.792/15)**
	Deputado Carlos Pimenta, Deputado Doutor Jean Freire	86) Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que não haja em 2015 e 2016 nenhum contingenciamento de recursos orçamentários alocados para ações de investimentos da Copanor. **(RQN 4.793/15)**
	Deputado Carlos Pimenta, Deputado Doutor Jean Freire	87) Requerem seja encaminhado à Copanor pedido de providências para que sejam revistos os objetivos da entidade, de forma a permitir o atendimento das comunidades com menos de 200 habitantes. **(RQN 4.794/15)**

	Deputado Carlos Pimenta, Deputado Doutor Jean Freire	88) Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais - Sedinor - pedido de providências para acelerar as obras de instalação de sistemas de abastecimento de água nos municípios que enfrentam a falta de água nas regiões dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. **(RQN 4.795/15)**
	Deputado Carlos Pimenta, Deputado Doutor Jean Freire	89) Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente pedido de providências para que sejam estimulados e realizados projetos de proteção e recuperação de nascentes, além de programas de pagamentos por serviços ambientais relacionados com a produção de água nos Vales dos Rios Jequitinhonha e Mucuri. **(RQN 4.796/15)**
	Deputado Carlos Pimenta, Deputado Doutor Jean Freire	90) Requerem seja encaminhado à Coordenadoria da Secretaria Executiva do Fhidro pedido de providências para que seja liberada maior soma de recursos para a manutenção e a atuação dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Vales do Rio Jequitinhonha e do Mucuri, que atualmente lidam com a urgência na busca de soluções para o abastecimento de água e obras de esgotamento sanitário diante da situação crítica de falta de água e degradação dos cursos d'água e dos mananciais da região. **(RQN 4.797/15)**
08/03/16	Deputado Iran Barbosa	91) Requer seja realizado debate público em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para comemorar o Dia Mundial da Água e dar continuidade aos debates iniciados no seminário legislativo Águas de Minas III, fortalecendo-se os Comitês de Bacia e as parcerias com o Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas e o Projeto Manuelzão. **(RQN 5.182/ 2016)**
05/05/16	Deputado Iran Barbosa	92) Requer seja realizada audiência pública para debater a atuação da Copasa no Município de Divinopólis, em virtude da má prestação de serviços. **(RQN 5.920/ 2016)**
	Deputado Iran Barbosa	93) Requer seja realizada audiência pública para debater a preservação das nascentes e dos mananciais, a escassez de recursos hídricos, o despejo indiscriminatório de veneno nas lavouras que afetam a Bacia do Rio Doce, bem como o tratamento de esgoto do Município de Manhumirim e região. **(RQN 5.921/ 2016)**
	Deputado Iran Barbosa	94) Requer seja realizada audiência pública para debater a situação do abastecimento de água da Região Metropolitana de Belo Horizonte em virtude das atividades minerárias. **(RQN 5.922/ 2016)**

Comissão Extraordinária com a finalidade de realizar estudos e debates sobre a situação dos animais do Estado; propor políticas públicas que possam promover a regulamentação e a proteção dos animais do Estado; propor a atualização dos instrumentos legais sobre a matéria; e propor ações e medidas para a resolução de conflitos relacionados à criação, comercialização e à proteção dos animais.

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS

Relatório Final

Relator: Deputado Noraldino Junior

Belo Horizonte

2015-2016

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO

2 – ANTECEDENTES À CRIAÇÃO DA COMISSÃO

3 – INSTALAÇÃO E OBJETIVOS

4 – COMPOSIÇÃO

5 – TRABALHOS DESENVOLVIDOS NO BIÊNIO 2015/2016

5.2 – Políticas públicas voltadas para animais domésticos e silvestres

7ª Reunião Ordinária – ALMG – 18/6/2015

5.3 – Troca de experiências acerca de políticas públicas voltadas para os animais

Visita Técnica – São Paulo-SP – 23/6/2015

5.4 – Apuração de denúncias de maus-tratos a animais

Visita Técnica – Barbacena-MG – 25/6/2015

5.5 – Abandono de animais vivos nas margens do Rio Arrudas

2ª Reunião Extraordinária – Audiência Pública – ALMG – 2/7/2015

5.6 – Apuração de denúncia de maus-tratos a animais

5.7 – Malefícios da utilização de veículos de tração animal

5.8 – Metodologias e ações para o controle responsável da população de pombos

5.9 – Apuração de denúncia de crime ambiental

5.10 – Apuração de denúncia sobre maus-tratos a animais

5.11 – Comercialização de animais no Mercado Central de Belo Horizonte (I)

5.12 – Situação dos cães abandonados em Caratinga – Ong Latemia

5.13 – Delegacia Especializada em Investigação de Crimes contra a Fauna

5.14 – Manejo populacional ético de capivaras nos centros urbanos

5.15 – Animais atingidos pelo rompimento das barragens da Samarco S/A

Visita Técnica – Mariana-MG – 11/11/2016

5.16 – Comercialização de animais no Mercado Central de Belo Horizonte (II)

6 – LEIS APROVADAS E PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO

Lei nº 21.970, de 15/1/2016

Lei nº 22.231, de 20/7/2016

Projeto de Lei nº 288/2015

Projeto de Lei nº 2.844/2015

Projeto de Lei nº 1.305/2015

Projeto de Lei nº 109/2015

Projeto de Lei nº 1.745/2015

Projeto de Lei nº 2.176/2015

Projeto de Lei nº 2.844/2015

Projeto de Lei nº 2.848/2015

7 – RECOMENDAÇÕES

8 – AGRADECIMENTOS

9 – ASSESSORIA TÉCNICA

10 – ANEXOS

ANEXO I – REGISTROS DE REUNIÕES

ANEXO II – REQUERIMENTOS APROVADOS – 2015/2016

ANEXO III – ÓRGÃOS E ENTIDADES QUE PARTICIPARAM DOS TRABALHOS

1 – INTRODUÇÃO

Há tempos o homem seleciona animais para o seu convívio, não somente por questões de companheirismo e divertimento, mas também para sua sobrevivência, como fonte de alimento, força de trabalho e segurança. Apesar da grande aceitação dos animais domesticados, dentre eles os de estimação com seu crescente aumento nos lares, atitudes como o abandono, os maus-tratos e comportamentos cruéis ainda são muito presentes na sociedade. Os animais, especialmente os de trabalho e os de produção, não são vistos como seres dotados de sentimentos, capazes de sentir dor, ter emoções, seres que merecem ser bem tratados e respeitados. Vale lembrar que esse universo vai muito além dos *pets*, em tese mais bem cuidados. Por outro lado, temos os animais na natureza, os chamados animais selvagens, que por vezes despertam no homem medo, insegurança e, eventualmente, admiração por viverem livres, serem donos de seu próprio destino, mas que nem por isso têm tratamento mais digno. A destruição ou modificação de seus *habitats* provoca profundo desequilíbrio, levando muitas vezes à extinção de espécies, algumas antes mesmo de se tornarem conhecidas pelo homem.

Como provedor involuntário de proteína, força de trabalho e segurança ao ser humano, o animal domesticado se doa diariamente, recebendo em troca alimento, abrigo e alguma proteção. Entretanto, o homem provedor, na maioria quase absoluta das vezes, trata o seu animal com visão utilitarista, de preservação e perpetuação da coisa possuída. Não podemos negar, contudo, que a relação homem-animal, que data de milênios, também serviu em alguma medida ao próprio animal, que evoluiu, diversificou-se em várias raças e ajudou o homem a se espalhar por todo o planeta.

Como veremos detalhadamente no capítulo a seguir, a instalação em 2015 da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais foi precedida de discussão desse tema em várias oportunidades: no debate público A Legislação de Proteção aos Animais, realizado em 2013, e em seis grandes audiências públicas no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, realizadas durante vários meses de 2014. Nas audiências discutiu-se a legislação de proteção aos animais e a autonomia normativa dos estados; a gestão de animais: órgãos responsáveis, estruturas e desafios; o uso de animais no ensino e na pesquisa; a guarda responsável e o controle populacional de animais; os animais de produção e de prestação de serviços; e os animais silvestres e exóticos: convívio, tráfico e exposição. Há que se destacar que tanto o debate público quanto as audiências públicas contaram com intensa participação do poder público, da academia e da sociedade civil, abrangendo diferentes pontos de vista sobre a questão. Esse cenário favoreceu a exposição de ideias e pensamentos, muitas vezes divergentes, que em muito contribuíram para qualificar o debate e para a tarefa de aprimorar a legislação estadual.

Essas discussões gestaram a criação da presente comissão, dando-lhe o impulso inicial. A Comissão dos Animais, como hoje é mais conhecida, se consolidou e ganhou porte trazendo a público a causa de defesa e proteção dos animais. Dizemos isso porque, apesar das limitações regimentais que a impedem de examinar e dar parecer a projetos de lei, esta comissão encaminhou, a requerimento da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, sugestões robustas a proposições atinentes à matéria em tramitação nesta Casa, uma delas referente a *proteção, identificação e controle populacional de cães e gatos* e outra, relacionada a *maus-tratos contra animais*, as quais foram integralmente acolhidas. As duas proposições transformaram-se em leis – respectivamente Lei nº 21.970, de 15/1/2016, e Lei nº 22.231, de 20/7/2016.

A Lei nº 21.970, que dispõe sobre a proteção, a identificação e o controle populacional de cães e gatos foi uma resposta desta comissão e deste Parlamento a problema endêmico causador de problemas éticos, como a dificuldade para se garantir a guarda responsável e o bem-estar desses animais, e de saúde pública, como a expansão de zoonoses, derivado da reprodução descontrolada.

Muitos desses animais encontram-se nas ruas, expostos a situações de maus-tratos e mais vulneráveis a doenças, o que gera um aumento do risco de zoonoses, doenças naturalmente transmissíveis entre animais e seres humanos. A comissão se destacou, ainda, pelo intenso trabalho de fiscalização do funcionamento das Unidades de Vigilância de Zoonoses – UVZ –, estruturas físicas e técnicas, vinculadas ao Sistema Único de Saúde – SUS –, responsáveis pela execução de parte ou da totalidade das atividades referentes a vigilância, prevenção e controle de zoonoses. Além disso, deu visibilidade à necessidade premente da adoção de medidas de controle populacional de cães e gatos por meio de castração ou esterilização, aliada a campanhas de conscientização da sociedade sobre o tema. A norma aprovada e publicada teve como sugestão da Comissão dos Animais: i) a inclusão de dispositivo que proibisse o extermínio de cães e gatos para fins de controle populacional; ii) a implantação de dispositivo eletrônico subcutâneo que permitisse a identificação de cães e gatos; e, por fim, iii) a descrição de responsabilidades para criadores e vendedores de animais, à luz da Resolução nº 1.069, do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

A Lei nº 22.231 visa punir, no âmbito do Estado, as práticas que impliquem crueldade contra os animais. A norma define maus-tratos contra animais como quaisquer ações ou omissões que atentem contra a saúde ou a integridade física ou mental do animal, enumerando algumas delas: privar o animal de suas necessidades básicas; lesar ou agredir o animal, causando-lhe sofrimento, dano físico ou morte; abandonar o animal; obrigar o animal a realizar trabalho excessivo ou superior às suas forças ou submetê-lo a condições ou tratamentos que resultem em sofrimento; e criar, manter ou expor animal em recinto desprovido de segurança, limpeza e desinfecção.

A norma estabelece, ainda, que o infrator ficará sujeito às sanções previstas no art. 16 da Lei nº 7.772, de 1980, que trata da proteção, conservação e melhoria do meio ambiente. São passíveis de punição as pessoas, inclusive os detentores de função pública, civil ou militar, e as organizações sociais ou empresas, com ou sem fins lucrativos, de caráter privado ou público, instaladas no Estado, que descumprirem as disposições da lei.

A Comissão de Proteção dos Animais, nesses dois anos de sua existência, e a de Meio Ambiente, nos anos de 2013 e 2014, demonstraram a este Parlamento que há na sociedade uma demanda reprimida por normas que promovam a defesa e proteção dos animais. Faltava à Assembleia Legislativa buscar uma forma de atender a esse público, representado por pessoas abnegadas, sérias e dedicadas, comumente denominadas "protetores de animais", que acorreram a esta Casa em grande número, como representantes de ONGs ou individualmente. Esse é, portanto, o papel que esta comissão tem tentado cumprir nesses dois anos, com muito espírito de luta e dedicação. Vitórias importantes foram conquistadas, como as leis citadas acima. O mais importante, porém, é que os animais foram colocados na agenda do Legislativo mineiro, por meio de um protagonismo nunca antes experimentado. Este relatório final visa, por fim, registrar essa história e descortinar os objetivos a serem perseguidos numa desejada reinstalação desta comissão extraordinária no biênio 2017/2018, ou na instalação definitiva de uma comissão permanente para tratar do tema proteção aos animais no Legislativo mineiro.

2 – ANTECEDENTES À CRIAÇÃO DA COMISSÃO

Em debate público realizado no dia 26 de novembro de 2013, primeiro evento de vulto que marca a presente movimentação do Parlamento mineiro em torno da defesa dos animais, os participantes levantaram a necessidade de aprovação de leis estaduais para a proteção aos animais. Reivindicaram ainda a eliminação da participação de animais em espetáculos, a mudança no controle reprodutivo de cães e gatos e a criação de uma rede para recebimento de animais vítimas de maus-tratos.

Na época, já havia 32 projetos de lei referentes a cuidados com os animais em tramitação na Assembleia. Por iniciativa da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi anunciado durante o evento que, com a finalidade de ampliar o debate, seriam realizadas, a partir de fevereiro de 2014, audiências públicas para discutir com mais profundidade as principais questões que afetam a proteção e o bem-estar animal. Inicialmente foram previstas sete audiências com os seguintes temas: a ética e o

bem-estar animal; a legislação de proteção aos animais e a autonomia normativa dos estados; a gestão dos animais; o uso de animais no ensino e na pesquisa; além de debates sobre os animais de produção, prestação de serviço, silvestres e exóticos.

Também nessa época surgiram os primeiros questionamentos parlamentares acerca da comissão a que deviam ser distribuídas as temáticas relativas ao bem-estar animal.

Durante a reunião realizada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no dia 11 de fevereiro de 2014, ambientalistas e autoridades ressaltaram a aprovação da Lei 21.159, de 2014, que proibiu a utilização de animais em espetáculos circenses, mas foram unânimes em afirmar a necessidade de avançar na questão da proteção dos animais. Adriana Cristina Araújo, do Movimento Mineiro pelos Direitos Animais, ressaltou as iniciativas de São Paulo, que proibiu o uso de animais em pesquisas para criação de cosméticos, e do Rio de Janeiro, que tem um projeto de lei em tramitação para proibir o uso de cavalos para puxar carroças. Adriana destacou ainda a importância de se discutir políticas de controle de animais de rua. Segundo ela, "essa realidade é tratada pela pasta da saúde, e o animal é visto apenas como problema que transmite doenças para os seres humanos". Ela reivindicou a corresponsabilidade da pasta de Meio Ambiente sobre essa questão. Destacou também a criação da primeira delegacia de proteção animal há seis meses, depois da entrega de requerimento com 56 mil assinaturas ao governador do Estado.

A reunião da Comissão de Meio Ambiente realizada no dia 25 de fevereiro de 2014 apontou a integração entre órgãos governamentais e da sociedade civil organizada como o principal caminho para a boa gestão da fauna no Estado. De acordo com a representante do Instituto Estadual de Florestas – IEF –, Sônia Cordebeli, foi um avanço o acordo de cooperação técnica, motivado pela Lei Complementar Federal nº 140, de 2011, que estabeleceu um trabalho conjunto entre União, estados e municípios para dividir as competências relativas ao meio ambiente. Ela explicou que, a partir disso, foram definidas ações de defesa dos direitos dos animais no órgão, tais como o correto manejo da fauna em cativeiro, a necessidade de autorização de manejo da fauna no âmbito do licenciamento ambiental e a criação de centros de triagem de animais silvestres. O presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária, Nivaldo da Silva, que também tem a competência de fiscalizar os profissionais do setor em todo o Estado, defendeu que os demais órgãos ambientais, a sociedade protetora dos animais e a própria sociedade podem e devem auxiliar na proteção da fauna.

Na audiência pública do dia 11 de março de 2014, a Comissão de Meio Ambiente ouviu autoridades e pesquisadores que reconheceram ainda ser necessária a utilização de animais em estudos e pesquisas, embora tenham defendido o uso progressivo de metodologias alternativas. Na avaliação do coordenador do Centro Brasileiro de Validação de Métodos Alternativos, Octávio Augusto França Presgrave, embora se pense na substituição do animal como uma primeira alternativa para o problema do uso de cobaias no ensino e pesquisa, esse seria um objetivo final, fruto de um processo evolutivo. O presidente do Conselho de Controle Experimental Animal, José Mauro Granjeiro, também defendeu que a experimentação em animais ainda é necessária. Para ele, os métodos alternativos estão disponíveis, mas é necessário capacitar os laboratórios a realizá-los. O presidente do Comitê de Ética da PUC Minas, professor Vítor Márcio Ribeiro, reforçou que a substituição de animais no ensino ainda é um desafio, mas comemorou o avanço ocorrido nos últimos anos. Ele lembrou, por exemplo, que antes eram utilizados 50 camundongos em um grupo de pesquisa, e hoje esse número foi reduzido para seis. Para ele, o uso de cobaias na pesquisa científica é essencial, desde que dentro dos princípios éticos, que não levem ao sofrimento do animal. Membro da Comissão de Ética no Uso de Animais da Fundação Ezequiel Dias, Myrian Morato Duarte, também defendeu a pesquisa com animais, que, segundo ela, leva ao conhecimento e ao avanço. De acordo com ela, o trabalho do pesquisador é sempre no sentido de reduzir o sofrimento do animal e justificar o seu uso em determinada pesquisa. A médica e ativista Eulália Jordá Poblet defendeu que os experimentos sejam feitos nos próprios humanos, e não em animais. Ela disse que já participou de um experimento sobre diurético, e que, na ocasião, assinou um termo de compromisso que lhe dava a possibilidade de interrompê-lo caso fosse de sua vontade, opção que o animal não tem. Além disso, Eulália criticou os métodos de pesquisa utilizados atualmente e citou como exemplo o fato de os animais serem induzidos à depressão para testes de antidepressivos.

Em 25 de março de 2014, a Comissão de Meio Ambiente debateu a guarda responsável de animais domésticos e o controle populacional de cães e gatos. Os participantes cobraram principalmente a criação de políticas públicas para evitar o abandono de animais domésticos e solucionar a questão dos animais de rua. O manejo desses animais é de responsabilidade dos municípios, mas na avaliação de autoridades e especialistas, é preciso criar diretrizes gerais pelo Estado ou até pela União.

A Comissão de Meio Ambiente debateu ainda, no dia 8 de abril de 2014, o bem-estar para animais na produção e na prestação de serviços. Na ocasião, representantes de ONGs de proteção animal defenderam a abolição do uso de animais nessas atividades. O fiscal do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, Jadir Carvalho, falou sobre a importância de se adotarem medidas para proporcionar bem-estar aos animais na produção. No mesmo sentido, a representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-MG –, Edna Cardoso, ponderou que o Estado tem de fiscalizar melhor os abatedouros, pois é muito comum o abate clandestino e o uso de marretadas para realizar o abate de vacas e bois. A integrante do Movimento Mineiro pelos Direitos Animais, Adriana Cristina Araújo, declarando-se defensora da liberdade do animal, afirmou que acredita na construção de novo paradigma, baseado no biocentrismo, no veganismo e no abolicionismo.

Na última audiência de 2014, ocorrida no dia 22 de abril, foram discutidas as penalidades aplicadas ao tráfico de animais silvestres e exóticos, consideradas muito leves pelos especialistas convidados, e a grande deficiência na infraestrutura para triagem e reabilitação dos espécimes apreendidos. Diante disso, constatou-se a necessidade de rever a legislação e ampliar a integração de órgãos públicos e privados envolvidos na conservação ambiental, pois os traficantes são beneficiados com a ausência de punições condizentes com a gravidades dos crimes praticados, que ainda incluem maus-tratos e mutilação das espécies comercializadas. Os envolvidos nos delitos costumam ser enquadrados apenas como proprietários, recebendo curtas detenções (de seis meses a um ano) que, não raro, são convertidas em prestação de serviços comunitários. As multas também são de baixo valor e raramente aplicadas. Essa realidade favorece a repetição e a continuidade dos crimes. Por isso, reiteradas vezes, os participantes da reunião ressaltaram a importância de uma revisão na legislação, visando ampliar punições e criar instrumentos de prevenção.

3 – INSTALAÇÃO E OBJETIVOS

Em 10/4/2015 a Mesa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais instalou a Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais que funcionará durante o primeiro biênio da 18ª Legislatura.

A Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais foi instituída com o objetivo de:

I – realizar estudos e debates, bem como propor medidas relacionadas a vários temas, como gestão de animais sob a responsabilidade do poder público e vulnerabilidade dos animais acautelados;

II – utilização ética dos animais no ensino e na pesquisa;

III – bem-estar dos animais de produção e de prestação de serviços;

IV – guarda responsável e controle populacional de animais;

V – tráfico, convívio e exposição de animais silvestres e exóticos.

4 – COMPOSIÇÃO

A comissão foi constituída formalmente em 10/4/2015, tendo iniciado suas atividades em 30/4/2015.

Membros Efetivos - Presidente	Membros Suplentes
Noraldino Júnior - Vice-Presidente	Anselmo José Domingos
Fred Costa	Roberto Andrade
Ione Pinheiro	Dalmo Ribeiro Silva
Leandro Genaro	Elismar Prado
(Membro não Indicado)	Celise Laviola

5 – TRABALHOS DESENVOLVIDOS NO BIÊNIO 2015/2016

No ano de 2015, os trabalhos da comissão se desenvolveram por meio de 9 audiências públicas, cuja síntese passamos a apresentar. Foram aprovados ao todo 293 requerimentos, apresentados no Anexo 2, e realizadas 9 visitas.

A Tabela 1 apresenta uma relação dos eventos promovidos no biênio, cujo detalhamento é feito no Anexo 1.

Tabela 1 – Eventos da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais

Reunião	Data	Tipo	Local	Finalidade
1	11/06/15	Reunião Extraordinária Audiência Pública	ALMG	Debater a regulamentação da criação e do comércio de animais de estimação.
2	18/06/15	Reunião Ordinária	ALMG	Debater a gestão de políticas públicas voltadas para animais domésticos e silvestres no Estado de Minas Gerais e as propostas e ações dos órgãos relacionados à proteção animal.
3	23/06/15	Visita Técnica	São Paulo – SP	Visita ao gabinete do deputado federal Roberto Tripoli para tratar de assuntos de interesse da causa animal.
4	23/06/15	Visita Técnica	São Paulo – SP	Visita ao gabinete do deputado estadual Feliciano Filho, do Estado de São Paulo, com a finalidade de trocar experiências acerca de políticas públicas voltadas para os animais.
5	25/06/15	Visita Técnica	Barbacena – MG	Visita ao canil do Município de Barbacena e ao antigo lixão da cidade, tendo em vista denúncia de condições precárias do local e de ocorrência de maus-tratos aos animais recebida na Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais.
6	02/07/15	Reunião Extraordinária Audiência Pública	ALMG	Debater o abandono de animais vivos ao longo das margens do Rio Arrudas, no perímetro urbano de Belo Horizonte.
7	13/07/15	Visita Técnica	Manhuaçu – MG	Visitar o canil do Município de Manhuaçu com a finalidade de conhecer sua infraestrutura e funcionamento, tendo em vista denúncia recebida na comissão sobre condições precárias daquele local e maus-tratos aos animais abrigados.
8	16/07/15	Reunião Extraordinária Audiência Pública	ALMG	Debater os malefícios da utilização de veículos de tração animal, no que se refere à ocorrência de maus-tratos aos animais, ao trânsito e à questão social dos carroceiros, bem como alternativas à utilização desse meio de transporte.
9	27/08/15	Reunião Extraordinária Audiência Pública	ALMG	Debater metodologias e ações para o controle responsável da população de pombos que habitam nos perímetros urbanos.
10	09/09/15	Visita Técnica	Carmo do Cajuru – MG	Averiguar denúncias de crime ambiental ocorrido no município em que um cachorro foi agredido a pedradas por um cidadão.
11	18/09/15	Visita Técnica	Ubá – MG	Conhecer a infraestrutura e funcionamento do canil municipal, tendo em vista denúncia recebida na comissão sobre condições precárias e maus-tratos aos animais abrigados.
12	18/09/15	Visita Técnica	Viçosa – MG	Verificar as condições dos animais albergados, tendo em vista denúncias de maus-tratos recebidas na comissão.
13	22/10/15	Reunião Ordinária	ALMG	Expor as razões técnico-periciais do laudo produzido sobre as condições sanitárias e de trato dos animais mantidos e comercializados no Mercado Central de Belo Horizonte.
14	09/03/16	Reunião Extraordinária Audiência Pública	Caratinga-MG	Debater a situação dos cães abandonados no município e região, que se encontram atualmente sob a responsabilidade da Ong Latemia.
15	16/06/16	Visita Técnica	Belo Horizonte	Acompanhar os trabalhos desenvolvidos pela Delegacia Especializada em Investigação de Crimes contra a Fauna.
16	26/10/16	Reunião Conjunta Audiência Pública	ALMG	Debater o manejo populacional ético de capivaras nos centros urbanos como forma de prevenção à febre

				maculosa.
17	11/11/16	Visita Técnica	Mariana - MG	Avaliar as condições de abrigo e manejo dos animais atingidos pelo rompimento das barragens da Samarco S/A..
18	01/12/16	Reunião Extraordinária Audiência Pública	ALMG	Debater a comercialização de animais vivos no Mercado Central de Belo Horizonte, tendo em vista a liminar concedida pela Justiça mineira que proíbe o referido comércio.

Serão descritos resumidamente a seguir os principais eventos da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais no biênio 2015/2016, com a identificação dos temas tratados.

5.1 – Regulamentação da criação e do comércio de animais de estimação

1ª Reunião Extraordinária – Audiência Pública – ALMG – 11/6/2015

Acomercialização irregular de animais, feita sem a sua devida vacinação e registro, a falta de locais adequados para destinação de animais apreendidos e o pouco envolvimento público nas políticas de proteção aos animais foram alguns dos pontos abordados nesse evento.

Pontos principais das falas por participante:

Veterinário Gilson Dias Rodrigues: cobrou uma postura mais efetiva do poder público com relação ao controle e venda irregular de animais e defendeu como solução do problema a castração do animal que será vendido.

Ele explicou que, ao comprar um animal não castrado, muitas pessoas entendem o fato como uma oportunidade de procriação e comércio de filhotes. Segundo ele, embora não seja oficialmente ilegal, essa comercialização não é recomendável do ponto de vista da exploração do animal. Há o problema, ainda, de abandono quando o proprietário do animal, após a sua procriação, não quer ficar com o filhote, dando-lhe uma destinação não recomendável ou descartando-o na rua. O Conselho Federal de Medicina Veterinária recomenda que os animais sejam vendidos esterilizados.

Rodrigues informou que em Belo Horizonte foram prometidos nove centros de castração de animais, embora somente três funcionem – em condições precárias, na sua avaliação. Ele ainda disse que esses locais, embora importantes para evitar o cruzamento e proliferação de espécies, ainda seriam insuficientes para garantir o controle populacional de animais na Capital.

O veterinário também classificou como complexa a questão da destinação de animais apreendidos. Segundo ele, como os animais são recolhidos em diferentes condições de saúde, o ideal seria que eles fossem também mantidos em espaços diferentes, o que é muito difícil.

Ele reivindicou que a venda do animal ocorra somente depois que ele estiver devidamente vacinado e puder ser legalmente conduzido ao seu proprietário. Muitas vezes o animal é vendido antes de alcançar sua capacidade imunológica mínima, o que pode representar um risco tanto para o proprietário quanto para outros bichos de estimação.

Nesse sentido, o veterinário criticou a forma como é feita a venda de animais no Mercado Central de Belo Horizonte e lamentou que a prática seja vista como algo tradicional dentro de um espaço turístico. Ele exemplificou que ali, 70 calopsitas (espécie de ave) ficam presas em um espaço onde caberiam apenas dez, e estão sujeitas às mesmas doenças. Segundo ele, a venda de animais é feita em Belo Horizonte de maneira totalmente desregrada.

Capitão da PM Juliano José Trant de Miranda: A existência de um local de destinação para os animais apreendidos é o primeiro passo para a regulamentação formal da criação e comercialização de animais. Para ele, de nada adiantaria uma regularização administrativa da situação sem que houvesse um local adequado para receber os animais. Além da criação de locais adequados de depósito, o militar ressaltou a importância de verificar as condições de saúde dos animais nesses locais e de regulamentar a venda dos bichos de estimação. Ainda de acordo com o capitão da PM, em 2014 foram recebidas 3 mil denúncias relacionadas a animais, das quais 70% foram relativas a maus-tratos.

Promotora Lilian Maria Ferreira Marotta Moreira: Ressaltou que a Resolução 1.069/14, do Conselho Federal de Medicina Veterinária, que prevê princípios e restrições para garantir a segurança e o bem-estar dos animais em pet shops ou pontos de venda, vem como uma esperança para nortear as legislações estaduais e municipais da área. A promotora também ressaltou como fundamental o registro público e a identificação dos animais, que, segundo ela, devem ser relacionados aos seus guardiões, bem como a destinação adequada desses animais. A promotora também cobrou que o poder público encabece as políticas de proteção e de defesa dos animais e que elas sejam sustentáveis a longo prazo.

Deputado Noraldino Júnior (PSC): Afirmou que a situação de Minas Gerais não é diferente da de outros estados, no que se refere ao número de criadouros clandestinos, ao comércio de animais e à falta de regulamentação para a atividade. Para o parlamentar, as condições precárias em que se encontram os animais é decorrência da falta de politicas públicas e de instrumentos que regulamentem a sua venda. Ele destacou que um dos seus objetivos é articular, junto à comunidade que atua na área, um projeto de lei para regulamentar as políticas de proteção aos animais no Estado.

O deputado também classificou como inaceitável e vergonhoso o comércio de animais feito no Mercado Central e questionou se esse comércio estaria acordo com a Resolução nº 1.069, CFMV.

Deputado Ricardo Faria (PCdoB): destacou ser importante a não criminalização de ONGs e voluntários que se dedicam a receber e cuidar dos animais. Segundo o deputado, é necessário estabelecer critérios para posse consciente dos animais e em condições sanitárias adequadas, bem como a criação de uma legislação para efetivamente proteger os animais.

5.2 – Políticas públicas voltadas para animais domésticos e silvestres

7ª Reunião Ordinária – ALMG – 18/6/2015

Pontos principais das falas por participante:

Tenente Adenilson Brito Ferreira, da Polícia Militar do Meio Ambiente: Sugeriu a criação de força-tarefa para acabar com o comércio de animais no Mercado Central de Belo Horizonte.

Deputado Noraldino Júnior (PSC): Defendeu a proposta com veemência - “Temos que acabar com essa atrocidade, com essa vergonha que é o Mercado Central”, exaltou o parlamentar. Ele disse não entender como continua impune a comercialização de animais no local, mesmo com todas as denúncias e as comprovações da falta de condições e dos maus-tratos aos bichos comercializados. “Há uma força oculta que não deixa nada acontecer”, criticou. Ele lamentou ter visto até pássaros se agredindo em gaiolas superlotadas, sem água e sem alimentação. “É um total desrespeito”, desabafou.

O deputado também questionou a atuação do Conselho Regional de Medicina Veterinária, que teria fiscalizado o mercado, após a entrada em vigor da Resolução 1.069, de 2014, do Conselho Federal de Medicina Veterinária em 15 de janeiro deste ano. A resolução estabelece princípios e normas que garantam a segurança, a saúde e o bem-estar dos animais que estiverem sob o cuidado de *pet shops*, parques de exposição e feiras agropecuárias.

Messias Francisco Lôbo Junior, chefe do Setor de Fiscalização do Conselho Regional de Veterinária: Explicou que foi dado um prazo de 180 dias para as lojas do Mercado Central se adequarem às novas regras e que nova fiscalização será realizada em agosto. Ele ressalvou que o trabalho do conselho é limitado em função da falta de legislação específica sobre o comércio de animais no Estado – problema também relatado por outros participantes da reunião.

Deputada Ione Pinheiro (DEM): sugeriu que se realize uma audiência pública para debater a questão específica do Mercado Central. Ela propôs que sejam convidados para a audiência representantes do centro comercial, protetores dos animais e autoridades, para tentar sensibilizar os comerciantes. “Tudo começa pela educação”, afirmou.

Rodrigo Fabiano do Carmo Said, superintendente de Vigilância Epidemiológica Ambiental e Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado de Saúde: Anunciou que o governo está se preparando para criar uma política estadual de proteção dos animais. Para tanto, tem ouvido todos os segmentos da sociedade interessados com o intuito de levantar demandas e colher sugestões.

Rodrigo Said afirmou que estão sendo levantados os trabalhos que já são feitos pelos órgãos de controle de zoonoses e as estruturas existentes. Um dos compromissos do governo, segundo ele, é o controle populacional dos animais, cuja regulamentação será por uma portaria já aprovada pelas Secretarias de Saúde e de Planejamento e Gestão. Também está em estudo a implantação de uma comissão para manejo de cães e gatos e de um conselho tutelar dos protetores de animais, "proporcionando legitimidade aos protetores para desenvolver suas ações".

Sônia Cordelle, diretora de Biodiversidade do Instituto Estadual de Florestas – IEF: Anunciou que ainda neste ano deve ser iniciada a construção do primeiro centro de triagem e recebimento de animais, em Teófilo Otoni (Vale do Mucuri). Estão previstas a instalação de unidades também em Montes Claros (Norte de Minas) e Belo Horizonte, além de outras duas apenas para recebimento de animais resgatados em Januária (Norte de Minas) e Diamantina (Região Central do Estado).

Segundo Sônia Cordelle, o Estado ainda não conta com um centro próprio para acolhimento dos animais, trabalho feito atualmente em unidades do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama. Ela também lamentou a falta de legislação sobre a fauna e informou que o instituto elaborou uma proposta de projeto de lei sobre o assunto.

O deputado Noraldino Júnior elogiou a iniciativa do governador de querer implantar a política estadual de proteção dos animais e, sobretudo, de buscar o consenso com a sociedade nesse processo. Segundo o parlamentar, também há a intenção de estudar ações de sucesso implantadas em outros governos, que sejam viáveis financeiramente, para implantá-las de forma eficaz e eficiente.

5.3 – Troca de experiências acerca de políticas públicas voltadas para os animais.

Visita Técnica – São Paulo-SP – 23/6/2015

A visita ao gabinete do deputado estadual Feliciano Filho e ao gabinete do deputado Ffderal Roberto Tripoli, do Estado de São Paulo, teve a finalidade de trocar experiências acerca de políticas públicas voltadas para os animais.

O deputado Noraldino Júnior elogiou as iniciativas do Estado de São Paulo, dentre elas a criação de hospitais públicos veterinários, a viabilização de emendas parlamentares direcionadas ao resgate e castração de animais e a organização de *pet shops* que trabalham apenas com adoção, não com vendas.

Segundo o parlamentar mineiro, Roberto Tripoli atua mais na Região Metropolitana de São Paulo, tendo sido um dos pioneiros na criação de um hospital veterinário municipal. Essa experiência, na avaliação do deputado Noraldino Júnior, poderia ser viável em grandes municípios mineiros, como Juiz de Fora (Zona da Mata). Já em municípios menores, há uma alternativa que está sendo discutida em São Paulo – os consórcios municipais.

Feliciano Filho, por sua vez, apresentou sua experiência no resgate e castração de animais em todo o Estado de São Paulo. Por meio de emendas parlamentares, os deputados paulistas já destinam recursos orçamentários para prefeituras, que contratam serviço viabilizado pelo Estado, por meio de licitações. Os três parlamentares também trocaram experiências sobre projetos de lei que tratam do tema.

5.4 – Apuração de denúncias de maus-tratos a animais

Visita Técnica – Barbacena-MG – 25/6/2015

A comissão visitou o canil do Município de Barbacena e o antigo lixão da cidade para apurar denúncia de condições precárias do local e de ocorrência de maus-tratos aos animais.

Para bem compreender as denúncias e contribuir para a busca de soluções, o deputado Noraldino Júnior, acompanhado da vereadora Vânia Castro, visitou inicialmente o secretário de Saúde de Barbacena, que expôs a intenção do município de construir um

novo canil para abrigar animais de rua. Apesar da insatisfação dos protetores de animais com o local, considerado insalubre, por se tratar do lixão da cidade, o secretário alegou possuir um laudo atestando sua adequação para a finalidade.

Em seguida, foi visitado o abrigo de cães mantido pela Associação Barbacenense de Proteção Animal, que se encontra em reforma e ampliação e onde está em construção um centro cirúrgico para castração de animais resgatados, medida esta essencial para o manejo populacional ético. As melhorias no local estão sendo custeadas pelos próprios protetores e por doações de munícipes e empresas, mas os recursos são insuficientes para arcar com as obras, a manutenção, a alimentação e o tratamento dos animais.

Após o diálogo com integrantes presentes da proteção animal, o deputado e a vereadora foram recebidos pelo prefeito, com quem acordaram que um novo canil não mais será construído, pois a prefeitura passará a utilizar a estrutura física, material e de pessoal da Associação Barbacenense de Proteção dos Animais, com quem firmará convênio para repasse de recursos para adequação e expansão do abrigo existente e para realizar um programa de castração.

5.5 – Abandono de animais vivos nas margens do Rio Arrudas

2ª Reunião Extraordinária – Audiência Pública – ALMG – 2/7/2015

Da reunião realizada para debater o abandono de animais vivos ao longo das margens do Rio Arrudas, no perímetro urbano de Belo Horizonte, destacamos os pontos principais das falas por participante:

Deputado Noraldino Júnior: Afirmou ser necessária a adoção de medidas preventivas por parte do poder público para evitar que essa situação ocorra. Relatou ter participado, na tarde do dia 2/7/2015, do resgate no Arrudas de um cachorro que tinha a pata machucada. Afirmou ter visto lá muitas carcaças de animais e concluiu que provavelmente muitos animais são jogados no ribeirão e não têm chance de sobreviver.

O parlamentar salientou ainda que isso reflete a falta de uma política pública para a proteção dos animais e defendeu que a Prefeitura de Belo Horizonte – PBH – faça vistorias periódicas no Arrudas. Sugeriu parcerias entre governo do Estado e prefeituras para o desenvolvimento de campanhas que aumentem a conscientização em relação aos animais, e lamentou a ausência de representantes do poder público, sobretudo municipal, na reunião.

Ronaldo Garcia Dias, advogado e protetor independente de animais: Considerou que a obrigação de resgatar esses animais não é de particulares, e sim do poder público, visto que o acesso ao Arrudas é muito difícil. O advogado destacou que essa realidade precisa mudar e criticou o fato de, no final do ribeirão, haver apenas uma grade, que não impede a entrada de cachorros ao local.

Nivaldo da Silva, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária: Afirmou que faltam centros para o acolhimento de animais e apontou a necessidade de veterinários no Corpo de Bombeiros para dar aos animais recolhidos um atendimento mais adequado. Considerou ainda que a única forma de minimizar essa questão do abandono é a posse responsável desses animais.

Adriana Araújo, do Movimento Mineiro pelo Direito dos Animais: Destacou que é necessária uma reformulação do Centro de Controle de Zoonoses – CCZ – da Capital, desde a gestão até as instalações. Outros participantes da reunião concordaram com ela, que pediu também que a comissão faça uma visita ao local. A ativista destacou a necessidade de capacitação dos servidores de órgãos públicos que lidam com a causa animal, para que saibam agir em uma situação de maus-tratos.

Sargento do 1º Batalhão do Corpo de Bombeiros, José Martins de Freitas Júnior: Afirmou que é comum os cidadãos não saberem o que fazer com o animal resgatado ou não quererem ficar com ele, após constatar a situação do animal. Ressaltou que não há uma norma a respeito da conduta do órgão quando resgata animais. Por isso, segundo o sargento, é importante que haja um local para encaminhar o animal depois do resgate.

Sobre a demanda relativa à presença de veterinários no batalhão, o sargento disse que seria relevante, mas que não há previsão disso a princípio. Ele enfatizou também que a oportunidade de dialogar sobre o assunto é fundamental.

Tenente da Companhia de Polícia Militar do Meio Ambiente, Adenilson Brito Ferreira: Destacou que a companhia só pode tomar providências quando acontece um flagrante de maus-tratos, acrescentando que, às vezes, se veem impedidos de agir em relação à situação. "Precisamos também de outros órgãos para dar sequência ao nosso trabalho, o que não tem ocorrido", comentou. Ele disse que, muitas vezes, é feito o boletim de ocorrência, mas não há, posteriormente, como dar um atendimento adequado ao animal resgatado.

5.6 – Apuração de denúncia de maus-tratos a animais

Visita Técnica – Manhuaçu-MG – 13/7/2015

A comissão visitou o canil municipal de Manhuaçu para conhecer sua infraestrutura e funcionamento, tendo em vista denúncia sobre condições precárias daquele local e maus-tratos aos animais abrigados. A visita foi acompanhada pelo secretário municipal de Saúde, Sr. José Rafael Oliveira Filho, pela coordenadora da Vigilância Ambiental do município, Sra. Emilce Estanislau, e pelo veterinário que atua no canil, Sr. Leandro de Carvalho. No momento da visita, o canil se encontrava praticamente vazio, havendo apenas três cães no local.

Desde 2013, o canil municipal de Manhuaçu vem sendo alvo de denúncias de ativistas, que relatam o desaparecimento de cães das ruas, do próprio canil e denunciam a existência de valas com ossadas de animais.

Os responsáveis pelo canil foram questionados em relação ao processo de licitação para aquisição de mil ampolas de cloreto de sódio, mistura reconhecidamente utilizada para a prática de eutanásia. Foram questionados também sobre outro caso emblemático da situação do local, o sumiço de grande parte de um grupo de 28 gatos encaminhados ao canil.

Apesar das várias denúncias, o veterinário do canil negou o extermínio de animais. Ele assegurou que o sacrifício de cães segue as determinações da Resolução 1.000, de 2012, do Conselho Federal de Medicina Veterinária. Entre as razões para a morte induzida dos animais, o veterinário citou o risco que eles podem representar para a saúde pública e para outros animais, além de doenças crônicas e fatores que os levam a perder condições de bem-estar.

A coordenadora da Vigilância Ambiental do município, embora tenha admitido que as instalações não são as mais adequadas, defendeu os serviços prestados no canil. Segundo ela, o canil estava com apenas três cães porque o caminhão de recolhimento de animais estava com problemas e também porque se aguardava a licitação de medicamentos. Em relação aos gatos desaparecidos, ela negou que tivessem sido mortos, alegando que alguns foram adotados e outros fugiram, uma vez que não há uma estrutura preparada para receber esses animais. A representante da prefeitura apontou ainda mal-entendidos como responsáveis pela fama do canil de descaso para com os bichos. Esclareceu que nem todas as mil ampolas de cloreto de sódio que constam em edital de licitação da prefeitura seriam para o canil; a maior parte delas seria encaminhada a hospitais, por solicitação da Secretaria de Saúde. Já as ossadas encontradas nos fundos do canil seriam de responsabilidade do serviço de limpeza urbana de Manhuaçu, que desovaria ali carcaças de animais mortos.

No local, os representantes da prefeitura informaram que, por exigência anterior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG –, a prefeitura de Manhuaçu chegou a firmar com aquele órgão um termo de ajustamento de conduta – TAC –, no qual se comprometeu a promover melhorias de infraestrutura, treinar adequadamente os funcionários e implantar uma política pública de controle populacional de animais domésticos. O município obteve prorrogação do prazo para o cumprimento das cláusulas acordadas.

O secretário de Saúde informou que a prefeitura construirá um novo canil, em terreno próximo ao atual, onde atualmente funciona o matadouro municipal. O projeto já estaria pronto, a administração do município aguarda apenas a liberação do local. Segundo o secretário, o novo canil estará pronto no primeiro semestre de 2016.

O deputado Noraldino Júnior mostrou-se preocupado com as condições do canil, localizado a poucos metros de um lixão a céu aberto, e reprovou a forma como vem sendo encarada a "eutanásia" dos animais, já que ela estaria sendo aplicada em

praticamente todos os animais encaminhados àquele local. Segundo ele, isso não seria eutanásia, procedimento justificado para aliviar o sofrimento dos animais que não tenham condições de ser tratados e salvos, mas sim extermínio.

Para o parlamentar, as explicações dos responsáveis sobre a forma de condução da política pública destinada aos animais não foram convincentes.

Ele sugeriu aos representantes da prefeitura a realização de convênios com entidades e clínicas da região para que se possa dividir com outras instituições a responsabilidade pela prestação de serviços aos animais recolhidos, reduzindo os custos. Segundo o deputado, a castração, junto com campanhas educativas sobre a guarda responsável e sobre a adoção, são medidas fundamentais para o controle populacional dos animais, com reflexos positivos nas áreas de saúde pública e ambiental, além de demonstrar a preocupação ética do município para com os animais.

Após a visita ao canil, o deputado visitou o delegado da 3ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Manhuaçu, Sr. Fábio de Sousa Henrique, e o promotor do Ministério Público local, Sr. Carlos Samuel Cunha, para apresentar o trabalho da comissão e sugerir encaminhamentos às denúncias contra o canil e para solicitar a apuração de crimes de maus-tratos aos animais.

O delegado concordou com a necessidade de criação de um núcleo especializado de atendimento aos crimes que envolvem animais.

O promotor se comprometeu a repassar para a promotora responsável pela área ambiental a solicitação de agilidade para apurar as denúncias de maus-tratos e os procedimentos utilizados pelos responsáveis pelo canil para controle populacional dos animais. Sugeriu ainda que a lei municipal de Manhuaçu, que permite a eutanásia em animais, seja encaminhada à Procuradoria de Controle de Constitucionalidade do Ministério Público.

Tendo em vista que o prefeito, Sr. Nailton Heringer, não se encontrava no município no dia da visita, o deputado fez contato telefônico com ele no dia seguinte para apresentar suas preocupações, solicitações e sugestões quanto às políticas públicas destinadas aos animais da cidade.

O prefeito garantiu ao deputado que não serão realizadas eutanásias no canil sem que haja antes uma avaliação do responsável pela Sociedade Manhuaçuense Defensora de Animais. O deputado sugeriu ao prefeito que terceirizasse o canil da cidade e também que o local passasse a funcionar como um centro de acolhimento e tratamento de animais, mudando-se assim a ótica, já que canis não são bem-vistos por defensores dos animais como a melhor forma de acolher animais por serem associados a depósitos ou prisões, sem a perspectiva do cuidado e da tentativa de que sejam um local passageiro. Além disso, o parlamentar solicitou que a gestão do local fique a cargo dos protetores. Também sugeriu ao prefeito a criação de um projeto municipal de castração gratuita de animais, seguindo um modelo de convênio com as clínicas veterinárias, para que haja uma política pública de manejo populacional ético. O modelo do projeto já foi encaminhado ao prefeito, que determinou ao procurador-geral do município, Sr. Dângelo dos Santos Maurício, dar início ao processo de chamada pública para credenciamento das clínicas veterinárias. De acordo com o deputado, esse modelo de castração tem se mostrado mais eficiente, tendo em vista que não depende de investimento em infraestrutura por parte da prefeitura.

O deputado solicitou ainda ao prefeito que sejam realizadas campanhas educativas na cidade, mostrando a importância da castração, da guarda responsável dos animais pelos seus tutores e do incentivo à adoção, como forma de reduzir a proliferação descontrolada de animais, o abandono e os maus-tratos e também como uma medida de saúde pública.

5.7 – Malefícios da utilização de veículos de tração animal

3ª Reunião Extraordinária – Audiência Pública – ALMG – 16/7/2015

Na reunião em que se discutiram os malefícios da utilização de veículos de tração animal, bem como alternativas à utilização desse meio de transporte, foram estes os pontos principais das falas por participante:

Délio Malheiros, vice-prefeito e secretário de Meio Ambiente de Belo Horizonte: Afirmou que deve ser publicado até a próxima semana o decreto que vai regulamentar a Lei Municipal 10.119, de 2011, que disciplina a circulação de veículos de tração animal nas vias públicas da Capital. A legislação estabelece regras como compatibilidade da carga com o porte do animal e a obrigatoriedade de manter os cavalos saudáveis e em condições de segurança. Por falta de regulamentação que determinasse as formas de fiscalização, porém, a lei não vinha sendo aplicada, o que deve mudar em breve, segundo o vice-prefeito.

A regulamentação deve ser seguida, segundo Délio Malheiros, pela apresentação de um projeto de lei na Câmara Municipal de Belo Horizonte com objetivo de acabar com a atividade na cidade. Isso seria feito sem prejudicar aqueles que vivem da atividade. O vice-prefeito explicou que há pouco mais de seis meses foi iniciado um trabalho com os chamados carroceiros, no qual todos eles teriam sido entrevistados para construir seu perfil socieconômico, com dados como escolaridade, cidade de origem e grau de vulnerabilidade social.

Délio Malheiros também citou informações de outra pesquisa, feita pela Superintendência de Limpeza Urbana – SLU –, que teria entrevistado 38 carroceiros de um total estimado em 3 mil. Segundo a pesquisa, os carroceiros têm, em média, 45 anos, trabalham com as carroças há cerca de 23 anos e 85% deles não completaram o ensino fundamental e não possuem carteira de motorista. Com o fim da atividade, a prefeitura iria ajudá-los e inseri-los em programas sociais. A afirmação do vice-prefeito ensejou críticas dos presentes, segundo os quais o trabalho de pesquisa não foi feito e não haverá apoio aos carroceiros.

Franklin Soares Oliveira, ativista da causa animal: Iniciou sua fala perguntando se algum dos condutores de veículo de tração animal presente na audiência havia sido visitado ou entrevistado. Todos negaram. O ativista relatou que já recebeu vários telefonemas de carroceiros pedindo ajuda para cuidar dos seus animais porque a Prefeitura não ajuda, nem a Polícia Ambiental, que não tem aparato para ajudar. Franklin Oliveira apresentou, ainda, inúmeras fotos de cavalos resgatados em situações de maus-tratos e classificou como péssimas as condições do canil municipal.

Giovanni Roberto Soares, presidente da Associação dos Condutores de Veículos de Tração Animal de Belo Horizonte: Afirmou que não foi entrevistado e que o vice-prefeito não conhece os condutores; eles é que vêm tentando falar com o prefeito e o vice, mas não são recebidos. Afirmou ser favorável à regulamentação da atividade, o que, para ele, acabaria com os maus-tratos, mas salientou que é contrário ao fim da atividade e que a maioria dos carroceiros trata bem os animais.

Vitor Moreira Corleone, ambientalista: Afirmou ter participado de cerca de 30% das apreensões de animais de tração feitas desde 2009 em Belo Horizonte e destacou que os maus-tratos vão além das chibatadas. Ele salientou, por exemplo, a má qualidade do feno oferecido aos animais.

Deputado Noraldino Júnior (PSC): presidente da comissão, também se posicionou favoravelmente ao fim do uso de veículos de tração animal. O parlamentar classificou como escravidão o regime de trabalho dos cavalos e afirmou que é preciso trabalhar conjuntamente para que os carroceiros passem a trabalhar com tração mecânica. Também o deputado Fred Costa (PEN) emitiu a mesma opinião, afirmando: “As leis devem acompanhar os costumes. Em pleno século 21 não se pode admitir a exploração da tração animal para o trabalho”.

Bárbara Goloubeff, médica veterinária especializada em equinos: Apresentou fotos de animais resgatados, comentou casos de violência contra cavalos presenciados por ela e falou sobre os hábitos considerados aceitáveis que precisam ser abolidos, na sua opinião. Ela também apresentou vários cuidados essenciais. “Quem trabalha precisa ser pago. Para os cavalos, isso significa boa alimentação e bom tratamento. Para os homens, isso inclui coisas como filhos na escola”, disse, defendendo ensino para os filhos dos carroceiros para que eles tenham outras opções de trabalho.

Bárbara Goloubeff também defendeu a oferta de ensino para os trabalhadores e se ofereceu para ensinar a produção de ração boa e barata, além de outras orientações no caso de formação de cooperativas. Colocou-se à disposição para ajudar nesse tempo de transição.

Os carroceiros presentes fizeram coro ao pedir punição para aqueles que maltratam animais. A cada foto de animal machucado apresentado, eles questionavam que tipo de sanção havia sido aplicada ao dono e criticaram a falta de dureza nessas penas. Os presentes pediram a regulamentação da atividade e afirmaram que a maioria dos carroceiros não maltrata os animais. Também questionou-se com que dinheiro os carroceiros comprariam os veículos com tração mecânica.

Ativistas, por sua vez, reclamaram da falta de apoio do poder público, que não oferece um canal para denúncias nem apoio para recolhimento de animais abandonados.

5.8 – Metodologias e ações para o controle responsável da população de pombos

4ª Reunião Extraordinária – Audiência Pública – ALMG – 27/8/2015

O objetivo da reunião foi debater metodologias e ações para o enfrentamento responsável do aumento da população de pombos nos perímetros urbanos, evitando-se com isso a matança desses animais, que podem transportar agentes patológicos.

A disseminação descontrolada de pombos é classificada em muitos países como um grave problema urbano. Além do desequilíbrio ambiental em virtude da competição com outras espécies de aves, essas aves ameaçam, com suas fezes, monumentos e edifícios históricos e podem transmitir dezenas de doenças. É o caso, por exemplo, da criptocose, que pode evoluir para meningite; a histoplasmose, que ataca os pulmões; e a salmonelose, com distúrbios gastrointestinais. Por todos esses motivos, se há alguns anos eles eram até tolerados em áreas urbanas, sobretudo como uma atração em praças e jardins, aos poucos têm despertado uma atenção maior das autoridades.

O especialista Carlos Loiola afirmou que são as nossas edificações, que favorecem essas espécies oportunistas. Basta ver a proliferação de ratos e baratas. No caso dos pombos, eles gostam de locais altos, como prédios e igrejas, mas também são veiculadores dos agentes da doença. Mas é preciso esclarecer que não são eles que provocam diretamente as doenças, e controle é diferente de eliminação", esclareceu.

O especialista defendeu a implementação sobretudo de programas educativos e estratégicos para alertar a sociedade sobre as intervenções possíveis. "Existem soluções de fácil implementação, mas na maioria das vezes falta vontade. Elas podem ser barreiras físicas, repelentes ou até mesmo gerador de campo eletromagnético. Também temos dificuldades, por exemplo, com o trabalho em alturas e no uso de ferramentas não agressivas", completou Carlos Loiola.

O deputado Noraldino Júnior destacou a importância da discussão e o papel da comissão de cobrar ações do poder público. "Muitos podem achar o tema de pouca importância, mas com a criação desta comissão, recebemos inúmeras solicitações para temas a serem abordados. A questão dos pombos foi um dos mais citados. Também temos recebido pedidos de vários prefeitos, da Secretaria de Educação e até do Ipsemg sobre o mesmo problema em prédios públicos como escolas e hospitais por todo o Estado", informou.

"É fato que falta informação. Até mesmo as autoridades não sabem bem o que fazer e pediram que as conclusões da comissão sejam enviadas, com sugestões de metodologia para abordar tecnicamente o tema", alertou o deputado Noraldino Júnior. Segundo o parlamentar, as informações levantadas nesta e em outras audiências futuras darão origem a um diagnóstico e requerimentos de ações do Poder Executivo.

Já a deputada Ione Pinheiro reforçou a necessidade de uma ação em conjunto. "Essa ave simboliza a paz, tem até um apelo religioso, mas também é uma questão de saúde pública. Precisamos coordenar os esforços das áreas de saúde e educação, entre outras esferas da administração pública, pois a maioria das pessoas não têm conhecimento das doenças que podem ser transmitidas. Mas ninguém quer também que eles sejam simplesmente exterminados", destacou a parlamentar.

O extermínio dos animais, aliás, é a pior alternativa entre as disponíveis, segundo a presidente do Instituto Vivendi, a médica veterinária Flávia Quadros Campos Ferreira. "A matança não é uma opção, não é eficiente e não é ética. Os que ficaram vão

se reproduzir mais e melhor, pois vão contar com mais oferta de alimento e abrigo. Esse efeito bumerangue já é conhecido com ratos na Inglaterra desde o século XIX", apontou.

A médica veterinária citou uma cartilha de manejo de pombos urbanos preparada pela Prefeitura de São Paulo que poderia ser adotada nas cidades mineiras. Nelas são sugeridas medidas desde a instalação de espantalhos, na forma de predadores naturais dos pombos, até uma maior angulação dos telhados, o que atrapalha o pouso dessa espécie. No caso de aeroportos, por exemplo, em que a disseminação de pombos representa um risco para aeronaves, empregam-se até aves de rapina, treinadas para capturar os animais. O fundamental, segundo ela, é não culpar unicamente os animais.

"Ao se falar de zoonoses, não existe algoz e vítima. As zoonoses não são doenças transmitidas ao homem pelos animais, mas doenças em que ambos sofrem. O controle ambiental é a solução, enquanto alternativas como a contracepção são caras e a dose efetiva é próxima da letal, atingindo não só os pombos, mas outras espécies. Temos que atuar no ambiente. Em escolas, por exemplo, há abundância de alimentos, o que precisa ser resolvido", advertiu a médica veterinária.

O chefe do Departamento de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Adolfo Firmino da Silva Neto, ressaltou que o problema é complexo e, portanto, não há solução fácil e imediata. "Em Juiz de Fora também sofremos com isso. A universidade pode contribuir na busca de informações para dimensionar o problema. Reuniões como essa também podem ajudar nesse diagnóstico", afirmou.

O diretor-presidente do Movimento de Ação Política e Social, Jairo Hudson, lamentou que o problema esteja se agravando em Belo Horizonte, em áreas como a Região Hospitalar, onde a ameaça é ainda maior em virtude do contato de animais com o lixo hospitalar.

Por fim, o presidente da Comissão de Direitos dos Animais da OAB-MG, Edna Cardozo Dias, ao lembrar do uso do pombo no envio de mensagens e em matanças por esporte, ponderou que a humanidade tem uma "dívida histórica e ética" com esses animais.

Apesar das dificuldades, a Prefeitura de Ibirité (RMBH) tem priorizado ações de educação e de mobilização social no controle de espécies oportunistas, como é o caso dos pombos. O coordenador de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité (RMBH), José Catulino Versiani Neto, cobrou que a Assembleia de Minas também atue no sentido de dar mais recursos e condições técnicas aos municípios.

"Precisamos instrumentalizar os municípios, pois a responsabilidade maior sempre vai cair nas costas deles. O cidadão quer se ver livre do problema e sempre vai cobrar primeiro as prefeituras quanto a isso. As ações precisam ser normatizadas para que possamos atuar com mais eficiência", ponderou.

Segundo José Versiani, a disseminação dos pombos é um problema diário enfrentado pela Prefeitura de Ibirité. "Temos controle das reclamações e das ações, mas falta uma rotina do Ministério da Saúde. Falta sistematizar essas intervenções", reclamou. Entre as intervenções já feitas em Ibirité está, por exemplo, a instalação de telas e o enchimento de vigas ocas, sobretudo em escolas, que antes eram usadas como abrigos pelos pombos.

"Mas há questões maiores. A engenharia das escolas é favorável aos pombos e as pessoas gostam de alimentá-los. Eles se aproveitam inclusive de ração para cães, se o acesso for fácil. Um problema semelhante que enfrentamos é com relação aos morcegos, que estão tomando conta das cidades", afirmou.

A diretora de Pesquisa e Proteção da Biodiversidade da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Sônia Aparecida Cordebelle de Almeida, explicou que a atuação do órgão está limitada, legalmente, à fauna silvestre. É que, no caso dos pombos, o mais comum é a espécie urbana, originária da Europa, embora o tipo silvestre, devido à destruição do seu habitat, também esteja trocando as matas pelas cidades.

"A orientação que passamos a quem nos procura é o manejo ambiental. Existe mesmo uma carência de informações sobre o assunto e, legalmente, é ate permitido o extermínio, desde que sejam esgotadas todas as outras opções de manejo", avaliou Sônia Cordebelle.

A coordenadora de Zoonoses e Vigilância de Fatores de Risco Biológico da Secretaria de Estado de Saúde (SES), Mariana Gontijo de Brito, diz que a ação do órgão também está limitada pela falta de notificação compulsória de algumas doenças que podem estar associadas aos pombos. "A Secretaria age, na medida do possível, com ações de controle. Os agentes comunitários de saúde podem ser bastante úteis para transmitir essas informações, como já é feito com a questão da raiva, transmitida por cães e morcegos", lembrou.

Já a referência técnica do Programa das Unidades de Vigilância de Zoonoses da SES, a médica veterinária Andrea Oliveira Dias Temponi, reconheceu que não há um programa específico para lidar com doenças que podem ser transmitidas pelos pombos, a não ser em casos de surtos, quando é possível isolar a causa. "Seria o caso de uma escola, por exemplo, em que o agente patológico é transportado pelo pombo. Nesse caso podemos começar uma ação integrada entre as secretarias e dar uma resposta rápida", apontou.

"Temos 20 programas de controle de zoonoses, como dengue e leptospirose, que são doenças de notificação compulsória. Mas, às vezes, é preciso avaliar bem o risco porque o aumento da população de determinada espécie nem sempre representa um risco", completou Andrea Temponi.

E a assessora da Secretaria de Estado de Educação (SEE), Nadélia Amaral Campos, reforçou o interesse do órgão de se unir ao esforço coordenado pela ALMG para resolver o problema. "O que, ao final das discussões, for decidido terá nosso empenho para ser implementado nas escolas, com o apoio das áreas de meio ambiente e saúde", disse.

5.9 – Apuração de denúncia de crime ambiental

Visita Técnica – Carmo do Cajuru-MG – 9/9/2015

Para bem compreender as denúncias de agressão a uma cadela e contribuir para a busca de soluções, o deputado Noraldino Júnior se dirigiu à Delegacia de Polícia Civil de Carmo do Cajuru, onde foi recebido pelo delegado Domingos Sávio Calixto.

Estiveram também presentes no local o vereador Anderson, da Câmara desse município, e o protetor Cássio da Cunha, ambos integrantes do grupo Amigos Protetores de Animais de Carmo do Cajuru.

O promotor Felipe de Leon Bellezia de Salles, da Promotoria de Justiça Única de Carmo do Cajuru, justificou sua ausência pelo fato de ter outro compromisso agendado.

De acordo com o empresário Cássio da Cunha, que resgatou o animal, o agressor teria cometido os maus-tratos contra a cadela sob a alegação de que ela estaria matando seus frangos. Ele explicou à comissão que foram usados paus e pedras e que a cadela estava visivelmente prenhe. Uma vez socorrido, o animal foi levado para uma cirurgia de parto de emergência, mas os filhotes não resistiram. Além disso, as agressões fizeram com que o animal perdesse um dos olhos, além de ficar com dificuldade de locomoção. O empresário disse ainda que registrou um boletim de ocorrência e que gastou cerca de R$2.500,00 com a internação e o tratamento da cadela.

O deputado cobrou do delegado a instauração de inquérito policial contra o agressor, com base na Lei Federal nº 9.605, de 1998, que prevê sanções penais e administrativas para aqueles que cometam crimes ambientais.

O delegado, embora conte com apenas um detetive, prometeu celeridade na apuração. Sugeriu aos protetores presentes a criação de uma associação de proteção animal na cidade. Destacou a necessidade da elaboração de leis específicas sobre o crime de maus-tratos aos animais e lamentou o fato de não haver campanhas educacionais que visem a criar maior conscientização sobre o respeito aos animais.

O deputado se prontificou a enviar modelos de estatuto para criação de organização não governamental. Indignado com o ocorrido, disse que espera que a Polícia Civil investigue com rigor o caso e solicitou ao Ministério Público a adoção de medida exemplar para que a sociedade entenda a gravidade do crime de maus-tratos contra animais e que se coíba esse crime. Salientou ainda que a comissão tem se empenhado na criação de políticas públicas e de leis que acabem com os maus-tratos aos animais.

5.10 – Apuração de denúncia sobre maus-tratos a animais

Visita Técnica – Ubá e Viçosa – 18/9/2015

A comissão visitou o canil de Ubá para conhecer sua infraestrutura e funcionamento, tendo em vista denúncia recebida sobre condições precárias e maus-tratos aos animais abrigados. A visita foi acompanhada pelo prefeito desse município, Sr. Vadinho Baião; pelo secretário municipal de Saúde, Sr. Cláudio Ponsiano; pela gerente de Assistência de Vigilância de Saúde, Sra. Sandra Regina da Silva Kilesse; pelo vereador Rafael Faria, pela veterinária Simone, que trabalha no canil, e por uma representante da ONG Amigos dos Animais de Ubá.

Estima-se que Ubá possua em torno de 15 mil cães, sendo que cerca de 4 mil estão nas ruas. No momento da visita, havia no canil 123 cães adultos e 29 filhotes.

No local, os representantes da prefeitura informaram que, por exigência anterior do Ministério Público, a prefeitura chegou a firmar com esse órgão um termo de ajustamento de conduta – TAC –, no qual se comprometeu a promover melhorias de infraestrutura, treinar adequadamente os funcionários e implantar uma política pública de controle populacional de cães. A pedido do Ministério Público, o canil já foi visitado duas vezes pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV. Segundo a gerente Sandra Regina, a entidade pediu que sejam feitas, principalmente, adequações estruturais no espaço, como a cimentação de paredes e pisos, ainda não concluída. No entanto, por deficiência das instalações, não foi liberada a realização de castração no local.

De acordo com a veterinária, os animais do canil não são castrados, e fêmeas e machos dividem espaços comuns. Quando entram no cio, ela tenta separá-los, mas há o risco de procriação indesejada. Ela relatou ainda que já aconteceu de encontrarem animais mortos no canil pela manhã, devido a brigas entre eles. O canil não possui vigilância noturna, e os funcionários vão embora às 15 horas.

O deputado Noraldino Júnior mostrou-se preocupado com as condições precárias do canil, localizado na área rural do município. Segundo ele, o simples recolhimento de animais em canis não é a melhor forma de acolhê-los, pois esses locais são depósitos ou prisões, sem a dimensão do cuidado e de serem locais de passagem, para acolhimento e tratamento de animais idosos, doentes ou acidentados, ou de abrigo para aqueles para os quais não se consegue adoção. Para ele, os canis não solucionam o problema da superpopulação, que só aumenta, uma vez que os animais não param de procriar e outros animais ocupam o espaço deixado pelos animais recolhidos. Ele salientou a importância da implantação de uma política de manejo populacional ético – medida recomendada inclusive pela Organização Mundial de Saúde – OMS – como única forma de combater a proliferação descontrolada de animais –, associada a uma campanha educativa sobre a guarda responsável de animais, bem como a medidas normativas e de fiscalização da prefeitura para coibir os criadouros clandestinos e detectar as "fábricas de filhotes" que se encontram nas residências. Para o deputado, o controle populacional dos animais traz reflexos positivos nas áreas de saúde pública e ambiental, além de demonstrar a preocupação ética do município em relação aos animais.

Ele citou uma experiência que está dando bons resultados, a do Município de Juiz de Fora, onde o antigo canil municipal passou a ser um abrigo frequentado pela população e por entidades de proteção. Outra medida adotada nesse município foi o estabelecimento de convênios com entidades e clínicas para a esterilização cirúrgica dos animais recolhidos, medida que reduz os custos com infraestrutura, operacionalização e manutenção de canis.

Diante das manifestações dos presentes, o prefeito, que reconheceu as deficiências, manifestou-se favoravelmente ao estabelecimento de convênios, que serão assinados com ONGs e veterinários, para repasse de recursos e execução de castrações.

A seguir, a comissão se dirigiu para o Município de Viçosa, também para verificar as condições dos animais albergados, tendo em vista denúncias de maus-tratos recebidas na comissão. No campus da Universidade Federal de Viçosa – UFV –, a comissão se reuniu com membros do Departamento de Veterinária, o prefeito, a presidente da Câmara Municipal e a Sociedade Viçosense de Proteção aos Animais – Sovipa.

Na UFV, há um canil que foi recentemente revitalizado e abriga 23 cães. Estima-se que nas ruas do município vivam em torno de 5 mil cães.

A professora Emily Correia Carlo Reis ressaltou que, ao assumirem o canil, há apenas três meses, o local era um depósito de cães, sem condições de funcionamento. Fez-se uma mudança completa na estrutura, viabilizaram-se testes de leishmaniose e leptospirose, e vacinaram-se todos os animais.

Os representantes da proteção dos animais e os membros do Departamento de Veterinária da UFV não chegaram a um acordo quanto ao uso de animais para experimentos científicos na instituição.

O chefe do departamento, José Domingos Guimarães, afirmou que a instituição trabalha pelo bem-estar dos animais, mas preocupa-se com a saúde do ser humano. Segundo ele, está em elaboração um plano para que os animais irrecuperáveis possam ser usados em pesquisas pela instituição. Representantes da Sovipa manifestaram-se contrariamente ao uso de animais em experimentos.

O presidente da comissão, deputado Noraldino Júnior, ponderou que a sociedade não aceita mais experiências com animais. Acrescentou ser necessário um avanço da ciência para que as pesquisas sejam feitas de outras formas, com experimentação técnica.

Mas o tema que dominou a reunião foi o grande número de cães de rua, inclusive dentro da UFV. Os representantes da Sovipa expuseram o trabalho educacional que estão desenvolvendo nas escolas, ressaltaram a importância da construção de um canil para 200 a 300 cães e a urgência na operacionalização do castra-móvel.

O deputado Noraldino Júnior ressaltou a importância do estabelecimento de uma política de controle populacional ético; citou experiências bem-sucedidas como a da cidade de Santos (SP); sugeriu que se tomem medidas complementares para o enfrentamento da questão, como os mutirões de castração, a utilização de unidades móveis de castração e a celebração de convênios com clínicas e universidades, bem como a implantação de centros de castração e atendimento, a exemplo dos que existem nos hospitais públicos de São Paulo e estão sob a gestão da Anclivepa. O deputado Roberto Andrade também ressaltou a importância da parceria do poder público com o terceiro setor e com as universidades do município para o enfrentamento da questão.

O prefeito Ângelo se dispôs a repassar recursos para a Sovipa e propôs a união de esforços entre a prefeitura, a Sovipa, a UFV, a Univiçosa e os demais municípios da microrregião. Pediu ainda a aprovação de emendas ao orçamento do Estado destinando recursos para a Sovipa.

5.11 – Comercialização de animais no Mercado Central de Belo Horizonte (I)

14ª Reunião Ordinária – Audiência Pública – ALMG – 22/10/2015

A reunião, solicitada pelo presidente da comissão, deputado Noraldino Júnior (PSC), teve como objetivo debater o laudo sobre as condições sanitárias e de trato dos animais mantidos e comercializados no Mercado Central. Encomendado pelo gabinete desse parlamentar, o documento foi elaborado pelo médico veterinário Gilson Dias Rodrigues.

Na opinião de Noraldino Júnior, várias normas legais estão sendo descumpridas pelo Mercado Central e a fiscalização tem sido omissa por não cobrar o cumprimento delas. Ele citou a Lei Municipal de Belo Horizonte 7.852, de 1999, que proíbe a entrada de animais em supermercados, hipermercados e similares. O deputado entende que o Mercado Central deve ser considerado como um similar dessa lei.

"Até quando vão conseguir manipular os deputados, desrespeitando o consumidor, o trabalhador do Mercado Central e as condições de saúde pública?", questionou. Noraldino citou resposta do conselheiro Joaquim Paranhos Amâncio, do Conselho

Regional de Medicina Veterinária (CRMV) de Minas Gerais, a uma cidadã que questionou o órgão quanto as irregularidades com animais no Mercado Central. Joaquim Amâncio, de acordo com o deputado, afirmou que, no Mercado, ocorre uma "mazela social" e que só a mobilização da sociedade mudaria o quadro no local.

O responsável pela elaboração do laudo técnico sobre as condições do Mercado Central, Gilson Dias Rodrigues, afirmou que a Resolução 1.069, baixada pelo CRMV em 2014, está sendo totalmente descumprida pelo Mercado Central. A norma prevê condições adequadas para o bem-estar animal durante o processo de comercialização. "Dentro da classe veterinária, a realidade do Mercado Central é conhecida e existe o conhecimento dos órgãos fiscalizatórios das irregularidades que ocorrem lá", confirmou.

Detalhando a Resolução 1.069, Gilson dias explanou que são definidos como elementos impedidores do bem-estar animal: ausência de fome, sede, desnutrição, liberdade para expressar seu comportamento natural, desnutrição, doença, ferimentos, dor ou desconforto, medo e estresse. Para ele, várias dessas condições estariam sendo descumpridas nos estabelecimentos do Mercado Central.

Ainda para o veterinário, o responsável técnico de cada loja que comercializa animais, o administrador do mercado, o dono do box e o órgão fiscalizador são todos responsáveis pelos maus tratos de animais que ocorrem ali. Ainda para ele, a fiscalização vai chegar ao Mercado e com ela, as punições e a população vai se enojar com o que ocorre lá dentro.

Em relação aos problemas sanitários, Gilson Dias destacou a presença de moscas que podem transmitir doenças; e a transmissão de salmonela pelas aves, a qual pode se espalhar pelo ar. Segundo ele, várias leis estão sendo desrespeitadas no local, entre elas, a lei 13.317, de 1999, que contém o Código de Saúde de Minas Gerais.

Complementando a fala, Noraldino Júnior considerou que o CRMV está se omitindo da fiscalização do Mercado Central. "Toda a Resolução 1.069 está sendo descumprida, de cabo a rabo. E nada pode ser feito pelo CRMV? A ineficiência e a omissão desse conselho estão gritantes", taxou. Na avaliação do parlamentar, também a Vigilância Sanitária tem se omitido na fiscalização do Mercado Central.

De modo semelhante, a deputada Ione Pinheiro (DEM) disse estar assustada com o Conselho de Veterinária. "Vocês estão sendo omissos numa questão séria que acontece no Mercado". Ela cobrou da própria administração do Mercado Central um posicionamento. "Precisamos de respeito com o povo mineiro; estamos pedindo dignidade e isso é um direito nosso!"

A deputado defendeu responsabilidade da administração no trato com animais e com seres humanos: "Temos que respeitar também os funcionários que ficam lá, convivendo com animais o dia inteiro. E as crianças que visitam o local". E tentou sensibilizar a administração para uma mudança de atitude. "A direção do Mercado tem a oportunidade de mudar, de fazer de uma nova forma. Do jeito que está não podemos aceitar, com animais presos dentro de gaiolas. Chega!", indignou-se.

Também o deputado Leandro Genaro (PSB) recorreu à Bíblia Sagrada para criticar a conduta do Mercado. "O justo tem consideração pelos animais", diz a Bíblia. O Mercado Central é símbolo de coisas importantes de Minas Gerais, mas também comete erros graves e precisa reconhecer seus erros", defendeu.

Provocada pelo deputado Noraldino Júnior, Fernanda Ciolfi, médica veterinária e fiscal do CRMV, respondeu que o órgão não tem poder para fechar estabelecimentos. "O que fazemos é encaminhar as irregularidades para a Delegacia de Meio Ambiente", completou. Ela acrescentou que cada órgão tem que fazer aquilo que lhe compete. E no caso do conselho, ele só pode agir em cima do Responsável Técnico (RT) de cada estabelecimento que comercializa animais. "Não é atribuição do Conselho recolher animais ou fechar estabelecimentos", concluiu.

Respondendo pela Vigilância Sanitária, falou Pedro Coutinho, gerente e fiscal sanitário da Regional de Vigilância Sanitária Centro Sul, vinculada à Secretaria de Saúde de Belo Horizonte. "Atuamos fortemente no Mercado Central, mas na área de alimentos. Vários estabelecimentos foram notificados, multados e até fechados pela Vigilância", revelou.

Entretanto, ele disse que, para o órgão atuar na fiscalização de estabelecimentos que comercializam animais, seria necessário alterar a legislação. “É Preciso conferir à Vigilância o poder de fiscalizar nessa área. Como cidadão, sou contra aquele comércio de animais, mas o órgão tem que seguir as normas vigentes”, ponderou.

Também fiscal da Vigilância Sanitária, Leandro Vasconcelos, declarou que, durante a Copa do Mundo de 2014, o órgão fez um levantamento em locais de grande aglomeração, incluindo o Mercado, para verificar o potencial de contaminação de alimentos. “Foram feitas mais de mil análises e não foi encontrada nos alimentos nenhuma bactéria que provoca doenças”, revelou. Ele disse ainda que, nos últimos anos, não foi detectada nenhuma ocorrência de bactérias nos restaurantes do Mercado Central.

Noraldino não se conformou com as justificativas dos fiscais. Ele citou laudo do Ibama, quando esse órgão ainda fiscalizava o Mercado. Segundo o documento, havia risco de contaminação dos alimentos no local, vendidos a menos de 5 metros de animais. “Isso é risco ou não? Pra mim, existe um boicote na fiscalização”, lamentou.

Mateus Bonacorsi Fernandino, advogado representante da direção do Mercado Municipal, disse que ela não tinha conhecimento do laudo técnico apresentado na reunião. “Não temos condição técnica ou jurídica para nos pronunciarmos a respeito. Mas é de nosso interesse regularizar qualquer problema que ocorra ali dentro”, alegou.

Ele complementou que o Mercado Central é uma associação civil sem fins lucrativos, que gerencia e fiscaliza todo o local, mas que cada lojista tem autonomia para tocar seu negócio. Ele citou um procedimento aberto pelo Ministério Público em 2003, que envolveu vários órgãos como o CRMV, Prefeitura, Instituto Mineiro de Agropecuária e Polícia Militar, para se criar cartilhas, normas e resoluções, para melhorar as condições de venda de animais no Mercado Central e em toda a Capital. “Até o momento, esse trabalho não foi concluído”, informou

O advogado também destacou que a postura do Mercado sempre foi altamente democrática, de promover a convivência de pessoas de todas as classes. “Nosso pedido é para que população trate o Mercado Central como ele trata as pessoas, de forma respeitosa e democrática. Sobre a decisão judicial, ele disse que ela não impediu manifestações populares, e sim, a invasão do Mercado durante um fim de semana, por pessoas que queriam libertar os animais das lojas.

Para o promotor Luciano Badini, do MP, a grande dificuldade do País não é de legislação, mas de fazer cumpri-la. Nesse sentido, ele destacou o papel dos ativistas sociais, que são importantes para fomentar boas leis e cobrar o cumprimento delas.

Representando entidades de defesa dos direitos dos animais, falaram a presidente da Comissão de Direitos dos Animais da OAB, Edna Cardozo Dias, a integrante do Movimento pelos Direitos dos Animais, Adriana Cristina Araújo, e a presidente da Associação Protetora dos Animais Carentes do Estado de Minas Gerais, Val Consolação. Elas destacaram que os maus tratos aos animais no Mercado Central são evidentes e que é preciso que esse comércio tenha fim.

Ao final, o deputado Noraldino afirmou que vai solicitar o envio de notas taquigráficas ao MP e às entidades que participaram da reunião.

5.12 – Situação dos cães abandonados em Caratinga – Ong Latemia

1ª Reunião Extraordinária – Audiência Pública – Caratinga/MG – 9/3/2016

A retomada da construção do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), com infraestrutura capaz de recolher e atender de forma digna e ética os animais abandonados no município, e a instalação, em regime de urgência, de um espaço provisório para esse atendimento enquanto o CCZ não for concluído. Essas são algumas das reivindicações apresentadas por deputados, vereadores e militantes da causa animal, em audiência pública da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), realizada na Câmara Municipal de Caratinga (Vale do Rio Doce).

A reunião foi convocada a requerimento do vice-presidente da comissão, deputado Fred Costa (PEN), em atendimento a reivindicação da Organização Não-Governamental (ONG) Late Mia – Associação de Protetores dos Animais de Sapucaia. Militantes

da causa denunciaram supostos casos de maus-tratos e atos de crueldade contra animais e descaso por parte do poder público municipal com os animais abandonados na sede e nos distritos.

De acordo com a ONG e outros militantes presentes, a obra de construção do CCZ do município, orçada em R$ 500 mil, está embargada "por falta de planejamento e gestão dos recursos públicos". Em convênio firmado com a Late Mia, a Prefeitura de Caratinga teria se comprometido a permitir a participação de grupos defensores da causa animal na administração do CCZ, além de disponibilizar medicamentos e profissionais para atendimento aos animais, o que não ocorreu devido ao embargo da obra.

Sem recursos financeiros necessários para sua manutenção, a ONG solicitou ao prefeito a ocupação ou a cessão do terreno onde seria originalmente construído o CCZ. Como o pedido foi negado, a associação ocupou o espaço de forma irregular, em caráter emergencial, mas sem a infraestrutura necessária para atendimento.

No local, de maneira precária e "sub-humana", conforme observou o deputado Fred Costa, está morando a presidente da Late Mia, Marta Lopes Assis Fernandes, convivendo com cerca de 250 animais, que ela cuida com recursos próprios, insuficientes, e com a ajuda de doações e serviço voluntário de militantes da causa. A Late Mia desenvolve, há mais de nove anos, ações de guarda, conscientização e proteção dos animais em Caratinga e região.

A presidente da ONG, Marta Lopes Assis Fernandes, contou que foi morar com os animais no local destinado à construção do CCZ devido ao seu amor pelos animais. Ela agradeceu aos deputados e militantes presentes, pediu justiça e apelou para que as leis sejam cumpridas e para que a Prefeitura cumpra com suas obrigações.

A reunião foi conduzida pelo presidente da comissão, deputado Noraldino Júnior (PSC), que disse que assembleias legislativas de outros Estados têm seguido o exemplo da ALMG, criando também suas próprias comissões de defesa dos animais. O parlamentar elogiou a iniciativa do colega Fred Costa, que, segundo ele é um grande defensor da causa dos animais, e cobrou a aplicação da Lei 21.970, de 2015, que proíbe a eutanásia de animais.

Noraldino Júnior também lamentou a ausência do prefeito Marco Antônio Ferraz Junqueira na reunião. Defendendo ações preventivas e maior empenho por parte da administração local, ele agradeceu a presença na reunião do biólogo Erick Gonçalves, diretor epidemiológico da Secretaria Municipal de Saúde, mas criticou o fato de o prefeito não ter enviado à audiência "uma pessoa em condições de decidir".

O autor do requerimento para a realização da audiência, Fred Costa, dirigindo-se aos militantes presentes, apelou para que não se curvem diante do preconceito, dos que dizem que em vez de proteger animal, deveriam proteger o ser humano. "Ao defendermos os animais, estamos também defendendo a vida, a saúde do ser humano", afirmou, lembrando que a leishmaniose, doença transmitida por animais, é mais letal do que a dengue, o zika vírus e a chincungunya.

O parlamentar indagou qual a política pública para a defesa e proteção dos animais que tem sido desenvolvida pela atual gestão. E como se procede no município quando tem animal abandonado. Questionou também sobre as medidas de profilaxia com relação às doenças que podem afetar o ser humano. "Existe um trabalho de controle populacional e de vacinação?", perguntou. Ele disse que está colhendo assinaturas para um abaixo assinado solicitando a construção do primeiro hospital público veterinário de Minas Gerais.

O deputado Anselmo José Domingos (PTC) disse que, pela importância do evento, o prefeito não deveria ter se ausentado. "Não estou fazendo nenhum julgamento, desconheço as razões por que ele não veio, mas acredito que a presença dele seria fundamental nesta audiência", disse. O deputado lembrou que tem um projeto de lei tramitando na Assembleia que proíbe o transporte por tração animal. "Nesse caso, disse, não somos vanguarda, porque o Rio de Janeiro já proibiu o transporte por tração animal". Ele também elogiou o empenho dos deputados Noraldino Júnior e Fred Costa.

O biólogo e diretor epidemiológico da Secretaria Municipal de Saúde, Erick Gonçalves, disse que, na condição de técnico, tem consciência de que o poder de letalidade da leishmaniose, transmitida por animais, é maior que a do zika vírus e chincungunya.

Ele admitiu as dificuldades financeiras e de infraestrutura para trabalhar no trato com a população de animais abandonados e respondeu ao deputado Fred Costa, relatando um conjunto de ações realizadas pelo município nesse campo. Citou o controle dos testes de leishmaniose, informando que são disponibilizados 160 testes por mês em Caratinga e que, desde o ano passado, foram realizados no município 2.070 testes de leishmaniose.

O biólogo admitiu que, por falta de vacina, o município ficou um ano sem vacinação de cães e gatos, mas o problema já teria sido normalizado. "Nos últimos meses, disse, percorremos todos os 11 distritos e vacinamos 15.928 cães e gatos no município. Ano passado fizemos também campanha por adoção e conseguimos que 150 animais fossem adotados". Além disso, informou, também foi feita campanha de castração de animais. "As ações ainda são poucas, mas acredito que com essa audiência poderemos avançar", concluiu.

O representante da Procuradoria do Meio Ambiente do Ministério Público da Comarca de Caratinga, promotor de Justiça Igor Augusto de Medeiros Provinciali, comunicou que a Prefeitura tem prazo até o dia 30 deste mês para apresentar um relatório de prestação de contas sobre as medidas adotadas para sanar os problemas que envolvem a construção do CCZ e o convênio com a Ong Late Mia.

Segundo ele, as ações a serem adotadas devem contemplar eliminação de risco para a saúde da população, vacinação dos animais, campanha de adoção de animais ou seu retorno ao local de origem. "Abrigo é local de passagem, não de hospedagem permanente", observou. Ele defendeu também a retomada das obras de construção do CCZ e o seu funcionamento, com respeito ético aos animais.

Igor Provinciali disse que se reuniu com o prefeito para tratar do assunto, recentemente. Na ocasião, o prefeito lhe informou que chegaram a cogitar de se formar uma espécie de consórcio com municípios vizinhos para desenvolver uma ação conjunta, mas as Secretarias de Saúde desses municípios não aderiram ao projeto. Sendo assim, disse o promotor, a administração de Caratinga terá que tomar providências por conta própria.

Na parte final da reunião, a militante Sueli Sabino fez diversas denúncias sobre crueldade contra animais, que, segundo ela, estariam sendo até caçados por pessoas que comem cães e gatos.

Outra militante, Cíntia Vasconcelos, denunciou que, no Centro de Caratinga, gaiolas são exibidas com gansos que não conseguem sequer levantar o pescoço, tamanho o aperto em que ficam. Denunciou também que existem abatedouros de aves em casas de família, funcionando sem licença, e outras abatedouros clandestinos de bois e vacas, funcionando em fazendas próximas, em condições insalubres, atraindo urubus, moscas e até cães da propriedade, que se alimentam das carcaças e do sangue derramado.

O deputado Noraldino Júnior pediu que as duas encaminhassem as denúncias à comissão, formalmente, por escrito, para sejam tomadas as providências cabíveis.

5.13 – Delegacia Especializada em Investigação de Crimes contra a Fauna

Visita Técnica – Belo Horizonte – 16/6/2016

A Delegacia Especializada de Investigação de Crimes Contra a Fauna de Belo Horizonte foi criada em 2013 para atender à necessidade de apurar as denúncias de crimes contra os animais. A sua implantação foi precedida de intensa mobilização popular, apoiada pelo deputado Fred Costa, que resultou na coleta de 60 mil assinaturas em abaixo-assinado entregue ao então governador do Estado.

De acordo com os deputados presentes, a visita fez-se necessária em virtude das constantes reclamações de protetores e pessoas afetas à causa animal sobre o mau funcionamento da delegacia. As reclamações, segundo os parlamentares, vão desde a dificuldade de contato e atendimento, via telefone, para registrar as denúncias, até a baixa efetividade no acompanhamento e apuração das denúncias.

Antes de entrar para a visita, o deputado Noraldino fez um teste para verificar a procedência das reclamações sobre dificuldade de contato: ligou algumas vezes para o telefone da unidade e nenhuma das chamadas foi atendida.

Durante a visita, o deputado Noraldino expôs as queixas recebidas com frequência em seu mandato que apontam para a inoperância da delegacia e para a falta de assistência a ocorrências relacionadas aos animais. E advertiu que ou a delegacia funciona para atender a essa demanda ou todas as delegacias devem ser disponibilizadas para atender às ocorrências de crimes ambientais. Segundo ele, é preciso que o governo decida se o combate aos crimes contra animais será prioridade ou não no Estado.

O deputado Fred Costa reforçou que a mobilização promovida pelas ONGs protetoras dos animais no Estado resultou na criação da delegacia, mas é necessário o aprimoramento de suas ações, uma vez que há morosidade e dificuldade de atendimento.

A delegada Elisabeth Dinardo, chefe do Departamento de Investigação e Proteção à Família, presente no momento da visita, reconheceu a carência de servidores e informou já estar em andamento o processo de reformulação da Resolução 7.499, de 2013, que criou a delegacia. Segundo ela, a resolução não previa contingente de servidores, mas com a reformulação será possível a contratação de novos funcionários. Para a composição do quadro de servidores, será feito um levantamento prévio do perfil profissiográfico de forma a alocar servidores com perfil e formação ligados ao tema ambiental.

Atualmente, o órgão possui, basicamente, uma delegada provisória, uma escrivã e um perito, ambos compartilhados com outra delegacia, e três investigadores próprios, o que demonstra uma grande deficiência de efetivo. Não há, sequer, um delegado titular.

A delegada Cristiane Ferreira Lopes, chefe da Divisão Especializada de Proteção ao Meio Ambiente, é quem responde atualmente pela unidade, mas divide a sua função com outra delegacia.

A delegada Cristiane informou que recebe, frequentemente, ligações para o recolhimento de animais feridos na rua, o que não é atribuição da delegacia. Ela pontuou que, muitas vezes, em casos de flagrante de maus-tratos, o agressor é apreendido, mas não é possível apreender o animal, já que não há local para alojá-lo. Segundo ela, o espaço teria que ser providenciado pela Prefeitura de Belo Horizonte.

A delegada informou, ainda, que atualmente tramitam na delegacia 140 Termos Circunstanciais de Ocorrência – TCOs.

5.14 – Manejo populacional ético de capivaras nos centros urbanos

1ª Reunião Conjunta – Audiência Pública – Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais e Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – ALMG – 26/10/2016

A audiência pública, realizada para debater o manejo populacional ético de capivaras nos centros urbanos como forma de prevenção à febre maculosa, foi marcada pelo repúdio ao extermínio desses animais e defesa do manejo ético de sua população.

Houve, contudo, divergências quanto à melhor forma de fazer o manejo para controlar a proliferação de capivaras em Belo Horizonte e outros centros urbanos, o que deverá resultar na criação de um grupo de trabalho para estudar o assunto, com participação de deputados, pesquisadores e órgãos públicos.

A sugestão foi anunciada pelo deputado Noraldino Júnior (PSC), presidente da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais. O objetivo do grupo será estudar medidas eficazes de controle das capivaras e, consequentemente, dos casos de febre maculosa.

O assunto voltou à tona após a morte, em agosto passado, do estudante Thales Martins Cruz, de 10 anos. A criança havia frequentado o Parque Ecológico da Pampulha, onde vivem capivaras, seis dias antes de morrer por complicações da febre maculosa.

Confrontado com experiência de manejo desenvolvida em Viçosa (Zona da Mata), que foi relatada na audiência com a aprovação de muitos dos presentes, Romário Leite, professor de doenças parasitárias da Escola de Veterinária da Universidade Federal

de Minas Gerais (UFMG), fez ressalvas e mencionou o combate ao carrapato feito com borrifamentos naturais em Belo Horizonte, por ocasião de eventos como os Jogos Olímpicos, mas cuja eficácia demandaria três anos.

O professor de medicina veterinária da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Tarcízio Antônio Rego de Paula, explicou que o manejo adequado ainda pode contribuir para preservar uma barreira sanitária natural à proliferação da febre maculosa. Isso porque o exemplar adulto, uma vez que teve a febre maculosa, se torna imune à doença, deixando de contaminar o carrapato e interrompendo, assim, o ciclo da transmissão ao homem.

Apoiando experiências de manejo, a veterinária e presidente do Instituto Vivendi, Flávia Quadros Campos Ferreira, ainda advertiu que, mesmo que fosse desconsiderada a ética, a matança de capivaras não resolveria o problema da saúde humana, já que o animal se reproduz em escala geométrica e tem curto período de gestação.

Liliam Marotta, representante da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde de Minas Gerais, chamou atenção especialmente para a necessidade de se prestar informação clara à população sobre a situação, inclusive dentro do parque da Pampulha.

Ela também cobrou a identificação de áreas de risco, definição clara de formas de controle e retomada de ações de saúde e conscientização junto aos carroceiros, uma vez que os cavalos também são hospedeiros do carrapato.

A deputada Marília Campos (PT), autora do requerimento da reunião com os deputados Inácio Franco (PV), Antônio Jorge (PPS) e Noraldino Júnior, manifestou preocupação com o fato de a região da Pampulha ser muito frequentada pela população, especialmente o Parque Ecológico, e defendeu a proteção da saúde humana.

Os deputados Cássio Soares (PSD) e Inácio Franco, respectivamente presidente e vice da Comissão de Meio Ambiente, ressaltaram a importância da audiência. “O intuito da Assembleia é, a partir daí, contribuir com sugestões a um assunto que vem se arrastando”, frisou Cássio Soares.

5.15 – Animais atingidos pelo rompimento das barragens da Samarco S/A

Visita Técnica – Mariana-MG – 11/11/2016

O objetivo da visita foi avaliar as condições de abrigo e manejo dos animais atingidos pelo rompimento das barragens da Samarco S/A.

Tratou-se de visita técnica aos centros de acolhimento e tratamento dos animais, vítimas do desastre do rompimento da Barragem de Fundão, de pequeno porte (cães e gatos) e de grande porte (bovinos, equinos e suínos), sob a responsabilidade da Fundação Renova, criada por meio do Termo de Transação de Ajustamento de Conduta – TTAC – assinado pela Samarco S/A, por suas controladoras e únicas acionistas, Vale S/A e BHP Billiton, e pelo governo federal, governos dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e demais entes públicos federais e estaduais.

Tais centros se localizam em duas fazendas, sob responsabilidade da Fundação Renova, ambas no município de Mariana. A primeira delas, destinada ao acolhimento e tratamento dos animais de pequeno porte, localiza-se próximo à sede do município. A segunda, destinada aos animais de grande porte, localiza-se próximo à divisa com o município de Barra Longa.

Atualmente, as fazendas reúnem 89 cães e gatos, dos quais 38 ainda sem dono e disponíveis para adoção, além dos animais de grande porte – 126 bovinos, 45 equinos e 31 suínos –, cujos proprietários estão entre as vítimas do desastre ocorrido que aguardam disponibilização de novas moradias e áreas que permitam a reintegração da posse efetiva dos animais.

A propósito da propriedade desses animais de grande porte, a comissão também visitou o Ministério Público de Mariana e propôs uma reunião com a presença de representante daquele órgão, da comissão, da Samarco S/A e dos representantes dos atingidos, para se tentar um acordo no que diz respeito à aquisição dos animais de grande porte pela Fundação Renova, bem como à sua destinação para um santuário, a ser gerido pela mesma.

De acordo com o Ministério Público, a Samarco vem tentando, desde meados de 2016, comprar os animais de grande porte atingidos, uma vez que eles foram acolhidos e estão sendo cuidados pela empresa desde o rompimento da barragem, e agora pela Fundação. O Ministério Público afirmou que, ao fazer o contrato com os atingidos, a empresa não teria observado uma série de regras dos Códigos Civil e de Defesa do Consumidor, o que tornaria esses contratos nulos, além de ter feito proposta de compra com valor abaixo do valor de mercado.

A comissão entende que os animais estão bem tratados, contam com abundância de alimento e água de boa qualidade, bem como estão abrigados em locais limpos e arejados. Entende, entretanto, que apesar de reconhecer o esforço dos centros de acolhimento e tratamento, o ambiente ainda é improvisado, necessitando de melhorias pontuais, sob o ponto de vista do incremento da qualidade de vida dos animais acolhidos.

Entre as deficiências detectadas pela comissão, estão a existência de canis que não contam com tetos e de lugares em que a barreira de vento está aquém do necessário; a ausência de alguns medicamentos; e a inexistência de alimentos adequados para animais mais velhos ou doentes, que apresentam necessidades especiais de alimentação.

A visita ocorrida avaliou que, apesar da necessidade de melhorias pontuais, é satisfatória a qualidade de vida e as condições estruturais dos centros de recolhimento e assistência aos animais resgatados após o rompimento da Barragem de Fundão, ocorrido no Distrito de Bento Rodrigues, em 5 de novembro de 2015.

5.16 – Comercialização de animais no Mercado Central de Belo Horizonte (II)

5ª Reunião Extraordinária – Audiência Pública – ALMG – 1º/12/2016

O objetivo da reunião foi debater a comercialização de animais vivos no Mercado Central de Belo Horizonte, tendo em vista a liminar concedida pela Justiça mineira que proíbe o referido comércio.

De acordo com o presidente da comissão, deputado Noraldino Júnior (PSC), já há uma sinalização favorável do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Governo do Estado, que deverá ser acionado por meio do Instituto Estadual das Florestas (IEF) e da Polícia Militar, para uma ação conjunta de fiscalização do Mercado Central de Belo Horizonte, para verificar as condições de venda de animais vivos no local.

O comércio de animais vivos no Mercado Central é uma questão que tem mobilizado a comissão e que já foi denunciada à Justiça pelo Ministério Público, como uma ameaça à saúde pública e aos direitos dos animais. Proibida por decisão liminar no início de novembro, a venda voltou a ser permitida no dia 23 do mesmo mês, após a suspensão da liminar.

A expectativa do deputado Noraldino Júnior é de que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais acate em breve um recurso do Ministério Público para que, pelo menos, seja proibido liminarmente o ingresso de outros animais no mercado.

Durante a reunião, a cobrança de uma ação mais efetiva da fiscalização estadual e municipal foi constante. Logo no início do debate, o deputado Noraldino Júnior criticou a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, que, segundo ele, teria proibido a Vigilância Sanitária de participar da reunião. “Isso mostra a falta de apreço pela saúde pública por parte da Prefeitura de Belo Horizonte”, afirmou o deputado, atribuindo a atitude à falta de argumentos para justificar a omissão em relação às condições em que os animais são comercializados no Mercado Central. “Com certeza não há como justificar a falta de fiscalização”, afirmou.

Outro órgão que foi cobrado foi o IEF, apontado como o responsável pela fiscalização da venda de animais vivos. Essa responsabilidade foi salientada pelo analista do Ibama Junio Augusto Silva, segundo quem o órgão já tenta, há cerca de sete anos, um entendimento com o Mercado Central para adequar o comércio de animais naquelas instalações. Todas as tentativas, segundo Silva, foram malsucedidas em função do desinteresse do mercado.

O deputado Noraldino Júnior lembrou que, além das denúncias de maus-tratos aos animais comercializados, há ainda fortes suspeitas de um comércio clandestino de animais exóticos e da fauna silvestre, que não poderiam estar sendo vendidos de maneira alguma. Ele cobrou uma ação dos órgãos responsáveis também com relação a isso.

A veterinária Carla Sássi, vereadora eleita de Conselheiro Lafaiete (Região Central), afirmou que não passa uma semana sem atender algum animal silvestre adquirido no Mercado Central.

Convidada a enviar representante à reunião, a direção do Mercado Central respondeu, por escrito, que está impedida de se pronunciar em razão de a questão estar sob exame judicial.

O deputado Noraldino Júnior afirmou que gostaria de ouvir os argumentos dos comerciantes, mas que não vê justificativa possível para os maus-tratos que ocorrem no corredor de animais do mercado, a tal ponto que o local chegou a motivar uma advertência do Guia Quatro Rodas, para que turistas mais sensíveis evitem visitá-lo.

O parlamentar afirmou, ainda, que encaminhará uma denúncia ao Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) contra a veterinária responsável pelo Mercado Central. Também irá propor que o CRMV participe da ação conjunta de fiscalização às lojas que vendem animais.

O presidente do CRMV, Nivaldo da Silva, participou da reunião e ressaltou que o papel do órgão é fiscalizar o exercício profissional dos veterinários, mas não pode fazer nada contra o comércio em si.

Deputado Noraldino afirmou que vai solicitar uma ação da Segurança e Medicina do Trabalho, a fim de averiguar suspeitas de prejuízo para a saúde dos trabalhadores do Mercado Central que têm contato com animais doentes.

Diversos participantes da reunião relataram experiências com animais doentes, adquiridos nas lojas do local. A veterinária Marcela Ortiz relatou ter laudos que comprovam casos de psitacose, que também pode causar graves problemas de saúde em humanos.

6 – LEIS APROVADAS E PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO

Lei nº 21.970, de 15/1/2016

Essa norma visa a proteção, a identificação e o controle populacional de cães e gatos com vistas à garantia do bem-estar animal e à prevenção de zoonoses.

Fica a cargo do município implementar ações que promovam a proteção, a prevenção e a punição de maus-tratos e de abandono de cães e gatos, a identificação e o controle populacional de cães e gatos, a conscientização da sociedade sobre a importância da proteção, da identificação e do controle populacional de cães e gatos e a disponibilização de processo de identificação de cães e gatos por meio de dispositivo eletrônico subcutâneo capaz de identificá-los, relacioná-los com seu responsável e armazenar dados relevantes sobre a sua saúde.

A norma ainda dispõe sobre orientações para pessoas físicas ou jurídicas que comercializam cães e gatos e orientações para o procedimento de manejo, transporte e guarda dos animais recolhidos pelo poder público.

Lei nº 22.231, de 20/7/2016

Essa norma visa punir, no âmbito do Estado, as práticas que impliquem crueldade contra os animais. São considerados maus-tratos contra animais quaisquer ações ou omissões que atentem contra a saúde ou a integridade física ou mental do animal, entre elas: privar o animal de suas necessidades básicas; lesar ou agredir o animal, causando-lhe sofrimento, dano físico ou morte; abandonar o animal; obrigar o animal a realizar trabalho excessivo ou superior às suas forças ou submetê-lo a condições ou tratamentos que resultem em sofrimento; e criar, manter ou expor animal em recinto desprovido de segurança, limpeza e desinfecção.

São passíveis de punição as pessoas, inclusive os detentores de função pública, civil ou militar, e as organizações sociais ou empresas, com ou sem fins lucrativos, de caráter privado ou público, instaladas no Estado, que descumprirem as disposições da lei.

Quanto às sanções, a norma estabelece que o infrator ficará sujeito àquelas previstas no art. 16 da Lei nº 7.772, de 1980, que trata da proteção, conservação e melhoria do meio ambiente.

Além disso, na aplicação de multa simples, serão observados os limites de 300 Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais – Ufemgs – para maus-tratos; 500 Ufemgs para maus-tratos que acarretem lesão ao animal; e 1.000 Ufemgs para maus-tratos que acarretem óbito do animal. O valor da Ufemg no exercício de 2016 é de R$3,0109, podendo ser obtido no site da Secretaria de Estado da Fazenda.

A lei também prevê que, no caso de ação ou omissão que implique maus-tratos contra mais de um animal, a multa simples pela infração poderá ter seu valor majorado em até um sexto.

Por fim, determina que as despesas com assistência veterinária e demais gastos decorrentes de maus-tratos serão de responsabilidade do infrator, na forma do Código Civil.

Atendendo a uma demanda cada vez maior da sociedade, a proteção dos animais tem sido amplamente debatida no Legislativo Estatual, em especial na legislatura passada – 2011-2014 – e na atual, o que resultou na criação, em 2015, da Comissão Extraordinária de Proteção aos Animais. A fim de realçar a importância da norma, cabe informar que a mencionada comissão tem recebido um número elevado de denúncias de maus-tratos contra animais, o que demonstra a intolerância da sociedade para com esse tipo de conduta.

Projeto de Lei nº 288/2015

De autoria do deputado Fred Costa, a proposição é resultante do desarquivamento do Projeto de Lei no 2.027/2011 e, "institui a Política Estadual de Bem-Estar de Cães e Gatos."

O projeto ora apresentado pretende instituir a Política Estadual de Bem-Estar de Cães e Gatos, favorecendo parcerias entre o poder público e entidades de proteção aos animais, organizações não governamentais e governamentais, universidades, empresas públicas e privadas nacionais ou internacionais e entidades de classe ligadas aos médicos veterinários, visando a colaborar com a promoção de políticas públicas de bem-estar de cães e gatos.

O bem-estar de cães e gatos passou a ser uma preocupação marcante da comunidade mineira. Essa bandeira era erguida apenas em países da Europa e da América do Norte, mas na atualidade não se aceitam mais a prática de maus-tratos e a exploração animal.

Situação atual (em 5/12//2016): Aguardando parecer em comissão

Local: Comissão de Constituição e Justiça

Projeto de Lei nº 2.844/2015

De autoria dos deputados Fred Costa e Noraldino Junior, a proposição proíbe a utilização de animais para desenvolvimento, experimento e teste de produtos cosméticos e de higiene pessoal, perfumes e seus componentes e dá outras providências.

Em países da União Europeia, os testes em animais para cosméticos são proibidos desde 2009, e a comercialização de produtos testados é proibida desde março de 2013.

No Brasil ainda não há lei sobre o assunto. Porém, muito se tem discutido sobre métodos alternativos que garantam a segurança e a eficácia de medicamentos e cosméticos, em especial através da Rede Nacional de Métodos Alternativos, que foi criada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com o objetivo de atuar no desenvolvimento, na validação e na certificação de tecnologias e de métodos alternativos ao uso de animais para os testes de segurança e de eficácia de medicamentos e cosméticos.

Ressalte-se que foi criado, em 2012, o Centro Brasileiro de Validação de Métodos Alternativos, ligado ao Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, o primeiro centro da América do Sul a desenvolver métodos alternativos de validação de pesquisa que não utilizam animais na fase de testes.

Ademais, o panorama legal para a proibição dos testes em animais para os produtos que a lei menciona é bem sedimentado no ordenamento jurídico federal, com fulcro na própria Constituição da República que, em seu art. 225, §1º, VII, veda as práticas que submetam os animais a crueldade.

Logo, a proibição de utilização de animais para desenvolvimento, experimento e teste de produtos cosméticos e de higiene pessoal, perfumes e seus componentes no Estado é fundamental para a proteção dos animais, a fim de evitar que sejam submetidos a maus-tratos, especialmente porque os procedimentos são dispensáveis: inúmeras empresas nacionais e internacionais têm abolido essas práticas com sucesso.

Situação atual (em 5/12//2016): Aguardando parecer em comissão

Local: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Projeto de Lei nº 1.305/2015

A presente proposição busca dificultar, em nosso estado, a aquisição dos instrumentos de agressão a equinos e, por meio da proibição do comércio e do armazenamento, o gradativo desaparecimento desses itens no cotidiano de quem lida com os animais.

No âmbito da legalidade, este projeto de lei atende ao disposto no § 3º do art.24 da Constituição Federal: "Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades".

Também quanto à Constituição Estadual, encontramos previsão para a matéria ora em exame em seus art. 214 e 233:

"Art. 214 - (...)

§ 1º - (…) incumbe ao Estado, entre outras atribuições:

V - proteger a fauna (…), vedadas, na forma da lei, as práticas que (…) submetam os animais a crueldade;

(...)

VII - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que importem riscos para a vida, a qualidade de vida, o meio ambiente, bem como o transporte e o armazenamento dessas substâncias em seu território;

(...)

Art. 233 - O Estado adotará instrumentos para:

(…)

III - fiscalização e controle de qualidade, de preços e de pesos e medidas dos bens e serviços produzidos e comercializados em seu território".

O projeto também tem por escopo o disposto na Declaração Universal dos Direitos dos Animais (Unesco, 1978), da qual o Brasil é signatário:

"Artigo 3

a) Nenhum animal será submetido a maus-tratos e a atos cruéis.

(...)

Artigo 14

b) Os direitos dos animais devem ser defendidos por leis, como os direitos dos homens".

À parte da legislação brasileira, podemos evocar o aspecto moral da matéria. Apesar de não produzirem sons característicos, os equinos sentem dor e sofrem angústia com os castigos.

Situação atual (em 5/12//2016): Aguardando parecer em comissão

Local: Comissão de Constituição e Justiça

Projeto de Lei nº 109/2015

Esta proposição proibirá, se aprovada, a criação ou a manutenção de qualquer animal doméstico, domesticado, nativo, exótico, silvestre ou ornamental com a finalidade de extração de peles.

A indústria de extração de peles é uma das práticas mais cruéis do mundo. Muitas vezes, os animais criados para essa finalidade são mantidos em gaiolas tão pequenas que nem permitem sua movimentação adequada. Esses animais têm a sua curta vida submetida a maus-tratos pelo confinamento, ficando dessa forma altamente estressados, com transtornos comportamentais, e muitas vezes recorrem à automutilação e ao canibalismo.

A retirada da pele é ainda mais cruel. Embora alguns criadores informem que submetem os animais a anestésicos ou os fazem adormecer com éter, a triste realidade é outra; normalmente os animais são pendurados pelo rabo tendo em seguida o pescoço torcido a um ângulo 90°. Muitos animais agonizam com o pescoço deslocado, enquanto sua pele é retirada, estando ainda vivos.

Todos os anos, a indústria de peles sacrifica milhões de animais. Cada casaco representa a morte e o sofrimento de dezenas deles. Nem mesmo espécies protegidas ou animais domésticos estão livres de tal crueldade.

Toda essa crueldade faz da moda que usa peles de animais imoral e injustificável. Existe hoje no mercado grande variedade de peles sintéticas que proporcionam o mesmo conforto térmico que as naturais, sendo até mais duráveis.

Situação atual (em 5/12//2016): Anexado

Regime de Tramitação: Deliberação em dois turnos no Plenário

Projeto de Lei nº 1.745/2015

Esta proposição disporá, se aprovada, sobre a proibição da criação ou manutenção de animais para extração de peles.

Desde focas e chinchilas até raposas e linces, milhões de animais são mortos todos os anos para a confecção de casacos de pele no mundo. A morte de animais para tal objetivo não mais se justifica, uma vez que há tecidos sintéticos e naturais que cumprem tal função, de acordo com as organizações de defesa dos animais. Além disso, mais do que injustificada, a atividade é extremamente cruel.

O sofrimento já começaria na captura do bicho, que pena nas mãos dos caçadores. A maioria deles são mortos a pauladas na cabeça para não danificar a pele. Mesmo quando criados em cativeiro, os animais vivem em condições degradantes e padecem muito na hora de se extrair a pele.

A crueldade fica óbvia quando se leva em conta que, ao contrário do que acontece com as aves, ovinos e bovinos, mortos para alimentar pessoas, no caso da indústria da moda os animais de que trata este projeto de lei são sacrificados apenas para alimentar a vaidade alheia. Além disso, é sabido que aquele que abusa, maltrata, fere ou mutila animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos pratica ilícito penal.

Situação atual (em 5/12//2016): Anexado ao PL nº 1.745/2015

Regime de Tramitação: Deliberação em dois turnos no Plenário

Projeto de Lei nº 2.176/2015

Esta proposição proibirá, se aprovada, a utilização de animais em provas, disputas e exibições nas perseguições seguidas de laçadas e derrubada do animal e em eventos similares no âmbito do Estado.

Os eventos chamados de rodeios, vaquejadas e espetáculos afins estão difundidos em diversos locais do nosso estado, porém não podemos permanecer omissos em relação às consequências para os animais, resultantes dessa chamada diversão.

Por mais que se afirme que os eventos não comprometem a integridade dos animais, é sabido que, em diversas ocasiões, touros e equinos têm suas patas quebradas e são sacrificados por não poderem ser mais "utilizados".

O sofrimento dos animais não fica somente nisso. A tortura começa antes mesmo do espetáculo. Encurralados, os animais são estimulados de diversas formas para se enfurecerem. Em seus corpos são atados laços que os apertam cada vez mais à medida que saltam, levando-os a se debater de dor e não de cócegas, como dizem os adeptos dessa prática.

Irritados, são soltos numa arena onde os peões e a plateia, tomados por um estado de loucura momentânea, chegam ao êxtase ao verem o indefeso animal tombado. É a estúpida vitória do racional contra o chamado irracional.

Outras competições presentes nesses eventos são as que envolvem laços, como no caso da *bulldogging*, em que o peão desmonta de seu cavalo, em pleno galope, e se atira sobre a cabeça do animal em movimento, devendo derrubá-lo ao chão, agarrando-o pelos chifres e torcendo-lhe violentamente o pescoço, o que pode ocasionar ao animal deslocamento de vértebras, rupturas musculares e diversas lesões advindas do impacto recebido em sua coluna vertebral; e da *calf roping,* em que o peão atinge o pescoço do bezerro com um laço e o faz estancar de forma abrupta, tracionando-o para trás, em sentido contrário ao que corria. O laçador desce do cavalo e, segurando o bezerro pelas patas, ou até mesmo pela prega cutânea, ergue-o do solo até a altura de sua cintura para, em seguida, atirá-lo violentamente ao chão e amarrar três de suas patas juntas. São utilizados bezerros de apenas 40 dias de vida, já que o animal não pode ultrapassar 120 quilos.

Por se tratar de uma competição em que o tempo é fator primordial, tudo é feito de maneira rápida, grosseira e atabalhoada, aumentando a possibilidade de traumatismos que resultam em sequelas nos animais, tais como rompimento de órgãos internos, lesões nos membros, nas costelas e na coluna vertebral, além de deslocamento de vértebra e de disco intervertebral.

A Declaração Universal dos Direitos dos Animais, de 1978, em seu art. 3º, assegura que nenhum animal será submetido a maus-tratos ou ato de crueldade. O biocídio é uma prática que deve ser fortemente combatida, visando à construção de um ambiente mais saudável não somente para o homem, mas para todos os animais sencientes.

Situação atual (em 5/12//2016): Anexado PL nº 954/2015

Regime de Tramitação: Deliberação em dois turnos no Plenário

Projeto de Lei nº 2.844/2015

A presente proposição proibirá a utilização de animais para desenvolvimento, experimento e teste de produtos cosméticos e de higiene pessoal, perfumes e seus componentes e dá outras providências.

Em países da União Europeia, os testes em animais para cosméticos são proibidos desde 2009, e a comercialização de produtos testados é proibida desde março de 2013.

No Brasil ainda não há lei sobre o assunto. Porém, muito se tem discutido sobre métodos alternativos que garantam a segurança e a eficácia de medicamentos e cosméticos, em especial através da Rede Nacional de Métodos Alternativos, que foi criada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com o objetivo de atuar no desenvolvimento, na validação e na certificação de tecnologias e de métodos alternativos ao uso de animais para os testes de segurança e de eficácia de medicamentos e cosméticos.

Ressalte-se que foi criado, em 2012, o Centro Brasileiro de Validação de Métodos Alternativos, ligado ao Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, o primeiro centro da América do Sul a desenvolver métodos alternativos de validação de pesquisa que não utilizam animais na fase de testes.

Ademais, o panorama legal para a proibição dos testes em animais para os produtos que a lei menciona é bem sedimentado no ordenamento jurídico federal, com fulcro na própria Constituição da República que, em seu art. 225, §1º, VII, veda as práticas que submetam os animais a crueldade.

Logo, a proibição de utilização de animais para desenvolvimento, experimento e teste de produtos cosméticos e de higiene pessoal, perfumes e seus componentes no Estado é fundamental para a proteção dos animais, a fim de evitar que sejam submetidos a maus-tratos, especialmente porque os procedimentos são dispensáveis: inúmeras empresas nacionais e internacionais têm abolido essas práticas com sucesso.

Situação atual (em 5/12//2016): Aguardando parecer em comissão

Local: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Projeto de Lei nº 2.848/2015

A presente proposição proíbe no Estado a utilização de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos e de higiene pessoal e perfumes e seus componentes e dá outras providências.

Considerando que no Brasil não há legislação que torne obrigatório o teste em animais para produtos cosméticos e de higiene pessoal e perfumes e seus componentes; que, na União Europeia, os testes em animais para cosméticos são proibidos desde 2009, e a comercialização de produtos testados é proibida desde março de 2013; que a Rede Nacional de Métodos Alternativos foi criada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio da Portaria n° 491, de 3/6/2012, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com o objetivo de atuar no desenvolvimento, na validação e na certificação de tecnologias e de métodos alternativos ao uso de animais para os testes de segurança e de eficácia de medicamentos e cosméticos; que foi criado, em 2012, o Centro Brasileiro de Validação de Métodos Alternativos, ligado ao Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, o qual é o primeiro centro da América do Sul a desenvolver métodos alternativos de validação de pesquisa que não utilizam animais na fase de testes; que a Constituição Federal, em seu art. 225, § 1º, inciso VII, veda as práticas que submetam os animais à crueldade; que a Lei Federal nº 9.605, de 1998 – Lei de Crimes Ambientais –, em seu art. 32, § 1º, estabelece que é crime a realização de procedimentos dolorosos ou cruéis em animais vivos, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos; que tais procedimentos são dispensáveis e que existem empresas, nacionais e internacionais, que não se utilizam deles; que essa é uma tendência mundial e que a prática de testes em animais vem sendo cada vez mais questionada no meio acadêmico e pela população em geral, seja por questões éticas, seja por questões científicas; e que há uma crescente tendência da sociedade a trazer os animais para a esfera moral, reconhecendo-os como sujeitos de direito, acreditamos que as empresas podem garantir a segurança de seus produtos escolhendo entre milhares de ingredientes com uma longa história de uso seguro, bem como utilizando um número crescente de métodos alternativos que não envolvem o uso de animais. Essa é a abordagem usada por centenas de empresas certificadas como livres de crueldade pelo programa Leaping Bunny, reconhecido internacionalmente.

Métodos alternativos sem o emprego de animais representam a técnica mais recente que a ciência tem a oferecer, tendo sido cuidadosamente avaliados pelas autoridades públicas, em vários laboratórios, para confirmar que os resultados podem prever os efeitos em pessoas, de maneira confiável. Em contraste, muitos dos testes em animais em uso atualmente datam dos anos 1920 ou 1940 e nunca foram validados.

É de conhecimento geral que os animais em laboratório podem responder de forma muito diferente dos humanos quando expostos aos mesmos produtos químicos. Isso significa que os resultados de testes em animais podem ser irrelevantes para os humanos por superestimarem ou subestimarem o perigo real para as pessoas; e que a segurança do consumidor não pode ser garantida.

Hoje, métodos alternativos podem combinar os mais recentes testes baseados em células humanas com modelos computacionais sofisticados para entregar resultados relevantes para os humanos, em horas ou dias. Por terem sido cientificamente validados, esses métodos trazem maior nível de segurança para os consumidores.

O modelo de saúde que defendemos é aquele que valoriza a vida humana e animal. Os maiores progressos em saúde coletiva se deram através de sucessivas mudanças no estilo de vida das populações.

O objetivo deste projeto de lei é valorizar a saúde humana e animal de forma ética, buscando alternativas eficazes para tratar de problemas reais, substituindo a utilização de animais na experimentação e em testes para cosméticos por métodos alternativos comprovadamente eficazes e éticos.

Situação atual (em 5/12/2016): Anexado ao PL nº 2.844/2015

Regime de Tramitação: Deliberação em dois turnos no Plenário

7 – RECOMENDAÇÕES

A Comissão de Proteção dos Animais, tendo em vista as experiências acumuladas no biênio 2015/2016 e a prospecção de temas relevantes para a causa animal no Estado e no País, recomenda para as próximas sessões legislativas da ALMG, as seguintes ações:

a) Promover a educação humanitária no trato com animais;

b) Aprofundar a discussão quanto à implementação da política de controle populacional de cães e gatos, instituída pela Lei nº 21.970/2016;

c) Debater a regularização, normatização e fiscalização dos criadouros privados de animais e das "fábricas clandestinas de filhotes";

d) Fiscalizar instalações públicas e privadas de albergagem de animais;

e) Debater formas de apoio ao ativismo de proteção de animais praticado por organizações não governamentais – ONGs – e protetores independentes.

f) Discutir a implantação de atendimento hospitalar veterinário público no Estado, fontes de financiamento e operacionalidade;

g) Monitorar a situação de animais de trabalho no meio urbano no Estado e discutir casos de substituição e alternativas tecnológicas;

h) Fiscalizar o funcionamento dos Centros de Triagem de Animais Silvestres – Cetas – no Estado;

i) Debater a comercialização de animais vivos no Mercado Central de Belo Horizonte;

j) Discutir políticas públicas de promoção da tutela responsável e adoção consciente;

k) Monitorar a situação dos animais afetados pelo rompimento das barragens da Samarco S/A, em 5/11/2015

l) Monitorar a situação do uso de animais em pesquisa, experimentação e ensino no Estado;

m) Aprovar norma estadual proibindo o uso de animais para teste de cosméticos produzidos no Estado e fiscalização dessa prática;

n) Debater as estratégias de controle da leishmaniose visceral e de outras zoonoses, a eficácia dos procedimentos adotados e a aplicação de métodos alternativos que preservem vidas animais;

o) Debater o manejo populacional ético de capivaras nos centros urbanos como forma de prevenção à febre maculosa.

8 – AGRADECIMENTOS

A Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais gostaria de agradecer a todas as pessoas, autoridades, órgãos, entidades e instituições que participaram das audiências públicas, reuniões e visitas com reflexões, críticas e sugestões que tornaram possível o desenvolvimento dos trabalhos desta comissão nos anos de 2015 e 2016 e a elaboração deste relatório. Em especial,

agradece o apoio da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, na pessoa do presidente do Parlamento Mineiro, deputado Adalclever Lopes, bem como aos órgãos e entidades participantes nos eventos desta comissão listados no Anexo III.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2016.

Noraldino Junior

Presidente

Relator

9 – ASSESSORIA TÉCNICA

Consultores:

Rodrigo Conde Baêta da Costa.

Antônio Alves de Brito,

Mariana Navarro Paolucci,

Patricia Marchetti Vitelli

Luciana Curi Mattos Mascarenhas,

Revisão de Texto:

Maria Lina Soares Souza

Apoio:

Priscila Avelino Ferreira, estagiária do curso de Gestão Pública da UFMG

Gerência de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Júlio Cadaval Bedê

Gerência-Geral de Consultoria Temática:

Flávia Pessoa Santos

Assessoria da Comissão:

Ana Cristina Erthal Rodrigues

10 – ANEXOS

Anexo I – Registros De Reuniões

- **1ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 30 ABRIL 2015, 15:00 – PLENARINHO IV**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Agostinho Patrus Filho / PV

Dep. Ione Pinheiro / DEM

Dep. Roberto Andrade / PTN (Substituindo Dep. Fred Costa / PEN)

O**utros deputados presentes:** Dep. João Leite / PSDB

F**inalidade:** Discussão e votação de proposições da comissão.

- **2ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 07 MAIO 2015, 15:00 – PLENARINHO IV**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Elismar Prado / PT (Substituindo Dep. Agostinho Patrus Filho / PV)

Dep. Roberto Andrade / PTN (Substituindo Dep. Fred Costa / PEN)

Outros deputados presentes: Dep. Anselmo José Domingos / PTC

Finalidade: Discussão e votação de proposições da comissão.

- **3ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 14 MAIO 2015, 15:00 – PLENARINHO IV**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Agostinho Patrus Filho / PV

Dep. Dilzon Melo / PTB (Substituindo Dep. Ione Pinheiro / DEM)

Dep. Wander Borges / PSB (Substituindo Dep. Fred Costa / PEN)

Outros deputados presentes:

Dep. Arlen Santiago / PTB

Dep. João Vítor Xavier / PSDB

Dep. Glaycon Franco / PTN

Dep. Roberto Andrade / PTN

Finalidade: Discussão e votação de proposições da comissão.

Convidados presentes:

Rodrigo Mattos, presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora;

Luci Machado Godoi Quintão, analista da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese;

Maria das Graças Leal Amaral Ladeira, da Blog de Proteção Animal;

Carlos Alberto Porto Gomes, coreógrafo;

Marlene Moreira da Silva, do Projeto Cãopanheirobh;

Maria Irene de Melo Neves, presidente da Associação Bichos da Gente de Proteção Animal e do Meio Ambiente;

Maria Thereza Hermeto Franco, protetora do Aurfanato;

Geralda Silva Ferreira, presidente da Brigada Planetária;

Bárbara Goloubeff, defensora dos animais;

Maria Elise Rodrigues Pinto, do Conselho Fiscal da Ong Patas Amigas;

Luiza Lobato, protetora independente;

Giovana Fraga, presidente do Projeto Animais de Rua;

Samuel Gazolla Lima, vereador presidente da Câmara Municipal de Ubá.

- **4ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 21 MAIO 2015, 15:00 – PLENARINHO IV**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Ricardo Faria / PC DO B

Dep. Glaycon Franco / PTN (Substituindo Dep. Agostinho Patrus Filho / PV)

Dep. Sargento Rodrigues / PDT (Substituindo Dep. Ione Pinheiro / DEM)

Outros deputados presentes:

Dep. Dilzon Melo / PTB

Dep. Wander Borges / PSB

Dep. João Alberto / PMDB

Dep. Geraldo Pimenta / PC DO B

Finalidade: Discussão e votação de proposições da comissão.

- **5ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 28 MAIO 2015, 15:00 – PLENARINHO IV**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Ione Pinheiro / DEM

Dep. Léo Portela / PR (Substituindo Dep. Ricardo Faria / PC DO B)

Outros deputados presentes:

Dep. Nozinho / PDT

Finalidade: Discussão e votação de proposições da comissão.

- **6ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 11 JUNHO 2015, 15:00 – PLENARINHO IV**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Ione Pinheiro / DEM

Dep. Roberto Andrade / PTN (Substituindo Dep. Fred Costa / PEN)

Outros deputados presentes:

Dep. Glaycon Franco / PTN

Finalidade: Discussão e votação de proposições da comissão.

- **1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 11 JUNHO 2015, 15:00 – AUDITÓRIO**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Ricardo Faria / PC DO B

Finalidade: debater a regulamentação da criação e do comércio de animais de estimação.

Convidados presentes:

Edna Cardozo Dias, presidente da Comissão de Direitos dos Animais da OAB/MG;

Cap. PM Juliano José Trant de Miranda, comandante da Companhia de Polícia Militar do Meio Ambiente;

Dino Miraglia Filho, presidente do Kennel Clube da Grande BH;

Gilson Dias Rodrigues, médico veterinário;

Lilian Maria Ferreira Marotta Moreira, promotora de justiça do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de Minas Gerais;

Luciana Pereira Carneiro, gerente de Proteção da Flora e Flora do Instituto Estadual de Florestas – IEF;

Daniel Ambrósio da Rocha Vilela, analista Ambiental do Ibama.

- **7ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 18 JUNHO 2015, 15:00 – PLENARINHO IV**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Ione Pinheiro / DEM

Dep. Douglas Melo / PSC (Substituindo Dep. Agostinho Patrus Filho / PV)

Dep. Leandro Genaro / PSB (Substituindo Dep. Fred Costa / PEN)

Finalidade: Debater a gestão de políticas públicas voltadas para animais domésticos e silvestres no Estado de Minas Gerais e as propostas e ações dos órgãos relacionados à proteção animal.

Convidados presentes:

Samuel Gazolla Lima, vereador em Ubá;

Aparecido Reis Oliveira, verador em Juiz de Fora;

Rodrigo Fabiano do Carmo Said, superintendente de Vigilânica Epidemiológica Ambiental e Saúde do Trabalhador, representando Fausto Pereira dos Santos, Secretário de Estado de Saúde Sonia Cordelle, diretora de Biodiversidade, representando Adriana Araujo Ramos, diretora-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF;

Ten. PM Adenilson Brito Ferreira, representando Cap. PM Juliano José Trant de Miranda, comandante da Companhia de Polícia Militar do Meio Ambiente;

Ten. BM Vitor Leite, representando Cel. BM Luiz Henrique Gualberto Moreira, comandante-geral do Corpo de Bombeiros;

Margaret de Freitas Assis Rocha, delegada de Políca, chefe da Divisão de Proteção ao Meio Ambiente, representando Márcio da Silva Botelho, diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA;

Daniel Ambrósio da Rocha Vilela, analista ambiental, representando Marco Túlio Simões Coelho, superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis de Minas Gerais - Ibama;

Messias Francisco Lôbo Junior, chefe do Setor de Fiscalização do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais;

Jean Clode Santos, presidente do Centro de Psicologia Canina;

Átila Torquato, assessor parlamentar de proteção animal da Aliança Juizforana de Defesa Animal;

José Renato de Rezende Costa, conselheiro de Estado de Saúde, representando o Conselho Regional de Medicina Veterinária;

Edna Cardozo Dias, conselheira e presidente da Comissão de Direitos dos Animais da OAB.

- **2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – AUDIÊNCIA PÚBLICA – 02 JULHO 2015, 18:00 – PLENARINHO IV**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Roberto Andrade / PTN (Substituindo Dep. Fred Costa / PEN)

Finalidade: Debater o abandono de animais vivos ao longo das margens do Rio Arrudas, no perímetro urbano de Belo Horizonte.

Convidados presentes:

Ten. PM Adenilson Brito Ferreira, representando Cap. PM Juliano José Trant de Miranda, comandante da Companhia de Polícia Militar do Meio Ambiente;

Nivaldo da Silva, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais - CRMV-MG - Belo Horizonte/MG;

1º Sgt. BM José Martins de Freitas Júnior, cmt. 1º Pelotão/2ª CIA/ 1º BBM, representando Ten. Roger Tauschek Berger Oliveira do 1º Batalhão de Bombeiros Militar de Minas Gerais - Belo Horizonte/MG;

Ronaldo M. de Castro Garcia Dias, advogado e protetor independente de animais.

- **3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 7 JULHO 2015, 14:30 – PLENARINHO I**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Antônio Lerin / PSB (Substituindo Dep. Fred Costa / PEN)

Dep. Ivair Nogueira / PMDB (Substituindo Dep. Ricardo Faria / PC DO B)

Finalidade: Discussão e votação de proposições da comissão.

- **3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – AUDIÊNCIA PÚBLICA – 16 JULHO 2015, 18:00 – PLENARINHO IV**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Fred Costa / PEN (Vice-Presidente)

Dep. Anselmo José Domingos / PTC (Substituindo Dep. Agostinho Patrus Filho / PV)

Finalidade: Debater os malefícios da utilização de veículos de tração animal, no que se refere à ocorrência de maus-tratos aos animais, ao trânsito e à questão social dos carroceiros, bem como alternativas à utilização desse meio de transporte.

Convidados presentes:

Délio de Jesus Malheiros, vice-prefeito Municipal de Belo Horizonte;

Tenente Adenilson Brito Ferreira, comandante dos 1º e 4º Pelotões da Companhia de Polícia Militar do Meio Ambiente, represeentando Cap. PM Juliano José Trant de Miranda, comandante;

Maristela Miranda Rodrigues, gerente de Articulação de Mobilidade para a Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte e presidente da comissão responsável pela regulamentação da Lei Municipal de Belo Horizonte nº 10.119;

Eric Alves Machado, fiscal de Meio Ambiente de Contagem e coordenador da ONG Proteger;

Giovanni Roberto Soares, presidente da Associação dos Condutores de Veículos de Tração Animal de Belo Horizonte;

Vitor Corleone Moreira da Silva, sargento da Polícia Militar de Minas Gerais;

Franklin Soares Oliveira, coordenador do Núcleo Fauna de Defesa Animal;

Bárbara Goloubeff, médica veterinária especializada em equinos e membro do Instituto Vivendi;

Francisco Fabiano Diniz Junior, professor e vereador da Câmara Municipal de Três Pontas;

Léo de Oliveira, vereador e membro da Comissão de Proteção dos Animais da Câmara Municipal de Juiz de Fora;

Elvira Miriam Veloso de Mello Cosendey, psicóloga e membro do Fórum pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador;

Gilson Dias Rodrigues, médico veterinário;

Edna Cardozo Dias, presidente da Comissão dos Direitos dos Animais da OAB.

- **9ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 06 AGOSTO 2015, 15:00 – PLENARINHO IV**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Ione Pinheiro / DEM

Dep. Leandro Genaro / PSB (Substituindo Dep. Agostinho Patrus Filho / PV)

Finalidade: Discussão e votação de proposições da comissão.

- **4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – AUDIÊNCIA PÚBLICA – 27 AGOSTO 2015, 16:00 – PLENARINHO IV**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Ione Pinheiro / DEM

Finalidade: Debater metodologias e ações para o controle responsável da população de pombos que habitam nos perímetros urbanos.

Convidados presentes:

Sônia Aparecida Cordebelle de Almeida, diretora de Pesquisa e Proteção a Biodiversidade da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, representando Luiz Sávio de Souza Cruz, secretário;

Mariana Gontijo de Brito, coordenadora de Zoonose e Vigilância de Fatores de Risco Biológico e Andrea Oliveira Dias Temponi, médica veterinária, referência técnica do Programa das Unidades de Vigilância de Zoonoses, representando Fausto Pereira dos Santos, secretário, Celeste de Souza Rodrigues, subsecretária de Vigilância e Proteção à Saúde e Rodrigo Fabiano do Carmo Said, superintendente de Vigilância Epidemiológica, Ambiental e Saúde do Trabalhador da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais;

Nadélia Amaral Campos, assessora, representando Macaé Maria Evaristo dos Santos, secretária de Estado de Educação de Minas Gerais;

Carlos Frederico Loiola, membro do Conselho Regional de Biologia 4ª Região;

Flávia Quadros Campos Ferreira, médica-veterinária e presidente do Instituto VIVENDI;

José Catulino Versiani Neto, coordenador de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité;

Adolfo Firmino da Silva, médico veterinário, chefe do Departamento de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Juiz de Fora;

Jairo Hudson, diretor-presidente do Movimento de Ação Política e Social.

- **11ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 03 SETEMBRO 2015, 15:00 – PLENARINHO IV**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Douglas Melo / PSC (Substituindo Dep. Agostinho Patrus Filho / PV)

Dep. Professor Neivaldo / PT (Substituindo Dep. Ricardo Faria / PC DO B)

Finalidade: Discussão e votação de proposições da comissão.

- **12ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 10 SETEMBRO 2015, 15:00 – PLENARINHO IV**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Ione Pinheiro / DEM

Dep. Ricardo Faria / PC DO B

Finalidade: Discussão e votação de proposições da comissão.

Resultado:

Aprovado relatório sobre o Projeto de Lei nº 1.132/2015 produzido em resposta à diligência requerida pela Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

- **13ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 15 OUTUBRO 2015, 15:00 – PLENARINHO IV**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Ione Pinheiro / DEM

Dep. Ricardo Faria / PC DO B

Finalidade: Discussão e votação de proposições da comissão.

- **14ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 22 OUTUBRO 2015, 15:00 – AUDITÓRIO**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Ione Pinheiro / DEM

Finalidade: Expor as razões técnico-periciais do laudo produzido sobre as condições sanitárias e de trato dos animais mantidos e comercializados no Mercado Central de Belo Horizonte.

Convidados presentes:

Luciano Luz Badini Martins, promotor de justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Meio Ambiente;

Fernanda Ciolfi, médica veterinária fiscal, representando, Nivaldo da Silva, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais;

Pedro Coutinho, gerente e fiscal sanitário da Gerência Regional de Vigilância Sanitária Centro Sul e Leandro Esteves de Vasconcellos, fiscal sanitário, representando Daniel Vergilino Flores Nunes, gerente de Vigilância Sanitária Municipal da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte;

Gilson Dias Rodrigues, médico veterinário;

Matheus Fernandino Bonaccorsi, advogado representando José Agostinho de Oliveira Quadros, presidente do Mercado Central;

Flávia Quadros C. Ferreira, veterinária;

Edna Cardozo Dias, presidente da Comissão de Direitos dos Animais da OAB;

Adriana Cristina Araújo, integrante do Movimento pelos Direitos dos Animais;

Samylla Mol, advogada, pesquisadora associada do Centro de Estudos em Biodireitos;

Val Consolação, presidente da Associação Protetora dos Animais Carentes do Estado de Minas Gerais.

- **15ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 05 NOVEMBRO 2015, 15:00 – PLENARINHO IV**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Ione Pinheiro / DEM

Dep. Antônio Jorge / PPS (Substituindo Dep. Fred Costa / PEN)

Finalidade: Discussão e votação de proposições da comissão.

- **16ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 19 NOVEMBRO 2015, 15:00 – PLENARINHO IV**

Deputados presentes:

Dep. Ione Pinheiro / DEM

Dep. Douglas Melo / PSC (Substituindo Dep. Fred Costa / PEN)

Dep. Glaycon Franco / PTN (Substituindo Dep. Noraldino Júnior / PSC)

Finalidade: Discussão e votação de proposições da comissão.

- **17ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 26 NOVEMBRO 2015, 15:00 – PLENARINHO IV**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Ione Pinheiro / DEM

Dep. Leandro Genaro / PSB

Dep. Duarte Bechir / PSD (Substituindo Dep. Fred Costa / PEN)

Finalidade: Discussão e votação de proposições da comissão.

- **18ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 10 DEZEMBRO 2015, 15:00 – PLENARINHO IV**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Ione Pinheiro / DEM

Dep. Leandro Genaro / PSB

Finalidade: Discussão e votação de proposições da comissão.

- **1ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 18 FEVEREIRO 2016, 15:00 – PLENARINHO IV**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Fred Costa / PEN (Vice-Presidente)

Dep. Ione Pinheiro / DEM

Dep. Leandro Genaro / PSB

Dep. Elismar Prado / PT (Substituindo Dep. Leandro Genaro / PSB)

Finalidade da reunião: Receber, discutir e votar proposições da comissão.

Convidados presentes:

Raquel Muniz, deputada federal;

Samuel Gazolla Lima, presidente da Câmara Municipal de Ubá;

Jean Cloude, fundador do Centro de Psicologia Canina;

Val da Consolação, ativista da causa da proteção dos animais;

Flávia Quadros, médica veterinária, presidente do Instituto VIVENDI.

- **2ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 25 FEVEREIRO 2016, 15:00 – PLENARINHO IV**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Fred Costa / PEN (Vice-Presidente)

Dep. Ione Pinheiro / DEM

Finalidade da reunião: Receber, discutir e votar proposições da comissão.

Convidados presentes:

Jean Cloude, fundador do Centro de Psicologia Canina;

Fernanda São José, advogada.

- **1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – AUDIÊNCIA PÚBLICA – 09 MARÇO 2015, 09:00 – CARATINGA–MG**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Fred Costa / PEN (Vice-Presidente)

Dep. Anselmo José Domingos / PTC (Substituindo Dep. Noraldino Júnior / PSC)

Finalidade: Debater a situação dos cães abandonados no município e região, que que se encontram atualmente sob a responsabilidade da Ong Latemia.

Convidados presentes:

Erick Gonçalves Silva, diretor de epidemiologia da Prefeitura de Caratinga;

Elias José de Oliveira, vereador, membro da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Caratinga;

Sebastião Alves Batista, vereador em Caratinga;

Mauro Cesar do Nascimento, vereador em Caratinga;

Diego de Oliveira Silva, vereador em Caratinga;

Igor Augusto de Medeiros Provinciali, promotor de Justiça da Comarca de Caratinga;

Marta Lopes Assis Fernandes, presidente da Associação de Protetores dos Animais de Sapucaia - Latemia.

- **3ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 10 MARÇO 2016, 15:00 – PLENARINHO IV**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Fred Costa / PEN (Vice-Presidente)

Dep. Ione Pinheiro / DEM

Finalidade da reunião: Obter esclarecimentos sobre a execução e implementação das políticas públicas para o controle de zoonoses no Estado.

Convidados presentes:

Fausto Pereira dos Santos, secretário de Estado de Saúde;

Luiz Sávio de Souza Cruz, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

Helvécio Miranda Magalhães Júnior, secretário de Estado de Planejamento e Gestão;

Flávia Quadros Campos Ferreira, médica-veterinária, presidente do Instituto VIVENDI;

Rilke Novato Públio, superintendente de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado de Saúde;

Luciana Imaculada de Paula, promotora de justiça e coordenadora do Grupo Especial de Defesa da Fauna - edef – MPMG;

Eulalia Cristina Ferrer Jorda Poblet, médica e pós-graduada em imunopatologia e doenças infecciosas e parasitárias;

Carla Maria Sássi de Miranda, gerente Vigilância Ambiental da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete.

- **4ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 07 ABRIL 2016, 15:00 – PLENARINHO IV**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Cristina Corrêa / PT (Substituindo Dep. Leandro Genaro / PSD)

Dep. Gustavo Corrêa / DEM (Substituindo Dep. Ione Pinheiro / DEM)

Finalidade da reunião: Receber, discutir e votar proposições da comissão.

- **2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 04 MAIO 2016, 15:00 – PLENARINHO III**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Fred Costa / PEN (Vice-Presidente)

Dep. Dalmo Ribeiro Silva / PSDB (Substituindo Dep. Ione Pinheiro / DEM)

Dep. Elismar Prado / (Substituindo Dep. Leandro Genaro / PSD)

Finalidade da reunião: Receber, discutir e votar proposições da comissão.

- **3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 08 JUNHO 2016, 14:30 – PLENARINHO III**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Fred Costa / PEN (Vice-Presidente)

Dep. Celinho do Sinttrocel / PC DO B (Substituindo Dep. Ricardo Faria / PC DO B)

Finalidade da reunião: Receber, discutir e votar proposições da comissão.

- **5ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 23 JUNHO 2016, 15:00–PLENARINHO IV**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. João Leite / PSDB (Substituindo Dep. Ione Pinheiro / DEM)

Dep. Tiago Ulisses / PV (Substituindo Dep. Fred Costa / PEN

Finalidade da reunião: Receber, discutir e votar proposições da comissão.

- **4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 11 OUTUBRO 2016, 15:00 – PLENARINHO I**

Deputados presentes:

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Dep. Fred Costa / PEN (Vice-Presidente)

Dep. Antônio Jorge / PPS (Substituindo Dep. Leandro Genaro / PSD)

Dep. Sargento Rodrigues / PDT (Substituindo Dep. Ione Pinheiro / DEM)

Finalidade da reunião: Receber, discutir e votar proposições da comissão.

- **1ª REUNIÃO CONJUNTA – AUDIÊNCIA PÚBLICA – 26 OUTUBRO 2016, 14:30 – PLENARINHO I**

Presentes (Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais):

Dep. Noraldino Júnior / PSC (Presidente)

Presentes (Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável):

Dep. Cássio Soares / PSD (Presidente)

Dep. Inácio Franco / PV (Vice-Presidente)

Dep. Dilzon Melo / PTB

Dep. Marília Campos / PT

Finalidade da reunião: Receber, discutir e votar proposições da comissão.

ANEXO II – REQUERIMENTOS APROVADOS – 2015/2016

Subtema – Promoção do bem-estar animal

Nº	Req.	Data	Autor(es) Deputados:	Ementa
1	RQC 1.488/2015	30/04/15	Ione Pinheiro, Fred Costa, Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Ricardo Faria, Roberto Andrade,	Requerem seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção Animal à Secretaria de Estado de Educação com a finalidade de debater propostas de ações de educação ambiental voltadas para a proteção animal.
2	RQC	30/04/15	Ione Pinheiro, Fred Costa,	Requerem seja realizada reunião da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater, em

	1.487/2015		Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Ricardo Faria, Roberto Andrade,	audiência pública, a realização de rodeios, provas do laço e vaquejadas no Estado.
3	RQC 1.484/2015	30/04/15	Ione Pinheiro, Fred Costa, Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Ricardo Faria, Roberto Andrade,	Requerem seja realizada reunião da Comissão Extraordinária de Proteção Animal para debater, em audiência pública, a situação das organizações não governamentais de proteção animal de Minas Gerais e as possibilidades de apoio a elas por parte do poder público.
4	RQC 1.458/2015	30/04/15	Ione Pinheiro, Fred Costa, Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Ricardo Faria, Roberto Andrade,	Requerem seja realizada reunião com convidados da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater as propostas e ações da Secretarias de Estado de Governo, de Planejamento e Gestão, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Saúde, no que se refere à proteção animal, com a presença desses órgãos.
5	RQC 1.457/2015	30/04/15	Dep. Fred Costa	Requer seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais à Secretaria Estadual de Meio Ambiente para conhecer suas propostas a respeito da proteção animal.
6	RQC 1.453/2015	30/04/15	Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Roberto Andrade,	Requerem seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção aos Animais à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG -, com a finalidade de debater a implantação do Plano Estadual de Proteção aos Animais.
7	RQC 1.752/2015	14/05/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Viçosa ofício que contém a lista as reivindicações da Sociedade Viçosense de Proteção aos Animais - SOVIPA - encaminhada à Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, para que possam desenvolver atividades de proteção dos animais.
8	RQC 1.750/2015	14/05/15	Noraldino Júnior,	Requer seja realizada audiência pública da comissão Extraordinária de Proteção aos Animais com a finalidade de debater políticas públicas relacionadas à proteção e direitos dos animais no âmbito dos Municípios de Pouso Alegre e região.
9	RQC 1.749/2015	14/05/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para que seja desenvolvido cronograma de ações para o cumprimento das políticas públicas integradas de garantia de direitos dos animais propostas pelo governador enquanto candidato ao referido cargo.
10	RQC 1.862/2015	21/05/15	Douglas Melo,	Requer seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, no Município de Sete Lagoas, para debater a situação dos animais abandonados, as ONGs de proteção dos animais e protetores independentes de animais no referido município.
11	RQC 1.986/2015	28/05/15	Nozinho,	Requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais - DER - pedido de providências para que se avalie a possibilidade de se construir ecodutos às margens das rodovias mineiras para que animais silvestres possam transitar com liberdade e segurança.
12	RQC 1.982/2015	28/05/15	Noraldino Júnior,	Requer seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater os atropelamentos de animais silvestres nas rodovias que cortam o Estado de Minas Gerais.
13	RQC 1.980/2015	28/05/15	Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior,	Requerem seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater as políticas públicas referentes à fauna doméstica e silvestre desenvolvidas em outros estados.
14	RQC 2.163/2015	11/06/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior, Roberto Andrade,	Requerem seja enviado ofício ao Grupo Especial de Defesa da Fauna - Gedef -, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, convidando o órgão a tomar assento permanente nas audiências públicas e a participar de todas as visitas técnicas que serão realizadas pela Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais desta Casa, com cópia do requerimento aprovado pela comissão nesse sentido.
15	RQC 2.160/2015	11/06/15	Ione Pinheiro, Glaycon Franco, Noraldino Júnior, Roberto Andrade,	Requer seja realizada reunião com convidados da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater a gestão de políticas públicas voltadas para animais domésticos e silvestres no Estado de Minas Gerais e as propostas e ações dos órgãos relacionados à proteção animal.
16	RQC 2.313/2015	18/06/15	Noraldino Júnior,	Requer seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais ao gabinete do deputado estadual Feliciano Filho, do Estado de São Paulo, com a finalidade de trocar experiências acerca de políticas públicas voltadas para os animais.
17	RQC 2.524/2015	07/07/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais pedido de providências para que não seja exigida ou colocada como condicionante a presença de um responsável para que ocorra o resgate de animais em situação de risco, tendo em vista que não há norma que impeça o resgate e a urgência da situação do animal em risco.
18	RQC 2.518/2015	07/07/15	Noraldino Júnior,	Requer seja realizada reunião com convidados da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater a necessidade da existência de médicos veterinários no quadro de servidores do Corpo de Bombeiros Militar do Estado como forma de qualificar o trabalho esse órgão no resgate de animais.
19	RQC 3.510/2015	10/09/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requerem seja realizada anualmente nessa Casa o 'Dia de Passeio com Seu Animal de Estimação Cãominhada', devendo ser realizada na semana em que se comemora o Dia dos Animais, 4 de outubro, na Praça Carlos Chagas, mais conhecida como Praça da Assembleia.
20	RQC 3.509/2015	10/09/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requerem seja promovida anualmente nessa Casa o Prêmio 'Agente Mirim de Proteção Animal' para crianças e jovens, com idade entre 5 e 16 anos, que atuam na preservação ambiental, em especial, na defesa de proteção dos animais.
21	RQC 3.508/2015	10/09/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requerem seja criada nessa Casa uma campanha educativa sobre proteção animal direcionada para a participação de crianças e jovens estudantes, com idade entre 5 e 16 anos, tendo em vista a necessidade de atuação na preservação ambiental e animal.
22	RQC 3.870/2015	15/10/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requerem seja realizada reunião com a presença do médico-veterinário Gilson Dias Rodrigues para expor as razões técnico-periciais do laudo produzido sobre as condições sanitárias e de trato dos animais mantidos e comercializados no Mercado Central de Belo Horizonte.
23	RQC 3.867/2015	15/10/15	Ricardo Faria,	Requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Belo Horizonte pedido de informações sobre os alvarás sanitários vigentes para os estabelecimentos de comércio de animais vivos do Mercado Central, acompanhado das respectivas cópias.
24	RQC 4.433/2015	19/11/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao Ministério Publico do Meio Ambiente pedido de providências para apurar o não cumprimento de cláusula de contrato que prevê convênio da Concessionária Via 040, responsável pela gestão da BR-040 entre Brasília e Juiz de Fora, com clínicas veterinárias para encaminhamento de

				animais domésticos e silvestres feridos no trecho que está sob sua gestão, conforme relatos recebidos por estes parlamentares.
25	RQC 4.432/2015	19/11/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Presidência da CPI dos Maus-Tratos a Animais, em tramitação na Câmara dos Deputados, pedido de providências para que seja apurado o não cumprimento de cláusula de contrato que prevê convênio da Concessionária Via 040, responsável pela gestão da BR-040 entre Brasília e Juiz de Fora, com clínicas veterinárias para o encaminhamento de animais domésticos e silvestres feridos no trecho que está sob sua gestão.
26	RQC 4.557/2015	26/11/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado ao Grupo Especial de Defesa da Fauna do Ministério Público pedido de providências para que a Recolhimento de animais seja inserida nos planos de evacuação das comunidades situadas em locais sujeitos a risco de rompimento de barragens.
27	RQC 4.554/2015	26/11/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requerem seja realizada visita conjunta com a Comissão Extraordinária das Barragens ao Município de Mariana e às comunidades vizinhas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, para verificar a situação dos animais que ali permanecem.
28	RQC 5.084/2016	25/02/16	Noraldino Júnior, Ricardo Faria,	Requerem seja realizada audiência pública para debater a criação de hospital público veterinário em Minas Gerais.
29	RQC 5.609/2016	07/04/16	Noraldino Júnior, Cristina Corrêa,	Requerem seja encaminhado às câmaras municipais do Estado pedido de providências para que seja instituída comissão de proteção dos animais, com a finalidade de estimular o debate, em nível municipal, de projetos e ações para o bem-estar animal e a defesa de seus direitos, tornando-se parceiras da comissão em funcionamento nesta Casa, modelo para a criação da referida comissão.
30	RQC 5.607/2016	07/04/16	Noraldino Júnior, Cristina Corrêa,	Requerem seja encaminhado a todas as prefeituras municipais de cidades com mais de 100 mil habitantes ofício em anexo que apresenta os serviços Samuvet e Centro de Bem-Estar Animal da Prefeitura de Pouso Alegre, solicitando sejam implantados os mesmos programas nos referidos municípios.
31	RQC 5.894/2016	04/05/16	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Saúde pedido de providências para que os professores da rede estadual de ensino e os agentes de endemias sejam capacitados para fazerem repercutir em salas de aula e domicílios visitados a conscientização quanto aos maus-tratos aos animais e suas consequências, à posse responsável, à castração, às zoonoses e a demais assuntos relativos ao bem-estar dos animais.
32	RQC 6.306/2016	08/06/16	Fred Costa, Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado à Promotoria de Justiça Única da Comarca de Turmalina pedido de providências para que fiscalize o cumprimento da Lei nº 21.970, de 2016, nesse município.
33	RQC 6.510/2016	23/06/16	Noraldino Júnior,	Requer seja realizada audiência pública para debater o planejamento e a execução das políticas públicas de proteção dos animais no Estado.
34	RQC 7.049/2016	11/10/16	Fred Costa,	Requer seja realizada audiência pública para debater as políticas públicas de proteção animal desenvolvidas no Município de Belo Horizonte e a criação da Comissão de Defesa dos Animais instituída pelo art. 6º do Decreto nº 16.431, de 2016.
35	RQC 7.343/2016	17/11/16	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Prefeitura de Juiz de Fora pedido de providências para a construção de novos parques para cães, os Parcães, tendo em vista o aumento da demanda por espaços públicos como esses nos centros urbanos.
36	RQC 7.342/2016	17/11/16	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Prefeitura de Juiz de Fora pedido de providências para dar apoio a entidades, ONGs e protetores de animais independentes e uma estrutura mínima para o atendimento aos animais em situação de vulnerabilidade no município.
37	RQC 1.460/2015	30/04/15	Noraldino Júnior, Roberto Andrade,	Requerem seja encaminhado ao Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais ofício solicitando autorização para a realização de eventos bimestrais de promoção à adoção de animais a se realizarem no Pátio das Bandeiras desta Casa.
38	RQC 1.468/2015	30/04/15	Fred Costa,	Requer seja realizado Debate Público da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais com o tema "Os maus tratos contra animais: Lei 9.605/1998 x Novo Código Penal".
39	RQC 2.912/2015	06/08/15	Fred Costa, Noraldino Júnior,	Requerem seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater a proposta do Projeto de Lei do Senado Federal nº 351/2015 que acrescenta parágrafo único ao art. 82 e inciso IV ao art. 83 da Lei nº 10.406 de 2002 no sentido de determinar que "os animais não serão considerados coisas".
40	RQC 1.466/2015	30/04/15	Fred Costa,	Requer seja realizado Debate Público da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais com o tema "Bem Estar Animal: responsabilidade de todos".
41	RQC 1.482/2015	30/04/15	Ione Pinheiro, Fred Costa, Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Ricardo Faria, Roberto Andrade,	Requerem seja encaminhado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA pedido de informação sobre os resultados da vistoria realizada no Mercado Central de Belo Horizonte em 26/6/2012, bem como de vistorias posteriores, que tiveram como objetivo apurar a situação do comércio de animais vivos no local.
42	RQC 1.481/2015	30/04/15	Agostinho Campos Neto Ione Pinheiro, Fred Costa, Noraldino Júnior, Ricardo Faria, Roberto Andrade,	Requerem seja realizada reunião da Comissão Extraordinária de Proteção Animal para debater, em audiência pública, a regulamentação da criação e do comércio de animais de estimação.
43	RQC 3.374/2015	03/09/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao Grupo Especial de Defesa da Fauna - Gedef - do Ministério Público de Minas Gerais, pedido de providências para que sejam propostas ações concretas no sentido de garantir o bem estar animal por meio da proibição da manutenção e da comercialização de animais no Mercado Central de Belo Horizonte.
44	RQC 3.878/2015	15/10/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Agropecuária pedido de providências para que elabore laudo técnico sobre as condições de trato, saúde e manutenção dos animais que são comercializados e mantidos no Mercado Central de Belo Horizonte e sua incompatibilidade com as legislações vigentes.
45	RQC 1.483/2015	30/04/15	Ione Pinheiro, Fred Costa, Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Ricardo	Requerem seja realizada reunião da Comissão Extraordinária de Proteção Animal para debater, em audiência pública, o funcionamento do serviço, os procedimentos sanitários e médico-veterinários adotados nos centros de castração animal gratuita localizados na Região Metropolitana de Belo

			Faria, Roberto Andrade,	Horizonte, bem como o sistema de cadastro, registro e identificação que permite relacionar os animais a seus tutores.
46	RQC 3.511/2015	10/09/15	Noraldino Júnior,	Requer seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater as metodologias de esterilização adequadas para o Controle Populacional de cães e gatos e a eficácia e os problemas advindos da castração química.
47	RQC 5.277/2016	10/03/16	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para a imediata realização de uma campanha, em parceria com os municípios do Estado, de conscientização sobre as doenças zoonóticas e o controle ético da população de cães e gatos.
48	RQC 1.595/2015	07/05/15	Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Roberto Andrade,	Requerem seja encaminhado ao Presidente da Assembleia de Minas Gerais pedido de providências para que seja veiculada no Portal da Assembleia e nos demais canais de comunicação dessa Casa, campanhas educativas que ressaltem a importância da prevenção da Leishmaniose e do Controle Populacional de cães e gatos.
49	RQC 1.755/2015	14/05/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais pedido de providências para que seja realizado evento de adoção e conscientização da posse responsável de animais no dia 27 de junho às 14 horas no Pátio das Bandeiras da ALMG, oportunidade em que serão disponibilizados cães e gatos para adoção.
50	RQC 1.983/2015	28/05/15	Noraldino Júnior,	Requer seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater o abandono de animais vivos ao longo das margens do Rio Arrudas, no perímetro urbano de Belo Horizonte.
51	RQC 4.998/2016	18/02/16	Noraldino Júnior,	Solicita seja encaminhado à 15ª Delegacia de Polícia Civil de Iturama pedido de informações sobre o inquérito policial aberto para investigar suposto crime de maus-tratos ocorrido no dia 12 de junho de 2015, em que uma cadela prenhe foi abandonada e faleceu antes do parto.
52	RQC 4.997/2016	18/02/16	Noraldino Júnior,	Solicita seja encaminhado à 15ª Delegacia de Polícia Civil de Iturama pedido de informações sobre o inquérito policial aberto para investigar suposto crime de maus-tratos ocorrido no dia 19 de setembro de 2015, em que dois cães foram encontrados amarrados, sem adequadas condições de locomoção.
53	RQC 5.597/2016	07/04/16	Fred Costa,	Requer seja realizada visita à Conservadora Silc Recursos Humanos, localizada no Bairro Santo Antônio, na capital, para apurar denúncia de maus-tratos e condições de insalubridade a que dois cães, que estão sob a guarda dessa empresa, são submetidos há mais de quatro anos.
54	RQC 5.599/2016	07/04/16	Fred Costa,	Requer seja realizada audiência pública para debater o abandono de animais no Município de Patos de Minas.
55	RQC 5.905/2016	04/05/16	Fred Costa, Elismar Prado Dirceu Ribeiro PHS Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag - pedido de providências para elaborar e distribuir, em parceria com outras secretarias de Estado, comunicados, guias, cartilhas, cartazes e material especializado sobre guarda responsável, castração e outros temas pertinentes ao trato com os animais, em consonância com a Lei nº 21.970, de 2016.
56	RQC 1.472/2015	30/04/15	Fred Costa,	Requer seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais à Secretaria Municipal de Meio Ambiente para conhecer suas propostas a respeito da proteção animal.
57	RQC 1.860/2015	21/05/15	Dilzon Melo, Noraldino Júnior, Geraldo Pimenta,	Requerem seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais ao gabinete do Deputado Federal Roberto Tripoli para tratar de assuntos de interesse da causa animal.
58	RQC 5.007/2016	18/02/16	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Solicitam seja realizada audiência pública para obter esclarecimentos sobre a execução e a implementação das políticas públicas para o controle de zoonoses no Estado; e seja convocado o Sr. Rodrigo Fabiano do Carmo Said, superintendente de Vigilância Epidemiológica, Ambiental e Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado de Saúde.
59	RQC 5.089/2016	25/02/16	Ricardo Faria,	Solicita seja realizada audiência pública para se obterem esclarecimentos sobre a execução e a implementação das políticas públicas para o controle de zoonoses no Estado; e seja convocado para essa audiência o Sr. Rodrigo Fabiano do Carmo Said, superintendente de Vigilância Epidemiológica, Ambiental e Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado de Saúde.
60	RQC 1.981/2015	28/05/15	Anselmo José Domingos PTC Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado ao Sr. Marcelo Dolzany da Costa, juiz federal da 16ª Vara Federal de Belo Horizonte, moção de apoio ao julgamento da Ação Civil Pública impetrada pelo Instituto Abolicionista Animal em face da Universidade Federal do Estado de Minas Gerais, que trata da utilização de animais em disciplinas da Faculdade de Medicina daquela instituição, bem como pedido de providências para que julgue a ação nº 0003543-04.2014.4.01.3800 do ponto de vista jurídico e ético.
61	RQC 2.919/2015	06/08/15	Fred Costa, Noraldino Júnior,	Requerem seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais à fazenda da Fundação Ezequiel Dias com a finalidade de conhecer a situação dos cavalos mantidos por aquela instituição .
62	RQC 5.285/2016	10/03/16	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao diretor do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA - pedido de informações sobre o Caldas Rodeio Festival, que acontecerá entre os dias 31/3 e 3/4/2016, no Município de Caldas, especificando se existe autorização prévia para a realização do evento e se a entidade promotora comunicou sobre sua realização com antecedência de 30 dias para que possa ser designado médico-veterinário para fiscalizar e acompanhar sua instalação e atestar o cumprimento da Lei nº 13.605, de 2000.
63	RQC 5.596/2016	07/04/16	Fred Costa,	Requer seja encaminhado à MSD Saúde Animal pedido de informações sobre os efeitos colaterais causados pelo Bravecto, carrapaticida e antipulgas fabricado por essa empresa.

Subtema – Controle Populacional

Nº	Req.	Data	Autor(es) Deputados:	Ementa
1	RQC 1.478/2015	30/04/15	Ione Pinheiro, Fred Costa Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Ricardo Faria, Roberto Andrade,	Requerem seja realizada reunião da Comissão Extraordinária de Proteção Animal para debater, em audiência pública, as políticas públicas estaduais de Controle Populacional de animais domésticos e silvestres, bem como a implementação de programas voltados para esse fim pelos municípios mineiros, nos aspectos quantitativo e qualitativo.
2	RQC	30/04/15	Agostinho Patrus Filho,	Requerem seja encaminhado ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais ofício

	1.462/2015		Noraldino Júnior, Roberto Andrade,	solicitando celeridade na tramitação do Projeto de Lei nº 1.132/2015, de autoria do deputado Alencar da Silveira Junior que "dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos e dá outras providências".
3	RQC 1.461/2015	30/04/15	Fred Costa	Requer seja realizada reunião da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater, em audiência pública, a situação do contingente felino na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, localizada no Campus da UFMG e no Parque Municipal Américo Renné Giannetti.
4	RQC 1.459/2015	30/04/15	Fred Costa	Requer seja realizada reunião da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater, em audiência pública, as políticas públicas voltadas para o controle de natalidade de cães e gatos no Estado.
5	RQC 1.456/2015	30/04/15	Fred Costa	Requer seja realizada reunião da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater, em audiência pública, os serviços prestados pelos centros de castração gratuita em Belo Horizonte.
6	RQC 1.452/2015	30/04/15	Fred Costa	Requer seja realizada reunião da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater, em audiência pública, os serviços prestados pelo Controle de Zoonoses de Belo Horizonte e conhecer sua rotina de trabalho.
7	RQC 1.861/2015	21/05/15	Ione Pinheiro, Wander Borges, João Alberto PMDB Noraldino Júnior, Ricardo Faria, Geraldo Pimenta,	Requerem seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater metodologias e ações para o controle responsável da população de pombos que habitam nos perímetros urbanos.
8	RQC 2.913/2015	06/08/15	Anselmo José Domingos, Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado ao prefeito de Contagem pedido de informações sobre os termos do contrato de aluguel da Unidade Móvel Veterinária conhecida com 'castramóvel' e o relatório dos procedimentos de castração realizados desde a sua aquisição.
9	RQC 3.074/2015	13/08/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Prefeitura de Juiz de Fora pedido de providências para que realize estudo de viabilidade para execução de programa de Controle Populacional das capivaras da Zona Urbana do município por meio de castração dos animais.
10	RQC 3.868/2015	15/10/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado às prefeituras dos municípios mineiros com população superior a 40 mil habitantes pedido de providências para que seja implantado um programa municipal de castração de animais domésticos como forma de Controle Populacional de cães e gatos.
11	RQC 5.283/2016	10/03/16	Fred Costa Anselmo José Domingos, Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado ao Ministério Público pedido de providências para que fiscalize o cumprimento, pelo Município de Caratinga, da Lei nº 21.970, de 2016, que dispõe sobre o Controle Populacional de cães e gatos no Estado.
12	RQC 5.274/2016	10/03/16	Fred Costa Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado ao Ministério Público do Estado pedido de providências para a Fiscalização do cumprimento da Lei n° 21.970, de 2016, no Município de Pompéu.
13	RQC 5.601/2016	07/04/16	Noraldino Júnior, Cristina Corrêa,	Requerem sejam encaminhados à Prefeitura de Caeté pedido de providências para que implemente a castração em massa dos animais abandonados, vagantes, semidomiciliados e comunitários, além de promover a acolhida e o tratamento aos animais doentes e acidentados; e o anexo contendo notícia em que se denuncia o descaso da administração municipal.
14	RQC 5.909/2016	04/05/16	Fred Costa Elismar Prado Dirceu Ribeiro PHS Noraldino Júnior,	Requerem seja realizado fórum técnico sobre o Controle Populacionall de cães e gatos no Estado, com ênfase em assuntos como castração, abrigos e eutanásia.
15	RQC 5.907/2016	04/05/16	Fred Costa Elismar Prado Dirceu Ribeiro PHS Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag - pedido de providências para realização de recenseamento anual de animais domésticos pelos agentes de endemias nas visitas domiciliares de rotina.
16	RQC 5.904/2016	04/05/16	Fred Costa Elismar Prado Dirceu Ribeiro PHS Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag - pedido de providências para promover intensa divulgação da Lei nº 21.970, de 2016, nas prefeituras municipais do Estado, com a finalidade de coibir práticas como a eutanásia para fim de Controle Populacional de animais e outras igualmente vedadas pela referida norma.
17	RQC 5.901/2016	04/05/16	Fred Costa Elismar Prado Dirceu Ribeiro PHS Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para Fiscalização do cumprimento da Lei Estadual 21.970, de 2016, no Município de Entre-Rios.
18	RQC 5.896/2016	04/05/16	Fred Costa Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais - MPMG - pedido de providências para promover intensa Fiscalização das Promotorias do Meio Ambiente do Estado, em sintonia com o Grupo de Defesa da Fauna do MPMG - Gedef - quanto ao cumprimento da Lei 21.970, de 2016, em sua integralidade.
19	RQC 5.895/2016	04/05/16	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao Ministério Público pedido de providências para fiscalizar o cumprimento da Lei nº 21.970, de 2016, no Município de Alfenas.
20	RQC 7.067/2016	11/10/16	Sargento Rodrigues PDT	Requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que seja dada celeridade ao cumprimento da decisão da Justiça Federal que determinou a retirada das capivaras da Lagoa da Pampulha.
21	RQC 7.060/2016	11/10/16	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para criar programa de Controle Populacional das capivaras que vivem na orla da Lagoa da Pampulha.
22	RQC 7.058/2016	11/10/16	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para implantar um programa de acompanhamento médico-veterinário das capivaras que vivem na orla da Lagoa da Pampulha
23	RQC 7.051/2016	11/10/16	Noraldino Júnior,	Requer seja realizada audiência pública para debater o manejo populacional ético de capivaras nos centros urbanos como forma de prevenção à febre maculosa.
24	RQC 1.486/2015	30/04/15	Ione Pinheiro, Fred Costa Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Ricardo Faria, Roberto Andrade,	Requerem seja realizado debate público da Comissão Extraordinária de Proteção Animal com a finalidade de discutir a importância do Controle Populacionall ético, a apuração de crimes de maus tratos e a aplicação da Lei Federal 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, os aspectos técnicos e jurídicos relacionados à leishmaniose visceral canina e o bem-estar animal.

Subtema – Combate aos maus tratos de animais

Nº	Req.	Data	Autor(es) Deputados:	Ementa

1	RQC 2.315/2015	18/06/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora pedido de providências para que seja elucidada notícia de ocorrência de crime ambiental na Represa D'Uvas que envolve a caça de animais silvestres.
2	RQC 2.522/2015	07/07/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Delegacia de Polícia civil de Novo Cruzeiro pedido de informações contendo informações oficiais e cópia do inquérito policial referente ao crime ambiental cometido no Município de Caraí em que cães foram mortos por envenenamento.
3	RQC 2.910/2015	06/08/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Maria da Fé pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial para apurar o crime de envenenamento que vitimou ao menos 10 cães naquele município acompanhado de ofício que relata o caso.
4	RQC 2.909/2015	06/08/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Delegacia Regional de Polícia Civil de Montes Claros pedido de providências para que investigue o episódio em que um cão foi encontrado com graves ferimentos e cortes, sujo de piche e amarrado dentro de um saco naquele município, o que configura notório caso de maus-tratos relatados acompanhado de ofício que relata o caso.
5	RQC 3.072/2015	13/08/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à CPI Federal de Maus-tratos aos Animais pedido de providências para que investigue o abatimento de um cavalo a tiros por um agente da Polícia Federal de Porto Velho, Rondônia, conforme denúncia anexa entregue na Comissão de Proteção dos Animais.
6	RQC 3.071/2015	13/08/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Procuradoria-Geral da República pedido de providências para que investigue o abatimento de um cavalo a tiros por um agente da Polícia Federal de Porto Velho, Rondônia, conforme denúncia que consta de CD anexo.
7	RQC 3.070/2015	13/08/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Corregedoria-Geral da Polícia Rodoviária Federal pedido de providências para que investigue o abatimento de um cavalo a tiros por um agente da Polícia Federal de Porto Velho, Rondônia, conforme denúncia que consta de CD anexo, e dê ciência à Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais dos desdobramentos e sanções aplicadas ao agente na conclusão da investigação.
8	RQC 3.068/2015	13/08/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Delegacia Regional da Polícia Civil de Nazareno pedido de informações sobre o Boletim de Ocorrência e o Inquérito Policial referentes ao suposto envenenamento de dezenas de cães naquele município denunciado em matéria veiculada em mídia regional, cuja cópia anexa.
9	RQC 3.380/2015	03/09/15	Fred Costa,	Requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de São Lourenço pedido de informações sobre o extermínio de 500 cães e gatos ocorrido no município em agosto do ano corrente bem como seu posicionamento e medidas de apuração do caso.
10	RQC 3.377/2015	03/09/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Carmo do Cajuru pedido de providências para que instaure inquérito policial para investigar a autoria do crime ambiental ocorrido no município em que um cidadão agrediu um cachorro a pauladas, conforme denúncia recebida na Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais.
11	RQC 3.376/2015	03/09/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço pedido de providências para que instaure inquérito policial para investigar a autoria do crime ambiental ocorrido nessa cidade em que foram encontrados cerca de 200 caudas de gatos em sacos plásticos no dia 18 de agosto do corrente ano.
12	RQC 3.373/2015	03/09/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao Delegado de Polícia de Barroso pedido de informações acerca do Boletim de Ocorrências e Inquérito Policial do caso em que delinquentes invadiram a propriedade particular do senhor Claudinho Boiadeiro, e enforcaram uma égua manga-larga até a morte.
13	RQC 3.372/2015	03/09/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao Delegado de Polícia Civil do Município de Aiuruoca pedido de informações acerca do Boletim de Ocorrências e Inquérito Policial do caso em que um cão chamado Vinil foi alvejado por um tiro de arma de fogo enquanto passeava no Município de Liberdade, no dia 28 de junho de 2015.
14	RQC 3.371/2015	03/09/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao Delegado de Polícia Civil de Itabira pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial para investigar a autoria do crime ambiental ocorrido no Município de Itabira, em que quatro cachorros foram encontrados mortos em decorrência de um suposto envenenamento, no dia 24 de agosto de 2015.
15	RQC 3.367/2015	03/09/15	Noraldino Júnior,	Requer seja realizada visita da Comissão Extraordinária da Comissão de Proteção dos Animais à Delegacia de Carmo do Cajuru com a finalidade de averiguar denúncias de crime ambiental ocorrido no município em que um cachorro foi agredido a pedradas por um cidadão.
16	RQC 3.880/2015	15/10/15	Fred Costa,	Requer seja realizada visita ao Município de Formiga para averiguar as recentes denúncias de envenenamento de animais em praça pública
17	RQC 3.879/2015	15/10/15	Fred Costa,	Requer seja realizada audiência pública para debater os casos de envenenamento de cães em praça pública ocorridos recentemente no Município de Formiga.
18	RQC 3.877/2015	15/10/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Montes Claros pedido de providências para que seja conduzido com rigor e celeridade o inquérito policial instaurado para apurar crime de maus-tratos ocorrido no Município de Glaucilândia contra um gato doméstico que teve decepados o rabo e uma perna dianteira.
19	RQC 4.136/2015	05/11/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Delegacia Especializada em Crimes Contra o Meio Ambiente e Conflitos Agrários pedido de informações sobre o crime de maus-tratos ocorrido na Academia Alta Energia, no Bairro Castelo, em Belo Horizonte, em 16/12/2014, que resultou na morte da cadela da raça Akita denominada Anília, especificando se foi instaurado inquérito policial e, em caso afirmativo, qual o desfecho do caso.
20	RQC	10/12/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Araxá pedido de providências para que seja

	4.785/2015			instaurado inquérito policial para apuração do crime ambiental ocorrido em 1º/12/2015, nesse município, em que uma cadela foi estuprada e morta e aproximadamente 10 cães foram mortos em razão de suposto envenenamento na hípica de Araxá.
21	RQC 5.008/2016	18/02/16	Noraldino Júnior,	Solicita seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Pitangui pedido de providências para que instaure inquérito para apuração do crime de maus-tratos ocorrido nesse município, em que o suspeito identificado como Antônio Carlos Ferreira Rodrigues foi flagrado espancando a pauladas um filhote de cachorro, o que gerou graves lesões ao animal.
22	RQC 5.002/2016	18/02/16	Fred Costa, Noraldino Júnior,	Solicita seja realizada visita técnica à Delegacia de Polícia Civil de Pitangui para averiguar denúncias da ocorrência de crime ambiental cometido por um cidadão que foi flagrado espancando um cão a pauladas.
23	RQC 5.000/2016	18/02/16	Noraldino Júnior,	Solicita seja encaminhado à 15ª Delegacia de Polícia Civil de Iturama pedido de informações sobre o inquérito policial aberto para investigar suposto crime de maus-tratos, ocorrido no dia 16 de julho de 2015, no qual o suspeito Élcio Freitas de Queiros teria extraído os testículos de seu cão sem os cuidados necessários, expondo o animal a risco de morte por perda excessiva de sangue.
24	RQC 5.088/2016	25/02/16	Ione Pinheiro, Fred Costa, Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado à Delegacia Especializada de Crimes contra o Meio Ambiente e Conflitos Agrários pedido de providências para a instalação de inquérito policial a fim de investigar crime ambiental ocorrido no dia 18 de fevereiro de 2016, na Praça Afonso Arinos, em Belo Horizonte, onde o suspeito, identificado como Dimitri, teria jogado o cão de estimação de um morador de rua, de nome Valmir, debaixo de um ônibus, causando a morte do animal.
25	RQC 5.087/2016	25/02/16	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior, Ricardo Faria,	Requerem seja encaminhado à Delegacia Especializada de Crimes contra o Meio Ambiente e Conflitos Agrários pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial a fim de investigar crime ambiental ocorrido em um condomínio residencial no Bairro Caiçara, em Belo Horizonte, em que um morador do prédio chutou o cachorro de uma vizinha após o animal ter latido e corrido atrás de seu filho, fato que levou o animal à morte após nove dias.
26	RQC 5.284/2016	10/03/16	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao titular da Delegacia de Polícia Civil de Bom Despacho pedido de informações sobre o inquérito policial instaurado para averiguar a autoria e a materialidade do crime ambiental de maus-tratos contra um cão atropelado próximo ao Posto Caxuxa, nesse município, e para providenciar a responsabilização penal pelo delito.
27	RQC 5.610/2016	07/04/16	Noraldino Júnior, Cristina Corrêa,	Requerem seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil em Viçosa pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial para investigar crime ambiental tipificado pelo art. 32 da Lei nº 9.605, de 1998, praticado contra cães, mortos supostamente em decorrência de envenenamento em São Miguel do Anta.
28	RQC 5.606/2016	07/04/16	Noraldino Júnior, Cristina Corrêa,	Requerem seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado pedido de providências para instaurar inquérito policial e remeter à comissão cópia referente ao inquérito de ocorrência de maus-tratos em Montes Claros contra uma cadela da raça Akita, resgatada de seus donos com notórios sinais de maus-tratos por omissão; e seja encaminhado ao referido órgão anexo contendo reportagem com imagens do animal.
29	RQC 5.602/2016	07/04/16	Noraldino Júnior, Cristina Corrêa,	Requerem seja realizada visita à Delegacia de Polícia Civil e à 1ª Promotoria de Justiça do Município de Oliveira com a finalidade de acompanhar o inquérito instaurado para averiguar o caso de maus-tratos a animal, caracterizado por enforcamento de uma cadela, praticado por funcionário de uma fazenda localizada nesse município.
30	RQC 5.600/2016	07/04/16	Noraldino Júnior, Cristina Corrêa,	Requerem sejam realizadas visitas à Prefeitura e à Delegacia Policial em São Miguel do Anta e ao Ministério Público com sede em Viçosa, com a finalidade de apurar a morte de 37 animais ocorridas naquele município.
31	RQC 5.598/2016	07/04/16	Fred Costa,	Requer seja encaminhado à Conservadora Silc Recursos Humanos pedido de informações sobre a denúncia de maus-tratos e condições de insalubridade a que dois cães, que estão sob sua guarda, são submetidos há mais de quatro anos.
32	RQC 5.898/2016	04/05/16	Dirceu Pereira Fred Costa, Elismar Prado Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil em Rio Casca pedido de providências para apurar a suposta ocorrência de crime ambiental, tipificado pelo art. 32 da Lei nº 9.605, de 1998, de envenenamento de dezenas de cães no município.
33	RQC 5.897/2016	04/05/16	Fred Costa, Elismar Prado Dirceu Ribeiro, Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil em Campina Verde pedido de providências para instaurar inquérito policial para apuração do suposto crime ambiental tipificado pelo art. 32 da Lei nº 9.605, de 1998, em que um cavalo teve parte de sua pata mutilada, e para que seja investigado o paradeiro do animal, que teria desaparecido após o registro do boletim de ocorrência.
34	RQC 5.892/2016	04/05/16	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Delegacia Especializada de Investigação de Crimes contra o Meio Ambiente e Conflitos Agrários, em Belo Horizonte, pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial para apurar o crime ambiental tipificado pelo art. 32 da Lei nº 9.605, de 1998, ocorrido no Bairro Jardim Vitória, em que um homem foi flagrado agredindo severamente um cavalo.
35	RQC 6.315/2016	08/06/16	Fred Costa, Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado ao delegado de Polícia Civil em Nova Serrana pedido de informações sobre a possível ocorrência de crime ambiental, tipificado pelo art. 32 da Lei nº 9.605, de 1998, em que um homem amarrou seu cachorro e o arrastou por algumas vias na cidade, no dia 19/5/2016, especificando se o dono do animal foi indiciado por crimes de maus-tratos.
36	RQC 6.309/2016	08/06/16	Fred Costa, Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado à Delegacia Especializada de Investigação de Crimes contra o Meio Ambiente e Conflitos Agrários, em Belo Horizonte, pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial para apurar o crime ambiental, tipificado pelo art. 32 da Lei nº 9.605, de 1998, ocorrido na madrugada do dia 7/5/2016, quando um homem foi flagrado abandonando um cavalo doente, que morreu após agonizar por várias horas.

37	RQC 7.057/2016	11/10/16	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Polícia Civil em São Gotardo pedido de providências para instaurar inquérito policial com vistas à apuração de crime ambiental, tipificado pelo art. 32 da Lei nº 9.605, de 1998, ocorrido no Município de Matutina, onde um cão foi encontrado morto e amarrado com arame farpado em uma árvore.
38	RQC 7.056/2016	11/10/16	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Lima pedido de providências para instaurar inquérito civil com vistas à apuração de ocorrência de maus-tratos contra dois cães que foram baleados no dia 25/6/2016 na Rua São João, no Distrito de Honório Bicalho, em Nova Lima.
39	RQC 2.319/2015	18/06/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Delegacia Especializada em Investigação de Crimes contra a Fauna pedido de providências para que proceda à investigação de denúncias de maus-tratos contra animais irregularmente utilizados como matrizes, encaminhando cópia de ofício do deputado Noraldino Júnior.
40	RQC 3.075/2015	13/08/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao Núcleo de Atendimento às Ocorrências de Maus-tratos a Animais de Juiz de Fora pedido de providências para que investigue os responsáveis pelo abandono dos equinos que foram recolhidos pela Prefeitura nas regiões Sul e Norte daquela cidade.
41	RQC 4.783/2015	10/12/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao delegado de Polícia Civil de São Lourenço pedido de informações, com envio de cópias do boletim de ocorrência e do inquérito policial instaurado, sobre a apuração do crime ocorrido nesse município em que um homem foi flagrado pela brigada militar maltratando uma égua.
42	RQC 5.012/2016	18/02/16	Fred Costa,	Solicita seja realizada visita técnica à Delegacia de Polícia Civil de Nova Lima com a finalidade de obter informações sobre o andamento das investigações relativas ao crime de maus-tratos contra 14 cães ocorrido no Bairro Rosário, nesse município.
43	RQC 5.011/2016	18/02/16	Fred Costa, Noraldino Júnior,	Solicitam seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Pitangui pedido de informações sobre o boletim de ocorrência registrado por maus-tratos perpetrados contra um filhote de cão no posto de gasolina Irmãos Braga, nesse município.
44	RQC 5.010/2016	18/02/16	Fred Costa, Noraldino Júnior,	Solicitam seja encaminhado o Comando-Geral da Polícia Militar pedido de informações sobre o boletim de ocorrência registrado por maus-tratos perpetrados contra um filhote de cão no posto de gasolina Irmãos Braga, no Município de Pitangui.
45	RQC 5.009/2016	18/02/16	Fred Costa, Noraldino Júnior,	Solicitam seja encaminhado ao Ministério Público pedido de informações sobre o boletim de ocorrência registrado por maus-tratos perpetrados contra um filhote de cão no posto de gasolina Irmãos Braga, no Município de Pitangui.
46	RQC 5.006/2016	18/02/16	Noraldino Júnior,	Solicita seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Ouro Preto pedido de providências para que instaure inquérito a fim de investigar supostos maus-tratos contra filhotes de cães de rua no Bairro Alto da Cruz.
47	RQC 5.001/2016	18/02/16	Fred Costa, Noraldino Júnior,	Solicita seja encaminhado à 15ª Delegacia de Polícia Civil de Nova Lima pedido de informações sobre suposto crime de maus-tratos contra cães ocorrido em uma residência do Bairro Rosário, conforme noticiado no Jornal 'O Tempo' de 23 de janeiro de 2016, nas quais se esclareça se foi instaurado inquérito policial e qual foi o desfecho do caso.
48	RQC 4.999/2016	18/02/16	Noraldino Júnior,	Solicita seja encaminhado à 15ª Delegacia de Polícia Civil de Iturama pedido de informações sobre o inquérito policial aberto para investigar suposto crime de maus-tratos em que o suspeito Manoel José dos Santos não estaria prestando os cuidados básicos a sua cadela doente.
49	RQC 5.278/2016	10/03/16	Fred Costa,	Requer seja encaminhado ao delegado da 24ª Delegacia de Polícia Civil do Município de Bambuí pedido de informações sobre os desdobramentos da denúncia de maus-tratos registrada no Boletim de Ocorrência nº M2755-2016-0530156.

Subtema – Comercialização de animais vivos

Nº	Req.	Data	Autor(es) Deputados:	Ementa
1	RQC 1.485/2015	30/04/15	Ione Pinheiro, Fred Costa, Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Ricardo Faria, Roberto Andrade,	Requerem seja enviado ao Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais - CRMV-MG - pedido de informação sobre a Fiscalização do comércio de animais no Mercado Central de Belo Horizonte, nos demais pontos de venda desses animais na Capital e nos demais municípios mineiros, à luz do cumprimento das normais instituídas pela Resolução do Conselho Federal de Medicina Veterinária nº 1.069, de 27 de outubro de 2014, que "dispõe sobre as diretrizes gerais de responsabilidade técnica em estabelecimentos comerciais de exposição, manutenção, higiene estética e venda ou doação de animais e dá outras providências".
2	RQC 1.480/2015	30/04/15	Ione Pinheiro, Fred Costa, Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Ricardo Faria, Roberto Andrade,	Requerem seja realizada reunião da Comissão Extraordinária de Proteção Animal para debater, em audiência pública, o comércio de animais com base na Resolução do Conselho Federal de Medicina Veterinária nº 1.069/2014 que "dispõe sobre as diretrizes gerais de responsabilidade técnica em estabelecimentos comerciais de exposição, manutenção, higiene estética e venda ou doação de animais e dá outras providências", bem como das demais normas sanitárias e de proteção aos animais aplicáveis à referida atividade, a exemplo da Lei Federal 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.
3	RQC 1.479/2015	30/04/15	Ione Pinheiro, Fred Costa, Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Ricardo Faria, Roberto Andrade,	Requerem seja encaminhado à Procuradoria-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais pedido de providências para apuração da situação do comércio de animais no Mercado Central de Belo Horizonte, em cumprimentos das normas instituídas pela Resolução do Conselho Federal de Medicina Veterinária nº 1.069, de 27 de outubro de 2014, que "dispõe sobre as diretrizes gerais de responsabilidade técnica em estabelecimentos comerciais de exposição, manutenção, higiene estética e venda ou doação de animais e dá outras providências", bem como das demais normas sanitárias e de proteção aos animais aplicáveis à referida atividade.
4	RQC 2.525/2015	07/07/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado pedido de providências para que fiscalize o Mercado Central de Belo Horizonte e a Casa de Rações Robinho, cujo

				endereço segue anexo, no que se refere ao cumprimento da Resolução nº 1.069/2014 do Conselho Federal e demais normas sanitárias e de proteção dos animais e encaminhe os resultados alcançados pela Fiscalização à Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais da Assembleia Legislativa do Estado.
5	RQC 2.520/2015	07/07/15	Fred Costa, Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado à Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanístico do Ministério Público do Estado pedido de providências para que seja proibida a manutenção e comercialização de animais no Centro Comercial Mercado Central de Belo Horizonte.
6	RQC 2.519/2015	07/07/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requerem seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater o comércio de animais no Mercado Central de Belo Horizonte à luz da garantia do bem-estar animal e da Resolução nº 1.069/2014 do Conselho Federal de Medicina Veterinária, que dispõe sobre as diretrizes gerais de responsabilidade técnica em estabelecimentos comerciais da exposição, manutenção, higiene, estética e venda ou doação de animais.
7	RQC 2.915/2015	06/08/15	Ione Pinheiro, Leandro Genaro, Noraldino Júnior,	Requerem seja realizada visita da Comissão Extraordinária da Comissão de Proteção dos Animais à Presidência do Conselho Federal em Minas Gerais com a finalidade de avaliar o cumprimento das promessas de realização de vistoria e emissão de laudo técnico sobre as condições dos animais disponíveis para comercialização no Mercado Central de Belo Horizonte.
8	RQC 3.375/2015	03/09/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao Conselho Regional de Medicina Veterinária pedido de informações sobre: (a) se foram feitas, e quantas foram, as fiscalizações sobre as condições de trato e saúde dos animais mantidos e comercializados no Mercado Central de Belo Horizonte; (b) caso tenha ocorrido estas fiscalizações disponibilizar o conteúdo das mesmas; (c)se todos os estabelecimentos que mantém e comercializam animais no Mercado Central possuem médico veterinário responsável, seus respectivos nomes e números de CRMV; (d) se os estabelecimentos que mantém e comercializam animais no Mercado Central de Belo Horizonte e seus respectivos técnicos responsáveis estão cumprindo as determinações da Resolução nº1069/2014, do Conselho Federal de Medicina Veterinária.
9	RQC 4.139/2015	05/11/15	Noraldino Júnior,	Requer sejam encaminhadas ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação, ao Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais, à Vigilância Sanitária Municipal da Secretaria de Saúde de Belo Horizonte, ao Sr. Gilson Dias Rodrigues, médico veterinário, à Presidência do Mercado Central, à Sra. Flávia Quadros C. Ferreira, médica veterinária, à Comissão de Direitos dos Animais da OAB-MG, ao Movimento pelos Direitos dos Animais, ao Centro de Estudos em Biodireitos e à Associação Protetora dos Animais Carentes do Estado de Minas Gerais as notas taquigráficas da 14ª Reunião da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, em 22/10/2015, que teve por finalidade expor as razões técnico-periciais do laudo sobre as condições sanitárias e de trato dos animais mantidos e comercializados no Mercado Central de Belo Horizonte.
10	RQC 4.137/2015	05/11/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao Núcleo de Atendimento às Ocorrências de Maus-Tratos da 1ª Delegacia Regional de Juiz de Fora pedido de providências para que seja aberto inquérito com a finalidade de investigar possíveis maus-tratos contra animais nas Feiras Livres de Juiz de Fora, conforme denúncias recebidas pela comissão.
11	RQC 4.135/2015	05/11/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar pedido de providências para que realize vistoria técnica nas lojas do Mercado Central que comercializam animais, com vistas a verificar a existência e a validade de autos de vistoria emitidos pela corporação e a conformidade das mencionadas lojas com as normas de segurança, e , no caso de haver irregularidades, para que adote as medidas cabíveis.
12	RQC 4.434/2015	19/11/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -- Ibama -- pedido de providências para imediata atuação supletiva na Fiscalização do comércio de animais no Mercado Central de Belo Horizonte, tendo em vista omissão e falhas nas vistorias feitas pelos órgãos competentes no local.
13	RQC 5.911/2016	04/05/16	Fred Costa, Elismar Prado Dirceu Ribeiro, Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhada ao Ministério Público a documentação referente à denúncia recebida na comissão, sobre animais comercializados pelo Mercado Central de Belo Horizonte.
14	RQC 7.164/2016	27/10/16	Noraldino Júnior,	Requer seja realizada audiência conjunta entre esta comissão e as Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Saúde e de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para debater o comércio de animais vivos no Mercado Central.
15	RQC 7.250/2016	10/11/16	Noraldino Júnior,	Requer seja realizada audiência pública para dar continuidade ao debate sobre a comercialização de animais vivos no Mercado Central de Belo Horizonte, tendo em vista a liminar concedida pela Justiça mineira que proíbe o referido comércio.
16	RQC 1.449/2015	30/04/15	Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Roberto Andrade,	Requerem seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências acompanhado de ofício anexo, para que os animais apreendidos na Feira de Arte e Artesanato de Belo Horizonte, no dia 26 de abril de 2015, não sejam devolvidos aos supostos proprietários, mas sim disponibilizados para adoção.
17		07/12/16	Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado ao Ministério Público Estadual e a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de providências para se investigar a possível ocorrência de prevaricação dos fiscais sanitários do Município de Belo Horizonte quanto à ausência de fiscalização nas condições de venda de animais vivos no Mercado Central de Belo Horizonte.
18		07/12/16	Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado ao Conselho regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais pedido de providências para verificar "in loco" a atuação do médico veterinário responsável pelos animais comercializados vivos no Mercado Central de Belo Horizonte, face as evidências de

				desrespeito as normas legais e infralegais vigentes. Requer ainda um relato detalhado das irregularidades encontradas e providências adotadas.
19		07/12/16	Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado ao Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais pedido de providências para verificar no Mercado Central a situação dos trabalhadores dos boxes onde ocorre a venda de animais vivos, no aspecto de saúde do trabalho, dada a possível presença de agentes biológicos patogênicos e o não uso dos equipamentos de proteção individual e a falta do pagamento de adicional de insalubridade para aqueles diretamente envolvidos com a venda e manuseio de animais vivos, verificando a possível repercussão para os trabalhadores dos demais boxes que, por conviverem no mesmo espaço, podem ser atingidos de alguma forma. Requer ainda um relato detalhado das irregularidades encontradas e providências adotadas.
20		07/12/16	Noraldino Júnior	Requer seja encaminhado à Superintendência Regional do Ministério do Trabalho, em Minas Gerais, pedido de providências para verificar no Mercado Central a situação dos trabalhadores dos boxes onde ocorre a venda de animais vivos, no aspecto de saúde do trabalho, dada a possível presença de agentes biológicos patogênicos e o não uso dos equipamentos de proteção individual e a falta do pagamento de adicional de insalubridade para aqueles diretamente envolvidos com a venda e manuseio de animais vivos, verificando a possível repercussão para os trabalhadores dos demais boxes que, por conviverem no mesmo espaço, podem ser atingidos de alguma forma. Requer ainda um relato detalhado das irregularidades encontradas e providências adotadas.

Subtema – Albergagem de animais

Nº	Req.	Data	Autor(es) Deputados:	Ementa
1	RQC 1.473/2015	30/04/15	Ione Pinheiro, Fred Costa, Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Ricardo Faria, Roberto Andrade,	Requerem seja realizada reunião da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater, em audiência pública, a atuação dos Centros de Controle de Zoonoses, no que se refere ao atendimento prestado por esses centros, ao número de centros existentes no Estado e à viabilidade de se implantar novas unidades.
2	RQC 1.469/2015	30/04/15	Ione Pinheiro, Fred Costa, Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Ricardo Faria, Roberto Andrade,	Requerem seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais ao canil do Município de Manhuaçu com a finalidade de conhecer sua infraestrutura e funcionamento, tendo em vista denúncia recebida na comissão que relata condições precárias daquele local e maus-tratos aos animais abrigados.
3	RQC 1.467/2015	30/04/15	Ione Pinheiro, Fred Costa, Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Ricardo Faria, Roberto Andrade,	Requerem seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais ao canil do Município de Diamantina com a finalidade de conhecer sua infraestrutura e funcionamento, tendo em vista denúncia recebida na comissão que relata condições precárias daquele local e maus-tratos aos animais abrigados.
4	RQC 1.467/2015	30/04/15	Ione Pinheiro, Fred Costa, Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Ricardo Faria, Roberto Andrade,	Requerem seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais ao canil do Município de Diamantina com a finalidade de conhecer sua infraestrutura e funcionamento, tendo em vista denúncia recebida na comissão que relata condições precárias daquele local e maus-tratos aos animais abrigados.
5	RQC 1.465/2015	30/04/15	Ione Pinheiro, Fred Costa, Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Ricardo Faria, Roberto Andrade,	Requerem seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais ao canil do Município de Ubá com a finalidade de conhecer sua infraestrutura e funcionamento, tendo em vista denúncia recebida na comissão que relata condições precárias daquele local e maus-tratos aos animais abrigados.
6	RQC 1.465/2015	30/04/15	Ione Pinheiro, Fred Costa, Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Ricardo Faria, Roberto Andrade,	Requerem seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais ao canil do Município de Ubá com a finalidade de conhecer sua infraestrutura e funcionamento, tendo em vista denúncia recebida na comissão que relata condições precárias daquele local e maus-tratos aos animais abrigados.
7	RQC 1.454/2015	30/04/15	Fred Costa,	Requer seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais ao Centro de Controle de Zoonoses de Belo Horizonte para conhecer sua rotina do trabalho.
8	RQC 1.451/2015	30/04/15	Fred Costa,	Requer seja realizada reunião da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater, em audiência pública, o atendimento prestado pelos Centros de Controle de Zoonoses nos municípios do Estado.
9	RQC 1.593/2015	07/05/15	Noraldino Júnior,	Requer seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais ao Canil Municipal de Passos com a finalidade de verificar as condições dos animais albergados, tendo em vista denúncias de maus-tratos recebidas nessa comissão.
10	RQC 1.592/2015	07/05/15	Anselmo José Domingos Noraldino Júnior, Roberto Andrade,	Requerem seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais ao Canil Municipal de Viçosa com a finalidade de verificar as condições de abrigo dos animais albergados, tendo em vista denúncias de maus-tratos recebidas nessa comissão.
11	RQC 1.757/2015	14/05/15	Arlen Santiago,	Requer seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais com a finalidade de debater o trabalho desenvolvido pelos Centros de Controle de Zoonoses de Belo Horizonte especialmente no que se refere aos cães e gatos.
12	RQC 2.162/2015	11/06/15	Ione Pinheiro, Glaycon Franco, Noraldino Júnior, Roberto Andrade,	Requer seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais ao Parque Ecológico da Pampulha com a finalidade de avaliar as condições em que se encontram as capivaras ali albergadas em bretes.
13	RQC 2.161/2015	11/06/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior, Roberto Andrade,	Requerem seja encaminhado à Universidade Federal de Lavras pedido de informação para que sejam esclarecidas as denúncias de maus tratos de animais mal acolhidos, acompanhado de ofício do presidente da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais.
14	RQC	18/06/15	Ione Pinheiro, Noraldino	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

	2.317/2015		Júnior, Ricardo Faria,	pedido de providências para que seja ampliada a capacidade de acolhimento dos Centros de Triagem de Animais Silvestres de forma a possibilitar o aumento de ações de Fiscalização contra o tráfico de animais silvestres e a correta destinação de animais apreendidos.
15	RQC 2.316/2015	18/06/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior, Ricardo Faria,	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que avalie a possibilidade de construção de espaços para acolhimento de animais domésticos vítimas de maus-tratos e/ou condições que justifiquem acolhimento pelo poder público.
16	RQC 2.914/2015	06/08/15	Anselmo José Domingos Noraldino Júnior,	Requerem seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais ao Centro de Controle de Zoonoses de Contagem com a finalidade de verificar as condições de funcionamento do local.
17	RQC 3.073/2015	13/08/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Prefeitura de Juiz de Fora pedido de providências para que sejam aplicadas as multas e sanções administrativas por infrações sanitárias pertinentes ao casal que mantinha comércio irregular e criadouro clandestino de animais naquela cidade e que funcionava como uma fábrica de filhotes em que foram constatados maus-tratos a animais.
18	RQC 4.555/2015	26/11/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado ao Grupo Especial de Defesa da Fauna do Ministério Público pedido de providências para que exija da Samarco a retirada dos animais de Barra Longa, Gesteiras e demais localidades diretamente prejudicadas pelos rejeitos oriundos do rompimento da Barragem de Fundão e a construção de barreira física para contenção desses animais.
19	RQC 4.788/2015	10/12/15	Ione Pinheiro, Leandro Genaro, Noraldino Júnior,	Requerem seja realizada visita ao Município de Barra Longa, atingido pelo rompimento da barragem do Fundão, com a finalidade de conhecer a situação dos animais resgatados.
20	RQC 4.786/2015	10/12/15	Noraldino Júnior,	Requer seja realizada visita ao Ministério Público do Estado com a finalidade de expor a situação atual e discutir o futuro dos animais resgatados nos municípios atingidos pelo rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, ocorrido em 5/11/2015.
21	RQC 5.005/2016	18/02/16	Leandro Genaro, Noraldino Júnior,	Solicitam seja encaminhado à Samarco Mineração pedido de informações referentes aos animais resgatados nos municípios atingidos pelo rompimento da Barragem do Fundão, especificando: quantos foram resgatados; quantos foram devolvidos para seus respectivos tutores; quantos morreram e quais foram as causas da morte; quais foram eutanasiados; quais doenças foram diagnosticadas nesses animais; quais exames foram realizados; se os animais foram submetidos a exames para diagnóstico de Leishmaniose; se os municípios atingidos foram convocados para reconhecimento e busca de animais resgatados; e quantos já tiveram reconhecimento por seus tutores.
22	RQC 5.004/2016	18/02/16	Leandro Genaro, Noraldino Júnior,	Solicitam seja encaminhado ao Grupo Especial de Defesa da Fauna, do Ministério Público, pedido de providências para que promova, em parceria com a sociedade civil e com protetores independentes, eventos para disponibilização para adoção dos cães e gatos já castrados e sob a guarda da Samarco Mineração, com custos pagos pela referida empresa.
23	RQC 4.995/2016	18/02/16	Leandro Genaro, Noraldino Júnior,	Solicita seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Piumhí pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial para apuração de crime de maus-tratos contra os animais que estão no canil desse município.
24	RQC 5.086/2016	25/02/16	Fred Costa, Noraldino Júnior,	Requerem seja realizada audiência pública em Caratinga para debater a situação dos cães abandonados nesse município e região, que se encontram atualmente sob a responsabilidade da Ong Latemia.
25	RQC 5.281/2016	10/03/16	Fred Costa,	Requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre o cumprimento da sentença contida nos autos nº 141570-5, em ação impetrada contra o Município de Bambuí, referente à guarda dos cães encontrados nas vias públicas do município.
26	RQC 5.280/2016	10/03/16	Fred Costa,	Requer seja encaminhado à Prefeitura de Bambuí pedido de informações sobre o cumprimento da sentença proferida nos autos nº 141570-5, referente à guarda dos cães encontrados nas vias públicas do município.
27	RQC 5.273/2016	10/03/16	Fred Costa, Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Rio Pomba pedido de providências para a reforma imediata do canil do município, bem como para a contratação de equipe técnica especializada para cuidar dos animais do local.
28	RQC 5.605/2016	07/04/16	Fred Costa,	Requer seja encaminhado pedido de informação à Prefeitura de Guaxupé quanto ao descumprimento de decisão judicial em relação às condições de abrigo de cães pelo canil municipal.
29	RQC 5.604/2016	07/04/16	Noraldino Júnior, Cristina Corrêa,	Requerem seja encaminhado à Prefeitura de São Domingos do Prata pedido de informações sobre a não implementação do centro de controle de zoonoses no município.
30	RQC 5.603/2016	07/04/16	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para que seja instaurado inquérito sobre o possível caso de maus-tratos por omissão de cuidados ocorrido no Bairro Nacional, em Contagem, onde cães foram filmados em estado de necessidade, chegando ao ponto de um cão comer cadáver de outro, remetendo-se à comissão cópia do inquérito relativo à denúncia.
31	RQC 5.899/2016	04/05/16	Fred Costa, Elismar Prado Dirceu Ribeiro PHS Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado à Prefeitura de São Sebastião pedido de providências para reforma imediata do canil da cidade e para a contratação de equipe técnica especializada para cuidar dos animais do local.
32	RQC 6.316/2016	08/06/16	Fred Costa, Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado à 8ª Promotoria de Justiça em Betim pedido de providências para apurar as condições do canil municipal e fiscalizar as condições dos animais abrigados no local.
33	RQC 6.313/2016	08/06/16	Fred Costa, Celinho do Sinttrocel, Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado ao Centro de Controle de Zoonoses em Nova Serrana pedido de informações sobre a troca de animais realizada no dia 19/5/2016, especificando quais os critérios utilizados para a realização da permuta de um cão doente por um sadio e o que foi feito com o cão doente entregue pelo proprietário ao referido órgão.
34	RQC	11/10/16	Noraldino Júnior,	Requer sejam realizadas visitas à 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana e à Samarco

	7.066/2016			Mineração S.A., em Mariana, para debater e avaliar as condições dos animais abrigados por essa empresa.
35	RQC 7.065/2016	11/10/16	Noraldino Júnior,	Requer seja realizada visita ao Centro de Controle de Zoonoses do Município de Contagem para averiguar as condições físicas do local e a situação dos animais abrigados em canil, apurar a veracidade das denúncias de falta de insumos e de profissionais especializados e verificar o número de castrações que estão sendo realizadas por mês e o de recolhimento de animais de rua.
36	RQC 7.063/2016	11/10/16	Fred Costa,	Requer seja encaminhado à Prefeitura de Contagem pedido de informações sobre o recolhimento dos abrigos móveis para animais dispostos nas ruas do município.
37	RQC 7.062/2016	11/10/16	Fred Costa,	Requer seja encaminhado ao Centro de Controle de Zoonoses de Belo Horizonte pedido de providências para o recolhimento dos cães abandonados na Rua Levi Pereira Coelho e nas imediações do Conjunto Vila Viva, no Bairro São Bento.
38	RQC 7.059/2016	11/10/16	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Polícia Civil em Visconde do Rio Branco pedido de providências para instaurar inquérito policial com vistas à apuração de crime ambiental, tipificado pelo art. 32 da Lei nº 9.605, de 1998, em que os animais que estavam em tratamento na Associação Rio-Branquense de Proteção aos Animais - Assoripa - foram mutilados e mortos por criminosos, conforme informações de integrantes dessa associação.
39	RQC 7.055/2016	11/10/16	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Prefeitura de Coromandel pedido de informações sobre o programa de recolhimento de animais vagantes, especificando quantos animais foram capturados pelo serviço municipal de recolhimento do canil; quantos destes foram castrados; quantos foram alocados no canil municipal e quantos morreram após serem capturados.
40	RQC 7.054/2016	11/10/16	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao Ministério Público em Coromandel pedido de providências para verificar o cumprimento da Lei nº 21.970, de 2016, por esse município, tendo em vista a suspeita de que os animais recolhidos para castração não retornam ao local de origem nem se encontram no canil municipal, onde há suspeita de que os animais não são alimentados nos finais de semana.
41	RQC 7.052/2016	11/10/16	Noraldino Júnior,	Requer seja realizada visita ao Canil Municipal de Patrocínio para averiguar as condições do local e dos animais abrigados, devido a denúncias de superlotação e infraestrutura precária, que tem provocado a morte de cães e gatos.
42	RQC 7.162/2016	27/10/16	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Prefeitura de Barbacena pedido de informações sobre a situação dos animais que estão abrigados no canil municipal, especificando: o número de animais alojados; quantos veterinários trabalham no canil municipal; e quais as providências tomadas pela prefeitura em relação aos dez cães que foram retirados de uma moradora da cidade e alojados em péssimas condições no canil municipal, configurando situação de maus-tratos.
43	RQC 7.161/2016	27/10/16	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Betim pedido de providências para que se fiscalize o cumprimento das leis ambientais no município, em especial as Leis nºs 21.970 e 22.231/2016, uma vez que há denúncias de que há inúmeros animais vagando pelas ruas e que o canil municipal encontra-se em condições precárias.
44	RQC 7.341/2016	17/11/16	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Prefeitura de Juiz de Fora pedido de providências para a construção de um centro de controle de zoonoses que terá como objetivos o desenvolvimento de políticas para o combate de doenças transmitidas por animais, a promoção de campanhas de adoção, o incentivo à posse responsável, a realização de programas de esterilização e o recolhimento de animais em situação de rua.
45	RQC 2.918/2015	06/08/15	Fred Costa, Noraldino Júnior,	Requerem seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater as políticas públicas voltadas para a proteção animal e o funcionamento dos Centros de Castração e da e da Coordenadoria de Proteção Animal de Belo Horizonte.
46	RQC 4.138/2015	05/11/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Prefeitura de Teixeiras pedido de informações sobre a situação dos animais de rua dessa cidade, especificamente sobre a estimativa da quantidade de cães e gatos circulantes; a existência de cadastro desses animais; a adoção de medida de Controle Populacional e de zoonoses; e a existência de canil municipal ou médico-veterinário responsável que preste assistência a esses animais e, em caso positivo, seu nome e número de inscrição profissional.
47	RQC 5.003/2016	18/02/16	Leandro Genaro, Noraldino Júnior,	Solicitam seja encaminhado ao Grupo Especial de Defesa da Fauna do Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para que seja determinada à Samarco Mineração S.A. a esterilização dos cães e dos gatos sob sua guarda, por meio da castração cirúrgica.
48	RQC 2.908/2015	06/08/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Delegacia de Polícia de Almenara pedido de informações sobre a matança irregular de cães no canil municipal daquele município e a cópia do inquérito policial aberto para esse caso, acompanhado de ofício que justifica esse pedido.
49	RQC 6.314/2016	08/06/16	Fred Costa, Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado à Promotoria de Justiça de Nova Serrana pedido de providências para apurar irregularidades cometidas pelo Centro de Controle de Zoonoses em relação ao procedimento de adoção de um cão, no dia 19/5/2016, haja vista denúncia recebida de que, após adotado, ele teria sido amarrado e arrastado por vários quilômetros por seu tutor.
50	RQC 1.754/2015	14/05/15	Noraldino Júnior,	Requer seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais ao canil do Município de Barbacena e ao antigo lixão da cidade, tendo em vista denúncia de condições precárias do local e de ocorrência de maus-tratos aos animais recebida na Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais.
51	RQC 1.753/2015	14/05/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Barbacena pedido de informações a fim de que sejam esclarecidas as denúncias de abandono de animais no antigo lixão da cidade, local para o qual, segundo denúncias, estaria sendo transferido o canil municipal, conforme documento recebido pela Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais.
52	RQC	10/12/15	Fred Costa,	Requer seja realizada audiência pública para debater o tratamento aos animais abandonados na

	4.781/2015			Universidade Federal de Viçosa - UFV - e os experimentos feitos com esses animais.

Subtema – Animais de trabalhos

Nº	Req.	Data	Autor(es) Deputados:	Ementa
1	RQC 1.477/2015	30/04/15	Ione Pinheiro Fred Costa, Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Ricardo Faria, Roberto Andrade,	Requerem seja realizada reunião da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater, em audiência pública, os malefícios da utilização de veículos de tração animal, no que se refere à ocorrência de maus-tratos aos animais, ao trânsito e à questão social dos carroceiros, bem como alternativas à utilização desse meio de transporte.
2	RQC 1.475/2015	30/04/15	Ione Pinheiro Fred Costa, Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Ricardo Faria, Roberto Andrade,	Requerem seja realizada reunião da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater, em audiência pública, a prestação de serviços por cães no Estado.
3	RQC 1.594/2015	07/05/15	Anselmo José Domingos,	Requer seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais à Prefeitura de Belo Horizonte com a finalidade de averiguar as condições para a regulamentação da Lei Municipal nº 10.119, de 2011, que "dispõe sobre a circulação de veículo de tração animal, montado ou não, em via pública do município".
4	RQC 2.308/2015	18/06/15	Anselmo José Domingos,	Requer seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater o Projeto de Lei 5.543/2014, que dispõe sobre "circulação de veículos de tração animal, montado ou não, em vias públicas do Estado de Minas Gerais".
5	RQC 2.523/2015	07/07/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao Núcleo de Atendimento às Ocorrências de Maus-tratos a Animais de Juiz de Fora pedido de providências para que fiscalize o efetivo cumprimento da Lei Federal nº 9.605/98 no que tange à utilização de Veículos de Tração Animal naquele município.
6	RQC 2.920/2015	06/08/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que seja regulamentada a Lei Municipal nº 10.119/11 que objetiva disciplinar o trabalho dos carroceiros na capital e que sejam propiciadas as condições para sua efetiva Fiscalização da prática de maus tratos contra os animais, acompanhado de ofício desse deputado que justifica esse pedido.
7	RQC 2.917/2015	06/08/15	Fred Costa, Noraldino Júnior,	Requerem seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais à Associação dos Condutores de Veículos de Tração Animal de Belo Horizonte om a finalidade de conhecer o trabalho desenvolvido pelos condutores no que se refere ao trato dos animais, o contexto social dos trabalhadores e a destinação dos animais que não possuem mais condições de tracionar.
8	RQC 2.916/2015	06/08/15	Fred Costa, Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado ao vice-prefeito Délio Malheiros as notas taquigráficas da 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais realizada em 16/7/2015 que debateu o uso de veículos de tração animal e alternativas à utilização desse meio de transporte para conhecimento.
9	RQC 3.370/2015	03/09/15	Fred Costa,	Requer seja realizada audiência pública conjunta das Comissões Extraordinária de Proteção dos Animais e de Assuntos Municipais e Regionalização para debater sobre a utilização de cães na prática policial pela Equipe de Rondas Ostensivas com Cães do estado de Minas Gerais.
10	RQC 3.369/2015	03/09/15	Fred Costa,	Requer seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais ao canil da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais tendo em vista o leilão de cães pertencentes a essa instituição.
11	RQC 3.368/2015	03/09/15	Fred Costa,	Requer seja realizada audiência pública conjunta das Comissões Extraordinária de Proteção dos Animais e de Assuntos Municipais e Regionalização para debater a respeito do leilão de cães pertencentes à Polícia Militar.
12	RQC 3.871/2015	15/10/15	Ione Pinheiro Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre: quantos e quais órgãos públicos do Estado fazem uso de animais para a realização de serviços; as espécies utilzadas e o quantitativo respectivo; se existe cadastro desses animais e, caso exista, cópia do cadastro.
13	RQC 3.869/2015	15/10/15	Ione Pinheiro Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre quantas e quais são as unidades da Polícia Militar de Minas Gerais que utilizam cães e cavalos para o serviço de policiamento.
14	RQC 5.282/2016	10/03/16	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao titular da Delegacia de Polícia Civil de Borda da Mata pedido de informações sobre o inquérito policial que foi instaurado para fins de averiguação de autoria e materialidade e consequente responsabilização penal pela suposta prática de crime de maus-tratos contra uma mula nesse município.
15	RQC 7.064/2016	11/10/16	Fred Costa,	Requer seja encaminhado ao Centro de Controle de Zoonoses de Belo Horizonte pedido de providências para o recolhimento dos equinos que se encontram às margens da Avenida Juscelino Kubitschek - Via Expressa -, próximo ao nº 2.187, em Belo Horizonte.
16	RQC 7.053/2016	11/10/16	Anselmo José Domingos,	Requerem seja realizada visita ao Ministério Público em Belo Horizonte para tratar da regulamentação da Lei Municipal nº 10.119, de 2011, que dispõe sobre a circulação de veículo de tração animal, montado ou não, em via pública.
17	RQC 6.514/2016	23/06/16	Ione Pinheiro Fred Costa, Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado ao prefeito de Belo Horizonte pedido de informações sobre a aplicação da Lei Municipal nº 10.119, de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 16.270, de 2016, esclarecendo se a Guarda Municipal e a Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte - BHTrans - têm cumprido as medidas previstas nas referidas normas, em especial o prévio licenciamento, registro, emplacamento, cadastramento e vistoria, a autorização para condução e a Fiscalização dos veículos de tração animal, bem como os constantes crimes de maus-tratos e abandono de animais cometidos por condutores de veículos de tração animal no referido município.

18	RQC 3.875/2015	15/10/15	Ione Pinheiro Noraldino Júnior,	Requerem que seja encaminhado à Polícia Militar do Meio Ambiente de São Lourenço pedido de providências para Fiscalização e autuação dos responsáveis caso seja verificada a ocorrência de crime de maus-tratos contra animais nesse município, onde, aproximadamente, oito animais ficam sem água nem comida e expostos ao sol durante horas enquanto são utilizados para passeio de crianças.
19	RQC 3.874/2015	15/10/15	Ione Pinheiro Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial para apuração do crime ambiental ocorrido no Município de São Lourenço, onde aproximadamente oito animais ficam sem água nem comida e expostos ao sol durante horas enquanto são utilizados para passeio de crianças.

Subtema – Animais silvestres

Nº	Req.	Data	Autor(es) Deputados:	Ementa
1	RQC 1.476/2015	30/04/15	Ione Pinheiro, Fred Costa, Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Ricardo Faria, Roberto Andrade,	Requerem seja realizada reunião da Comissão Extraordinária de Proteção Animal para debater, em audiência pública, a mortandade de peixes na lagoa da Pampulha.
2	RQC 2.318/2015	18/06/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Delegacia Regional de Polícia Civil de Juiz de Fora pedido de informações oficiais e cópia do inquérito policial referentes ao crime ambiental cometido na Represa Chapéu D'Uvas, em que a polícia flagrou dois homens conduzindo um barco com capivaras e jacu mortos.
3	RQC 2.527/2015	07/07/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Câmara Municipal de Juiz de Fora pedido de providências para que, na hipótese de confirmação oficial de envolvimento do vereador João do Joaninho no crime de caça e morte de animais silvestres, sejam a ele aplicadas as punições cabíveis.
4	RQC 3.379/2015	03/09/15	Fred Costa,	Requer seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater a realização de curso de caça predatória na Semana do Fazendeiro, conforme notícia veiculada pela internet.
5	RQC 3.378/2015	03/09/15	Fred Costa,	Requer seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais à Universidade Federal de Viçosa com a finalidade de esclarecer notícia veiculada pela internet sobre a realização de curso de caça predatória na Semana do Fazendeiro.
6	RQC 4.996/2016	18/02/16	Leandro Genaro, Noraldino Júnior,	Solicita seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Novo Cruzeiro pedido de informações referentes ao abate de uma jaguatirica, no dia 26/1/2016, no Município de Itaipé, em que se esclareça se foi instaurado inquérito policial para fins de averiguação de autoria, materialidade e consequente responsabilização penal pela prática de crime ambiental, com envio de cópia do inquérito, caso tenha sido instaurado.
7	RQC 5.608/2016	07/04/16	Noraldino Júnior, Cristina Corrêa,	Requerem seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar do Estado pedido de informações sobre o balanço da Operação Arataca, da Policia Militar do Meio Ambiente, realizada em Santa Bárbara do Monte Verde, no que se refere à apreensão de pássaros silvestres e às sanções aplicadas aos infratores.
8	RQC 5.893/2016	04/05/16	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil em Ibapa pedido de informações sobre o inquérito policial instaurado para apuração do crime ambiental, tipificado pelo art. 29 da Lei 9.605, de 1998, em que um vereador e seu filho foram presos em flagrante por caça e manutenção de animais silvestres.

Subtema – Funcionamento institucional

Nº	Req.	Data	Autor(es) Deputados:	Ementa
1	RQC 1.490/2015	30/04/15	Ione Pinheiro, Fred Costa, Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Ricardo Faria, Roberto Andrade,	Requerem seja encaminhado ao Delegado Chefe da Delegacia Especializada em Investigação de Crimes Contra a Fauna em Belo Horizonte, pedido de informação para que encaminhe à Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais da Assembleia Legislativa relatório de suas atividades que contenha: as denúncias protocoladas, o resultado das apurações realizadas e dados sobre a disponibilidade de materiais e de recursos humanos disponíveis na delegacia.
2	RQC 1.489/2015	30/04/15	Ione Pinheiro, Fred Costa, Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Ricardo Faria, Roberto Andrade,	Requerem seja realizada reunião conjunta da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais e da Comissão de Segurança Pública para debater, em audiência pública, o papel da Polícia Militar de Minas Gerais, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais na proteção animal.
3	RQC 1.984/2015	28/05/15	Dilzon Melo, Léo Portela, Noraldino Júnior, Geraldo Pimenta,	Requerem seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais à Delegacia de Proteção à Fauna de Minas Gerais com a finalidade de conhecer sua atuação e seus projetos.
4	RQC 3.381/2015	03/09/15	Fred Costa,	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as atividades desenvolvidas na Àrea de Proteção Ambiental denominada Fazenda Capitão Eduardo e da composição do Conselho Consultivo responsável por sua implantação, administração e gestão, nos termos da Lei nº 20.372 de 9/8/2012.
5	RQC 3.876/2015	15/10/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado à Procuradoria da República em Viçosa - PRM Viçosa - pedido de providências para que proceda à Fiscalização dos termos acordados no Termo de Ajustamento de Conduta PRM/GB/MML/2009 - Inquérito Civil Público nº 1.22.000.002516/2002-46, tendo em vista as várias denúncias de não cumprimento do referido termo.
6	RQC 4.431/2015	19/11/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável -- Semad -- pedido de informações sobre a atuação do servidor público Robson Ferreira Bastos Morato, analista ambiental que realizou Fiscalização no Instituto Vivendi em 29/10/2015, especificando se o fiscal estava no exercício de suas funções nesse dia e autorizado a realizar a ação no local; se tinha competência para realizar buscas, inclusive vasculhando armários e gavetas com objetos pessoais de funcionários; se podia dar voz de prisão ao Sr. Leonardo Maciel, médico-veterinário voluntário do Instituto Vivendi; e se estava autorizado a utilizar veículo e colete da Semad para a Fiscalização.

7	RQC 4.430/2015	19/11/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável -- Semad -- pedido de providências para que seja apurada a denúncia contra Robson Ferreira Bastos Morato, analista ambiental, que, segundo relatos, agiu de forma arbitrária e personalista durante Fiscalização no Instituto Vivendi, no dia 29/10/2015.
8	RQC 4.429/2015	19/11/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para que seja apurada a denúncia contra Robson Ferreira Bastos Morato, analista ambiental, que, segundo relatos, agiu de forma arbitrária e personalista durante Fiscalização no Instituto Vivendi, no dia 29/10/2015.
9	RQC 4.428/2015	19/11/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais -- PMMG -- pedido de providências para que seja apurada a conduta do comandante e policiais militares lotados na 3ª Região da Polícia Militar, 36º Batalhão, que, segundo relatos, atuaram com excesso de poder durante acompanhamento da Fiscalização realizada no Instituto Vivendi, no dia 29/10/2015, e que sejam tomadas as providências cabíveis.
10	RQC 4.427/2015	19/11/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para que seja apurada a conduta do comandante e policiais militares lotados na 3ª Região da Polícia Militar, 36º Batalhão, que, segundo relatos, atuaram com excesso de poder durante acompanhamento da Fiscalização realizada no Instituto Vivendi, no dia 29/10/2015, e que sejam tomadas as providências cabíveis.
11	RQC 6.312/2016	08/06/16	Fred Costa, Celinho do Sinttrocel, Noraldino Júnior,	Requerem seja realizada visita à Delegacia Especializada de Investigação de Crimes contra a Fauna, localizada em Belo Horizonte, para acompanhar os trabalhos desenvolvidos por esse órgão.
12	RQC 6.512/2016	23/06/16	Ione Pinheiro, Fred Costa, Noraldino Júnior,	Requerem seja realizada audiência pública para debater as condições de infraestrutura e funcionamento da Delegacia Especializada de Investigação de Crimes contra o Meio ambiente e Conflitos Agrários de Belo Horizonte.
13	RQC 1.471/2015	30/04/15	Agostinho Patrus Filho, Noraldino Júnior, Roberto Andrade,	Requerem seja encaminhado à Presidência do Senado Federal pedido de providências para que avalie a possibilidade de serem incluídos os demais animais vítimas de maus tratos no rol de animais elencados no Projeto de Lei 2.833/2011, de autoria do deputado Ricardo Tripoli, que " criminaliza condutas praticadas contra cães e gatos e dá outras providências".
14	RQC 2.521/2015	07/07/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais pedido de informações que contenha a justificativa para o não-cumprimento da Resolução nº 1.069/2014 do Conselho Federal de Medicina Veterinária, uma vez que essa norma entrou em vigor no dia 15 de janeiro de 2015.

Outros temas abordados

Nº	Req.	Data	Autor(es) Deputados:	Ementa
1	RQC 1.464/2015	30/04/15	Fred Costa,	Requerem seja realizado Debate Público da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais com o tema "Leishmaniose Visceral Canina – Prevenção, Aspectos Técnicos e Jurídicos do Diagnóstico".
2	RQC 1.743/2015	14/05/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos de Belo Horizonte pedido de providências para a retirada do requisito constante do item 1.1.3 da Instrução Normativa SMSU nº 1 de 12 de maio de 2015.
3	RQC 1.748/2015	14/05/15	Noraldino Júnior,	Requer seja formulado voto de congratulações com Francisco Eduardo Golvea Motta, delegado regional de Polícia Civil de Uberaba, e com o delegado Danilo Alves Santos, pela atuação no Termo Circunstanciado de Ocorrência referente a 36 animais maltratados no município de Uberaba que resultou em apreensão e multa.
4	RQC 1.747/2015	14/05/15	Noraldino Júnior,	Requer seja formulado voto de congratulações com Claudine Lara Aurélio Bettarello, membro do Ministério Público, pela atuação no Termo Circunstanciado de Ocorrência referente a 36 animais maltratados no Município de Uberaba que resultou em apreensão e multa.
5	RQC 1.746/2015	14/05/15	Noraldino Júnior,	Requer seja formulado voto de congratulações com o Juiz de Direito Nélzio Antônio Papa Júnior por sua atuação no Termo Circunstanciado de Ocorrência referente a 36 animais maltratados no Município de Uberaba que resultou em apreensão e multa.
6	RQC 1.745/2015	14/05/15	Noraldino Júnior,	Requer seja formulado voto de congratulações com a Presidente da Suopra ONG - Sociedade Uberabense Protetora dos Animais - Sra. Denise de Stefani Max - pela atuação no Termo Circunstanciado de Ocorrência referente a 36 animais maltratados no Município de Uberaba que resultou em apreensão e multa.
7	RQC 1.744/2015	14/05/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Corregedoria de Polícia da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para sindicância administrativa quanto à atuação de equipe da polícia militar na prisão da Sra. Luci Machado Godoi Quintão, conforme circunstâncias relatadas em documento entregue à Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais.
8	RQC 2.667/2015	28/05/15	Anselmo José Domingos, Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado ao Juizado Federal da 16ª Vara Federal de Belo Horizonte pedido de providências para que julgue a Ação Civil Pública nº 0003543-04.2014.4.01.3800 do ponto de vista jurídico e ético.
9	RQC 1.985/2015	28/05/15	Dilzon Melo, Léo Portela, Noraldino Júnior, Geraldo Pimenta,	Requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Alexandre Victor de Carvalho, desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por seu posicionamento e manifestação em relação ao crime ambiental de se submeter animal a labor, especificamente cavalos em veículos de tração animal.
10	RQC 2.314/2015	18/06/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior, Ricardo Faria,	Requer seja encaminhado ao senador Antônio Anastasia manifestação de congratulações pela iniciativa de propor o Projeto de Lei nº 351/2015, do Senado Federal, que acrescenta ao Código Civil Brasileiro dispositivo que diz que "os animais não serão considerados coisas".

11	RQC 2.526/2015	07/07/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ofício ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado convidando-o para que tenha assento permanente nas audiências públicas e participe das visitas realizadas pela Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais.
12	RQC 2.921/2015	06/08/15	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Secretaria Especializada de Investigação de Crimes contra a Fauna de Belo Horizonte pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial para averiguar a autoria e materialidade da prática do crime ambiental noticiado pelo jornal 'O Tempo' de 6 de julho de 2015, além da responsabilização penal do autor ou autores, acompanhado de ofício desse deputado que relata o caso.
13	RQC 2.911/2015	06/08/15	Ione Pinheiro,	Requer seja formulado voto de congratulações com a vereadora Denise Max da Câmara Municipal de Uberaba pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 915 que altera o Código de Posturas daquele município e proíbe expressamente maltratar animais ou praticar atos de crueldade contra eles e o uso de 'chicote' para estímulo e correção de animais.
14	RQC 3.069/2015	13/08/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhada ao médico veterinário Roberto Ferreira de Macedo manifestação de congratulações pela atuação no tratamento dado a um cão encontrado coberto de piche e com sinais de maus-tratos dentro de um saco de cimento na cidade de Montes Claros.
15	RQC 3.873/2015	15/10/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requerem seja formulado voto de congratulações com Fernanda Orsomarzo, juíza de direito da Comarca de Grandes Rios, no Estado do Paraná, pela decisão interlocutória proferida em sede de ação civil pública que concedeu a antecipação dos efeitos da tutela determinando a proibição do uso de todo subterfúgio capaz de provocar sofrimento nos animais durante a IV Festa do Laço Comprido realizada no Município de Rosário do Ivaí, nesse estado
16	RQC 3.872/2015	15/10/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requerem seja formulado voto de congratulações com Lincoln Luiz Pereira, promotor de justiça do Estado do Paraná, pela atuação na interposição de ação civil pública que obteve decisão judicial proibindo a realização de eventos que utilizem instrumentos de maus-tratos aos animais na Comarca de Grande Rios, nesse estado.
17	RQC 4.436/2015	19/11/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Pirapora pedido de providências para que os cães com Leishmaniose no município sejam tratados, e não sacrificados.
18	RQC 4.435/2015	19/11/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado à Prefeitura de Itaúna pedido de providências quanto à situação do Centro de Controle de Zoonoses do município no que se refere aos procedimentos adotados com os animais portadores de Leishmaniose.
19	RQC 4.553/2015	26/11/15	Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requerem seja realizada audiência pública para entrega de diplomas referentes a voto de congratulações com entidades, sediadas no Estado, dedicadas à causa da proteção de direitos e do bem-estar dos animais.
20	RQC 4.552/2015	26/11/15	Noraldino Júnior,	Requer seja formulado voto de congratulações com as seguintes entidades, sediadas no Estado, por sua dedicação à causa da proteção de direitos e do bem-estar dos animais: Associação Brigada Planetária em Defesa do Meio Ambiente, Associação Cão Viver, Associação Sabarense Protetora de Animais e da Natureza, Instituto Vivendi, Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais, ONG Anjos da Guarda, Projeto Proteger, Sociedade Protetora dos Animais Vida Animal, Projeto Adoto Sim e ONG Asas e Amigos da Serra.
21	RQC 5.279/2016	10/03/16	Fred Costa,	Requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de informações sobre o número de cães considerados soropositivos para Leishmaniose visceral e de cães eutanasiados pela Prefeitura no período de 2005 a 2016 em cada regional e qual o tipo de exame utilizado para a identificação da soropositividade.
22	RQC 5.276/2016	10/03/16	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a prevenção e o combate à Leishmaniose visceral canina no Estado, especificando-se qual seria o entendimento dessa secretaria sobre a relação entre o controle ético populacional e o avanço da doença nas populações canina e humana.
23	RQC 5.275/2016	10/03/16	Noraldino Júnior,	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a prevenção e o combate à Leishmaniose visceral canina no Estado, para especificar: se existe um mapeamento das áreas de prevalência da doença; se existe um resultado parcial para se apresentar; quantos "kits" para inquérito sorológico canino foram repassados, qual a atual demanda e como é feita a distribuição desses "kits"; quantos cães sorologicamente positivos foram eliminados nos últimos cinco anos; qual a taxa de renovação da população canina; qual o quantitativo de tutores que apresentam uma contraprova ao serviço público antes de entregarem o animal para eutanásia; e se, além da eutanásia, existe atualmente alguma outra forma de combate à doença sendo executada.
24	RQC 5.910/2016	04/05/16	Fred Costa, Elismar Prado Dirceu Ribeiro, Noraldino Júnior,	Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para realizar levantamento detalhado do perfil endemiológico nas 13 macrorregiões do Estado, descrevendo-se os índices de contaminação nos animais por raiva, Leishmaniose e outras zoonoses.
25	RQC 5.914/2016	04/05/16	Dirceu Pereira Fred Costa, Elismar Prado Noraldino Júnior,	Requerem seja formulado voto de congratulações com o Sgt. PM Geraldo Magela Teixeira Rocha, o Sgt. PM Silvoney Souza Silva, o Sgt. PM Elton Luiz Pires e o Sd. PM Marcos Vinícius Fernandes Coelho, lotados na Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente, pela atuação na ocorrência, em 16/4/2016, em Belo Horizonte, que resultou na localização, no Bairro Jardim Vitória, de um cavalo que foi violentamente agredido por seu tutor.
26	RQC 5.913/2016	04/05/16	Fred Costa, Elismar Prado Dirceu Ribeiro, Noraldino Júnior,	Requerem seja formulado voto de congratulações com o Sgt. PM Charles Alves Silva, o Cb. PM José Gonçalves de Paula Neto, o Cb. PM Tiago Túlio Alves Eller, o Sd. PM Gustavo Furtado Lima e o Cap. PM Sérgio Rodrigues Dias, lotados na Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente, pela brilhante atuação na ocorrência, em 23/4/2016, em Belo Horizonte, que resultou no salvamento de 50 animais que estavam abandonados em uma residência, no Bairro Concórdia, após o falecimento de seu tutor.

27	RQC 5.912/2016	04/05/16	Fred Costa, Elismar Prado Dirceu Ribeiro, Noraldino Júnior,	Requerem seja formulado voto de congratulações com o Sgt. PM Charles Alves Silva, o Sgt. PM Fábio Orlando Gouveia, o Sd. PM Leandro Macedo e o Sd. PM Daniel Augusto Ferreira Silva, lotados na Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente, por sua atuação na ocorrência, em 17/4/2016, em Belo Horizonte, que resultou no resgate de um cavalo que foi violentamente agredido por seu tutor no Bairro Jardim Vitória.
28	RQC 6.311/2016	08/06/16	Fred Costa, Noraldino Júnior,	Requerem seja formulado voto de congratulações com o Sr. Franklin Oliveira, protetor e ativista ambiental, pelo resgate e acolhimento de 22 cães e 8 gatos que eram tutelados por um idoso que residia no Bairro Concórdia e que faleceu.
29	RQC 6.509/2016	23/06/16	Ione Pinheiro, Fred Costa, Noraldino Júnior,	Requerem seja realizada audiência pública para debater o desenvolvimento da vacina contra a leishmaniose visceral, resultado da parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal de Ouro Preto e o Centro de Pesquisas René Rachou da Fiocruz.
30	RQC 6.515/2016	23/06/16	Ione Pinheiro, Fred Costa, Noraldino Júnior,	Requerem seja formulado voto de congratulações com o Sr. Breno Max de Jesus Silveira, promotor de justiça, pela sensibilidade, pela dedicação e pelo compromisso no exercício de sua função, atuando de forma imparcial e exemplar na fiscalização prévia de um rodeio no Município de Carangola.
31	RQC 7.050/2016	11/10/16	Fred Costa,	Requer seja realizado debate público sobre o tratamento da leishmaniose visceral canina no Brasil.
32	RQC 7.252/2016	11/10/16	Noraldino Júnior,	Requer seja formulado voto de congratulações com a Fundação Ezequiel Dias pelas pesquisas desenvolvidas em prol do avanço científico e tecnológico no campo da saúde pública, principalmente em relação à febre maculosa.
33	RQC 7.251/2016	11/10/16	Noraldino Júnior,	Requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Rinaldo Kennedy Silva, juiz de direito, pela decisão que, em caráter liminar, determinou a suspensão das autorizações de comércio de animais vivos no Mercado Central de Belo Horizonte, bem como a proibição da entrada de novos animais para serem comercializados e a retirada planejada, em até dez dias, dos que se encontram alojados no local.
34	RQC 7.061/2016	11/10/16	Noraldino Júnior,	Requer seja formulado voto de congratulações com Rafael Leal Bueno por seu empenho, sua solidariedade e prestatividade no resgate de animais que ficaram ilhados no Distrito de Paracatu de Baixo em razão da enxurrada de lama decorrente do rompimento da Barragem de Fundão ocorrido em 5/11/2015.
35	RQC 7.163/2016	27/10/16	Marília Campos, Noraldino Júnior,	Requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater e acompanhar os desdobramentos das medidas sugeridas na reunião realizada em 26/10/2016.
36	RQC 7.260/2016	10/11/16	Noraldino Júnior,	Requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Dimitri Fernandes Veras, maquinista, por parar um trem com passageiros a bordo e salvar a vida de um cachorro que estava amarrado aos trilhos no dia 20/10/2016, em Recife (PE).
37	RQC 7.259/2016	10/11/16	Noraldino Júnior,	Requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Antônio Augusto Junho Anastasia, senador, por seu brilhante trabalho no Congresso Nacional com a apresentação de proposições legislativas, votos, relatórios e discursos em defesa e proteção dos animais
38	RQC 7.258/2016	10/11/16	Noraldino Júnior,	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Ângela Eulália dos Santos pelo trabalho que tem desenvolvido à frente do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte.
39	RQC 7.257/2016	10/11/16	Noraldino Júnior,	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Anelisa Cardoso Ribeiro, promotora de justiça, por seu notável desempenho como coordenadora do Grupo Especial de Defesa de Fauna - Gedef - atuando na defesa, preservação e conservação da fauna.
40	RQC 7.256/2016	10/11/16	Noraldino Júnior,	Requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Gilson Dias Rodrigues, veterinário, pelo trabalho que desenvolve na Associação Bichos Gerais e sua atuação na defesa, preservação e conservação do meio ambiente.
41	RQC 7.255/2016	10/11/16	Noraldino Júnior,	Requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Tarcízio Antônio Rego de Paula, professor de medicina veterinária da Universidade Federal de Viçosa, pela elaboração do Plano de Manejo de Capivaras de vida livre no campus universitário, o qual se tornou um modelo a ser seguido diante do êxito obtido no combate à infestação de carrapato-estrela e por não causar danos à saúde das capivaras que habitam o referido local.
42	RQC 7.254/2016	10/11/16	Noraldino Júnior,	Requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Daniel Ambrósio de Rocha Vilela, analista ambiental, pelo trabalho que tem desenvolvido no Centro de Triagem de Animais Silvestres do Ibama e por colaborar com os estudos e debates que visam solucionar a polêmica situação das capivaras que habitam a orla da Lagoa da Pampulha.
43	RQC 7.253/2016	10/11/16	Noraldino Júnior,	Requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Lilian Marotta Moreira, promotora de justiça, por sua notável atuação à frente da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico e Cultural de Belo Horizonte na defesa, preservação e conservação do meio ambiente.
44	RQC 7.344/2016	17/11/16	Celise Laviola PMDB Ione Pinheiro, Noraldino Júnior,	Requerem seja realizada audiência pública no Município de Governador Valadares para debater a alta incidência de leishmaniose na região e buscar soluções para o problema com os órgãos estaduais competentes e o Executivo local.

ANEXO III – ÓRGÃOS E ENTIDADES QUE PARTICIPARAM DOS TRABALHOS

1º Batalhão de Bombeiros Militar de Minas Gerais – Belo Horizonte/MG
Aliança Juizforana de Defesa Animal

Associação Bichos da Gente de Proteção Animal e do Meio Ambiente
Associação de Protetores dos Animais de Sapucaia – Latemia
Associação dos Condutores de Veículos de Tração Animal de Belo Horizonte
Associação Protetora dos Animais Carentes do Estado de Minas Gerais
Aurfanato
Blog de Proteção Animal
Brigada Planetária
Câmara Municipal de Juiz de Fora
Câmara Municipal de Três Pontas
Câmara Municipal de Ubá
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Meio Ambiente
Centro de Estudos em Biodireitos
Centro de Psicologia Canina
Comissão de Direitos dos Animais da OAB/MG
Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Caratinga
Comissão de Proteção dos Animais da Câmara Municipal de Juiz de Fora
Companhia de Polícia Militar do Meio Ambiente
Conselho Regional de Biologia 4ª Região
Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais – CRMV-MG
Corpo de Bombeiros de Minas Gerais
Departamento de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Juiz de Fora
Gerência Regional de Vigilância Sanitária Centro Sul
Grupo Especial de Defesa da Fauna – edef – MPMG
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama
Instituto Estadual de Florestas – IEF
Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA
Instituto Vivendi
Kennel Clube da Grande BH
Mercado Central
Movimento de Ação Política e Social
Movimento pelos Direitos dos Animais
Núcleo Fauna de Defesa Animal
Ong Patas Amigas
ONG Proteger
Polícia Militar de Minas Gerais
Prefeitura de Caratinga
Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete
Projeto Animais de Rua
Projeto Cãopanheiro bh
Promotoria de Justiça da Comarca de Caratinga
Promotoria de Justiça do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese
Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS MULHERES

RELATÓRIO FINAL

Relatora: Deputada Rosângela Reis

Belo Horizonte

2015-2016

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

2 OBJETIVOS, COMPOSIÇÃO E PRAZO DE FUNCIONAMENTO

3 SÍNTESE DOS TRABALHOS REALIZADOS

3.1 Audiências públicas e visitas

3.2 Proposição e coordenação de atividades de formação e eventos institucionais

4 RESPONSABILIZAÇÃO E JUSTIÇA DE GÊNERO: DESAFIOS CONCRETOS AO PROTAGONISMO POLÍTICO DAS MULHERES PARLAMENTARES NA ALMG

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

1 INTRODUÇÃO

A formação desta comissão extraordinária resultou de uma sequência pretérita de iniciativas ricas de significado, sempre marcadas pela forte participação dos movimentos sociais e feministas e pela atuação das deputadas eleitas para a composição do parlamento mineiro ao longo de suas legislaturas. Evidencia-se, em todas elas, a necessidade e a intenção de, por um lado, municiar as mulheres com instrumentos e instâncias legais e institucionais que lhes permitam ter acesso formal a seus direitos e, por outro, propiciar-lhes a real fruição de uma condição em que não sejam preteridas nem vitimadas por questões de gênero.

Nesse sentido, recorde-se, nos últimos dez anos, a realização por esta Casa, em 2006, do fórum técnico Políticas Públicas para as Mulheres, do qual decorreram propostas de criação da Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres e do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Em 2007, por ocasião da comemoração do Dia Internacional da Mulher, foi realizado o ciclo de debates A participação da Mulher nos Espaços de Poder, resultando na criação da Frente Parlamentar de Defesa e Promoção da Saúde da Mulher. No mesmo ano, foi realizado debate público sobre as políticas públicas voltadas para a saúde da mulher e lançada a Frente Parlamentar da Defesa e Promoção da Saúde da Mulher. Foram promovidas, ainda, audiências públicas para conhecer e debater as dificuldades de

implantação da então recente Lei Federal nº 11.340, de 7/8/2006 – Lei Maria da Penha –, e para discutir sobre a influência da mídia na formação da mulher.

Em 2008, foi organizada uma teleconferência com a finalidade de se discutirem contribuições para a implementação da Lei Maria da Penha em Minas Gerais. Em 2009, houve audiência pública destinada a debater o empoderamento das mulheres, o tráfico de mulheres e o turismo sexual no Estado. Em 2011, foi realizada audiência pública para discutir e obter esclarecimentos sobre a implantação e o funcionamento dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Em 2012, foi instituída comissão especial destinada a analisar o fenômeno da violência contra a mulher. Essa comissão aprovou relatório final com uma série de conclusões e recomendações que visavam contribuir para a consolidação de medidas governamentais mais incisivas de enfrentamento dessa violência, em suas diversas faces. No mesmo ano, foi realizada audiência pública, a partir de forte demanda de movimentos sociais, sobre o tema "Violência no parto", com a finalidade de discutir e colaborar para a construção de protocolos mais humanizados e qualificados de atendimento a parturientes no Estado.

Em 2013, foram realizados os debates públicos Trabalhando em Rede no Enfrentamento à Violência contra a Mulher e Avanços e Desafios na Articulação e na Formulação de Políticas Públicas: 30 anos do Conselho Estadual da Mulher, além de audiências públicas destinadas a discutir a presença da mulher nos espaços de poder político, bem como a Campanha Nacional pela Filiação de Mulheres, da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados. Nesse mesmo ano foi lançado pela ALMG o *site* Políticas Públicas ao seu Alcance, que oferece informações sistematizadas para o monitoramento e o acompanhamento das políticas públicas estaduais, incluindo aquelas voltadas para segmentos específicos da população, como as mulheres.

Em 2014, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, foi lançado o Plano Estadual de Políticas para Mulheres, desenvolvido pela Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese –, por meio da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres – Cepam. Também foram lançadas duas frentes parlamentares: a de Defesa da Assistência Humanizada ao Parto e a de Combate à Violência contra a Mulher, bem como realizadas audiências públicas sobre temas como a ampliação da representação política das mulheres e a implantação de varas e juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Em 2015, também marcando o Dia Internacional da Mulher, foi realizado o ciclo de debates Reforma Política, Igualdade de Gênero e Participação: o que querem as Mulheres de Minas. Esse evento, cuja preparação se iniciou ainda no ano de 2014, contou com a participação de representantes de aproximadamente 40 órgãos e entidades do Estado e da sociedade civil e culminou em uma profícua discussão em torno da construção da igualdade de gênero e da ampliação da participação e representação política da mulher.

Somou-se a essa trajetória a eleição de sete deputadas, que passaram a compor a bancada de mulheres da ALMG na legislatura 2015-2019: Arlete Magalhães, Celise Laviola, Cristina Corrêa, Geisa Teixeira, Ione Pinheiro, Marília Campos e Rosângela Reis. Vale notar que esse número representa somente cerca de 9% das cadeiras da Assembleia de Minas, composta, no total, por 77 parlamentares. Não obstante, da presença das parlamentares e de sua intensa articulação na Casa resultou, já no primeiro ano da atual legislatura, a criação desta comissão extraordinária, para tratar de temas atinentes aos interesses e demandas das mulheres no Estado.

Coube então à comissão coordenar, para o ano de 2016, os trabalhos de um novo ciclo de debates: Dia Internacional da Mulher – Mulheres contra a Violência: Autonomia, Reconhecimento e Participação. Ainda tendo por alvo a ampliação da participação político-representativa das mulheres, as discussões tinham como foco o empoderamento das mulheres e o enfrentamento das diversas situações de violência contra elas perpetradas, atentando-se para recortes por território, raça/cor, faixa etária, orientação sexual, por exemplo. Novamente ressalte-se a colaboração de representantes de mais de 30 entidades parceiras, tanto na organização do evento, quanto na realização dos debates. A multiplicidade de vivências e olhares trazidos por essas mulheres foram essenciais para a compreensão das várias expressões da violência de gênero. Da mesma forma, foram fundamentais para a percepção dos avanços trazidos pelas recentes políticas públicas, mas também, por outro lado, dos entraves, dilemas e desafios ainda colocados tanto ao poder público quanto à sociedade civil no que toca às persistentes desigualdades entre mulheres e homens.

Assim, atenta ao percurso histórico dos movimentos feministas e às iniciativas precedentes no âmbito do Legislativo, bem como aos diversos desafios impostos às mulheres por uma sociedade ainda marcadamente masculina, tradicional e patriarcal, esta comissão procurou atuar visando à inserção, na agenda pública, das pautas de interesse das mulheres. Para tanto, estabeleceu no parlamento – da mesma forma, repise-se, preponderantemente masculino – os indispensáveis espaços de discussão em torno das políticas públicas inerentes à questão. Infundir na ALMG as temáticas de interesse desse público e firmar-se como um canal perene de interlocução entre os movimentos de mulheres e o Legislativo – primando por uma metodologia de fato participativa – assentaram-se como as tarefas primordiais da comissão.

Nessa perspectiva, além da coordenação dos ciclos de debates já mencionados, a comissão propôs que fossem promovidas, pelo Poder Legislativo, atividades destinadas à formação política. Para atender a esse objetivo, a Escola do Legislativo da ALMG, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher – Nepem – da UFMG, realizou, ainda no ano de 2015, o Curso de Formação Política para Mulheres, voltado especialmente para as lideranças femininas – comunitárias e no âmbito dos partidos políticos.

De outro lado, e no que se refere às atividades típicas da comissão parlamentar, foram realizadas 2 visitas técnicas e 21 reuniões, entre elas 11 audiências públicas, sempre enriquecidas, ressalte-se, pela valiosa participação de movimentos sociais e entidades da sociedade civil. As discussões abordaram questões atinentes à igualdade de gênero; à grave sub-representatividade feminina nos espaços de poder e na política institucional; ao tratamento misógino e depreciativo dispensado às mulheres, especialmente a parlamentares no âmbito dos Legislativos nacional e estadual; ao Orçamento Mulher; ao mercado de trabalho e à situação das mulheres inseridas na agricultura familiar; ao enfrentamento à violência contra a mulher no contexto dos dez anos de vigência da Lei Maria da Penha; entre outras. O direito à saúde e proteção à gestante e à infância também foram temas tratados. O debate acerca de recomendações expedidas pelo Ministério Público Estadual – sobre a comunicação à Vara da Infância e Juventude dos atendimentos realizados a mães e gestantes com histórico de dependência química, com a previsão da imediata decisão judicial sobre o acolhimento dos recém-nascidos – também marcou fortemente os trabalhos desta comissão.

Em que pese a relevância das conquistas verificadas – especialmente – nos últimos dez anos, ao longo das atividades da comissão ficaram evidenciados, sobretudo, a afincada e enorme disparidade no exercício de direitos, bem como a persistência de discriminações e violências decorrentes da diferença de gênero. A já citada sub-representação feminina nos espaços decisórios e de poder, tendo as mulheres sido historicamente relegadas ao ambiente doméstico em relações marcadas pela subordinação a pais, maridos e filhos, é uma das facetas que bem ilustram esse quadro. As lutas feministas, fortalecidas na segunda metade do século XX pela inserção da temática da igualdade de gênero no rol dos direitos humanos, trouxeram ainda mais à tona essa ausência das mulheres nas esferas institucional e política, em escala mundial – relembre-se, por exemplo, que o voto feminino foi introduzido na Suíça somente em 1971 e, na Arábia Saudita, em 2015.

No Brasil, mesmo com o voto feminino existindo desde 1932 e sendo esse eleitorado maior que o masculino desde 2008 (nesse ano, 51,7% do total de 130 milhões de votantes), o percentual histórico de mulheres eleitas denota a permanência de tais disparidades. A representatividade do sexo feminino no Poder Legislativo é mais que ilustrativa: na Câmara dos Deputados, menos de 2% de mulheres foram eleitas entre 1950 e 1982, 6% entre 1986 e 1998, 8% entre 2002 e 2010, e 10% em 2014; no Parlamento mineiro, em seus 180 anos de existência, apenas 30 mulheres foram eleitas deputadas estaduais. E isso a despeito da edição de algumas leis destinadas a ampliar a participação das mulheres na política, tais como: as Leis Federais nºs 9.100, de 1995, e 9.504, de 1997, as quais, dentre outras regras, estabeleceram a chamada cota de gênero, que determina percentuais mínimos dos candidatos do sexo feminino de cada partido ou coligação (respectivamente, 20% nas eleições de 1996, 25% nas de 1998 e 30% a partir de então); e a Lei Federal nº 12.034, de 2009, que introduziu, dentre outras, mudanças com a finalidade a fomentar a participação feminina na política por meio da utilização de recursos do Fundo Partidário e da destinação do tempo de propaganda partidária gratuita.

E, para além da sub-representação feminina nos espaços decisórios e de poder, já percebida como um retrato contundente das persistentes disparidades e discriminações alicerçadas na questão de gênero, as várias violências praticadas contra a mulher refletem tal quadro de forma ainda mais cristalina, forte e irrefutável. Nesse sentido, o estudo Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil[1] não deixa dúvidas: aponta que, em 2013, foram assassinadas 4.762 mulheres no Brasil (aumento de 252% em relação a 1980), significando uma taxa de 4,8 feminicídios por grupo de 100 mil mulheres (aumento de 111,1% em relação a 1980), sendo a maioria das agressões perpetrada por um familiar direto, parceiro ou ex-parceiro. Esses dados relativos à taxa de feminicídio, analisados pela Organização Mundial de Saúde num conjunto de 83 países, coloca o Brasil na 5ª posição nos índices de feminicídio, atrás de apenas quatro outros: El Salvador, Colômbia, Guatemala e Federação Russa.

Importante notar o agravamento desse quadro quando analisado o recorte de raça/cor: o mesmo Mapa da Violência 2015 apontou que mulheres negras são as mais vitimadas[2]: considerados números absolutos, os homicídios de brancas caíram de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576, em 2013, com queda de 9,8% no total de homicídios do período; já os homicídios de negras aumentaram 54,2% no mesmo período, indo de 1.864 para 2.875 vítimas. Ainda que em escala menor, o mesmo se observou após a edição da Lei Maria da Penha: o número de vítimas brancas caiu 2,1%, ao passo que o de negras aumentou 35%. Considerando a taxa de homicídio por 100 mil habitantes, a de mulheres brancas caiu 11,9% entre 2003 e 2013 (de 3,6 para 3,2); em contrapartida, a de mulheres negras cresceu 19,5% no mesmo período (de 4,5 para 5,4). Tais dados retratam o índice de vitimização negra: a diferença percentual entre as taxas de homicídio de mulheres brancas e negras aumentou de 22,9% em 2003 para 66,7% em 2013 (ou seja, em 2013, morreram assassinadas, proporcionalmente, 66,7% mais mulheres negras do que brancas no Brasil).

As questões acima ressaltadas servem ao propósito de reiterar a necessidade de um debate continuado e permanente sobre a disparidade no exercício de direitos e a persistência de discriminações e violências decorrentes da diferença de gênero. Esses problemas e outros abordados ao longo das atividades desta comissão – todas elas de extrema importância e ricas também no plano simbólico – estão contidas neste relatório final, por meio do qual a Comissão Extraordinária das Mulheres da ALMG submete à apreciação dos mineiros o resultado de seu trabalho, com o intuito de contribuir para o devido reconhecimento do papel central e primordial das mulheres na sociedade a partir de relatos de experiências, discussões, dados e sugestões.

Esta comissão oferece, outrossim, propostas factíveis, que, longe de serem exaustivas, diante da complexidade do objeto de estudo, visam colaborar para dar voz e visibilidade às aspirações das mulheres, bem como contribuir para o reconhecimento de suas pautas no planejamento orçamentário e no desenvolvimento das políticas públicas pertinentes, buscando, em última instância, integrar esforços e convergir, poder público e sociedade, para a ruptura das intoleráveis assimetrias entre mulheres e homens.

2 OBJETIVOS, COMPOSIÇÃO E PRAZO DE FUNCIONAMENTO

As comissões extraordinárias constituem instrumentos utilizados pelo parlamento mineiro com a finalidade de tratar de assunto atinente à defesa de direitos coletivos, proceder a estudo sobre matéria determinada, ou tratar de tema relacionado à competência de mais de uma comissão permanente, nos termos definidos no art. 155-A do Regimento Interno da ALMG.

A instalação desta comissão extraordinária ocorreu em 11/3/2016, por decisão da Mesa da Assembleia, que considerou, conforme expresso no ato de criação: I – a necessidade de promover a paridade de gênero e o combate à discriminação contra a mulher; II – o aumento do número de feminicídios e de outras formas de violência de gênero, exigindo-se a atuação do Estado para a mitigação desse grave problema; III – a necessidade de ampliação da representação feminina na política; IV – a importância do debate sobre os avanços, mas também as dificuldades enfrentadas pelas mulheres.

Compuseram esta comissão a bancada de mulheres da ALMG, ou seja, as deputadas Rosângela Reis – presidente e relatora –, Celise Laviola – vice-presidente –, Geisa Teixeira, Ione Pinheiro e Marília Campos, tendo como suplentes, respectivamente, os deputados e as deputadas Wander Borges, Cristina Corrêa, Arlete Magalhães, Inácio Franco e Dalmo Ribeiro Silva.

As atividades iniciaram-se em 24/3/2016, sendo a primeira reunião destinada à aprovação de requerimentos e ao planejamento dos primeiros trabalhos da comissão. A primeira audiência pública foi realizada em 7/4/2016, ocasião em que já se estabeleceu um importante debate acerca da Proposta de Emenda à Constituição – PEC – nº 16/2015, proposição que visa, originalmente, assegurar, na composição da Mesa da Assembleia, ao menos uma vaga para cada sexo – o que garante a presença feminina na direção dos trabalhos da Casa. Na ocasião, deputadas componentes da comissão e convidadas representantes de órgãos e entidades do Estado e da sociedade civil pleitearam, junto ao relator da proposta, a aprovação da PEC.

Durante seu funcionamento, a comissão teve por escopo estudar e debater a situação da mulher no Estado, bem como fomentar a ampliação da representação feminina na política e as discussões acerca da garantia da igualdade no exercício de direitos, do empoderamento e autonomia da mulher e da eliminação de todas as formas de violência. Sua atuação buscou melhor conhecer as demandas específicas desse público, assim como os obstáculos a serem vencidos para a consolidação das políticas públicas existentes, bem como intermediar e colaborar nas discussões entre diversos atores envolvidos nas temáticas de interesse das mulheres, cumprindo, em contrapartida, as atribuições de controle e fiscalização dos atos do Executivo, conferidas ao Legislativo por força do art. 62, XXXI, da Constituição do Estado.

Em observância ao prazo regimental previsto no § 4º do art. 115-A – que prevê a extinção da comissão extraordinária automaticamente ao término do mandato da Mesa da Assembleia durante o qual tiver sido constituída – esta comissão encerrou suas atividades em 7/12/2016, quando foi apresentado este relatório final.

3 SÍNTESE DOS TRABALHOS REALIZADOS

Apresentamos, a seguir, uma síntese dos trabalhos realizados por esta comissão, também para registrar a memória de suas atividades, mas sobretudo para trazer pontos relevantes de discussão, relatos, demandas, críticas e propostas trazidas ao longo dos encontros. O mérito da riqueza desses debates deve ser creditado não apenas às parlamentares componentes desta comissão extraordinária, mas, sobretudo, às representantes de movimentos feministas e de variadas entidades, estatais ou não, que se dedicaram ativa e intensamente às questões suscitadas e não mediram esforços para estarem presentes em todos os momentos.

3.1 Audiências públicas e visitas

3.1.1 Reunião conjunta da Comissão Extraordinária das Mulheres e da Comissão da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2015, Belo Horizonte, 7/4/2015

Estiveram presentes as deputadas Rosângela Reis, Celise Laviola, Geisa Teixeira, Ione Pinheiro, Marília Campos, Cristina Corrêa e o deputado Fábio Cherem. Também participaram, como convidadas, Samantha Vilarinho Mello Alves, defensora pública coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência – Nudem; Cláudia Monteiro Rocha, coordenadora dos Direitos da Mulher da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; e Ermelinda de Fátima Ireno de Melo, superintendente do Consórcio Mulheres das Gerais.

Esta reunião conjunta teve por finalidade debater a Proposta de Emenda à Constituição – PEC – nº 16/2015, que dá nova redação ao §1º do art. 60 da Constituição Estadual.

A **PEC nº 16/2015** é de iniciativa das deputadas que compõem a bancada de mulheres da ALMG e tem assinaturas de 37 parlamentares ao todo. O texto original da proposta estabelece que, na constituição da Mesa e na de cada comissão deverá ser assegurada a participação proporcional dos partidos políticos, ou dos blocos parlamentares, representados na Assembleia Legislativa, **assegurando-se no caso da Mesa, ao menos uma vaga para cada sexo. A PEC busca, assim, garantir a representação das mulheres na Mesa da Assembleia**. Essa medida reflete um importante passo para a ampliação da representação feminina nos espaços de poder e decisão, e apresenta-se, hoje, como a pauta de maior interesse relacionada às mulheres no parlamento mineiro. Anote-se que na história da ALMG jamais houve uma mulher na composição da Mesa.

As deputadas e convidadas presentes à reunião lembraram duas iniciativas semelhantes, em tramitação no Congresso Nacional: as PECs nºs 38/2015 e 23/2015. A primeira, de autoria da deputada Luíza Erundina, dá nova redação ao § 1º do art. 58 da Constituição Federal, para garantir a representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas e comissões do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, assegurando, ao menos, uma vaga para cada sexo. A segunda, de autoria da senadora Vanessa Grazziotin, acrescenta o art. 16-A à Constituição Federal, para determinar a paridade de gêneros nos assentos da Câmara dos Deputados, assembleias legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e câmaras municipais. Pleitearam ainda do relator da proposição – deputado Fábio Cherem – o apoio à proposta, ressaltando que sua aprovação consistiria em um avanço histórico no âmbito do Legislativo mineiro e demonstraria, outrossim, a filiação da ALMG a um modelo de representação atenta à defesa da igualdade de direitos e ampliação da representatividade política das mulheres.

A Mesa da Assembleia é composta do presidente, de três vice-presidentes e de três secretários, todos com mandato de dois anos. Cabe à Mesa a direção dos trabalhos legislativos da Casa, além de outras atribuições, como a promulgação das emendas à Constituição do Estado; a aprovação da proposta do orçamento anual da Assembleia Legislativa, com o encaminhamento ao Poder Executivo; e a emissão de parecer sobre requerimento de informações a autoridades estaduais.

3.1.2 Reunião conjunta da Comissão Extraordinária das Mulheres, da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e outras Drogas e da Comissão de Segurança Pública, Belo Horizonte, 21/5/2015

Estiveram presentes as deputadas Celise Laviola, Ione Pinheiro, Marília Campos, Cristina Corrêa e o deputado João Leite. Como convidados, participaram Wilton Rodrigues, presidente do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte; Estevão Ferreira Couto, defensor público da União, titular do Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva em Minas Gerais; Laurelle Carvalho de Araújo, defensora pública e coordenadora substituta do Núcleo de Infância e Juventude de Minas Gerais; Márcia Rocha Parizzi, coordenadora da Saúde da Criança e do Adolescente da Secretaria Municipal de Saúde; Cláudia Natividade, da Comissão Mulheres e Questões de Gênero, do Conselho Regional de Psicologia; Fernando Elias de Freitas da Silva, gerente da Secretaria Municipal de Direitos de Cidadania; Adriene da Silveira Seixas, defensora pública; Júnia Roman Carvalho, defensora pública; e Diana de Lima Prata Camargos, defensora pública.

Esta reunião conjunta teve por finalidade debater as recomendações do Ministério Público sobre a adoção de filhos de mulheres usuárias de crack e outras drogas.

As Recomendações nºs 5 e 6, editadas pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte, em 26/12/2014, orientaram médicos, profissionais de saúde, agentes comunitários de saúde, diretores, gerentes e responsáveis por unidades básicas de saúde, maternidades públicas e demais estabelecimentos de saúde a comunicarem à Vara da Infância e Juventude os casos de mães e gestantes usuárias de drogas. As recomendações ainda firmam a incumbência do juiz de, ao receber tais comunicações, decidir sobre o acolhimento ou sobre a entrega do recém-nascido à família de origem ou extensa. Segundo o Ministério Público, essas recomendações foram motivadas pela necessidade de uma decisão de extrema urgência em face da ausência de efetividade nas políticas públicas de acolhimento das gestantes e mães usuárias de crack.

Os convidados presentes afirmaram que foram surpreendidos com a edição das recomendações, já que não foram consultados para discutir seu conteúdo. Para os participantes, as gestantes que dependem da rede conveniada de saúde e das maternidades públicas têm sido discriminadas e injustamente penalizadas com as medidas, já que não são verificados casos de abrigamento de crianças nascidas em hospitais particulares. Consideraram, também, que as medidas previstas pelas recomendações rompem a relação de confiança entre médico e a paciente, afastando-a ainda mais da rede de saúde. E informaram que a Secretaria Municipal de Saúde e o Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte contestaram o conteúdo das recomendações, tendo a Defensoria Pública, inclusive, expedido recomendação contrária ao entendimento do Ministério Público, indicando o encaminhamento dos casos prioritariamente ao respectivo conselho tutelar. Denunciaram ocorrências de encaminhamento de crianças

diretamente das maternidades para os abrigos, privando os bebês do aleitamento materno, isso em face da simples notícia de que a mãe é usuária de drogas ou encontra-se em situação de rua. Frisaram a importância da distinção entre dependentes químicos e usuários, salientando que essa diferença não vem sendo considerada no cumprimento das recomendações. Lembraram que os pedidos de desabrigamento, feitos pelos pais, e os de guarda, interpostos pela família extensa, possuem processamento demorado, o que acarreta o rompimento dos vínculos e, muitas vezes, a adoção das crianças por famílias substitutas. Consideraram que as questões referentes à gestante/mãe e à criança demandam análises individuais e criteriosas. Cobraram, outrossim, o efetivo cumprimento das medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, uma atuação condizente por parte do conselho tutelar, bem como a efetividade das políticas públicas sociais, antes de qualquer decisão pelo abrigamento, última medida a ser aplicada. Foi, ao final, suscitada a necessidade de criação de abrigos para o acolhimento conjunto dos recém-nascidos e das mães. Apesar de convidados, os promotores da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte não compareceram à audiência pública.

Em que pese a posição defendida pelo Ministério Público – no sentido de que as recomendações foram motivadas pela necessidade de uma decisão de extrema urgência em face da ausência de efetividade nas políticas públicas de acolhimento das gestantes e mães usuárias de *crack* e pela imperatividade da proteção ao nascituro e à criança, seguindo a própria Constituição Federal –, opiniões dissonantes apontam que a iniciativa do acolhimento compulsório viola os direitos dessas mulheres (e de seus filhos). E que, dada a sua extrema vulnerabilidade e por pertencerem a uma camada de "invisíveis sociais", estariam sendo discriminadas e, daí, vitimadas por um processo de higienização social.

Dados apresentados pela Defensoria Pública durante a reunião:

Em 2014: foram efetivados 151 pedidos de desabrigamento pelos pais e 86 pedidos de guarda pela família extensa.

Em 2015 (de janeiro a maio), após a edição das recomendações: cerca de 120 bebês foram levados diretamente das maternidades para os abrigos em Belo Horizonte (o dobro de casos registrados no mesmo período do ano de 2014). Somente no mês de janeiro de 2015, foram efetivados cerca de 11 pedidos de desabrigamento pelos pais e 9 pedidos de guarda pela família extensa.

3.1.3 Visita conjunta da Comissão Extraordinária das Mulheres e da Comissão de Direitos Humanos, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 21/5/2015

A requerimento das deputadas Rosângela Reis, Ione Pinheiro e Marília Campos, a Comissão Extraordinária das Mulheres e a Comissão de Direitos Humanos visitaram, em 21/5/2015, às 14 horas, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG –, situado na Rua Goiás, 253, 14º andar, Centro, em Belo Horizonte.

Além da presidente da Comissão Extraordinária das Mulheres, deputada Rosângela Reis, e das deputadas Celise Laviola e Marília Campos, estiveram presentes o desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, presidente do Tribunal de Justiça, a juíza auxiliar da Presidência, Eveline Felix, e a assessora especial da Presidência, Raquel Starling Drummond.

O objetivo da visita foi solicitar a ampliação e a criação de órgãos e setores do Judiciário para o atendimento específico das causas da mulher.

A presidente da Comissão Extraordinária das Mulheres discorreu sobre a criação e os objetivos da comissão. Instalada em 11/3/2015, a comissão foi criada com a finalidade de realizar estudos e debates sobre a situação da mulher, bem como propor políticas públicas e ações para a promoção do aumento da representação feminina na política, da igualdade de direitos, da eliminação de todas as formas de violência e da emancipação e da autonomia da mulher, em conjunto com as comissões permanentes com as quais tiver interseção temática.

A deputada Rosângela Reis falou, ainda, sobre o ciclo de debates Reforma Política, Igualdade de Gênero e Participação: o que querem as Mulheres de Minas, realizado pela ALMG. O primeiro encontro ocorreu em Belo Horizonte, no dia 13/3/2015, e seriam realizados ainda mais cinco encontros, nos Municípios de Mantena, Araçuaí, Uberlândia, Ibirité e Varginha, de 22/5 a 12/6/2015.

Segundo a deputada, a criação de mais varas judiciais especializadas de atendimento à mulher, especialmente no interior, objeto da visita, é uma grande demanda dos movimentos feministas, que foi apresentada no ciclo de debates e na Comissão Extraordinária das Mulheres. A deputada falou, ainda, da importância e do desejo de a Assembleia, por meio da comissão, atuar de forma conjunta com o Tribunal de Justiça e sua coordenadoria, a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – Comsiv.

Eveline Felix, juíza auxiliar da Presidência do TJMG, contextualizou o trabalho desenvolvido pelo Tribunal, por meio do Centro Integrado de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar – CIM.

Instalado em Belo Horizonte, em 2009, com o objetivo de cumprir a Lei Federal nº 11.340, de 2006, Lei Maria da Penha, que resguarda a mulher de toda forma de negligência, exploração, crueldade, violência e opressão, o centro visa potencializar e otimizar os procedimentos para a resolução da situação com a agilidade que ela requer. Reúne três varas judiciais (13ª, 14ª e 15ª Varas Criminais) com competência exclusiva para julgar os casos previstos na Lei Maria da Penha e uma quarta vara judicial especializada (16ª Vara), com competência cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Eveline ressaltou a adesão voluntária dos juízes à campanha nacional "Justiça pela paz em casa", lançada pelo Supremo Tribunal Federal e encampada pela ministra Cármen Lúcia, com o intuito de mobilizar magistrados e servidores para priorizar o julgamento de ações relacionadas à violência doméstica. Em Minas Gerais, a campanha durou cerca de um mês, contou com a adesão de 25 juízes e julgou cerca de 1.800 casos.

Pedro Bitencourt, presidente do TJMG, ressaltou duas dificuldades que impedem a criação de varas especializadas no interior: limitação orçamentária e número insuficiente de processos relacionados à violência contra a mulher. A proposta do presidente é que seja criada uma competência privativa em pelo menos uma das varas para o julgamento dos casos de violência contra a mulher. Essas varas especializadas não julgariam apenas processos da Lei Maria da Penha, estariam encarregadas de todos os casos envolvendo agressão a mulheres.

A deputada Marília Campos observou que o fato de não existir um número grande de processos não significa que não existam mulheres agredidas. A sensação de impunidade e a morosidade da Justiça contribuem para que a mulher desista de denunciar o agressor. Disse acreditar, portanto, que o número de denúncias é subdimensionado.

O presidente do TJMG ressaltou a importância da especialização do magistrado nos processos relativos à mulher, o que propicia o acúmulo de conhecimento e a mesma linha de atuação do magistrado, além da segurança jurídica nos processos. Para tanto, é fundamental que o magistrado tenha perfil, sensibilidade e afinidade com os processos relacionados à violência contra a mulher. O Tribunal pretende, por meio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, oferecer cursos de formação e de capacitação do magistrado para atuar na matéria. Futuramente a intenção do presidente do Tribunal é que esses cursos contem para a promoção dos juízes no critério por merecimento.

O presidente informou que houve uma tentativa do Tribunal de adotar esse procedimento, mas à época houve resistência dos juízes, que consideravam o processo no qual a mulher é parte de "fácil" resolução jurídica. Agora, com o intuito de minimizar essa resistência, o Tribunal pretende fazer uma compensação do trabalho, distribuindo um número maior de processos para o juiz responsável pelos processos de violência contra a mulher. Ressalvou que esses processos podem ser de fácil resolução jurídica, mas não são de fácil resolução social. Reconheceu que são em sua maioria de difícil resolução e penalizam sobretudo as mulheres de baixa renda, porque envolvem situações sociais bastante complexas e necessitam da implementação de políticas públicas de prevenção da violência que contribuam para o fortalecimento da mulher, como, por exemplo, políticas de inserção ao mercado de trabalho, de forma que ela consiga romper o círculo vicioso. Reconheceu, assim, a necessidade de fortalecimento da rede de atendimento às mulheres vítimas de violência. Um dos problemas apontados é a demora na realização do exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal –

IML. Muitas vezes, a condenação não ocorre pela falta de realização desse exame. Segundo ele, o laudo do IML é prova fundamental para o juiz na comprovação da violência. Diante disso, reforçou a necessidade de regionalização dos IMLs. Outro problema é a falta das tornozeleiras para cumprimento das medidas protetivas. Em 2014, houve cerca de 17 mil medidas protetivas só no Município de Belo Horizonte.

Raquel Drummond informou que os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo possuem postos da Polícia Civil dentro das varas judiciais para realização do exame na hora. Também no Rio de Janeiro, projeto entre a Secretaria de Estado de Segurança e o Poder Judiciário está implementando um sistema em que a vítima usa uma pulseira e o agressor uma tornozeleira, o que permite identificar a proximidade dos dois, sem a necessidade de aviso da vítima. Em São Paulo, a mulher vítima de violência pode avisar se está em perigo pelo celular. Outro projeto experimental é o Ronda Maria da Penha, no qual policiais militares acompanham casos de violência contra a mulher. Esse projeto está sendo implementado no Estado. Trata-se de projetos piloto, de alto custo, ainda com implementação incipiente, mas de suma importância para a proteção das mulheres.

Para o presidente do TJMG é fundamental o esforço de todos os atores envolvidos, como Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacia de Mulheres, Instituto Médico Legal e Polícia Militar, para fortalecer a rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Para além da repressão, que não resolve sozinha o problema, reforçou ser fundamental a implementação de políticas públicas de prevenção à violência, posição com a qual as deputadas concordaram.

Ao final, as deputadas decidiram apresentar requerimento para realização de visita técnica da Comissão Extraordinária das Mulheres, em conjunto com a Comissão de Segurança Pública, ao chefe da Polícia Civil, para solicitar a ampliação de unidades do IML, de forma a facilitar e agilizar a realização de exames de corpo de delito no interior do Estado. Além disso, as parlamentares se colocaram à disposição dos principais atores envolvidos – Tribunal de Justiça, Poder Executivo, Ministério Público, Defensoria Pública e Polícias Militar e Civil – para buscar alternativas de enfrentamento à violência contra a mulher e fortalecimento da rede de atendimento.

3.1.4 Visita conjunta da Comissão Extraordinária das Mulheres e da Comissão de Participação Popular, Tribunal Regional Eleitoral, 15/6/2015

A requerimento das deputadas Rosângela Reis, Marília Campos e Ione Pinheiro, a Comissão Extraordinária das Mulheres e a Comissão de Participação Popular visitaram, em 15/6/2015, o Tribunal Regional Eleitoral – TRE –, em Belo Horizonte, com a finalidade de solicitar contribuição da Justiça Eleitoral para ampliar "a participação das mulheres na política".

As deputadas Rosângela Reis, Marília Campos e Celise Laviola foram recebidas pelo presidente do TRE, desembargador Geraldo Augusto de Almeida. A deputada Rosângela Reis, presidente da Comissão Extraordinária das Mulheres, apresentou ao presidente do TRE a comissão, explicou sobre sua criação e explicitou sua missão: tratar dos assuntos ligados às mulheres, promovendo a emancipação, a igualdade de gênero e a participação. Esclareceu que não se trata de uma bandeira partidária e que todo esse empenho na questão das mulheres tem o amplo apoio do atual presidente da ALMG. Indagou sobre meios de o TRE dar suporte a esse tema, ao que a deputada Marília Campos acrescentou sobre a possibilidade de o Tribunal abordar o assunto em suas campanhas institucionais.

A deputada Rosângela Reis prosseguiu, falando acerca da interiorização das atividades da comissão, por meio do ciclo de debates já em curso, e sobre esse evento, o qual conta com a contribuição de várias entidades, inclusive em sua organização, e com a divulgação pela internet, naquela data já com mais de 15 mil acessos. A deputada Celise Laviola comentou sobre o pioneirismo da Comissão Extraordinária das Mulheres e do apoio recebido da Mesa da ALMG para a sua criação. Falou também acerca do sucesso do primeiro evento do ciclo de debates promovido pela comissão, ainda em Belo Horizonte, com ampla participação.

A deputada Rosângela Reis disse que as mulheres ocupam hoje apenas cerca de 10% dos cargos eletivos, ao que o presidente do TRE comentou: apesar de as mulheres figurarem em menor número como candidatas, elas representam, segundo dados

do Tribunal, uma maioria expressiva entre os eleitores cadastrados. O desembargador Geraldo Augusto indagou se o ciclo de debates tem tido a participação da universidade e a presidente da comissão utilizou o evento de Varginha para exemplificar que sim.

A deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular, observou que houve um grande avanço no número de candidaturas femininas como resultado da lei que estabelece cotas para tal (30% para mulheres); porém, isso não se refletiu concreta e efetivamente no percentual das mulheres eleitas, pois o preenchimento das candidaturas foi, em muitos casos, uma mera formalidade não tendo necessariamente o envolvimento das candidatas no processo eleitoral nem o apoio dos partidos, com o que concordou a deputada Rosângela Reis, chamando a atenção para as dificuldades de se realizar uma campanha eleitoral sem os devidos apoios e recursos. Diante disso, a deputada Marília Campos comentou sobre a necessidade de esforços conjuntos daqueles que defendem uma maior representatividade feminina e apontou para a necessidade de uma campanha em prol da participação efetiva das mulheres na política, levando em conta, inclusive, que faltavam apenas três meses e meio para o fim do prazo de filiação partidária antes das eleições.

Nesse sentido, a presidente da Comissão de Participação Popular também mencionou o curso Formação Política das Mulheres, ministrado, à época, pela Escola do Legislativo da ALMG, atendendo a uma demanda do primeiro evento do ciclo de debates promovido pela Comissão Extraordinária das Mulheres, de modo a contribuir para a qualificação de lideranças femininas e aprimoramento de atuação político-institucional. A deputada Rosângela Reis acrescentou que foram ofertadas 100 vagas para mulheres interessadas e engajadas em política de todo o Estado. A deputada Celise Laviola disse que a iniciativa da cota eleitoral de gênero ainda não surtiu os efeitos desejados, mas já pode ser considerada exitosa. A vice-presidente da Comissão Extraordinária das Mulheres mencionou, ainda, a Proposta de Emenda à Constituição nº 16, em tramitação na ALMG, que visa, mediante nova redação do § 1º do art. 60 da Constituição do Estado, assegurar representação proporcional entre deputados e deputadas, com pelo menos uma vaga para cada sexo. O desembargador Geraldo Augusto comentou que três partidos já foram punidos por desrespeitarem a mencionada cota e que as parlamentares mulheres são as mais assíduas, segundo levantamentos feitos pela Câmara dos Deputados. Acrescentou que cerca de 70% a 80% do corpo funcional do TRE é composto por mulheres, o que resulta na realização de um trabalho de muita excelência.

A deputada Rosângela Reis apresentou cartilha elaborada pela ALMG sobre igualdade de gênero e participação das mulheres na política em Minas Gerais e no Brasil e entregou um exemplar ao presidente do TRE, acompanhado de convite para o ciclo de debates promovido pela comissão, à época em sua etapa de interiorização. Entregou, ainda, um ofício assinado pelas deputadas presentes à visita, contendo breves explicações sobre as atividades em curso na ALMG destinadas à promoção da igualdade de gênero e a participação feminina na política.

Geraldo Augusto elogiou as iniciativas da ALMG e o pioneirismo na criação da Comissão Extraordinária das Mulheres, afirmando o apoio do TRE, a princípio com as seguintes possíveis iniciativas mencionadas durante a visita: envio de ofício aos juízes eleitorais dos municípios onde ocorrerão as próximas atividades do ciclo de debates promovido pela comissão, para que deem amplo apoio ao evento; divulgação, no *site* do Tribunal, dos eventos de interiorização do ciclo de debates e da cartilha elaborada pela ALMG sobre igualdade de gênero e participação das mulheres na política em Minas Gerais e no Brasil; nos próximos encontros com juízes e promotores regionais do Tribunal, no segundo semestre daquele ano, avaliar a possibilidade de um espaço para o movimento de promoção da igualdade de gênero e a participação feminina na política, inclusive com a divulgação das atividades da Comissão Extraordinária das Mulheres, em particular nessas localidades quando houver coincidência de agendas. Campanhas de estímulo para a filiação partidária de mulheres, conforme indagado pela deputada Marília Campos, são mais difíceis pois, segundo Geraldo Augusto, esse tipo de material em geral vem pronto do Tribunal Superior Eleitoral; no entanto, disse haver a possibilidade de o TRE incluir esse tema, a partir de agosto, na campanha para recadastramento por biometria, a ser realizada na Capital mineira e nos dez maiores municípios em seu entorno.

A Comissão Extraordinária das Mulheres e a Comissão de Participação Popular ratificaram a necessidade da contribuição da Justiça Eleitoral para, de fato, ampliar-se a participação das mulheres na política.

3.1.5 Reunião da Comissão Extraordinária das Mulheres, Belo Horizonte, 9/9/2015

Estiveram presentes à reunião as deputadas Rosângela Reis, Celise Laviola, Geisa Teixeira, Marília Campos e o deputado Dilzon Melo. Também compareceram Maria Aparecida de Jesus, presidente estadual do PT; Maria Aparecida Andrade Moura, presidente do PMDB Mulher Minas; Luzia Ferreira, secretária municipal de Políticas Sociais e presidente estadual do PPS; Jeannete Gonçalves, presidente do PSD Mulher de Minas Gerais; Andréa Lima Rocha, presidente do PHS Mulher de BH; Gláucia Brandão, secretária municipal adjunta de Direitos de Cidadania de Belo Horizonte; Greyce de Queiroz Elias, vereadora do Município de Patrocínio e presidente do PRB Mulher de Minas Gerais; Flávia Iglesias Bretas, vice-presidente do PTB Mulher; Isabel Cristina de Lima Lisboa, superintendente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Ermelinda de Fátima Ireno de Melo, superintendente do Consórcio Mulheres das Gerais; Iris Chaves, diretora do PSB Mulher de Belo Horizonte e Minas Gerais; Denise Coutinho de Melo Nascimento, da Coordenadoria de Ações Afirmativas do PSDB Estadual.

A reunião conjunta teve por finalidade debater, com as representações partidárias do Estado, a participação das mulheres na política.

As convidadas consideraram a necessidade de os partidos políticos buscarem, para além de ampliar o número de filiadas, apoiar, de fato, as candidaturas femininas. Ressaltaram serem imprescindíveis alterações nas regras do sistema eleitoral – citando exemplos de sistemas adotados em alguns países da América Latina que privilegiam a paridade nos assentos do Legislativo – e do financiamento de campanha, que precisa ser mais democrático. Frisaram que, apesar de a população feminina representar 52% da população do País, o quantitativo de mulheres nas instâncias de poder não é linear: algumas vezes avança, outras retrocede. E lembraram que as alterações estabelecidas por meio da reforma política não atenderam os interesses das mulheres. Salientaram a relevância de se discutirem questões inerentes à representatividade feminina de maneira descentralizada, levando maiores informações às regiões do Estado, bem como de se trabalhar para a qualificação e a mobilização das mulheres no âmbito dos municípios. Destacaram a maior inserção das mulheres em algumas esferas de participação comunitária – como conselhos municipais, estaduais e nacional de direitos, entidades de defesa dos direitos humanos, associações e organizações não governamentais, por exemplo –, porém elas continuam com dificuldades de alcançarem os cargos eletivos. Sobre a desigualdade nas relações de poder, registre-se a manifestação de uma das convidadas:

"A desigualdade de poder entre homens e mulheres é histórica, sendo que três pontos podem ser destacados:

O primeiro refere-se à divisão sexual do trabalho doméstico e à segregação do privado e do público. Enquanto essa disparidade não for vencida e os homens não assumirem também essa responsabilidade, ainda teremos esta conotação: meninas usam rosa, e meninos, azul; meninas lavam panela, e meninos brincam na rua; meninos, quando homens, assumem o mundo público, e meninas, quando mulheres, ficam nas tarefas domésticas. Essa é uma das questões importantes que impedem a participação das mulheres no mundo público e político, que é o mundo das instituições, do poder.

O segundo diz respeito aos espaços partidários: espaços machistas, truculentos, na maioria dos partidos. Como vamos querer que mulheres participem da vida política em seus partidos se não são escutadas?

E o terceiro reporta-se às dificuldades impostas pelo sistema eleitoral, que não prevê uma lista fechada e com alternância de gênero, homens e mulheres, homens e mulheres, e pela ausência do financiamento público de campanha, com os empresários investindo em homens (…).".

Uma participante avaliou, por outro lado, que as mulheres desejam maior representatividade feminina mas muitas delas não desejam ser candidatas: querem que alguém as represente, que falem por elas, mas não aspiram a esse lugar. As participantes defenderam uma unidade suprapartidária em prol da ampliação da representação política das mulheres, iniciando-se pela maior

participação no âmbito dos diretórios municipais, estaduais e nacional dos partidos, especialmente nas comissões executivas, com direito a voto. Além disso, frisaram ser imprescindível que as agremiações capacitem as candidatas e garantam o justo financiamento de suas campanhas. Ao final, conclamaram as mulheres a destinarem seus votos a outras mulheres. E frisaram o apoio à aprovação da PEC nº 16/2015, apresentada pela bancada de mulheres da ALMG, bem como à PEC Federal nº 98/2015, de autoria da senadora Vanessa Grazziotin, propondo, quanto a essa última, o envio de uma carta assinada por deputadas e deputados de Minas Gerais aos líderes e demais parlamentares do Congresso Nacional pleiteando sua aprovação.

A PEC Federal nº 98/2015, de autoria da senadora Vanessa Grazziotin, foi aprovada em setembro de 2015 no Senado e assegura a cada gênero percentual mínimo de representação nas três legislaturas subsequentes, sendo: 10% das cadeiras na primeira legislatura, 12% na segunda, e 16% na terceira. A medida abrange a Câmara dos Deputados, assembleias legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e câmaras municipais. A proposta está em análise na Câmara dos Deputados, sob novo número: PEC Federal nº 134/2015.

3.1.6 Reunião da Comissão Extraordinária das Mulheres, Coronel Fabriciano, 11/9/2015[3]

Além da deputada Rosângela Reis, compareceram à reunião Maria D'Assunção Santos Fonseca, presidente do Conselho dos Direitos da Mulher de Coronel Fabriciano; a vereadora Eusimeria Duarte Queiroz Utino, membro da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Coronel Fabriciano; a vereadora Andreia Martins Botelho, da Câmara Municipal de Coronel Fabriciano; a vereadora Carmem Rodrigues Souza Paiva, da Câmara Municipal de Coronel Fabriciano; Katia Regina Santana Souza, gerente de Recursos Humanos da Agência RMVA; Wagner José Rodrigues Barbalho, superintendente Regional de Saúde de Coronel Fabriciano; e Maria Zilda Machado Torres, presidente do Conselho das Mulheres Empreendedoras Aciap – CDL.

A reunião teve por finalidade debater a igualdade de gênero e a participação das mulheres nos espaços de poder, bem como a ampliação da representação política feminina na política institucional.

Os participantes lembraram os avanços das políticas públicas e as conquistas das mulheres nos últimos anos. No entanto, ressaltaram que persistem o preconceito e diversas barreiras, inclusive no âmbito familiar, impostas às candidatas a cargos eletivos. Contestaram a prática dos partidos políticos de utilizarem candidaturas femininas para o cumprimento das cotas de gênero, já que as mulheres "emprestam" seus nomes, com candidaturas "laranjas", para a composição das listas, ficando adstritas a uma disputa meramente formal. Cobraram, assim, o efetivo apoio dos partidos às mulheres, garantindo-lhes maior espaço nas propagandas eleitorais e destinando recursos específicos do fundo partidário para investimento nas candidaturas femininas, a fim de possibilitar uma disputa eleitoral de fato igualitária e com real chance de êxito.

Nesse sentido, salientaram a relevância da atuação do Ministério Público na fiscalização do cumprimento das determinações da lei eleitoral. Defenderam a paridade na disputa política, implementando-se o critério de 50% de mulheres e 50% de homens, tanto nas candidaturas, quanto na ocupação das vagas/cadeiras. Um dos participantes frisou que Coronel Fabriciano é um município que apresenta excelente gestão fiscal, resultado esse que atribuiu à habilidade e à boa administração de uma mulher, que também foi vereadora. Citou que, em 18 eleições realizadas na cidade, entre 240 vereadores, foram eleitas apenas 8 mulheres, o que representa apenas 3% de representatividade nesse longo período. No entanto, ressaltou, atualmente as mulheres ocupam 20% das cadeiras da Câmara Municipal, um marco na história.

Os participantes também apoiaram a aprovação da PEC nº 16/2015 na ALMG, bem como as PECs que visam garantir a representação das mulheres na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Elogiaram, ainda, o curso de formação política implementado pela Escola do Legislativo da ALMG destinado à formação política das mulheres. Destacaram a sensibilidade política das mulheres e sua capacidade de promover avanços, especialmente, nas áreas sociais. Ao final, as participantes conclamaram as mulheres a votarem em mulheres, não mais aceitarem composições "chapa-branca" para as disputas eleitorais sem a efetiva

participação das candidatas, frisando que a luta pela representatividade feminina deve ser suprapartidária, de todos os partidos políticos.

3.1.7 Reunião da Comissão Extraordinária das Mulheres, Paracatu, 16/9/2015[4]

Participaram da reunião as deputadas Rosângela Reis, Geisa Teixeira e Ione Pinheiro. Além das parlamentares, estiveram presentes Ana Amélia de Melo Medeiros, secretária municipal de Assistência; João Archanjo Mendes Santiago, presidente da Câmara Municipal de Paracatu; Uadir Pedro Martins de Melo, prefeito de Natalândia e presidente da Associação Mineira dos Municípios do Noroeste de Minas Gerais – Amnor; a vereadora Eloísa Rodrigues Cunha, procuradora especial da Mulher da Câmara Municipal de Paracatu e presidente municipal do PMDB Mulher; Sidiléia Aparecida de Jesus Almeida, presidente do Conselho da Mulher de Paracatu; Adelino José Rodrigues da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paracatu; o vereador João Batista dos Santos, da Câmara Municipal de Paracatu; a vereadora Marli Ribeiro, da Câmara Municipal de Paracatu; o vereador Marlon Gouveia Coimbra, da Câmara Municipal de Paracatu; o vereador Hamilton Batista Coelho, da Câmara Municipal de Paracatu; e João Batista Vaz da Costa, diretor regional da Sedese em Paracatu.

A reunião teve por finalidade debater a igualdade de gênero e a participação das mulheres nos espaços de poder, bem como a ampliação da representação política feminina na política institucional.

Os participantes salientaram a luta histórica das mulheres pela obtenção de espaço no mercado de trabalho. Lembraram que cerca de 40% das famílias do País são chefiadas por mulheres, que compõem 52% do eleitorado brasileiro, porém, persistem a grande discriminação e a pequena representatividade feminina nas instâncias de poder, isso apesar da obrigatoriedade do mínimo de 30% de candidaturas femininas. Consideraram importante o incentivo da família às mulheres, para que elas possam integrar a disputa eleitoral. Repudiaram a utilização, por parte dos partidos políticos, de candidaturas femininas tão somente para a consecução da cota mínima de 30% de candidatas nas listas eleitorais e convocaram as mulheres a não aceitarem "emprestar" seus nomes e, ao contrário, exigirem condições para a real investidura nos cargos políticos. Cobraram suporte e apoio financeiro às candidatas pelos partidos, com a destinação de 5% dos recursos do fundo partidário para a propaganda eleitoral, bem como a criação de conselhos e secretarias das mulheres no âmbito das agremiações. A esse respeito, citamos algumas considerações:

"Nosso sistema eleitoral depende, além de outras coisas, do fator econômico, que não deveria ser preponderante e decisivo na eleição de uma representação. Mas não se consegue fazer uma campanha política sem recursos financeiros. E a divisão dos fundos partidários não beneficia as mulheres, que, por muitos anos, deixaram de ocupar espaços de poder e não conseguiram conquistar independência financeira que as tornasse capazes de disputar com mais igualdade. (...)

Se é necessário ir para uma disputa política, colocar o nome, gastar sola de sapato, gastar saliva, tempo, visita, precisamos criar um planejamento. Só que não podemos ser coniventes com a situação de empréstimo de nome, de sermos candidatas 'laranjas'. É com essa consciência que temos de trabalhar.".

Apoiaram as PECs em tramitação no Congresso Nacional, bem como a PEC nº 16/2015, proposta na ALMG, e repisaram a necessidade de valorização das mulheres no campo político, inclusive pelas próprias mulheres. Nesse sentido, ressaltaram a criação desta comissão extraordinária como um grande passo para a discussão dos assuntos de interesse das mulheres no parlamento mineiro, mencionando, ao final, a importância de iniciativas de formação, a exemplo do curso de formação política para as mulheres, realizado pela Escola do Legislativo da ALMG em 2015.

3.1.8 Reunião conjunta da Comissão Extraordinária das Mulheres e da Comissão de Participação Popular, Belo Horizonte, 26/11/2015

Estiveram presentes à reunião as deputadas Celise Laviola, Geisa Teixeira, Ione Pinheiro e Marília Campos. Como convidadas, participaram das discussões Larissa Amorim Borges, subsecretária de Políticas Públicas para as Mulheres da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Samantha Vilarinho Mello Alves, defensora pública coordenadora

do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência – Nudem; Sgt. PM Sílvia Adriana Silva, coordenadora do Núcleo de Prevenção Ativa do Comando de Policiamento da Capital, 1ª Região da Polícia Militar; Marlise Matos, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da UFMG – Fafich; Ermelinda de Fátima Ireno de Melo, coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento de Violência contra a Mulher; Maria Izabel Ramos de Siqueira, da coordenação do Movimento Popular da Mulher; Patrícia Habkouk, promotora de justiça coordenadora da Promotoria de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Ministério Público Estadual; e Elizabeth de Freitas Assis Rocha, delegada de Polícia.

A reunião conjunta teve por finalidade debater o Orçamento Mulher.

O Orçamento Mulher é um extrato do orçamento da União contendo as ações que, segundo a metodologia adotada, impactam a qualidade de vida das mulheres brasileiras. Foi organizado em parceria com o Centro Feminista de Estudos e Assessoria – Cfemea –, para facilitar o acompanhamento do processo orçamentário pelas entidades voltadas para as políticas da mulher. (**Fonte**: Portal do Orçamento do Senado Federal)

Anote-se os esclarecimentos da professora Marlise Matos sobre o Orçamento Mulher:

"Invariavelmente as peças orçamentárias são, em função da especificidade e da particularidade do jogo tributário contábil envolvido, caixas fechadas. As pessoas entendem pouco como elas funcionam de fato.

Sabemos que o orçamento é a forma mais propícia de se identificar o que é prioridade em uma agenda governamental. Na hora em que conseguimos entender como um determinado Poder dispõe dos recursos públicos, nessa agenda de contrapartida e trocas entre o Executivo e o Legislativo, conseguimos identificar perfeitamente quais são as prioridades do governo. Os elementos e as evidências da peça orçamentária revelam onde os recursos estão sendo aplicados.

Para além de nos capacitarmos para pensar, formular e demandar políticas públicas para as mulheres, um próximo passo é absolutamente necessário e estratégico: justamente garantir recursos para a implementação dessas ações. Como veremos acontecer lá em Brasília em março do ano que vem, haverá 2 mil mulheres reunidas para discutir um plano nacional, reformular, pensar ações estratégias. No entanto, todo esse esforço de desenhar, solicitar e demandar, por meio dessa participação pública, terá sido, não em vão, mas insuficiente, se não existirem os recursos necessários para a implementação das medidas: ou seja, se a gente não conseguir fazer o Estado responder.

Então o que são esses orçamentos sensíveis a gênero? Que iniciativas são essas? É preciso saber isso para que entendamos o que poderemos começar a fazer aqui.

Orçamentos sensíveis a gênero são iniciativas que já estão em curso no mundo desde, pelo menos, os anos 1980, e se iniciaram na Austrália. Hoje o Brasil tem uma peça orçamentária chamada Orçamento Mulher, uma peça conduzida com planejamento e metodologia do Cfemea, ONG de advogadas feministas que trabalha em interação com a Secretaria de Políticas para as Mulheres e o Congresso Nacional. Trata-se de 'um pedaço' do orçamento, em que se utiliza uma linguagem acessível, sendo possível enxergar, de maneira transparente, o que está sendo aplicado de recurso público nas políticas para as mulheres.

Existem inúmeras possibilidades para o orçamento sensível a gênero. Fazer uma audiência pública já é uma iniciativa de orçamento sensível a gênero. A gente já começa esse processo de discussão e de entendimento, pois é necessário que o orçamento seja compreensível e responsivo. As mulheres precisam entender de onde esses recursos chegam e qual o seu alcance para implementar as ações que elas, tão bem e de maneira tão democrática, discutiram nas conferências.

O primeiro objetivo dessas iniciativas é garantir a efetividade de recursos nas políticas públicas, garantindo-se o acesso das mulheres a direitos e, portanto, ao exercício pleno de sua própria cidadania.

Outro elemento importante desse tipo de orçamento é o compromisso real com a prestação de contas, ou seja, com a responsabilidade e responsividade do Estado em relação a suas políticas. De nada adianta – e infelizmente sabemos que é assim que funciona – um ciclo orçamentário ultrassofisticado, elaborado com uma linguagem que as pessoas não compreendem: você não

consegue chegar à ação específica e enxergar o que foi executado e se houve impacto na vida daquele público-alvo. O Estado precisa tornar esse ciclo mais fácil, acessível e transparente às pessoas.

Ao fim, essas iniciativas de orçamento funcionam como estratégias para estimular a governabilidade democrática e promover maior participação das pessoas – nesse caso, as mulheres – nesse processo, que não se encerra na formulação de políticas públicas. A conferência é um momento estratégico, fundamental, e o Brasil é um país absolutamente inovador na criação dessa metodologia de importante participação popular, mas a elaboração de um plano é só o ponto de partida. Precisamos garantir a lógica do sistema orçamentário sensível às demandas dessas políticas, senão, frise-se, todo esse esforço acaba sendo pouco frutífero, pouco efetivo na tradução real das mudanças que as mulheres desejam, que é mudar sua vida lá na frente.

Orçamentos sensíveis a gênero são instrumentos para melhorar a gestão pública e promover consistência entre a prática política e as necessidades reais das pessoas. As mulheres têm de poder influir, de alguma forma, nos planos orçamentários, assim é superimportante que elas entendam como as metodologias dos orçamentos funcionam. E as possibilidades de intervenção são inúmeras a partir de uma análise detalhada em termos de receita e despesa destinadas às políticas para mulheres, de maneira transversal, em todas as secretarias de Estado. Precisamos saber quais são os recursos e como são executados e criar uma metodologia de intervenção.

Talvez este seja o momento de estabelecermos um novo marco e pensarmos o orçamento de Minas Gerais na perspectiva crítica de gênero. Precisamos visualizar onde estão as verbas e se estão sendo efetivamente gastas nas políticas para as mulheres. Dessa maneira, poderemos concluir se é isso mesmo o que queremos ou, por outro lado, pensar, estrategicamente, a melhor destinação desses recursos orçamentários.”.

As participantes salientaram a importância da organização das mulheres para que possam incidir, de modo efetivo, na definição do orçamento do Estado. Foram mencionadas algumas emendas, apresentadas pela Comissão de Participação Popular durante o processo de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, que versavam sobre a promoção da autonomia das mulheres, o enfrentamento à violência contra as mulheres, o apoio à educação infantil no campo e o aparelhamento de unidades da Polícia Civil. As convidadas falaram sobre a dificuldade de compreensão do plano plurianual, especialmente no que se refere à alocação dos recursos, o que prejudica as discussões durante o processo de revisão. Lembraram que o PPAG não dispõe de programas voltados especificamente para o financiamento das políticas para as mulheres e que, quando encontradas ações orçamentárias afins, elas não atendem, de fato, às demandas.

Ressaltaram, ainda, que a unidade responsável pelos projetos de interesse das mulheres é a Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, responsável pelas políticas para mulheres, além de outros públicos. Dessa forma, o desafio que se impõe é discutir o Orçamento Mulher de forma mais abrangente e não somente sob a ótica dos direitos humanos, identificando as especificidades desse público e deslocando recursos próprios para a Subsecretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. Consideraram que o orçamento deve ser trabalhado preservando-se a perspectiva da equidade, para que os desiguais não sejam tratados de maneira igual. Necessário, assim, observarem-se as especificidades de cada grupo – e das mulheres, em especial – para a alocação dos recursos. Defenderam que a construção do orçamento também é parte do processo de construção de autonomia das mulheres. Nesse sentido, frisaram a ampliação da representação feminina nos espaços de poder e decisão como uma importante ferramenta para influenciar na determinação do orçamento público.

A subsecretária de Políticas Públicas para as Mulheres prestou esclarecimentos acerca do trabalho e das perspectivas do órgão. Segundo ela, ao iniciar a gestão, observou a pouca nitidez na definição de critérios para o estabelecimento de parcerias com os municípios, além de um quadro de baixa execução de recursos captados e uma estrutura organizacional frágil, sem condições de conquistar e executar recursos, fatores que interferem nas definições orçamentárias.

Lembrou que uma política pública é desenvolvida a partir da agenda de movimentos sociais. Essa agenda passa por um processo de estudo e realização de diagnósticos para que seja entendida a realidade da sociedade e construídos objetivos, metas e estratégias para solução das demandas sociais. Nesse processo, são criados indicadores e metas para avaliar, monitorar e acompanhar as ações. Informou que essa organização, no tocante às políticas para as mulheres, precisa ser consolidada no Estado. Para ela, houve um avanço no que se refere ao alinhamento das políticas no âmbito nacional, mas Minas Gerais precisa estruturar melhor as ações desenvolvidas para as mulheres nos moldes de uma política pública efetiva, frisando que o Estado não pode promover somente ações pontuais e descontínuas. Disse da importância de qualificar-se e ampliar-se a execução orçamentária, esclarecendo que alguns projetos da gestão anterior ficaram parados, apesar do recebimento de recursos do governo federal. Destacou como providências necessárias à organização da política para mulheres no Estado: a implementação e o aprimoramento dos convênios; o estabelecimento de base de dados e de informações consistentes e confiáveis; a padronização de fluxos e da organização da própria subsecretaria; e o aprimoramento da comunicação com os 17 territórios; lembrando que tais medidas são relevantes inclusive para justificar os recursos públicos solicitados. Sobre as perspectivas para o próximo ano, considerou que precisam ser desenvolvidos processos de planejamento e monitoramento da execução das ações em curso, as quais ocorrem de forma transversal, por várias secretarias estaduais.

Prestou informações sobre o funcionamento das unidades móveis e sobre o compromisso da subsecretaria de desenvolver processos de formação e capacitação a respeito da Lei Maria da Penha em diversos setores, a exemplo dos servidores dos centros de referência de assistência social – Cras –, dos centros de referência especializados de assistência social – Creas – e das Polícias Civil e Militar. Mencionou, ainda, a implementação no Estado do Fórum de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres do Campo, das Águas e das Florestas. Propôs a criação de comitês de gênero em todas as secretarias de Estado e a implantação de uma rede de comunicação sobre as políticas para as mulheres, medidas essas que também auxiliariam o monitoramento da execução do orçamento público, frisando a importância de conquistar-se um orçamento específico para as mulheres.

Por fim, a subsecretária frisou a importância da reestruturação do Conselho Estadual de Políticas para as Mulheres, lembrando que o conselho contribui para a capilarização da política e o fortalecimento do orçamento. Salientou que o ciclo orçamentário deve ser pensado para o curto, o médio e o longo prazo. Assim, as demandas apresentadas na conferência e as constantes do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres precisam ser organizadas para inserção no próximo plano anual.

As participantes, representantes de órgãos e entidades públicas e da sociedade civil, ratificaram o pleito pela celeridade da eleição e posse das integrantes do Conselho Estadual de Políticas para as Mulheres, rediscutindo-se, inclusive, o regimento interno do órgão, em busca de uma eficiente atuação no Estado. E destacaram, durante a audiência pública, várias demandas – algumas advindas de conferências municipais, estadual e nacional – que precisam ser priorizadas em Minas Gerais, garantindo-se destinação específica de recursos, entre elas: implantação dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher; ampliação do número de varas especializadas com competência híbrida, previstas na Lei Maria da Penha, para que abarquem e tratem de maneira integral as questões e os interesses das mulheres em situação de violência; fortalecimento e ampliação do número de delegacias especializadas de atendimento à mulher – Deams –, garantindo-se a oferta do plantão 24 horas, inclusive com equipes policiais suficientes e equipes técnicas para realização dos exames de corpo de delito, e a qualificação e a humanização do atendimento; garantia de oferta dos serviços necessários ao acolhimento e/ou atendimento da mulher em situação de violência em um espaço único na Capital, evitando-se a peregrinação e a revitimização dessas mulheres; enfrentamento às várias formas de violência contra as mulheres, priorizando-se ações voltadas para as mulheres negras, considerando-se o aumento da incidência de feminicídio que atinge esse grupo específico; capacitação de policiais militares para realização do serviço de prevenção à violência doméstica contra a mulher, no âmbito da PMMG; priorização de ações voltadas para as mulheres no sistema prisional; implementação de medidas direcionadas às mulheres idosas em situação de violência e às mães de pessoas com deficiência.

3.1.9 Reunião da Comissão Extraordinária das Mulheres, Belo Horizonte, 19/4/2016

Estiveram presentes à reunião as deputadas Rosângela Reis, Celise Laviola, Marília Campos e o deputado Antonio Carlos Arantes. Como convidadas, participaram Renata Adriana Rosa, superintendente de Autonomia Econômica das Mulheres e Articulação

Institucional da Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac; Flávia Alves Guimarães, assessora de Planejamento da Subsecretaria de Agricultura Familiar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda; Andreia Roseno, secretária e articuladora politica da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Minas Gerais – Fetraf; Ermelinda de Fátima Ireno de Melo, do Consórcio Mulheres das Gerais; Alaíde Lúcia Bageth Moraes, coordenadora das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg; e Maria Aparecida da Silva, assessora da Comissão Mulheres da Fetaemg.

A reunião conjunta teve por finalidade discutir a situação das mulheres que atuam na cadeia de produção da agricultura familiar no Estado.

As deputadas presentes exaltaram as mulheres do campo e o trabalho por elas desenvolvido, apesar das grandes dificuldades enfrentadas – inclusive no que se refere à tripla jornada de trabalho –, reconhecendo-as como um exemplo da luta pelos direitos e pelo empoderamento das mulheres. Ressaltaram a importância da agricultura familiar, base da economia na maior parte dos municípios do País e frisaram a necessidade de apoio e estruturação dessa forma de produção.

As participantes lembraram os processos de discriminação e opressão por que passam as mulheres do campo e da cidade, cotidianamente, destacando que é preciso romper a cultura machista e os ciclos de violência. Defenderam que as mulheres precisam ser vistas como foco de desenvolvimento e que as políticas voltadas para esse público devem ser implementadas de maneira transversal e intersetorial, de modo a enfrentar a violência de gênero e garantir a construção da autonomia das mulheres. Nesse sentido, destacaram que devem ser aliados a força dos movimentos de mulheres, o saber das universidades, bem como a articulação de todas as áreas e secretarias do governo.

Pleitearam a ampliação da educação infantil e da educação em tempo integral na cidade e, principalmente, no campo: ter escolas para deixar seus filhos possibilita às mulheres não somente condições de acesso ao mercado de trabalho – seja ele formal ou informal –, mas também condições de permanência e ascensão no trabalho, contribuindo para o alcance de sua autonomia.

Salientaram que as mulheres estão profundamente inseridas nas questões do campo: elas estão na produção sustentável, ligada à agroecologia, na agricultura familiar, na economia solidária, atividades que ainda são percebidas com informalidade e precisam ser organizadas, fortalecidas. Lembraram que essa situação de invisibilidade agrava-se para as mulheres trabalhadoras, já que sua produção é de subsistência, inteiramente voltada para a família.

Sobre a população feminina e trabalhadora na agricultura familiar, assim se manifestou Flávia Alves Guimarães, assessora de Planejamento da Subsecretaria de Agricultura Familiar, da Seda:

"Trouxe alguns dados do censo agropecuário, da pesquisa nacional de amostra por domicílios. Quando falamos da participação das mulheres, além do que é perceptível, do que observamos quando vamos a campo, da garra, da contribuição que essas mulheres dão, temos os dados. Eles revelam que 47% da população residente no meio rural são mulheres; 32,11% do total de trabalhadores da agricultura familiar são mulheres; 28% do pessoal ocupado nas atividades agropecuária são mulheres, mas ainda temos apenas 12% das mulheres exercendo cargo de direção.

Isso é muito perceptível, quando nossas técnicas vão ao campo para lidar com as diversas temáticas, como o cooperativismo e o associativismo, por exemplo: o diálogo acontece com os homens, que estão à frente desses empreendimentos. Isso não significa que não sejam as mulheres que realizem o trabalho. Na maioria das vezes, são elas que estão lá, desenvolvendo trabalhos, coordenando atividades, mas, nos momentos de negociação, a maioria ainda é formada por homens, assim como a titulação das terras: a maioria das terras está em nome dos homens.

Precisamos fazer com que essas mulheres também ganhem visibilidade, que estejam presentes nos momentos de comercialização, que seja reconhecida toda a contribuição que dão para a atividade produtiva.".

A assessora ainda ressaltou a importância do Fórum de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres do Campo, das Águas e das Florestas para o fortalecimento e a autonomia dessas mulheres, muitas vezes, extremamente esquecidas nas políticas públicas. Elogiou a articulação das mulheres do campo e a relação que vem sendo construída com a Secretaria de Educação – SEE –, a Seda, a Sedpac e outros órgãos de governo, e informou que desse movimento decorreu, no ano passado, a apresentação de uma relação de 25 demandas prioritárias das mulheres do campo. Esclareceu que a Seda tem trabalhado mais especificamente em um desses pontos: o desenvolvimento de uma pesquisa/diagnóstico – em parceria com a Fundação João Pinheiro – sobre a situação das mulheres no campo, a fim de serem pensadas formas de se promoverem iniciativas de inclusão produtiva e autonomia econômica das mulheres. Também mencionou a organização de um coletivo de mulheres no âmbito da Seda a fim de dialogar constantemente, internamente e com as trabalhadoras do campo, sobre os desafios na inserção das demandas das mulheres no planejamento e na gestão das políticas públicas de desenvolvimento agrário no Estado.

As participantes lembraram que é muito complexo visualizar o trabalho realizado pelas mulheres do campo, sendo que muitas trabalhadoras não são percebidas na construção das estatísticas, pelo que a realização de uma pesquisa minuciosa, nos termos do mencionado diagnóstico, é tão importante. Salientaram que os recursos destinados à agricultura familiar ainda são pífios, que as equipes técnicas são insuficientes e que os processos para o atendimento e a consecução de recursos são difíceis, burocráticos. Registraram o baixo índice de escolaridade das mulheres do campo, a falta de políticas públicas específicas e pleitearam ações mais efetivas de incentivo à produção agroecológica e que propiciem condições de sobrevivência no campo.

Andreia Roseno, da Fetraf, apresentou algumas das prioridades eleitas pelas mulheres do campo e apresentadas à Seda e à Sedpac: criar e implementar o programa estadual de redução do uso de agrotóxicos, a partir da interlocução com os movimentos sociais e de uma campanha contra o uso de veneno; implementar ações, projetos e programas para garantir o abastecimento de água para consumo humano e a produção em todas as regiões do Estado, em especial nas comunidades quilombolas, por meio da construção de cisternas e poços artesianos; criar e implementar um sistema de monitoramento dos impactos dos transgênicos na produção das sementes crioulas; criar uma metodologia específica de formulação de kit para o teste de transgenia; implementar o PAA estadual e ampliar o Pnae, garantindo o acesso das mulheres e a comercialização de seus produtos e das sementes crioulas; ampliar as áreas com produção agroecológica integrada e sustentável no Estado; criar incentivos e apoiar a produção nos quintais produtivos das mulheres; criar um programa estadual de regularização fundiária para as propriedades de agricultura familiar e camponesa e implementar a regularização fundiária das terras devolutas; priorizar a titularização para as mulheres, sendo que a mesma seja feita, no mínimo, pelo casal.

Salientaram que a violência contra as mulheres no campo é muito grande, "calada", "escondida", e acontece muito nos finais de semana. Afirmaram que, além de a mulher não ter coragem de denunciar a violência, não há onde ou para quem denunciar, já que as delegacias especializadas estão, sempre, muito distantes. Nesse sentido, exaltaram a conquista, a partir da mobilização da Marcha das Margaridas, de três unidades móveis de atendimento à mulher, que começaram a ser disponibilizadas no ano de 2013, e cobraram o suporte e os recursos para que essas unidades cheguem, de fato, às comunidades rurais.

A superintendente de Autonomia Econômica das Mulheres e Articulação Institucional do Estado informou a existência de projetos específicos para o enfrentamento da violência contra a mulher no campo, aliados a movimentos organizados de mulheres, citando especificamente três, desenvolvidos em Araçuaí, Ponte Nova e na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Mencionou também a instituição do Observatório das Desigualdades de Gênero no Estado – em parceria com a Fundação João Pinheiro, Uemg, Unimontes, UFMG, PUC e UNA –, bem como a instalação de um comitê para encaminhar essa discussão internamente no governo do Estado.

Ao final, algumas participantes pleitearam maior incentivo à capacitação técnica/profissionalizante, de modo a propiciar a fixação dos jovens no campo, bem como apresentaram sua discordância quanto à intenção de se modificarem os critérios para a

concessão de aposentadoria especial para a trabalhadora rural, ampliando-se a idade de 55 para 65 anos, em desconsideração às difíceis condições do trabalho no campo.

3.1.10 Reunião da Comissão Extraordinária das Mulheres, Belo Horizonte, 5/5/2016

Participaram da reunião a deputada Rosângela Reis e as convidadas Maíra dos Santos Moreira, assessora de gabinete, representando Antônio Roberto Lambertucci, subsecretário de trabalho e emprego da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; Cláudia Franco, presidente da Comissão Estadual da Mulher Advogada da OAB; Elizabeth Fleury, socióloga e coordenadora do Comitê Nacional Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz; Makota Kizandembu, diretora de planejamento estratégico da Rede Brasil Afroempreendedorismo; Ermelinda de Fátima Ireno de Melo, superintendente do Consórcio Mulheres das Gerais e coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; Cássia Cristina da Silva (Makota Kidoiale), integrante da Rede Brasil Afroempreendedorismo; e Etiene Martins, coordenadora de Política de Promoção da Igualdade Racial de Sabará.

A reunião teve por finalidade discutir sobre a mulher e o mercado de trabalho, em especial sobre a participação e a inclusão da mulher negra nesse mercado.

As participantes discorreram sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho, enfatizando as discrepantes desigualdades, em relação aos homens, de oportunidades, salários e crescimento profissional, situação ainda mais agravada no que se refere às mulheres negras. Salientaram que, apesar da luta feminista ao longo dos anos e de importantes conquistas, o espaço da mulher negra pouco tem avançado: elas continuam mais oprimidas e exploradas, com índices de escolaridade menores, ocupando os postos de trabalho mais precarizados, recebendo os menores salários, e integrando o grupo com a maior taxa de desemprego, isso quando comparadas não somente aos homens, mas também às mulheres brancas.

Consideraram que a violência de gênero, principalmente a doméstica, é um fator que influencia na condição de permanência das mulheres no trabalho e, por outro lado, que o acesso e a valorização das mulheres no mercado de trabalho contribuem para a mitigação da violência, na medida em que proporcionam autonomia. Foi lembrado que o direito à proteção do vínculo de trabalho das mulheres em situação de violência carece da regulamentação necessária.

O § 2º do art. 9º da Lei Maria da Penha assim prevê:

"§ 2º – O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I – acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II – manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.".

Refletiram sobre a histórica dívida social do País com a população negra e sobre essa realidade de depreciação de direitos que persiste até os dias atuais, atingindo especialmente as mulheres negras: que continuam restritas ao trabalho doméstico, "deixando os seus filhos em casa para cuidar dos filhos das brancas". Nesse sentido, questionaram até que ponto a evolução proporcionada pela luta feminista ao longo dos anos contemplou questões e demandas específicas das mulheres negras.

Sugeriram, ainda, uma melhor organização de dados e informações sobre a situação das mulheres negras no trabalho em Minas Gerais, a fim de conhecer o que se passa nas relações internas de trabalho e combater práticas de discriminação e violência, a exemplo dos assédios moral e sexual. Nesse sentido, frisaram ser relevante o acompanhamento das mulheres negras jovens que ingressam no mercado de trabalho, às quais são impostos obstáculos de toda ordem e violações de direitos. E salientaram que, para além da baixa representatividade feminina, as mulheres negras praticamente inexistem nas instituições e nos espaços de poder, principalmente nos cargos eletivos.

As participantes discutiram o projeto Reafro, criado a partir do projeto Brasil Afroempreendedor. O projeto visa apoiar afroempreendedores em vários setores, como moda, comércio, gastronomia e artesanato, por exemplo, e apresenta-se como uma alternativa diante das grandes dificuldades enfrentadas por mulheres e homens negros de acessarem o mercado formal de trabalho. É implementado em 12 estados do País e tem grande participação das mulheres, maioria entre os afroempreendedores. Foi abordada a dificuldade em relação à obtenção de linhas de crédito, de difícil acesso e burocráticas, mas também pleiteada a implementação de políticas públicas e ações afirmativas com esse escopo em Minas Gerais.

O projeto Brasil Afroempreendedor é uma iniciativa para promover o desenvolvimento social e econômico do Brasil, junto a microempresas e empreendedores individuais afro-brasileiros em 12 estados do País, por meio da realização de ações de capacitação e formação de micro e pequenos empresários e de empreendedores individuais afro-brasileiros, inclusive de comunidades negras remanescentes de quilombo. O projeto é uma iniciativa da sociedade civil demandada ao Sebrae Nacional, coordenado pelo Instituto Adolpho Bauer, de Curitiba (PR), pelo Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros de São Paulo e pela Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros. O comitê gestor da iniciativa tem participação de organizações da sociedade civil e do governo federal.

(Disponível em: <http://www.institutoiab.org.br/projeto-brasil-afroempreendedor/>. Acesso em: 18 nov. 2016)

Ao final, Elizabeth Fleury informou sobre o trabalho realizado no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz e o lançamento da obra intitulada Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência.

Esta comissão relembra e ecoa as palavras da autora mineira Conceição Evaristo, que na sua “escrevivência” assim discorreu, em Vozes-mulheres:[5]

A voz de minha bisavó ecoou
criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
De uma infância perdida.
A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
No fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e

fome.

A voz de minha filha

recorre todas as nossas vozes

recolhe em si

as vozes mudas caladas

engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha

recolhe em si

a fala e o ato.

O ontem – o hoje – o agora.

Na voz de minha filha

se fará ouvir a ressonância

o eco da vida-liberdade.

3.1.11 Reunião conjunta da Comissão Extraordinária das Mulheres e da Comissão de Participação Popular, Belo Horizonte, 24/5/2016

Estiveram presentes à reunião as deputadas Rosângela Reis, Marília Campos e o deputado Doutor Jean Freire. Como convidados, participaram Maria Zilda Machado Torres, presidente do Conselho da Mulher Empreendedora da Aciapi – CDL / Ipatinga; Ana Maria de Freitas de Oliveira, advogada da Caixa de Assistência dos Advogados de Minas Gerais; Rodrigo Fernandes, diretor de Investimento Social do Serviço Voluntário de Assistência Social – Servas; Thadeu Rezende Provenza, superintendente da Associação de Prevenção do Câncer na Mulher – Asprecam; Mônica Bessa, Flávia de Souza Domingos e Danusa Coutinho, da Asprecam; e Cristiane Bittencourt Azeredo, representante do Grupo Toque de Amor.

A reunião conjunta teve por finalidade debater o projeto Movimento Mamamiga pela Vida, conforme solicitação da Associação de Prevenção do Câncer na Mulher – Asprecam.

Os participantes lembraram que o câncer de mama é o tipo de câncer de maior incidência e de maior mortalidade na população feminina do País e salientaram a relevância do tripé autoexame-mamografia-exame clínico para o diagnóstico precoce da doença. Firmaram, nesse sentido, que o rápido diagnóstico e o acesso imediato ao tratamento são fatores que ampliam expressivamente as possibilidades de cura. Pleitearam maior mobilização da sociedade civil e de toda a classe política nessa causa, inclusive para a disseminação das informações sobre o autoexame e a realização de mamografias, especialmente no interior do Estado. Mencionaram a importância da campanha "Outubro Rosa", além de todas as outras ações voltadas para a prevenção do câncer de mama, sendo ressaltada, também, a necessidade de disponibilizarem-se camas ergométricas e mamógrafos acessíveis para as mulheres com deficiência. A participante Maria Zilda Machado Torres apresentou, ainda, ações desenvolvidas especificamente no Município de Ipatinga.

Sobre a realização dos exames preventivos do câncer de mama (e do câncer de colo uterino), devem ser observadas a Lei Federal nº 11.664, de 29/4/2008, e a Portaria nº 61/2015, editada pelo Ministério da Saúde em outubro de 2015. A lei assegurou o exame mamográfico a todas as mulheres a partir dos 40 anos de idade, sem sintomas de câncer de mama, mas de forma a garantir a realização de exames periódicos e preventivos, visando ao diagnóstico precoce. A portaria, por sua vez, restringiu essa garantia, dispondo que o uso da mamografia para o rastreamento do câncer de mama em mulheres assintomáticas com risco habitual será permitido na faixa etária de 50 a 69 anos no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008

Dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 1º – As ações de saúde previstas no inciso II do caput do art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, relativas à prevenção, detecção, tratamento e controle dos cânceres do colo uterino e de mama são asseguradas, em todo o território nacional, nos termos desta Lei.

Art. 2º – O Sistema Único de Saúde – SUS –, por meio dos seus serviços, próprios, conveniados ou contratados, deve assegurar:

I – a assistência integral à saúde da mulher, incluindo amplo trabalho informativo e educativo sobre a prevenção, a detecção, o tratamento e controle, ou seguimento pós-tratamento, das doenças a que se refere o art. 1º desta Lei;

II – a realização de exame citopatológico do colo uterino a todas as mulheres que já tenham iniciado sua vida sexual, independentemente da idade;

III – a realização de exame mamográfico a todas as mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade;

IV – o encaminhamento a serviços de maior complexidade das mulheres cujos exames citopatológicos ou mamográficos ou cuja observação clínica indicarem a necessidade de complementação diagnóstica, tratamento e seguimento pós-tratamento que não puderem ser realizados na unidade que prestou o atendimento;

V – os subsequentes exames citopatológicos do colo uterino e mamográficos, segundo a periodicidade que o órgão federal responsável pela efetivação das ações citadas nesta Lei deve instituir.

Parágrafo único – Os exames citopatológicos do colo uterino e mamográficos poderão ser complementados ou substituídos por outros quando o órgão citado no inciso V do caput deste artigo assim o determinar.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor após decorrido 1 (um) ano de sua publicação.

Portaria nº 61, de 1º de outubro de 2015

Torna pública a decisão de não ampliar o uso da mamografia para o rastreamento do câncer de mama em mulheres assintomáticas com risco habitual fora da faixa etária atualmente recomendada (50 a 69 anos) no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

O Secretário Substituto de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º – Fica decidida a não ampliação do uso da mamografia para o rastreamento do câncer de mama em mulheres assintomáticas com risco habitual fora da faixa etária atualmente recomendada (50 a 69 anos) no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 2º – O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Thadeu Provenza discorreu sobre a Asprecam, descrevendo-a como uma organização social sem fins lucrativos existente há 33 anos que objetiva, por meio de parcerias com o poder público, “otimizar a capacidade pública instalada do SUS nos municípios”. Explicou que a associação atua no sentido de contribuir para a mobilização social, a capacitação de profissionais/agentes e melhorias no sistema de informação com vistas à consecução do diagnóstico precoce e do tratamento do câncer de mama. Falou sobra a

importância das campanhas para a conscientização social, mas destacou que elas, sozinhas, não bastam, sendo necessários "programas de ação continuada, de princípio, meio e fim, aproveitando a rede pública, que é uma rede muito cara e tem que funcionar para que as mulheres cheguem rapidamente ao hospital para se tratar". Esclareceu também que o Movimento Mamamiga pela Vida foi lançado em 2014, com foco na mobilização social em prol do diagnóstico e tratamento precoce do câncer de mama. Ratificou ser imprescindível, no que toca ao diagnóstico do câncer de mama a percepção do tripé: além do autoexame e da mamografia, a consulta ou o acompanhamento médico.

Mencionou alguns projetos iniciados no Estado pela Asprecam. Iniciou pelo Observatório da Saúde da Mulher, hoje implementado em parceria com duas redes públicas: a Rede Uaitec (Universidade Aberta e Integrada de Minas Gerais), programa coordenado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior[6] – que visa oferecer, de forma gratuita, qualificação profissional por meio da implantação de uma rede de polos de educação a distância – e a Rede SUS, para capacitação e gestão. Considerou que esse projeto tem uma perspectiva de grande capilaridade em Minas Gerais, informando que essa metodologia de capacitação tem sido levada a municípios da RMBH e a outros do interior do Estado. Pleiteou então apoio para a obtenção de espaço e estrutura física para a implantação de uma unidade física do Observatório da Saúde da Mulher, com salas de inclusão digital, laboratório temático para elaboração de conteúdos para educação a distância, sala de videoconferência e organização administrativa. Esse equipamento possibilitaria o atendimento (presencial) em Belo Horizonte e em vários outros municípios, a distância. Explicou sobre a implantação de um projeto piloto em Sete Lagoas, por meio do qual será desenvolvida a capacitação presencial dos profissionais do Programa Saúde da Família do município.

Tratou sobre o Mamamiga, material didático que tem sido uma ferramenta para a capacitação tanto dos profissionais da área de saúde quanto das pacientes para a realização do autoexame. Informou que existem mais de 23 mil modelos distribuídos na Rede SUS do País. E mencionou ainda o projeto Pontos de Prevenção, cujo lançamento ocorreu na "Outubro Rosa". Segundo ele, a ideia é desenvolver um segundo modelo didático, próprio para ser disponibilizado em locais de maior acesso do público feminino, como farmácias por exemplo. Pediu apoio, também, para outro projeto, chamado Dedicação, que seria desenvolvido na RMBH por uma rede de voluntárias para o apoio e/ou assessoramento de mulheres que já estão com o diagnóstico de câncer de mama, com a perspectiva de auxiliá-las e otimizar o tratamento. Ao final, abordou o agravamento da judicialização da saúde e suscitou a criação de uma câmara técnica para trabalhar na resolução desses impasses.

3.1.12 Reunião da Comissão Extraordinária das Mulheres, Belo Horizonte, 24/8/2016

Estiveram presentes à reunião as deputadas Rosângela Reis e Celise Laviola e os deputados Inácio Franco e Rogério Correia. Contribuíram nas discussões as convidadas Kárin Liliane de Lima Emmerich e Mendonça, desembargadora superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; Isabel Cristina de Lima Lisboa, superintendente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac; Danúbia Helena Soares Quadros, delegada-chefe da Divisão Especializada de Atendimento à Mulher da Polícia Civil de Minas Gerais; Samantha Vilarinho Alves e Lívia Linhares Ribeiro, defensoras públicas do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência – Nudem; Ermelinda Ireno, coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; e Benilda Brito, coordenadora do Nizinga Coletivo de Mulheres Negras.

A reunião conjunta teve por finalidade debater os 10 anos de vigência da Lei Federal nº 11.340, de 7/8/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, e discutir seus avanços e desafios.

Foi ressaltada a importância da Lei Maria da Penha no País, bem como sua origem na luta dos movimentos feministas. Os participantes destacaram o avanço gerado pela norma ao discernir, para além das violências física e sexual, as violências psicológica, moral e patrimonial, inovando, também, ao prever instrumentos como as medidas protetivas e equipamentos como as casas-abrigo e

centros de referência, por exemplo. No entanto, asseveraram que ainda falta à lei a efetividade necessária, já que os índices de violência contra a mulher permanecem muito altos no Brasil. Para algumas participantes, a norma precisaria ser mais severa. Enalteceram, também, a mais recente Lei do Feminicídio – Lei Federal nº 13.104, de 2015 –, que classificou o assassinato de mulheres por razões da condição do sexo feminino como crime hediondo, com agravantes em situações específicas de vulnerabilidade, como gravidez ou na presença dos filhos.

Os participantes pleitearam um melhor aparato jurídico do Estado para a defesa das mulheres em situação de violência. Apontaram ser imprescindível uma "mudança de mentalidade" por parte dos operadores do direito, de modo que reconheçam, efetivamente, os direitos das mulheres e atuem em busca do integral cumprimento da Lei Maria da Penha e de soluções para esse contexto de violência de gênero.

Cobraram celeridade e efetividade nos processos judiciais, afirmando que a morosidade no andamento processual agrava sobremaneira a situação das mulheres vítimas de violência. Indicaram, também, como fatores prejudiciais, o fato de os crimes apurados na Lei Maria da Penha serem tipificados com penas brandas no Código Penal e a decorrência de um alto número de prescrições. E realçaram que não basta a aplicação e o cumprimento da medida protetiva, sendo fundamental a completa prestação jurisdicional, com a devida condenação do agressor. Assim se manifestou uma das participantes: "mulheres estão morrendo com medidas protetivas, sem ter o julgamento de seu processo. Acho que está passando da hora de repensarmos o que o nosso Judiciário tem que fazer para mudar essa situação.". Expuseram, ainda, que o número de condenações, nas varas especializadas, em primeira instância, é muito menor que o número de registros de violência contra a mulher constantes na Secretaria de Defesa Social[7], suscitando a necessidade de maior rigor por parte dos magistrados. Pleitearam o aprimoramento do sistema de justiça, incluindo a organização e a consolidação de cadastro único com dados e informações dos processos em tramitação nas varas especializadas de Belo Horizonte e do interior, o que facilitaria, inclusive, a integração das ações a cargo do Judiciário, Deams, Defensoria Pública e Ministério Público. Também cobraram a capacitação de juízes, operadores do direito e servidores para a melhor compreensão da violência de gênero, de forma a propiciar decisões mais ágeis e adequadas. Algumas participantes lamentaram, por outro lado, a persistência de atitudes de misoginia e sexismo no âmbito do Poder Judiciário.

Lembraram a existência, em Belo Horizonte, de quatro varas criminais com competência para o julgamento dos casos previstos na Lei Maria da Penha. Foi também informada a edição, pelo TJMG, da Resolução nº 824/2016, a qual determina que, nas comarcas do interior onde houver duas ou mais varas, a 2ª Vara terá as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. Algumas participantes salientaram, no entanto, um impasse: as varas especializadas não exercem, de fato, a competência híbrida – cível e criminal –, prevista na Lei Maria da Penha, restringindo-se a conhecerem tão somente matéria criminal. As questões cíveis – a exemplo de causas como separação judicial, alimentos ou guarda de filhos – não são conhecidas no âmbito das varas especializadas. Além disso, há uma dificuldade estrutural para o funcionamento conjunto da vara judicial, Deam e Defensoria Pública em um único local. Nesse sentido, cobraram a implantação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – previstos e esperados há 10 anos –, considerando ser essa a maneira mais eficaz para a reunião dos órgãos do sistema de justiça e o integral cumprimento das disposições da Lei Maria da Penha.

Sobre os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e as Varas Especializadas, a Lei Maria da Penha assim prevê:

"Art. 33 – Enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as varas criminais acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, observadas as previsões do Título IV desta Lei, subsidiada pela legislação processual pertinente.

Parágrafo único – Será garantido o direito de preferência, nas varas criminais, para o processo e o julgamento das causas referidas no *caput*.".

Cobraram, ainda, a instalação da Casa da Mulher Brasileira em Minas Gerais, o que propiciará a reunião de diversos serviços de atendimento à mulher. Destacaram ser essencial a oferta, em um único lugar, de todos os serviços de atendimento, a fim de evitar-se a peregrinação das mulheres em situação de violência pelos mais diversos órgãos e entidades. Também com a perspectiva de evitar-se a revitimização, consideraram fundamental a capacitação ininterrupta dos profissionais envolvidos, para que desenvolvam uma escuta qualificada e estejam capacitados a prestarem as informações e os encaminhamentos necessários, realizando um bom atendimento. Essa capacitação alcançaria policiais e técnicos das Polícias Civil e Militar, além dos profissionais que atuam nos Cras, Creas e serviços de saúde.

Registraram existirem no Estado 71 Deams, mas somente 61 delas funcionam efetivamente como delegacias especializadas. Sobre a Deam de Belo Horizonte, foram ressaltadas as difíceis condições de trabalho, já que a unidade possui mais de 20 mil inquéritos para apenas quatro delegadas, as quais precisam auxiliar também nos plantões noturnos. Os participantes ainda mencionaram a existência de 17 centros de referência e 7 abrigos, além de outros equipamentos no âmbito da política de assistência social, asseverando que se trata de uma rede insuficiente e que precisa ser ampliada e estruturada, tendo em vista o quantitativo de 853 municípios em Minas Gerais. Quanto aos órgãos do sistema de justiça, informaram existirem 6 Nudems e 4 Varas Especializadas – essas somente na Capital. Cobraram, então, a expansão da rede de atendimento e enfrentamento à violência contra a mulher, principalmente no interior do Estado, por meio da implantação dos equipamentos necessários, tanto os pertinentes ao sistema de justiça, quanto as Deams e os centros de referência, abrigos e casas de passagem e de acolhimento, por exemplo.

Lembraram que, apesar de muitas mulheres conhecerem a Lei Maria da Penha, a maioria delas não sabe acessar os serviços, especialmente aquelas que residem em pequenos municípios ou em áreas rurais. Nesse sentido, reiteraram ser fundamental a ampla informação acerca das possibilidades e fluxos de atendimento.

Consideraram relevante a recente aprovação da Lei nº 22.256, de 26/7/2016, que institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado. E salientaram a necessidade de maiores investimentos na implementação em Minas Gerais dos dispositivos de segurança, como o botão do pânico e a tornozeleira eletrônica.

Foi abordada, de maneira especial, a histórica violência praticada contra as mulheres negras, mencionando-se informações constantes no Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil, que apontou para o aumento da violência perpetrada contra mulheres negras no Brasil, apesar de se verificar uma redução da violência praticada contra as brancas.

Nesse sentido, colhe-se da fala de Benilda Brito:

"A violência é um fenômeno de muita subjetividade, mas uma coisa é fato: a violência é uma relação de poder.

O silêncio que este País faz com relação a essa situação nos choca. Muita gente justifica o alto índice de violência contra a mulher negra porque somos a maioria da população, mas ninguém consegue explicar por que não somos a maioria na universidade, se somos a maioria da população. Por que não somos a maioria das empresárias, dentistas, entre as doutoras? Olhem para esta Mesa, por que não somos maioria? Por que não conseguimos identificar o lugar que é reservado socialmente para nós, mulheres negras? E o silêncio legitima e mantém essa exclusão. Os dados estão aí para mostrar que a gente não está saindo do lugar. Existe uma banalização grande que passou do imaginário para o concreto.

Não podemos pensar política pública apenas para um grupo específico, não somos iguais. Precisamos considerar o recorte de raça nas discussões sobre a violência de gênero, estar atentas ao que as identidades gritam, e a política tem que responder. Se não entendermos que o racismo piora a condição do sexismo, não vamos avançar nisso.".

Ao final, algumas participantes lembraram que, para além de colocar em prática as (necessárias) ações repressivas, é preciso enfrentar a cultura machista e o conservadorismo que também permeiam os atores que atuam nas instituições que lidam com o enfrentamento da violência. Nessa perspectiva, ressaltaram ser imprescindível repensar o modelo educacional, de modo a criar condições para a conscientização sobre a violência de gênero, e propiciar o empoderamento das mulheres, medidas essenciais para a

mitigação desse fenômeno. Também foi registrado, por uma das gestoras presentes, que não se pode perder de vista o trabalho com os homens agressores, sendo que esse público também deve ser objeto de intervenções.

3.1.13 Reunião da Comissão Extraordinária das Mulheres, Belo Horizonte, 25/11/2016

Além da deputada Marília Campos, estiveram presentes Patrícia Habkouk, promotora de justiça da 18ª Promotoria de Justiça de Combate à Violência Domestica e Familiar contra a Mulher; Marlise Matos, professora do Departamento de Ciência Política da UFMG e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher; Vitória Régia Izau, coordenadora do Serviço Social do Hospital Risoleta Tolentino Neves; Renata Adriana Rosa, superintendente de Autonomia Econômica das Mulheres e Articulação Institucional da Sedpac; e Thaís Matia, coordenadora da Casa Tina Martins.

A reunião teve como finalidade lembrar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, comemorado em 25 de novembro, bem como discutir acerca do tratamento pejorativo como expressão da violência contra a mulher.

A deputada Marília Campos lembrou a importância do dia 25 de Novembro, que marca o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Violência contra a Mulher, e destacou a relevância da construção, por meio da educação e nas relações sociais, de uma cultura de respeito e de promoção da igualdade de direitos entre mulheres e homens. Em seguida, fez a leitura do pronunciamento do deputado Cabo Júlio, realizado durante reunião de Plenário ocorrida em 9/11/2016 e publicado na data de 11/11/2016, no qual o parlamentar discorda de suposta publicação feita pela deputada federal Maria do Rosário em rede social, referindo-se a ela como "vaca". A deputada federal, em contrapartida, esclareceu que tal publicação se tratava de uma postagem falsa.

A deputada Marília Campos repisou ser imprescindível uma mudança de cultura institucional, ressaltando que também a ALMG é pouco acolhedora para as mulheres parlamentares. Comentou sobre a dificuldade das mulheres alcançarem visibilidade, principalmente nas instâncias de poder e disse da contínua sensação de silenciamento e constrangimento vivida no espaço legislativo, frisando a importância da luta pela representação feminina na Mesa da Assembleia. Informou que apresentará requerimentos para votação posterior: o primeiro para que seja encaminhada moção de solidariedade à deputada federal Maria do Rosário em face do comportamento misógino protagonizado pelo deputado Cabo Júlio, demonstrando, também, o repúdio pela quebra de decoro parlamentar pelo deputado; o segundo, para inclusão, no art. 59 do Regimento Interno da Casa, de dispositivo estabelecendo que a prática de atos de violência, o uso de expressão de cunho misógino ou depreciativas contra a mulher seja caracterizado como falta de decoro parlamentar.

Marlise Matos iniciou sua fala repudiando a agressão verbal praticada pelo deputado Cabo Júlio. Apresentou dados estatísticos para ilustrar o cenário atual de exclusão feminina, em contraponto ao fato de as mulheres comporem 51,6% da população brasileira, chefiarem mais de 39% dos domicílios brasileiros e constituírem 40% da população ocupada do País. Citou informações do Fórum Econômico Mundial – órgão ligado ao FMI –, segundo as quais o Brasil foi classificado como um dos 15 países com maior desigualdade de gênero do mundo. De acordo com esse índice global de igualdade de gênero – composto por indicadores de saúde, trabalho, educação e participação política –, que abrange 144 países, o Brasil caiu 6 posições nos últimos 4 anos, passando de 85º para 79º. De acordo com esse mesmo estudo, seriam necessários pelo menos 95 anos para que o Brasil alcançasse a plena igualdade de gênero. Abordou também o *ranking* mundial produzido pelas Nações Unidas, que coloca o Brasil na 154ª posição no que se refere à participação feminina na política entre os 184 países pesquisados: "o Brasil perde para todos os países latino-americanos, com exceção do Haiti". Apresentou dados sobre a média de participação de mulheres em países da América Latina, firmando que há maior desigualdade representativa no Brasil. Registrou a violência política sexista entre as várias violências de gênero, lembrando que as mulheres, além de enfrentarem dificuldades na disputa política, continuam a conviver com a desigualdade e a exclusão nos parlamentos. Nesse sentido, defendeu que as instituições políticas sejam responsivas na reparação desse quadro drástico de desigualdade: "não é um problema apenas das mulheres, é de homens e mulheres, é um problema da democracia brasileira".

Rememorou, ao final, vários casos de agressão ocorridos no âmbito do Congresso Nacional, a exemplo da agressão verbal à deputada Maria do Rosário pelo deputado Bolsonaro.

Vitória Izau defendeu a maior visibilidade do movimento feminista negro, cobrou o reconhecimento "do lugar de fala" da mulher negra e ratificou a dívida histórica da sociedade com o povo negro, firmando ainda a ínfima participação política das mulheres negras. Sobre a violência contra a mulher, mencionou que o Brasil está entre os cinco países com maior taxa de assassinato de mulheres, sendo que a grande parte das ocorrências de violência acontecem contra mulheres negras e pardas, sobretudo aquelas com ensino fundamental incompleto, sendo a maioria dos agressores conhecidos – parceiros ou cônjuges. Discorreu sobre a violência discursiva, lembrando que o discurso não se trata somente de linguagem e é carregado de significados, de intenções políticas, revestindo-se em forma de poder e, também, de violência: "a violência verbal massacra, silencia e mata". Falou sobre os crimes contra a honra – de calúnia, injúria e difamação –, como discursos violentos e que refletem práticas sociais arraigadas na sociedade e que desumanizam a mulher negra. Falou também sobre o racismo nas instituições, citando dados do Ministério da Saúde segundo os quais as mulheres negras recebem, em média, menor tempo de atendimento médico que as mulheres brancas e constituem 60% das vítimas de mortalidade materna no Brasil. Acrescentou que o número de mulheres negras que obtiveram acompanhamento durante o parto e orientações acerca do aleitamento materno é muito menor quando comparado ao quantitativo de mulheres brancas.

Patrícia Habkouk considerou a necessidade da conscientização e da mobilização social como instrumentos para se alcançar a paridade na representação política. Considerou brandas as penas para os crimes contra a honra, o que contribui, a seu ver, para a ampliação das violências, pelo que defendeu maior rigor legal nos casos de violência contra a mulher.

Renata Rosa salientou a importância de se romper com a cultura machista, que é instrumentalizada pela violência verbal e naturaliza a desigualdade de poder entre homens e mulheres. Lembrou que as múltiplas jornadas de trabalho exercidas pelas mulheres também se revestem em uma forma de violência, discorrendo sobre a invisibilidade do serviço doméstico, geralmente atribuído às mulheres e que as restringe ao ambiente privado e economicamente desvalorizado. Ressaltou a importância do movimento feminista para os avanços democráticos e defendeu a importância de se pensarem políticas públicas sensíveis a gênero.

Thaís Matia salientou que as políticas públicas não têm alcançado quem mais precisa delas, considerando-se, especialmente, a realidade das mulheres negras. Criticou a relegação social das mulheres ao mundo privado e disse ser também responsabilidade do Estado romper com essa estrutura de dominação de gênero, garantindo às mulheres a possibilidade de participarem dos espaços públicos e das decisões políticas. Apontou a importância de políticas voltadas, por exemplo, à implantação de creches, como maneira de propiciar que as mães saiam dos espaços domésticos e adentrem os espaços públicos, promovendo a igualdade de direitos e a cidadania. Destacou a importância de se levar o feminismo à periferia e promover diálogo e melhorias na qualidade de vida dessas pessoas.

Todas as participantes expuseram sua indignação com a atitude do deputado Cabo Júlio. Ao final da reunião foi lida nota assinada pela União Brasileira de Mulheres e pelo Movimento Popular de Mulheres, por meio da qual expressam solidariedade à deputada federal Maria do Rosário, com pedido de punição para o deputado Cabo Júlio.

3.2 Proposição e coordenação de atividades de formação e eventos institucionais

No decorrer dos trabalhos desta comissão extraordinária, as deputadas propuseram a realização de atividades de formação política direcionada às mulheres, bem como coordenaram dois eventos institucionais, firmando uma nova maneira de marcar o Dia Internacional da Mulher na ALMG. O objetivo das parlamentares, ao suscitarem tais iniciativas, foi de fato transpor as costumeiras (e justas) homenagens dispensadas às mulheres para instalar e estabelecer no âmbito do Poder Legislativo mineiro o debate condizente e vivificante de todas as questões de interesse das mulheres no Estado.

3.2.1 Formação política para mulheres

A partir de proposição da Comissão Extraordinária das Mulheres, a Escola do Legislativo da ALMG, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher – Nepem – da UFMG, realizou o Curso de Formação Política para Mulheres, no período de 22/5 a 11/7/2015. O curso, para o qual foram abertas 100 vagas, foi dirigido a lideranças comunitárias e a militantes partidárias, e teve

o escopo de propiciar a reflexão sobre alguns aspectos do sistema político brasileiro e sobre o papel da mulher e suas práticas na política. Buscou-se, especialmente, qualificar lideranças femininas e aprimorar a participação das mulheres na atuação político-institucional. As atividades foram estruturadas em palestras, oficinas e práticas participativas no Parlamento mineiro. Durante oito encontros, as participantes tiveram a oportunidade de discutir temas como "Direito, movimentos sociais e cidadania", "Mulheres e políticas públicas", "Formas de participação da mulher na política", "Sistema político e reforma do sistema político", "Lei Eleitoral", "Organização do Estado","Experiências e boas práticas nas câmaras municipais", dentre outros.

3.2.2 Ciclo de debates Reforma Política, Igualdade de Gênero e Participação: o que querem as Mulheres de Minas, 2015

É extremamente baixo o quantitativo de candidaturas femininas no País. Ao considerarmos as eleições representativas, nas quais incidem o mínimo de 30% de candidaturas para cada sexo, as chamadas cotas de gênero, esse problema se agrava. Isso porque ainda drasticamente menor é o número de candidatas eleitas: somente cerca de 10% das vagas nos Legislativos – nas esferas federal, estadual e municipal – são ocupadas por mulheres. É profunda a sub-representação feminina, em que pese as mulheres constituírem mais de 52% da população brasileira. Certo também que o afastamento das mulheres dos espaços de poder e de representação mitiga as condições de reivindicação de direitos. Assim, é urgente a necessidade de formação de uma nova consciência, capaz de alterar a organização dos partidos e de toda a sociedade, de modo a propiciar, não somente o simples cumprimento das cotas eleitorais, mas o real e efetivo acesso das mulheres aos cargos políticos.

Assim dispõe o § 3º do art. 10 da Lei Federal nº 9.504, de 30/9/1997: "Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.".

O ciclo de debates Reforma Política, Igualdade de Gênero e Participação: o que querem as Mulheres de Minas foi realizado a partir da proposição e coordenação da Comissão Extraordinária das Mulheres com o objetivo de resgatar o significado do Dia Internacional da Mulher como uma data de luta pela construção da igualdade de gênero e da paridade política. As parlamentares e os vários órgãos e entidades coparticipantes procuraram, também, por meio do evento, refletir sobre experiências internacionais em torno da paridade de gênero na representação política e os diversos entraves encontrados pelas mulheres para participação na política institucional, bem como fomentar debates em torno de uma reforma política que amplie a representação e a participação de mulheres em instâncias decisórias e representativas.

Para a organização do evento, a bancada das mulheres da ALMG contou com a imprescindível participação de cerca de 40 entidades parceiras. O primeiro encontro do ciclo de debates foi realizado em Belo Horizonte na data de 13/3/2015. Posteriormente, visando alcançar o interior do Estado, os debates foram levados para as cidades de Mantena, Uberlândia, Ibirité e Varginha, com o objetivo de fomentar reflexões sobre a elaboração e a implementação de políticas públicas específicas nos municípios e a ampliação da representação feminina nos espaços de decisão e nas instâncias de poder. Os encontros da Capital e do interior reuniram, ao todo, aproximadamente 800 participantes.

3.2.2.1 Debates em Belo Horizonte, 13/3/2015

Deputada Rosângela Reis

"Agradeço imensamente aos movimentos que puderam contribuir para que pudéssemos elaborar a pauta e realizar este trabalho. Este ciclo de debates não teria o brilhantismo sem a participação de vocês. (...)

Refletir sobre o Dia 8 de Março tem o poder de rememorar uma longa luta pelo exercício pleno da cidadania, através de uma história de conquistas de direitos e de novos lugares na sociedade. É um evento significativo, que destaca a necessidade de uma reforma política que amplie a representação e a participação de mulheres e que seja capaz de assegurar a presença delas nas instâncias de poder, ocupando mais assentos no Congresso Nacional e nos parlamentos estaduais e municipais. (...) Reivindicar a paridade de

gêneros no Legislativo diz respeito ao fato de que, a partir do momento em que passem a representar o gênero feminino de modo equânime, as deputadas poderão tanto atuar na formulação de políticas públicas voltadas para as mulheres quanto contribuir de modo mais amplo na discussão de assuntos de interesse dos mineiros, na apresentação de proposições e na fiscalização do Executivo. (...)

Partimos da constatação de uma desigualdade: embora as mulheres sejam a maioria da população brasileira e constituam a maioria do eleitorado do País, elas são sub-representadas nos espaços de poder da nossa democracia. Basta lembrar que, no Brasil, apenas em 1932 as mulheres alcançaram o direito ao voto e, na sequência, o de serem votadas. Para ficar em apenas um exemplo, em 180 anos de existência, apenas 31 mulheres ocuparam assentos no Parlamento mineiro. Atualmente, das 77 cadeiras da Assembleia Legislativa de Minas, apenas 7 são ocupadas por mulheres. (...)

Outro tema urgente é a violência, e de que modo podemos contribuir para interromper um ciclo que envolve violência e impunidade e, ao mesmo tempo, defender o respeito à diversidade e o combate a todas as formas de discriminação. (...) Mesmo com todos os avanços, a mulher ainda sofre com violência, preconceito, diferenças salariais e desvantagens na carreira profissional. Mulheres são alvo de diversos tipos de agressão, desde o assédio verbal até a morte. (...) Já possuímos instrumentos jurídicos, como a Lei Maria da Penha. Contudo, em Minas ainda não foi implementado um importante dispositivo dessa lei, que é a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar. A existência dos juizados possibilitará que a rede de atendimento à mulher trabalhe de forma integrada e garantirá uma resposta mais rápida para as cidadãs em situação de vulnerabilidade. (…)

A mulher se divide em muitas, se multiplica, buscando sua autonomia em todas as dimensões da vida. É a mulher urbana, a quilombola, a índia, a sertaneja, a operária, a empreendedora. Assim, a mulher já demonstrou, e os exemplos são inúmeros, que pode atuar nas mais diversas áreas: na indústria, no comércio, no terceiro setor, na iniciativa privada, no serviço público. E pode, claramente, assumir papéis relevantes no Executivo, no Judiciário e no Legislativo. Que cada mulher, com sua sensibilidade e sua história únicas, possa reivindicar seu lugar nas instâncias de poder. Mais do que um direito, a presença delas enriquece Minas, enriquece o Brasil.”.

Deputada Cristina Corrêa

“De vez em quando, as pessoas vêm me perguntar se percebo o preconceito em relação à mulher ou à entrada da mulher na política, e sempre digo que esse preconceito é muito velado. As pessoas, o cidadão, o eleitor comum e a população em geral estão abertos à participação da mulher na política, mas sabemos que para nós as dificuldades são maiores porque são muitos os entraves. Como mãe e mulher, sei que o nosso dia a dia acaba por nos causar impedimentos. (…)

Como professora que sou, acredito que uma das grandes conquistas do nosso País foi a universalização do ensino público, porque, há alguns anos, o meu aluno brilhante da escola pública parava de estudar no ensino médio. Mas, hoje, vários alunos e alunas minhas têm curso superior graças à nova política do nosso País. Tenho muito orgulho de fazer parte deste momento.”.

Deputada Marília Campos

“Tivemos um grande avanço no nosso País com a Lei Maria da Penha, um instrumento importantíssimo na luta contra a violência, contra a impunidade. Porém, mais de 40 mil processos não estão sendo julgados nos tribunais. Então, o esforço da vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ao lançar o grande programa nacional Paz em Casa, tem como objetivo promover mutirões para julgar crimes contra as mulheres, porque, enquanto a impunidade sobreviver, a violência ficará cada vez mais forte. (...)

Não basta apenas haver a mudança das pessoas que estão na política. Precisamos mudar a política. Por essa razão mais mulheres devem entrar para a política. Hoje esta Casa está cheia do jeito que está e com a participação de muitas mulheres. Talvez hoje, pela primeira vez, o grande espaço está sendo ocupado por vocês. Queremos, pelo menos, 50% das cadeiras desta Casa ocupadas por mulheres. Somos 77 parlamentares e há apenas 7 mulheres. Queremos pelo menos 50%, e para isso as regras do jogo precisam ser mudadas. Queremos que na Mesa da Assembleia tenhamos, pelo menos, uma mulher. Nunca tivemos nenhuma mulher na Mesa da Assembleia. O espaço não será dado. Ele deverá ser conquistado.”.

Deputada Ione Pinheiro

"Ser deputada, ser política é uma atividade nobre. Não temos de ter vergonha, temos de nos sentir honradas de sermos mulheres e políticas. Quando somos vereadoras, prefeitas, deputadas, senadoras, temos a chance de mudar a situação de uma cidade, de um estado e do País. Então, não vamos cruzar os braços. Hoje vejo muitas mulheres à frente de creches e associações, mas não as vejo disputar um cargo. Peço-lhes que venham, sim, participar da política.".

Deputada Geisa Teixeira

"Todas nós, mulheres, para que pudéssemos estar aqui hoje e tomar assento no poder, tivemos uma caminhada diferenciada e, talvez, com muita luta e perseverança. (…) Com o ingresso da mulher no mercado de trabalho, o papel de cuidar da família e levar alimento para casa, o que antes era desempenhado pelo homem, também passou a ser dela. (…) Mas queremos ter mais acesso ao poder. Queremos ouvir todas as nossas representantes, as mulheres negras, as mães e as mulheres de todas as religiões e de todas as camadas sociais e trazer para o Parlamento novas atitudes, fortalecendo-se o papel da mulher na sociedade. (...)

Quero dizer que, como militante de políticas sociais e políticas públicas, podemos perceber, de forma direta, a transformação que houve no nosso País. E, falando diretamente com as mulheres, hoje percebemos que elas estão passando da invisibilidade para o empoderamento. Mas como há de ocorrer esse empoderamento? Com políticas públicas, com a presença do poder público para que a mulher possa capacitar-se e melhorar sua condição de vida.".

Deputada Celise Laviola

"Estamos aqui para defender a importância da mulher em todo o processo político, como candidata, como representante dos partidos. Acho que quem tem ideias, quem tem pleitos, quem tem trabalhos para fazer, consegue apoio, consegue suporte, consegue seguir esse trabalho político. Desejo ver esta Casa com muito mais mulheres. Hoje somos só 10%, mas queremos chegar a um número muito maior do que esse.".

Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, ministra presidente do Superior Tribunal Militar

"A expressão 'os direitos das mulheres são direitos humanos' foi cunhada nos anos 90, apesar de comemorarmos mais de 50 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos. No Brasil, a luta exitosa do movimento feminino evidencia-se na vigente Constituição de 1988, que garante a igualdade – ao menos a igualdade formal – entre homens e mulheres, até então inexistente. E as determinações constitucionais, por sua vez, foram complementadas pelas constituições estaduais e pelas leis, dentre as quais destaco o novo Código Civil, que operou mudanças substanciais na situação jurídica da mulher, como a isonomia absoluta entre os cônjuges; a Lei nº 8.930, de 1994, que incluiu o estupro no rol dos crimes hediondos; a Lei nº 9.318, de 1996, que agravou a pena dos crimes cometidos contra a mulher grávida; e a Lei nº 11.340, de 2006, a famosa Lei Maria da Penha, que penaliza com maior rigor os casos de violência contra a mulher, em especial quando se tratar de violência doméstica. Não poderia deixar de mencionar a recém-promulgada Lei nº 3.104, de 9/3/2015, uma grande vitória, que prevê o feminicídio como qualificadora do homicídio e o inclui no rol dos crimes hediondos. São normas que ilustram o significativo avanço operado na proteção dos direitos fundamentais da mulher no cenário da história legislativa pátria.

Paralelamente, no plano externo, foram firmados tratados internacionais, a exemplo da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher da ONU, seu protocolo facultativo e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, a chamada Convenção de Belém do Pará da OEA.

Contudo, se medidas legais vêm sendo adotadas, tanto na ordem interna quanto na ordem internacional, pelo Estado em favor das mulheres, muito ainda há de ser feito para ampliar os direitos civis e políticos femininos na sociedade brasileira. Cito como exemplo a atuação das mulheres na magistratura, que é o meu universo, porque significativa é a sua representatividade na 1ª instância, pois ingressam por meio de concurso de provas e títulos. Por isso, as juízas já representam mais de 25% dos postos de magistrados existentes na Justiça Federal. Na Justiça comum de 1ª instância, elas giram em torno de 40%, graças ao ingresso meritório. Mas, nos

tribunais superiores e tribunais de 2ª instância, que são escolhas políticas, sua presença ainda é bastante reduzida. Atualmente, a magistratura superior conta apenas, incluindo o Tribunal de Contas da União, com 16 ministras.

Não tenho dúvidas de que a diversidade dos perfis humanos é proveitosa e enriquecedora, porque, por um lado, ela altera comportamentos tradicionais e, por outro, coloca novos desafios à formação do ethos social. Reconheço que vivemos um cenário positivo para a igualação, mas o empoderamento da mulher e a ampliação da sua participação nos espaços públicos e privados estão longe do almejado. Para obtê-lo, é necessário medidas proativas, a fim de que se incremente uma posição mais equilibrada em favor dos sexos.

A adoção de políticas afirmativas de gênero tem o condão de equiparar juridicamente segmentos populacionais histórica e socialmente excluídos. Princípio constitucional da igualdade, a ação afirmativa reflete a mudança de postura do Estado, que, em nome de uma suposta neutralidade, aplicava suas políticas públicas indistintamente, ignorando a importância de fatores como gênero e etnia.

Um modelo normativo que me parece relevante mencionar é a Lei nº 9.504, de 1997, que estabelece que os partidos políticos ou coligações devem reservar o mínimo de 30% para as candidaturas de cada sexo. Essa norma, a meu ver, tem por escopo atingir uma plataforma natural de equilíbrio autossustentado da participação feminina na vida política. Contudo, a realidade demonstra – e a prova está aqui, 10% de mulheres no Congresso Nacional – que ela é insuficiente. A prática revela que os partidos adotam percentual mínimo de 30% somente para cumprir a lei. Tanto é verdade que, na composição atual do Congresso Nacional e desta Assembleia Legislativa, as mulheres são apenas 10% do total. As principais lideranças políticas são formadas por homens. Daí o debate sobre a inserção feminina na política partidária nacional merecer uma reflexão profunda.

Efetivamente, a participação feminina na representação congressual, na representação parlamentar é uma condição de aperfeiçoamento da República. Uma democracia sem mulheres é uma democracia incompleta. E o atual cenário impõe a adoção de medidas e reformas políticas. Medidas como a paridade de gênero em listas partidárias nas disputas eleitorais descortinam-se como ferramentas que ajudariam a aprofundar e radicalizar a democracia no Brasil. Afirmo isso pelo fato de que hoje as mulheres são 52% da sociedade. Esse percentual, no entanto, não reflete a representatividade das casas legislativas, nas quais ainda prevalecem profundas discrepâncias e o predomínio masculino.

A máxima levantada pela bancada feminina do Congresso Nacional durante a Assembleia Constituinte continua atual. À época se preconizava que constituinte para valer tinha que ter palavra de mulher. E, por essa razão, quando se pensa em reforma política, idealizam-se soluções legais que ajudam a densificar o ideário democrático, o ideário de legitimidade esculpido na Carta Cidadã.

É imperioso incorporar a transversalidade de gênero nos parlamentos, até porque as mulheres constituem a maioria do eleitorado brasileiro, e uma reforma política tem o condão de promover essa igualação em cargos legislativos de votação proporcional. E aí cito as câmaras municipais, as assembleias legislativas e a Câmara dos Deputados. (…) E, para além, o financiamento público de campanha igualmente me afigura como uma opção adequada legalmente falando, porque garantirá maior inserção das mulheres, equilibrando-se as candidaturas femininas e masculinas do ponto de vista econômico. O regime legal referente ao financiamento de campanha ora vigente exacerba as disparidades e autorizam que os detentores do capital financeiro, na maioria homens, influam mais eficazmente sobre os resultados eleitorais e, consequentemente, sobre as deliberações coletivas e as políticas públicas. Ele reproduz o critério censitário das constituições passadas, perpetuando desigualdades socioeconômicas e favorecendo sempre as mesmas elites.

O certo é que o sistema representativo, como elemento de composição de uma sociedade democrática, expressa a vontade coletiva e a possibilidade de aferi-la. O parlamento atua como catalisador das expectativas dos cidadãos. (...) É necessária uma reforma política inclusiva, que contemple a realidade social brasileira e proporcione ao povo a possibilidade de materializar o bem da pólis e o progresso da coletividade. O que se está a buscar é a construção da cidadania, e construir cidadania é construir novas relações de consciência, num constante processo de aperfeiçoamento dos direitos e das obrigações cívicas.

São necessárias ações e políticas afirmativas inclusivas de gênero para que, de alguma maneira, se busquem soluções jurídicas, a fim de que as mulheres ocupem espaços públicos de forma mais ampla do que atualmente vêm ocupando. A mulher hoje é 52% da população, e somos sub-representadas. Não é só isso. Aquelas que estão efetivamente participando do parlamento muitas vezes não ocupam comissões de destaque nem recebem relatorias de projetos de lei relevantes. Então, não basta apenas entrar no parlamento, é preciso que elas também assumam ali dentro, ou melhor, que haja espaço para que possam assumir posturas proativas. (...)

O Estado deve adotar posturas, medidas de empoderamento, que obviamente são temporárias, mas que isso seja feito até que a igualação seja efetivamente alcançada. É um processo longo, um caminhar histórico que demanda muitas lutas e muitos embates. Mas não vejo alternativa, enquanto a sociedade não se prepara para isso, a não ser o Estado buscar regras de composição para enquadrar os segmentos que são historicamente excluídos e que, muitas vezes, fogem dos parâmetros da conjuntura jurídica, porque não são contemplados por ela. Além disso, que promova realmente ações no intuito de pôr obstáculo ou, pelo menos, de deixar que se aprofundem estigmatizações odiosas. (...) Falando sobre estigmatizações odiosas, não poderia deixar de reportar-me ao problema da invisibilidade jurídica das lésbicas, dos homossexuais em geral. Essa é uma bandeira que levantei junto ao Superior Tribunal Militar.".

Maria Amélia Souza Mendes, integrante da Coordenação Mineira da Coalizão Democrática pela Reforma Política e Eleições Limpas e representante da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político em Minas Gerais

"Financiamento democrático de campanhas: o financiamento tem impedido o acesso das mulheres e também de outras pessoas com vocação social à representação política. Essas pessoas não têm acesso aos recursos financeiros para realizar sua campanha. Defendemos a lista preordenada e paritária, ou seja, 50% de homens e 50% de mulheres. (...)

Hoje as mulheres são maioria nas universidades, nas chefias de famílias, na direção de microempresas, que geram a maior parte dos empregos no País, e sobretudo no eleitorado brasileiro. Assim, todo mecanismo que favorece a participação do eleitorado no sistema democrático beneficia diretamente as mulheres e os interesses femininos. Por exemplo, por que no projeto de coalizão pela reforma política, as mudanças propostas ampliam o acesso das mulheres aos recursos de campanha? Com uma lista preordenada, com apenas o dobro do número de cadeiras a que o partido tem direito, há uma grande diminuição no número de candidatos. Com isso as eleições ficam mais baratas e os recursos vão ser divididos igualitariamente entre todos os participantes da lista. (...) Defendemos que todas as decisões devam ser tomadas dentro dos partidos, e a lista preordenada deverá ser escolhida com a participação de todos os filiados, homens e mulheres.".

Maria Tereza Lara, ex-deputada estadual, presidente da Fundação Educacional Caio Martins

"Às vezes, nós, mulheres, abaixamos um pouco a cabeça. Estou dizendo a partir de mim, porque vem aquele pensamento de que as coisas estão tão ruins que nem podemos falar. Entretanto, temos que ter a coragem de falar, de assumir de frente e sem medo. (…) Pela primeira vez temos uma mulher presidindo o País. Tenho orgulho por ter uma presidenta mulher, e não apenas ela é digna de orgulho, por ter se tornado presidenta, mas também a mulher que está varrendo rua, aquela que é líder de movimentos sociais, todas.".

Maria Elvira Salles Ferreira, ex-deputada estadual e federal

"Na minha época, eram apenas duas deputadas. Eu e a Sandra Starling. Ao ver essa evolução e o Plenário mais lotado que das outras vezes, fico com o coração feliz, gratificado. (…) Luto contra a corrupção, que não começou neste governo, mas no princípio da minha vida política, há 30 anos. A corrupção sempre existiu. Percebia-a nas conversas à minha volta, e não apenas no Plenário, mas nas rodas de empresários. Temos de apurar tudo, de penalizar os culpados, de resgatar o dinheiro para os cofres públicos. Mas não concordo que tudo seja jogado nas costas de uma presidente, uma mulher, como se ela fosse responsável por todas essas impropriedades, esses abusos administrativos, políticos e financeiros que vêm ocorrendo nas estatais e nos governos em geral.

(…) A corrupção não nasceu agora; é uma história muito antiga, que ocorre nas pequenas prefeituras do interior, quando o prefeito dá um dinheirinho ao vereador para votar matéria que interessa a ele. Quando eu era deputada, sabia de todas essas práticas. A corrupção está entranhada no tecido social do nosso e de outros países, e temos de combatê-la na escola, na nossa família. Muitas vezes os pais compram os filhos para conseguir coisas, educam os filhos de maneira imprópria, condena-os no futuro a ter uma postura equivocada em relação à cidadania e a seu País. (…) As cobranças são sempre muito mais cruéis com relação às mulheres.".

Senadora Vanessa Grazziotin

"A pauta que consideramos prioritária é esta: mais mulheres na política. Então debatemos como transformar isso em uma luta efetiva, precisamos dizer qual é o caminho para que alcancemos mais mulheres na política. Na década de 1990 travamos uma grande luta e conseguimos uma cota de 30% de candidaturas de mulheres. Isso foi um avanço. Depois de 20 anos avaliamos que a cota foi importante, mas tem sido insuficiente, porque a média de 10%, 13% de mulheres no parlamento brasileiro não é compatível com o nosso protagonismo na sociedade, nem um pouco. Nós somos a maioria da população, a maioria do eleitorado, produzimos mais de 40% de tudo que se produz no Brasil e temos um nível de escolaridade maior que o dos homens, mas não ocupamos os espaços de poder. Ter uma presidente de um tribunal superior como temos a ministra Maria Elizabeth é algo que deve ser reverenciado, registrado e falado. Queremos que isso seja algo comum. Então precisamos sentar na cadeira onde se decidem as leis do Brasil. (...)

Hoje a ministra Carmen Lúcia fez um belo pronunciamento [durante o 102º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, realizado no TJMG em 13/3/2016]. Olhamos a ministra e os presidentes de tribunais de todo o País e vemos apenas duas mulheres. No evento, a grande maioria era homem, mas o ato era para tratar de mulheres. Precisamos mudar essa realidade. (…) O vice-presidente Michel Temer, assim como o presidente do Tribunal de Minas e o coordenador dos presidentes dos tribunais, saudou, registrou e destacou a Lei do Feminicídio, mas para a aprovarmos houve muita pressão, porque os homens parlamentares eram contra. Tudo que a gente consegue é com muita dificuldade. Aquele evento foi sobre mulheres porque há uma vice-presidente de um tribunal superior, o Supremo Tribunal Federal. Será que se aquela mulher não organizasse tudo que organizou, como a campanha "Justiça pela paz em casa", para se trabalhar e atuar na Lei Maria da Penha, teria ocorrido o evento? Não. Então isso é amostra da importância e da necessidade das mulheres nos espaços de poder e principalmente no parlamento. (...)

Apresentamos um projeto de lei tratando de duas coisas que consideramos essenciais: uma é mudar a lei da cota, e a outra é que o recurso do partido chegue à mulher. São esses dois temas. Não é o projeto da deputada Jô Moraes, nem da senadora Marta Suplicy, nem da senadora Vanessa. Não. É o projeto das mulheres, das parlamentares do Brasil, da bancada feminina. E mudar a lei de cota, por quê? Hoje a nossa cota é para candidaturas. Queremos reserva de cadeiras não para mulher, mas para gênero. (…) Um parlamento não pode ser ocupado por mais de 70% de membros do mesmo gênero. Estou me referindo às cadeiras, e aí não vamos entrar na discussão do sistema eleitoral, porque cada uma de nós é de um partido diferente e defende um modelo diferente, mas dentro de qualquer modelo cabe a reserva de vagas para gênero. Se a mulher não estiver inserida, não podemos dizer que há justiça, tampouco democracia. (...)

A nossa campanha é nacional. Digo nossa porque ela é das deputadas federais, das senadoras, das deputas estaduais, das vereadoras, de todas as parlamentares e de todos os movimentos sociais que trabalham a questão de gênero. Temos de abraçar a campanha. Temos de fazer agora o que fizemos há duas décadas. Antes a campanha era "A mulher sem medo do poder", agora é "Mais mulheres na política". Esse é o nosso slogan. Naquela época, houve a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, em Pequim, que foi um símbolo. Vários países conquistaram as cotas, que evoluíram em outros países. Está na hora de evoluirmos aqui. São mais de 20 anos. Temos de ter unanimidade: cotas de cadeiras, 30%. (…) Parabenizo as mulheres mineiras e brasileiras. O que nos espera é muita luta e estrada, para que, à frente, possamos ver uma palavra bem grande e brilhante: 'vitória'. Será a vitória das mulheres, da justiça social e da democracia.".

Deputada federal Jô Moraes

"Gostaria de dizer que, nesta Casa, vivi muitos momentos e muitas vitórias também de políticas públicas aqui construídas.

Cumprimento esta Casa pela iniciativa do ciclo de debates, que traz a esta Assembleia e à sociedade mineira os desafios das mulheres parlamentares. Mais uma vez, digo que temos de acreditar na vitória, na democracia e na possibilidade de a institucionalidade democrática ser mantida com respeito à decisão de a presidente Dilma ser representante do povo brasileiro.".

Elaine Matozinhos, vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte

"A Câmara Municipal de Belo Horizonte tem 41 cadeiras, só uma mulher eleita; nesta Casa, 77 cadeiras, 7 deputadas. Não estamos representando nem 10% nos parlamentos. Há hoje, no Congresso Nacional, 12 senadoras e 51 deputadas federais. Isso é muito pouco para as nossas demandas, isso é muito pouco para aquilo que precisamos trabalhar politicamente e que representará um efetivo exercício da democracia. Precisamos democratizar a democracia. Não podemos entender que essa democracia que há hoje no Brasil, em que a nossa voz representa em torno de 10%, seja uma democracia plena. Ela não é porque não temos o poder de decisão no espaço que define a vida de nós todos. (…)

Mesmo quando integramos as executivas dos partidos não somos ouvidas. Quando estamos com os movimentos de mulheres dentro das nossas agremiações partidárias, sabemos como é difícil viabilizar um grande movimento de mulher. (…) Quero fazer uma ressalva quanto à questão dos movimentos feministas. Houve uma grande pujança desses movimentos da década de 1970 até a década de 1980, e foi muito importante, muito bom. Mas qual o perfil dessas mulheres? A grande maioria delas é ligada aos partidos de esquerda, porque esses movimentos surgiram, com mais vigor, no momento da ditadura. (…) Nessas duas décadas, foram fundamentais, inclusive para a criação da nossa delegacia de mulheres. (...)

Essas mulheres que lutaram tanto pelo combate à violência, pela saúde e pela participação política, não conseguiram viabilizar essa discussão, de forma efetiva, nos partidos políticos. E a prova está aqui de que realmente tivemos e ainda temos essa dificuldade. Temos hoje, garantidos em lei, cota de 30% nas chapas proporcionais em nossos partidos. Não é fácil levarmos 30% da nossa chapa de candidatura de mulheres. Vivo isso, estou vivendo, porque estamos montando chapa, e é difícil demais. As mulheres têm muitas dificuldades. Hoje quase todas nós somos trabalhadoras fora do lar. Quanto a trabalhar no lar, nós já trabalhamos desde menina, quando nos ensinam que temos de ser as grandes cuidadoras, responsáveis pelo nosso lar. Essa mulher trabalha fora e, quando chega em casa tem de olhar a lição de casa do filho, olhar a geladeira, fazer o jantar e deixar o almoço pronto para o outro dia. Então essa mulher tem muito pouco estímulo para estar nos partidos políticos, ainda mais agora quando estamos vivendo uma crise de credibilidade muito grande em relação aos agentes políticos. Então, essa mulher quer cuidar da sua casa, em sua dupla jornada de trabalho, essa é a realidade. Ela não tem encanto pela vida partidária. E nós não fazemos política para ocupar cadeira sem a participação da vida partidária. Os partidos não estimulam, a realidade também é essa. Além disso, contamos com uma grande dificuldade: quando conseguimos trazer mulheres que têm uma história de luta, que têm bandeiras, que têm vontade efetiva de participar de uma eleição, as dificuldades são enormes, porque essas mulheres não conseguem financiamento de campanha. (...)

Conclamo as mulheres que aqui estão a ocupar espaços de poder, espaços nas ruas, nas agremiações partidárias com que cada uma mais se identificar. (…) Hoje, temos dois grandes desafios: o primeiro é essa participação política; o segundo é levar nossos companheiros, nossos maridos, nossos filhos, os homens que vivem em nossa casa a ocupar o espaço privado – que nos sobrecarrega muito, nos deixa numa situação de impedimento e nos dificulta a ocupação de espaços de decisão neste País. Assim teremos tempo para a política. Esse é um desafio que precisamos vencer.".

Beatriz da Silva Cerqueira, professora, coordenadora do Sind-UTE-MG e presidente da CUT-MG

"Esta semana, duas mulheres trabalhadoras, dentro do local de trabalho, foram vítimas de violência ao serem atingidas por balas durante um tiroteio no Município de Betim. Há duas semanas, uma outra trabalhadora, dentro do seu local de trabalho, foi brutalmente agredida por um adolescente que havia feito uso de drogas. É importante que nós escutemos o pedido de socorro. É

importante o que nós, professoras, trabalhadoras da educação, pedimos à sociedade. Não aguentamos mais lidar com a violência no ambiente escolar. Continuamos sozinhas. Não existem políticas que previnam como também não existem políticas que deem o suporte necessário a uma profissional da educação que é agredida no seu ambiente de trabalho. É cada vez mais comum escutarmos notícias sobre isso. Nos esquecemos logo depois, porque no dia seguinte serão outras manchetes. Se a escola hoje enfrenta essa relação de violência, a escola é o resultado das relações sociais na sociedade. É fundamental termos esse olhar. (…)

Movimentos sociais, movimentos de esquerda e movimentos sindicais, há muito tempo, discutem e defendem uma reforma política. Nós nos lembramos das manifestações de junho de 2013. As pessoas pediam mais a presença do Estado na vida delas, queriam mais investimentos em políticas públicas. Elas escreviam: "Mais educação, mais saúde", questionavam as políticas de mobilidade urbana. (…) Como explicamos que em fevereiro de 2015 tomou posse um Congresso Nacional que defende menor participação do Estado na vida das pessoas? (…) Como entender que esse Congresso é, segundo os estudiosos, o mais conservador desde 1964, no qual permanecem as disparidades na representação das mulheres, dos negros, da juventude? O que estava nas ruas não é o que está no Congresso Nacional, em termos de representação. (...)

A mulher não está fora do espaço político porque esteja cansada ou desencantada. O sistema político nos exclui, o sistema político, os partidos políticos, as estruturas sindicais fazem o possível para que nós continuemos excluídas, sob a justificação da dupla e da tripla jornada. (…) Nós não estamos na política porque não queremos. Há um sistema que permanentemente nos expulsa, nos joga para fora da política brasileira. Vou falar da casa que ocupo e não só dos parlamentos. Esta também é uma crítica importante que precisa ser feita e assumida no movimento sindical, que não deixa de ser machista, que não deixa de ter estruturas de poder que colocam as mulheres em cargos de menor importância. Nós, mulheres, quando somos dirigentes sindicais, temos de depender, muitas vezes, da boa vontade do presidente, do secretário, para liberar o recurso para aquela agenda, para aquela política importante das nossas pastas. Falo de lá, mas falo de cá também, porque acho que é assim que avançamos no debate. (…) Somente em 2012 a CUT-MG elegeu a primeira mulher para a presidência, embora tenhamos mais de 30 anos de história e luta desse movimento. Até hoje nenhuma mulher ocupou a presidência da CUT em nível nacional. Das 27 CUTs estaduais, 9 são presididas por mulheres. (...)

Ocupamos uma das últimas posições no *ranking* de representação feminina no parlamento. A Bolívia ocupa a 2ª posição no *ranking* entre mais de 130 países em relação à participação feminina; Cuba ocupa a 4ª posição; a Nicarágua ocupa a 9ª posição; o Equador ocupa a 10ª. Estamos entre as últimas posições entre os 130 países no que se refere a representação feminina no parlamento. (…) O sistema político não dá conta da representação real que existe hoje na sociedade em relação às mulheres. As executivas dos partidos políticos via de regra são espaços de poder masculino e branco. Os cargos que são dedicados a nós, mulheres, não são cargos de decisão. Essa é a nossa realidade nos partidos políticos e no mundo sindical. Há pouco compromisso dos partidos políticos com candidatas mulheres. (…)

Espero que um dia consigamos acabar com a prática das candidaturas laranjas de mulheres que não têm a formação e a estrutura do partido e o investimento para fazer campanha, para garantir igualdade de condições na disputa de uma vaga no parlamento. Trabalhar para cumprimento de cotas, sem se ter uma política sistemática de informação, de empoderamento das mulheres, de investimento nas mulheres em cargos de decisão não vai adiantar. Que mulheres têm condições de disputar os cargos nas atuais condições? Eu diria que poucas. Quem de nós, neste Plenário – professoras, trabalhadoras rurais –, conseguiria participar e fazer a disputa no atual sistema político? (...)

Se não enfrentarmos o financiamento privado das campanhas, a corrupção em nosso País não vai acabar. Sem a reforma política não haverá mecanismos para acabar com a corrupção no nosso País, no nosso Estado e no nosso município. E quem fará essa reforma política é outro ponto: por isso o debate de uma Constituinte exclusiva, porque essa reforma tem de ser discutida pela população, tem de haver mecanismos de debate popular, sob o risco de termos os mesmos financiadores de campanha fazendo o financiamento da reforma política. Aí não teremos nenhuma alteração significativa. (...)

O que temos visto hoje de reações, inclusive de políticos, me preocupa profundamente. Porque o homem, num espaço de poder – um deputado, um governador ou um presidente – não é vagabundo, não é leviano, não é mentiroso, não é incompetente, não merece ser estuprado, não merece sofrer violência sexual. Mas, quando é a mulher no espaço de poder, é chamada de vagabunda, de leviana, de mentirosa e de outras coisas mais. Muitas vezes essa relação de desrespeito à condição da mulher é praticada por nós, mulheres. Precisamos refletir mais sobre essa questão na sociedade, que deve ser uma sociedade de civilização e não de barbárie. Um deputado federal diz que a mulher merece ser estuprada e tudo fica como está. Assim, o jovem na periferia acha que pode bater na namorada, o empresário no condomínio de luxo acha que pode esfaquear a esposa na frente do filho. A incitação à violência contra a mulher está partindo dos espaços públicos, está partindo de agentes políticos que teriam o dever de cuidar para que a condição da mulher melhore e que a violência contra ela acabe.".

Marlise Matos, professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenadora do Núcleo de Estudos de Pesquisas sobre a Mulher

"Todas vocês já sabem do ar rarefeito que as mulheres respiram na política, da dificuldade e da corrida de obstáculos que precisam superar para enfrentar não só a competição eleitoral, mas a permanência no jogo político brasileiro. Não é tarefa finda quando uma mulher se elege: elas continuam rompendo barreiras em um espaço em que estão absolutamente isoladas, segregadas.

Essa experiência gera em muitas de nossas representantes processos depressivos e sentimentos de frustração. Faço pesquisa há mais de 10 anos em Minas Gerais, no Brasil e na América Latina, e uma das coisas que descobrimos é que as mulheres não querem a reeleição. Muitas delas não querem se reeleger porque o custo dessa participação é infinitamente mais alto para elas do que para os homens. Os nossos dados estatísticos comprovam que aquilo que faz com que mais deputados permaneçam é a reeleição. É o elemento mais definidor da permanência política no espaço político, o candidato continuar político. A máquina é produzida para alijar, para expulsar essas mulheres que ousaram, que arrombaram as portas e estão ocupando os espaços de atuação política. (…) No Brasil, a política é exercida na ausência das mulheres, e isso não é um efeito casual, não é fortuito. Isso é produzido, social e politicamente, por um sistema com regras políticas que excluem as mulheres, por um sistema com regras políticas que se transformam em um jogo de palavras hermético, inacessível, incompreensível e indecifrável para as pessoas comuns. (…) Essas regras fazem com que as pessoas comuns não consigam compreender esse sistema e, portanto, não se sintam parte dele, mas sim diferentes e afastadas dele.

O primeiro ponto trata-se de saber de onde viemos. No Brasil, até hoje, todos nós, mesmos as mulheres, vivemos, habitamos e reproduzimos uma cultura patriarcal, machista e de dominação masculina. (...) Estou falando de uma cultura que possui engrenagens e estruturas que funcionam apesar de nós, mas com a nossa conivência ou, no mínimo, omissão – que também é uma forma de agir para sustentar e manter essas regras e esse sistema funcionando como funciona, ou seja, direcionado para colocar os homens nos postos de privilégio e de mando, ocupando os espaços de poder. Ora, não existe vazio de poder. Quando dizemos que queremos este Parlamento composto por 50% de mulheres, estamos dizendo que vamos ter de deixar de eleger 30 ou 40 homens para eleger 30 ou 40 mulheres. É disto que estamos falando: que homens terão de sair para que mulheres entrem. O privilégio histórico de 500 anos está dado e naturalizado. E é essa cultura da naturalização, esse conservadorismo, que não é fácil de mover, de modificar. Portanto qual é a solução para esse determinante que é o social, o cultural? A nossa capacidade de agir, crítica e reflexivamente, nesse contexto social. Cada mulher que sair deste ciclo de debates tem de sair com o compromisso moral e pessoal de dar suporte a outras mulheres para que elas – inclusive ela mesma – consigam espaço de poder e decisão, seja na sua vida pessoal, seja na sua vida institucional, seja na sua escola, seja no espaço da sua família, seja onde for.

Nós mesmas somos as únicas que podemos nos empoderar. O empoderamento vem de dentro e da solidariedade que as mulheres precisam reforçar entre elas, independentemente de partido político, de ideologia, de religião, de qualquer outro elemento que é usado até para nos dividir, para nos separar, para nos fazer diferentes umas das outras o suficiente para que nos gostemos menos. A única solução para a cultura política é mudar a cultura política. Não existe outra, é construir no lugar dessa uma cultura de

compartilhamento, de apoio mútuo, de reciprocidade, de cumplicidade. (…) As mulheres desconfiam das próprias mulheres que estão se candidatando; diminuem o valor das candidaturas. E os homens fazem isso ainda com mais requinte de perversidade. É assim que o jogo político continua sendo jogado para excluir as mulheres desse espaço. E com a nossa conivência, se não a conivência explícita, a omissão, porque a gente não faz nada. (...)

Temos de pensar de onde sairão as candidaturas das mulheres. De vocês, de nós, das minhas mulheres do Vale do Jequitinhonha. É mentira que as mulheres não têm ambição política. As mulheres estão nos movimentos de luta da terra, no movimento rural, no movimento quilombola, no movimento negro, no movimento feminista, nos movimentos urbanos, nos movimentos por creche, em todos os sindicatos patronais, dos trabalhadores. E elas vão desaparecendo de maneira inusitada à medida que os cargos vão ficando de poder e de decisão, de fato. Sobre essa estrutura, essa engrenagem, a gente deve ter uma estratégia para quebrá-la, rompê-la, para fazer essa engrenagem rodar em outra direção.

O segundo elemento é o partido político. A democracia brasileira é uma democracia partidária. O sistema político brasileiro funciona com uma lógica multipartidária. Portanto, o partido político é e precisa ser um espaço de inserção ativa e protagonista das mulheres. Então cada mulher que está aqui, se é filiada a um partido político, tem de se haver dentro desse partido e fazer sua voz ser ouvida dentro desse partido político. (…) Até o ano passado quase todos os partidos políticos não cumpriam os 30% [referente às cotas de gênero]. E o Tribunal Regional Eleitoral sancionava listas ilegais. Essas mulheres que se encontram nessa disputa não estão lá para disputar de fato. O partido não apoia. Não há recurso financeiro de campanha apoiado pelo fundo partidário. Foi feita uma minirreforma eleitoral, em 2008, que obriga que os 5% do fundo partidário sejam investidos na formação de mulheres, nas candidaturas delas. Pergunto a vocês que são filiadas a partido: vocês sabem se o seu partido está investindo 5% do fundo partidário em financiamento de apoio e formação política de mulheres? (…)

O último ponto é o fatídico financiamento privado, sobretudo o empresarial, de campanhas. As campanhas políticas no Brasil são individualizadas e a cada dia se transformam mais em verdadeiros negócios. São propostas, negociatas. Simplesmente estamos enxergando a ponta do iceberg agora, quando finalmente, de forma absolutamente republicana, vemos a negociata vir à cena pública, aparecer. (…) As campanhas políticas financiadas pelas grandes empresas são o câncer que tem minado toda a potencialidade e a riqueza transformadora que é o espaço da política representativa e parlamentar neste País. Viciadamente o capital faz uma transfusão para dentro do Parlamento, que se transforma numa bancada de negócios do nível mais mesquinho e asqueroso. De fato, isso também só nos faz afastar ainda mais da política. Muitas mulheres se desencantam. Pensar numa reforma política que, de fato, pretenda extinguir o financiamento, pelo menos o empresarial, é algo, para mim, de urgência e necessidade. (…) As mulheres precisam se alfabetizar politicamente. Se as regras do sistema são escritas para não serem compreendidas, vamos aprender a compreendê-las. (...) As mulheres têm de abrir espaço na sua agenda para se alfabetizarem politicamente, entenderem o sistema político-eleitoral brasileiro e saberem fazer parte crítica e reflexiva dele.".

Benilda Regina Brito, coordenadora do N'Zinga – Coletivo de Mulheres Negras e assessora da ONU Mulher

"O que pensamos nós, mulheres negras? (…) No Brasil este debate é extremamente importante, porque nós, mulheres, somos a maioria da população, e o Brasil é o 2º país de maior população negra do mundo. Então há um enorme contingente de mulheres negras neste País. Aí quero que pensemos: de que mulheres estamos falando? Estamos falando de uma reforma política para que mulheres? (…) Há duas categorias que marcarão o sujeito discriminado neste País. Primeiro é a racial, porque homens negros ainda têm mais privilégios do que mulheres negras; e a segunda é a de gênero, porque, se a mulher for branca, ela tem mais possibilidade de ascensão social do que o homem negro. Então, quando falamos de um sujeito discriminado, a primeira pergunta é: "É negro?". (…) Se atrelarmos a categoria cor a qualquer categoria excluída deste País, falamos de interseccionalidade. Estamos somando preconceitos. (...)

As últimas décadas foram muito significativas para o movimento social, para nós, mulheres, de um modo geral. Mas se recortarmos cor, classe social, orientação sexual, este debate é terrível. (…) Ainda existe o imaginário social que é perverso, porque quer nos desclassificar; mais do que isso, inviabilizar a nossa existência. Então temos que pensar que é com essa pluralidade que a reforma política deverá tratar. (…)

Tem gente que pergunta: por que discutir a questão da mulher negra, se tudo é mulher? Existe uma necessidade muito grande que nos congela em algum lugar social de mulheres negras, e que não nasceu agora. Trouxe para vocês o discurso de uma abolicionista, a Sojourner Truth. Em 1851, quando invade a Convenção de Mulheres, em Ohio, ela faz um discurso dizendo: 'eu não sou uma mulher?'. Então quero responder com um discurso de 1851 se realmente tem diferença essa discussão feminista. Ela invade uma assembleia só de pessoas brancas e diz: 'Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregá-las quando atravessam um lamaçal, e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar. E eu não sou uma mulher? Olhem para mim. Olhem para meu braço. Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros, e homem nenhum conseguiu me superar. E eu não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas. E eu não sou uma mulher? Pari cinco filhos, e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu. E eu não sou uma mulher?'. É um discurso contemporâneo. (…)

As feministas precisaram ganhar a rua para trabalhar. Estamos na rua desde sempre. As escravas de ganho eram do período colonial. (…) Estamos na rua há muito tempo, aliás, estamos na rua garantindo que outras mulheres possam ir também. Alguém tem de fazer o serviço de casa, alguém vai ter de limpar a casa, cuidar de menino, fazer a comida. E esse alguém somos nós mesmas. (…) A gente não pode manifestar a nossa religião, que é de matriz africana. Direitos sexuais e direitos reprodutivos: quando assumimos a nossa orientação sexual, sabemos exatamente o que enfrentamos no dia a dia. A gente não foi criada para uma relação plural, por isso a morte ficou tão legitimada nesta sociedade. As pessoas se veem no direito de excluir os seres considerados indesejáveis. (…) Temos de perceber essa sociedade plural. Somos diversos e essa diferença só não pode ser considerada como um sinal de desigualdade. (...)

Meus alunos da universidade, quando veem que a professora é preta, tomam um susto, porque essa é a imagem que têm de nós. Imaginem no parlamento, na representação política. A mulher negra é para estar em outro lugar. Uma pessoa preta nunca poderia parecer uma médica. (…) Além de lutarmos contra o machismo, lutamos para dizer que somos gente, somos pessoas e podemos. Minha avó Benigna era chamada de macaca. Minha mãe Zaira era chamada de macaca. Eu, Benilda, sou chamada de macaca. Todos os meus três filhos são chamados de macacos. E meu neto é chamado de macaco na escola, com 3 anos de idade. Precisamos positivar os corpos, a existência, a humanidade das mulheres negras, organizando o nosso discurso político. (…)

Ainda somos as mais analfabetas, as de mais baixos salários, as que não têm acesso ao serviço de saúde: mulheres negras ganham 45% menos que as mulheres brancas. O Estado brasileiro sabe disso, reconhece e quantifica isso. E qual é a política para inverter esse quadro? (…) O Brasil é o 2º país de maior população negra do mundo. A gente só perde para a Nigéria. E a África é um continente que tem mais de 50 países, e só há um que é mais preto que o nosso, a Nigéria. (…)

Quando observamos um parlamento com 0,6% de mulheres pretas, fica difícil acreditarmos que serão discutidos os problemas da população com a qualidade necessária. Esse setor da população fica relegado a uma situação de total exclusão das discussões políticas. Mais uma vez, é a solidão institucional que recai sobre nós. (…) Para nós, mulheres negras, é fundamental, na discussão da reforma, o financiamento público exclusivo para as campanhas; o voto em lista preordenada; a convocação de Assembleia Constituinte exclusiva; a democratização da mídia. São pontos inegociáveis se quisermos discutir reforma política. Estamos lutando por uma democracia que seja representativa, direta e participativa. (...)

Me chama a atenção o fato de que, quando saiu cota para pessoas com deficiência, todo mundo achou justo. Quando você vai ao cinema e há um espaço reservado para deficientes, é cota. Quando você vai ao *shopping* e há um espaço para a terceira idade,

onde não se pode estacionar, é cota. Quando você vai fazer concurso público e dizem que é preciso haver vagas para deficiente, é cota. (…) Agora, quando brigamos por cotas para negros – que até o final da década de 2010, eram 1% na universidade –, todo mundo toma um susto. Fico pensando que relação social odiosa é essa quando falamos de cota para preto. Cota para mulher, tranquilo. Cota para deficiente, tranquilo. Mas cota para preto, as pessoas arrepiam. (...)

Hoje há uma grande quantidade de mães nas grandes metrópoles deste País que tiveram seus filhos assassinados. Toda mãe se preocupa com seu filho quando está na rua, à noite. Entretanto, o caso da mãe preta é pior porque, além da violência urbana, temos de encarar a violência do racismo. Para nós, as sextas-feiras viraram momento de tormento porque sabemos que iremos enterrar mais um tanto no final de semana. As segundas-feiras são de lástimas. (…) Podemos falar que não existe cor, mas quem está morrendo é a juventude preta. Não existe cor, mas quem está fora do mercado de trabalho é o negro. Não existe cor, mas a vítima preferencial, o elemento suspeito ainda somos nós, os negros. (…) Nenhuma mãe dorme tranquila, mas a mãe preta é pior. Há uma preocupação a mais com o menino nas ruas. Vocês viram agora o caso do Vinícius, do menino de Canoas, que estava andando com uma bicicleta importada. A polícia parou o Vinícius, deu um tanto de porrada nele porque ele estava com uma bicicleta importada. Ele foi para o hospital com traumatismo craniano e morreu. Todo mundo tinha certeza de que ele havia roubado a bicicleta importada. Todavia, no bolso do Vinícius, estava uma nota fiscal da bicicleta, pois a mãe sempre obrigava o Vinícius, quando saía com a bicicleta importada, a levar no bolso a nota para que ninguém achasse que ele a havia roubado. Desafio uma mãe branca a dizer para mim se, quando seu filho sai para a rua com um boné importado, com um tênis importado, com uma bicicleta importada, pensa em colocar em seu bolso uma nota fiscal porque o filho pode ser ameaçado. (…) Somos diferentes, e garantir a nossa identidade é fundamental. O compromisso do povo negro é também com a história. É preciso saber como se deram as relações historicamente para entender o hoje.”.

3.2.2.2 Debates em Mantena, Rio Doce, 22/5/2015

Elisa Costa, prefeita de Governador Valadares

“Queremos exercer um papel na política. As mulheres estão saindo do privado e indo para o público. Sair do privado e da vida familiar gera novos debates para a sociedade. Fomos educadas para o lar, para sermos esposa e mãe, não fomos educadas para o público, para nos expor e nos posicionar na sociedade. Esse modelo tem se alterado gradativamente; no entanto, a mulher ainda é minoria nos grupos organizados da sociedade e nas instâncias de poder. (…) Não queremos ser só candidatas, queremos ser eleitas para ocupar espaços reais. Não podemos ter cotas artificiais nos partidos políticos, é preciso haver a participação efetiva das mulheres nos partidos políticos e apoio e financiamento para essa participação com condições iguais de disputar uma eleição.(...)

Há preconceito, visão conservadora da sociedade, dificuldade de a própria mulher dar seu passo adiante e de promover sua própria transformação, mas não existirá democracia se não houver participação das mulheres e das minorias na sociedade. A democracia neste País, hoje, significa participação de todos os segmentos, e o Congresso Nacional atualmente não é democrático, não tem a representação da maioria da sociedade. A representação das mulheres também é pequena na Câmara dos Deputados, 10%, enquanto em Minas Gerais é de 9%, e não condiz com os 52% da população brasileira. E não estamos falando apenas das mulheres, mas também dos indígenas, das trabalhadoras rurais, dos professores, dos sindicalistas.(...)

Temos de fazer as transformações pela educação, já que a educação pode trazer um processo de libertação e garantia de direitos para a mulher. Então, uma nova posição em relação às nossas mulheres passa muito pela educação.”.

Martha Nazareth Machado Fulgêncio, psicopedagoga, pós-graduada em Antropologia da Mulher e Ecofeminismo

“Falou-se hoje em jornada tripla de trabalho. A mulher hoje é coprovedora da sua casa. Ela assumiu esse papel, mas continua lavando a sua louça, passando e cozinhando. Então, essa mudança de mentalidade [em relação à divisão das tarefas], essa evolução pessoal da mulher é o princípio de qualquer reforma política do gênero feminino.”.

Delci Gomes, vereadora da Câmara Municipal de Resplendor

"É essencial garantir que todas as políticas, tanto a nível nacional quanto local, sejam vistas através de lentes de gêneros, para ajudar a superar as desigualdades históricas entre homens e mulheres. Nós, mulheres, ainda somos vistas com uma disparidade muito grande. (…) Queremos ampliar o número de representantes das mulheres na política, ampliar a rede de proteção às nossas cidadãs, com a criação de centros regionais especializados no atendimento à mulher, implantação de programas de inclusão e capacitação para que as mulheres de baixa renda encontrem alternativas que construam saídas para uma melhor qualidade de vida para elas e para suas famílias.".

Ângela Muniz Freire Vinhal, enfermeira do Programa de Saúde da Família no Distrito de Limeira, Município de Mantena

"Caminhar na política não é fácil, exige muita negociação, e para fazer isso é preciso ter pulso firme. Você não vai lutar uma vez só com todos os homens, vai lutar todos os dias, enfrentando um leão de manhã e outro à tarde. Você está sozinha: junte um grupo de mulheres que a elegeu, leve para a Câmara e veja se ele não vota no seu projeto. Só conseguimos fazer alguma coisa com pressão. Se não houver pressão a situação não se modifica. (…)

Temos que mudar por meio da educação. Temos de ter ações efetivas para que a educação chegue aos rincões e possamos, dentro das escolas, modificar a relação da mulher com a política. Se não começarmos a formar cidadãos desde pequenos, não conseguiremos nenhuma transformação.".

Renata Adriana Rosa, superintendente de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica e Articulação Institucional da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres – Sedpac

"Quando se leva em consideração a raça e a classe social, as disparidades ficam ainda mais visíveis. Tratar a situação de uma mulher negra é muito mais complexo que tratar a situação de uma mulher da elite. Pensar o desafio da política pública enquanto Estado é refletir, em primeiro lugar, sobre tratar as mulheres na sua totalidade e na sua pluralidade. (…) Uma política pública que queira ser emancipacionista precisa levar em consideração o uso do tempo das mulheres, as múltiplas jornadas, a divisão sexual do trabalho, a corresponsabilização das tarefas domésticas. (...)

Temos de sair da perspectiva de que mulher é igual a família, de que responsabilidade da família é responsabilidade da mulher, de que responsabilidade de cuidar é responsabilidade da mulher. Temos de pensar que essas mulheres são muitas, são diferentes, têm desejos. (…) Precisamos avançar no tocante aos papéis socialmente construídos para as mulheres. Porque as mulheres ainda ocupam lugares, como o do cuidado. Quando estamos no não remunerado e vamos para o remunerado, vemos que a maioria de nós somos professoras, enfermeiras, assistentes sociais, diaristas, psicólogas. As tarefas de cuidado são naturalizadas como tarefas das mulheres. (…)

A construção social e cultural dos papéis tradicionais de homens e mulheres é tão profunda, que a implementação de leis que desafiam a subordinação naturalizada das mulheres se tornou um desafio crítico em nosso País. O processo de superação da subordinação pressupõe desconstruir estereótipos acerca do papel de homens e mulheres na sociedade, mais especificamente com relação aos cuidados e responsabilidades junto aos seus núcleos familiares. (…) Então, na verdade, é ressignificar os papéis. Desconstruir estereótipos é a grande tarefa. (...) De qualquer forma, quando falamos em democracia de gênero, essa discussão parte do princípio, já que é preciso definir um instrumento e um novo paradigma, segundo o qual se deve convocar a sociedade como um todo para se transformar. Não são as mulheres que precisam alcançar o patamar masculino, os homens também precisam rever a sua condição, o seu papel sociocultural. (…) As assimetrias de gênero estruturam as relações sociais em nosso cotidiano e nos espaços de poder. Defendemos a democracia de gênero, uma mudança comportamental que tem de vir de mulheres e homens. (…) De qualquer modo, para que o avanço se dê, é preciso romper a fronteira da sub-representação política. Para mim, essa sub-representação política está ligada exatamente ao problema da dicotomia público-privado.".

E lembrou o poema de Ivone Mendes, mineira, poeta, feminista:

A Bela e a Fera

(Ivone Mendes)

Deram-me um nome, um sobrenome,

Um código de barra, um número,

Um cartão magnético, uma senha,

Um batom, um esmalte,

Um vestido, um sonho...

(Moldaram-me subordinada...)

Adquiri um codinome, fundei outra linhagem.

Decifrei o código, troquei o número,

Perdi o cartão, esqueci a senha...

(E mantive-me acordada...)

Com o batom, que era vermelho,

Fiz poemas cubistas no espelho

E, como não me deram pincel nem tela,

Com o esmalte, fiz aquarelas

(Ilusionistas, impressionistas

surrealistas e amarelas...)

Quanto ao vestido azul-turquesa,

Pra provar que não sou sua,

Rasguei e fiz uma "Tereza"

E eis-me livre... e leve... e nua...

Deram-me uma estrada... e era torta.

Deram-me uma porta... e era fechada...

Porém, saltei pela janela

E desviei a minha rota!...

3.2.2.3 Debates em Uberlândia, Triângulo, 29/5/2015

Larissa Peixoto Vale Gomes, doutoranda em Ciência Política e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, da UFMG

"A política é o nosso cotidiano. Criar nossos filhos é uma atividade política. Quando socializamos uma criança ou quando falamos com uma menina que política é coisa de menino, estamos realizando uma atividade política, estamos falando para aquela criança se ela pode fazer política ou não. Política é tudo. (...)

Muitos falam que cotas são vantagens que estão sendo dadas às mulheres, mas, na verdade, trata-se da retirada de uma desvantagem. As mulheres têm vários obstáculos: jornada tripla de trabalho, socialização, evitam sair das suas cidades para serem deputadas estaduais e federais porque são casadas, ou porque precisam cuidar dos seus filhos ou dos seus pais idosos. Então, é muito obstáculo. A cota é retirar essa desvantagem. As cotas são uma correção da desvantagem que afeta um certo grupo de pessoas. Na verdade, o sistema que queremos é o que garante uma maior diversidade. Queremos representatividade. Queremos que as nossas

vozes sejam ouvidas. Precisamos lembrar que o espaço da política é machista. Isso quer dizer que as coisas que são valorizadas nesse espaço nem sempre são as que nos foram ensinadas. Isso não quer dizer que não somos qualificadas. (...)

Vamos mudar as regras do jogo, de forma que elas sejam mais justas para todos e todas. Vamos mudar a maneira como pensamos a educação das crianças e a divisão de tarefas entre homens e mulheres. Vamos mudar o nosso entendimento sobre as nossas habilidades. Vamos mudar nosso entendimento sobre a política como algo longe do nosso cotidiano. (…) As pesquisas em ciência política têm demonstrado que a combinação que mais facilita a entrada de mulheres na política é a representação proporcional com lista fechada, com alternância de gênero. Nesse caso, seria uma lista preordenada pelo partido em que elas aparecem. (...)

Algumas ferramentas podem ser combinadas nos municípios. Poderiam criar uma escola do Legislativo na câmara, de forma a afetar crianças e mostrar-lhes, tanto às meninas quanto aos meninos, que a política é coisa de ambos os sexos, todos podem participar dela. As escolas municipais poderiam começar a ensinar sobre política e mostrar que é algo do dia a dia, também para menina, já pode ter um efeito a longo prazo muito importante. Um compromisso do partido, uma garantia de ele fazer a divisão igualitária do fundo partidário na campanha também pode ter um efeito. Também a campanha conjunta das mulheres do partido é importante. Uma campanha conjunta para garantir que as mulheres da cidade votem nas mulheres: vamos as cinco, ou quem mais for, andar juntas por toda a cidade, aparecer juntas, falar uma pela outra para garantir que sejamos eleitas juntas.”.

Marli Anastácio de Freitas Silva, pós-graduada em Psicopedagogia, Educação Especial e Inclusiva, Direito Educacional no Processo de Ensino Aprendizagem e Políticas Públicas

“Para sairmos do privado e disputarmos o espaço público, teremos de derrubar muitas barreiras, muitos mitos, muitas forças contrárias. Nos últimos anos, estamos despertando para a necessidade de uma nova concepção, da conscientização de que homens e mulheres podem atuar de forma igualitária. Mas acho que ainda é um desafio. (…) Não há um planejamento que respeite as nossas particularidades, que atente para as dificuldades que sofremos para estar no espaço público. Temos de buscar momentos como este, legitimar espaços como a coordenadoria da mulher, a superintendência da mulher; participar dos debates nas assembleias legislativas e nas câmaras. (...)

Não há planejamento e investimento nas mulheres candidatas por parte do fundo partidário. Apesar de a lei destinar 30% de vagas para as mulheres na formação de chapas, os partidos não garantem condições para elas concorrerem em igualdade de condições com os homens.”.

Elzimar Maria Domingues, mestre em Educação e assessora da Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia

“Queremos o que nos foi negado há séculos. Queremos a participação e o trabalho, pois ficamos na condição de esposa e mãe. Queremos o espaço político e o de poder. (…) Se a escolarização feminina na atualidade é, em média, superior à masculina, por que ainda persistem os diferenciais de rendimento entre homens e mulheres nas mesmas funções? Por que as mulheres, em pleno século XXI, ainda não têm participação ou têm ainda uma sub-representação nos espaços de decisão e na política? As respostas a essas questões estão ancoradas em ações e práticas sociais discriminatórias que valorizam os homens e desvalorizam as mulheres. Não queremos fazer um cabo de guerra com os homens, queremos ocupar o espaço que nos é de direito, que, há séculos, nos foi negado. (...) O preconceito e a discriminação são muito maiores em relação às mulheres negras. (...)

Há uma segregação ocupacional, que é reforçada pela questão da divisão sexual, divisão do trabalho, da falta de acesso aos cargos de chefia e dos preconceitos de gênero e de raça. (…) As mulheres brasileiras ainda não ocuparam vários espaços. Elas ainda não conseguiram estar nas câmaras, no Senado, no Supremo Tribunal Federal e em outros lugares de destaque, que são os de poder e que refletem as decisões do País. (...)

Vou voltar à pergunta inicial: “O que querem as mulheres de Minas?”. Queremos olhar para o futuro e não continuar contando uma única história, a história do patriarcalismo, a história do machismo, a história do racismo, a história da diferença salarial, e tantas outras que nos foram contadas. Queremos políticas de cotas, de gênero, com representatividades efetivas, que façam

a reparação desses séculos de esquecimento intencional, para a manutenção do poder. Queremos a reparação dos nossos direitos fundamentais nesses milhares de anos em que fomos desrespeitadas. Queremos participar das decisões e ter ações paritárias em todos os setores da vida. Queremos participar das decisões. (…) É preciso garantirmos a paridade na ocupação dos cargos de poder.".

Renata Adriana Rosa, superintendente de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica e Articulação Institucional da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres – Sedpac

"Estamos em todos os espaços de participação, principalmente nos conselhos, mas não estamos nos espaços de tomada de decisão. Esse é o grande problema. Quando participamos do governo, estamos nas secretarias de educação, de cultura, de assistência social, porque naturalizou-se a feminização do cuidado. Isso faz com que o espaço público não seja dividido da mesma forma que o doméstico e o privado. É preciso garantir a superação da subordinação, o que pressupõe a desconstrução dos esteriótipos acerca do papel das mulheres na sociedade, mais especificamente em relação aos cuidados e responsabilidades junto aos seus núcleos familiares. (…) É preciso repensar a divisão sexual do trabalho. O Estado não pode reproduzir ações que sempre percebam as mulheres no espaço do privado. Senão vamos reforçar não as triplas jornadas, mas as múltiplas jornadas que nós, mulheres, temos assumido na sociedade. (...)

Na sociedade contemporânea, o ingresso da mulher no mercado de trabalho e o maior acesso à escolaridade foram decisivos para redefinir seu lugar na sociedade e na família. Entretanto, é preciso traçar um novo percurso tático capaz de envolver a sociedade como um todo. Se continuarmos achando que essa tarefa é exclusiva das mulheres e dos movimentos, vamos continuar cometendo um grande equívoco. Esse papel é do Estado e de toda a sociedade. A mudança precisa ser coletiva e precisa ser responsabilidade do conjunto. (...)

O papel das políticas públicas, no caso da autonomia econômica, é garantir a inserção, a permanência e a ascensão das mulheres no mundo. Mais do que isso, o grande desafio é "transversalizar" a questão das mulheres em todas as políticas para garantir qualidade de vida a todas.".

Elaine Cristina Ribeiro, coordenadora do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, Subsede de Uberlândia

"Há uma grande violência, o extermínio da juventude negra. Esse extermínio tem endereço, os jovens negros estão morrendo na luta, em confrontos com a polícia. Mães estão enterrando filhos, seus maridos estão na cadeia. Queremos a visibilidade da mulher negra. Inexistem negros no poder, nas universidades. Tudo isso acontece por causa da invisibilidade. (...) Lutamos por igualdade, queremos esse recorte racial justamente para fazer discussões como a que estamos fazendo hoje, para que todos saibam o que estamos sofrendo, embora digam que a nossa sociedade não é racista. (...)

Integram nossa pauta: intensificar lutas em defesa da igualdade salarial entre homens e mulheres; lutar para garantir o acesso à terra; apoio à organização produtiva; suporte social aos trabalhos das mulheres; criação de creches no campo e na floresta; lutar pela ratificação da Convenção nº 189 e da Recomendação nº 201 da OIT, que trata do trabalho decente para as trabalhadoras domésticas; incorporar nova concepção de trabalho que considere as tarefas realizadas pelas mulheres no âmbito familiar e doméstico na definição da política sindical; incorporar nas pautas de negociação coletiva temas da licença compartilhada, 180 dias para mães, 180 dias para pais, até mesmo nas uniões homoafetivas, e pautar esse tema na sociedade, construindo uma proposta de legislação; intensificar a luta por creches públicas e de qualidade, que funcionem em dias e horários que respondam às demandas de crianças e de seus pais; lutar para combater a violência contra a mulher. (...)

O movimento sindical deve promover campanhas de esclarecimento, apoiando o combate à violência contra a mulher. Elaborar uma política de enfrentamento contra o assédio moral e sexual no movimento sindical e no trabalho; a legalização, a descriminalização do aborto e a regulamentação da prática do aborto no serviço público fazem parte de um conjunto de transformações necessárias para uma vida livre, sem opressão dos padrões de sexualidade, sem atrelamento e imposição de uma

norma da reprodução; aplicar as resoluções da CUT sobre a paridade para as diretorias estaduais e nacional. Na composição das diretorias executivas verticais, federações e ramos, deve, obrigatoriamente, ser cumprida a cota mínima de 30% – como existe em diretorias –, de cada sexo. A diretoria que não cumprir o requisito não poderá ser empossada. Para as atividades de formação, representação e delegação, é necessário cumprir-se o estatuto da CUT de cotas de gênero, ou seja, pelo menos 30% de cada sexo. Mapeamento da quantidade de mulheres da CUT; formação sobre o tema para viabilizar a discussão de gênero nos sindicatos cutistas, com envolvimento de homens e mulheres; formação sindical, estruturar cursos de formação da CUT sobre a luta feminista, abordando a luta das mulheres da CUT com recorte racial; incluir o recorte de gênero no mapeamento das experiências existentes na OLT; promover ações para ampliar a sindicalização de mulheres nos sindicatos cutistas; incentivar as mulheres a fazer parte das OLTs; garantir a presença das mulheres nas Mesas de negociações coletivas, o que é muito raro hoje em dia.".

Cláudia Guerra, doutoranda em História (Violência Conjugal) e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero da UFU, membro fundadora e voluntária da ONG SOS Mulher e Família, de Uberlândia

"O programa constituído por nós, a Patrulha de Atendimento Multidisciplinar – PAM –, realiza abordagens domiciliares em casos de violência conjugal e doméstica, atendendo prioritariamente mulheres em situação de violência. É uma equipe interdisciplinar, uma parceria entre a PMMG, a SOS Mulher e Família, a UFU e a prefeitura. Essa abordagem domiciliar é feita por essa equipe interdisciplinar e tem diminuído as reincidências. (...)

A cada 15 segundos uma mulher é espancada no Brasil, sofre-se nove vezes mais violência em casa por parte de pessoa próxima e conhecida que na rua. O impacto no mundo do trabalho é enorme, porque o estresse, a depressão e os impactos na saúde mental são bastante significativos quando pensamos nessa violência que acontece em casa. Portanto, a casa tornou-se um lugar perigoso. (...) A violência doméstica é um problema social, cultural, de direitos humanos, político, de segurança e de saúde pública. A rede de enfrentamento à violência é fundamental. Mas para a rede acontecer, é necessário haver vontade política para acontecer. (…) Falta infraestrutura e o atendimento é precário em delegacias gerais ou especializadas. Muitas vezes há descrença no serviço prestado. A Delegacia de Mulheres não tem uma equipe técnica que acompanhe, de forma continuada, as pessoas atendidas. A Deam é importante e nossa parceira, mas é preciso uma equipe técnica que acompanhe o depois. (...) O programa casa-abrigo é fundamental como complemento de atendimentos, seja de Delegacias de Mulheres, da ONG SOS Mulher e Família e do AM, a fim de resguardar a vida da mulher e seus filhos. (...)

Revitimização: a mulher vai a um lugar, conta a história, vai a outro, contra a história, vai a outro, conta a história. Em Uberlândia, ainda não conseguimos centralizar o serviço, conectar essa rede. Temos problemas sérios quanto a isso. É preciso romper a violência institucional e promover a escuta ativa, que é uma escuta sem preconceito, que acolhe, que não julga. (...)

Somos todos sujeitos e copartícipes na desconstrução cotidiana dessa violência e na promoção da tolerância e cultura da paz. Isso aqui não pode ser apenas fala, só retórica. Precisa ser realidade cotidiana. Acompanhar e fiscalizar políticas públicas é direito, não é favor. Às vezes parece que estamos com o pires na mão, pedindo favor, mas não estamos. É preciso saber a serviço de quem estamos. Isso é fundamental.".

Ermelinda de Fátima Ireno de Melo, superintendente do Consórcio Mulheres das Gerais e coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

"As políticas públicas no Brasil são recentes, e para as mulheres muito mais ainda. (…) A constituição de uma política pública dá-se a partir de uma demanda, existente diante de uma problematização. (…) A Lei Maria da Penha foi resultado de um debate antigo no Brasil. Havia um grupo de feministas discutindo a composição de uma lei específica. (…) Algumas situações, na nossa sociedade, não passam de ruídos e problemas. Para transformar um problema em política pública, há a necessidade de se passar por uma construção de demanda, e quem o faz são os atores e atrizes sociais que se encontram na esfera pública. Portanto é importante pensar que o tema do nosso debate – Desafios das políticas públicas no Brasil – existe porque vivemos numa sociedade

extremamente machista. E, quando discutimos os espaços de poder que ditarão as leis que vão organizar a vida das mulheres, são os homens que lá estão para fazê-lo. (...)

Nas políticas públicas para as mulheres no País, fomos constituindo os espaços municipais e estaduais, criando organismos de política para as mulheres, embora isso ainda seja incipiente no Brasil, principalmente em Minas Gerais. Só agora, em 2015, foi criada a Subsecretaria da Mulher; até o ano passado, tínhamos uma coordenadoria, o que era muito pouco, pois não se discute política pública sem recursos. Quanto aos organismos de políticas para as mulheres, apesar de serem vinculados às secretarias de governo, eles não são suficientes. (...)

Discutir política de empoderamento das mulheres apenas em uma perspectiva de economia solidária não é empoderar economicamente as mulheres. Discutir empoderamento das mulheres sem discutir direitos sexuais e reprodutivos não é discutir empoderamento das mulheres. Discutir empoderamento das mulheres sem debater a autonomia política não é discutir empoderamento das mulheres. (...) Para empoderar as mulheres devemos criar capital institucional e ter cargos ocupados por elas no Poder Executivo, seja ele municipal, estadual ou federal.".

Alecilda Oliveira, mestranda em Ciências Sociais e assessora da Superintendência Municipal de Juventude de Uberlândia

"As mulheres jovens no campo têm poucas perspectivas. Como elas vão permanecer no campo e sobreviver? As jovens mulheres ribeirinhas também estão sofrendo impacto das grandes obras, que têm ampliado, inclusive, a possibilidade de exploração sexual. (...)

Precisamos garantir que exista uma rede de instâncias governamentais com secretarias e coordenadorias de políticas públicas para as mulheres nos municípios e estados. Assim, as instituições trabalharão de forma articulada e garantirão as políticas para as mulheres. Não adianta nada ter uma política nacional de direitos para as mulheres se não conseguirmos fazer com que ela chegue aos estados e municípios. Então acho que esse é o primeiro desafio das políticas públicas.

O segundo desafio é garantir a transversalidade dessas políticas públicas, devemos promover mudanças na condição das mulheres em várias dimensões, sejam elas sociais, econômicas, políticas e culturais, e ter repercussões disso nas esferas jurídicas e administrativas. Devemos promover mudanças na remuneração, no acesso à segurança social, na educação, na saúde e na partilha de responsabilidades profissionais e familiares, e buscar paridade nos processos de decisão. Precisamos também, ao pensar as políticas públicas para as mulheres, considerar a questão da diversidade das mulheres. Devemos superar os limites dos programas e projetos nos aspectos que reforçam os papéis tradicionais das mulheres. É preciso trabalhar por mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico, pela formação e capacitação profissional das mulheres e pelo acesso ao trabalho e à geração de renda de forma digna.".

Cacique Poti, convidada

"Quando eu tinha 5 anos de idade, colocaram fogo na minha aldeia. Luto para recuperar uma área, mesmo que seja pequena, para levar os povos indígenas de Uberlândia que estão fora das aldeias. Ainda há vários obstáculos para isso, porque não querem reconhecer o direito dos povos indígenas. (...) Pergunto se há alguma mulher índia em qualquer partido, em qualquer secretaria. A mulher índia não pode participar nem da limpeza na prefeitura. Mas a mulher índia pode votar, a mulher índia pode carregar bandeira, a mulher índia pode fazer campanha política nos bairros, a mulher índia pode conquistar o eleitor para votar, mas ela ainda não tem o direito de ter emprego. Tinha o sonho de entrar numa escola, mas não pude, porque sou mulher e índia. Depois me disseram: 'Você está fora do mercado de trabalho porque é analfabeta'. Hoje o obstáculo aumentou: 'Você é mulher, é índia, é analfabeta e é velha'. Mas, para trabalhar numa campanha política, eu sirvo, para emprestar meu nome para sair no partido e cumprir as cotas, eu sirvo. Hoje as mulheres não são bestas; não querem cumprir cotas, querem ter direitos iguais aos homens para fazer sua campanha. Para isso, eu sirvo. (…) O que proponho é o reconhecimento da história dos povos indígenas, que é tão distorcida em todas as políticas.".

3.2.2.4 Debates em Ibirité, Central, 1º/6/2015

Pastora Dolores de Oliveira Souza, vice-prefeita de Ibirité

"De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a baixa representação das mulheres na política agrava a desigualdade de gênero no Brasil. A avaliação consta do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2014: apenas 9,6% dos assentos no Congresso são ocupados por mulheres, apesar de elas representarem 51% dos votos. (…) Mesmo com o Brasil tendo uma mulher no cargo político mais importante do País, ainda é irrisória a presença delas nas casas legislativas pelo Brasil afora. Aliás, no Congresso Nacional, a principal delas, apenas 9,6% das cadeiras são ocupadas por parlamentares do sexo feminino. (…) O PNUD divulgou o índice de desigualdade de gênero para 149 países. O indicador é elaborado com base em cinco dados: taxa de mortalidade materna, taxa de fertilidade na adolescência, proporção de mulheres no parlamento nacional, percentual de mulheres e homens com educação secundária, e a taxa de participação de mulheres e homens no mercado de trabalho.".

Maria de Fátima Monteiro Aguiar, vice-prefeita de Nova Lima

"Hoje existe uma cota para participar do processo eleitoral: 30% de mulheres dentro dos partidos para serem candidatas. Mas não adianta participar, se você não consegue ser eleito, se você não vai ter apoio, não vai ter recurso. Precisamos, sim, é do espaço efetivo nas cadeiras. A nossa luta é por isso. Sabemos que nos países onde foi assegurada a presença das mulheres no que diz respeito à cota nas cadeiras, conseguiu-se melhorar sua participação. Por exemplo, a Argentina, nosso país vizinho, tem 41,5% de mulheres nos parlamentos, a Costa Rica, 35,1%, já o Brasil tem apenas 9%. Quer dizer, estamos abaixo, inclusive na América Latina. Então temos de fazer essa mudança, temos de avançar muito mais. (…) Por exemplo, em Nova Lima, temos 10 vagas para vereança e apenas uma mulher é vereadora. Estou vice-prefeita, e é a primeira vez que uma mulher está presente no Executivo. (...)

Atualmente as mulheres têm maior índice de escolaridade que os homens, vão mais para a universidade. Mas o fato de estar mais escolarizada não garante a ela o melhor espaço dentro do mercado de trabalho. Se as mulheres estudam, por que continuam sendo discriminadas quando vão para o mercado de trabalho? Defendemos cota de cadeiras: no mínimo, 30% para as mulheres. (…) O ideal é que tivéssemos financiamento público. Assim haveria dinheiro direcionado para as mulheres, para os jovens, para os negros e para os índios. Hoje há o financiamento empresarial, e a corrupção ocorre exatamente por aí. Uma das entradas da corrupção é o financiamento empresarial, e ninguém fala disso. (…)

A democracia é garantir a representatividade das mulheres. Garantir a representatividade das mulheres é também garantir que nos espaços onde as mulheres estejam reunidas haja creche, para que elas possam levar seus filhos, que possa haver formação política, que possa haver paridade em relação aos recursos do fundo partidário. Precisamos combater o machismo, que está presente e dificulta muito. Não podemos aceitar retrocesso.".

Clarisse Goulart Paradis, doutoranda e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas da UFMG, integrante da Marcha Mundial das Mulheres

"Vemos a dificuldade enfrentada por uma proposta de emenda à Constituição, que também existe na Câmara Federal, para que haja uma mulher compondo a Mesa. Esse é um questionamento fundamental na organização da democracia brasileira. Se não há minimamente a presença das mulheres na política, qual é a chance das nossas questões serem politizadas na sociedade? Qual é a chance das questões que são fundamentais para a vida das mulheres terem ressonância nos espaços de decisão da política? Isso fica muito prejudicado. Quando falamos em reforma do sistema político, estamos falando de mudar essas regras, de uma maneira democrática. Se a eleição é de um jeito ou de outro, se o financiamento das campanhas é de um jeito ou de outro, no final isso impactará em quem se elege, em como se elege e em quais são as camadas da população que têm direito a se eleger.

Para chegarmos ao debate de quais regras precisamos para organizar o sistema político, as mulheres brasileiras tiveram que lutar bastante. O nosso direito ao voto foi conquistado na década de 1930. Nessa época as mulheres se organizaram fortemente no Brasil. (…) Mas esses avanços são limitados. Apesar de termos caminhado para direitos de igualdade mais formais, como o direito ao voto – hoje temos uma Constituição Cidadã que fala que temos direito à educação, à saúde e a uma série de outros direitos –, a

verdade é que a sociedade em que vivemos está calcada na desigualdade. Ela se sustenta na desigualdade entre homens e mulheres. As mulheres ganham menos que os homens no mercado de trabalho e também estão empregadas nos postos de trabalho em que se paga menos. (…) E temos uma carga de trabalho muito maior que a dos homens na sociedade brasileira. Se somarmos quanto tempo gastamos de trabalho doméstico semanal e quanto tempo ainda trabalhamos fora de casa, veremos isso. (…) Quando falamos em política, não podemos esquecer o que é a vida concreta das mulheres. Muitas vezes, para estar no espaço da política, as mulheres têm que fazer múltiplos esforços. (...)

Como conseguir representação política com tanta diversidade? É evidente que antes é necessário aumentar o número de deputadas e vereadoras, mas também é preciso espaço para compartilhar as agendas. As mulheres da sociedade civil e as ocupantes de cargos públicos devem estar conectadas por uma agenda coletiva. A luta deve ser de inclusão das mulheres no sistema, que tem muitas falhas. (…) Hoje o nosso sistema político está muito influenciado pelo cenário econômico. Isso gera um problema muito sério para a democracia. Quanto mais dependermos de dinheiro para nos eleger, maiores os interesses ligados ao sistema econômico. (…) A vinculação que o sistema político tem com o sistema econômico também facilita o processo de corrupção. Temos de diminuir as influências. (…) As mulheres estão na maior parte dos espaços de participação política, nos conselhos, nas comissões, para discutir o orçamento participativo. Estamos conectadas às necessidades da comunidade, temos papel fundamental na sociedade, mas, quando chegamos nos espaços de decisão política, isso não é reconhecido. Vemos que as barreiras para eleger mulheres são múltiplas, começam antes da candidatura e vão além. (…)

Os nossos desafios ainda são muitos. Não basta apenas entrar na política se não desafiarmos a violência cotidiana que sofremos e a carga de trabalho doméstico que assumimos. Precisamos de creches públicas de qualidade para colocarmos nossos filhos. Necessitamos de acordos familiares para os homens participarem do cuidado com os filhos e com a casa. Essas questões impactam e geram o baixo quantitativo de mulheres nos espaços de decisão. (...)

O IBGE tem uma pesquisa sobre gestão municipal e, nos anos de 2009 e 2013, divulgou dados específicos de órgãos de política para as mulheres. No Brasil, apenas 18% dos municípios têm órgãos de políticas para as mulheres. Se cruzarmos esses dados com os dados de orçamento próprio, veremos que, desses 18%, a maioria não tem orçamento próprio. Menos de 18% dos municípios têm plano municipal de política para as mulheres. A Secretaria de Política para as Mulheres, que é o organismo nacional, fortaleceu a construção de políticas públicas para as mulheres e tem sido muito importante no âmbito estadual. Depois da sua criação, vários órgãos estaduais, como o Conselho Estadual das Mulheres, foram criados, aliás, com orçamento do governo federal em sua estruturação, mas isso ainda não atingiu plenamente o âmbito municipal. É fundamental que os municípios tenham pelo menos um órgão de política para as mulheres. Apesar de ser um órgão que não terá grande orçamento, é capaz de articular as diversas políticas que têm a ver com a vida das mulheres.".

Áurea Carolina de Freitas, subsecretária de Políticas para as Mulheres da Sedpac

"A Subsecretaria de Políticas para as Mulheres acaba de ser criada no governo de Minas Gerais. Esse é um tema prioritário e que diz respeito à possibilidade de promoção da autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida. Sem a ampliação da presença das mulheres nos espaços de poder e na política, de forma geral, é difícil pensar na emancipação das mulheres em outras esferas, como trabalho, saúde, cultura, ou seja, em todas as dimensões da cidadania, pois são afetadas pelas decisões políticas tomadas cotidianamente.

Nossa intenção é abarcar outros temas, de forma transversal, como a inclusão das mulheres na sua pluralidade, as mulheres negras, jovens, idosas, bissexuais, lésbicas, transexuais, as mulheres do campo, da floresta e das águas, na sua diversidade. É muito importante que todas as nossas ações reconheçam as especificidades e as diferentes trajetórias de vida das mulheres. Elas são desigualmente afetadas em função desses múltiplos pertencimentos. Não é a mesma coisa ser uma mulher negra, jovem, da periferia e

uma mulher idosa, rural, da floresta, por exemplo. Esse olhar atento precisa ser construído a partir de um diagnóstico, da escuta direta da sociedade civil. (...)

Precisamos fortalecer a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, melhorar a articulação dos vários serviços especializados e ter capacidade de resposta emergencial às crises, às violações dos direitos das mulheres. É importante construirmos um processo mais continuado, mais aprofundado, que passa por uma transformação cultural, educativa, de modo que toda a sociedade possa se mobilizar e se comprometer com o enfrentamento à violência machista. Isso envolve também a participação e o comprometimento dos homens nesse processo, para que sejam corresponsáveis e agentes de superação da violência. Não é simples fazer isso, precisamos de um trabalho de base contínuo, o que passa pelas escolas, pelos grupos culturais, pelas comunidades, pelas diferentes manifestações da cultura, da mídia. Assim, o nosso desafio é duplo: estruturar a rede de atendimento, fortalecer e ampliar o que existe e, ao mesmo tempo, começar a construir, desde a base, esses processos de transformação cultural, de médio e longo prazos.

O debate da divisão sexual do trabalho é central na discussão da participação das mulheres na política. Muitas vezes isso impede que as mulheres consigam estar no espaço público em igualdade de condições. Obviamente há também a cultura patriarcal, uma certa negação dos partidos em fortalecer a candidatura das mulheres, em destinar recursos à candidatura das mulheres. Uma questão chave que está no fundo de toda essa discussão certamente tem a ver com o machismo que atravessa as relações e que ainda acaba relegando as mulheres ao espaço doméstico, ao trabalho não remunerado, não reconhecido, invisibilizado e desvalorizado. Essa é uma realidade comum a todas nós. (…)

O Estado, para além dos governos que o ocupam temporariamente, como uma instituição que se estende ao longo do tempo, é um espaço de dominação, de controle, de opressão. Desconstruir essa lógica, "despatriarcalizar" o Estado, como é uma perspectiva feminista, colocada em vários países da América Latina, é um desafio que compete a nós, mulheres feministas dos movimentos sociais, engajadas em diferentes frentes na sociedade e compete também a todo o conjunto da sociedade, pois envolve o comprometimento dos homens.".

Geani Kelly Silva Caldeira, delegada titular da Delegacia de Atendimento à Mulher de Ibirité

"Percebemos que temos de passar por mudanças de comportamento e de estrutura. Estamos fazendo uma parceria com uma equipe interdisciplinar, com um assistente social, um psicólogo e um advogado. Não temos pessoal suficiente para trabalhar individualmente com as mulheres, trabalhamos coletivamente. (…) Quando a delegacia foi criada, falei: sozinha eu não irei a lugar nenhum, preciso de uma rede. E pensei: como é que vou montar essa rede? Mas não precisava montá-la, porque a rede já existia. Todos os agentes e atores já estavam aí, mas eles não se conheciam, então como é que a comunidade vai conhecê-los? Precisávamos articular o que já existia. Os setores estavam aí, a rede já existia, mas precisava haver uma articulação, as pessoas precisavam entrar em contato e se comunicarem. E isso vem sendo feito, de 2008 até agora.".

Eliana Piola, diretora da Câmara da Mulher Empreendedora da Federaminas

"Se há essa desigualdade, há um desequilíbrio absoluto de forças e de poder que não é apenas da soleira para fora, mas da porta para dentro. Então o Estado se organiza para que as mulheres fiquem da soleira para dentro e os homens para fora. O patrimônio é do homem, a casa é do homem, o carro é do homem, a fazenda, o comércio. Essa organização lhe deu mais poder, em tese, dentro dessa construção social, e nós ficamos da soleira para dentro, no cuidar. Isso causa esse desequilíbrio. Poder é jogo. Eleição é disputa, é jogo. Essas relações de poder são desequilibradas dentro de casa, um reflexo que vem para cá. (…)

De nada adianta termos em Ibirité uma delegacia especializada da mulher se não tivermos pessoas especializadas. Especializados têm que ser os prestadores de serviços e não somente os serviços. Um policial que tenha tido uma formação de gênero e entenda a situação da mulher, vai tratar essa mulher com dignidade. Mas se tivermos delegadas, delegados, juízes e promotores despreparados e desqualificados nessa temática, de nada adianta termos promotoria da mulher e juizado da mulher. (…) Preparar os nossos gestores e profissionais para compreender que política de homem tem que ser diferenciada de política para mulheres. (...)

Disputamos três eleições em uma só. Disputamos uma dentro de casa, uma no partido e outra na rua. Mulher é assim. Primeiro, você tem de vencer dentro de casa, vencer o marido, o pai e o irmão, porque ninguém quer que você vá para a política. Você também tem de vencer dentro do partido, porque os partidos são instâncias masculinas; e depois você vai às ruas. Isso é feito com todas as dificuldades.".

Jussara Freitas de Assis Versiani, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Ibirité

"A violência contra a mulher é um retrato da desigualdade. E estamos banalizando a violência. Por que precisou de uma lei para mostrar que o feminicídio é um crime hediondo? Sempre foi, mas ele era banalizado. (…) É muito importante a participação das mulheres nos organismos governamentais e nas instâncias de políticas de direitos das mulheres, que é exatamente o que estamos fazendo hoje. Queremos conhecer a mulher de Ibirité com um diagnóstico mais preciso, descobrindo o seu perfil produtivo de emprego e renda. Também queremos saber como está a situação da mulher dentro dos partidos políticos e nos cargos de direção do governo municipal, do comércio e da indústria. A CDL poderá nos ajudar, assim como o sindicato dos agricultores e o terceiro setor. (…) Ainda não temos, no nosso município, um organismo executivo de políticas para as mulheres. Pretendemos estimular, no município, a discussão sobre a implementação de um órgão executivo de política para mulheres.".

3.2.2.5 Debates em Varginha, Sul, 12/6/2015

Fernanda Mitsue Soares Onuma, mestre em Administração, professora no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas

"Debater a reforma política, sobretudo a PEC nº 16/2015, é relevante e urgente quando se reflete sobre a presença feminina no cenário político brasileiro. O Brasil tem uma representação feminina de 9% na Câmara e 13% no Senado, ficando abaixo da média mundial, que é de 22,1%, e até mesmo abaixo da média de países do Oriente Médio, tidos como hostis em relação aos direitos das mulheres, mas que contam com uma média de 16% de mulheres em cargos políticos. (…) Os principais fatores que explicam essa realidade seriam o sistema de representação do Brasil e a falta de financiamento das campanhas.

Uma visão interessante no estudo sobre as relações de gênero aponta como a agricultura teve um papel importante na construção desses processos históricos. Autores, como Peter Stearns, professor de história na George Mason University, Estados Unidos, dão conta de que a sociedade humana teve início com pequenos grupos de pessoas, que se ocuparam de atividades como a caça e a coleta para a sobrevivência. Nesses grupos nômades, até para garantir a própria sobrevivência, impunha-se uma divisão igualitária do trabalho. Contudo o surgimento da agricultura mudou esse contexto, ao possibilitar o estabelecimento desses grupos em um determinado território, graças a uma maior segurança para o abastecimento de alimentos. Com isso as taxas de natalidade passaram a aumentar não só em razão do suprimento de alimento, mas sobretudo porque a atividade agrícola nascente demandava mais mão de obra. Assim as crianças eram necessárias por representarem mais pessoas trabalhando na agricultura. Como nasciam mais crianças, e a maternidade demanda muita dedicação, surgiu a divisão sexual do trabalho, colocando a maternidade como tarefa feminina, e a atividade agrícola como responsabilidade masculina. Junto a isso, iniciou-se a separação do espaço privado – casa, cuidado, maternidade – para as mulheres e do espaço público – agricultura – para os homens. Em razão da importância da propriedade privada da terra como garantia à agricultura, os homens sentiram necessidade de controlar a herança deixada às gerações futuras. Daí surge a regulação da sexualidade das mulheres. Não sabíamos de onde isso veio, qual era o propósito. Mas o fato é que existe essa ligação com a manutenção da propriedade privada.

As migrações, as invasões e a expansão do comércio colocaram em contato diferentes sociedades, possibilitando um sincretismo cultural que favoreceu o compartilhamento dos ideais de domínio masculino entre os mais distintos e distantes povos. Ou seja, o sistema do patriarcado nada tem de natural. É um produto histórico e socialmente construído ao longo do processo de civilização. À medida que as civilizações foram se desenvolvendo, as desigualdades socialmente construídas entre homens e mulheres foram aumentando, e a manutenção da propriedade privada seguiu associada ao controle da sexualidade feminina, que demandava o

confinamento das mulheres no espaço privado. Não se trata de transformações históricas em que as mulheres foram meras expectadoras passivas. Muito ao contrário, historiadoras como a brasileira Mary Del Priori mostraram que, no contexto brasileiro, sempre houve resistência por parte das mulheres contra o casamento como negócio típico do patriarcado. (…) As mulheres não foram completamente passivas e sempre buscaram escrever sua história, sua trajetória, apesar de toda a opressão a que eram submetidas. Por que a nossa história omite tanto o papel ativo das mulheres?

Michele Perrot e John Scott são autores que nos fazem lembrar que a história é formada não apenas por fatos e sucessões, mas sobretudo por relatos do que realmente ocorreu. E esses são relatos de homens para homens. Se pararmos para pensar, veremos que, por um bom período da nossa história, as mulheres foram privadas da educação formal. Elas passaram a aparecer na história a partir de relatos masculinos, e não por sua própria voz. Muitas vezes eram citadas em casos de escândalos, como ocorria com prostitutas, ou quando precisavam servir como imagem a ser seguida, a exemplo de santas da Igreja Católica. A partir daí, começamos a compreender a funcionalidade do discurso moral e religioso para a lógica de acumulação do capital, para manutenção da propriedade privada, tão cara ao sistema patriarcal.

A partir dessas discussões, fica mais claro entender a importância da representação da mulher em cargos públicos. É preciso dar voz às mulheres, já que a história nos ajuda a ilustrar que o relato dos homens as deixou na obscuridade, na inexistência. Não precisaria ser dessa forma. Os homens que compreendem o aspecto histórico das relações de gênero poderiam contribuir com a superação da invisibilidade feminina pela alteridade, ou seja, pela capacidade de se colocarem no lugar das mulheres e apoiá-las em suas demandas. Como Margareth Rago observou, a revolução feminista promoveu não somente o acesso das mulheres à cidadania, mas a feminização da cultura. Privar os homens do convívio familiar, da criação e do cuidado dos filhos, colocar unicamente sobre seus ombros a responsabilidade do sustento da família, negar-lhes o direito de expressar livremente seus sentimentos ou impedi-los de exercer determinadas profissões que combinam com seu jeito de ser e possibilitam a realização pessoal simplesmente porque o senso comum considera essas situações como sendo de mulher são violações graves à sua condição humana e os impedem de se realizarem enquanto indivíduos. Portanto combater as ideias do sistema patriarcado liberta mulheres e homens da opressão social historicamente construída e favorece a autonomia de todos.

As relações de gênero são relações de poder que se estabelecem a partir dos chamados estereótipos. (...) Na história dita oficial, escrita pelos homens, as mulheres simplesmente não existiam. (…) O exercício de poder nas relações de gênero está nas relações, e não nas pessoas em si. Com isso, talvez seja possível, nessa perspectiva, que haja homens feministas e mulheres machistas. Ou seja, é preciso refletir, também diante dessas relações de gênero, que o acesso das mulheres aos cargos públicos se complexifica. Não é porque uma mulher assumiu que, necessariamente, ela vai buscar se pautar por demandas das demais mulheres. (…)

Nascer do sexo masculino, graças ao estereótipo de gênero, garante certo privilegio também a essas pessoas, e pode dificultar o exercício da alteridade, de se colocar no lugar das mulheres e buscar pautar também as suas reivindicações em termos políticos. A partir daí, nós temos alguns desafios da participação da mulher na vida política mineira, a começar das relações de gênero. Quando se tem características, por exemplo, que dentro dos esteriótipos são tidas como masculinas ou femininas, se elas se encontram na pessoa daquele sexo correspondente, elas são vistas como uma qualidade; mas, se for no sexo oposto, são vistas como defeitos. Então, muitas vezes, quando algumas mulheres acessam cargo de poder e assumem certas características ditas como masculina, elas também vão sofrer bastante discriminação nesse sentido. (...)

Quando olhamos para as principais pastas dos ministérios, por exemplo, das 10 principais, apenas duas são ocupadas por mulheres, mesmo que as indicações sejam feitas pela nossa chefe máxima do Executivo, que é uma mulher. Então que participação nós queremos? Simplesmente colocar mais mulheres como parte desse processo ou mulheres que possam também ter a participação naquelas pastas, naquelas questões que sejam mais estratégicas do ponto de vista político, econômico e institucional, e não necessariamente uma participação de fachada, só para constar.”.

Synara Aparecida Nicolau, diretora do Sindicato dos Bancários de Divinópolis e região

"Não estamos aqui para brigar com os homens, não estamos aqui para tirar o lugar dos homens. Estamos aqui para dividir as responsabilidades com eles. Por que nós, mulheres, enfrentamos mais dificuldades que os homens para participar tanto da política quanto dos movimentos sociais, e de tudo? A sociedade em que vivemos é uma sociedade patriarcal, onde o homem é aquele que provê e sustenta, enquanto a mulher é aquela que cuida. (...)

Para que possamos participar, precisamos ter condições. Brigar por paridade, por cota ou por participação é uma coisa, mas ter condições de participar é outra bem diferente. Realmente precisamos do companheirismo dos nossos maridos, dos nossos irmãos, dos nossos pais, dos nossos amigos, dos nossos companheiros de política, de sindicato, de movimento, de faculdade, enfim, de todos os lugares. O movimento feminista não busca passar por cima dos homens. Queremos estar lado a lado.".

Larissa Peixoto Vale Gomes, doutoranda em Ciência Política, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da UFMG

"A política existe há muito tempo e tem sido dominada pelos homens. Foram eles que criaram as regras do jogo. Nós somos dominadas por relações de gênero. (…) Meninas e adolescentes ainda são socializadas a pensar que política não é para elas. Para as mulheres na política, essas opressões são evidentes na falta de espaço para sua participação e na falta de respeito quando falam. (...)

Vamos falar das cotas, que são importantíssimas para nós. Há pessoas que acham que a cota é uma vantagem. Na verdade, a cota é a correção de uma desvantagem, é o pagamento de uma dívida. Estamos há séculos excluídas da política. As cotas servem para corrigir esse sistema patriarcal, essa opressão estrutural e cultural que sofremos. Quando alguém lhe disser que a cota cria vantagem, digam que não, digam que a cota corrige, ela corrige um pedaço do problema. (...)

Ninguém quer perder seu poder, ninguém está disposto. (…) O jogo está feito para que os homens ganhem e as mulheres percam. As pesquisas mostram que a combinação de algumas regras podem trazer mais equilíbrio e justiça ao jogo eleitoral para mulheres, negros e indígenas. Vamos lembrar que o espaço da política ainda é muito machista. Isso quer dizer que as coisas valorizadas nesse espaço nem sempre são as coisas que nos foram ensinadas enquanto mulheres. Isso não quer dizer que não somos qualificadas. Mudar as regras do jogo não é mudar a meritocracia, é entender que essa meritocracia não foi pensada para todos nós. Na verdade, a meritocracia é muito parcial e favorece a um segmento muito específico de nossa sociedade. Pesquisas em ciências políticas têm demonstrado que a combinação que mais facilita a entrada de mulheres na política – e não só mulheres, mas outras minorias políticas também – é a representação proporcional com lista fechada e alternância de gênero.".

Ana Carolina Guerra, doutora em Administração, professora, coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Alfenas

"O feminismo é um movimento político composto por mulheres e – por que não? – também por homens e tem um olhar crítico sobre o sistema econômico, político e social em que estamos inseridos, combatendo o machismo, o sexismo e a desvalorização da mulher e do feminino. O objetivo maior do feminismo, que às vezes é tão taxativo e tão destratado em muitos sentidos, é superar as opressões relacionadas ao sistema de gênero, contribuindo para o alcance da igualdade de direitos e de possibilidades entre homens e mulheres. Busca, também, que o poder da sociedade seja um poder compartilhado entre todas as pessoas, independente do gênero de cada um. (...)

Nem todas as políticas públicas que têm como centro a mulher são, efetivamente, políticas públicas de gênero, nessa perspectiva de igualdade, de autonomia, de construção do movimento. As políticas públicas que vão reforçar aquele papel tradicional das mulheres como mães, como cuidadoras do lar, das pessoas idosas, e que não dão nenhum tipo de alternativa ou suporte para que elas exerçam também essas funções não são, efetivamente, políticas públicas que buscam transformar o papel da mulher na sociedade.

Na verdade, tendem a legitimar alguma coisa que já é imposta. (…) É preciso romper com a divisão sexual do trabalho. É preciso que se criem novas estratégias e formas de articulação entre a vida familiar e a vida pública. (...)

É necessário que haja políticas públicas de gênero, focalizadas nas mulheres, que também priorizem uma outra estrutura: serem pobres, negras, chefes de família, que vivam em situação de violência. Esse é um ponto importante. Não adianta implementar políticas públicas para mulheres sem levar em conta essas especificidades que acabam por determinar como é o dia a dia de cada uma e como são construídas nossas cidades, nosso estado e nosso país. (…) Na focalização, é preciso priorizar creches e escolas em tempo integral e programas de saúde, com uma visão integral e não meramente reduzida à esfera reprodutiva. São necessárias políticas de moradia digna, de restaurante popular, de atividade de lazer e de cultura e de criação de uma rede de economia solidária para dar suporte a essas mulheres. (…) Além disso, é necessário fortalecer as suas possibilidades e ampliar sua presença nos espaços de participação, representação, decisão e controle social das políticas públicas.".

Rosimar do Prado Carvalho, superintendente Regional de Ensino de Poços de Caldas

"Estando à frente da Superintendência Regional de Ensino de Poços de Caldas, uma regional com 17 cidades e 49 escolas estaduais, fico pensando quão pouco discutimos sobre a questão da educação da mulher, que envolva a questão de gênero. A própria educação que deveria ser um espaço onde se discute essa questão não faz esse papel. Precisamos de muitos fóruns, muitos debates, precisamos dar essa visibilidade, porque a política pública feita em um gabinete, feita a partir daquilo que eu acho que a mulher precisa não é suficiente. (...)

Temos um Estado patriarcal, partidos políticos machistas. A relação dos partidos políticos conosco é difícil. A forma como esses partidos nos arrebatam para sermos candidatas e todas as nossas dificuldades têm que ser discutidas nos 853 municípios de Minas Gerais, do menor ao maior. Queremos igualdade de gênero, queremos bancada feminista que nos represente.".

Sirléia Moreira Tavares, especialista em Saúde Pública, secretária de Desenvolvimento Social e Defesa Civil do Município de Carmo do Cajuru

"Queremos oportunidades e queremos estar em espaços ocupados por homens. (…) Queremos a execução das políticas públicas direcionadas às mulheres de maneira eficiente. (…) Um dos principais desafios para essas políticas públicas é superar esses papéis tradicionais de homem e mulher. Ainda existem muitas ações e programas que reforçam que a mulher é essa Amélia, essa dona de casa, sem autonomia e desenvoltura para avançar cada dia mais nas suas ações e ocupar o seu espaço. (…) Precisamos ocupar as secretarias e as coordenadorias de políticas públicas. (…) Queremos mais apoio e a estrutura necessários ao fortalecimento das candidaturas de mulheres visando ao preenchimento dos espaços políticos. (...)

O Estado de Minas Gerais possui 853 municípios, sendo que mais de 600 municípios são considerados de pequeno porte, abaixo de 25 mil habitantes, e, como falamos do empoderamento da mulher e das ações, precisamos pensar na mulher que está na área urbana, mas também na área rural, especialmente nos pequenos municípios.".

Ermelinda de Fátima Ireno de Melo, superintendente do Consórcio Mulheres das Gerais, coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher

"O primeiro desafio é a estrutura do Estado, o segundo desafio é a estrutura da sociedade, e o terceiro desafio é a pluralidade das mulheres e suas agendas. Para cada desafio temos de pensar estratégias diferentes. Na perspectiva da estrutura do Estado, um grande desafio é o nosso modelo federativo, que é hierarquizado, tem uma estrutura muito pesada: o governo federal, os governos estaduais e os governos municipais. Na nossa estrutura de arrecadação de impostos, a maioria vai para o governo federal e uma pequena parte para o governo dos estados. Os municípios, em função de sua organização, ficam com uma possibilidade muito menor de arrecadação de impostos. Se a política pública é uma ação de governo que não se faz sem recurso público, os municípios têm dificuldades de se organizarem na perspectiva da condução da sua política pública. Outro ponto é a extensão territorial do Estado, com 853 municípios. Conforme os dados trazidos, 600 municípios têm menos de 30 mil habitantes. O que um município de 30 mil

habitantes tem de arrecadação? Muito baixa. Sem arrecadação não se desenvolvem políticas públicas para ninguém, muito menos para nós mulheres. Então, como organizar políticas públicas nessa perspectiva? (…) A estrutura da sociedade brasileira é formada num tripé contraditório, baseado numa cultura sexista, racista e colonialista. Se essa é a base da sociedade brasileira, isso vai impactar na construção de uma política pública. (…) A estrutura dos governos municipais é extremamente masculina. Não estou falando de homens, mas do masculino poderoso na estrutura do masculino hegemônico. Com isso, vai haver baixa adesão às agendas dos movimentos feministas de mulheres. (…) Outra questão é a pluralidade das mulheres e de suas agendas. (…) Quanto à diversidade, devemos pensar as questões de raça e etnia, classe social, sexualidade e territorialidade.".

Isabel Cristina de Lima Lisboa, superintendente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres da Sedpac

"Há mais de 104 anos foi criado o Dia Internacional da Mulher e várias lutas decorreram daí. Estamos agora com a responsabilidade de assegurar essas conquistas e adquirir outras. Há uma pluralidade de vozes de mulheres em todo o mundo que reivindica mais justiça. Para além das questões dos avanços das conquistas feministas e das medidas legislativas e judiciais, precisamos de políticas públicas que garantam a todas os direitos humanos fundamentais. Precisamos compartilhar espaços públicos como protagonistas. Vivemos a busca de uma nova ordem, e esta não se sustenta na subordinação e na dependência das mulheres, mas na igualdade e nas relações sociais justas, democráticas e plurais. Devemos abolir a violência e a discriminação. (...)

Temos alguns desafios. Na política: ampliar a participação nos espaços de poder e invadir os partidos políticos. Não adianta só a filiação a algum partido, porque não vão poder ser candidatas. (…) No ordenamento jurídico: garantir os direitos sexuais reprodutivos das mulheres e a igualdade no mundo do trabalho. (…) Na economia: ampliar a autonomia, a corresponsabilidade. E mais, a questão da divisão sexual do trabalho, redefinir trabalho produtivo. Na cultura: desconstruir mitos e estereótipos que alimentam a desigualdade e a violência contra a mulher.".

Ângela Furtado Braga, delegada da Delegacia Especializada da Mulher em Varginha

"A Lei Maria da Penha prevê uma equipe multidisciplinar de atendimento à mulher. (…) Infelizmente, muitos benefícios previstos não são adquiridos na prática pelas vítimas, porque depende do governo estadual e federal. (…) Não deveria existir violência doméstica, não deveria existir Lei Maria da Penha, não deveria existir Lei de Feminicídio... Se a Constituição fosse colocada em prática e se todos fossemos efetivamente iguais, não existiria a Lei Maria da Penha. Mas, infelizmente, vivemos num País machista e a lei é necessária, porque ela possibilitou a prisão do autor.".

Parceiros(as):

- Associação de Pessoas com Doença Falciforme e Talassemia de Belo Horizonte e Região Metropolitana
- Associação Mineira de Municípios
- Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Minas Gerais
- Central Única dos Trabalhadores em Minas Gerais
- Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais
- Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte
- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
- Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais
- Consórcio Regional de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais
- Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais
- Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres de Nova Lima

- Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de Contagem
- Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de Lagoa Santa
- Coordenadoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Contagem
- Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte
- Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher de Sabará
- Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais / Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais
- Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
- Fórum de Mulheres do Mercosul
- Gerência de Diversidade Sexual da Prefeitura de Contagem
- Grupo de Trabalho Gênero e Agroecologia do Sudeste / Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas
- Marcha Mundial de Mulheres
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- Movimento Popular da Mulher
- N'zinga - Coletivo de Mulheres Negras
- Núcleo de Defesa da Mulher em Situação de Violência da Defensoria Pública de MG
- Quem Luta Educa / Plebiscito Constituinte
- Rede Afro LGBT Mineira
- Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher
- Rede Feminista de Saúde em Minas Gerais
- Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
- Secretaria Estadual de Mulheres do PT-MG
- Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Minas Gerais
- Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais
- Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
- União Brasileira de Mulheres em Contagem

3.2.3 Ciclo de debates Mulheres contra a Violência – Autonomia, Reconhecimento e Participação, 2016

De acordo com o Mapa da Violência 2015, o Brasil ocupa a 5ª posição em um conjunto de 83 países analisados pela Organização Mundial de Saúde, com 4,8 feminicídios por grupo de 100 mil mulheres (um aumento de mais de 100% em relação à década de 1980). Uma taxa extremamente elevada no contexto internacional, colocando o País atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Federação Russa. Os índices em Minas Gerais são igualmente altos. Imprescindível, ainda, registrar a enorme incidência de feminicídios sobre as mulheres negras em todo o País. Assim, em que pese a vigência de importantes marcos legais – a Lei Maria da Penha, de 2006, e a Lei do Feminicídio, de 2015 –, os números continuam em preocupante ascendência. Dessa forma, a discussão desse grave fenômeno e a busca por estratégias para o efetivo enfrentamento da violência contra as mulheres mantêm-se fortes e atuais nas agendas dos movimentos feministas e dos órgãos governamentais.

Para discutir esse cenário, foi realizado, nos dias 2 e 3/3/2016, o ciclo de debates Mulheres contra a Violência – Autonomia, Reconhecimento e Participação, também coordenado pela Comissão Extraordinária das Mulheres, o qual reuniu mais de 300 participantes. Foi organizado com a mesma diretriz de coparticipação com órgãos e entidades do governo e da sociedade civil, contando, assim, com a valiosa colaboração de cerca de 30 entidades parceiras. O evento objetivou, de modo geral, resgatar o significado do Dia Internacional da Mulher como uma data de luta contra as violências de gênero e pela construção da paridade política, neste último caso, em linha de continuidade aos esforços para remover os entraves encontrados pelas mulheres para participação na política institucional e em instâncias decisórias e de representação.

As reflexões propiciadas no encontro perpassaram precipuamente pela análise do Mapa da Violência 2015, que traz dados relativos aos homicídios de mulheres no Brasil, em série histórica, e as suas variações por território, cor/raça e faixa etária, além de informações sobre o atendimento às vítimas de violência, com base nos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde – Sinan – e da Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE. Os participantes discutiram sobre as violências contra as mulheres idosas, as mulheres com deficiência, as mulheres do campo e da floresta, as quilombolas, as profissionais do sexo, bem como sobre as diversas formas de violência de gênero, motivadas por questões relativas à raça, à orientação sexual, à faixa etária, ou à situação de privação de liberdade, por exemplo. O evento também abordou os avanços obtidos nas políticas de prevenção e de proteção contra as violências de gênero, tendo em vista os dez anos da Lei Federal nº 11.340, de 2006 – Lei Maria da Penha –, bem como questões referentes às masculinidades no enfrentamento da violência contra as mulheres.

3.2.3.1 Debates em Belo Horizonte, 2/3/2016

Deputada Rosângela Reis

"A realização deste ciclo de debates representa para a Assembleia mineira, junto à comemoração do Dia Internacional da Mulher, uma reflexão sobre as violências que as mulheres continuam enfrentando, como a violência física, o assédio e as atitudes machistas do cotidiano. (…) Queremos maior segurança para as mulheres, maior eficácia na sua proteção, mais rigor nas medidas protetivas, evitando a impunidade que leva à continuidade das agressões. (…) Além de um exame sobre os avanços trazidos pela Lei Maria da Penha, o evento deve considerar a necessidade de uma maior presença feminina na política, uma vez que o Brasil ocupa o último lugar na América Latina e o 131º lugar no mundo, em relação à presença efetiva das mulheres no parlamento.".

Deputada Geisa Teixeira

"Não conseguiremos trabalhar contra essa violência se não estivermos unidas, se não colocarmos a nossa voz para ser ouvida. Por isso, durante o nosso ciclo de debates realizado no ano passado, convidamos as mulheres para um debate amplo. O nosso lema era mais mulheres na política, mais mulheres ocupando espaços de poder. Nas assembleias, câmaras e prefeituras não chegamos a 10%. Ninguém melhor que a própria mulher para saber dos problemas e das dores que envolvem as mulheres. É muito importante que criemos cada vez mais agendas, que estejamos cada vez mais unidas aos movimentos de mulheres. A Comissão Extraordinária das Mulheres está ampliando esse debate. Queremos, inclusive, uma mulher na Mesa da Assembleia.".

Deputada Ione Pinheiro

"A maioria dos casos de violência ocorre no lar, sendo os agressores companheiros, ex-companheiros, pais e filhos. (…) O que podemos fazer? Como podemos ajudar essas mulheres para que não fiquem caladas, para que não sofram silenciosamente? Por que elas têm vergonha? A maioria tem vergonha de se expor. Às vezes, há dependência financeira e por isso não denunciam o parceiro, não denunciam o filho. Então, eu acho que esse debate é o momento de encorajarmos, de ajudarmos essas mulheres a dizerem: 'Não, chega de violência!'. Não vamos ficar caladas. Nós podemos combater essa violência.".

Deputada Marília Campos

Hoje estamos aqui em mais um encontro para comemorar essa data tão importante na nossa luta: o 8 de Março. A *hashtag* que estamos distribuindo é "#nãosecale", muito oportuna. Não se cale. Não se cale, porque temos uma sub-representação nos

executivos municipais, nas câmaras de vereadores e vereadoras, na Assembleia Legislativa, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Não chegamos aos 12% de representação. Não se cale. Não se cale, porque, mesmo depois de aprovadas a Lei Maria da Penha – e vamos comemorar 10 anos de existência dessa lei –, e a Lei do Feminicídio, nós, no Mapa da Violência, somos destaque, porque não param de matar mulheres, não param de violentar mulheres, não param de humilhar mulheres. Por essa razão, este encontro vai discutir a violência e chamar as mulheres não apenas para continuar a nossa luta por mais mulheres na política mas também para que as mulheres não se calem. (…) Continuem a denunciar, porque ainda querem tirar as nossas conquistas. Recentemente, tivemos grandes disputas que foram travadas pelos conservadores na Câmara dos Deputados, nas câmaras de vereadores e na Assembleia Legislativa e tivemos um enorme retrocesso na disputa do Plano Nacional de Educação, quando cada município não permitiu que abordássemos a questão de gênero. Se a gente quer enfrentar a discriminação, se a gente quer enfrentar o preconceito, se a gente quer que o desejo da mulher seja respeitado para que esteja onde quiser, temos que ter um novo padrão de educação que emancipe. Portanto, a questão de gênero tem que estar colocada em todo o processo de educação das nossas meninas e dos nossos meninos.".

Deputada Celise Laviola

"São várias as violências sofridas pelas mulheres. Não é apenas violência física, e sabemos disso, mas no trabalho, no dia a dia, nos relacionamentos. Isso precisa ser denunciado e mudado. Apesar de toda a estrutura que já existe – a exemplo das delegacias especializadas e da Defensoria Pública –, a mulher ainda tem muita dificuldade de denunciar a violência que sofre. (…) Precisamos levar essa bandeira tão seriamente como levamos a bandeira do empoderamento da mulher.".

Julio Jacobo Waiselfisz, coordenador da Área de Estudos sobre Violência da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

"No ano passado, fui convocado, na programação da Semana Internacional das Nações Unidas em Defesa dos Direitos da Mulher, para elaborar especificamente o Mapa da Violência contra a Mulher. Já havíamos feito alguns anteriores, mas nunca com a especificidade que vimos agora nesse mapa, divulgado em fins de 2015, que foi o Mapa de Homicídio de Mulheres no Brasil, divulgado pela ONU Mulheres, pela OMS e vários outros organismos. (…) Começamos a elaborar os mapas na Unesco, no organismo internacional do qual eu era diretor de pesquisa nessa época. No ano de 1998, elaboramos o primeiro mapa. Portanto, o mapa já tem praticamente 18 anos de vida de produção. Neste momento estamos no Mapa nº 28 e acabamos de publicá-lo. O foco global foi sempre a violência dirigida contra a população brasileira, com vários temas específicos – mulher, arma de fogo, juventude, crianças e adolescentes. Cada vez tomamos um tema específico que nos remete a temas de interesse, porque há um fato novo, um fato determinante que está marcando a necessidade de atualizar e divulgar dados. (…) Esclareço que o mapa é unipessoal, sou eu que o faço, não tem equipe por trás. As parcerias são apenas para sua divulgação. O mapa não é financiado por ninguém, por nenhum organismo, é autofinanciado. Já tivemos parcerias especificamente para a divulgação com o Instituto Ayrton Senna, a Unesco, os Ministérios da Justiça e da Saúde, a Rede de Comunicação Latino Americana, o Instituto Sangari, a Flacso, na qual trabalho agora, o Cebela, a Secretaria-Geral da Presidência da República, a Secretaria Nacional de Juventude, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a ONU Mulheres, por exemplo. Foram diversos organismos nacionais e internacionais que clamam em conjunto para a divulgação dos dados do mapa. (…)

Fizemos um histórico da violência contra a mulher, que começa em 1980 e termina em 2013, último ano de dados divulgados por nossa fonte. Trabalhamos com o mapa da violência nas unidades federativas do Brasil e nas regiões brasileiras, nas capitais dos estados, nos municípios. Tentamos compilar estatísticas internacionais, contextualizamos a mortalidade feminina, trabalhando com raça, cor, idade, meios utilizados, local da agressão. (…) Trabalhamos com uma base secundária que não trata de homicídios, mas de violência. É a única base que nos permite caracterizar quem é o autor da violência, dado que as fontes, que são as certidões de óbito, não caracterizam o autor da violência, só caracterizam a vítima. Para vermos quem é a pessoa que agride, o autor

da violência, tivemos de recorrer a outros dados que são os do Sinan, do Ministério da Saúde. (…) Trabalhamos em atendimentos no SUS, em 2014, com a violência contra a mulher por unidade federada, idade, agressor, tipo de violência, local da agressão. Na conjuntura da Pesquisa Nacional de Saúde 2013, uma pesquisa nacional organizada pelo Ministério da Saúde e pelo IBGE, fiz duas perguntas à população, a aproximadamente 68 mil mulheres no Brasil. Foram duas perguntas muito simples: 'No último ano você sofreu alguma agressão por pessoa conhecida? No último ano você sofreu uma agressão por pessoa desconhecida?' (…) É a única pesquisa que temos neste momento, no Brasil, que permite identificar agressões contra mulheres. Porque todo resto de nossa fonte, são agravos de notificação. A pessoa tem de notificar. Não sabemos quantas pessoas notificam e quantas não notificam. No resto, exceto homicídio, que não precisa de notificação, não temos uma fonte fidedigna da violência que acontece em nossa vida cotidiana. (…) Por último, fizemos uma estimativa da nova Lei do Feminicídio, de quantos feminicídios, crimes domésticos por ódio, que é um pouco da definição sintética de feminicídio pela legislação brasileira, quantos feminicídios existem no Brasil como ódio de gênero? (...) Só utilizamos fontes oficiais do Ministério da Saúde, do Ministério da Justiça, do IBGE, etc., para não ter de discutir a fidedignidade da fonte. Nenhum governo deve discutir sua própria fonte. (…)

O que utilizamos para caracterizar homicídio? O sistema de informação de mortalidade do Datasus, do Ministério da Saúde. Há uma lei brasileira que diz que, diante de qualquer morte, deve haver uma certidão de óbito para poder fazer qualquer tipo de trâmite, enterrar, trâmites sucessórios, INSS, enfim. Tem de ter certidão de óbito. Essa certidão de óbito é lavrada à vista, é uma declaração de óbito assinada por médico competente, que, no caso de violência – causas externas –, tem de ser um médico forense ou pessoa investida de capacidade forense. O sistema de informação de mortalidade começou a funcionar em 1979, mas na realidade temos dados relativamente fidedignos a partir de 1980. São dados nacionais com a mesma definição nacional. Por isso utilizamos essa fonte. Há outra fonte que se utiliza também, que são os boletins de ocorrência policial, mas preferimos utilizar a fonte do Ministério da Saúde. (...)

Enquanto o Brasil tem um crescimento íngreme da violência de 1980 a 1996, Minas Gerais permanece praticamente estagnada nesse período. O Brasil se estabiliza em 1996, permanece estável até 2006, depois, com a Lei Maria da Penha, cai por um ano, depois, começa a subir de novo, e drasticamente. Em Minas Gerais, superou-se o grande crescimento de 1995 a 2003. Esse foi o *boom* da violência contra a mulher no Brasil. Passamos de 1,8 homicídios a cada 100 mil mulheres para 4 homicídios, ou seja, mais do que duplica a violência contra a mulher nesse período. Depois, se estabiliza, também com a Lei Maria da Penha, tem uma queda por um ano, depois começa a subir de novo. Nesse momento [2013], a taxa de Minas Gerais é praticamente semelhante à do Brasil. Mas houve uma evolução totalmente diferenciada da brasileira, em função de políticas locais: diferentemente do resto do País, que teve algum tipo de apoio, Minas Gerais não teve.

Se observarmos as estatísticas internacionais – conseguimos estatísticas padronizadas pela OMS de 83 países do mundo –, veremos que o Brasil ocupa, como já se disse aqui, a 5ª posição. Ou seja, a taxa do Brasil é muito elevada no contexto internacional. Se Minas Gerais fosse um país – e tem todas as condições territoriais e populacionais para isso, pois é muito maior do que muitos países europeus, tanto em tamanho, quanto em população –, estaria em 7º lugar internacional. Seria o Brasil, com 4,8; México, com 4,4; e Minas Gerais, com 4,2. Enfim, o Brasil e Minas Gerais teriam, nada mais, nada menos, 48 vezes mais homicídios femininos do que no Reino Unido e 24 vezes mais do que países como Irlanda e Dinamarca. Ou seja, para cada mulher que é assassinada nos países medianamente civilizados da Europa, no Brasil morrem entre 24 e 48 mulheres mais. São estatísticas obscenas de observarmos, com o tipo de carnificina que temos no Brasil.

Mas quero esclarecer que não é só de mulheres, a carnificina é de homens, crianças, idosos... Temos taxas obscenas e totalmente inaceitáveis de mortalidade, e ninguém se importa. Digo isso, porque, com muito assombro, vi que temos uma enorme mobilização pela zica, a chicungunha e a dengue, que matam a centésima parte das vítimas de homicídios, e não temos a mínima mobilização pelos homicídios, nem o mínimo recurso para tratar disso, como temos para tratar da dengue e da chicungunha. Ou seja, para um mal que mata 100 vezes mais do que todos esses outros males, não temos orçamento para trabalhar. (...)

Sobre a posição nacional das diversas unidades federativas do Brasil. (...) Em 2003, Minas Gerais ocupava a 15ª posição, com uma taxa de 4 homicídios em 100 mil. E a taxa nacional era de 4,4. No resto do País, a taxa de violência contra a mulher cresceu muito mais se comparada à de Minas Gerais. Em 2013, Minas Gerais, com 4,2, ocupa a 22ª posição, isto é, é um dos estados menos violento contra as mulheres do Brasil. Mas, ainda assim, é um Estado altamente violento, seria o 7º país em violência no mundo. Se vocês observarem a taxa de crescimento entre 2003 e 2013, poderão perceber que Minas Gerais cresceu 4,9% em 10 anos. Não foi um grande crescimento. Outros estados cresceram muito mais. Em Roraima, a taxa de homicídio de mulheres cresceu 343%; na Paraíba, 229%, ou seja, triplicou; na Bahia, quase 200%. Em alguns estados, como Amapá, Rondônia, Pernambuco, Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo, as taxas caíram, houve políticas que permitiram queda nas taxas de homicídio de mulheres, bem como queda na taxa de violência geral. Há uma enorme correlação entre homicídio de mulheres e violência geral na sociedade. Sociedades com enorme quantidade de homicídios possui também enorme quantidade de homicídios de mulheres.

Depois, entre 2006 – ano da Lei Maria da Penha – e 2013, a taxa de poucos estados caiu. Caiu em Rondônia, no Espírito Santo, em Pernambuco, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em Minas Gerais, desde a Lei Maria da Penha, a taxa de homicídio de mulheres aumentou quase 6%. Nas capitais acontece aproximadamente o mesmo fenômeno. Belo Horizonte, em 2013, estava na 18º posição. Observem que em Belo Horizonte as taxas caem 27,6%, uma boa diminuição em 10 anos, mas no resto do Estado, as taxas aumentam. Isso significa uma excessiva concentração de política na capital do Estado. (…) Se falarmos de município, apenas um município de Minas está entre os mais violentos do Brasil: Buritizeiro. É um município muito pequeno, e 1 homicídio já faz pular a taxa. (Isso aconteceu com um município em São Paulo, o Município de Borá, com 800 habitantes. As taxas foram as maiores do Brasil, com 1 homicídio).

Em 25% dos municípios brasileiros concentra-se a matança de mulheres. Em Minas Gerais, a questão está muito espalhada. Em 2013, dos 853 municípios de Minas Gerais, 453 não tiveram registro. Em Minas Gerais, a violência é menor, mas se encontra muito mais espalhada, o que dificulta enormemente uma política pública de enfrentamento à violência. A territorialidade da política pública é um desafio, devido à extensão de Minas Gerais e a sua diversidade territorial. (…) Não é necessário trabalhar em todo o território do Estado. Pega-se o município que tem elevado índice de violência para fazer um diagnóstico, a fim de saber a que se deve esse nível de violência e realizar atividades.

Homicídio por cor no Brasil e em Minas Gerais: observem que eles são estritamente paralelos. As taxas de homicídios de mulheres brancas no Brasil caíram 11,9% de 2003 a 2013. As taxas de homicídios de mulheres negras aumentaram 19,5%. O que isso quer dizer? Isso quer dizer que a vitimização das mulheres passou de 22,9% para 66,7%. Essa é a vitimização por cor. Morreram, em 2013, 66% mais mulheres negras do que mulheres brancas. Em Minas Gerais, as taxas de homicídio de brancas caíram 2,1%, e as taxas de homicídio de mulheres negras aumentaram 9,6% no mesmo período. A vitimização é de 50%. Morrem 50% mais negras do que brancas no Estado. Por que isso acontece? Uma das nossas hipóteses de trabalho é que as políticas públicas, da mesma forma que se concentram nas capitais, concentram-se nos bairros abastados, preferencialmente de brancos. (…) Politicamente, prefere-se transferir a segurança pública para bairros com impacto político do que para bairros com pouco impacto político. (…)

Em 2013, a taxa de homicídio de mulheres brancas em Minas Gerais está na 14ª posição, com 3,1 homicídios a cada 100 mil mulheres brancas, enquanto que a de negras está no 20º lugar, com 4,6 homicídios a cada 100 mil mulheres negras. Vejamos a evolução histórica das mortes de brancas e negras: em 2003 eram 152 e cai para 144, enquanto que a de negras aumenta de 199 para 274, em 2013. (…) Idades das vítimas homens e vítimas mulheres: a única diferença é o platô que vai dos 18 aos 30 anos de idade. A mulher apresenta uma espécie de platô, enquanto os homens têm um pico aos 19 anos de idade. A mulher, mais ou menos, conserva a faixa de 3,4 homicídios até os 30 anos de idade. A idade de risco da mulher de morrer assassinada vai dos 18 aos 30 anos da idade. É a idade-pico de maior incidência de homicídios.

Que meios e instrumentos se utiliza em um e em outro caso, ou seja, quando é homicídio de homem e quando é homicídio de mulher? Morte por estrangulamento e sufocação: 6,1% dos homicídios femininos e 1,1% dos masculinos: mulher morre mais por força física. Arma de fogo: 48% a mulher e 73% o homem: homem morre mais por arma de fogo. Objeto cortante penetrante: 25% dos homicídios de mulheres são por objeto cortante penetrante, enquanto os dos homens é 14,9%. Objeto cortante é faca, ponta de faca. Objeto contundente: 8% mulher e 5% homem. Considera-se, na criminologia, que existe premeditação quando se utiliza arma de fogo. Quem porta arma de fogo provavelmente quer matar ou vai usá-la para matar. Uso de força física e objeto cortante é mais crime de ódio e crime por motivos fúteis e banais. A pessoa pegou uma faca, um tacape, um ferro e matou ou sufocou por força física.

Há uma tendência a que o homem morra mais. Agora vamos ver onde se morre, o local. Em estabelecimento de saúde é mais ou menos a mesma quantidade: 25% mulheres e 26% homens. Em domicílio: 27% das mulheres morrem em seu próprio domicílio e 10% dos homens morrem em seu domicílio. Na via pública: morrem 31% de mulheres e 48% de homens. Tudo isso nos leva a crer que, em geral, as mulheres estão mais propensas a crime doméstico, crimes por motivos fúteis, banais, por ódio. Os homens também morrem pelos mesmos motivos, mas em proporção bem menor. Esses são dados do Sinan, pelo qual os agentes de saúde do sistema SUS têm de notificar, compulsoriamente. (...)

Em 2009, a tudo isso se juntou a violência contra crianças, idosos e mulheres. (…) Em 2014 foram atendidas 223 mil mulheres vítimas de violência no Brasil. Quem recorre ao SUS para ser atendida não é por uma violência verbal, por uma violência leve, mas porque foi vítima de uma violência pesada, causando um tipo de trauma que faz com que essa mulher tenha de ir a um posto de saúde. E já é uma violência de média para cima, violência pesada mesmo. O que temos é que mais de 200 mil mulheres tiveram de ir ao sistema de saúde para se submeter a algum tipo de atendimento, que foi registrado. A portaria do Ministério da Saúde estabelece que, diante da suspeita de violência à mulher, o profissional tem a obrigação de fazer o registro. Nem sempre se registra, mas há a obrigação de registrar a violência contra a mulher. (…) Observando as idades: crianças, 11%; adolescentes, 18%; e jovens, 15%. Isso significa que há uma concentração de violência em mulheres jovens. As idades são as mesmas que levantamos nos atendimentos. Em relação às idades, há um pico aos 14 anos para as meninas, uma idade preocupante. Esse primeiro esboço, à esquerda, mostra que, até 1 ano de idade, registra-se o máximo nível de atendimento por violência no sistema SUS. Temo que isso passe desapercebido. Quem são as vítimas de violência preferenciais no Brasil? São tanto os meninos quanto as meninas de menos de 1 ano de idade, quando os pais, os parentes, levam-nos a um posto de saúde e se especula que houve violência no trato dessa criança, por isso ela teve de ser atendida. Há uma enorme quantidade de crianças que são atendidas pelo sistema SUS. Depois, há picos, aos 14 anos de idade, para as meninas e, 17 anos de idade, para os meninos. (...) 82% das crianças são vítimas de violência pelos pais. As meninas são vítimas de violência pelos pais. Quando passa a adolescência, começam a ser vítimas tanto da família quanto dos parceiros. Quando jovem, são 50% das mulheres que recorrem ao posto de saúde, e o agressor foi o parceiro. Jovens e adultas, o parceiro é o principal agressor dentro do sistema de atendimentos. (…) 34% dos agressores são os filhos. Todos os tipos de agressões acontecem praticamente no âmbito familiar. A menina, a mulher, vai mudando de agressor: quando criança, são os pais; quando adolescente ou adulta, são os parceiros; quando idosa, são os filhos. Vai mudando de agressor, mas conserva-se o caráter de agressão doméstica.

Dos 4.762 homicídios registrados em 2013 pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade, 2.394, isto é, 50,3% foram perpetrados por um familiar da vítima. Isso representa perto de sete feminicídios diários nesse ano. 1.583 dessas mulheres foram mortas pelo parceiro ou ex-parceiro, o que representa 33,2% do total de homicídios femininos nesse ano. A Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE fez duas perguntas a 60 mil mulheres maiores de 18 anos de idade. As duas perguntas foram muito simples. A primeira foi: no último ano, você foi objeto de violência por parte de alguma pessoa conhecida? Sim ou não? Segunda pergunta: no último ano, você foi objeto de violência por alguma pessoa desconhecida? Sim ou não? Números: em Minas Gerais, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE, em 2013, 412 mil mulheres foram vítimas de violência. (...) Dividido dessa forma, em Minas Gerais, 260 mil mulheres foram vítimas de agressão por parte de pessoas conhecidas e 152 mil por pessoas desconhecidas. (...)

Nossas leis são muito boas. São leis avançadas. Temos a Lei Maria da Penha, a Lei do Desarmamento, o Estatuto da Criança e do Adolescente, instrumentos avançados. Mas vou colocar muito em dúvida a suficiência da alocação de recursos para as atividades que isso está gerando, para não colocar em dúvida todo o conjunto de leis. Não tenho muitos dados para avaliar a eficiência dessas atividades que estamos fazendo porque não avaliamos muito. (…) Investimos muito e olhamos pouco. (…) O primeiro passo da cura é a consciência da enfermidade. Se não estamos conscientes da enfermidade, nunca vamos curar. E ser consciente da enfermidade não garante a cura. Falta muito mais. É a condição necessária mas não o suficiente. Estamos trabalhando no escuro, faltam dados, os dados que temos são fajutos. (…) Estamos trabalhando no escuro e não tomamos nenhuma medida para ter um mínimo de claridade. Penso que essa claridade é a condição necessária para operar com um mínimo de fidedignidade. (...)

Penso que há um aumento da violência doméstica em função de um processo de reação conservadora que está vivendo a sociedade brasileira e a mundial. (…) Temos de desmistificar a democracia racial brasileira e a ideia de que não há violência nas relações raciais do Brasil. Temos de trabalhar sabendo que, no Brasil, existe a cultura da violência, que faz com que qualquer conflito se resolva com o extermínio do próximo, e não com a superação do próprio conflito.".

Vanessa Beco, representante do Coletivo Negras Ativas

"As mulheres negras são a maioria das violentadas, as maiores vítimas de violência doméstica e são as que mais sofrem violências racistas e institucionais/institucionalizadas na sociedade. Isso é um ponto fundamental quando discutimos a violência contra a mulher.

Esse é um ponto que precisa ser aprofundado. Seja pensando como racismo institucional ou institucionalizado, ele é fato, já existem vários estudos a respeito da institucionalização do racismo nas diversas instâncias da sociedade. Essa questão da institucionalização do racismo nos remete a um grande ponto de luta, especialmente do movimento social negro. É o ponto das ações afirmativas. (…) Outro ponto é a falta de serviços especializados, tanto os que se comprometem com a especificidade das mulheres negras, quanto os que se comprometem com a especificidade das mulheres jovens. E sobre as mulheres negras, devemos lembrar que são as maiores vítimas. Se dermos como exemplo o serviço de saúde, temos dados muito recentes que mostram que as mulheres negras recebem cinco vezes menos anestesia na hora dos atendimentos quando vão dar à luz ou passar por alguma cirurgia do que outros tipos de mulheres. É importante pensar de que maneira essas violências estão se dando. De várias formas, esse foi só um dos exemplos. (...)

Apesar dos recentes avanços no campo dos direitos e das garantias das trabalhadoras domésticas, as mulheres negras ainda são maioria nesse trabalho, que remete a um lugar de subalternidade, onde ainda ocorrem diversas violências. (…) Esse lugar específico para as mulheres negras está muito relacionado a esse lugar escravocrata, com essa mentalidade, com a persistência de algumas violências que temos na sociedade. Existe uma ocupação compulsória de mulheres negras, bem como uma manutenção de tais mulheres em um lugar específico. Trabalhadoras de várias gerações relatam os abusos físicos, morais, sexuais, o que comprova que a sociedade continua sendo hostil com as trabalhadoras domésticas, sobretudo com as mulheres negras, porque há um desrespeito e um descomprometimento enorme. (…) E o fato de serem desprovidas de capital socioeconômico, e também capital cultural, deixa essas trabalhadoras numa situação extremamente vulnerável e perigosa. (…) O direito à educação das mulheres e meninas negras na sociedade continua negligenciado. (...)

A maioria das mulheres negras se encontra nas camadas mais populares da sociedade. Para as mulheres brancas, há um diferencial nesse lugar social. Então, muitas vezes essas mulheres negras são subestimadas, há tentativas de tutela, entre outras coisas. Além disso, existem dificuldades dessas mulheres de lidar com mulheres negras quando ascendem e estão num lugar de chefia e de maior prestígio social. Isso tudo está relacionado com o racismo. Se essa mulher for jovem, enfrentará também posturas adultocêntricas.

Temos tido algumas agendas conservadoras avançando no País, com o apoio de parte significativa da sociedade, que prejudicam, e muito, as mulheres negras, São agendas homofóbicas, contra a laicidade do Estado, que querem rever direitos conquistados. (…) Mesmo com todas as violências sofridas cotidianamente pelas mulheres negras e jovens, temos algumas lutas importantes que vêm sendo travadas e alguns avanços também. Há uma luta cotidiana das mulheres negras para avançar na agenda de igualdade racial para fortalecer as ações afirmativas e para fazer crescer esse campo. Aí, mais uma vez, é importante lembrar que o todo da sociedade precisa se comprometer.

Um outro problema que temos também são os estigmas, os olhares marginalizantes que existem sobre esse público. Então aquela ideia de pessoa negra como pessoa pobre ou pessoa marginal ainda está muito arraigada na sociedade. É muito tranquilo abrir vaga para uma mulher negra para faxineira da empresa que se gerencia, mas não se abre vaga para ela como uma supervisora, como uma coordenadora de setor, dentre outras coisas, que poderíamos citar. É nisso que precisamos pensar.".

3.2.3.2 Debates em Belo Horizonte, 3/3/2016

Júnia Sales Pereira, subsecretária de Informação e Tecnologias Educacionais

"O desafio é realizarmos um diagnóstico das ações em curso nas escolas e, ao mesmo tempo, garantir um ambiente seguro de registro de ocorrência, de percepção da violência e de formação docente e continuada em serviço. (…) O registro de ocorrência será fundamental para que as professoras e os professores em atuação na rede estadual possam romper com a invisibilidade dessa agenda. Isso garante que a escola não trate essa questão de forma banalizada e constitua condições para apoio, acolhimento e assistência na escola e fora dela às pessoas vitimadas por violência. (…)

Não podemos criar uma agenda seletiva dos tipos de violência, pois toda violência é condenável. Essa agenda da violência contra a mulher – que não é ocasional, dadas as incidências –, apesar do silenciamento social e educacional face a essa realidade, incorpora, chama e considera todas as outras pautas relacionadas a violências. Gênero, portanto, é um assunto silenciado historicamente e nas escolas. (…)

A violência se apresenta como materialização das diferenças transmudadas em desigualdades hierárquicas, com o propósito de dominar, explorar e oprimir. A dominação masculina é produzida e reproduzida tanto por homens quanto por mulheres. A violência de gênero ocorre em relações assimétricas e hierarquizadas, denotando uma relação desigual ou de subordinação, interferindo de forma negativa no desenvolvimento do sujeito agredido. (…) Visamos promover a formação e ações relativas à diversidade nas escolas, o respeito às peculiaridades de cada segmento em suas características físicas, étnicas, socioculturais, etárias e de gênero e a confirmação da convivência democrática como suposto fundamental das interações.

A educação é uma condição da democracia plena, portanto o direito à educação para todas e todos, com igualdade de oportunidades, sem hierarquizações ou exclusões, é um pressuposto, assim como a superação das hierarquias de gênero. (…)

Foram recebidos cerca de três mil projetos nas escolas. Desses, 91 estão relacionados à abordagem das relações de gênero, diversidade e sexualidade. Destaquei três deles: Gênero e Sexualidade na Escola: Educando para a Diversidade; Melhorando a Aprendizagem, Prevenindo contra as Drogas, Violência e Prostituição, Despertando uma Perspectiva para o Futuro; e Refletindo sobre as Relações de Gênero e seus Impactos na era da Sociedade. (…)

Algumas campanhas, programas e ações: programa Convivência Democrática, Campanha Afro-Consciência, realização da exposição Lélia Gonzalez, importante militante negra; Encenação da peça Memórias de Bitita: o coração que não silenciou, com biografia de Carolina Maria de Jesus – uma peça encenada nas escolas do Sistema Socioeducativo e no presídio feminino; divulgação do gibi As Marias em: Maria da Penha vai às escolas, que está disponível no *site* da Secretaria Estadual de Educação; desenvolvimento do programa Justiça vai às Escolas, em parceria com o Tribunal de Justiça, com palestras sobre a Lei Maria da Penha, teatros, oficinas, construção de material sobre a violência contra as mulheres; projeto Iguais na Diferença, convênio com a UFMG, que prevê formação e intervenções com alunas e alunos nas escolas; seminário regional Gênero e Violência contra a Mulher,

em Araçuaí e Almenara; publicação de cadernos temáticos em educação e direitos humanos; roda de conversa com juventude feminina em escolas quilombolas sobre estética negra; publicação do catálogo literário Autorias da Diversidade, em que consta, dentre outras, a temática dos direitos humanos e gênero; apoio ao TransEnem, que é a primeira iniciativa dessa natureza que ocorre dentro de uma escola; deferimento de todos os pedidos de uso de nome social na vida escolar pela Secretaria Estadual; realização de levantamento das ações sobre as temáticas gênero e diversidade nas escolas.".

Anyky Lima, presidenta do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais

"Posso não parecer, mas sou uma mulher travesti, e com muito orgulho. Jamais vou deixar de usar esse nome, porque travesti é um nome de luta. (...)

A deputada Marília Campos apresentou um projeto do nome social nesta Casa. Quero saber como está o trâmite desse projeto. E gostaria de falar da importância da criação do conselho LGBT. Ele vai nos dar visibilidade, é onde levaremos nossas demandas. (...)

Não posso falar muito sobre a mulher lésbica e bissexual, porque não sou lésbica, nem bissexual, sou travesti. Mas sei da violência que essas mulheres sofrem. Falar de violência para mim é fácil porque a sinto na pele, principalmente quando falo que sou travesti, e as pessoas se horrorizam. Consegui sobreviver: chegar aos 60 anos é uma glória muito grande para uma travesti, porque elas são assassinadas, com requinte de crueldade, aos 12, 13 e 15 anos. (…) Quando uma menina é assaltada na Pedro II, a polícia ri na cara dela e fala que não pode ajudar porque não tem viatura. No entanto, se ela for pega em uma esquina com uma gilete, um estilete ou qualquer outra coisa para se defender é presa na hora. (…)

Sofremos violência desde o momento em que saímos para ir a uma padaria. (...) Moro com algumas meninas e as vejo sofrer diariamente com pedradas e extintor. As pessoas dizem: 'Elas estão nas esquinas porque querem'. Não é bem assim. (…) Ninguém parou para perguntar por que uma travesti ou uma transexual está na esquina se prostituindo. Por que ela não está em uma escola? Ela não está em uma escola porque as pessoas dizem que ali não é o lugar dela. Eu não precisaria estar aqui dizendo que uma travesti e uma transexual têm direito a estudo, a educação. (...)

Vejo uma violência maior quando acompanho uma menina em um posto de saúde, que está doente e debilitada, e a pessoa olha para a sua cara e para o documento e ri e debocha daquele ser humano que está sensível. Várias vezes vi meninas se automedicando em casa e morrendo por medo de ir a um posto de saúde, ou a um hospital, porque não terá o seu nome social respeitado, nem sua identidade de gênero. (...)

Isso é uma violência. Às vezes as pessoas pensam que são banalidades. Senti em minha pele a vida inteira o que é ser uma travesti. 'Ah, mas você é travesti porque quer'. É bobo pensar assim. Quem vai querer sofrer a vida inteira, ser apedrejada e ser apontada porque quer? Não, eu nasci assim e sou assim. Existo e estou aqui. Então, olhem para essa população. (...)

É muito difícil ver uma travesti passar dos 30 anos. As pessoas veem aquele corpo jogado na esquina, onde estava para ganhar o pão. E é nesse lugar que ela morre esfaqueada ou com um monte de tiros. (…) Recebo todos os dias notícias de travestis e transexuais que foram assassinadas com requinte de crueldade. Já vi policiais chegarem perto de um corpo e dizerem: 'Ah, mas é uma travesti'. Eles dizem isso como se uma travesti não fosse nada, fosse lixo. (...)

Quero um país decente, igualitário para todas as pessoas. Não quero privilégios para mim nem para qualquer pessoa LGBT, quero direitos humanos iguais, quero ser vista como um ser humano, não quero ser vista como um objeto. (…) O que vale é a minha dignidade, o meu trabalho, o meu respeito a outro ser humano. Isso é que vale. (…) Nós precisamos de todo um aparato da sociedade, da saúde integral. (…)

Há muitas meninas, travestis e transexuais menores de idade na rua, foram expulsas de casa. Quem expulsa não é o pai nem a mãe, quem expulsa é a sociedade oprimindo essas famílias, apontando, debochando. Tive muito ódio da minha família quando, aos

12 anos, fui expulsa de casa. Hoje, sei que a culpa não foi da minha família, foi da opressão da sociedade, da humilhação. Meu pai e minha mãe sofreram muito mais do que eu, que estava na rua, que passei fome, que comi lixo, que me atraquei, que briguei, que apanhei, que bati. Até hoje sinto o calor da mão de um policial na minha cara. Na minha época não existia isso aqui, não existia para onde correr ou gritar. Hoje há muitas pessoas que não são LGBT, mas que estão na luta para defender essas pessoas, pois tomaram consciência de que são pessoas iguais às outras. (...)

Quero reforçar a necessidade relativa ao projeto do nome social e sobre a criação do conselho LGBT. Isso é muito importante, pois é o que dará visibilidade a minha voz e fazer com que eu chegue frente a frente e consiga conversar com as pessoas sobre os interesses da minha comunidade.".

Maria Aparecida Menezes Vieira, coordenadora-geral da Associação das Prostitutas de Minas

"Lugar de mulher é onde ela quiser, deve haver democracia, autonomia, reconhecimento. Lugar de mulher é no trabalho que ela quiser exercer. (...)

A violência contra as prostitutas é, muitas vezes, invisível; por isso esse ponto de discussão se torna imprescindível nos dias de hoje. Nós mulheres prostitutas não fugimos ao contexto de violência historicamente construído. Para a sociedade, a atividade que exercemos é lícita e reconhecida por meio da Classificação Brasileira de Ocupação nº 5.198-05. O tipo de ambiente onde atuamos – legalizadas ou não legalizadas – também nos deixa vulneráveis, pois nas ruas estamos sujeitas a agressões arbitrárias da população em geral e dos clientes, principalmente em relação ao uso de camisinha.

Os programas do governo não nos atingem. Essas agressões ainda não são registradas nos serviços de saúde, que até hoje só veem a questão da região pélvica, não veem a questão da saúde integral dos profissionais do sexo, o que se configura num dos maiores problemas sofridos por essas mulheres. Não há um levantamento estatístico dos casos de violência contra as profissionais do sexo, não sendo possível quantificá-los. Também não há mecanismos eficazes para coibir as violações de direitos sofridos pelas prostitutas.

As mulheres prostitutas são alvo dessas violências, porque os agressores entendem que o pagamento lhes confere poder para o abuso físico, sexual e psicológico, além da interpretação da imagem que a sociedade criou da prostituta. Não se pode negar que há uma banalização dessa violência, mas, com as prostitutas, isso é um pouco mais acentuado. O fato de a sociedade fechar os olhos para a violência sofrida por profissionais do sexo está atrelado à repressão do comportamento feminino.

A sociedade é conservadora, preconceituosa. As pessoas ainda reprimem o que o outro faz ou deixa de fazer com o corpo. O corpo é meu, faço o que quero. (...) A história das prostitutas é mais uma questão moral e religiosa do que legal: é uma questão do moralismo do corpo, da sexualidade e das agendas conservadoras. Nós, prostitutas, temos o direito e podemos denunciar qualquer tipo de violência, seja ela física, emocional ou moral.".

Sandra de Mendonça Malet, analista de Políticas Públicas do Conselho Municipal do Idoso

"Em 2025, o Brasil será considerado o 6º país em número de idosos. (…) A população está envelhecendo e a maioria dessa população é de mulheres: há a feminização da velhice, com as mulheres vivendo mais que os homens. (...)

Com o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho e com os novos arranjos familiares – casamentos, descasamentos –, as mulheres estão ficando sozinhas, os casais, sem filhos, e os filhos, migrantes. Isso aumenta a taxa de institucionalização da pessoa idosa e diminui a perspectivava de a pessoa envelhecer na casa de sua família.

O Estatuto do Idoso define que a responsabilidade inicial do idoso é da família, mas será que esse novo arranjo de família tem condição de cuidar? Há um aumento em relação à violência, principalmente a intrafamiliar. (...)

A OMS define a violência contra os idosos como qualquer ato, único ou repetitivo, ou a omissão que ocorra em qualquer relação supostamente de confiança e que cause dano ou incômodo à pessoa idosa. Isso quer dizer que a violência não é só o ato de

praticar a violência, mas também a omissão de cuidado, o abandono e a negligência. Hoje, com esse novo perfil da mulher no mercado de trabalho, os idosos estão ficando cada vez mais abandonados.

Os tipos de violência de acordo com a Política Nacional de Redução a Acidentes e Violência do Ministério da Saúde são abuso físico, psicológico, sexual – é mito achar que a mulher idosa não é vítima de violência sexual –, financeiro, negligência ou descuido, abandono e autonegligência. (…)

A violência é colocada no Sistema de Informações de Mortalidade – SIM – do Ministério da Saúde como causas externas. Em 2011, 3,4% de causas de morte em idosos seriam por causas externas no Brasil. Em Belo Horizonte, são 3,78%. Em 2010, o Disque Direitos Humanos – Disque 100 –, da Presidência da República, informou que houve um aumento de 200% de denúncias, sendo que a grande maioria é a negligência, ou seja, o idoso que continua em sua residência e não está sendo cuidado.

Perfil da vítima: mulheres acima de 75 anos, dependentes física e mentalmente. Sobretudo são aquelas pessoas idosas que precisam de cuidados intensivos para as atividades da vida diária. São pessoas que vivem com seus familiares, são pessoas passivas e complacentes, ou seja, pessoas que nunca construíram autonomia em sua família, que sempre ficaram num papel às vezes até de vítima.

Perfil do agressor: membro da família da vítima; filhos e filhas; filhos mais que filhas; solteiros mais do que casados; filhos com menos de 49 anos; noras – 23%; e companheiros, 8%. São pessoas que vivem no mesmo espaço, mas há um isolamento social da família e dos idosos. Há um histórico de violência familiar: dentro de casa, a maior vítima é a mulher; fora de casa, o homem. Em 2011, 70% das vítimas eram mulheres; em 2012, 74,5%; em 2013, 66,2%. Dessas mulheres, a idosa mais idosa é a principal vítima. (…)

Há um comitê de investigação de óbito em mulher com idade reprodutiva. É importante que seja criado um comitê de óbito da saúde para averiguar a questão desses idosos que estão falecendo por causa de violência. Principalmente porque as idades do óbito são a partir de 60 anos em todas as faixas etárias, não é só o idoso mais idoso. (…)

Com o novo papel da mulher no mercado de trabalho, o Estado precisa ajudar essa família no cuidado. Essa é outra questão fundamental que deve ser posta e discutida.”.

Kátia Ferraz Ferreira, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

“As mulheres com deficiência são relegadas no acesso aos serviços básicos de cidadania porque nossa cidadania é colocada em segundo plano, num plano de subjetividade que depende da vontade de alguém que avalia de acordo com os valores que tem. (…)

A temática das deficiências começa na questão de gênero, da diversidade, da idade, das condições econômicas e a problemática racial. Estamos inseridos em todas essas questões. (…) Segundo o relatório da OMS, dos 195 milhões de habitantes no Brasil, temos 23,9% de pessoas com deficiência, sendo que 53% destas são mulheres. (…)

Chegamos a esse conceito de pessoa com deficiência, que é a característica, a peculiaridade dela em toda a sua condição. Não somos portadores de deficiência porque não portamos nenhuma doença, não podemos esconder a deficiência para agradar a sociedade, que ainda é excludente e preconceituosa. (...) É necessário que a sociedade reconheça que é despreparada, que ainda não contempla estruturas mais acessíveis e disponibilidades melhores de tecnologia assistiva. A convenção da ONU pelos direitos da pessoa com deficiência contempla a relação da pessoa com o ambiente: o ambiente tem de ser preparado para que possamos atuar na sociedade.

A Lei nº 13.146/2016 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – tipificou como crime a discriminação em relação à pessoa com deficiência, com penalidade de reclusão ou prisão de um a três anos ou multa. (…)

A deficiência em uma família pode criar uma situação de estremecimento em relação à pobreza. Muitas vezes a família se desestrutura em termos de pobreza: alguém deixa de trabalhar para ficar na companhia de alguém com deficiência. Pessoas com

deficiência, que possuem comprometimento intelectual, dependem das famílias. Muitas vezes elas são abandonadas pelos maridos, que sequer tomam conhecimento de como estão se virando para cuidar de um filho que não fizeram sozinhas.

Por outro lado, quando existe uma pessoa com deficiência numa família que tem irmãos, cada um toma um rumo para sua vida, fazem suas escolhas e as pessoas idosas são colocadas sob a responsabilidade da pessoa com deficiência. Temos conhecido pessoas com deficiência que cuidam de pais idosos porque as outras pessoas foram cuidar das suas vidas. Então, além de elas cuidarem da própria situação, ainda têm de dar esse auxílio. (...)

Conforme a convenção internacional que tratou da mulher com deficiência, 192 países reconheceram que meninas e mulheres com deficiência são submetidas às piores situações de violência e preconceito, e que todos os Estados, inclusive o Brasil, devem assumir a responsabilidade de cumprir o que assinaram como organismo internacional.

Ainda há muita intolerância, muita invisibilidade com as mulheres sem deficiência e muito mais com as mulheres com deficiência. Por que algumas formas de violência contra a mulher com deficiência sequer são mencionadas? Porque a deficiência chega na frente de tudo que diz respeito à pessoa com deficiência. Daí a dificuldade de o segmento de pessoas com deficiência falar da mulher com deficiência, da criança com deficiência, da questão sexual, LGBT. (...)

A violência contra a mulher com deficiência é muito maior do que a violência contra o homem com deficiência, e, com isso, a mulher fica com a autoestima baixíssima. (…) A privação da capacidade legal da pessoa com deficiência leva à não credibilidade, especialmente em relação aos estupros: muitas vezes, não se acredita na mulher com deficiência. (...)

As recomendações são que as mulheres com deficiência tenham acesso aos programas, que as instituições não excluam nenhuma delas com base na deficiência que apresentam. As leis e as políticas devem adotar iniciativas e atos que não violem a integralidade das mulheres com deficiência. Que elas possam, de fato, participar ativamente.”.

Alaíde Lúcia Bagetto Moraes, da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Estado de Minas Gerais

“O tema da violência sempre esteve presente na discussão das mulheres do campo. No início, elas sempre tiveram muito medo de falar da violência, parecia que não era com elas; depois de muitos encontros, de muitos seminários que realizamos nas esferas estadual, regional e municipal, as mulheres começaram a mostrar que violência elas sofrem.

Queria convidar cada uma que está aqui para se colocar no lugar de uma mulher que está sofrendo violência numa comunidade rural bem distante da cidade, onde não se tem acesso a nada. Ela sofre violência sexual, física, psicológica, e sofre calada. Parece normal, cultural. No meio rural, o machismo, a hegemonia patriarcal é tão forte que parece que o homem que não bate em mulher não é homem. (...)

Há ainda a violência ambiental no campo: quando os grandes projetos vão para as comunidades rurais, as primeiras que sofrem violência são as mulheres. É retirado o direito à terra, as barragens chegam, e elas são obrigadas a sair do local em que sempre viveram. Há lugares que não têm água. Como sobreviver numa sociedade que não tem água para a mulher produzir, ter autonomia?

Desde o ano de 2000, as mulheres do campo se organizam em um espaço político e de visibilidade: a Marcha das Margaridas. O tema da violência sempre esteve presente e avançamos muito pouco. A maioria das mulheres do campo são negras e muitas vivem em quilombos. A mulher negra sofre todas as violências e com um agravante por ser negra: ainda é muito explorada no campo e se ela vem para a cidade, ela é explorada como doméstica. (…)

Como uma mulher negra, de um quilombo rural, faz na hora do pré-natal, na hora do parto? O seu parto tem de ser rapidinho para desocupar o lugar. A mulher branca rural sofre a mesma coisa. Olhem o tipo de violência que a sociedade faz conosco. Essa é a situação que mulheres quilombolas e mulheres trabalhadoras rurais vivem, e vivem caladas. (…) As violências acontecem nos finais de semana e não há transporte para a cidade. As cidades com menos de 50 mil habitantes não têm a Delegacia Especializada

de Atendimento à Mulher, e sim uma delegacia comum, fechada. Se vai para um posto de saúde falar que foi violentada, sofre outra violência: 'apanhou porque quis'. (...)

A Marcha das Margaridas de 2007 obteve a primeira conquista em relação à violência às mulheres do campo, da floresta e da água: a instituição do Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas. Só agora, em 2016, está sendo constituído o fórum estadual. A Marcha das Margaridas de 2011 conquistou as unidades móveis de atendimento às mulheres vítimas de violência. Em 2013, o Estado recebeu duas: uma para Belo Horizonte e a outra para Araçuaí. Mas houve poucas ações, praticamente ação nenhuma. (…)

Três unidades móveis no Estado não vão resolver o problema das mulheres do campo, floresta e quilombolas rurais. A unidade móvel faz o atendimento em uma comunidade rural no município, mas vai embora, e as mulheres ficam. O desafio é construir uma rede. Sem uma rede de atendimento às mulheres vítimas de violência nos municípios, passaremos anos discutindo violência sem avançar. É preciso envolver delegacia, Defensoria Pública, Cras, Creas, assistência social, educação, saúde. Todas essas pessoas devem estar envolvidas na discussão do enfrentamento à violência contra as mulheres do município para que possamos avançar. (...)

Outro desafio é a autonomia das mulheres do campo e quilombolas. A autonomia passa pelo acesso à terra. A maioria das mulheres trabalha na parceria, na fazenda, na terra dos outros. O Estado tem de implementar uma política de reforma agrária para que todas as mulheres tenham esse acesso. Outra violência que as mulheres sofrem está relacionada à demarcação das terras quilombolas. Temos no Brasil cinco mil comunidades quilombolas, mas apenas 2.774 são reconhecidas, e apenas 220 têm a titulação da terra. Minas Gerais é o 3º estado em quantidade de comunidades quilombolas, mas apenas um quilombo tem titulação. Outro problema enfrentado pelas mulheres quilombolas e do campo é a nucleação das escolas, que aumenta a cada ano. A nucleação faz com que as crianças tenham de sair do meio rural e ir para a área urbana. Quem sofre com isso são as mulheres, que têm de levantar de madrugada para arrumar os filhos para irem para a escola, sem saber a que horas eles vão voltar.”.

Maria de Lourdes de Oliveira, coordenadora da Pastoral Carcerária em Belo Horizonte

“O desafio da mulher dentro das unidades prisionais, em relação à sua sobrevivência, é muito grande. Nos últimos 15 anos, o encarceramento feminino aumentou 570%. Hoje, no Estado, há muitos presídios mistos, que comportam homens e mulheres, o que, para a mulher, é uma situação de vulnerabilidade diariamente. Os presídios mistos não são adaptados nem construídos para a especificidade da mulher. Mais uma vez, a mulher está sendo excluída, massacrada e constrangida na questão prisional.

A maternidade é algo que devemos discutir até que se chegue a uma alternativa que, de fato, garanta a dignidade da pessoa humana à mãe e ao bebê. Hoje, cerca de 45% dessas mulheres estão presas provisoriamente. Dessas, 70% são mães e muitas acabam perdendo a guarda dos filhos sem serem consultadas. (...)

A questão dos maus-tratos à mulher em situação de prisão é muito crítica, porque muitas vezes é difícil apurá-los. Quem conhece o sistema prisional, sabe que a lei do silêncio e da opressão impera. Denunciamos situações de maus-tratos e torturas, que não são comprovadas. Uma das dificuldades é acessar essas mulheres que estão em situação de prisão; outra relaciona-se à precariedade dentro das unidades. (…)

A pastoral tem uma agenda do desencarceramento. Dentro dessa agenda, está o projeto da justiça restaurativa – desconstruir na sociedade a visão punitivista; efetivar as políticas de atenção às mulheres no Estado é uma necessidade, porque as políticas já existem; cumprir os requisitos legais para que a prisão preventiva seja exceção, e não regra; implementar alternativas à privação de liberdade, em especial às mães gestantes; desconstruir, nessa sociedade, essa falsa segurança de que a prisão é a saída. É preciso investir na educação e em tantas outras políticas públicas.

A lei determina cerca de seis presas para cada cela de 25m. Em algumas unidades prisionais, há em torno de 15 ou 20 presas, mas já chegou a ter 34 presas por cela de 25m. (…) Características da mulher presa: 73% são solteiras, viúvas ou separadas; 86% são mães; 73% não recebem ajuda dos pais ou dos seus filhos. Remuneração: 58% das mulheres incluem a família entre os que

mais recebem seus ganhos e 73% dos homens afirmaram que gastam com eles mesmos; mais de 60% das mulheres estão presas por tráfico; os homens, por roubo.

As prisioneiras são diferentes dos homens por diversos motivos: o padrão dos crimes das mulheres, na maioria dos casos, impõe menor nível de risco à comunidade, mulheres são mais responsáveis pelo cuidado dos filhos e pela manutenção da casa que os homens. Por causa disso, o impacto da prisão é desproporcionalmente mais grave para as prisioneiras, frequentemente resultando na perda do lar e em dano grave na vida dos filhos. (…)

Queremos uniformes feitos especificamente para as mulheres; unidades menores e mais espalhadas, para que as mulheres fiquem próximas à família; adequação das unidades femininas; aplicação e efetivação das leis existentes; atendimentos adequados nas unidades prisionais em relação à saúde, ao atendimento psicossocial e jurídico; liberdade para quem tem o direito de estar livre; telefones públicos para comunicação; fim da revista vexatória; e uma política específica para atender as egressas quando elas saem da prisão.".

Felippe Lattanzio, coordenador Metodológico do Instituto Albam

"Qual é a necessidade de, no debate sobre a violência contra a mulher, pensarmos em intervenção com homens? Se intervirmos nas duas partes de uma dinâmica de violência, conseguiremos um resultado muito mais efetivo. A intervenção com as mulheres é fundamental, mas as intervenções preventivas com os homens também são. A pessoa não muda necessariamente com punição. As vezes o sujeito recebe uma pena privativa de liberdade, mas isso não garante que ele sairá da prisão com comportamento diferente, muitas vezes acontece o contrário. Os homens saem do sistema prisional com muita raiva e eventualmente isso aumenta o risco para as mulheres. É fundamental intervir em ambas as partes da dinâmica da violência. (...)

A ideia de intervir é consequência de um entendimento da violência como um dado histórico. A violência contra a mulher não é um fenômeno da essência do ser humano, o homem é essencialmente violento e a mulher essencialmente vítima, pelo contrário, é fruto de uma sociedade específica, de uma história específica, de uma sociedade patriarcal, machista.

Para podermos falar um pouco das relações de masculinidade, sempre ditas no plural, porque existem tipos diferentes de identidade masculina, de gênero e de violência, é interessante pensar que a maioria dos crimes violentos, por exemplo, são cometidos por homens. As proporções internacionais são de cinco para um – os homens cometem cinco vezes mais crimes violentos do que as mulheres. Então, há uma relação taxativa entre a masculinidade e a violência, e também no sentido de vítimas. (…)

A relação das masculinidades com a violência é de mão dupla: eles cometem mas também colocam o seu corpo como alvo da violência. Isso é para começarmos a entender que é um fenômeno complexo que exige uma intervenção à altura. Não podemos entender as coisas de um ponto de vista simplista, cuja consequência seria unicamente a punição desses homens. Temos de entender as origens de como é construída a identidade para então intervir sobre ela. (…)

O segundo ponto é pensarmos na questão metodológica de como intervir com esses homens. No instituto, o encaminhamento é obrigatório. Os homens, por meio da Lei Maria da Penha, são obrigados a ir para os grupos. É uma forma mais interessante, porque, desde o início, há uma alteração no jogo do poder. O homem que está acostumado a estar numa posição de privilégio, vê-se numa posição diferenciada. Aquilo já mexe com a identidade dele. Os grupos não podem ter uma duração pequena, porque não é suficiente para os homens percorrerem o caminho de entender a aplicação deles no fenômeno da violência, de pensar sobre a própria identidade masculina e de pensar alternativas para mudar as suas relações de gênero.

Em geral, as recomendações internacionais dizem que um grupo deve ter de 15 a 20 encontros. Os grupos que têm menos de 15 não têm tempo suficiente para uma verdadeira mudança. Há uma série de questões. Há uma estratégia de se trabalhar com o grupo de homens, com o grupo aberto, ou seja, no mesmo dia em que um está iniciando sua trajetória, outro está na metade e outro está no final. Fazemos isso propositalmente para que não entrem todos juntos e façam uma espécie de aliança e se vitimizem em relação à Lei Maria da Penha, ou façam piadas homofóbicas, machistas.

É necessário pensar nas intervenções, entender a especificidade e ter uma metodologia consistente ou o trabalho não terá resultado. É fundamental ter uma orientação teórica e ideológica feminista que pense nas questões de gênero, e que esteja a par de tudo sobre masculinidade. Não tem como fazer um grupo com homens autores de violência se não houver uma orientação feminista. O que chamo de orientação feminista? Há um objetivo de trabalhar a erradicação da violência contra as mulheres, entendendo que as construções de gênero, de identidade dos homens e das mulheres, são sociais. Não posso fazer um grupo se acreditar que o homem é violento por causa da testosterona. Não é isso que está em jogo, o que está em jogo é uma sociedade tentando uma mudança. (…)

Quando pensamos em responsabilização, devemos entender que muitas vezes o ato violento é a única resposta possível para determinado sujeito. A responsabilização é um movimento retroativo, é o sujeito pensar depois que cometeu o ato nas possibilidades diferentes que tinha para lidar com determinado conflito. Isso traz diferentes níveis de responsabilização. A responsabilização verdadeira que desejamos para um homem é aquela em que ele consiga sair de si e se colocar no lugar da mulher, entender o ponto de vista da mulher.”.

Parceiros(as):

- Conselho de Pastores e Ministros Evangélicos do Estado de Minas Gerais (CPEMG)
- Conselho Estadual da Mulher (CEM)
- Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Ribeirão das Neves
- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)
- Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais - 4ª Região
- Consórcio Regional de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais
- Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen)
- Coordenadoria Especial de Políticas para o Idoso da Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Cepid/Sedpac)
- Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres de Contagem (Copom)
- Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres de Nova Lima
- Defensoria Pública Especializada na Defesa dos Direitos das Mulheres em Situação de Violência (Nudem)
- Escola Municipal Oswaldo Cruz
- Federação das Mulheres Mineiras Bárbara Heliodora (FMM)
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg)
- Fórum de Mulheres do Mercosul - Capítulo Brasil
- Guarda Municipal de Contagem
- Levante Popular da Juventude
- Mandato da deputada federal Jô Moraes - Minas Gerais
- Mandato da vereadora Elaine Matozinhos - Belo Horizonte
- Marcha Mundial de Mulheres
- Movimento Popular da Mulher (MPM)
- Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST/MG)
- Polícia Civil do Estado de Minas Gerais
- Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher

- Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds)
- Secretaria de Estado de Saúde (SES)
- Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese)
- Secretaria Municipal de Defesa Social de Contagem
- Sindicato dos Servidores da Polícia Civil (Sindpol)
- Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres da Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac)
- União Brasileira de Mulheres (UBM)
- União Nacional dos Servidores Públicos (Unsp) - Sindicato Nacional

4 RESPONSABILIZAÇÃO E JUSTIÇA DE GÊNERO: DESAFIOS CONCRETOS AO PROTAGONISMO POLÍTICO DAS MULHERES PARLAMENTARES NA ALMG

Marlise Matos[8]

A representação política é um direito nas democracias contemporâneas, mas ainda não é, de fato, um instrumento efetivo de inclusão política e de promoção de justiça social e de gênero no Brasil. Pelo menos ainda não o é em termos de representatividade democrática de e para as mulheres nos parlamentos do Brasil, já que o sistema político eleitoral brasileiro, mais uma vez, se mostra absolutamente incapaz de promover a democratização da representação política para as mulheres, não tendo expandindo o número de mulheres eleitas no pleito deste ano de 2016, pelo contrário, esse número diminuiu.

O Brasil foi o segundo país na América Latina a aprovar o sufrágio feminino, em 1932, dentro do continente sul-americano, após a iniciativa pioneira do Equador. A alteração ocorreu antes mesmo de países como França e Bélgica[9]. E apesar da sub-representação parlamentar feminina ser um problema em todo o mundo, o caso brasileiro é excepcional, pois praticamos uma das piores taxas de representação de mulheres em toda a América Latina e também do mundo, bem piores até do que muitos Países Árabes. Para a data de 1º novembro de 2016, as médias de parlamentares nas Câmaras de Deputados e nos Senados em todo o mundo eram, respectivamente, 23% e 22.4%, sendo a média mundial de representação de mulheres 22,9%. O nosso país estava no 154º lugar entre um conjunto extenso de 189 países (segundo o *ranking* da União Interparlamentar)[10], apresentando um percentual de representação feminina lamentável: menos de 9% de deputadas federais na Câmara (em 2014, das 513 vagas, 51 apenas são ocupadas por mulheres). Além do mais, sabemos que no Senado Federal, entre 81 vagas, apenas 13 são ocupadas por mulheres, sendo que, atualmente, apenas oito senadoras se encontram exercendo ativamente seu cargo. Apenas uma das 11 comissões do Senado é presidida por uma senadora e apenas uma das 21 comissões permanentes é liderada por uma deputada na Câmara de Deputados. Nas Assembleias Legislativas elas foram apenas 11,3% das eleitas em 2014.

Para evidenciar esse grande problema basta notar que, mesmo praticando indicadores tão pífios de representação feminina, o número de mulheres eleitas nas eleições de 2016 caiu: as 641 mulheres eleitas ao cargo de prefeita nas eleições municipais representam 11,57% do total. E o número apresentou queda em relação ao pleito de 2012, quando elas somavam 659 prefeitas eleitas, o que correspondeu, à época, a 11,84% do total. Apesar da legislação eleitoral brasileira impor cota de gênero na lista das candidaturas, a representação feminina permanece ínfima se comparada à dos homens, que, só nestas eleições de 2016 elegeram 4.898 prefeitos, perfazendo o domínio de 88,43% das prefeituras no País. Lembro também que foi nessas últimas eleições de 2016 que, pela segunda vez, conseguimos efetivamente cumprir a lei de cotas (sendo que essa dei existe desde 1995). As mulheres compuseram, então, 32% de todas as candidaturas (prefeito, vice e vereador), perfazendo um total de 158.445 candidatas em todo o país, mas, ao final, a elegibilidade delas nas Câmaras Municipais se manteve estável: observando-se apenas as capitais (justamente onde as candidaturas das mulheres historicamente têm mais chances de sucesso eleitoral), nas eleições de 2012, houve 103 vereadoras eleitas

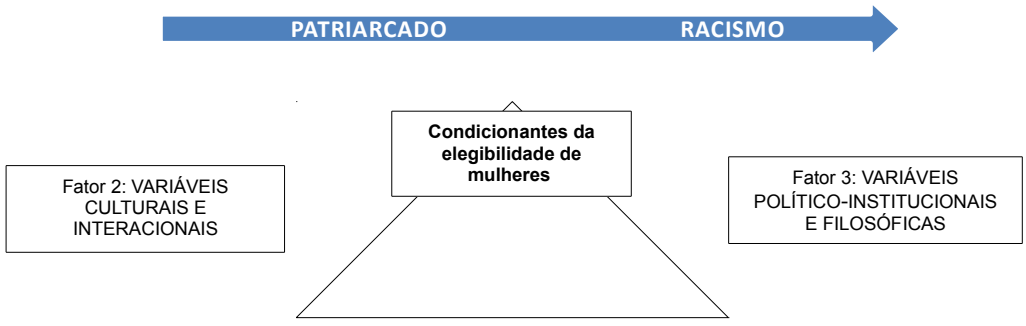
e 708 vereadores eleitos; já em 2016, foram 107 vereadoras eleitas e 704 vereadores eleitos, um crescimento praticamente inexpressivo.

Sabemos que as mulheres representam hoje no Brasil 52,2% do eleitorado (TRE, 2016). Porém, se o Brasil quiser eliminar o absurdo e injustificável déficit democrático de representação de gênero, terá que estabelecer um conjunto muito mais robusto de estratégias de ação para se chegar, finalmente, à paridade entre homens e mulheres nos espaços de poder. Na verdade, continuamos patinando nessa arena, e ceifando o protagonismo bem como a ambição política de milhares de mulheres que se candidatam ao cargo eletivo, mas são muito facilmente descartadas ao longo do tortuoso e injusto caminho eleitoral brasileiro. Vamos entender um pouco melhor esse caminho.

Quais seriam os principais fatores que levam a essa condição de sub-representação feminina? E os principais obstáculos? Esse não é um fenômeno simples, portanto, suas explicações também não podem ser unidirecionais e simplificadoras. Há nesse fenômeno um formato imbricado de múltiplas determinações que, apenas a título didático, separaremos aqui. Estes determinantes atuam simultaneamente e estão interligados no tempo e nos diferentes espaços e incidem diretamente sobre a vida das mulheres que ambicionam e estão na política no Brasil.

Assim, entendo que é necessário compreender a condição histórica de sub-representação feminina a partir de, pelo menos, três conjuntos complexos e articulados de fatores que se desdobram, por sua vez, em outras variáveis determinantes, a saber: o primeiro fator inclui determinantes tanto individuais e subjetivos quanto materiais e econômicos e que incidem diretamente na vida das mulheres. São fatores associados às condições de assimetria e desigualdades subjetivas, materiais e sociais, mas que têm na experiência prática da vida das mulheres, o efeito de distanciar e afastar as mulheres da luta política; o segundo fator recorta a percepção e a experiência de padrões culturais, simbólicos, interacionais e valorativos tradicionais (ou destradicionalizados) sobre política, democracia e gênero; sendo que aqui se destacam elementos relacionais de gênero que, tradicionalmente, reservam a esfera pública aos homens e a esfera privada à atuação das mulheres; e, por fim, o terceiro fator contem variáveis do sistema político-eleitoral e dos enquadramentos filosófico-éticos mais amplos, incluindo as estruturas e regras políticas do campo de empoderamento (ou não) das mulheres na política. O que importa destacar é que as candidaturas no Brasil – de homens e de mulheres – se organizam num campo de forças permeado pelo patriarcado e pelo racismo estruturais. Ou seja, não é possível compreender os obstáculos que as mulheres (especialmente as mulheres negras) enfrentam nessa arena institucional sem compreender que habitamos estruturas institucionais que internalizam (e reproduzem) esses dois fenômenos. Veremos evidências explícitas disso quando nos referirmos adiante ao fenômeno da violência política sexista que vem operando mais recentemente como um estratégico dispositivo de controle da representação de mulheres. Em resumo teríamos a Figura 1 abaixo:

Figura 1: Os três conjuntos de fatores relevantes e considerados condicionantes da maior igualdade de representação entre as mulheres e os homens

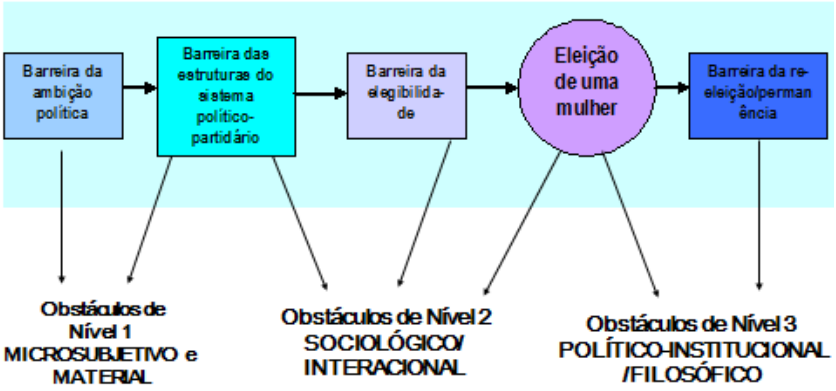


Fonte: elaboração própria

Importa destacar que, se esse arranjo de fatores operasse a partir de um viés positivo e favorável às candidaturas femininas, ele poderia funcionar para, de fato, empoderar mais mulheres (é o que explicitamente acontece com as candidaturas masculinas) e, afinal, facilitar o seu maior acesso aos diferentes cargos de poder e de decisão: o problema é o sentido patriarcal e racista, a um só tempo tradicional, hierárquico, opressor, injusto e excludente com que a sociedade lida com as mulheres políticas (na verdade com as mulheres, em geral, mas nesse campo a situação é ainda mais explícita). Ou seja, o enquadramento atual desse campo de relações de força, onde se localizam as candidaturas (inclusive as femininas) é tradicionalmente masculinizado e branco, dominado por homens brancos e por suas regras, valores e padrões. E, quando alguma ameaça é percebida nesse padrão de interação, o uso da violência é a estratégia utilizada para se recompor as forças novamente no sentido tradicional, patriarcal e racista. Trata-se, claro, de um campo dinâmico: é possível promover ações que incidam sobre sua mudança e transformação. Contudo, o enraizamento e a cristalização do padrão patriarcal e racista são de tal ordem que, com frequência, parece se constituir num campo fechado e impermeável às mulheres e ainda mais às mulheres negras.

De uma forma mais geral, é o padrão de enraizamento patriarcal e racista das nossas sociedades que promove, ao fim, a situação esdrúxula da sub-representação feminina e negra. Como não existe vazio de poder, para que mais mulheres se elejam parece óbvio que os homens tenham de abrir mão desse espaço, ou seja, não se eleger: mas como são eles que dominam historicamente o campo político (e querem efetivamente continuar nesse domínio), as mulheres (e também os homens negros e ainda mais as mulheres negras) têm que enfrentar inúmeros obstáculos e adversidades para tentar romper com as relações patriarcais e racistas no campo político. E as mulheres realmente vêm tentando fazer isso no Brasil. Em algumas situações têm conseguido, mas, infelizmente, o padrão do agir no sentido da restituição da forma patriarcal e racista imediatamente lança mão do uso (e do abuso) da violência (em todas as suas mais diversas formas) para restituir a sua tradicional forma patriarcal de exercício da/na política. A Figura 2, abaixo, visa delimitar o conjunto organizado desses obstáculos à elegibilidade das mulheres no Brasil:

Figura 2: Principais Barreiras à Eleição de Candidatas Femininas ao Legislativo (revisado de Norris, 1987 e Matland, 1999)



Fonte: elaboração própria.

A sub-representação feminina é, com certeza, resultado de práticas, atitudes e estereótipos de gênero, em alguns casos de baixos níveis de educação, falta de acesso à saúde e também pelo efeito desproporcional da pobreza entre as mulheres.

É patriarcal e racista a forma como até hoje, em pleno século XXI, ainda não conseguimos transformar a divisão sexual do trabalho, onde as mulheres permanecem quase exclusivamente responsáveis pelos cuidados da família, dos doentes e da casa e as mulheres negras permanecem associadas ao trabalho doméstico e/ou informal. Esse fenômeno, sem nenhuma dúvida, é um elemento

de obstáculo à plena participação política das mulheres e das negras e, com certeza, torna o custo da participação feminina muito maior. Também sabemos que as mulheres brasileiras, mesmo sendo atualmente responsáveis pelo provimento de quase 40% dos domicílios no País (Novelino *et all*, 2008), estão em espaços de trabalho segregados e recebem salários menores do que os homens, sendo que as negras são aquelas que estão ainda na pior condição. Essa é uma forma patriarcal e racista de inserção material das mulheres no mercado de trabalho que, efetivamente, condiciona a disponibilidade de recursos que elas podem dispor, por exemplo, para as suas próprias campanhas (que, além de caríssimas, são altamente individualizadas no Brasil). Também os recursos do financiamento partidário costumam ser desigualmente distribuídos entre as candidaturas femininas e as masculinas (Sachet e Speck, 2010, 2012) e, claro, esses recursos materiais também favorecem os homens candidatos. As mulheres, mesmo ambicionando o espaço eletivo, precisam desigualmente negociar a atuação política diante de suas múltiplas jornadas de trabalho.

Seria muito importante, por exemplo, começar promovendo, de fato, o empoderamento das mulheres dentro dos partidos políticos, especialmente a partir do poder local, lá nos próprios municípios, que é, em geral, onde se encontram a maioria das possíveis candidaturas femininas viáveis. É necessário apoiar as mulheres que têm liderança, promover estratégias de capacitação e de formação política feminina com perspectiva feminista e de promoção do seu empoderamento efetivo, escutá-las em suas demandas e necessidades e trocar experiências com elas, além de promover um debate partidário verdadeiramente sério sobre o lugar que as candidaturas femininas precisam ocupar dentro de todos os partidos políticos no País.

Em relação ao eleitorado, segundo a edição de junho da pesquisa Estatísticas de Eleitorado, publicada pelo TSE, 76.534.83 mulheres votaram na última eleição, quase 53% do total de 146.470.880 eleitores no País. A parcela que mais participou nesse processo eleitoral foi o grupo de mulheres entre 45 e 59 anos. Dos 34.727.915 eleitores da mesma faixa etária, 18.274.577 eram cidadãs brasileiras, representando 52,6% desse segmento. Os homens aparecem na pesquisa do TSE com 47,27%, total de 16.414.768.

De acordo com dados do ESEB[11] do ano de 2010, para 74% dos entrevistados, os homens não são mais adequados para a carreira política que as mulheres e 74,8% discordam da afirmação: “as mulheres não tem experiência para governar bem” contra 17,5% que concordam com essa assertiva. Além disso, 74,7% discordam também de outra afirmação semelhante: “os homens governam melhor do que mulheres quando eleitos.”. Esses dados nos mostram, pois, que não existe *a priori* uma predisposição negativa por parte dos/as eleitores/as em votar nas mulheres e não se detecta preconceito significativo em relação à atuação feminina na arena política. Esse fato se comprova também pela eleição de Dilma Rousseff para dois mandatos à Presidência da República, com mais de 54 milhões de votos.

Mas aqui se impõe outra questão: se, de fato, quando perguntados/as os/as eleitores/as brasileiros/as não manifestam abertamente preconceitos em relação às candidaturas das mulheres, na prática, elas não são votadas (nem mesmo pelas próprias mulheres). E esse *gap* precisa ser melhor compreendido. Mesmo não havendo um preconceito aberto, na verdade há, de alguma forma, uma prática impensada, irrefletida onde as pessoas terminam por votar nos homens e não nas mulheres candidatas. Elas não colocam o sexo dos/as candidatos/as como um dos critérios que se poderia elencar para atribuir a direcionalidade do próprio voto. Acredito que isso se dá até hoje em nosso País pelo fato da imensa maioria das pessoas não estar efetivamente informada do quão inferior é a representação feminina nesses espaços. Quando apresento os dados de representação feminina, as pessoas costumam sinceramente se assustar, parecem, francamente, não saber que a situação das mulheres nesse campo é tão inferior à dos homens. E é urgente romper essa barreira.

Outro exemplo em que a situação passa absolutamente despercebida pelo público mais geral é a do descumprimento das cotas para candidaturas no Brasil. Elas existem na legislatura eleitoral brasileira desde 1995, mas apenas foram efetivamente cumpridas nas eleições de 2012. Tanto os partidos políticos quanto os próprios Tribunais Eleitorais vinham, sistematicamente, descumprindo a legislação e sancionando listas de candidaturas sem o percentual de 30% de um dos sexos, no caso, de mulheres.

Para além de promover maiores patamares de informação ao eleitorado, também me parece urgente, e igualmente necessário, o fortalecimento do protagonismo e da atuação daquelas mulheres que já conseguiram passar por esses filtros e obstáculos e conseguiram, portanto, se eleger. Isso é urgente e necessário para que possamos romper com o círculo vicioso que costuma, novamente de forma silenciosa, expulsar as mulheres do campo da política parlamentar.

Por eleições seguidas os Tribunais Eleitorais brasileiros sancionaram listas de candidaturas ilegais que descumpriam a cota de gênero, por eleições seguidas as candidatas continuam sem o mesmo acesso aos recursos de campanha dentro dos partidos, por eleições seguidas a visibilidade das candidaturas femininas nos programas de rádio e TV nas campanhas eleitorais é praticamente nula, por mandatos e mandatos seguidos as representantes brasileiras eleitas atuam praticamente nas margens dos parlamentos, em comissões de menor poder decisório, sem assento nas Mesas Diretoras e é frequente serem verbalmente agredidas quando não silenciadas.

Os desafios são gigantescos e a vontade política efetiva para se alterar esse quadro é bem pequena no Brasil. Parte significativa destas iniciativas precisa vir do próprio Estado, precisa vir do próprio Poder Legislativo (e também, claro, do sistema partidário brasileiro). O Estado (para além de uma instituição política) é um recurso/ação de poder na medida em que legitima questões, temas, agendas que se processam em seu interior e pode colocar ao alcance dos/as atores/atrizes maior ou menor capacidade de mobilização, maior ou menor acesso a recursos públicos de diferentes ordens e também pode oferecer muitas (ou poucas) oportunidades às mulheres que se candidatam na política.

São evidentes as formas de silenciamento, abuso e violência de várias ordens (algumas até físicas) que frequentam cotidianamente o tratamento das mulheres representantes políticas no Brasil. Apenas lembrando alguns dos "casos" mais conhecidos: o do deputado federal Bolsonaro, que foi condenado judicialmente a indenizar a deputada federal Maria do Rosário por afirmar publicamente na Câmara que ela "não merece ser estuprada"; a agressão verbal realizada publicamente por um viajante à senadora Vanessa Grazziotin durante um voo de Brasília a Curitiba; as agressões à deputada federal Jandira Feghali, durante a votação das MP's 664 e 665, que foi agredida fisicamente pelo deputado federal Roberto Freire, que a agarrou pelo braço e, tendo, em seguida, a mesma sido ameaçada verbalmente pelo deputado federal Alberto Fragra, que incitou a violência contra a mulher ao afirmar que "mulher que participa da política e bate como homem, deve apanhar como homem!"; a situação esdrúxula da ex-ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, que fez críticas ao posicionamento do "ator" Alexandre Frota, que publicamente, em Programa da TV Bandeirantes, relatou ter cometido um estupro e está respondendo a processo por "difamação" promovido por ele; a declaração preconceituosa do humorista e apresentador do SBT, Danilo Gentili, que chamou no Twitter a senadora Regina Sousa de "Tia do Café"; o comentário abusivo do, à época, Senador José Serra à Senadora Kátia Abreu: "Kátia, dizem por aí que você é muito namoradeira", que terminou com uma taça de vinho jogada no senador; e a mais recente aqui na própria ALMG que foi o xingamento à deputada federal Maria do Rosário de "vaca", por uma publicação que ela teria feito no Facebook (e que nem era dela de fato), realizado em sessão plenária da ALMG em 9/11/2016, proferido pelo deputado estadual Cabo Júlio que, depois do ocorrido ainda completou a violência dizendo que iria "pedir desculpas pra vaca".

Os exemplos de violência política sexista acima são apenas aqueles casos mais notórios acontecidos nesses últimos dois anos (2015 e 2016) e envolveram figuras públicas e as parlamentares mulheres. Todos eles ganharam visibilidade midiática local e nacional. Mas parece que ninguém os considerou efetivamente "estranhos", ou abusivos, ou violentos, tendo os mesmos sido naturalizados como é ainda a forma comum como a sociedade lida com a violência perpetrada contra as mulheres no Brasil.

Assim, o Estado precisa ser visto como um recurso de poder em si mesmo, na medida em que é capaz de mobilizar outros recursos (sejam materiais, sejam simbólico-culturais e, claro, políticos) de poder. E o Estado precisa ser acionado para mobilizar recursos de poder para se enfrentar também esse tipo de violência. Em sociedades democráticas complexas – multiculturais, multiétnicas e ainda profundamente desiguais e hierárquicas como a nossa – já é claramente possível identificar as inclinações étnico-

culturais e de gênero que se institucionalizaram no âmbito do Estado, seja por meio de políticas públicas especificamente direcionadas a estes grupos, entrelaçadas, contudo com as inclinações de classe (um ótimo exemplo é o do Programa Bolsa Família), seja pelos mecanismos que vêm sendo criados para empoderar esses diferentes grupos. Ou seja, toda a organização estatal está estruturalmente atravessada por tendências ou inclinações de gênero e os casos de violência aqui brevemente apresentados nos mostram claramente o preconceito contra as mulheres e o preconceito racial a figuras que ocupam posições de poder dentro do Estado.

Assim, é preciso destacar que o exercício do poder estatal apresenta sempre determinada inclinação e/ou prejulgamento sobre as relações de gênero e, muito especialmente, sobre o lugar e o papel das mulheres em relação ao Estado. Estas tendências e inclinações não são definitivamente neutras (às vezes, como visto, são bastante violentas) e elas estruturam o Estado e suas instituições. Mas não é infrequente que estas apareçam disfarçadas sob o manto de uma imaginária neutralidade de gênero no âmbito das instituições estatais (no Executivo, no Legislativo e no Judiciário). Mas insisto: essa neutralidade simplesmente não existe.

Para dar apenas mais um exemplo explícito da forte presença de inclinações de gênero agindo no âmbito do Estado brasileiro quero destacar também que, no meu entendimento, estamos vivendo, neste momento, a retomada de esforços consistentes de repatriarcalização operados a partir do Estado. Para demonstrar esse fenômeno em curso chamo atenção para o retorno do primeiro-damismo no Brasil, um fenômeno exemplar nesse sentido: a figura de esposa do homem político, vestida de anjo, conforme apresentado à exaustão pela mídia, na figura de Marcela Temer, louvada e reverenciada, sobretudo, quando ela apresentou o programa Criança Feliz. Esse retorno representa um verdadeiro desprezo aos inúmeros avanços e transformações promovidos pelas mulheres na política no Brasil, além de um insulto à inteligência e à luta das mulheres deste País. Assim como também me pareceu um insulto outro episódio para o qual eu gostaria de chamar a atenção: a fala de Bia Doria ("Me sinto povo"), no contexto da eleição de seu marido playboy milionário à Prefeitura de São Paulo. Na verdade esse episódio é mesmo um escárnio. E, por último, como terceiro exemplo, destaco um dos primeiros programas da repaginada Secretaria de Política para Mulheres, hoje comandada pela ex-deputada federal Fátima Pelaes, intitulado Menina, Moça e Mulher, que visa acolher jovens entre 10 a 19 anos em "situação de vulnerabilidade". Esse programa é outra evidência de um tipo repatriarcalizador de tendência estatal e até mesmo de uma espécie deletéria de violência política sexista praticada abertamente por esse novo governo que visa transformar aquilo que foi construído no período anterior, como foi o caso da Casa da Mulher Brasileira, em algo semelhante a uma também repaginada "escola de princesas", com vistas a reconduzir adolescentes à norma, escancarando para o mundo (e não só para o Brasil) o renovado esforço do Estado brasileiro em recolocar as mulheres no "seu lugar" de "belas, recatadas e do lar".

Esses são exemplos abertos de repatriarcalização do atual Estado brasileiro, uma nova tendência ou inclinação desse Estado que ostensivamente vem silenciando os avanços e retroagindo na conquista de direitos, ao insistir nos papéis tradicionais e nas funções maternais e cuidadoras das mulheres de uma forma ostensiva e violenta. Os outros exemplos de violências contra as parlamentares também são esforços de enquadramento patriarcalizador das mulheres políticas. Ambos evidenciam o quanto estamos distantes de instituições estatais justas e responsivas às mulheres brasileiras.

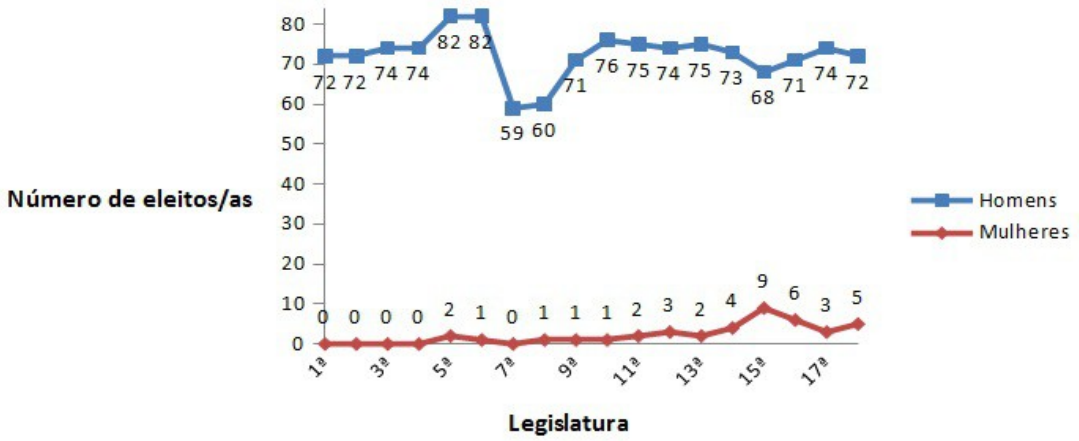
Sendo assim, entendemos que é muito necessário um processo permanente de crítica e de desconstrução desses elementos e estruturas que ainda se organizam de modo enviesado em relação a gênero, ou seja, se organizam patriarcalmente dentro do próprio Estado brasileiro. Entendo, pois, que só a partir desse exercício será possível acumular e disseminar as forças necessárias para efetivamente se despatriarcalizar esse Estado, investindo esforços na despatriarcalização das suas diferentes instituições e abrindo finalmente o espaço da representação parlamentar de uma forma mais justa e solidária para as mulheres: promover justiça de gênero para as mulheres políticas e aquelas que almejam o poder político parlamentar no Brasil é um desafio hoje ainda mais monumental.

Neste sentido, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, para além de uma instituição parlamentar, político-eleitoral, é também uma importante arena de poder e dispõe de inúmeros recursos e oportunidades que são distribuídos à população. Enquanto arena institucional, conhecemos já a histórica condição de muito baixa presença de mulheres eleitas a deputadas estaduais em Minas

Gerais e torna-se muito importante indagar se essa situação de baixíssima representação tem acarretado, de fato, também pouca visibilidade e atenção às importantes questões de gênero e de empoderamento das mulheres no âmbito da agenda dessa Casa.

A título de contextualização, vejamos qual é a situação das mulheres eleitas a deputadas na ALMG, desde a sua primeira legislatura até a última:

Gráfico 1: Homens e mulheres eleitos/as para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais – Série histórica – 1947-2014.



Fonte: Matos & Mascarello, 2016.

Esses dados demonstram inequivocamente que as mulheres mineiras não têm conseguido superar as barreiras que impedem, ainda hoje, a sua maior elegibilidade. Várias pesquisas também identificaram inúmeros fatores que convergem para produzir tal situação. Os fatores são de múltiplas ordens: individuais/subjetivos, relacionais/sociais e institucionais/políticos (Matos, 2011). Há fortíssimos constrangimentos às aspirações e ambições políticas femininas: elas continuam responsáveis pelos cuidados familiares e nos domicílios, acumulando triplas jornadas de trabalho, cuidados e escolarização; não costumam receber apoios fortes de seus familiares e círculo social; não conseguem angariar fundos e recursos de campanha com a mesma facilidade dos homens, entre vários outros fatores limitadores.

Mas, a partir de outra perspectiva, uma vez eleitas, será que o caminho está aberto ao seu protagonismo político? Já elaborei em outro lugar (Matos & Mascarello, 2016) uma análise detalhada desse fenômeno, e posso lhes asseverar, com certeza, que não. Nesse outro trabalho, com Mascarello, afirmamos:

"Uma vez dentro da ALMG, elas ainda passam por inúmeras dificuldades afeitas ao jogo político de alocação de cadeiras na Casa: distribuição de vagas e cargos em comissões, em lideranças, em bancadas e mesa diretora. Sabe-se que quanto maior o poder político e poder de barganha, maiores as chances de conseguir cargos com maior visibilidade, como as Comissões de Constituição e Justiça, de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Administração Pública, que são centrais – também chamadas de "Grandes Comissões", pois possuem sete membros efetivos em vez dos cinco membros efetivos das demais. A Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, por exemplo, são responsáveis, além do plenário, pela discussão e votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual de Ação Governamental, os instrumentos mais importantes de gestão orçamentária e planejamento financeiro do Estado. Em relação às comissões permanentes, ao fazer uma análise detalhada de sua composição, percebe-se que, de maneira geral, às mulheres foram conferidas aquelas comissões que gozam de menor prestígio ou visibilidade social e política, menos centrais e relacionadas à esfera privada e à ética do cuidado, perpetuando-se assim os estereótipos de gênero.". (Matos & Marcarello, 2016, p. 319)

A luta das nossas parlamentares estaduais, seja para expor as inúmeras injustiças baseadas em gênero a que estão submetidas dentro e fora do parlamento, seja para exigir reparação em relação às mesmas, facultando a possibilidade de se pensar em

medidas, ações e programas que possam ter impacto na vida e no empoderamento de mulheres, é gigantesca. Esses desafios estão na raiz de nossa democracia parlamentar e colocá-los em perspectiva tem mudado a nossa visão do que venha a ser a responsabilização na democracia.

A responsabilização, segundo o Unifem, "é um elemento fulcral da política democrática e da boa governação" (FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER, 2010). Em países democráticos, as relações de responsabilização ajudam a garantir que os decisores políticos adiram a padrões, normas e objetivos acordados publicamente. Assim, pode-se afirmar que estratégias de "boa governação" implicam e incluem preocupações com a governação democrática que, por sua vez, precisam envolver esforços que visem a promover mais participação (especialmente daqueles grupos que estão excluídos do poder), difundir os direitos humanos e construir bases sólidas para o alcance de mais justiça social. Sistemas de responsabilização sensíveis a gênero, por sua vez, deveriam incluir uma agenda de esforços institucionais (individuais e coletivos), em que as mulheres possam vir a se beneficiar tanto quanto os homens das reformas da governação, por sua vez centradas na redução das desigualdades, da corrupção e no aumento das oportunidades de participação de todos e todas no processo de tomada de decisões públicas.

Podemos assim concluir que, de fato, também não existem reformas de governação neutras em função do gênero. Se as possíveis reformas não abordarem as relações sociais e políticas violentas e discriminatórias que prejudicam a capacidade de participação das mulheres nas decisões públicas, estas correm o risco de reproduzir preconceitos de gênero e padrões de exclusão patriarcais na gestão dos assuntos públicos. Pode-se afirmar que é realmente necessário pensar mais seriamente na adoção de estratégias de responsabilização de gênero no âmbito da ALMG.

Com esse cenário tão desigual e injusto (que está se agravando, como vimos pelos dados eleitorais de 2016), a cada dia torna-se extremamente estratégico problematizar o aprofundamento e a qualificação da participação efetiva das mulheres nas arenas públicas. Também se torna igualmente desejável uma reflexão crítica a respeito dos sistemas de responsabilização que podem influenciar atores estatais e não estatais e que possam, enfim, empoderar mais mulheres nos espaços da política, no acesso a serviços públicos e a mais e melhores oportunidades econômicas e sociais, além de alcançar maiores patamares de equidade e justiça social. No que diz respeito ao acesso aos seus direitos, os desafios variam consoante o grupo de mulheres em causa, abarcando desde as mais excluídas até aquelas que, bem (in)formadas, permanecem ainda na ignorância das desigualdades que as assolam.

Focando nessa perspectiva urgente da responsabilização de gênero, no âmbito do parlamento estadual mineiro foi finalmente criada, em 2015, a Comissão Extraordinária das Mulheres, que procura tratar, entre outras questões, "dos assuntos que dizem respeito à garantia da paridade de gênero, do combate à discriminação das mulheres e do aumento da representação feminina na política". A decisão da Mesa da ALMG que criou essa comissão foi lida na reunião ordinária de Plenário do dia 11/3/2015. Segundo o *site* institucional da ALMG[12]:

"O objetivo dessas ações é sobretudo propor novas políticas públicas que contribuam para o aumento da representação feminina na política, para a igualdade de direitos, para a eliminação de todas as formas de violência de gênero e, por fim, para a emancipação e autonomia econômica da mulher. Segundo prevê o Regimento Interno da ALMG, as comissões extraordinárias acompanham assuntos relevantes para o Estado, reunindo diagnósticos e propostas de ação, que encaminham à Mesa da Assembleia, atuando em sintonia com as comissões permanentes.". (ALMG, Notícias ALMG, 11/3/2015)

O relatório final dessa comissão pretende resumir os esforços já empreendidos, portanto, por esta medida institucional tomada por pressão das mulheres deputadas estaduais em Minas Gerais. Apenas como exemplo, indicamos abaixo algumas das atividades realizadas, dos principais temas debatidos em algumas das audiências públicas convocadas pela Comissão Extraordinária das Mulheres da ALMG:

- Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2015, que dá nova redação ao §1º do art. 60 da Constituição Estadual (essa proposição visa garantir a presença de, pelo menos, uma mulher na Mesa da ALMG);

- Recomendações do Ministério Público sobre a adoção de filhos de mulheres usuárias de crack e outras drogas;
- participação das mulheres na política (discussão realizada com representações partidárias do Estado);
- igualdade de gênero e a participação das mulheres nos espaços de poder, bem como a ampliação da representação política feminina na política institucional (foram realizadas duas audiências públicas sobre o tema no interior do Estado: em Paracatu e em Coronel Fabriciano);
- esforço de construção do Orçamento Mulher de Minas Gerais;
- situação das mulheres que atuam na cadeia de produção da agricultura familiar no Estado;
- mulher e o mercado de trabalho, em especial a participação e a inclusão da mulher negra nesse mercado;
- Movimento Mamamiga pela Vida, conforme solicitação da Associação de Prevenção do Câncer na Mulher – Asprecam;
- atividades de comemoração dos 10 anos de vigência da Lei Federal nº 11.340, de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, e discussão de seus avanços e desafios;
- curso intensivo de formação política para mulheres, promovido pela Escola do Legislativo.

São iniciativas muito importantes, assim como também é de extrema relevância a própria criação dessa comissão extraordinária, que pode funcionar como um instrumento importante para se promover maior sinergia nas ações que visem maior empoderamento das mulheres mineiras. Um passo importante e necessário, com certeza, mas ainda insuficiente diante de um cenário tão desigual e injusto quanto o que já descrevi acima. A comissão e suas atividades podem e precisam funcionar como um embrião de um sistema mais amplo de responsabilização de gênero no âmbito da ALMG.

Os sistemas de responsabilização sensíveis ao gênero, todavia, requerem não apenas a participação das mulheres (parlamentares ou não), mas também que essa participação seja crítica, reflexiva, qualificada, ademais de demandarem também que a igualdade e a justiça de gênero sejam parâmetros relevantes pelos quais o desempenho e a atuação dos nossos decisores políticos, de todos os/as parlamentares, passem a ser permanentemente avaliados. A autorização – designar um mandato a representantes ou a prestadores de serviços – ocorre por intermédio de diversos mecanismos. Entre eles, a constituição de espaços para a construção do debate de interesses, do compartilhamento de perspectivas e das experiências vividas pelas mulheres e sua condição de subalternização, partindo-se delas, com vistas a promover a sua respectiva articulação com as agendas públicas de enfrentamento às desigualdades de gênero. A comissão pode funcionar como esse primeiro espaço, o primeiro passo da construção desse sistema de responsabilização de gênero no âmbito da ALMG. Essa seria uma etapa crucial, mas é apenas um primeiro passo necessário para se alcançar a nova cultura e a nova educação das relações de gênero, e a ALMG precisará se empenhar também nesse sentido.

A Comissão Extraordinária das Mulheres, da ALMG, pode ser compreendida como um mecanismo inicial de responsabilização de gênero que tem sem dúvida a sua importância e tem também uma missão bastante difícil a ser enfrentada. Mas esta não pode e não deve, entretanto, ser apenas uma tarefa das mulheres deputadas estaduais eleitas para a ALMG. Ela precisa ser uma agenda de toda a Casa Legislativa.

Ainda é fundamental que as ações, propostas, iniciativas, programas desenvolvidos pela comissão venham a ser de fato institucionalizadas (transformadas em rotinas da Casa) para tentar garantir que os/as que têm direito a exigir explicações (os/as detentores/as de direitos) possam de fato obtê-las daqueles (e não apenas daquelas) que exercem um cargo público oficial (portadores de deveres). Outros passos precisam se seguir a essa importante iniciativa. Um deles consiste em ser possível tomar a importante decisão de inclusão de mais mulheres nos espaços de poder da ALMG, com a previsão da presença de mais mulheres em cargos de relevância da Casa, seja nas comissões de mais relevância, seja, sobretudo, na Mesa. Essa estratégia também precisa ser acompanhada da preocupação com os motivos que levam à sub-representação tão expressiva das mulheres nesse espaço institucional. E essa preocupação deve ser convertida efetivamente em ações que possam atuar junto a essas causas, por isso a premência de se manter,

como permanente, por exemplo, o curso intensivo de formação política para as mulheres candidatas oferecido pela Escola do Legislativo.

Essa é uma ação importante da ALMG, que pode funcionar como um mecanismo continuado de fortalecimento das candidaturas femininas no Estado, empreendendo continuadamente (e não apenas eventualmente) esforços institucionais concretos na construção do empoderamento efetivo dessas candidaturas. Apenas quando a Assembleia adotar medidas mais contundentes nesse sentido será possível difusão mais ampliada da compreensão de que as mulheres devem ser participantes legítimas nos debates públicos, nos processos de delegação de poderes e nas avaliações de desempenho da Casa. Ou seja, é necessário que haja fortalecimento e incentivo às candidaturas femininas, objetivando reais chances de eleição para a ALMG, e é igualmente imprescindível que esta adote, em seu âmbito, medidas que permitam às mulheres o acesso aos postos de comando e às comissões centrais da Casa.

Por último, outro tipo de mecanismo geral igualmente fundamental seria o de tentar fazer progredir os direitos das mulheres. Este poderia – e deveria, em nossa opinião – ser um padrão importante por meio do qual o desempenho das autoridades venha a ser avaliado. Nesse sentido, os dirigentes – incluindo os nossos parlamentares (homens e mulheres) – deveriam responder por seu desempenho em matéria do progresso dos direitos das mulheres. Os padrões de atenção, de elaboração de projetos de lei, de políticas públicas, de planejamento orçamentário e de probidade administrativa deveriam estar orientados para garantir a confiança do público geral e, especificamente, das próprias mulheres. Isso seria mais facilmente alcançado se padrões de maior igualdade de gênero estivessem consolidados na Casa enquanto meta da sua ação pública.

No entanto, o mais importante dentre esses mecanismos, para além das nossas fundações e orientações normativas e legais para a responsabilização – nossas leis e Constituições nacionais, assim como os acordos globais relativos a direitos humanos etc. –, é a construção democrática de empoderamento para aquelas/es que desconhecem seu potencial de transformação sobre o mundo. Os esforços das mulheres para corrigir a sua situação de invisibilidade ou de subalternidade públicas ou, ainda, de lutar politicamente quando os seus direitos lhes são negados, têm variado desde abordagens baseadas apenas na formação da "opinião", que destacariam ainda algum esforço no sentido da ação coletiva, da representação de interesses e da capacidade de exigir mudanças, até abordagens baseadas em "escolha" – individual ou coletiva –, que promovam mudanças na oferta de serviços públicos eficazes ou de práticas comerciais mais justas. Aqui, deveria ser dada muito mais ênfase ao processo formativo cidadão, uma ação que também a ALMG deveria promover, a partir de um processo focado em valores de respeito às diversidades.

Neste sentido, cabe aos parlamentos promover os direitos da cidadania das mulheres tendo-se foco em esforços efetivos de reconstrução da democracia de gênero num viés de reconhecimento crítico-emancipatório, por meio da constante reelaboração de uma renovada agenda pluriversal (MIGNOLO, 2000; MATOS, 2012), que tem em seu horizonte normativo, a construção (histórica e contingente) de um interesse público o mais justo e inclusivo possível para todos e todas, em que igualdade e também as diferenças das mulheres não sejam incompatíveis, violentadas ou desconsideradas no jogo político-democrático.

Na verdade, mais do que um "modelo de democracia", temos o desafio permanente no Brasil de reforçar as possibilidades de um devir democrático como ação político-crítica sobre o mundo e sobre todas as nossas instituições. Essa condição do devir democrático é a condição possível do agenciamento ou da passagem à posição de sujeito (e não mais de assujeitado/a) para aquelas dimensões subalternizadas e oprimidas da cidadania: boa parte das mulheres, infelizmente, ainda está nessa condição no Brasil de hoje. Significa também a ultrapassagem de modelos de democracia cristalizados, de modo que possamos democratizar o acesso e o exercício de dimensões cidadãs ainda não conquistadas por muitos coletivos subalternizados no Brasil.

Acesso ao poder parlamentar pelas deputadas e acesso das mulheres às oportunidades e recursos políticos que o parlamento mineiro pode oferecer são condições vertebradoras desse devir democrático e devem pautar as ações de responsabilização de gênero iniciadas pela Comissão Extraordinária das Mulheres para que possamos pensar, ainda que no horizonte, uma meta alcançável de

maior justiça de gênero para todas as mulheres mineiras. A violência de gênero, e uma expressão sua recente que é a violência política sexista, são instrumentos na contramão da construção desses princípios e dessas práticas de responsabilização. Chamar uma deputada federal de "vaca" em pleno parlamento mineiro é violência política sexista, assim como o é ignorar ou produzir empecilhos para os esforços das deputadas eleitas ao acesso a mais postos de decisão e a mais recursos políticos dentro da ALMG. A responsabilização de gênero precisa ser um valor democrático compartilhado por homens e mulheres parlamentares e precisa ser difundido para a sociedade como um todo.

A responsabilização de gênero com vistas a se construir um patamar efetivo de justiça de gênero exige parâmetros que nos façam repensar processos, regras, procedimentos, ações e intenções, tanto no âmbito das institucionalidades (e das políticas públicas promovidas e fiscalizadas pelo parlamento mineiro), quanto nas regras do próprio processo político-eleitoral-partidário das Casas Legislativas (com a devida atenção a procedimentos eleitorais que, por exemplo, possam positivamente ampliar a cidadania). Apenas dessa forma os diversos coletivos oprimidos existentes em nossa coletividade poderão estar, de modo efetivo, no espaço público parlamentar e poderão se afirmar nele, a partir e dentro dele. Apenas promovendo e enraizando a responsabilização de gênero é que será possível apostar, de fato e de direito, naquilo que esses públicos excluídos (especialmente as mulheres, mas não apenas elas) são capazes de reconstruir para todos os cidadãos e cidadãs de Minas Gerais (e não para apenas alguns deles).

Por hora começamos a ver a roda da responsabilização de gênero começar a girar com a importante criação da Comissão Extraordinária das Mulheres da ALMG e com a efetivação de algumas de suas ações iniciais. É necessário atenção e cautela para que a iniciativa não se transforme em toda a solução ou ainda que a comissão não se transforme em mais uma espécie deletéria de "gueto", onde as mulheres falam entre mulheres, para mulheres e com mulheres, e os homens – a imensa maioria dos parlamentares da Casa – passem perfeitamente confortáveis ao largo das suas iniciativas e discussões. Os homens deputados deveriam fazer parte constitutiva da construção dessas soluções.

Mas ainda que a proposta da comissão seja um passo muito importante, ela ainda é pouco diante do cenário árido, continuadamente grave e injustificável de sub-representação feminina na Casa e diante da invisibilidade do protagonismo das mulheres deputadas estaduais. Mais e mais abrangentes soluções de responsabilização de gênero para enfrentar as desigualdades políticas de gênero (e mesmo as formas naturalizadas de violência política sexista) continuam sendo tão urgentes quanto necessárias na ALMG.

Referências

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Repositório de dados eleitorais (1945 - 2014). Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: 10 out. 2016

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER. *Relatório final: o progresso das mulheres do mundo 2008/2009*. Brasília: Unifem, 2010.

INTER-PARLIAMENTARY UNION (IPU). Disponível em: http://www.ipu.org/english/ home.htm. Acesso em 25 de novembro de 2016.

PAIVA, Denise, HENRIQUE, Ana Lucia e SILVA, Gabriela P. Vieira. 2013. "Atuação das mulheres no Poder Legislativo Federal e Estadual e no Brasil: ainda muito distante da paridade de gênero". In: *Cadernos Adenauer* XIV (2013) nº 3, p. 167-182.

MATOS, Marlise; PINHEIRO, Marina Brito. 2012. "Dilemas do conservadorismo político e do Tradicionalismo de gênero nas eleições de 2010: o eleitorado brasileiro e suas percepções". In: José Eustáquio Diniz Alves; Céli Regina Jardim Pinto; Fátima Jordão (Orgs.). (Org.*). Mulheres nas Eleições 2010*. 1ed .Brasília: ABCP e SPM/PR, v. 1, p. 51-93.

MATOS, Marlise. A sub-representação política das mulheres na chave da sua sub-teorização na ciência política. In: PAIVA, Denise (Org.). *Mulheres, política e poder*. Goiânia: Cânone Editorial, 2011.

MATOS, Marlise e MASCARELLO, Luiza. 2016. “Representação e Responsabilização de gênero: a urgência da maior presença política das Mulheres”. In: Manoel Leonardo Santos, Fatima Anastasia. (Org.). *Politica e Desenvolvimento Institucional no Legislativo de Minas Gerais.* 1ed. Belo Horizonte: PUC/MINAS, 2016, v. 1, p. 317-337.

MIGNOLO, Walter. 2000. *Local Histories/Global Designs: Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press. 2000.

NAÇÕES UNIDAS. 2016. “Women in national parliaments”. *União Interparlamentar,* IPU,2016. Disponível em: http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm. Último acesso: 17 de novembro de 2016.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira et al. 2008. *Chefia feminina de domicílio como indicador de feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres pobres*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/fampolpublicas/saletnovellino.pdf. Último acesso: 29 de novembro de 2016.

SACCHET, Teresa e SPECK, Bruno. 2010. "Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos." ALVES; PINTO; JORDÃO. *Mulheres nas eleições (2010):* 417-452.

SACCHET, Teresa, e SPECK, Bruno Wilhelm. 2012. "Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006." *Revista Opinião Pública* 18.1 (2012): 177-197.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Esta comissão extraordinária definiu e estabeleceu, durante o seu funcionamento, duas diretrizes estruturadoras do seu trabalho. A primeira, de demarcar, no Parlamento mineiro, uma arena de discussão acerca das relações de gênero e da aguda desigualdade ainda persistente entre homens e mulheres. Para isso, a comissão lançou mão de recursos típicos do Poder Legislativo, realizando audiências públicas, visitas técnicas, eventos institucionais, além de propor atividades de formação politica, por meio da Escola do Legislativo. A segunda premissa foi garantir uma metodologia verdadeiramente participativa, que propiciou a efetiva e inestimável participação do movimento feminista e de entidades diversas estatais e da sociedade civil nos debates. Assim, nessa trajetória, tornou-se possível conhecer – e reconhecer – as mulheres em sua diversidade, e, consequentemente, a multiplicidade de suas demandas e expectativas.

Percebemos, durante os trabalhos da comissão, que alguns temas atravessaram quase que permanentemente as discussões, em que pesem as diferentes perspectivas das mulheres participantes, que falam de locais e a partir de experiências diversas. Assim, ganharam relevo a sub-representatividade feminina nas instâncias de poder e decisão, o machismo e suas manifestações, inclusive no âmbito das instituições, bem como as várias formas de violência ainda perpetradas contra as mulheres, mais particularmente, as mulheres negras.

É importante lembrarmos alguns marcos referenciais e conquistas no que toca à garantia de direitos das mulheres. Podemos mencionar a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1994); a Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada pela ONU em Pequim, China (1995); e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1996), e, no Brasil, a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (2003)[13], um marco, de profunda relevância, para a formulação e a articulação das políticas para mulheres no País. Seguiram-se outros instrumentos normativos e a definição de diretrizes, que passaram, necessariamente pelo crivo das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres. De outro lado, em relação ao enfrentamento à violência contra a mulher, registramos a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994), conhecida como Convenção de Belém do Pará, a promulgação da Lei Maria da Penha (2006), e a edição da Lei do Feminicídio (já em 2016), além das políticas e pactos nacionais inerentes, os quais estabelecem metodologias e articulam ações a serem implementadas pelas três esferas de governo.

Porém, inevitável reconhecermos que os marcos protocolares e legais não nos levaram à eliminação da desigualdade entre homens e mulheres. No decorrer dos trabalhos desenvolvidos por esta comissão confirmamos o quanto ainda precisamos caminhar rumo à justiça social e de gênero. Comprovamos que as mulheres continuam vivenciando uma situação de trabalho extremamente desigual quando comparadas aos homens, reféns da dicotomia público-privado e da injusta divisão sexual do trabalho – que lhes impõe múltiplas jornadas –, ocupando mais postos informais de trabalho e com rendimentos menores, isso apesar de já haverem alcançado maiores níveis de escolaridade.

Atestamos também o agravamento da violência de gênero. Precisamos repisar, a todo momento: o Brasil ocupa a 5ª posição entre 83 países analisados pela OMS, com a taxa de 4,8 feminicídios por 100 mil mulheres. Minas Gerais, que tem a taxa de 4,2 feminicídios por 100 mil mulheres, se país fosse, ocuparia a 7ª posição em número de feminicídios, considerando-se o mesmo elenco de países relacionados no estudo.[14] De fato, esse extermínio – que atinge, de maneira ainda mais contundente as mulheres negras – precisa ser reconhecido e encarado verdadeiramente pela sociedade e pelo poder público, como condição para a persecução de soluções.

Noutro campo, no que toca à participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, percebemos o quanto o cenário de sub-representatividade feminina na política institucional é veemente. Temos somente 51 mulheres no conjunto de 513 membros na Câmara dos Deputados, e 13 mulheres entre 81 senadores. Em Minas Gerais, iniciamos a atual legislatura com uma bancada de 7 mulheres, atualmente reduzida para 5 deputadas, em meio a 77 parlamentares. Como se não bastasse, percebemos o decréscimo da representação feminina já nas eleições municipais deste ano. Em 2016, foram eleitas 641 prefeitas, quantitativo menor em comparação com o pleito de 2012, quando 659 mulheres passaram a chefiar os Executivos municipais.

Foram ressaltados na comissão, em várias ocasiões, tanto na Capital quanto no interior do Estado, a severa restrição à participação e à influência das mulheres no âmbito dos partidos políticos, bem como o descumprimento das cotas de gênero nas listas eleitorais, culminando na proliferação das candidaturas femininas "laranjas". Além disso, foi denunciada a não aplicação dos recursos legalmente previstos para a criação e a manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. Urge, sem sombra de dúvida, como salientado por muitas participantes durante as reuniões, democratizar a democracia, construir o compartilhamento do poder político-institucional com as diversas nuances sociais, principalmente as mulheres, maioria da população brasileira.

Os registros desta comissão evidenciam, outrossim, a necessidade de romper-se, definitivamente, com uma entremeada tolerância da sociedade em relação à subalternidade das mulheres, numa atitude fruto de práticas e costumes derivados de uma persistente estrutura social de base tradicional, masculina e patriarcal. De outro lado, apontam para a insuficiência das medidas governamentais, a nível nacional e estadual, ainda que mantidos esses temas na agenda pública. Além das grandes transformações que passam pelo ambiente doméstico e social, pela formação escolar e cultural e pela conscientização da sociedade, a atuação do poder público deve ser continuada e mais incisiva, em variadas frentes, de modo a abranger transversalmente políticas de educação, saúde, assistência social, cultura, segurança pública, entre outras. A perspectiva da igualdade de gênero deve firmar-se no centro do planejamento governamental e alcançar de fato os instrumentos orçamentários.

É com essa visão que apresentamos, ao final de nossos trabalhos, algumas recomendações, que buscam exprimir a posição média das colaborações recebidas e das análises realizadas no período de funcionamento da comissão. Muito longe de pretender exaurir o tema, temos convicção de que este relatório constitui uma contribuição inicial, que visa instigar discussões sobre gênero no âmbito deste Parlamento e subsidiar sua função de monitoramento e fiscalização das políticas públicas. Pretendemos ainda fornecer alguns outros elementos ao Executivo estadual para suas tarefas de elaboração do planejamento e gestão, em todos os seus braços de atuação. Em última instância, esta comissão dirige-se à sociedade mineira, vislumbrando jogar luz e dar visibilidade aos graves problemas e entraves ainda impostos às mulheres, mas convidá-la, em contrapartida, a manter vigilância em relação a essas questões e

refletir sobre o desafio de aplicar cotidianamente novas práticas e condutas rumo à construção democrática da efetiva paridade no exercício de direitos entre homens e mulheres.

Recomendações

- manutenção, na Assembleia Legislativa, dos trabalhos iniciados por esta comissão extraordinária, com a criação de comissão permanente dedicada ao tema;
- aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2015, que assegura ao menos uma vaga para cada sexo na Mesa da ALMG, garantindo-se, assim, a representação das mulheres na direção dos trabalhos da Casa;
- representação feminina no Colégio de Líderes da ALMG, garantindo-se a participação de, pelo menos, uma deputada em todas as legislaturas;
- oferta continuada de cursos, pela Assembleia Legislativa, por meio da Escola do Legislativo e em parceria com entidades de estudos sobre a mulher, universidades e movimentos sociais, direcionados ao público feminino e voltados para a formação básica sobre direitos, garantias jurídicas e administrativas, organização do Estado e políticas públicas;
- oferta continuada de cursos, pela Assembleia Legislativa, por meio da Escola do Legislativo e em parceria com entidades de estudos sobre a mulher, universidades e movimentos sociais, direcionados à qualificação de lideranças comunitárias e/ou mulheres já filiadas a partidos políticos, visando à qualificação e ao aprimoramento da participação das mulheres na atuação político-institucional;
- realização, pelo poder público e entidades da sociedade civil, de campanhas permanentes visando à conscientização sobre a participação das mulheres nas instâncias de poder e a ocupação dos espaços na política institucional;
- apoio e fomento, pelos órgãos das Justiça Eleitoral, à participação das mulheres na política institucional, por meio, especialmente, da realização de programas de formação e capacitação de mulheres nos municípios e de ações visando ao fortalecimento da participação feminina no âmbito dos partidos políticos;
- ampliação da fiscalização, por parte do Ministério Público Estadual, do cumprimento pelos partidos e coligações partidárias do percentual mínimo de 30% de candidatos do sexo feminino, bem como da destinação do mínimo de 5% dos recursos do fundo partidário para a criação e a manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres;
- reestruturação e fortalecimento do Conselho Estadual de Políticas para as Mulheres;
- estímulo à criação, no âmbito das administrações públicas municipais, de conselhos, órgãos e/ou organismos destinados à gestão e à articulação de políticas públicas para as mulheres, mediante apoio técnico e priorização no aporte de recursos públicos estaduais;
- monitoramento, pela Assembleia Legislativa, da execução de programas e ações direcionadas à mulher em todos as áreas de atuação governamental, a exemplo das políticas públicas voltadas para agricultura familiar, educação, cultura, assistência social, saúde, direitos humanos e segurança pública;
- desenvolvimento de metodologias, pela Assembleia Legislativa, que propiciem intervenções abrangentes e transversais nos instrumentos orçamentários do Estado – especialmente durante os processos de revisão anual do Plano Plurianual de Ação Governamental –, de modo a alcançar programas e ações de todas as secretarias de Estado, garantindo-se a disponibilização dos recursos públicos necessários à efetividade das políticas de enfrentamento à violência e de autonomia das mulheres no Estado;
- instituição de um fundo específico dos direitos da mulher no Estado;

- incentivo à inclusão das temáticas relacionadas à mulher (participação nos espaços de poder e decisão, enfrentamento à violência, autonomia, entre outras) nos currículos escolares dos diversos níveis do ensino formal e nos cursos de formação inicial e continuada de professores, privilegiando a aplicação no cotidiano do processo de ensino-aprendizagem;
- garantia de recursos específicos para o enfrentamento da violência contra a mulher, priorizando-se ações voltadas para as mulheres negras, haja vista o aumento da incidência de feminicídios nesse grupo específico;
- aprimoramento, no Estado, dos bancos de dados, registros, elencos de informações e estatísticas referentes à violência contra a mulher, com recortes de raça/cor, incluindo definições metodológicas, planejamento de atividades, atribuição de funções e destinação de recursos;
- fiscalização, pela Assembleia Legislativa, da implementação e execução da Lei nº 20.016, de 2012, que dispõe sobre o registro e a divulgação dos dados sobre violência contra a mulher no Estado, e da Lei nº 22.256, de 2016, que institui a Política de Atendimento à Mulher Vítima de Violência no Estado;
- definição regulamentar da Política de Atendimento à Mulher Vítima de Violência no Estado e dos demais procedimentos a serem realizados pelos órgãos e agentes estatais nos casos de violência contra a mulher, incluindo protocolos de atendimentos, fluxogramas e definições de responsabilidades funcionais;
- instalação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com efetiva competência civil e criminal, conforme art. 55 da Lei Complementar nº 105, de 2008, nas Comarcas de Belo Horizonte, Cataguases, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Pouso Alegre, Ribeirão das Neves e Uberlândia;
- ampliação do número de varas especializadas com competência híbrida e atribuição de conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher;
- ampliação do número de Nudems e unidades do Ministério Público especializadas em violência doméstica e familiar contra a mulher, com respectivo aumento do número de servidores lotados nesses órgãos;
- criação e manutenção de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deams –, com funcionamento 24 horas, em todas as cidades com mais de 50 mil habitantes, com estrutura e equipe profissional adequados e suficientes e de modo a alcançar as mulheres residentes nas áreas rurais;
- institucionalização das Deams, com definição de marco normativo, procedimentos, padrões de operatividade, vinculação orgânica e situação funcional dos servidores nela lotados;
- organização e consolidação de cadastro único com dados, estatísticas e informações no âmbito do sistema de justiça criminal do Estado, acerca das medidas protetivas deferidas, inquéritos em andamento, processos judiciais e execuções de pena, por exemplo, de modo a monitorar resultados e/ou procedimentos, bem como integrar e otimizar as medidas a cargo do Poder Judiciário, da Defensoria Pública e do Ministério Público;
- instalação de unidades da Casa da Mulher Mineira em todos os territórios de desenvolvimento do Estado, de modo a reunir todos os serviços de atendimento à mulher em situação de violência, evitando-se a revitimização;
- investimento em ações continuadas de qualificação sobre a violência de gênero, direcionadas a juízes e servidores do Poder Judiciário que atuam nos procedimentos previstos na Lei Maria da Penha, de modo a aprimorar o atendimento às mulheres em situação de violência, bem como contribuir para a maior efetividade na prestação jurisdicional;
- investimento em ações continuadas de formação e capacitação de agentes sociais e estatais que trabalham no enfrentamento à violência contra a mulher, em especial os servidores que atuam nas Deams, Nudems, Ministério Público, Centros de Referência de Assistência Social – Cras – e Centros de Referência Especializados de Assistência Social – Creas –, em todos os territórios de desenvolvimento do Estado, como forma de promover a humanização e qualificação do atendimento;

- fortalecimento da rede de atendimento à mulher em situação de violência, mediante a adoção de critérios de relevância fundados em situação demográfica, índice de desenvolvimento humano e influência regional, primando ainda pela prestação dos serviços às mulheres do campo;
- implantação de casas-abrigo e casas de passagem para mulheres em situação de violência e seus filhos, de forma regionalizada e em quantidade adequada à demanda, com equipamentos e pessoal suficientes para o atendimento;
- oferta de cursos de natureza profissionalizante como forma de propiciar melhorias no posicionamento no mercado de trabalho e contribuir para a construção da autonomia das mulheres em situação de violência;
- realização, no âmbito do serviço de policiamento comunitário da PMMG, de atividades de prevenção à violência contra a mulher;
- realização de cursos de formação e capacitação em atendimento a situações de violência doméstica direcionados a policiais civis e militares;
- implementação em todos os batalhões da PMMG do serviço de patrulha de prevenção à violência doméstica, levando em consideração a demanda e os indicadores de violência doméstica registrados em cada circunscrição;
- elaboração de ampla programação para marcar o Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher – também exaltado em Minas Gerais por meio da Lei nº 19.440, de 2011, que prevê o Dia Estadual de Combate à Violência contra a Mulher – no dia 25 de novembro, precedida de vasta publicidade institucional, com eventos em todo o Estado, especialmente nas escolas públicas, incluindo palestras, debates, seminários, programação nas entidades estatais de radiodifusão e outras atividades pertinentes, com organização a cargo da Subsecretaria de Políticas para Mulheres, participação de entidades da sociedade civil e destinação de recursos suficientes para a sua realização;
- organização de diagnóstico, aprimoramento de dados e elenco de informações e estatísticas sobre a situação da mulher no mercado de trabalho no Estado, com recorte de raça/cor, especialmente no que se refere às diferenças salariais e às relações internas, a fim de propiciar a elaboração de estratégias visando garantir a igualdade de direitos e o combate às práticas de discriminação, assédios moral e sexual e outras formas de violência;
- implementação de ações afirmativas direcionadas à população negra do Estado, especialmente às mulheres, e fomento a projetos de empreendedorismo;
- desenvolvimento de programas de formação e capacitação de conselheiros e agentes sociais e estatais, especialmente nas áreas de assistência social e saúde, para o atendimento às mulheres idosas e às mulheres com deficiência, por meio de programas descentralizados que atinjam o maior número possível de municípios, como forma de promover a humanização e qualificação do atendimento;
- fiscalização, pela Assembleia Legislativa, da implementação e execução da Lei nº 21.963, de 2016, que dispõe sobre a realização obrigatória da cirurgia plástica reconstrutiva de mama pelas unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS – na situação que menciona, e da Lei nº 22.290, de 2016, que dispõe sobre o monitoramento da qualidade dos exames de mamografia no Estado;
- ampliação e fortalecimento da rede de atenção à mulher no âmbito da saúde pública, desde a atenção primária até a atenção hospitalar, de modo a alcançar, também, as mulheres do campo, e com maior alocação de recursos por parte do governo do Estado;
- cumprimento, pelos agentes, órgãos e entidades do Estado, do Anexo Único da Resolução Conjunta SES-MG/SEDPAC-MG/SEDESE-MG nº 206, de 18/11/2016[15], que traz orientações para os serviços públicos de atendimento às mulheres e adolescentes usuárias de *crack* e outras drogas e a seus filhos recém-nascidos;

- garantia, pelo poder público, a todas as gestantes e mães, no período pré e pós-natal, de assistência à saúde com trabalho em rede, articulando os serviços de saúde, assistência social e recursos na comunidade, com o objetivo de garantir a assistência integral ao recém-nascido e à mãe e de fortalecer o vínculo materno e a integração de todos na família natural;[16]
- apoio à implantação de abrigo específico para o acolhimento de mães em situação de risco social e/ou usuárias de *crack* e outras drogas acompanhadas de seus filhos recém-nascidos, garantindo-se a disponibilização de equipes técnicas e do atendimento psicossocial necessário;
- implementação de projetos visando à humanização no cumprimento das penas pelas mulheres em situação de privação de liberdade, principalmente no que se refere à: implantação de unidades exclusivamente femininas, menores, apropriadas e regionalizadas, com vistas a propiciar a proximidade das detentas com seus filhos e demais familiares; garantia das condições necessárias às gestantes e às mães, especialmente no que toca à amamentação e aos cuidados com os bebês; realização dos atendimentos de saúde, psicossocial e jurídico às detentas; disponibilização de uniformes adequados às mulheres; proibição de quaisquer procedimentos vexatórios durante as revistas; e monitoramento do cumprimento das penas provisórias, evitando-se a injusta perduração do encarceramento;
- ampliação da fiscalização das unidades prisionais femininas do Estado e acompanhamento contínuo das condições de cumprimento das penas e do tratamento dispensado às mulheres, com a devida apuração de quaisquer denúncias de maus-tratos;
- execução de programas voltados para as egressas do sistema prisional, incluindo a oferta de cursos de formação profissionalizante, como forma de contribuir para a sua ressocialização e a inserção no mercado de trabalho;
- desenvolvimento de diagnóstico da situação socioeconômica das trabalhadoras rurais no Estado, visando à reunião e ao aprimoramento de dados, ao mapeamento e ao elenco de informações e estatísticas sobre esse objeto, com destinação de recursos;
- apoio ao fortalecimento da educação infantil e da educação em tempo integral no campo, como forma de possibilitar o trabalho das mulheres residentes em áreas rurais e contribuir para a promoção de sua autonomia;
- incentivo, por meio da ampliação de equipes técnicas e do aumento de recursos, a projetos de agricultura familiar e produção agroecológica desenvolvidos pelas trabalhadoras rurais no Estado, de modo a contribuir para sua autonomia;
- desenvolvimento de estudos acerca da viabilidade de implementação das prioridades eleitas pelas mulheres do campo e já apresentadas às Secretarias de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania e de Desenvolvimento Agrário, entre elas: o programa estadual de redução do uso de agrotóxicos; projetos para garantir o abastecimento de água para consumo humano e a produção em todas as regiões do Estado; implementação do PAA estadual e ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar; ampliação das áreas com produção agroecológica integrada e sustentável no Estado; incentivo e apoio à produção nos quintais produtivos das mulheres; entre outras relativas ao acesso à terra, bem como à regularização fundiária e titulação de terras, especialmente as ocupadas pelos remanescentes de comunidades dos quilombos;
- alteração do regimento interno da ALMG para acrescentar, ao § 3º do artigo 59, o inciso V, com o seguinte teor: "a prática de atos de violência e o uso de expressões de cunho misógino ou depreciativas contra a mulher.".

Recomendamos, por fim, o envio deste relatório final às seguintes instituições e entidades, para conhecimento das atividades desenvolvidas e das conclusões desta Comissão Extraordinária das Mulheres:

- Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania;
- Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social;
- Secretaria de Estado de Saúde;

- Secretaria de Estado de Governo;
- Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais;
- Secretaria de Estado de Segurança Pública;
- Subsecretaria de Políticas para Mulheres;
- Conselho Estadual de Políticas para as Mulheres;
- Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher – Nepem – da UFMG;
- Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais;
- Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais;
- Ministério Público do Estado de Minas Gerais;
- Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais;
- Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais;
- Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2016.

Rosângela Reis, presidente e relatora – Ione Pinheiro – Celise Laviola – Marília Campos.

Notas:

[1] WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília, 2015. p. 11-12 e 27-28. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

[2] *Ibid*., p. 29-32.

[3] Audiência pública realizada em continuidade às discussões do ciclo de debates Reforma Política, Igualdade de Gênero e Participação: o que querem as Mulheres de Minas, promovido pela ALMG.

[4] Audiência pública realizada em continuidade às discussões do ciclo de debates Reforma Política, Igualdade de Gênero e Participação: o que querem as Mulheres de Minas, promovido pela ALMG.

[5] Poema recitado por Andreia Roseno, da Fetraf, durante reunião da Comissão realizada em 19/4/2015.

[6] Atual Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

[7] Atual Secretaria de Estado de Segurança Pública.

[8] Professora Associada do Departamento de Ciência Política da UFMG e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM/UFMG), Doutora em Sociologia (IUPERJ), Mestre em Teoria Psicanalítica (UFRJ) e Psicóloga (UFMG).

[9] Segundo Paiva *et al*: "O Brasil adotou uma posição de vanguarda no que tange à participação política feminina. Em 1894, a cidade de Santos (São Paulo), promulgou o direito das mulheres ao voto, mas a medida foi derrubada no ano seguinte. Em 1905, três mulheres conseguiram se alistar e votar em Minas Gerais. Em 1927, o Governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, conseguiu alterar a legislação eleitoral estadual, para dar o direito de voto às mulheres. Em novembro daquele ano, 15 mulheres votaram no município de Lages, elegendo a primeira prefeita da história do Brasil: Alzira Soriano de Souza. Todavia, a candidatura não se materializou em mandato, a Comissão de Poderes do Senado impediu que a prefeita eleita tomasse posse e anulou os votos de todas as mulheres da cidade." (p. 170/1).

[10] Ver: http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm

[11] O ESEB é um estudo pós-eleitoral que agrega pesquisadores de várias instituições em torno de investigações sobre os seguintes temas: comportamento político e social, funcionamento do governo representativo. O estudo é coordenado pelo Centro de

Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Universidade de Campinas/Brasil e está vinculado ao projeto internacional *Comparative Study of Electoral Systems* da Universidade de Michigan (www.cses.org). O estudo está em sua terceira edição e foi realizado em 2002, 2006 e 2010.

[12] Ver: http://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2015/03/11_plenario_comissao_extraordinaria_mulheres_decisao_mesa.html

[13] Atualmente integrante da estrutura geral do Ministério da Justiça e Cidadania.

[14] Ver: WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>.

[15] Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Conjunta_206.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

[16] Conforme previsto no item 5 do Anexo único da Resolução Conjunta SES-MG/SEDPAC-MG/SEDESE-MG nº 206, de 18/11/2016.

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VII do art. 232 do Regimento Interno, os Requerimentos Ordinários nºs 2.701, 2.702, 2.703, 2.704, 2.705, 2.706, 2.707 e 2.708/2016, do deputado Antonio Lerin, em que solicita a retirada de tramitação dos Projetos de Lei nºs 3.429 e 3.448/2012, 1.972 e 2.269/2015, 2.458, 2.619 e 2.778/2011 e 3.352/2012, respectivamente, que aguardam parecer em comissão (Arquivem-se os projetos.); e, nos termos do inciso XIX do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 2.710/2016, da Comissão de Minas e Energia, em que solicita a inserção nos anais da Casa do balanço de atividades dessa comissão no biênio 2015-2016.

O presidente – Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Dirceu Ribeiro) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 45 deputados. Portanto, há quórum para votação.

Discussão e Votação de Indicações

O presidente – Discussão, em turno único, da Indicação nº 26/2016, do nome do Sr. Ângelo Filomeno Palhares Leite para compor a Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, a indicação.

– Registram "sim":

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Leonídio Bouças – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram "sim" 41 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a indicação. Oficie-se ao governador do Estado.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 27/2016, do nome do Sr. Elton Dias Xavier para compor a Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, a indicação.

– Registram "sim":

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Leonídio Bouças – Neilando Pimenta – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram "sim" 44 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a indicação. Oficie-se ao governador do Estado.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 28/2016, do nome da Sra. Maria Elizabeth de Gouvea para compor a Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, a indicação.

– Registram "sim":

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Leonídio Bouças – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram "sim" 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a indicação. Oficie-se ao governador do Estado.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 29/2016, do nome da Sra.Tânia Marta Maia Fialho para compor a Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, a indicação.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arnaldo Silva – Bosco – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O deputado Hely Tarqüínio – Voto “sim”, presidente.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a indicação. Oficie-se ao governador do Estado.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 30/2016, do nome do Sr. Walter Coelho de Moraes para compor a Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, a indicação.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarqüínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Leonídio Bouças – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O deputado Cássio Soares – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 46 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a indicação. Oficie-se ao governador do Estado.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 31/2016, do nome do Sr. Eduardo Soares de Oliveira para compor a Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, a indicação.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arnaldo Silva – Bosco – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarqüínio – Inácio Franco

– Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Leonídio Bouças – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Vanderlei Miranda.

O deputado Ulysses Gomes – Voto "sim", Sr. Presidente.

O presidente – Está computado. Votaram "sim" 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a indicação. Oficie-se ao governador do Estado.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 32/2016, do nome do Sr. Helvio de Avelar Teixeira para compor a Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, a indicação.

– Registram "sim":

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarqüínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Léo Portela – Leonídio Bouças – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram "sim" 47 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a indicação. Oficie-se ao governador do Estado.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 33/2016, do nome do Sr. José Ricardo Cezar de Almeida Mello para compor a Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, a indicação.

– Registram "sim":

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Leonídio Bouças – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O deputado Fabiano Tolentino – Voto "sim", Sr. Presidente.

O presidente – Está computado. Votaram "sim" 41 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a indicação. Oficie-se ao governador do Estado.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 34/2016, do nome da Sra. Maria das Graças de Oliveira para compor a Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, a indicação.

– Registram "sim":

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarqüínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Léo Portela – Leonídio Bouças – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram "sim" 43 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a indicação. Oficie-se ao governador do Estado.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 35/2016, do nome do Sr. Patterson Patricio de Souza para compor a Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, a indicação.

– Registram "sim":

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arnaldo Silva – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarqüínio – Inácio Franco – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Léo Portela – Leonídio Bouças – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram "sim" 44 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a indicação. Oficie-se ao governador do Estado.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 36/2016, do Sr. Simão Pedro Pinto Marinho, para compor a Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação. A comissão especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, a indicação.

– Registram "sim":

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarqüínio – Inácio Franco – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Léo Portela – Leonídio Bouças – Missionário Marcio Santiago – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram "sim" 46 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a indicação. Oficie-se ao governador do Estado.

2ª Fase

O presidente – Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Rogério Correia em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei Complementar nº 61/2016, o Projeto de Lei nº 3.846/2016 e o Projeto de Resolução nº 40/2016 sejam apreciados, nessa ordem, em primeiro lugar entre as matérias em fase de discussão, que os Projetos de Lei nºs 3.819 e 3.820/2016 sejam apreciados, nessa ordem, em último lugar e que as demais proposições permaneçam na ordem em que se encontram na pauta. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do requerimento do deputado Rogério Correia, fica prejudicado o requerimento do deputado Fred Costa em que solicita a inversão da pauta desta reunião de modo que os Projetos de Lei nºs 3.819 e 3.820/2016 sejam apreciados, nessa ordem, em último lugar.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2015, da deputada Arlete Magalhães e outros, que dá nova redação ao § 1º do art. 60 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência verifica, de plano, que não há quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição, mas que o há para a votação das demais matérias constantes na pauta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 838/2015, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre o ressarcimento ao Estado, por via de cobrança na fatura de serviços telefônicos, de despesas decorrentes do acionamento indevido dos serviços telefônicos. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram "sim":

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Lerin – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarqüínio – Inácio Franco – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Léo Portela – Leonídio Bouças – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia –

Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O deputado Dilzon Melo – Compute o meu voto "sim", presidente, por favor.

O presidente – Está computado. Votaram "sim" 50 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 838/2015 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.467/2016, do deputado Arnaldo Silva, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de União de Minas o trecho rodoviário que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram "sim":

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarqüínio – Inácio Franco – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Leonídio Bouças – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram "sim" 47 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.467/2016 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.834/2015, do deputado Deiró Marra, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guimarânia o trecho de rodovia que especifica. A presidência, nos termos do inciso XXXVII do art. 82 do Regimento Interno, deixa de submeter o projeto à votação.

Questão de Ordem

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Gostaria de dar uma explicação. O deputado Deiró Marra foi eleito prefeito. Se não votarmos o projeto dele hoje em virtude de sua ausência, não votaremos mais porque ele não estará mais nesta Casa na próxima legislatura. Acho que isso tem de ser levado em conta, Sr. Presidente. É muito importante a presença do deputado, mas temos de levar em conta esse fato.

O presidente – A presidência não discute sobre esse assunto tendo em vista que no Colégio de Líderes e na Mesa ficou acertado que os projetos só seriam votados com a presença do autor. Portanto, a presidência continua com o entendimento que teve com o Colégio de Lideres.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.962/2015, do deputado Douglas Melo, que obriga o fornecedor a disponibilizar ao consumidor o acesso a informações sobre empreendimentos imobiliários. A presidência, nos termos do inciso XXXVII do art. 82 do Regimento Interno, deixa de submeter o projeto à votação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.613/2016, do deputado Arnaldo Silva, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abadia dos Dourados o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o

parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram "sim":

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Inácio Franco – Isauro Calais – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Léo Portela – Leonídio Bouças – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram "sim" 44 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.613/2016 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 61/2016, do governador do Estado e da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o processo de extinção do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Iplemg – e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 192 e 263, inciso I, do Regimento Interno. A presidência lembra ao Plenário que o projeto será aprovado se obtiver, no mínimo, 39 votos favoráveis. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram "sim":

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarqüínio – Inácio Franco – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Léo Portela – Leonídio Bouças – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram "sim" 51 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 61/2016 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.846/2016, do governador do Estado, que cria o Conselho Estadual da Juventude – Cejuve-MG – e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram "sim":

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarqüínio – Inácio Franco – Isauro Calais – João Magalhães – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram "sim" 52 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.846/2016 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 40/2016, da Comissão de Fiscalização Financeira, que reconhece o estado de calamidade pública de ordem financeira no Estado de Minas Gerais nos termos do Decreto nº 47.101, de 5/12/2016. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vêm à Mesa:

EMENDAS AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 40/2016

EMENDA Nº 1

Acrescente-se ao projeto o seguinte art. 2º:

"Art. 2º – O reconhecimento do estado de calamidade instituído pelo Decreto nº 47.101, de 5 de dezembro 2016, a que se refere o art. 1°, fica condicionado à suspensão, pelo prazo de sua vigência, de:

I – nomeação de ocupantes de cargo de provimento em comissão de recrutamento amplo nas entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo que implique em aumento de despesas com pessoal;

II – empenho e liquidação de despesas com publicidade institucional por parte dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo;

III – custeio de atividades de natureza honorífica, homenagens, festas e concessão de comendas, inclusive as previstas em lei;

IV – repasse de recursos para servidores públicos e para terceiros destinados ao pagamentos de diárias e ao custeio de deslocamento e hospedagem em eventos promovidos pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo;

V – pagamento de despesas relacionadas à participação de servidores e agentes políticos do Poder Executivo em seminários, visitas, cursos e eventos realizados fora do Estado de Minas Gerais ou do País;

VI – pagamento a agentes políticos e a servidores públicos estaduais, por parte dos órgãos, empresas públicas e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo, de jetons, gratificações e verba de representação de qualquer natureza.

§ 1º – Excetuam-se da suspensão a que se refere este artigo:

1 – no inciso I do *caput* a nomeação de servidores em decorrência de vacância de cargo ocorrida a partir da publicação desta resolução, desde que não acarrete aumento de despesas de qualquer natureza;

2 – o custeio de publicidade de natureza emergencial, voltada para campanhas de utilidade pública nas áreas de saúde, educação e segurança pública.

§ 2º – O descumprimento do disposto neste artigo implica o reconhecimento expresso, por parte do Poder Executivo, da superação das causas e das condições econômicas que justificaram a decretação do estado de calamidade.”.

Sala das Reuniões, 7 de dezembro de 2016.

Deputado Gustavo Valadares – Deputado Carlos Pimenta – Deputado Sargento Rodrigues – Deputado Dilzon Melo – Deputado Léo Portela – Deputado Dalmo Ribeiro Silva – Deputado João Leite – Deputado Tito Torres – Deputado Felipe Attiê – Deputado Bonifácio Mourão – Deputado Gil Pereira – Deputado Luiz Humberto Carneiro – Deputado Gustavo Corrêa – Deputado Arlen Santiago – Deputado Alencar da Silveira Jr. – Deputado Antônio Jorge – Deputada Ione Pinheiro.

EMENDA Nº 2

Acrescente-se ao projeto o seguinte art. 3º :

“Art. 3º – O estado de calamidade a que se refere esta resolução se extingue ao final de noventa dias contados a partir da publicação desta resolução ou, antes disso, pelo descumprimento do disposto nesta resolução, nos termos do § 2° do art. 2º.

§ 1° – O estado de calamidade poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, nos termos de mensagem que encaminhe a solicitação.

§ 2º – A mensagem que encaminhe a solicitação de prorrogação do estado de calamidade deverá conter:

1 – relatórios detalhados contendo a evolução das receitas e das despesas dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive empresas, do Poder Executivo no período, discriminado por grupo de despesa, indicando os impactos obtidos pela decretação do estado de calamidade;

2 – plano de ação contendo as medidas para redução de despesas de custeio e de pessoal no exercício, discriminado por órgão e entidades da administração direta e indireta, inclusive empresas, do Poder Executivo.”.

Sala das Reuniões, 7 de dezembro de 2016.

Deputado Gustavo Valadares – Deputado Carlos Pimenta – Deputado Sargento Rodrigues – Deputado Dilzon Melo – Deputado Léo Portela – Deputado Dalmo Ribeiro Silva – Deputado João Leite – Deputado Tito Torres – Deputado Felipe Attiê – Deputado Bonifácio Mourão – Deputado Gil Pereira – Deputado Luiz Humberto Carneiro – Deputado Gustavo Corrêa – Deputado Arlen Santiago – Deputado Alencar da Silveira Jr. – Deputado Antônio Jorge – Deputada Ione Pinheiro.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto duas emendas dos deputados Gustavo Valadares, Carlos Pimenta, Sargento Rodrigues, Dilzon Melo, Léo Portela, Dalmo Ribeiro Silva, João Leite, Tito Torres, Felipe Attiê, Bonifácio Mourão, Gil Pereira, Luiz Humberto Carneiro, Gustavo Corrêa, Arlen Santiago, Alencar da Silveira Jr. e Antônio Jorge e da deputada Ione Pinheiro, que receberam os n°s 1 e 2 e serão submetidas a votação independentemente de parecer. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Felipe Attiê.

– Os deputados Felipe Attiê, Bonifácio Mourão, Dalmo Ribeiro Silva e Léo Portela proferem discursos, encaminhando a votação do projeto, os quais serão publicados em outra edição.

Questão de Ordem

O deputado André Quintão – Presidente, rapidamente, solicitaria que retirasse a expressão “camarilha do PT” dos anais da Assembleia.

O presidente – A presidência pede à assessoria da Assembleia que retire a expressão da ata simplificada e também das notas taquigráficas. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

– Os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Dilzon Melo proferem discursos, encaminhando a votação do projeto, os quais serão publicados em outra edição.

Encerramento

O presidente – Esgotada a hora destinada a esta reunião, a presidência a encerra, convocando as deputadas e os deputados para as extraordinárias de logo mais, às 18 horas, e de sexta-feira, dia 9, às 10, às 14 e às 18 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a ordinária de terça-feira, dia 13, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/12/2016

Presidência do Deputado Hely Tarqüínio

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Questão de Ordem; chamada para a recomposição do número regimental; existência de quórum para a continuação dos trabalhos – Questões de Ordem – Registro de Presença – Suspensão e Reabertura da Reunião – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarqüínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlen Santiago – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Fred Costa – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Hely Tarqüínio) – Às 10h9min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Doutor Wilson Batista, 3º-secretário, nas funções de 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, de requerimentos e de indicações.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, a pauta está cheia de projetos, e é uma pauta importante, mas não há 26 deputados em Plenário para a continuação dos trabalhos. Já fiz a conta aqui, em Plenário. Para evitar que seja pedido o encerramento, de plano, solicito a recomposição do quórum.

O presidente – Perfeito. Eu queria, já antecipando qualquer tipo de conflito, assim que for realizada a recomposição de quórum, suspender a reunião para que V. Exa., a oposição, possa se entender com a situação a fim de progredirmos nos trabalhos.

O deputado Sargento Rodrigues – Seria de bom alvitre, Sr. Presidente.

O presidente – Gostaria que as lideranças se reunissem e promovessem uma convergência quanto à ordem dos trabalhos, pois há alguns requerimentos que podem trazer conflitos. Vamos buscar a paz, sobretudo.

A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Ulysses Gomes) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 41 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

Questões de Ordem

O deputado Vanderlei Miranda – Muito obrigado, Sr. Presidente. Recebi um áudio esta semana que, creio, outras pessoas também receberam. É uma fala do Alexandre Garcia, a qual considero ser muito importante para nós, deputados, até para fazermos uma reflexão, porque esses assuntos também são tratados nesta Casa. Quero colocar o áudio para que possamos apreciá-lo, e V. Exa., como cientista, como médico, vai interessar-se muito pelo assunto.

– Procede-se à execução do áudio.

O deputado Vanderlei Miranda – Muito obrigado, Sr. Presidente. Era isso que eu gostaria de trazer. Esse assunto tem sido discutido nesta Casa, e nos preocupa o que está inserido no Plano Estadual de Educação em relação a esse tema. Ouvimos a palavra de um leigo. Quando abordamos esse assunto, muitas vezes dizem: "Isso é questão religiosa". Não, está aqui falando um jornalista respeitadíssimo no País, traduzindo literalmente um texto científico da Universidade de Oxford. Ou seja, não é conversa fiada, não é balela, não é conversa de quem não conhece, de quem não entende. É aquilo que sempre defendemos aqui: nascemos homens ou nascemos mulheres; somos do sexo masculino ou do sexo feminino. No mais, é querer inventar o que poderíamos chamar de terceiro sexo. Muito obrigado.

O presidente – Quanto ao aspecto de gênero, queria apenas dizer a V. Exa., deputado Vanderlei Miranda, que o ser humano é um ser biopsicossociocultural, que vive algum tempo. Logicamente, ele tem toda a razão em relação à parte hormonal, e vivemos no meio ambiente. Repito, biopsicossociocultural, são várias dimensões ao longo do tempo. Entretanto, acredito que uma minoria tem problemas hormonais, ambientais, e isso fica a critério deste Plenário e do Congresso Nacional, cujos membros certamente vão ser aconselhados pelos técnicos, psicólogos. Logicamente, a minoria nunca pode predominar sobre a maioria, mesmo no aspecto do substrato orgânico, do funcionamento, da fisiologia ou do psiquismo. Estou de acordo com você, mas temos também de ter algo que se chama tolerância com aqueles que são minoria. Não podemos, porém, deixá-los predominar. Aí, portanto, fica bem definido o gênero masculino e o feminino, macho e fêmea, conforme a parte constitucional, funcional e social. Com a palavra, pela ordem, a deputada Marília Campos.

A deputada Marília Campos – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, participei de várias discussões e também da plenária estadual que discutiu o Plano Decenal de Educação no nosso estado. Em várias outras oportunidades, pude presenciar o debate ocorrido nos municípios, com a participação de educadores, estudantes, sociedade civil e lideranças políticas. Discutimos que é muito importante a escola pública, por meio da educação, no nosso país, ajudar no processo de eliminação dos preconceitos e da discriminação existente na nossa sociedade. Lutamos pela igualdade entre homens e mulheres, combatemos o preconceito, lutamos

contra a discriminação, e é inegável que hoje existe essa discriminação e uma cultura que não procura, no processo de educação, emancipar as mulheres. Por essa razão, trabalhamos para que a educação respeite a diversidade e trabalhe com nossas meninas no processo de emancipação e libertação no nosso país. Lutamos para que as mulheres, no mercado de trabalho, não sejam discriminadas; lutamos para que as mulheres, no mercado de trabalho, não recebam os menores salários; lutamos para que as mulheres, na política, sejam mais representadas; lutamos para que, nesta Assembleia Legislativa, aprove-se a PEC nº 16 e se garanta, pelo menos, uma mulher na Mesa da Assembleia. Isso sim é respeitar a igualdade entre homens e mulheres; é combater, efetivamente, a discriminação que pesa sobre as mulheres na nossa sociedade. Se isso é ideologia de gênero, não sei; sei apenas que nós, do movimento feminista, procuramos convencer e atrair homens e mulheres para uma sociedade mais tolerante que respeite a igualdade entre homens e mulheres. Obrigada.

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra a presença de 34 alunos do 5º ano do ensino fundamental do Instituto Educacional Paulo Freire, de Contagem. Sua presença é uma honra. Estejam à vontade entre nós para observar o comportamento de todos e como procede o Plenário da Casa.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 35 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 18 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/3/2016

Às 19h45min, comparece no Colégio Santo Agostinho, em Nova Lima o deputado Fred Costa. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º, do art. 132, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a discutir e votar proposições das comissões e a debater os acidentes de trânsito ocorridos no trecho da Rodovia MG-030, entre os Municípios de Belo Horizonte e Nova Lima. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Anderson Tavares Abras, gerente de Tráfego e Segurança Viária, representando o diretor-geral do Departamento de Estradas e Rodagem – DER-MG; Ten. PM Geraldo Donizete da Silva, comandante do Pelotão da MG-30, representando o comandante do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária-MG; Gustavo Pasa, gestor administrativo e financeiro do Colégio Santo Agostinho; Walmir Braga, presidente da Frente Vetor Sul, e Robert Laviola, diretor de segurança da Associação dos Condomínios Horizontais. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2016.

Doutor Jean Freire, presidente – Rosângela Reis.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/5/2016

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Iran Barbosa, Leandro Genaro e Doutor Jean Freire, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Iran Barbosa, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Hideraldo Buch, coordenador-geral do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas (29/3/2016); e Lisandro Carvalho de Almeida Lima, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (4/3/2016). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.920/2016, do deputado Iran Barbosa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a atuação da Copasa no Município de Divinópolis, em virtude da má prestação de serviços;

nº 5.921/2016, do deputado Iran Barbosa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a preservação das nascentes e dos mananciais, a escassez de recursos hídricos, o despejo indiscriminatório de veneno nas lavouras que afetam a Bacia do Rio Doce, bem como o tratamento de esgoto do Município de Manhumirim e região;

nº 5.922/2016, do deputado Iran Barbosa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação do abastecimento de água da Região Metropolitana de Belo Horizonte em virtude das atividades minerárias.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2016.

Iran Barbosa, presidente – Ione Pinheiro – Noraldino Júnior – Doutor Jean Freire.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/10/2016

Às 15h42min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Duarte Bechir e Bonifácio Mourão, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* do Sr. Fernando Henrique de Morais manifestando-se contra a cobrança para o acesso aos banheiros do terminal rodoviário em relação às pessoas com necessidades especiais. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Sr. Caio Barros Cordeiro, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil (23/6, 2/8, 5/8 e 15/9/2016); e do Sr. Edmundo Antonio Dias Netto Junior, procurador da República (2/8/2016). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.145/2015, no 1º turno (Arnaldo Silva), 1.046/2015, em turno único (Bonifácio Mourão), e 3.541/2016, em turno único (Elismar Prado). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem

do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.116/2015 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Duarte Bechir, aprovado pela comissão. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.046/2015 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. É aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.541/2016 (relator: deputado Bonifácio Mourão), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.084, 5.334, 5.336 e 5.492/2016. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.595/2015 e 3.251/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.092/2016, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de providências para adequação das instalações da unidade de atendimento do Bairro Nova Gameleira às normas atinentes à acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

nº 7.093/2016, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Planejamento e Gestão pedido de providências para verificação da infraestrutura das instalações sanitárias da Unidade de Atendimento Integrado – UAI – na Praça Sete;

nº 7.094/2016, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Planejamento e Gestão pedido de providências para que sejam novamente colocados à disposição do público, na Unidade de Atendimento Integrado – UAI –, na Praça Sete, sete computadores com acesso à internet e impressoras;

nº 7.095/2016, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para a adequação dos espaços do Centro de Referência ao Atendimento à Mulher em Situação de Violência – Benvinda – às normas atinentes à acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

nº 7.096/2016, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que seja verificado se os passeios públicos do município, especialmente em frente ao Ministério Público (Rua Dias Adorno) e em frente à Justiça Federal (Avenida Álvares Cabral), estão de acordo com as regras de acessibilidade estabelecidas pela Lei Municipal nº 8.616, de 2003, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte;

nº 7.097/2016, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência pública para debater a aplicação da Lei Federal nº 12.933, de 2015, e do Decreto Federal nº 8.537/2015, especialmente em decorrência do incidente que impediu o acesso de uma pessoa com deficiência a um evento cultural realizado em Belo Horizonte, em 24/9/2016;

nº 7.098/2016, dos deputados Arnaldo Silva e Elismar Prado, em que requerem seja realizada audiência pública no Município de Uberlândia para debater os seguintes pontos: cumprimento pelo Detran-MG da legislação que prevê banca examinadora de CNH específica para pessoas com deficiência; adequação física no que se refere à acessibilidade aos serviços de atendimento em instituições públicas e privadas; existência e situação atual de programas de fomento à prática esportiva no âmbito do Estado e dos municípios; necessidade de viabilização de cursos de capacitação para atendimento, em instituições públicas e privadas, de pessoas com deficiência; levantamento da legislação que regulamenta o trânsito, aéreo e terrestre, de pessoas com deficiência; e estudo de viabilidade da padronização na identificação da pessoa com deficiência;

nº 7.099/2016, dos deputados Duarte Bechir, Bonifácio Mourão e Elismar Prado, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura e à Câmara Municipal de Ribeirão das Neves pedido de providências para adequação de suas instalações às normas técnicas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou com acessibilidade reduzida.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2016.

Duarte Bechir, presidente – Ione Pinheiro – Bonifácio Mourão.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/10/2016

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho do Sinttrocel, Geraldo Pimenta (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação da liderança do BMM) e Duarte Bechir (substituindo o deputado Isauro Calais, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Osmar Gasparini Terra, ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, informando o recebimento das notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social; e *e-mails* da Sra. Mayra Camilo, do Departamento de Assistência Social da Associação Mineira de Municípios, prestando informações relativas ao Requerimento n° 5.221/2016, que solicitou fosse encaminhado às prefeituras dos municípios que não cumprem a Lei Federal nº 12.317, de 2010, que fixa a duração do trabalho do assistente social em 30 horas semanais, sem redução salarial, pedido de providências para sua aplicação imediata; e do Sr. Tenente Lúcio, deputado federal, prestando informações relativas ao Requerimento n° 5.225/2016, que encaminhou aos deputados federais e senadores da bancada mineira cópia da carta da Frente Parlamentar e Popular Mineira em Defesa da Previdência Social para dar ciência do seu lançamento e solicitar adesão ao movimento. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Ana Paula de Ávila Pinto, técnica administrativa da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região – Belo Horizonte (5/8/2016); Rosilene Cristina Rocha, secretária de Trabalho (25/8/2016); Adriana Augusta de Moura Souza, chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região (15/9/2016); Ana Carolina Tetzl Rocha, analista processual da Procuradoria do Trabalho da 3ª Região (22/9/2016); e Lutiana Nacur Lorentz, procuradora do Trabalho (23/9/2016); e dos Srs. Caio Barros Cordeiro, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil (12/8/2016 e 15/9/2016); Antônio Andrada, presidente da Associação Mineira de Municípios (7/9/2016); Benedito Adalberto Brunca e Sra. Renata Cristina Azeredo de Lima Sousa, respectivamente secretário de Políticas de Previdência Social e chefe da Assessoria de Assuntos Parlamentares do Ministério da Previdência Social; João Carlos Gontijo de Amorim, superintendente regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais; Paulo Sérgio Costa Almeida, superintendente regional do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia (15/9/2016); e Leonardo de Melo Gadelha, presidente do INSS, e Felipe Rodrigues Gonçalves de Assis Figueiredo, gerente executivo do INSS em Belo Horizonte (23/9/2016). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: em turno único, os Projetos de Lei nºs 731, 1.105, 2.561, 2.909, 3.165/2015 e 3.579/2016 (deputado Celinho do Sinttrocel); em turno único, os Projetos de Lei nºs 1.257/2015 e 3.612/2016 (deputada Geisa Teixeira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 1.105 e 2.988/2015; 3.537, 3.580, 3.596, 3.606 e 3.625//2016 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel), e 3.581/2016 (relatora: deputada Geisa Teixeira) que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.358, 5.427, 5.612, 5.628 e 5.629/2016. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 734, 951, 1.763, 2.129, 2.310, 2.826, 3.035, 3.074 e 3.138/2015;

3.178, 3.208, 3.213, 3.214, 3.215, 3.217, 3.222, 3.223, 3.236, 3.237, 3.238, 3.270, 3.272, 3.275, 3.277, 3.337, 3.343, 3.350, 3.352, 3.362, 3.394, 3.413, 3.422, 3.435, 3.441, 3.442, 3.464, 3.465, 3.483, 3.485, 3.493, 3.494, 3.501, 3.544, 3.549, 3.550, 3.555, 3.567 e 3.574/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.146/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Programa de Demissão Voluntária – PDV – adotado pela mineradora Samarco;

nº 7.148/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater os efeitos nacionais e estaduais da Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 241/2016;

nº 7.149/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação da Justiça do Trabalho no Município de Coronel Fabriciano;

nº 7.150/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater o projeto de terceirização e a precarização que vem ocorrendo na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos do Brasil – Correios;

nº 7.151/2016, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública para debater a grave crise da emissão de carteiras de trabalho nos postos do Sine e nas agências do Ministério do Trabalho no Estado, prejudicando a geração de emprego e renda;

nº 7.152/2016, do deputado Geraldo Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública para debater as razões e os critérios de reavaliação dos benefícios de aposentadoria por invalidez e auxílio-doença concedidos pelo INSS, conforme notícia divulgada pelo próprio instituto;

nº 7.153/2016, do deputado Geraldo Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública para debater o contexto atual da engenharia nacional, tendo em vista a crise no setor, que traz implicações como a perda de tecnologias nacionais e de profissionais altamente qualificados para outros países;

nº 7.154/2016, do deputado Geraldo Pimenta, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão e de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para que seja agendada reunião entre a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social e essas secretarias para debater a valorização das carreiras relacionadas à engenharia pública, com a participação de representantes das categorias profissionais;

nº 7.155/2016, dos deputados Dalmo Ribeiro Silva e Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhada aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados manifestação de repúdio aos cortes no orçamento da Justiça do Trabalho para o ano de 2016;

nº 7.156/2016, dos deputados Dalmo Ribeiro Silva e Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado aos senadores mineiros pedido de providências para se posicionarem contrariamente à Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, que estabelece teto para os gastos públicos, acarretando graves prejuízos para a manutenção dos serviços públicos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2016.

Celinho do Sinttrocel, presidente – Isauro Calais – Bosco.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38/2015, EM 3/11/2015

Às 14h21min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Duarte Bechir, Paulo Lamac e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Dalmo Ribeiro

Silva, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão, que se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registram-se as candidaturas dos deputados Paulo Lamac para presidente e Professor Neivaldo para vice-presidente. Após votação nominal, cada um por sua vez, são eleitos para presidente e vice-presidente, respectivamente, os deputados Paulo Lamac e Professor Neivaldo. O presidente *ad hoc* proclama o resultado da eleição e declara empossado como presidente o deputado Paulo Lamac, a quem passa a direção dos trabalhos. O presidente agradece os votos recebidos e a confiança nele depositada, declara empossado como vice-presidente o deputado Professor Neivaldo e designa como relator o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2015.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente – Duarte Bechir – João Vítor Xavier.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IDOSO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/11/2016

Às 16h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Isauro Calais, Antonio Carlos Arantes e Geraldo Pimenta (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Isauro Calais, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* da Sra. Maria do Perpétuo Socorro Torres Lage, pleiteando a reativação do serviço de renovação da carteira Sindpasse para garantir o direito do idoso à gratuidade no transporte intermunicipal de passageiros. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.303/2016, dos deputados Isauro Calais e Geraldo Pimenta, em que requerem seja realizada audiência pública para discutir a emissão da carteira Sindpasse para acesso do idoso ao transporte intermunicipal gratuito;

nº 7.306/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça pedido de informações sobre o número de processos em tramitação no Estado que aguardam sentença e têm como parte a pessoa idosa;

nº 7.307/2016, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para discutir e apurar a cobrança dos valores de pedágios das viagens intermunicipais para a emissão de passagens para idosos;

nº 7.311/2016, dos deputados Isauro Calais, Carlos Pimenta e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de informações sobre a situação de emissão da carteira Sindpasse para o acesso do idoso à gratuidade no transporte intermunicipal de passageiros;

nº 7.312/2016, do deputado Isauro Calais, em que requer seja realizada audiência pública para discutir o direito do idoso aposentado que necessite de assistência permanente de cuidador ao acréscimo de 25% no valor de sua aposentadoria, conforme disposto no art. 45 da Lei Federal nº 8.213, de 1991;

nº 7.316/2016, dos deputados Isauro Calais, Dalmo Ribeiro Silva, Carlos Pimenta e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado à BHTrans pedido de providências com vistas a realizar cursos de atualização para os motoristas e agentes de bordo sobre o adequado atendimento aos usuários idosos;

nº 7.317/2016, dos deputados Isauro Calais, Dalmo Ribeiro Silva, Carlos Pimenta e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a promoção de cursos técnicos de capacitação direcionados aos idosos para possibilitar a sua reinserção no mercado de trabalho;

nº 7.321/2016, dos deputados Isauro Calais e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências com vistas a criar um grupo de combate e assessoramento de idosos vítimas de crimes financeiros cometidos no âmbito familiar;

nº 7.322/2016, da deputada Geisa Teixeira e dos deputados Isauro Calais, Antonio Carlos Arantes, Cristiano Silveira e Glaycon Franco, em que requerem seja encaminhado à Fundação João Pinheiro – FJP – pedido de providências para desenvolver um novo estudo traçando o perfil demográfico da população idosa no Estado;

nº 7.324/2016, da deputada Geisa Teixeira e dos deputados Isauro Calais, Antônio Carlos Arantes e Glaycon Franco, em que requerem seja encaminhado ao Instituto Nacional do Seguro Social pedido de informações sobre as providências adotadas em relação à previdência em face do fenômeno do envelhecimento da população no Estado;

nº 7.325/2016, da deputada Geisa Teixeira e dos deputados Isauro Calais, Antonio Carlos Arantes e Glaycon Franco, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para a criação de um banco de dados destinado ao fornecimento de medicamentos e atendimento médico domiciliar a idosos com doenças crônicas no Estado;

nº 7.326/2016, da deputada Geisa Teixeira e dos deputados Isauro Calais, Antonio Carlos Arantes e Glaycon Franco, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que sejam criados núcleos regionalizados de atendimento à população idosa no Estado;

nº 7.327/2016, da deputada Geisa Teixeira e dos deputados Isauro Calais, Antonio Carlos Arantes e Glaycon Franco, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o número de idosos moradores de rua no Estado;

nº 7.328/2016, da deputada Geisa Teixeira e dos deputados Isauro Calais, Antonio Carlos Arantes e Glaycon Franco, em que requerem seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre o número de ocorrências envolvendo violência contra idosos no Estado, em especial violência familiar e fraudes com cartão de crédito;

nº 7.329/2016, da deputada Geisa Teixeira e dos deputados Isauro Calais, Antonio Carlos Arantes e Glaycon Franco, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o número de idosos abandonados em estabelecimentos de saúde e instituições de longa permanência no Estado;

nº 7.330/2016, da deputada Geisa Teixeira e dos deputados Isauro Calais, Antonio Carlos Arantes e Glaycon Franco, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências com vistas à criação e à promoção de curso para a formação de cuidadores de idosos em cidades-polo mesorregionais do Estado;

nº 7.331/2016, da deputada Geisa Teixeira e dos deputados Isauro Calais, Antonio Carlos Arantes e Glaycon Franco, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que sejam realizados cursos de capacitação e oficinas de tricô, crochê, costura e bordado para idosas e idosos nas cidades-polo mesorregionais do Estado;

nº 7.332/2016, da deputada Geisa Teixeira e dos deputados Isauro Calais, Antonio Carlos Arantes e Glaycon Franco, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os municípios que ainda não possuem conselho municipal do idoso e quais medidas podem ser adotadas para sua implantação em todos os municípios do Estado;

nº 7.333/2016, da deputada Geisa Teixeira e dos deputados Isauro Calais, Antonio Carlos Arantes e Glaycon Franco, em que requerem seja encaminhado à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas – pedido de providências para que o programa Minha Casa, Minha Vida atenda ao mínimo de 20% de moradias adaptadas para pessoas com deficiência e idosos;

nº 7.334/2016, da deputada Geisa Teixeira e dos deputados Isauro Calais, Antonio Carlos Arantes e Glaycon Franco, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências com vistas à instalação, nas instituições públicas do Estado, de barras de segurança, faixas sinalizadoras em vidros transparentes e piso antiderrapante para atendimento seguro aos idosos;

nº 7.335/2016, da deputada Geisa Teixeira e dos deputados Isauro Calais, Antonio Carlos Arantes e Glaycon Franco, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os reflexos de uma eventual aprovação da Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 241 para os idosos do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2016.

Isauro Calais, presidente – Glaycon Franco – Antonio Carlos Arantes.

ATA DA 5ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES – § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/11/2016

Às 9h50min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, André Quintão, Arnaldo Silva e Tito Torres, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e o deputado Cássio Soares, membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e da Comissão de Membros das Comissões Permanentes – § 1º do art. 204 do Regimento Interno. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no turno único, do Projeto de Lei nº 3.861/2016 (relator: deputado Tiago Ulisses). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – André Quintão – Felipe Attiê – Thiago Cota – Tito Torres.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/11/2016

Às 10h4min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Bosco e Carlos Pimenta (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.376/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico para debater o incentivo e o apoio ao uso da energia solar fotovoltaica como fonte renovável e boa alternativa às fontes convencionais;

nº 7.377/2016, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública para debater a construção da Barragem de Congonhas e solicitar do governo federal medidas para tal fim;

nº 7.378/2016, do deputado Bosco, em que requer seja realizada audiência pública no Município de João Pinheiro para debater o desenvolvimento da energia fotovoltaica nessa região.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2016.

Gil Pereira, presidente – Bosco – Dilzon Melo.

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/11/2016

Às 19h5min, comparece na Sala das Comissões a deputada Marília Campos, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual considera aprovada e subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a reforma do ensino médio. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Vânia de Fátima Ramos, professora de ensino médio de Ribeirão das Neves, e Patrícia de Sá Freitas, assessora pedagógica da Superintendência Regional de Ensino; e os Srs. Wendermir Botelho da Silva, diretor da Escola Estadual João Lopes Gontijo; Gabriel Vinícius Silva Duarte, estudante; Matheus Willian Almeida, estudante da Escola Estadual Nossa Senhora da Conceição, e Arlem Hudson Rocha, analista educacional da Superintendência Regional de Ensino. A presidência, na qualidade de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2016.

Marília Campos, presidente.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1/12/2016

Às 12h3min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cássio Soares, Antônio Jorge (substituindo o deputado Inácio Franco, por indicação da liderança do BCMG) e Carlos Pimenta (substituindo o deputado Dilzon Melo, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 972 (relator: deputado Antônio Jorge) e 1.570/2015 (relator: deputado Dilzon Melo), na forma do vencido em 1º turno. Cumprida a finalidade da reunião, a

presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião de hoje às 14h30, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2016.

Cássio Soares, presidente – Inácio Franco – Dilzon Melo.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1/12/2016

Às 18h40min, comparece na Sala das Comissões o deputado Noraldino Júnior, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a comercialização de animais vivos no Mercado Central de Belo Horizonte, tendo em vista a liminar concedida pela Justiça mineira que proíbe o referido comércio. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte da Reunião que compreende a discussão e votação de proposições da comissão. É designado relator para elaborar o relatório da visita requerida pelo Requerimento em Comissão nº 7.066/2016 (deputado Noraldino Júnior). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Carla Maria Sássi de Miranda, vereadora eleita em Conselheiro Lafaiete, responsável técnica da Associação Lafaietense de Proteção dos Animais; Juliana Prudêncio, vereadora eleita em Três Pontas, presidente da Associação dos Protetores de Animais Arca de Noé; Natália Coelho Braga, membro da Comissão de Direitos dos Animais da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais; Samila Mól, pesquisadora do Centro de Estudos em Biodireito; Priscilla Costa Teodoro, médica veterinária; Adriana Cristina Araújo, integrante do Movimento Mineiro pelos Direitos Animais; Val Consolação, presidente da Associação Protetora dos Animais Carentes de Minas Gerais e voluntária da Associação Cão Viver; e os Srs. Junio Augusto dos Santos Silva, responsável pelo Núcleo de Fauna Silvestre do Ibama; Nivaldo da Silva, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais; Salvador Alves Teixeira, conselheiro do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, representando o Sr. Bruno Abreu Gomes, presidente dessa entidade; Gilson Dias Rodrigues e Leandro Mariano Freitas, médicos veterinários; Francisco Fabiano Diniz Júnior, vereador eleito em Três Pontas; Franklin Soares de Oliveira, coordenador do Núcleo Fauna de Defesa Animal; Eric Alves Machado, fiscal e coordenador da ONG Proteger, de Contagem; e Átila de Jesus e Souza, vice-presidente da ONG Ajuda. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2016.

Noraldino Júnior, presidente – Dalmo Ribeiro Silva – Fabiano Tolentino.

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/12/2016

Às 10h26min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Jorge, Cabo Júlio (substituindo o deputado Doutor Jean Freire, por indicação da liderança do BMM) e Tadeu Martins Leite (substituindo o deputado Celinho do Sinttrocel, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte da Ordem do

Dia, que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela rejeição, em 1º turno, da Emenda nº 1 apresentada em Plenário ao Projeto de Lei nº 3.193/2016 (relator: deputado Antônio Jorge). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as próximas reuniões extraordinárias, dia 6/12/2016, às 10h15, 14h15 e 18 horas, para apreciar o Projeto de Lei nº 3.193/2016, em 2º turno, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2016.

Carlos Pimenta, presidente – Antônio Jorge – Doutor Jean Freire.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE AS INDICAÇÕES NºS 26 A 37/2016, DOS SEGUINTES NOMES PARA COMPOR A CÂMARA DE ENSINO SUPERIOR DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO: ÂNGELO FILOMENO PALHARES LEITE, ELTON DIAS XAVIER, MARIA ELIZABETH DE GOUVEA, TÂNIA MARTA MAIA FIALHO, WALTER COELHO DE MORAES, EDUARDO SOARES DE OLIVEIRA, HELVIO DE AVELAR TEIXEIRA, JOSÉ RICARDO CEZAR DE ALMEIDA MELLO, MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA, PATTERSON PATRICIO DE SOUZA, SIMÃO PEDRO PINTO MARINHO E LANA MARA DE CASTRO SIMAN, NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/12/2016

Às 11 horas, comparecem na Sala das Comissões a deputada Arlete Magalhães e os deputados Durval Ângelo e Cabo Júlio (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Tadeu Martins Leite. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registra-se a candidatura do deputado Durval Ângelo para presidente e da deputada Arlete Magalhães para vice-presidente. Após votação nominal, cada um por sua vez, são eleitos para presidente e vice-presidente, respectivamente, o deputado Durval Ângelo e a deputada Arlete Magalhães, por unanimidade. O presidente *ad hoc* proclama o resultado da eleição e declara empossada como vice-presidente a deputada Arlete Magalhães, a quem passa a direção dos trabalhos. Em seguida a vice-presidente declara empossado como presidente o deputado Durval Ângelo, a quem retorna a direção dos trabalhos. Registra-se a presença do deputado Rogério Correia. Em seguida, o presidente acusa o recebimento das Indicações nºs 26 a 37/2016, das quais designa como relator o deputado Rogério Correia. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata, desconvoca a reunião marcada para o dia 5/12/2016, às 15 horas, e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2016.

Durval Ângelo, presidente – Rogério Correia – Duarte Bechir.

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/12/2016

Às 18h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Gustavo Valadares e Tadeu Martins Leite (substituindo o deputado Paulo Guedes, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. Suspende-se a reunião. Às 20h5min são reabertos os trabalhos, com a presença dos deputados João Magalhães, Cristiano Silveira (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM), Gustavo Corrêa e Celise Laviola (substituindo o deputado Paulo Guedes, por indicação da liderança do BMM). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A presidência retira da pauta o Projeto de Lei Complementar nº 51/2016 e os Projetos de Lei nºs 2.982 e 3.033/2015 e 3.845, 3.846 e 3.863/2016, em 2º turno, por falta de pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade

da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 6, às 10 horas, 14h30min e 18 horas, com a ordem do dia já publicada, incluindo-se o Projeto de Lei Complementar nº 25/2015, no 2º turno, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2016.

João Magalhães, presidente – Sargento Rodrigues – Agostinho Patrus Filho – Cabo Júlio – Tadeu Martins Leite.

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/12/2016

Às 9h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e André Quintão, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Bonifácio Mourão, João Magalhães e Felipe Attiê. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.469/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita ao chefe do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais para discutir o descumprimento do disposto na Lei Complementar nº 127, de 2013, que limita a carga horária de trabalho dos militares estaduais a 40 horas semanais, haja vista o Ofício 3.151/16 BM-3, do referido chefe;

nº 7.470/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre a motivação do descumprimento do disposto na Lei Complementar nº 127, de 2013, que limita a carga horária de trabalho dos militares estaduais a 40 horas semanais, haja vista o Ofício 3.151/16 BM-3, do chefe do Estado-Maior dessa corporação;

nº 7.471/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater e buscar esclarecimentos sobre a orientação da Corregedoria da Secretaria de Estado de Defesa Social ao Comando de Operações Especiais para responsabilizar, por procedimento administrativo apuratório, o servidor público em exercício nas unidades prisionais integrantes da Subsecretaria de Administração Penitenciária que deixar de cumprir determinação judicial sob alegação do não pagamento de diária antecipada para escolta de presos;

nº 7.472/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil pedido de providências para aumentar os efetivos policial e administrativo da 48ª Delegacia Regional, instalada no Município de São Sebastião do Paraíso;

nº 7.473/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater e solicitar as providências cabíveis em face da informação de que escalas fracionadas seriam impostas aos policiais militares lotados nos destacamentos de Pedra Bonita e Sericita, sem observância da garantia à recomposição de folgas pelas horas excedentes trabalhadas nos períodos de descanso;

nº 7.474/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para elevar a delegacia com sede em Viçosa a delegacia regional de Polícia Civil, tendo em vista a falta de efetivo e infraestrutura para atender ao referido município, que possui população aproximada de 100 mil habitantes.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente – Cabo Júlio – Tadeu Martins Leite.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/12/2016

Às 9h44min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, Rogério Correia e Sávio Souza Cruz (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 735 e 3.003/2015, no 2º turno, são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão, por não cumprirem pressupostos regimentais. O Projeto de Lei nº 2.882/2015 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Rogério Correia, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.952, 5.974, 5.985, 6.055, 6.089, 6.099 e 6.106/2016. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para reuniões extraordinárias hoje, às 14h30min e 15h30min, com a finalidade de apreciar a matéria constante na pauta dessas reuniões, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2016

João Magalhães, presidente – Antonio Carlos Arantes – Tadeu Martins Leite.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/12/2016

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gilberto Abramo, Léo Portela e Dilzon Melo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gilberto Abramo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e discutir e votar pareceres de redação final. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres de redação final pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 15, 370, 1.259, 1.493 e 1.494/2015 e 3.861/2016 (relator: deputado Léo Portela); 1.581, 1.588, 1.683, 2.167, 2.604, 2.815, 2.816, 2.999 e 3.099/2015 e 3.192/2016 (relator: deputado Dilzon Melo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres de redação final dos Projetos de Lei nºs 1.105, 1.293, 2.585, 2.810 e 2.988/2015, e 3.531, 3.537, 3.547, 3.580, 3.581, 3.590, 3.596, 3.605, 3.606, 3.625 e 3.673/2016 (relator: deputado Gilberto Abramo). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2016.

Gilberto Abramo, presidente – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/12/2016

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, André Quintão, Thiago Cota, Tito Torres e Bonifácio Mourão (substituindo o deputado Felipe Attiê, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está

presente, também, o deputado João Magalhães. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 1.678, 1.738, 1.916, 2.716, 2.834/2015 e 3.794 e 3.840/2016 são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão, por não cumprirem pressupostos regimentais. É distribuído em avulso o parecer do relator, deputado Tiago Ulisses, pela ratificação do Decreto nº 47.101, de 5/12/2016, por meio de projeto de resolução, do reconhecimento do estado de calamidade pública de ordem financeira no Estado de Minas Gerais, encaminhado pela Mensagem nº 216/2016. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária na mesma data, às 16h30min, com a finalidade de apreciar o parecer sobre a Mensagem nº 216/2016, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – André Quintão – Thiago Cota – Tito Torres.

ATA DA 6ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES – § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/12/2016

Às 14h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, André Quintão, Felipe Attiê, Thiago Cota e Tito Torres, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e os deputados Felipe Attiê, Thiago Cota e Tito Torres, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes – § 1º do Art. 204 do Regimento Interno. Está presente, também, o deputado Bonifácio Mourão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O presidente determina a distribuição em avulso dos pareceres que concluem pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 3.819/2016 com as Emendas nºs 16, 17, 25, 26 e 37, apresentadas por parlamentares, com as Emendas nºs 108, 110 a 185, apresentadas pela Comissão de Participação Popular, e com as subemendas nº 1 às Emendas nºs 15, 19, 20, 60, 106, 107 e 109 e as Emendas nºs 186 a 198, apresentadas ao final do parecer; e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 12, 21 a 24, 28 a 31, 38 a 59, 61 a 75 e 77 a 105 (relator: deputado André Quintão), e 3.820/2016 com as Emendas nºs 1, 2, 5 a 7, 14 a 51, 53 a 76, 82 a 105, 124 a 132, 138, 142 a 161, 164 a 194, 250, 251, 260 a 269, 271 a 273, 314 a 317, 323 a 327 e 334 e 335, apresentadas por parlamentares, com as Emendas nºs 338 a 373, apresentadas pela Comissão de Participação Popular, com as Emendas nºs 374 e 375 apresentadas pelo governador do Estado, com as Emendas nºs 3 e 4, apresentadas pelas deputadas Celise Laviola e Ione Pinheiro e pelos deputados Bonifácio Mourão, Dilzon Melo, Antonio Carlos Arantes, João Leite, Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares, Luiz Humberto Carneiro, Gustavo Corrêa, João Magalhães, Felipe Attiê e Antônio Jorge, e com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 52, 77 a 81, 133 a 137, 141, 162, 163, 195 a 197, 230, 246 a 249, 252, 318 a 322, 328, 329, 331, 333, 336, 337, 376 a 421, apresentadas ao final do parecer, e pela rejeição das Emendas nºs 8 a 13, 106 a 123, 139, 140, 198 a 229, 231 a 245, 253 a 259, 270, 274 a 313, 330, 332, do qual é relator. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião de hoje às 18 horas e convoca os membros da comissão para a reunião conjunta de hoje às 20h20min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – André Quintão – Felipe Attiê – Thiago Cota – Celise Laviola.

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/12/2016

Às 14h21min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, André Quintão, Thiago Cota e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São retirados da pauta por determinação do presidente da Comissão a Mensagem nº 216/2016, por haver sido apreciada em reunião anterior, e os Projetos de Lei nºs 2.834/2015 e 3.3.794 e 3.840/2016, por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.678 e 1.738/2015 (relator: deputado André Quintão); 1.916/2015 (relator: deputado Thiago Cota) e 2.716/2015 (relator: deputado Tito Torres), todos na forma do vencido no 1º turno. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – André Quintão – Gustavo Corrêa – Felipe Âttie – Thiago Cota – Durval Ângelo.

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/12/2016

Às 14h17min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire e Antônio Jorge, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Andreia Rocha Bello de Oliveira, secretária substituta de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, publicado no *Diário do Legislativo* em 25/11/2016. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.329/2015, em turno único, do qual designou como relator o deputado Arlen Santiago. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.193/2016, na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Doutor Jean Freire). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.438 a 7.443 e 7.445 a 7.452/2016. O Requerimento nº 7.444/2016 teve sua votação adiada a requerimento do deputado Doutor Jean Freire. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião extraordinária do dia 7/12/2016 às 18h, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2016.

Arlen Santiago, presidente – Carlos Pimenta – Doutor Jean Freire.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/12/2016

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gilberto Abramo, Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Dilzon Melo, por indicação da liderança do BVC) e Tadeu Martins Leite (substituindo o deputado Léo Portela, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados João Magalhães e Isauro

Calais. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gilberto Abramo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e discutir e votar pareceres de redação final. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres de redação final: pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 367, 450, 784, 852, 878, 938, 1.026, 1.064, 1.570, 1.615, 1.832, 2.037, 2.038, 2.130, 2.225 e 2.461/2015 (relator: deputado Tadeu Martins Leite); 2.514, 2.761, 2.919, 2.966, 3.022, 3.040, 3.166/2015 e 3.286, 3.323, 3.447, 3.476, 3.482, 3.491, 3.502, 3.521, 3.663 e 3.489/2016 (relator: deputado Sargento Rodrigues); e 2.868/2015 (relator: deputado Gilberto Abramo). É convocada reunião extraordinária para o dia 7/12/2016, às 10 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2016.

Gilberto Abramo, presidente – Cássio Soares – Carlos Henrique.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/12/2016

Às 15h42min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Bosco, Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2805/2015, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Wander Borges). A presidência suspende os trabalhos para entendimentos. Reabertos os trabalhos registra-se a presença da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Bosco e Antônio Jorge (substituindo o deputado Wander Borges, por indicação da liderança do BCMG). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 3.202, 3.572 e 3.630/2016. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.986, 5.995, 6.064, 6.065, 6.066, 6.068, 6.074, 6.075, 6.095, 6.097, 6.109, 6.112 e 6.116/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2016.

Bosco, presidente – Thiago Cota – Ione Pinheiro – Celise Laviola.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/12/2016

Às 15h42min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antonio Carlos Arantes (substituindo o deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da liderança do BVC), João Magalhães e Tadeu Martins Leite (substituindo o deputado Paulo Lamac a deputada Celise Laviola, respectivamente, ambos por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento

Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 735/2016, com a Emenda nº 1 (relator: deputado Tadeu Martins Leite), e 3.003/2015, na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Antonio Carlos Arantes). O Projeto de Lei nº 2.882/2015 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Tadeu Martins Leite, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário. A presidência informa que os Requerimentos nºs 5.952, 5.974, 5.985, 6.055, 6.089, 6.099 e 6.106/2016 são retirados da pauta por já haverem sido apreciados em reunião anterior. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 7.488/2016, do deputado Léo Portela, em que requer seja realizado debate público para discutir o Projeto de Lei nº 3.179/2012, de autoria do deputado federal Lincoln Portela, que trata da educação domiciliar e dá outras providências.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária de amanhã, dia 7/12/2016, às 14 horas, para apreciar o parecer ao Projeto de Lei nº 2.882/2015, no 1º turno, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2016.

Paulo Lamac, presidente – Cristiano Silveira – Noraldino Junior.

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/12/2016

Às 16h33min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Tiago Ulisses, André Quintão, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Thiago Cota, Vanderlei Miranda (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM) e Gustavo Corrêa (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Hely Tarqüínio, Antonio Carlos Arantes, Gustavo Valadares, Tadeu Martins Leite e Noraldino Júnior. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela ratificação do Decreto nº 47.101, de 5/12/2016, por meio de projeto de resolução, do reconhecimento do estado de calamidade pública de ordem financeira no Estado de Minas Gerais, encaminhado pela Mensagem nº 261/2016 (relator: deputado Tiago Ulisses). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2016.

Tito Torres, presidente – Celise Laviola – Duarte Bechir – Ivair Nogueira.

ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38/2015, NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/12/2016

Às 11h27min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Duarte Bechir e João Vítor Xavier (substituindo o deputado Bonifácio Mourão, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o vice-presidente. Registra-se a candidatura do deputado Duarte Bechir. Após votação nominal, é eleito o deputado Duarte Bechir para vice-presidente. O presidente proclama o resultado da eleição e declara como empossado o deputado Duarte Bechir para vice-presidente. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2016.

Duarte Bechir, presidente – Dalmo Ribeiro Silva – João Vítor Xavier.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/12/2016

Às 14h33min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gilberto Abramo, Cássio Soares e Dilzon Melo, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Leonídio Bouças. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gilberto Abramo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a discutir e votar pareceres de redação final. Suspende-se a reunião. Às 18h2min são reabertos os trabalhos. Registra-se a presença dos deputados Gilberto Abramo, Cássio Soares e Agostinho Patrus Filho (substituindo o deputado Tiago Ulisses, por indicação da liderança do BCMG). A presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária de hoje às 18h5min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2016.

Gilberto Abramo, presidente – Cássio Soares – Agostinho Patrus Filho.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/12/2016

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 148/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao corregedor-geral de Polícia Civil pedido de informações sobre a conclusão da Sindicância Administrativa nº 216.488/2014, instaurada contra o delegado de Polícia Civil Vinícius da Costa Miguel, e sobre as providências adotadas quanto a comentários postados pelo delegado nas redes sociais a respeito da ação parlamentar do deputado Sargento Rodrigues no que tange aos agentes penitenciários contratados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.284/2015, da Comissão de Turismo, que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as expectativas de prosseguimento das obras da via de acesso ao aeroporto de Juiz de Fora, explicitando seu cronograma de execução e de repasses de recursos financeiros a esse município para fins de efetiva finalização das obras do Hospital Regional de Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.317/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações sobre o contrato celebrado com a Copasa Águas Minerais de Minas para concessão do envasamento de água mineral nos Municípios de Araxá, Caxambu, Cambuquira e Lambari, acompanhado de pedido de envio de cópias do referido contrato, do distrato que culminou no seu rompimento e do novo contrato temporário, celebrado com a mesma empresa e para a mesma finalidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.318/2015, do deputado Felipe Attiê, que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento pedido das informações que menciona sobre o Quadro de Pessoal do Estado em 2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.384/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao diretor do Instituto de Criminalística de Belo Horizonte pedido de informações sobre os dados que demonstram a existência da demanda de convocação de excedentes ao cargo de perito criminal, objeto do concurso público da Polícia Civil de Minas Gerais, Edital 2013. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.385/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre a morte de Leonardo Diogo Pereira Pires em consequência de descarga elétrica sofrida enquanto trabalhava em uma de cerâmica em Araguari, conforme noticiado pelo vereador José Donizetti Luciano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.408/2015, da Comissão de Administração Pública, que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os impactos do atraso na votação do Projeto de Lei nº 1.660/2015; sobre a quantidade de agentes de segurança prisional e de agentes socioeducativos demitidos em razão da impossibilidade legal de prorrogação de seu contrato; e sobre as unidades que ficarão sem servidores e a quantidade de servidores que serão demitidos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.417/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o programa Mães de Minas relativas ao seu andamento, às diretrizes atuais e ao número de gestantes e crianças cadastradas e acompanhadas por meio de sua central de atendimento telefônico. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.419/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o total de recursos financeiros destinados à construção do hospital público regional da macrorregião de Divinópolis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.420/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o repasse de recursos financeiros ao Hospital São João de Deus de Divinópolis nos últimos oito anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 13/12/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.908, 4.909 e 4.933 a 4.935/2016, do deputado Cabo Júlio.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/12/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a situação funcional dos funcionários da extinta Companhia Mineira de Promoções – Prominas.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 13/12/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.548/2015, do deputado Ricardo Faria.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 6.014, 6.015, 6.016 e 6.017/2016, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/12/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/12/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 13/12/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 13/12/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 13/12/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.145/2015, do deputado Isauro Calais.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 13/12/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os deputados Durval Ângelo, Carlos Pimenta, Duarte Bechir e Paulo Lamac, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/12/2016, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater a situação dos moradores do entorno do Anel Rodoviário cujos imóveis estão em via de desapropriação, por motivo de processo judicial, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2016.

Cristiano Silveira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/12/2016, às 10 horas, em Cataguases, com a finalidade de, em audiência pública, debater questões relativas à urgência e à emergência no Hospital de Cataguases e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2016.

Arlen Santiago, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Leite, André Quintão, Cabo Júlio e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 13/12/2016, às 10 horas e às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 4.908, 4.909, 4.933 a 4.935, 5.009 a 5.011, 5.054 e 5.055/2016, do deputado Cabo Júlio, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Douglas Melo, Dalmo Ribeiro Silva e Rogério Correia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/12/2016, às 13 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o Turno Único do Projeto de Lei nº 2.067/2015, do deputado Elismar Prado, e para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.882/2015, do governador Fernando Damata Pimentel; de votar, em turno único, o Requerimento nº 6.167/2016, da Comissão de Direitos Humanos; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2016.

Paulo Lamac, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Douglas Melo, Dalmo Ribeiro Silva e Rogério Correia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/12/2016, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a possibilidade de fechamento das escolas de educação especial no Estado, conforme amplamente divulgado pela imprensa.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2016.

Paulo Lamac, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Jean Freire, Emidinho Madeira e Mário Henrique Caixa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/12/2016, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a Semana Nacional da Comunicação, atendendo à solicitação do Comitê Mineiro do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC – e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2016.

Marília Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Inácio Franco, Dilzon Melo e Iran Barbosa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/12/2016, às 19 horas, em Sarzedo, com a finalidade de debater, em audiência pública, a transferência de resíduos industriais tóxicos da multinacional Rhodia, do polo petroquímico de Cubatão (SP) para a empresa Ecovital, em Sarzedo, a fim de serem incinerados; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2016.

Cássio Soares, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Desenvolvimento Econômico

Nos termos regimentais, convoco os deputados Felipe Attiê, Antônio Lerin, Fábio Avelar Oliveira e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 16/12/2016, às 14 horas, ao Ministério Público do Trabalho, com a presença do superintendente desse ministério, de vereadores e de taxistas, para que sejam encaminhadas as reivindicações dos taxistas relativas ao estabelecimento de normas para coibir o transporte metropolitano e intermunicipal clandestino de passageiros no Estado e suas repercussões no âmbito trabalhista.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2016.

Antonio Carlos Arantes, presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.730/2015

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do deputado João Alberto, o Projeto de Lei nº 2.730/2015, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 744/2011, dispõe sobre a proteção e preservação da Folia de Reis e Congado de Minas Gerais e dá outras providências.

O projeto foi distribuído à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma como foi apresentado, e à Comissão de Cultura.

Vem agora o projeto a esta comissão, para que o avalie quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XVII, do Regimento Interno.

Em 9/12//2015 a proposição foi baixada em diligência ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

Fundamentação

O projeto em epígrafe determina que o poder público estadual realize o levantamento e a identificação da Folia de Reis e a do Congado nas diversas regiões do Estado em que ocorrem essas celebrações, com a finalidade de proteger e preservar o patrimônio cultural imaterial mineiro.

É mister ressaltar que a medida prevista no projeto em análise significa promover pesquisa interdisciplinar para a identificação dessas manifestações culturais em todos os 853 municípios mineiros, uma vez que a Folia de Reis e o Congado são celebrados em todo o Estado e também que o patrimônio cultural imaterial abrange vários setores da vida de uma comunidade, por ser

constituído pelos saberes, formas de expressão, celebrações e lugares, transmitido de geração em geração e carregar os sentimentos de identidade e de pertencimento dessa comunidade – ou seja, o patrimônio cultural imaterial é muito amplo e complexo e o levantamento dos bens que o compõem é uma tarefa de grande porte. Assim, em termos técnicos, o levantamento proposto pelo projeto implicaria a elaboração de um inventário exaustivo dos bens culturais associados à Folia de Reis e ao Congado – festejos, musicalidades, performances, grupos, figurinos, instrumentos, lideranças, localidades etc – em todo o território mineiro.

O universo do Congado já foi objeto de inventário realizado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – em dois municípios. Em 2013, o instituto concluiu o inventário e o registro da Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Chapada do Norte. Em 2014, o Iepha registrou a Comunidade dos Arturos, em Contagem, bem como a Festa do Rosário ali celebrada.

Os procedimentos de pesquisa que subsidiaram o registro dos Arturos levaram mais de dois anos, de acordo com Luis Gustavo Molinari Mundim, historiador e gerente de Patrimônio Imaterial do Iepha-MG.

Já no que se refere à Festa do Rosário de Chapada do Norte, o período de pesquisa foi ainda maior. Além dos deslocamentos necessários para a realização da pesquisa, o evento é complexo: celebrado todo mês de outubro há pelo menos 200 anos, dele participam os membros da Irmandade do Rosário, os fiéis e a comunidade de Chapada do Norte, bem como toda a população da região do Médio Jequitinhonha.

Em ambos os casos, os procedimentos de pesquisa contaram com a participação da comunidade que promove essas celebrações para elaborar, em parceria com o órgão técnico responsável, o plano de salvaguarda desse patrimônio – que, ao lado do processo de inventário e documentação sobre os bens culturais – é a parte mais importante do registro.

Como muitas dessas manifestações estão corporificadas apenas no testemunho de seus participantes, para preservá-las são necessárias técnicas de registro da história oral, de registro videocinematográfico, além de metodologias etnográficas próprias, com o envolvimento das comunidades promovem tais manifestações para identificar os bens culturais, inventariá-los e interpretá-los. Tal como ocorreu para o registro da Festa do Rosário de Chapada do Norte e dos Arturos, a participação das comunidades que promovem os eventos também é imprescindível para estabelecer as diretrizes das políticas públicas a eles destinados, ou seja, para elaborar o plano de salvaguarda do patrimônio imaterial em questão.

Assim como nos exemplos citados, as celebrações de que trata o projeto de lei em estudo integram o patrimônio cultural de natureza imaterial de Minas Gerais. Para sua preservação, há uma prevalência das técnicas de inventário e registro, com vistas a produzir conhecimento e permitir o reconhecimento das manifestações culturais pelo poder público. No âmbito federal, a instituição formal do registro de bens culturais implicou a definição de uma base conceitual e uma metodologia próprias, mediante criação, testes e aprimoramento de modelos de formulários e bancos de dados suficientes para a identificação, caracterização, documentação e, consequentemente, mais conhecimento sobre o bem, com vistas à sua preservação. Com fundamento nesse processo minucioso de análise, que demanda um período de estudos não inferior a 18 meses, segundo recomendação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan –, diversos bens culturais estão registrados como patrimônio cultural brasileiro.

Em Minas Gerais, o Decreto nº 42.505, de 15/4/2002, instituiu as formas de registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível que integram o patrimônio cultural do Estado. Para tanto, prevê pelo menos quatro livros de registro: o Livro dos Saberes, no qual serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; o Livro das Celebrações, para inscrição dos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; o Livro das Formas de Expressão, reservado às manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas e o Livro dos Lugares, para registro dos espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletiva, tais como mercados, feiras, santuários e praças.

A identificação, o inventário e o registro de bem imaterial constituem atividades de natureza administrativa, de competência de órgãos específicos do Poder Executivo. O Poder Legislativo, em decorrência das características de generalidade e abstração das leis que elabora, só pode prever as hipóteses genéricas nas quais caberá o exercício do ato administrativo apropriado pelo Poder Executivo. Assim, é o Poder Executivo que deverá realizar, mediante procedimento administrativo, a identificação, o levantamento e o registro dos bens que julgar inseridos nos critérios genericamente previstos em norma elaborada pelo Legislativo e identificados nos estudos técnicos.

Por conseguinte, o Iepha-MG foi solicitado, em dezembro de 2015, a avaliar o impacto que a medida proposta pelo projeto de lei em epígrafe acarretaria nas políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural do Estado. O órgão ainda não se manifestou a respeito.

Cumpre salientar que, de nosso ponto de vista, as manifestações culturais que o projeto em epígrafe visa promover são contribuições da herança afro-brasileira à sociedade mineira. Assim, a proposição estaria de acordo com o mandamento constitucional que estipula que os bens que contenham referência aos grupos formadores da sociedade mineira constituem o patrimônio cultural do Estado, razão pela qual somos favoráveis à aprovação da matéria.

Entretanto, para aperfeiçoar a proposição, de modo a qualificar o objeto da identificação e da proteção inicialmente pretendidas, apresentamos, ao final deste parecer, substitutivo que ressalta a relevância dos bens culturais associados à Folia de Reis e ao Congado a serem inventariados nos territórios de desenvolvimento do Estado.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.730/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, que apresentamos.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Considera de relevante valor cultural bens culturais associados à Folia de Reis e ao Congado em Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Consideram-se de relevante valor cultural, para os efeitos desta lei, os saberes, as celebrações, as formas de expressão e os lugares associados à Folia de Reis e ao Congado em Minas Gerais, para fins de identificação e proteção.

Art. 2º – Cabe ao Poder Executivo a adoção das medidas cabíveis para inventário e registro dos bens culturais de que trata esta lei, quando couber, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2016.

Bosco, presidente – Bosco, relator – Celise Laviola – Thiago Cota

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 12/12/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Luiza Maria Lima Menezes, padrão VL-37, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Cherem;

exonerando Oderige Rodrigues Borba, padrão VL-40, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Emidinho Madeira;

nomeando Agnaldo Soares, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Daniel Machado Batista, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Emidinho Madeira.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 98/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 223/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 26/12/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade o registro de preços para aquisição de material elétrico.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 105/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014244/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 27/12/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade o fornecimento de equipamentos de áudio e vídeo.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 109/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 239/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 27/12/2016, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de sociedade empresária especializada para fornecimento e instalação de sistema de microgeração fotovoltaica.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 114/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Eaton Power Solution Ltda. Objeto: serviços de manutenção e de *upgrade* em *no-break*. Objeto do aditamento: 4ª prorrogação, com reajuste. Vigência: 22/11/2016 a 21/11/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

ERRATAS

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/12/2016

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 6/12/2016, na pág. 65, no Requerimento em Comissão nº 7.444/2016, onde se lê:

"seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde", leia-se:

"seja encaminhado ao governador do Estado".

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.064/2015

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 7/12/2016, na pág. 190, no art. 1º, onde se lê:

"II – obter informações sobre o comportamento e o desenvolvimento do aluno que possam influenciar seu desempenho escolar e seu relacionamento no ambiente da escola;", leia-se:

"III – obter informações sobre o comportamento e o desenvolvimento do aluno que possam influenciar seu desempenho escolar e seu relacionamento no ambiente da escola;".

RELATÓRIO DE EVENTO INSTITUCIONAL Nº 1/2016

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 8/12/2016, na pág. 53, na conclusão, no Encaminhamento 8, onde se lê:

"REQUERIMENTO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja promovida, em parceria com a Associação Mineira de Municípios – AMM –, campanha legislativa para estimular os poderes locais a criarem leis que tornem obrigatória a hidrometração individual.

Sala das Comissões, de de .

Deputado Cássio Soares", leia-se:

"REQUERIMENTO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Associação Mineira de Municípios – AMM – pedido de providências para que promova junto aos municípios campanha para estimular os poderes locais a criarem leis que tornem obrigatória a hidrometração individual.

Sala das Comissões, de de

Deputado Cássio Soares".

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 51/2016

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 8/12/2016, na pág. 117, no art. 40-I, onde se lê:

"VII – outras estabelecidas no Regulamento Interno, desde que compatíveis com as competências previstas em lei.", leia-se:

"VIII – outras estabelecidas no Regulamento Interno, desde que compatíveis com as competências previstas em lei.".